

# ARENAS PÚBLICAS



Daniel Cefai, Fábio Reis Mota,  
Felipe Berocan Veiga e Marco Antonio da Silva Mello  
(Organizadores)

**ARENAS PÚBLICAS:**  
por uma etnografia da vida associativa



**Editora da UFF**

Niterói, RJ  
2011

© 2011 by Daniel Cefai, Fábio Reis Mota, Felipe Berocan Veiga, Marco Antonio da Silva Mello (Organizadores).

Direitos desta edição reservados à EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense Rua Miguel de Frias, 9 - anexo - sobreloja - Icaraí - Niterói, RJ - Brasil - CEP 24220-900 - Tel.: (21) 2629-5287 - Telefax (21) 2629-5288 - <http://www.editora.uff.br> - E-mail: [secretaria@editora.uff.br](mailto:secretaria@editora.uff.br)

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

*Normalização:* Caroline Brito

*Edição de texto e revisão de provas:* Rosely Campelo Barrôco

*Projeto gráfico:* José Luiz Stalleiken Martins

*Edição eletrônica, diagramação e supervisão gráfica:* Káthia M. P. Macedo

---

Catálogo na Publicação - (CIP)

---

C389 Cefai, Daniel; Mota, Fábio Reis; Veiga, Felipe Berocan; Mello, Marco Antonio da Silva.

Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa/Daniel Cefai, Fábio Reis Mota, Felipe Berocan Veiga, Marco Antonio da Silva Mello (Organizadores). Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011.

514p. ; il. 21cm. – (Coleção Antropologia e Ciência Política; 51)

Inclui bibliografias.

ISBN 978-85-228-0609-6

1. Antropologia. 2. Associações. I. Título. II. Série.

CDD 307.72

---

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

*Reitor:* Roberto de Souza Salles

*Vice-Reitor:* Sidney Luiz de Matos Mello

*Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação:* Antonio Claudio Lucas de Nóbrega

*Diretor da EdUFF:* Mauro Romero Leal Passos

*Diretor da Divisão de Edição e Produção:* Ricardo Borges

*Diretora da Divisão de Desenvolvimento e Mercado:* Luciene P. de Moraes

*Assessora de Comunicação e Eventos:* Ana Paula Campos

*Comissão Editorial*

Presidente: Mauro Romero Leal Passos

Ana Maria Martensen Roland Kaleff

Gizlene Neder

Heraldo Silva da Costa Mattos

Humberto Fernandes Machado

Juarez Duayer

Livia Reis

Luiz Sérgio de Oliveira

Marco Antonio Sloboda Cortez

Renato de Souza Bravo

Silvia Maria Baeta Cavalcanti

Tania de Vasconcellos

Editora filiada à



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias



Editora da UFF

## SUMÁRIO

### **INTRODUÇÃO**

ARENAS PÚBLICAS: POR UMA ETNOGRAFIA DA VIDA ASSOCIATIVA .....	9
<i>Daniel Cefai, Felipe Berocan Veiga, Fábio Reis Mota</i>	

### **MOBILIZAÇÕES URBANAS: ASSOCIAÇÕES DE MORADORES**

COMO UMA ASSOCIAÇÃO NASCE PARA O PÚBLICO: VÍNCULOS LOCAIS E ARENA PÚBLICA EM TORNO DA ASSOCIAÇÃO LA BELLEVILLEUSE EM PARIS .....	67
<i>Daniel Cefai</i>	

“EM NOME DA COMUNIDADE”: O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA URBANA EM ACARI – RIO DE JANEIRO ....	105
<i>Letícia de Luna Freire</i>	

ENGAJAMENTO POLÍTICO E MOBILIZAÇÃO COLETIVA EM NOVA IGUAÇU – RJ: BASTIDORES DAS ARENAS PÚBLICAS NAS CONFERÊNCIAS DAS CIDADES.....	135
<i>Jussara Freire</i>	

ENTRE “COMUNIDADE” E “PÚBLICO”: SEGUINDO O CURSO DE AÇÃO DE UM CONFLITO DE URBANIDADE EM CARACAS, VENEZUELA .....	173
<i>Pedro José García Sanchez</i>	

### **ASSOCIATIVISMO: LAÇOS VOLUNTÁRIOS OU COMPULSÓRIOS?**

QUANDO AS ASSOCIAÇÕES SÃO VOLUNTÁRIAS NO BRASIL? UMA DISCUSSÃO SOBRE NOVAS FORMAS DE COLONIALIZAÇÃO EM RESERVAS EXTRATIVISTAS.....	199
<i>Ronaldo Lobão</i>	

QUANTO CUSTA SER QUILOMBOLA NO BRASIL?:  
MOBILIZAÇÕES COLETIVAS E ASSOCIATIVISMO  
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO ..... 239

*Fábio Reis Mota*

SOFRIMENTO E DEMANDA SOCIAL: UMA POLÍTICA  
MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA EM NITERÓI – RJ .....

*Kátia Sento Sé Mello*

OS “VIZINHOS” E OS “DE FORA”: O PROCESSO  
DE DEFINIÇÃO DE UMA “COMUNIDADE”  
EM BUENOS AIRES, ARGENTINA .....

*Lucía Eilbaum*

O DEVER DE CIDADANIA: POLÍTICAS PÚBLICAS  
DE PLANEJAMENTO URBANO E PARTICIPAÇÃO  
POPULAR NO BRASIL .....

*Alex Varella*

**ASSOCIAR-SE: REIVINDICAR DIREITOS**  
ÍNDIOS DE PAPEL: ETNICIDADE E ASSOCIATIVISMO  
FRENTE A GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO  
NO ESPÍRITO SANTO .....

*Felipe Berocan Veiga*

DA ASSOCIAÇÃO AO SINDICATO: UMA ETNOGRAFIA  
DO ACESSO AO DIREITO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS  
DO RIO DE JANEIRO .....

*Dominique Vidal*

O DIREITO AO LUGAR: UMA TRAJETÓRIA DOS PROCESSOS  
DE MOBILIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DAS ARENAS  
PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ – BA .....

*Patrícia de Araújo Brandão Couto*

“SEM VERGONHA, GAROTA: VOCÊ TEM PROFISSÃO”:  
NOTAS SOBRE A PROFISSIONALIZAÇÃO  
DE UM MÉTIER NO BRASIL .....

*Soraya Silveira Simões*

## **POSFÁCIO**

ISAAC JOSEPH: DIÁRIO DE BORDO, PERCURSOS,  
EXPERIÊNCIAS URBANAS E IMPRESSÕES DE PESQUISA .....

*Marco Antonio da Silva Mello, Licia do Prado Valladares,  
Roberto Kant de Lima, Felipe Berocan Veiga*





# INTRODUÇÃO

---

*Daniel Cefai*  
*Felipe Berocan Veiga*  
*Fábio Reis Mota*

## **ARENAS PÚBLICAS: POR UMA ETNOGRAFIA DA VIDA ASSOCIATIVA**

Este livro cumpre o papel de reunir uma produção coletiva em torno da vida associativa como temática comum e, desse modo, marcar a conclusão de um ciclo do Convênio Capes-Cofecub, desenvolvido de 1997 a 2007. Assim, tem como objetivo apresentar a unidade de perspectiva constituída entre grande parte dos jovens pesquisadores dos grupos de pesquisa envolvidos naquele então convênio – o NUFEP,<sup>1</sup> o LeMetro<sup>2</sup> e o NECVU<sup>3</sup> – e alguns de seus parceiros franceses.

O referido convênio de cooperação internacional teve como ponto de partida o encontro entre Isaac Joseph e Roberto Kant de Lima, artesãos das primeiras trocas, e prolongou-se consolidado por Daniel Cefai e Marco Antonio da Silva Mello, numa série de intercâmbios intelectuais, envolvendo professores e estudantes da UFF, da UFRJ, do

---

<sup>1</sup> Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP), do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenado pelo Prof. Roberto Kant de Lima.

<sup>2</sup> Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro), do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), coordenado pelo Prof. Marco Antonio da Silva Mello.

<sup>3</sup> Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana, do IFCS-UFRJ, coordenado pelo Prof. Michel Misse.

artigo IUPERJ, da Universidade de Paris Ouest Nanterre-La Défense e do Institut Marcel Mauss-EHESS.<sup>4</sup> Pouco a pouco, diversos eixos teóricos de reflexão, simultaneamente dimensionados pelo quadro de pesquisas empíricas desenvolvidas, foram sendo desenhados, motivando a realização desta obra coletiva.

## 1. A pesquisa de campo: estudos de caso e análise situacional

A abordagem adotada destaca-se fundamentalmente pelo *trabalho de campo*. O critério de distinção mais pertinente para especificar a pesquisa etnográfica é a realização da observação direta e da observação participante como modalidades primeiras da investigação.<sup>5</sup> O pesquisador compromete-se de corpo e alma no contexto da experiência e das atividades ordinárias de seus interlocutores. Ele se engaja na primeira pessoa nas situações cotidianas, que frequenta de forma regular e repetitiva durante uma longa jornada. Desse modo, está também diante da excepcionalidade de eventos únicos aos quais somente ele assiste e testemunha em campo. O pesquisador embarca, pois, numa compreensão aproximada, focalizando os fenômenos que se dão concretamente diante dele, no momento exato de sua produção. Ele se preocupa em saber quem são e o que fazem os atores, por que e como, com quem e em vista de qual ou quais experiências eles depreendem suas ações. Não podemos, portanto, falar em *etnografia* sem ter esse momento de observação, compreensão e descrição *in situ* da pesquisa e se grande parte dos dados e das análises que advém no espaço-tempo da pesquisa for obtida por outras vias.

Evidentemente, a pesquisa etnográfica pode se conciliar com diversos outros métodos. Seria demasiadamente dogmático recusar todas as maneiras de explicar e interpretar os fenômenos sociais que não utilizam a observação direta e a descrição como métodos de análise. Limitaria os objetos empíricos que seriam de domínio legítimo das ciências sociais e políticas. Isso implicaria numa visão estreita, perdendo de vista os outros tipos de materiais relevantes à pesquisa. A pesquisa etnográfica pode se combinar com outras atividades, tais

<sup>4</sup> A época do convênio, Universidade de Paris X – Nanterre. Aspectos da história desses encontros foram relatados em capítulo de livro em homenagem a Isaac Joseph: MELLO, M. A. da Silva et al. Si tu vas à Rio!: l'expérience brésilienne d'Isaac Joseph. In: CEFAÏ, D.; SATURNO, C. (Org.). *Parcours d'un pragmatiste*. Paris: Economica, 2007, retomado em nova versão como posfácio deste livro.

<sup>5</sup> CEFAÏ, D. *L'enquête de terrain*. Paris: La Découverte, 2003.

como entrevistas, do questionário mais formalizado à conversa mais corriqueira; pode recorrer às abordagens sistemáticas sobre desenhos cartográficos ou dados estatísticos; pode, enfim, incluir os métodos de análise de documentos escritos ou iconográficos, na pesquisa arquivística ou museográfica. Mas, praticamente em todos os casos, a reflexão está enraizada numa coleta de dados *in vivo*, na constituição de relações de familiaridade e de confiança com os interlocutores e com o seu território, e na recusa de explicações “transcendentais”, cujas as categorias e as hipóteses não estão ancoradas numa experiência de primeira mão. Fora disso, a reprodução de modelos acaba tornando-se lugar-comum.

Não é preciso dizer – embora para alguns sociólogos e cientistas políticos entre nós se faça necessário – que temos uma formação que tem nos iniciado em direção à antropologia social e à antropologia cultural. Clifford Geertz, Victor Turner e Marshall Sahlins são, para cada um de nós, os autores-chave que tivemos a sorte, os mais antigos, de conhecer e frequentar em nosso percurso intelectual. Há também uma linhagem propriamente brasileira dessa perspectiva. Kant de Lima e Marco Antonio Mello, que foram formados por Luiz de Castro Faria, Wagner Neves Rocha e Roberto da Matta, iniciaram, ambos, suas atividades de pesquisa em torno da etnografia da pesca,<sup>6</sup> antes de se debruçarem, respectivamente, sobre as temáticas da cidade,<sup>7</sup> da polícia e do sistema de justiça criminal.<sup>8</sup> Alguns dos doutorandos e pesquisadores que participam desse projeto coletivo já publicaram artigos e livros, nos quais desenvolvem, por exemplo, uma antropologia histórica da saúde pública,<sup>9</sup> a descrição etnográfica de ciclos rituais festivos e religiosos,<sup>10</sup> etnografia de conflitos envolvendo

<sup>6</sup> KANT DE LIMA, R.; PEREIRA, L. F. *Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Ed.UFF, 1997; MELLO, M. A. da Silva; VOGEL, A. *Gente das areias*. Niterói: EdUFF, 2004.

<sup>7</sup> VOGEL, A.; MELLO, M. A. da Silva Santos, C.N.F. et al. *Quando a rua vira casa*. Rio de Janeiro: FINEP: IBAM: Ed. Projeto, 1983.

<sup>8</sup> KANT DE LIMA, R. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

<sup>9</sup> VIEIRA DA CUNHA, N. *Viagem, experiência, e memória: narrativas de profissionais da Saúde Pública dos anos 30*. Bauru, SP: EdUSC, 2004.

<sup>10</sup> BRANDÃO COUTO, P. A. *Festa do Rosário: iconografia e poética de um rito*. Niterói: EdUFF, 2003; BEROCAN VEIGA, F. A folia continua: vida, morte e revelação na Festa do Divino de Pirenópolis, Goiás. In: CARVALHO, Luciana (Org.). *Divino toque do Maranhão*. Rio de Janeiro: IPHAN: CNFCP, 2005.

pescadores pelo uso do espaço da praia,<sup>11</sup> demandas de direitos de grupos minoritários,<sup>12</sup> etnografias de bairros<sup>13</sup> etc.

Sendo assim, podemos destacar três elementos:

Em primeiro lugar, em cada abordagem de temas sensivelmente diferentes, o peso concedido à *análise situacional*,<sup>14</sup> expressão que podemos encontrar tanto em Max Gluckmann quanto em Erving Goffman,<sup>15</sup> e que marca a importância de Chicago e Manchester no que diz respeito à constituição de uma descrição minuciosa de situações de co-presença. A ordem processual da interação permite entradas muito mais gerais, possibilitando observar as pessoas, os representantes de entidades coletivas, empresas e organizações, demonstrando as relações de desigualdade, de discriminação ou de dominação no trabalho, da forma como elas se fundam concretamente. O observador engaja-se nos enredos (*plots*) nos quais se torna ator e espectador e que compõem nada mais do que outra instância do *drama social* de Victor Turner ou da narrativa histórica de Wilhelm Schapp. Portanto, é preciso dar o merecido lugar de destaque às situações sociais, há muito negligenciadas por todas as formas de análise estruturalista, e afirmar que não há explicações etnográficas nem interpretações suficientes, se não estiverem ancoradas na observação e na descrição das situações.

Disso resulta o segundo elemento: a sensibilidade à dimensão simbólica, mítica, ritual e dramática, em face das experiências individuais e coletivas dos atores. De encontro às abordagens mais positivistas, a *demarche* do pesquisador é aqui claramente indissociável da

<sup>11</sup> PRADO, S. M. *Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo*. Niterói: EDUFF, 2000; CUNHA, D. G. *Pescadores e surfistas: uma disputa pelo uso do espaço da Praia Grande*. Dissertação (Mestrado em Antropologia)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

<sup>12</sup> MOTA F. R. Conflictos, multiculturalismo y los dilemas de la democracia a la brasileira. In: TISCORNIA, Sofía; PITA, María Victoria. (Org.). *Derechos humanos, tribunales y policías en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Antropofia, 2006.

<sup>13</sup> LEITÃO, W. M. Rivalidade cultivada, conflito e unidade social num bairro carioca. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 22, p.173-197, 2004.

<sup>14</sup> GLUCKMAN M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987; VAN VELSEN, J. A análise situacional e o estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

<sup>15</sup> GOFFMAN, E. The neglected situation. *American Anthropologist*, New York, v. 66, n. 6, p. 133-136, 1964; \_\_\_\_\_. The Interaction Order. American Sociological Association, 1982, Presidential Address. *American Sociological Review*, New York, v. 48, n. 1, p. 1-17, 1983.

aprendizagem das atividades do “fazer sentido” (*meaning making*), por meio das quais todos os seres humanos, dos brutos aos mais sofisticados, organizam uma experiência de si, do outro e do mundo. As pressões morais de ordem ecológica ou econômica, por exemplo, não devem ser esquecidas, mas somente são inteligíveis a partir do ponto de vista do nativo e apenas podem ser situadas nos contextos da experiência. Podemos, ainda, reconstruir as *estruturas culturais* ou as *formas simbólicas*,<sup>16</sup> que devemos retomar no movimento de sua instituição histórica,<sup>17</sup> mas não podemos perder de vista que os sentidos e significados se constituem no contexto da ação e da situação social. Não podemos, assim, reduzir os contextos de sentido que se constituem no exercício da vida associativa a uma espécie de sombra generalizante e portadora de “culturas” ou de “tradições” nacionais: é preciso descrever precisamente, em cada lugar e em cada momento, de que modo categorias, argumentos, dramas e narrativas adquirem sentido por parte de seus produtores e receptores. Se podemos, em grandes traços, fabricar tipos culturais, embora sob o risco de cair em estereótipos, devemos também e principalmente examinar *in situ* os modos múltiplos pelos quais os atores assimilam e acomodam, inventam, distorcem, utilizam ou recusam significados. É preciso, pois, seguir as ações simbólicas em vez de congelar os sistemas simbólicos, fixados pela obsessão culturalista.

O terceiro elemento, enfim, é a recusa em se dissociar os questionamentos culturais dos sociais. Falar em associação não é somente focalizar os rituais e o imaginário, os universos simbólicos, as utopias cívicas e as denúncias públicas, mas estudar igualmente as formas sociais. As associações são *meios de sociabilidade e de socialização*: elas oferecem um observatório ideal a uma microsociologia das interações e das conversações. Permitem também dar conta da dualidade simmeliana da ponte e da porta,<sup>18</sup> ora ligando pessoas, ora impondo barreiras: elas aproximam e reatam, instituindo novos polos de existência coletiva e, a um só golpe, separam e muitas vezes excluem. Assim, as associações dissociam tanto quanto associam. Entretanto, as associações ressaltam também uma sociologia das organizações: para existir, elas devem mobilizar recursos, se ajustar ao ambiente, produzir uma divisão do trabalho e uma repartição da autoridade, se

<sup>16</sup> GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

<sup>17</sup> SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

<sup>18</sup> SIMMEL, G. A Ponte e a porta. *Política & Trabalho*, João Pessoa, v. 12, p. 10-14, set. 1996.

assegurar do engajamento das competências e da convergência de energias. Elas estão engajadas em relações de cooperação e de competição recíproca e com as outras organizações, nas lutas ecológicas por sua sobrevivência e em colaborações com vistas a objetivos comuns. Enfim, as associações são exatamente os nós das redes sociais. São verdadeiras incubadoras de relações sociais, que contribuem para criar as mais variadas frentes de aliança e de oposição. Tanto redesenham as tramas de relações interpessoais quanto ocupam posições relevantes nas tramas de relações interorganizacionais.

Análise de situações concretas, antropologia social e antropologia cultural. Mas também *etnografia moral e política*. Uma atenção particular dirige-se aos significados normativos que os atores dão a seus engajamentos nos contextos da experiência. Eles entram em disputas em torno de provas de decência, de respeito ou dignidade, de liberdade, de direito e de justiça. Eles se afrontam pela troca de críticas, de denúncias e de reivindicações e se referem às “economias morais” do bem e do mal, do aceitável e do intolerável, do autorizado ou do ilegítimo. E eles não cessam, diante de suas tomadas de posição, de transformar os jogos de poder nos quais estão presos – irreduzíveis às simples relações de dominação, quedas-de-braço ou conflitos de interesse.

## **2 Uma perspectiva microssociológica e pragmatista: a república *in situ***

O diálogo entre colegas franceses e brasileiros, cujo momento inaugural foi o Colóquio de Cerisy-la-Salle de 1999, conduziu a um entrecruzamento entre essas abordagens antropológicas e a um *questionamento microssociológico e pragmatista*.<sup>19</sup>

“Não há domínio próprio à microssociologia. Tudo na realidade vai do micro ao macro e se declina em fenômenos infinitesimais”, dizia Isaac Joseph.<sup>20</sup> No entanto, um repertório de conceitos, que não tem nada de exaustivo, constituído ao longo do tempo, nos permite observar a complexidade das situações e operar com alguns conceitos-chave:

<sup>19</sup> As atas desse congresso foram publicadas em: JOSEPH, I.; CEFAÏ, D. (Org.). *L'héritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves du civisme*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2002.

<sup>20</sup> JOSEPH, I. *Erving Goffman et la microsociologie*. Paris: PUF, 1998. (Trad. *Goffman e a microssociologia*. Rio de Janeiro: FGV, 2000); \_\_\_\_\_. *L'athlète moral et l'enquêteur modeste*. Paris: Économica, 2007.

civilidades, rituais, dramas, lugares, ocasiões, capacidades, competências, quadros, contextos, engajamentos, faces, figuração, interação, ordem pública, posição, vulnerabilidade, reparação, território, redes, situação. Há nelas as pistas que foram percorridas pela antropologia urbana,<sup>21</sup> nos estudos dos espaços públicos, mas que têm sido menos exploradas pela sociologia política.

Em poucas palavras, um percurso alternativo foi sendo traçado e aplicado nas pesquisas acerca dos fenômenos civícos e políticos. Ele dá conta de casos (*case method*) que organizam as constelações espaço-temporais das situações. Visa demonstrar o que significa concretamente *in situ* democracia e república; como se articulam os usos de direitos, as identidades comunitárias e as relações profissionais; ou, ainda, como se combinam as relações entre mercado, religião e política. A partir desse repertório de questões, foi mapeada uma série de problemas, que foram, durante todos esses anos, os eixos de cooperação entre Paris-Nanterre e Rio-Niterói. Poderíamos hoje em dia formulá-los do seguinte modo:

- a) Como uma *sociologia da intimidade e da proximidade* pode dar conta dos modos de viver das pessoas em relação, de gerar sentimentos sociais e de aplicar categorias morais?<sup>22</sup> Como essas relações de interação com outras pessoas, bens ou coletividades de ordem privada, tais como são vivenciadas nas situações de apego à vida de um bairro, da defesa de um fragmento do meio-ambiente ou da proteção dos interesses de um grupo profissional, étnico (índios, quilombolas, ciganos) ou religioso (sufis), vêm-se referir a princípios universais da moral, do direito ou da justiça?<sup>23</sup> Em que medida conduziriam (ou não) à mobilização das instituições republicanas, apelando (ou não) ao julgamento da opinião pública, recorrendo (ou não) à força da lei e do tribunal, invocando (ou não) os princípios de igualdade e de equidade

<sup>21</sup> JOSEPH, I. *La ville sans qualités*. La Tour d'Aigues : Éditions de l'Aube, 1998.

<sup>22</sup> BREVIGLIERI, M.; TROM, D. Troubles et tensions en milieu urbain. In: CEFAÏ, D.; PASQUIER, D. (Dir.). *Les sens du public*: publics politiques, publics médiatiques. Paris: PUF, 2003; BREVIGLIERI, M. L'usage et l'habiter: contribution à une sociologie de la proximité, à paraître à Paris. Tese de doutorado EHESS, Paris, 1999.

<sup>23</sup> VIDAL, D. A linguagem do respeito: a experiência brasileira e o sentido da cidadania nas democracias modernas. *Dados*: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 265-283, 2003; \_\_\_\_\_. *Les bonnes de Rio de Janeiro*: emploi domestique et société démocratique. Lille: Presses du Septentrion, 2007.

entre sujeitos de direito?<sup>24</sup> Como as situações de conflito pessoal resultam, na França e no Brasil, em tipos de justificação, denúncia ou reivindicação públicas; e quais são os sujeitos de direito em evidência – cidadãos, habitantes (Belleville, Catumbi, Acari, Nova Iguaçu), comerciantes (Saara), trabalhadores (domésticas, prostitutas), consumidores, usuários, membros de comunidade local (Itacaré) ou de um território indígena (Tupiniquim-Guarani)? Qual é o encadeamento que conduz as provas de sentimentos de injustiça à formulação de discursos de protesto nos espaços públicos (de proximidades ou mediados pelos meios de comunicação de massa e por instituições estatais), à organização de ações coletivas (constituição de associações, sensibilização de auditórios, mobilização de *constituencies*) e aos recursos apelativos das instituições judiciárias (“*blaming, claiming, naming*”), cujo papel é regular os litígios, obter reparações às penas e fazer reconhecer os direitos?

- b) Como abordar uma *sociologia dos conflitos nos espaços públicos urbanos e não-urbanos*? Quais são as variáveis e nuances de significado da ideia de “público” no Brasil?<sup>25</sup> Como dar conta das formas de incompatibilidade e de conflito que não se resumem aos combates entre grupos de interesses ou às lutas pela apropriação de recursos – que se coloca na demarcação de Reservas Extrativistas (Arraial do Cabo) e de Terras Indígenas (Aracruz) em áreas disputadas para outros fins, na valorização de territórios como relevantes do “comum” ou do “público”, apoiando-se nos direitos de uso (Itacaré) ou de herança (Marambaia)? O que a microssociologia pode nos ensinar sobre a constituição dos laços civis ou sobre a emergência de problemas públicos? Enquanto na França uma gramática de direitos cívicos exprime de imediato a desigualdade como algo insuportável, a análise de situações problemáticas de conflitos no Brasil testemunha que essa igualdade de direitos nem sempre é permanente. O que, entretanto, os signos de transformação das maneiras de ser e de se reportar aos outros podem revelar, em vez de uma representação fortemente

<sup>24</sup> CEFAÏ, D.; TROM D. (Dir.). *Les formes de l'action collective: mobilisations dans des arènes publiques*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2001; CEFAÏ, D. *Pourquoi se mobilise-t-on?: théories de l'action collective*. Paris: La Découverte, 2007.

<sup>25</sup> KANT DE LIMA, R. Police, Justice et société au Brésil: comparer des modèles d'administration des conflits dans l'espace public. In: CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, Isaac. *L'héritage du pragmatisme: conflit d'urbanité et épreuves du civisme*. [S.l.]: Ed. de L'aube, 2002. p. 193-210.



culturalista da desigualdade e da hierarquia? Como prolongar o trabalho pioneiro de Roberto da Matta e descrever com elegância, de um modo etnográfico, as mudanças dos regimes de interação e das categorizações morais, cívicas e jurídicas?<sup>26</sup> Recorrendo aos métodos da microsociologia, é possível envolver mais de perto as situações de gestão de tensões nos territórios urbanos ou de litígios em torno de lugares de aptidão turística, ecológica e marítima? Quais são os modos de resolução que colocam em cena os atores locais? Em que medida as instâncias estatais estão implicadas nesses processos? Quais são os outros atores envolvidos na ação: ONGs, igreja católica ou igrejas evangélicas, universidades etc.? Como a ação de policiais, juízes e outros agentes, supostos garantidores da ordem pública, é percebida, acionada ou evitada pelos cidadãos comuns?

- c) Como uma *sociologia de situações de mobilização, de protesto e de reivindicação* pode ser transponível entre a França e o Brasil? Podemos operar com a transferência de problemáticas, de conceitos e de métodos entre associações que têm objetivos tão diversos quanto a vida do bairro, a transformação urbana, os problemas ambientais ou de segurança, a política de transportes, os direitos das mulheres ou a luta contra a AIDS? Quais são as formas da vida associativa no Brasil? Qual o significado da categoria “associação” no direito, na política, no discurso filantrópico das ONGs, para as redes de economia solidária, ou, ainda, simplesmente, na vida cotidiana? Quais são os léxicos ou os vocabulários utilizados em suas reivindicações? Como as dinâmicas do engajamento coletivo, as formas de justificação pública e os dispositivos de ação da vida associativa são postos em movimento para se fazer reconhecer situações de não-direito ou de injustiça, para se exigir indenização aos desempregados ou para se reclamar o respeito aos direitos civis ou sociais? Quais são os repertórios de ação e de justificação que são desempenhados pelos membros das associações? A que retóricas de bem público recorrem os atores? Sobre quais noções de direito se apoiam? Em que contextos evocam os discursos da “justiça social”, da “solidariedade republicana”, da “caridade cristã” ou do “laço comunitário”? Incorporam os dispositivos da ação pública

<sup>26</sup> KANT DE LIMA, R. Carnavais, malandros e heróis: os dilemas brasileiros do espaço público. In: GOMES, L. Graziela; BARBOSA, L.; DRUMMOND, J. A. *O Brasil não é para principiantes: vinte anos de Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

e, se o fazem, quais são esses dispositivos? Que engrenagens híbridas são acionadas entre engajamentos locais, atos de fundação e organizações privadas, agências administrativas, organizações comunitárias e redes clientelistas nas arenas públicas? E, finalmente, em torno de quais “problemas”, “escândalos”, “assuntos” ou “questões” se desdobram as ações?

### **3 Estratégias de uma pesquisa sobre associações: uma abordagem alternativa**

Chegamos, enfim, ao tema deste livro: uma pesquisa sobre as associações, que seja também uma microsociologia ou uma antropologia dos laços civis e dos engajamentos cívicos, e que inclua uma dimensão de análise da formação dos problemas públicos e do regulamento do direito, dos conflitos e litígios.

#### ***3.1 Deconstruir certas crenças da teoria política***

Em primeiro plano, assinalaremos que a pesquisa de campo nos permitirá o distanciamento de certas utopias políticas: do comunitarismo, do republicanismo cívico e do capital social, da economia solidária e da democracia associativa.

- a) Os comunitaristas como A. Etzioni, M. Sandel ou P. Selznick, pensam poder recuperar os princípios elementares da democracia com a revitalização das comunidades familiares, geracionais, territoriais, étnicas, linguísticas, religiosas ou profissionais. A associação forneceria os pontos de reparo e de orientação num mundo em que os processos de racionalização e de secularização tendem a dissolver as formas de solidariedade social, a abolir as evidências morais, a corromper as certezas políticas, a mergulhar num isolamento psíquico e a favorecer as condutas egoístas. Ela induz um sentido de obrigação e de responsabilidade face a face em uma comunidade transcendente – mesmo alguns a acusando de ser cúmplice de uma balcanização dos corpos cívicos e da multiplicação de políticas de identidades. As associações revitalizam as “comunidades” – a *neighborhood democracy* se enraiza nas ações das organizações comunitárias.
- b) As propriedades imputadas à associação não são muito diferentes numa perspectiva republicana, ainda que a referência comunitária seja eclipsada pelas figuras do contrato voluntário. M. Walzer, J. Cohen ou B. Barber insistem, assim, nos princípios de uma

democracia forte fundada sobre um “associativismo cívico”,<sup>27</sup> que revitalizaria a sociedade civil e expressaria efetivamente os direitos formais, e submergindo-as por uma dinâmica de *empowerment*, reforçaria as capacidades cívicas pelo exercício da democracia participativa. Sem ir longe também na ficção política, apesar da referência recorrente à J. Dewey e J. Addams, os “capitalistas sociais”,<sup>28</sup> cujo o nome mais proeminente é R. Putnam, comentam sobre toda sorte de grupos cívicos – de clubes de boliche às congregações religiosas, de clubes de bairro aos grupos de dança local – para contrapor-se aos processos de individualização, de mercantilização e de mediatização que corroem a sociedade civil.

- c) Essa visão de uma regeneração cívica e política que passa pela associação é partilhada pelas abordagens mais econômicas do problema. A perspectiva sobre o terceiro setor de A. Evers ou de J.-L. Laville aposta também no poder de auto-organização da sociedade civil, sobre a possibilidade de ocupar os domínios deixados pelo Estado e pelo mercado,<sup>29</sup> e de impulsionar circuitos de produção e de difusão de bens e de serviços pelos principais interesses. As associações participam como peças-chave das novas formas de “governança” em matéria de urbanismo, de segurança, saúde, educação e lazer. Têm também outras virtudes: restitui o tecido social e ressocializa os indivíduos “desfilhados”, e engendra um grosso volume de empregos em situações de desemprego generalizado, devolve aos consumidores uma perspectiva sobre o mundo da vida cotidiana – e, finalmente, promove uma autonomia individual e coletiva. Nessas versões mais radicais, essa perspectiva dá lugar às visões da “democracia participativa”.<sup>30</sup>

As associações apresentariam, assim, algumas vantagens, se comparadas às empresas e às administrações. Elas se caracterizariam por uma

<sup>27</sup> CHANIAL, P. *Justice, don et association: la délicate essence de la démocratie*. Paris: La Découverte, 2001.

<sup>28</sup> A expressão é de Ota de Leonardis, referindo-se a: PUTNAM, R. *Bowling alone: the collapse and revival of american community*. New York: Simon and Schuster, 2000; PUTNAM, R.; FELDSTEIN, R.; DON, Cohen. *Better together: restoring the american community*. New York: Simon & Schuster, 2003.

<sup>29</sup> LAVILLE, J.-L. et al. *Association, démocratie et société civile*. Paris: La Découverte, Mauss et Crida, 2001.

<sup>30</sup> HIRST, P. *Associative democracy: new forms of economic and social governance*. Cambridge: Polity Press, 1994; COHEN, J.; ROGERS, J. *Associations and democracy*. In: WRIGHT, E. O. (Org.). *Associations and democracy*. London: Verso, 1995.

forte solidariedade interna, cimentada pelo engajamento voluntário, que sobrepuja as fraquezas devidas, as estratégias econômicas ou as rotinas burocráticas para regular os problemas públicos. Elas teriam uma grande capacidade de resposta aos eventos e de ajustamento à fluidez do ambiente, em razão de sua flexibilidade em matéria de gestão e de compatibilidade e de sua proximidade das preocupações do mundo ordinário. Elas apreenderiam as situações em suas singularidades e não somente em virtude de critérios universais do lucro ou do direito. Elas seriam compostas pelas lógicas da experiência e da ação do público, do mercado e do Estado. Mas o argumento mais difundido é o da “espiral cívica” – espiral virtuosa de proliferação de públicos associativos.<sup>31</sup> Ao participarem de grupos cívicos, os indivíduos contribuiriam para a disseminação de conexões sociais, para a acumulação de capital social pelas dinâmicas de *bridging* (abertura e conexão sobre outros grupamentos associativos) e para o aumento da mistura social, étnica e religiosa (em contato com indivíduos ou grupos segmentados). Frequentemente, seriam eles mesmos membros de diversas associações ou refundariam outras novas, convencendo outras pessoas a se engajarem ao seu redor e provocando reações em cadeia. Pouco a pouco, essas redes mais ou menos formalizadas de relações de confiança, de cooperação e de comunicação se entrecruzariam e se estenderiam.

As associações seriam, ainda, meios de realização de autonomia pessoal, de espaços de reciprocidade, de sociabilidade e de solidariedade e de redes de acumulação de capital social. Elas tirariam os indivíduos de seu isolamento, expandindo seus horizontes de experiência, multiplicando as ocasiões de encontro, transpassando as fronteiras simbólicas entre registros de atividades e das fronteiras sociais, religiosas, ou culturais. Num plano mais político, as associações seriam os lugares privilegiados de exercício da cidadania: elas inculcariam os saberes, as virtudes e as competências cívicas e moldariam os regimes de engajamento de cidadãos. Elas lhes dariam a oportunidade de investigar e de experimentar, de comunicar e de raciocinar coletivamente. Elas seriam laboratórios da vida cívica e escolas de democracia deliberativa, lugares de formação em civismo e mediações da sociedade civil. Pela força de exemplo, as associações, crescendo e se multiplicando, poderiam assim fundar novamente uma “política da

<sup>31</sup> Essa tese foi criticada por P. Lichterman, em: *Elusive togetherness: religious groups and civic engagement in America*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

sociedade civil”. A menos que elas favoreçam, em oposição a esses efeitos, um fechamento sobre si mesmos de grupos profissionais, étnicos ou religiosos, com a intensificação de fenômenos de *bonding* (reforço das solidariedades exclusivas no interior de grupamentos associativos) e a multiplicação de condutas do tipo *NIMBY*.<sup>32</sup>

Todos esses elementos não devem ser tomados, em primeiro plano, como as evidências que são para os promotores ou para os adversários das associações de voluntários. Eles devem ser colocados à prova da pesquisa, para se verificar empiricamente se elas são mais ou menos justas ou falsas. Esses tipos de discurso estão todos presentes no Brasil. Mas parece-nos importante não limitar a pesquisa a um trabalho exclusivamente teórico de análises de textos – que se referem implicitamente a outros contextos. Um verdadeiro esforço de compreensão comparativa impõe que se leve em conta a história do desenvolvimento, da recepção e da aplicação desses diferentes conjuntos de argumentos e práticas que lhes correspondem em contextos diferentes.

As reflexões sobre a política multicultural e sobre a identidade étnica, sobre a questão social ou sobre a liberalização econômica, não soam da mesma maneira dependendo de onde nos encontremos. O mesmo acontece com o engajamento associativo, a organização comunitária, a sociedade civil ou o terceiro setor, não tem senão a aparência da similitude. Se quisermos ter um encaminhamento que possua uma pertinência comparativa, será necessária uma *pesquisa de semântica sociológica*, na qual se analisem os usos feitos desses diferentes conjuntos de argumentos em política pública, na pesquisa universitária e na prática militante. Os sentidos das categorias que parecem bem definidas no contexto da teoria moral e política se transformam, logo que as transplantemos de um universo social a outro.

<sup>32</sup> *NIMBY*: *Not in my backyard*, ou seja, “fora de meu quintal”. Essa expressão significa que os atores aceitam que uma obra de infraestrutura pública como, por exemplo, uma linha de alta-tensão, uma rodovia, uma usina nuclear ou uma via férrea se instale em qualquer lugar, sobre os terrenos de seus vizinhos, desde que sua propriedade se encontre fora de perigo. Os processos de generalização e de globalização substituíram a síndrome *NIMBY* ou *NIMEY* (*Not In My Electoral Yard*, “fora de meu quintal eleitoral”) por um processo de redistribuição *LULU* (*Locally Unwanted Land Uses*, “usos da terra localmente indesejados”). Ou ainda por uma defesa de posições mais universalistas: *BANANA* (*Build Absolutely Nothing Anywhere Near Anyone*, “não construir absolutamente nada em lugar nenhum e perto de ninguém”), *NIABY* (*Not In Anybody’s Backyard*, “fora do quintal de qualquer um”) ou *NOPE* (*Not On the Planet Earth*, “não no Planeta Terra”).

1 - Começamos pelo conceito de “comunidade”. Ele é reprovado na França, porque evoca a divisão das facções de uma República suposta una e indivisível, e porque parece irremediavelmente manchado pela marca do interesse particular ao encontro do interesse geral. A comunidade tem um sentido pejorativo: ela é utilizada para estigmatizar e denunciar todo tipo de localismos, de etnicismos e de corporativismos.<sup>33</sup> É, por outro lado, uma das categorias mais usuais para designar as formas de vida coletiva nos Estados Unidos.<sup>34</sup> Um certo número de associações é pensado ali como *community organizations*, um termo que existe desde o começo do século XX, muito marcado pelo ideal de engajamento cívico defendido por Saul Alinsky e que deu lugar a utopias políticas muito grandes, de autodesenvolvimento e, às vezes, de autogoverno comunitário. A comunidade é frequentemente ligada ao fortalecimento da democracia local e a um modo de formação de uma cidadania do *neighborhood*,<sup>35</sup> mas ela remete também a comunidades ao mesmo tempo de raça e religião, hoje o fundamento mais ativo da atividade sindical e do movimento social.

No Brasil, a ideia de comunidade está ligada à atividade do “*trabalho comunitário*” e à técnica do “desenvolvimento *comunitário*”. Assistentes sociais da administração municipal do Rio de Janeiro criavam, desde a década de 1940, associações de moradores nas favelas e partilhavam com a Igreja Católica o controle da assistência aos pobres. A instituição caritativa da Fundação Leão XIII instalava *bicas de água* e abria vias públicas apoiados pela prática mais antiga do *mutirão*. Depois, a partir dos anos 1960-70, os *Peace Corps* e, a partir dos anos 1980, as ONGs, se apoiaram em um certo tipo de discurso sobre a “comunidade”. Dispomos hoje de um certo número de dados sobre esse tipo de associações de *bairro* e de *moradores*, a começar pelos trabalhos dos Leeds e os artigos clássicos de L. A. Machado

<sup>33</sup> MOTA, F. R. *Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte?: demandas de direito e reconhecimento no Brasil e na França*. Tese (Antropologia)—Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

<sup>34</sup> VIDAL, D. Concevoir la communauté: l’efficacité d’une catégorie socio-spatiale au Brésil. In: MONNET, J. (Dir.). *Espace, temps et pouvoir dans le nouveau monde*. Paris: Anthropos, 1996; et son livre *La politique au quartier: rapports sociaux et citoyenneté* à Recife. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 1998. (Collection Brasília).

<sup>35</sup> THOMSON, K. *From neighborhood to nation: the democratic foundations of civil society*. Hanover: University Press of New England, 2001.

da Silva e de L. Valladares,<sup>36</sup> ou A. Zaluar ou W. G. dos Santos sobre as “organizações populares”.<sup>37</sup> Mais recentemente, as *associações de moradores* ou de *amigos do bairro* multiplicaram seus objetivos: *trânsito, poluição, saúde, educação, áreas verdes, segurança pública, qualidade dos serviços públicos, recuperação de áreas centrais*. Elas são mais do que nunca apoiadas e financiadas por entidades estrangeiras, lidam com populações cada vez mais móveis e heterogêneas, mesmo nas favelas que passavam por protótipo da comunidade.

A ideia de comunidade tem igualmente uma ressonância que o Brasil partilha sem dúvida com outros países da América do Sul. Ela foi o objeto do desejo militante ou religioso durante o período da ditadura, escapando aos rigores do regime. Ela sustentou todo o *trabalho de educação popular*, cujos *métodos de conscientização* de Paulo Freire estão ainda nas memórias. Ela igualmente esteve no coração das práticas radicais da *teologia da libertação*, deste retorno ao da *Igreja dos pobres*, pela geração de padres, de Leonardo Boff e Dom Helder Câmara.<sup>38</sup> A associação de referência foi, até o meio dos anos 1990, a Comunidade Eclesial de Base: ao mesmo tempo assembleia dos fiéis se reunindo para ler a Bíblia, discutir sobre a fé e celebrar os ritos, duplicando a forma da paróquia; e reagrupamento militante, ligado em rede às outras CEBs pela logística da Igreja, mobilizando-se para a gestão dos negócios locais, mas também na ocasião da Constituição de 1988 para articular grandes movimentos nacionais. A comunidade não é, então, somente uma fantasia do Antigo Regime, como na França, ela não remete tampouco à história das seitas protestantes e das repúblicas locais, como nos Estados Unidos. Ela é uma unidade vivida e praticada da ação coletiva, frequentemente inscrita no território e na população, às vezes portadora de uma forte conotação mística – “povo da revolução” ou “povo de Deus” –, quase sempre ligada a tarefas

<sup>36</sup> Como pioneiros: SILVA, L. A. Machado da. A política na favela. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 9, p. 35-47, 1967; VALLADARES, L. Associações voluntárias na favela. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 29, n. 12, p. 1390-1403, 1977; LEEDS, A.; LEEDS, E. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Et plus tard: BOSCHI, R. *A arte da associação*. Rio de Janeiro: Vértice: IUPERJ, 1987.

<sup>37</sup> ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985; SANTOS, W. G. dos. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

<sup>38</sup> Sobre a ação de Dom Helder Câmara diante das políticas de remoção das favelas cariocas, ver SIMÕES, S. S. *Cruzada São Sebastião: etnografia da moradia e do cotidiano dos moradores de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro*. Tese (Antropologia)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

de resolução das carências sociais, e dando lugar, na ocasião, a um registro formal no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

2 - A noção de sociedade civil, por muito tempo criticada por uma literatura marxista, conheceu um verdadeiro renascimento nos anos 1980-90, em concomitância com a descoberta da noção de espaço público<sup>39</sup> em Arendt e Habermas. Ela foi desenvolvida de modo exponencial em relação às esperanças da emergência de uma nova sociedade brasileira, livre das feridas do clientelismo e do paternalismo – dando lugar ao que aparece retrospectivamente como uma verdadeira mitologia política da “transição democrática”. Alguns analisavam, sem ênfase, a “transição conservadora”, dirigida do alto. Eles mostravam, seguindo o caminho de P. Schmitter,<sup>40</sup> os acordos neo-corporativistas que se instalavam e analisavam as associações como articulações das “intermediações” entre grupos de interesse profissionais, étnicos, sociais, territoriais, e o poder público.<sup>41</sup> Outros se lançavam, opostamente, em uma carreira apologética das mutações em curso – a exaltação de um “novo associativismo” estando no coração desta “refundação”.<sup>42</sup> Esse discurso sobre a sociedade civil correspondia claramente a um esforço performático para propor uma concepção da cidadania fundamentada no direito, e oposta às restrições corporativistas ou militaristas até ali conhecidas. Ele era mais interessante quando ele se juntava à interrogação de seu significado na história do Brasil – fosse sobre a história da

<sup>39</sup> TELLES, V. da. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A.; ALVAREZ, S. *Cultures of politics/Politics of cultures*. Boulder: Westview Press, 1998.

<sup>40</sup> STREECK, W.; SCHMITTER, P. C. Community, market, state and associations?: the prospective control of interest governance to social order. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). *Private interest government: beyond market and the state*, London: Sage, 1985. p. 1-29; DINIZ, E.; BOSCHI, R. O corporativismo na construção do espaço público. In: BOSCHI, R. (Org.). *Corporativismo e desigualdade*. Rio de Janeiro: IUPERJ: Rio-Fundo Editoras, 1989.

<sup>41</sup> LABRA, M. E. Associativismo no setor saúde brasileiro e organização de interesses do empresariado médico. *Physis: revista de saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 193-225, 1994; LABRA, M. E. Análise de políticas, policy making e intermediação de interesses: uma revisão. *Physis: revista de saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 131-166, 1999.

<sup>42</sup> AVRITZER, L. *Democracy and the public sphere in Latin América*. Princeton: Princeton University Press, 2002; AVRITZER, L. Um desenho institucional para o novo associativismo. *Lua Nova*, São Paulo, v. 39, p. 148-174, 1997; AVRITZER, L.; RECAMÁN, M.; VENTURI, G. O associativismo na cidade de São Paulo. In: AVRITZER, L. (Org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: UNESP, 2004.



República por Murilo de Carvalho ou sobre a formação de uma “cidadania regulada” por Wanderley Guilherme dos Santos.

Esse discurso universitário se encontrou, de um modo muito ambivalente, com o discurso político da “terceira via” do governo Fernando Henrique Cardoso, justificando o desenvolvimento de novas formas de cooperação entre o público e o privado. Muitas associações foram integradas aos dispositivos de política pública – esse processo conduziu a apreciações variáveis, indo da crítica da defecção, pelo Estado, de suas missões de serviço público e os riscos de “desmanche” dos ganhos da cidadania desde o fim da ditadura,<sup>43</sup> à autoglorificação das redes de ONGs que se tornaram pilares dessa “nova sociedade civil”. Essas medidas tiveram por efeito o crescimento do lugar concedido às associações nas políticas públicas. Essa nova distribuição de poder conduziu a dois tipos de observações: de um lado, a descrição das experiências e a apreciação de suas novas contribuições,<sup>44</sup> particularmente na área social;<sup>45</sup> de outro, a constatação de formas perversas com a obrigação de se associar visando a participação no planejamento urbano<sup>46</sup> ou a crítica da “refilantropização da questão social”, sob o pretexto de flexibilização das políticas sociais.<sup>47</sup>

Desde os anos 1980, nós assistimos à explosão das ONGs.<sup>48</sup> Elas são de tamanho reduzido e se dedicam a fornecer uma ajuda especializada num determinado domínio (saúde, educação, meio ambiente, violência

<sup>43</sup> OLIVEIRA, I. Crítica à Razão Tralista. São Paulo: Boitempo, 2003.

<sup>44</sup> ZALUAR, A. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 35, 1997; \_\_\_\_\_. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999; LUCHINI, A. de M.; SOUZA, M. D.; PINTO A. L. Aportes e limites da perspectiva de redes de políticas públicas: O caso da gestão da água. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 87-94, 2003.

<sup>45</sup> ARRETICHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 111-141, 1999; SOUZA, W. da S. Associações civis em saúde mental no Rio de Janeiro: democratizando os espaços sociais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 933-939, 2001; LOPES, J. R. Terceiro setor: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 57-66, 2004.

<sup>46</sup> VARELLA, A. *O dever de cidadania: políticas públicas de planejamento urbano e participação popular no Brasil*. Capítulo publicado neste livro.

<sup>47</sup> YAZBECK, C. A política social brasileira nos 90: a refilantropização da questão social. *Cadernos ABONG*, [S.l.], 1995; TELLES, V. *No fio da navalha: entre carências e direitos*. São Paulo: Polis, 1998.

<sup>48</sup> Para um panorama: FERNANDES, R. C. *Privado porém público*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 65-85. Ver também MOÇOUÇA P. S. As ONG's: dos bastidores ao centro do palco. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, 1995.

etc.) ou a um grupo determinado (meninos de rua, Afro-Brasileiros, populações indígenas, mulheres etc.). Elas criam, então, com o apoio financeiro e logístico de fundações filantrópicas ou de organismos intergovernamentais, micro-organizações, às vezes interligadas em rede, trabalhando para reduzir situações de injustiça social ou para garantir direitos cívicos ou políticos. Estudos foram publicados sobre suas ligações com o Movimento dos Sem-Terra,<sup>49</sup> sobre as estratégias de desenvolvimento que elas apoiam<sup>50</sup>, sobre suas ações junto a meninos de rua<sup>51</sup> ou em favor da saúde ou da ecologia<sup>52</sup> etc. Mas as pesquisas sobre seu funcionamento concreto, no campo, são raras – e dormem talvez nos relatórios internos financiados por suas matrizes.

3 - Paralelamente, o léxico do capital social se generalizou, relançado pelo sucesso de *Bowling Alone* de R. Putnam, e adotado desde então pelo Banco Mundial, por organizações intergovernamentais e organizações não-governamentais. O capital social torna-se a panaceia para a recomposição de uma “cultura participativa”<sup>53</sup> e as benfeitorias do “desenvolvimento cívico” se fariam sentir nas redes de política social,<sup>54</sup> assim como nas redes do terceiro setor.<sup>55</sup> A proximidade comunitária seria um fundamento para esse bem raro que é a confiança cívica, dos cidadãos entre si ou diante das instituições.<sup>56</sup> Mas pode-se aqui também se interrogar sobre o sentido destes conceitos, a se constatar o forte grau de interconhecimento e de sociabilidade que é própria a certos bairros desfavorecidos, nos quais floresce hoje todo tipo de delinquência

<sup>49</sup> GOHN, M. da G. *Os Sem-Terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2000.

<sup>50</sup> ÁLVARES, L.C. ONGs: uma alternativa aos descaminhos do desenvolvimentismo. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 10, p. 39-61, 2000.

<sup>51</sup> VALLADARES, L.; IMPELIZIERI, F. *Ação invisível: um censo a partir do Urbandata*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1992. (um censo a partir do Urbandata).

<sup>52</sup> MATTOS, S. M. da Silva Nunes; DRUMMOND J. A. O terceiro setor como executor de políticas públicas: NGO's ambientalistas na Baía de Guanabara (1990-2001). *Revista de Sociologia e Política*, São Paulo, v. 24, p. 177-192, 2005.

<sup>53</sup> BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, São Paulo, v. 21, p. 83-108, 2003.

<sup>54</sup> COSTA, M. A. N. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro. *Revista de Sociologia e Política*, São Paulo, v. 21, p. 47-163, 2003.

<sup>55</sup> ROCHA HECKERT, C.; TERRA DA SILVA, M. A formação de redes para o desenvolvimento do terceiro setor [200-]. Disponível em: < <http://formacoedefale.pbworks.com/f/A+Forma%C3%A7%C3%A3o+de+Redes+para+o+Desenvolvimento+do+Terceiro+Setor.doc> >.

<sup>56</sup> FUKUYAMA, F. *Trust: the social virtues and the creation of prosperity*. New York: Free Press, 1995; et le recueil de textes de WARREN, M. E. (Ed.). *Democracy and trust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

organizada. O capital social seria desviado pelas associações criminais?

A literatura sobre a democracia participativa e sobre a economia solidária está igualmente em plena expansão. Ela se encontra, sob muitos aspectos, com os outros domínios que acabamos de mencionar. A participação remete ao ideal de uma cidadania ativa,<sup>57</sup> e prolonga a defesa dos movimentos populares e dos movimentos sociais que emergiram desde o começo dos anos 1980.<sup>58</sup> Mais recentemente, certo número de experimentos transformou essa problemática: as organizações de movimentos sociais estão, de modo mais institucional, mas com o mesmo entusiasmo utópico, reenquadradas em relação a políticas públicas.<sup>59</sup> E os sucessos relativos de certos conselhos gestores<sup>60</sup> e orçamentos participativos<sup>61</sup> conduziram a reavaliar o alcance em termos de democracia participativa, de *underclass empowerment* e de *civic governance*.<sup>62</sup> Resta que, se nos distanciamos dos projetos normativos para observar de mais perto o que se passa, parece que as práticas mais clássicas do clientelismo e do paternalismo continuam a operar no próprio seio dos dispositivos cívicos mais citados<sup>63</sup> – as

<sup>57</sup> BENEVIDES, M. V. *A cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 1991.

<sup>58</sup> SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; KRISCHKE, P.; SCHERER-WARREN, I. (Org.). *Uma revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987; e uma síntese de P. Jacobi: *Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura dos anos 70 e 80*. *BIB*, Rio de Janeiro, v. 23, 1987.

<sup>59</sup> TIRIBA, L. Economía popular y movimientos populares (y una vez más el trabajo como principio educativo). *Contexto e Educação*, São Paulo, v. 54, p. 53-79, 1999; FRANÇA FILHO, G. Carvalho de. Economia solidária e movimentos sociais. In: MEDEIROS, A.; SCHWENGBER, Â.; SCHIOCHET, V. (Org.). *Políticas públicas de economia solidária por um outro desenvolvimento*. Recife: Ed. da UFPE, 2006. v. 1, p. 59-108.

<sup>60</sup> GOHN, M. da G. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.

<sup>61</sup> SOUSA SANTOS, B. de. Participatory budgeting in Porto Alegre: toward a redistributive democracy. *Politics and Society*, Los Altos, v. 26, n. 4, p. 461-510, 1998; BAIOCCHI, G. Participation, activism, and politics: the Porto Alegre experiment. *Politics and Society*, Los Altos, v. 29, n. 1, p. 43-72, 2001; BAIOCCHI, G. (Ed.). *Radicals in power: the workers' party and experiments in urban democracy in Brazil*. London: Zed Books, 2002; AVRITZER, L.; PIRES, R. R. Orçamento participativo, efeitos distributivos e combate à pobreza. *Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte, p. 68-89, 2005.

<sup>62</sup> FUNG, A. *Empowered participation: reinventing urban democracy*. Princeton: Princeton University Press, 2004. E as coletâneas FUNG, A.; WRIGHT E. O. (Ed.). *Deepening democracy: institutional innovations in empowered participatory governance (The Real Utopias Project IV)*. London: Verso, 2003; BACQUÉ, M.-H.; REY, H.; SINTOMER, Y. (Ed.). *Gestion de proximité et démocratie participative*. Paris: La Découverte, 2005.

<sup>63</sup> BEZERRA, M. O. *Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999; \_\_\_\_\_. *Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

perspectivas mais finas mostrando a difícil desvinculação dos processos participativos das modalidades da política comum.<sup>64</sup>

Enfim, seja em São Paulo em torno de P. Singer,<sup>65</sup> no Mato Grosso<sup>66</sup> ou na Bahia,<sup>67</sup> em que particularidades regionais são reivindicadas pela economia solidária,<sup>68</sup> parece que os vagões brasileiros estão engatados ao trem da encenação de uma revolução global. Uma “sociedade civil global” tece seu pano, através das *transnational social movement organizations* e dos *transnational advocacy networks*.<sup>69</sup> As experiências brasileiras, diante dos Fóruns Sociais, se encaixam assim em imensas redes de circulação de informação, de coordenação e de deliberação. O projeto é claramente político. Um verdadeiro esforço jurídico e teórico é, entretanto, conduzido para tentar delimitar as categorias de economia solidária, economia popular, economia social e terceiro setor<sup>70</sup> e para apontar algumas das dificuldades do amálgama estatístico<sup>71</sup> e analítico<sup>72</sup> de todos os tipos de associações, com funções múltiplas e em contextos diferentes. Já é difícil juntar sob a mesma rubrica entidades com disparate de *status* no campo do Direito: *associações voluntárias, organizações comunitárias, organizações não governamentais, instituições filantrópicas, fundações, igrejas e seitas, organizações sociais (OS), projetos sociais desenvolvidos por empresas, sindicatos* etc. Mas logo que se recupera a complexidade

<sup>64</sup> VIDAL, D. Décentralisation infra-municipale, associations d'habitants et pouvoir local: dépasser l'opposition clientélisme/participation politique. In: LE BRIS, É. (Dir.). *Villes du Sud*. Paris: Éditions Orstom, 1996. p. 131-146.

<sup>65</sup> SINGER, P. *Uma utopia militante*. São Paulo: Vozes, 1999; \_\_\_\_\_. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002; et SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

<sup>66</sup> FERREIRA SÁ, C. A. *Economia solidária no Mato Grosso do Sul: desafios e possibilidades*. Monografia Ministério do Trabalho e Emprego, Centro Universitário do Campo Grande, MS, 2005.

<sup>67</sup> FRANÇA FILHO, G. Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Revue du MAUSS*, [S.l.], 8 maio 2007. Disponível em: <<http://www.journaldumauss.net/spip.php?article83>>.

<sup>68</sup> Ver BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Atlas da economia solidária*. Brasília, DF, 2005.

<sup>69</sup> KECK, M. E.; SIKKINK, K. *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1998.

<sup>70</sup> Ver o interessante esforço de cirurgia conceitual de Genauto Carvalho de França Filho: Terceiro Setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2001.

<sup>71</sup> MADEIRA, F. R.; BIANCARDI, M. R. O desafio das estatísticas do Terceiro Setor. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 177-184, 2003.

<sup>72</sup> SANTOS DE SOUSA, T. A. Pensar pelo avesso o Terceiro Setor: mitos, dilemas e perspectivas da ação social organizada nas políticas sociais. *Lusotopie*, [S.l.], n. 1, p. 241-262, 2002.

de contextos ambíguos e híbridos, essas cisões tornam-se ainda mais problemáticas.

### 3.2 *Restituir a complexidade de contextos ambíguos e híbridos*

Mas falar de associações em geral é ainda demasiadamente vago. Esse tipo de organização não é homogêneo: pode tomar todos os tamanhos e formas, visar toda sorte de objetivos, participar de diferentes conflitos e ocupar todos os lugares em relação ao Estado e ao mercado.<sup>73</sup> A maioria das pesquisas sobre as associações nos dias atuais advêm na ciência econômica, em particular na economia do terceiro setor.<sup>74</sup> Ou então, elas tomam uma forma, na França, de uma sócio-história do político.<sup>75</sup> Em todos esses casos, a arena pública é reduzida a um campo ou a um mercado e onde o agente é determinado por seu percurso num espaço estrutural de posições sociais e limitado a competências de cálculo de investimento e de lucro. Outra abordagem, mais sofisticada, é levada a cabo pela equipe de J. Ion. Ela mostra o advento de uma militância irregular, fluída e volátil, de indivíduos que se engajam e se desengajam de acordo com as circunstâncias, que se implicam limitadamente, preocupados não tanto com questões ideológicas, mas com assuntos do cotidiano. Mesmo permanecendo alguns “nichos identitários”,<sup>76</sup> ligadas às “federações” ou “organizações”, assiste-se à emergência de novas formas de individualização, e de novas modalidades de engajamento de cidadãos ativos,<sup>77</sup> que se referem a bens públicos, com referência distanciada às coletividades. A recusa das formas centralizadas, hierarquizadas e burocratizadas de regulação e de controle político e a implicação em organizações horizontais e reticulares, sem obrigação de crer num catequismo ou de pertencer a um aparelho institucional, acompanha um movimento de “personalização”, de “tecnicização” e de “consumerização” do engajamento público. Ion<sup>78</sup> propõe uma perspectiva, em parte convergente, em parte distinta, das hipóteses de T. Skocpol sobre o crescimento do setor de

<sup>73</sup> BLAIS, J. P.; GILLIO, C.; ION, J. *Cadre de vie, environnement et dynamiques associatives*. Paris: PUCA, 2001; \_\_\_\_\_. *Actions associatives, solidarités et territoires*. St Étienne: Publications de l'Université de St Étienne, 2001.

<sup>74</sup> Ver, por exemplo, os relatórios anuais da *Global Civil Society*, editadas por H. Anheier, M. Glasius, M. Kaldor.

<sup>75</sup> OFFERLE, M. *Sociologie des groupes d'intérêt*. Paris: Montchrestien, 1994.

<sup>76</sup> ION, J. *La fin des militants*. Paris: Éditions de l'Atelier, 1997. p. 91.

<sup>77</sup> ION, J.; PERONI, M. *Engagement public et exposition de la personne*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 1997.

<sup>78</sup> ION, J. *Affranchissements et engagements personnels*. In: \_\_\_\_\_. (Dir.). *L'engagement au pluriel*. Saint-Étienne: Presses de l'Université de Saint-Étienne, 2001.

organizações de movimentos sociais, funcionando como empresas, grupos de interesses ou de grupos de pressões,<sup>79</sup> e das hipóteses de R. Wuthnow sobre a mudança dos regimes de individualização e a “fragmentação” das comunidades políticas.<sup>80</sup> Tudo isso apoiado em dados de pesquisa de campo de excelente qualidade.

Outras vias são imagináveis para compreender o funcionamento interno das associações e sua inscrição em arenas públicas e, numa escala micro, para analisar os contextos híbridos da experiência e da ação que as caracterizam. O objetivo é de ultrapassar a retórica do interesse e a retórica do individualismo – ou, ao menos, de reenquadrá-los. Esses modos de pensar tendem a reduzir sobre um só eixo a complexidade de *regimes de engajamento, com suas formas de composição, de tensão, de arbitragem e de compromisso, com suas arquiteturas de atividades, de laços e de projetos e com seus dilemas de direito, de obrigação e de responsabilidade*. É preciso procurar outros modos de investigar e raciocinar. Alguns trabalhos têm começado a ir nesse sentido, seja problematizando a gramática do *self-interest* mostrando seus limites e seus laços com outras gramáticas segundo as situações de expressão;<sup>81</sup> seja descobrindo, mediante as baterias de entrevistas, a ambivalência de avaliações da ação dos atores e de seus “vocabulários de compaixão”.<sup>82</sup> Mas pode-se tentar fazer, praticando uma observação etnográfica, *in situ*, da *arquitetura de regimes de engajamento, de coordenação e de justificação*, em que se encontram as atividades dos membros das associações. O trabalho de desvinculação das lógicas de racionalidade e de legitimidade que governam as ações e interações poderia, por exemplo, se inspirar no modelo de cidades de L. Boltanski e L. Thévenot – cidades de inspiração, mercantil, industrial, de opinião, doméstica e cívica.<sup>83</sup> As associações aparecem, então, como “*organizações compósitas*”,<sup>84</sup> ordenadas ao redor de fórmulas de coordenação entre pessoas e coisas, repousando sobre compromissos em torno de convenções comuns. A confrontação a

<sup>79</sup> SKOCPOL, T. *Diminished democracy: from membership to management in american civic life*. Norman: University of Oklahoma, 2003.

<sup>80</sup> WUTHNOW, R. *Loose connections: joining together in america's fragmented communities*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

<sup>81</sup> MANSBRIDGE, J. (Ed.). *Beyond self-interest*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

<sup>82</sup> WUTHNOW, R. *Acts of compassion: caring for others and helping ourselves*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

<sup>83</sup> BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. *De la justification*. Paris: Gallimard, 1991.

<sup>84</sup> THEVENOT, L. *L'action au pluriel: Sociologie des régimes d'engagement*. Paris: La Découverte, 2005.

uma situação problemática requer que se coloque em evidência os procedimentos de transação por meio dos quais os atores reduzem suas diferenças, apaziguam seus litígios e disputas – ou, pelo menos, ocorrem de uma forma viável, embora conflitual, de organização de suas experiências e de suas atividades. Eles estabelecem conjuntos de argumentos como modos práticos de se engajarem numa situação, de configurá-las por seus projetos, de selecionar finalidades e objetivos e constituindo o que é “recurso”, “oportunidade” ou “constrangimento” da ação na ação, de se articularem com seus pares numa dinâmica de cooperação e competição. Por outro lado, além dessa dinâmica pública de justificação, de denúncia e de reivindicação, toda uma série de modalidades de experiência e de ação pode ser pensada sobre o título de “*regimes do próximo*” – onde primam os laços de familiaridade com as coisas e com as pessoas.

Portanto, um aspecto próprio das associações é que elas são constituídas por “contextos ambíguos”,<sup>85</sup> nos quais a especificação das identidades e das responsabilidades, das alianças e dos conflitos, de projetos a realizar e de procedimentos a seguir é uma fonte de “*perplexidade*”, como dizia Jane Addams,<sup>86</sup> tanto para os atores quanto para os observadores. Segundo as modelizações do mercado filantrópico, os “empresários” associativos sabem, à primeira vista, reconhecer as incitações seletivas e calcular os investimentos rentáveis. Segundo as modelizações da vida administrativa, os “funcionários” associativos obedecem, sem um estado de alma, às regras universais e adotam, por exemplo, os cânones de equidade e de justiça social determinados pelo Estado. Segundo as modelizações do espaço público, os “cidadãos” associativos sabem identificar o bem público em termos de suas *indagações, experimentações e deliberações*, no sentido de John Dewey,<sup>87</sup> e se colocar virtuosamente a seu serviço. Mas com as associações, temos muitas vezes situações mais problemáticas em que os atores não sabem sempre claramente a qual regime de ação e de interação vão-se referir na prática. Um trabalho mais fino de análise de situação se impõe como crucial. O trabalho de campo mostra, assim, o entrelaçamento de diferentes lógicas:

<sup>85</sup> ELIASOPH, N. *Making volunteers: civic life after Welfare's end*. Princeton: Princeton University Press, 2011. No prelo. A autora escreve sobre “*scrambled moral worlds*”, “*blended organizations*” e “*hybrid governance*”.

<sup>86</sup> ADDAMS, J. *Democracy and social ethics*. New York: Macmillan, 1907.

<sup>87</sup> DEWEY, J. *The public and its problems*. New York: Holt, 1927.

- Uma lógica de *empresa comercial*: realizar lucros sobre um mercado, produzir e vender ao melhor preço, acumular capitais ao máximo, otimizar a utilização de recursos humanos, obedecer a uma racionalidade instrumental e utilitária e levar em conta as insatisfações dos clientes. A associação será submetida aos imperativos da produtividade e da rentabilidade.
- Uma lógica de *organização industrial*: raciocinar em termos de performances, estabelecer métodos de medida e de controle, estandarizar os produtos, estabilizar o meio ambiente, reduzir as incertezas, efetuar os investimentos técnicos a longo prazo, programar os novos produtos e as novas organizações do trabalho. A associação será regida pelos princípios da eficiência e da previsibilidade.
- Uma lógica de *serviço público*: aplicar os regulamentos de gestão pública, seguir as finalidades do interesse geral, respeitar os circuitos hierárquicos de decisão e uma divisão funcional do trabalho, se alinhar conforme as grades da qualificação, os conjuntos de objetivos e os métodos de trabalho impostos pelo poder público. A associação se alinha de acordo com os cânones da administração pública para produzir e distribuir os serviços.
- Uma lógica de *representação democrática*: fundar a legitimidade no interior da associação sobre a sanção pelo voto e sobre a obediência à lei, respeitar o princípio de maioria após o voto, aceitar as decisões tomadas pelos representantes; e, fora das associações, destituir os governantes em caso de abuso de poder, prestar contas à opinião pública, ter uma função de contra poder no que tange ao abuso de funcionários e políticos profissionais.
- Uma lógica de *soberania popular*, às vezes combinada com uma lógica da *racionalidade comunicacional*: participação, deliberação e decisão devem ser acessíveis a todos os membros da associação, num processo de debate entre indivíduos livres e iguais, com vistas a atingir o consenso e o consentimento da ordem pública. A associação é o lugar de realização de uma forma de democracia local, senão de democracia direta.
- Uma lógica de *coesão social*: ensinar os indivíduos que eles têm competências e conhecimentos úteis a todos, reativar um senso de cidadania social em que cada um tenha direitos e deveres, obrigações mútuas com seus pares, responsabilidades *vis-à-vis* à coletividade e, em contrapartida, em que cada um tenha um lugar no jogo da gratidão e do reconhecimento. A associação recria os



laços sociais e renova as relações contra a entropia do individualismo.

- Uma lógica da *vida doméstica*: ocupar-se dos afazeres da vida cotidiana, apoiar-se sobre as relações de confiança entre pessoas na vida privada, partilhar da mesma história e do mesmo território; mobilizar o *savoir-faire* ancorado numa experiência do familiar, fazer crescer uma generosidade entre vizinhos e amigos, fundar uma autoridade sobre a frequência de longa duração, privilegiar o prazer da troca e da convivência. A associação será um prolongamento do *oikos*, o lugar caloroso da casa e da vizinhança, podendo desencadear um retorno ao comunitarismo, aos antípodas da abertura ao público.
- Uma lógica da *realização pessoal*: encontrar os modos de realização própria, sob a forma da felicidade pessoal, do êxito econômico, da pesquisa terapêutica ou da autenticidade expressiva; privilegiar a expansão do *Self* como bem supremo, cultivar seu “*petit jardin*”, buscar seu caminho, amar seus próximos e cuidar de seu ambiente; dar, receber e retribuir a fim de se descobrir e de ser feliz. A associação será o horizonte para uns, de autonomia individual, para outros, de narcisismo expressivo.
- Uma lógica da *comunidade religiosa*: refundar, por meio da prática da reza e do respeito aos ritos, uma moral da vida cotidiana; extirpar o mal, comunicar-se com os espíritos, elevar sua alma, salvar a humanidade. Dar à ajuda mútua e à solidariedade o sentido de um dom de amor entre fiéis; relacionar os laços civis ao pertencimento comum a um mundo transcendente; articular, em certos casos, a salvação individual com a possibilidade de enriquecimento e de prosperidade econômica. A associação é vivida como uma comunidade terrestre, prefigurando a “Cidade” ou o “Reino” de Deus.

A vida associativa, portanto, não é simples. Esses diferentes regimes de engajamento formam par com formas de proximidade e de desprendimento, com modos de individualização e de cooperação, com dinâmicas de racionalização e de legitimação. O cuidado em mostrar seu entrelaçamento em contextos ambíguos acaba com a redução das associações a empresas ou a burocracias, revela seu caráter de organizações compósitas e insiste sobre sua participação em “fóruns híbridos”.<sup>88</sup> Em vários estudos de caso que acompanham as associa-

<sup>88</sup> CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. *Agir dans un monde incertain: essai sur la démocratie technique*. Paris: Seuil, 2001.

ções de bairro, podemos mostrar que o *tipo de relação com o público* que ali se encontra não é somente aquele de um serviço social ou de uma clientela. A relação de confiança e de simpatia, às vezes de rancor e de reprovação, que existe entre os membros de uma associação e os moradores de um bairro não tem a impersonalidade de uma lógica econômica ou burocrática: ela é própria de vizinhos e tem seu lugar por meio de provas compartilhadas. Da mesma forma, o tipo de *sociabilidade entre beneficentes* se faz, antes de tudo, em um meio de interconhecimento, prolongado em estima e em amizade, segundo as afinidades, fora do quadro das associações. A sociabilidade entre benevolentes, voluntários ou assalariados, não pode ser qualificada em termos de mobilização econômica de recursos, de combinação otimizada de competências ou de coordenação industrial de atividades. Quanto ao tipo de *engajamento dos membros*, não tem por razão declarada a pesquisa estratégica voltada para um lucro econômico, político ou simbólico. Não é somente o gosto pelo dinheiro, pelo poder ou pelo prestígio que mobiliza os membros da associação. Os motivos recorrentes são seus sentidos de responsabilidade e da solidariedade, sua recusa à injustiça social, sua preocupação com o bem público, sua indignação contra a negligência política, seu desejo de participar dos assuntos públicos, sua ligação à vida do bairro etc. E encontramos, nas representações de suas ações e nas justificativas que eles dão, as formas de tensão entre o vínculo local na vizinhança e a abertura a um espaço cívico e político, entre a inscrição concreta em uma rede de conhecimentos interpessoais e a participação abstrata no registro do direito e da cidadania. Todos esses elementos podem ser observados, descritos e analisados em situações diversas por uma pesquisa de campo. E sua avaliação política requer um momento dedicado à pesquisa de campo.

### ***3.3 Seguir o processo de configuração de arenas públicas***

No lugar de tomar como ponto de partida uma associação, como uma espécie de microorganismo ou de microcomunidade, de “pequena sociedade” destacada da “grande sociedade”, como dizia Tocqueville, e dotada de uma microcultura e de uma identidade coletiva, pode ser interessante examinar como a associação se faz como uma *arena intraorganizacional* em uma *arena interorganizacional*, promovendo um certo número de interações, de ações e de atividades.

As mobilizações associativas jamais são uma coisa simples. As pesquisas mais recentes recorrem a descrições da ação coletiva que insistem nas múltiplas limitações do campo de ação, na indecisão e na indeterminação das regras do jogo, no equívoco e na ambiguidade das preferências e das motivações. Elas mostram também a variabilidade dos equilíbrios de alianças e de oposições, a transformação no tempo dos objetivos declarados, a contingência dos incidentes, dos encontros e dos acontecimentos. Assim, as associações são menos sistemas de funções bem integradas do que produtos instáveis, sempre em transformação, de nexos de ações e de interações em contato com uma “ordem local”. Elas são arenas de troca e de conflito, de cooperação e de competição, de invenção de soluções a problemas, de negociação de convenções coletivas e de composição de racionalidades múltiplas. Estas “anarquias organizadas”<sup>89</sup> não têm *um* objetivo, *uma* estratégia e *uma* ideologia. Elas são atravessadas por ambiguidades e, às vezes, por contradições. Elas podem perseguir diversas finalidades não compatíveis entre si e ser confrontadas com os dilemas da escolha dos meios em relação aos fins. Elas podem ser assediadas por tensões entre objetivos intermediários e objetivos últimos, ou entre temporalidades a curto e a longo prazo, ou, ainda, dilaceradas por conflitos sobre questões de princípios e de procedimentos e por lutas internas pelo poder da organização. Não se deve, então, superestimar a unidade e a continuidade das associações – essa unidade e essa continuidade são um problema prático que elas não cessam de trabalhar para resolver.

A questão pode ser colocada ainda de outra forma. A organização mantém junta uma pluralidade de lógicas de racionalidade e de legitimidade.<sup>90</sup> Pode-se voltar à tipologia exposta no parágrafo precedente, simplificando-a, seguindo uma tripartição entre regimes da justificação pública, do plano racional e da acomodação familiar.<sup>91</sup> As associações podem ter formas, aspectos e estilos, modos de produção de conhecimento, de tomada de decisão, de exercício do julgamento e de resolução dos problemas extremamente diversos. Certas associações privilegiam a personalização das coisas e das pessoas, requerem usos e ajustes em familiaridade, se apoiam em relações de parentesco e em laços interpessoais para construir seus projetos, garantir um grau

<sup>89</sup> COHEN, M.; MARCH, J.; OLSEN, J. A garbage can model of organizational choice. *Administrative Science Quarterly*, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 1-25, 1972.

<sup>90</sup> LAFAYE, C. *La sociologie des organisations*. Paris: Nathan, 1996.

<sup>91</sup> THEVENOT, L. *L'action au pluriel*. Paris: La Découverte, 2006.

de confiança entre os membros e gerenciar os problemas de reputação e de autoridade.<sup>92</sup> Elas podem distribuir os saberes sobre redes de pessoas, corrigir os problemas locais pelos milagres do jeitinho, sem mobilizar “dispositivos de generalização”. Outras associações, por outro lado, pensam os agentes como operadores de funções anônimas, que executam procedimentos por meio dos postos e dos instrumentos autônomos de medida e de avaliação, sem que sejam postos em jogo seus laços interpessoais. Elas insistem na padronização dos postos e das atividades, são regidas por procedimentos rigorosos de coleta e de centralização de informação, de análise e de generalização das conclusões, de coordenação e de planificação da ação. Todos os tipos de “tensões” ou de “combinações” podem se instalar no seio das ONGs, que obedecem a regras de funcionamento de gestão, logística e orçamento estabelecidas, por exemplo, no Canadá e na Noruega, e que, ao mesmo tempo, tem de compor com apoios locais, hierarquias de *status*, dependências políticas, hábitos administrativos e competências cívicas que não são aquelas que elas anteciparam.

Outra diferença possível: certas associações prestam contas do que elas fazem em nome do *self-interest*, não hesitam em se pensar como a expressão de interesses particulares, se querem a voz de uma “comunidade” sem se preocupar em convencer pessoas que lhe são estranhas, se batem para alcançar bens que sejam úteis a grupos exclusivos, sem jamais procurar generalizar suas reivindicações. A ação associativa é, antes de tudo, vivida como um modo de defesa de bens e pessoas próximas – o território investido por uma *favela*, a economia de uma colônia de pescadores, a *congada* de um grupo de negros do interior, a parte da fazenda invadida pelos sem-terra. O coletivo remete quase sempre a uma pequena comunidade, raramente ao público sem restrição. Outras, por sua vez, denunciam esse primeiro tipo de associação como revelador da síndrome de NIMBY e, obedecendo a gramáticas de justificação pública, proibem-se de inclinar-se para o lado dos interesses particulares, sejam eles de uma pessoa ou de uma comunidade. Elas buscam a universalização de suas opiniões, de suas denúncias e de suas reivindicações e, mais do que se apoiar em redes de relações privadas, tentam estabelecer dispositivos públicos de resolução de problemas. A ação associativa se apresenta, então, como porta-voz de bens públicos – sejam eles, retomando os exemplos acima, o *direito à moradia* e a exigência de justiça social

<sup>92</sup> COMERFORD, J. C. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

em favor dos moradores da favela; a salvaguarda de um patrimônio ambiental e cultural, no caso da aldeia de pescadores; a promoção da diversidade multicultural e a redescoberta das raízes africanas do povo brasileiro; e, finalmente, o direito de uso das terras em oposição à propriedade especulativa e a opção pela reforma agrária, em nome de uma redistribuição das riquezas nacionais.

Imaginamos a multiplicidade das formas associativas que podemos encontrar. E podemos presumir que elas serão relativamente diferentes na França, no Brasil e nos Estados Unidos – sem que se possa, por isso, generalizar rapidamente, invocando “tradições” ou “culturas” nacionais. A análise situacional e o estudo de caso são antídotos contra as facilidades da tipificação, que rapidamente se tornam estereótipos: a América, reino da associação tocqueviliana, livre e igualitária, em que a sociedade civil constitui um verdadeiro contrapoder; a França, terra do jacobinismo, ainda dificultada por hábitos do Antigo Regime e submetida à onipotência política de seu Estado; o Brasil, “sociedade relacional”, na qual as facilidades da sociabilidade se pagam pelas contorções de uma desigualdade estatutária, em que as alegrias da cordialidade caminham junto às formas de exclusão da cidadania. Essas proposições não são nem verdadeiras, nem falsas: viraram senso comum. Elas arriscam se precipitar em evidências que impedem de ver a diversidade dos casos no campo. Em particular, elas correm o risco de reificar e de exotizar certos esquemas da experiência e da ação e de favorecer a crença em um excepcionalismo brasileiro<sup>93</sup> – como outros defendem uma excepcionalidade francesa ou norte-americana. Elas homogeneizam, por outro lado, o que se passa em Belém, Porto Alegre ou Rio de Janeiro invocando uma “cultura brasileira”, enquanto seria preferível observar as singularidades locais; e, mais adiante ainda, identificar mundos profissionais ou institucionais, ou mundos ligados ao bairro, à classe ou à religião, que desfazem essa ilusão culturalista. Muitas vezes, se nos dedicamos a uma análise de situações, e se nos alinhamos sobre os critérios de pertinência dos atores, percebemos que limitações técnicas ou jurídicas, arranjos ecológicos ou políticos, convenções coletivas ou hábitos adquiridos em pequena escala, frequentemente, explicam bem melhor as escolhas e as decisões do que

<sup>93</sup> Isso não invalida as numerosas propostas na literatura histórica e antropológica sobre uma suposta “civilização brasileira” ou uma “cultura brasileira” por autores fundadores, como Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Darcy Ribeiro, Caio Prado Jr, Roberto da Matta, entre outros. O ponto aqui não é de recusar seus intuítos e análises, mas sim de retomá-los, experimentá-los e colocá-los à prova no trabalho de campo.

a referência a uma “cultura”.<sup>94</sup> E o jogo de semelhanças e diferenças não passa tanto mais por uma tipologia das culturas, mais ou menos “cívicas”, fundadas em algumas variáveis formais, como a literatura sobre o desenvolvimento político ou sobre a transição democrática tendia a fazer, do que por *comparações contínuas entre casos, dos quais vão progressivamente emergir dimensões de generalidade*.<sup>95</sup> No lugar das análises que começam em termos de “tradição” comum ou de “cultura” partilhada, uma abordagem em termos de arenas públicas desenvolve uma perspectiva pragmatista, para compreender como se configuram associações. Ou seja: uma focalização sobre os sentidos em construção nas *situações de ação e de interação*, mais do que nas representações coletivas suspensas no ar; uma atenção a situações analisadas como *processos tendo sua dinâmica própria*, mais do que como estruturas objetivadas cujas situações seriam sua sombra; uma percepção das *margens de manobra e de arranjo dos constrangimentos ecológicos das situações*, mais do que a insistência nas formas de determinação e de reprodução das situações.

As associações se inscrevem em arenas interorganizacionais, povoadas por outras associações, por empresas e instituições, que constituem seu ambiente. Elas são ligadas entre si por sua preocupação compartilhada por uma *situação problemática*. Elas entram em relações de cooperação e de competição com aliados ocasionais e participantes potenciais, com a mídia, as empresas privadas e as agências públicas. a) Nessas arenas interorganizacionais, uma grande parte das relações entre as diferentes partes passa por processos de seleção e de concorrência, em redes de interdependência funcional e, às vezes, em espaços de concentração geográfica. Elas têm entre si interações de “barganha”, de “regateio”<sup>96</sup> ou de “negociação”,<sup>97</sup> ou entretêm interações de rivalidade estratégica – para ficar nas metáforas mercantil ou guerreira; b) Mas as relações de interesse e de força se compõem a partir das redes de significados. Alguns falam de “culturas organizacionais”, que se reproduzem, se imitam e se hibridizam, que se inventam e se propagam de uma organização a outra e que, às vezes, se alinham

<sup>94</sup> Cf. ELIASOPH, N.; LICHTERMAN P. Culture in Interaction. *American Journal of Sociology*, New York, v. 108, n. 4, p. 735-794, 2003.

<sup>95</sup> Sobre esse problema epistemológico, ver RAGIN, C.; BECKER, H. (Ed.). *What is a case?: exploring the foundations of social inquiry*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

<sup>96</sup> WILSON, J. Q. *Political organizations*. New York: Basic Books, 1973.

<sup>97</sup> STRAUSS, A. *Negotiations: varieties, contexts, processes, and social order*. San Francisco: Jossey-Bass, 1978.

umas às outras. Sem se iludir com a unidade e a continuidade dessas “culturas organizacionais”, podem-se observar os modos de fazer e de dizer que acabam por caracterizar as associações, que definem o estilo das relações que ali ocorrem e que traçam “fronteiras morais”<sup>98</sup> com seu exterior; c) A dimensão do sentido entra também em conta com a noção de gramáticas. As associações não fazem nada além de jogar com “recursos simbólicos” a fim de “construir a realidade social” com fins estratégicos: elas devem respeitar os “constrangimentos da *justificação pública*” que pesam sobre todos os atores, que variam segundo os lugares e os momentos de suas performances. Faltar ou ir contra essas regras de gramática, quando a lei não é simplesmente a do mais forte, pode desacreditar e anular os esforços do melhor estrategista; d) Além disso, em pontos muito precisos, litígios aparecem entre as partes sobre o diagnóstico ou prognóstico das situações, mas também sobre a *legitimidade relativa* dos objetivos e dos meios, sobre as *identidades*, os *direitos* e os *deveres* dos atores e sobre as *consequências morais e políticas* que decorrerão de seus atos. Quanto mais nos afastamos de campos nos quais primam a *Realpolitik* ou o livre mercado, mais se multiplicam *situações de prova* em que outros critérios de compreensão, de antecipação e de avaliação, além da força ou do interesse, são postos em prática.

A investigação e a pesquisa sobre as arenas públicas passam por uma *sociologia política e moral* – e, se possível, por uma etnografia de *situações de prova, de emergência e de crise, de litígio ou de disputa, de processo ou de controvérsia*. Como se estabelecem padrões de equivalência e escalas de medida que permitem lidar com as mesmas situações para lhes avaliar de modo combinado? Como se elaboram instrumentos de categorização, de qualificação e de quantificação e como se estabilizam versões mais ou menos aceitáveis de um problema a resolver? Por quais vias se constituem estratégias de conflitos e pontos de controvérsia, e emergem figuras de culpados e de vítimas, de defensores e de reparadores? Trata-se, então, menos de alfinetar, à moda do entomologista, as associações, que seriam, no caso, uma espécie de animal social, do que de seguir, à maneira do cineasta, os cursos da ação em vias de se fazer, e de mostrar como esses cursos de ação se encadeiam uns aos outros numa arena pública. Uma arena pública não é um espaço-tempo uniforme e homogêneo. Ela se

<sup>98</sup> LAMONT, M.; MOLNAR, V. The study of boundaries across the social sciences. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, v. 28, p. 167-195, 2002.

apoiar em uma multiplicidade de cenas e seus bastidores,<sup>99</sup> todas sob a alçada de análises de situação. Uma perspectiva microsociológica e pragmatista abandona uma visão objetiva, de sobrevoo, sobre o espaço-tempo público. Ela tenta recuperá-lo fazendo, no trabalho de sua configuração, a sua unificação e sua legitimação por feixes de atividades e interações. Os teatros de operação e os campos de manobra são múltiplos. Podemos ordená-los em torno do processo de emergência, de estabilização, de institucionalização e de resolução de problemas públicos – e de todas as formas de transações que operam em paralelo nos bastidores, mais ou menos escondidos do olhar do público.<sup>100</sup> Uma arena pública se articula, assim, por intermédio das formas de mobilização coletiva (3.3.1), dos estados da opinião pública (3.3.2) e dos dispositivos de ação pública (3.3.3). As intervenções das associações devem ser seguidas em cada um desses domínios.

### *3.3.1. Organizações: mobilizações coletivas e dinâmicas de institucionalização*

Uma associação não se encontra jamais isolada. Ela participa de agrupamentos, blocos ou redes de associações, diante das quais ela se posiciona. Um exemplo são os grupos de interesse que se constituem como grupos de pressão junto às Câmaras de Comércio e de Indústria ou junto aos políticos locais ou nacionais; eles negociam interesses, às vezes nos bastidores, em um complexo jogo de influência que envolve negociação, dádivas, barganhas, intimidação, “corrupção”, formando coletivos que passam a constituir alianças e entram em conflitos com outras organizações e instituições. Um outro exemplo paradigmático pode ser os movimentos de denúncia e de reivindicação coletiva que tomam corpo, cujas vozes adquirem visibilidade na arena pública. Eles formulam críticas, diagnósticos e prognósticos para o público; contam fábulas morais, produzem depoimentos pessoais, reescrevem relatos históricos, desenham uma ordem dos possíveis. Em certas circuns-

<sup>99</sup> Sobre a metáfora dramática de Goffman, ver: *The presentation of self in everyday life*. Nova York: Doubleday, Anchor Books, 1959 (Tradução: *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975); \_\_\_\_\_. *Behavior in public places: notes on the social organization of gatherings*. Nova York: Free Press, 1963.

<sup>100</sup> CEFAÏ, D. Qu'est-ce qu'une arène publique?: quelques pistes pour une approche pragmatiste. In: CEFAÏ, D., JOSEPH, I. (Dir.) *L'héritage du pragmatisme: conflit d'urbanité et épreuves du civisme*. [S.l.]: Ed. de L'aube, 2002. p. 51-82.



tâncias, estes coletivos chegam eles próprios a se institucionalizar.<sup>101</sup> Eles podem agregar-se a sindicatos ou a partidos, quando não são criados pelos mesmos, podendo também se transformar num outro tipo de estrutura organizacional – se nos remetemos, por exemplo, à trajetória de um certo número de movimentos e à sua transformação em CUT ou em PT no fim dos anos 1970.<sup>102</sup> Não se deve, então, ter uma visão romântica das associações como se elas escapassem às limitações do campo econômico, social ou político, ou fossem preservadas da “lei de bronze da oligarquia”, assegurando formas de liberdade e de reciprocidade que não são encontradas em outros domínios da sociedade. Elas são submetidas às dinâmicas descritas pela sociologia das organizações, particularmente de isomorfismo institucional,<sup>103</sup> seja do alinhamento sobre as empresas comerciais ou sobre as burocracias estatais. As formas de competição privada ou de regulamentação pública que pesam sobre as associações devem ser observadas com um olhar microsociológico.

Cada associação apresenta, então, um certo número de “fachadas”, variáveis segundo as estratégias de publicização que ela escolhe. E ela pode conhecer transformações de sua estrutura organizacional no decorrer do tempo. É preciso descrever, se possível etnograficamente, as atividades fora da cena (que vão dos simples laços de sociabilidade entre vizinhos ou amigos às preparações em segredo das estratégias políticas adotadas), e as performances públicas (seja por participações pessoais a reuniões ou manifestações, seja por tomadas de posição de seus porta-vozes). A associação deve se tornar visível no desenrolar de uma multiplicidade de situações de informação, de recrutamento e de mobilização. Ela combina transações de todos os tipos nos bastidores e atividades de debate, de negociação e de deliberação em público. Ela requer laços de coordenação, de aliança e de conflito, enfim, com outras associações nas arenas interorganizacionais. Neste registro, os modelos de sociologia da ação coletiva – análise da mobilização dos recursos, das organizações e das redes, das formas culturais e identitá-

<sup>101</sup> GIUGNI, M.; MCADAM, D.; TILLY, C. (Ed.). *From contention to democracy*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998; GOLDSTONE, J. (Ed.). *States, parties and social movements*. New York: Cambridge University Press, 2003.

<sup>102</sup> KECK, M. *The workers' party and democratization in Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1992; RODRIGUEZ, I. J. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta-FAPESP, 1997.

<sup>103</sup> DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The Iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, Aliso Viejo, v. 48, p. 147-160, 1983.

rias etc. – podem ser úteis. Mas outras fontes de análise, normalmente negligenciadas por esta literatura, como a antropologia das relações de parentesco, o estudo de comunidades locais, a análise dos simbolismos religiosos, a etnografia da comunicação comum e a microssociologia dos espaços públicos, são necessárias.

### *3.3.2. Teatros do sentimento e da opinião: problemas públicos e agendas midiáticas*

As associações são um vetor importante nos processos de constituição da opinião pública, não no sentido das pesquisas quantitativas de opinião, mas nos termos de uma “prágmatica dos públicos”, de maior ou menor tamanho, que investem em temas de interesse e de preocupação comum à sociologia pragmática. A emergência de um problema público não é simplesmente cognitiva. Ela envolve afetividades, sensibilidades e moralidades coletivas; envolve experimentações de sentimentos de amor, de ódio, de medo, de injustiça, de esperança, de fatalidade, de entusiasmo e de transtorno, que já são formas de definição de situações sociais e que já tocam o senso comum. Ela movimenta as referências sensíveis por meio das quais as informações são filtradas e ordenadas, não em quadros racionais ou intelectuais, mas nos quadros da percepção imediata ou da inferência prática. Ela induz paisagens normativas, articuladas em torno de categorias morais, nas quais o conflito de interesse é apagado pelas questões de decência e de respeito, de humilhação e de reconhecimento, de desprezo e de honra, de liberdade e de justiça. Esses diferentes elementos são constitutivos do que chamamos “opiniões públicas”. As associações são caixas de ressonância desse processo. Mobilizando-se, elas engendram novos personagens – as “minorias visíveis”, as “crianças vítimas de violência”, as “vacas loucas” ou as “nuvens radioativas” – e um conjunto de histórias, de racionalização e de argumentos que estão relacionados com esses novos cenários e atores. Elas difundem formas de compaixão e de indignação, de desconfiança política ou de crença ideológica e desenham de novo o mapa das condutas boas e más, toleráveis e inaceitáveis. Ao partir dessas novas gramáticas, são relançados outros fluxos de protesto que exprimem sentimentos de escândalo e de reprovação, formulam demandas de reparações e de desculpas.<sup>104</sup>

<sup>104</sup> Sobre estas categorias morais e / ou estes sentimentos sociais no Brasil, temos hoje as análises de CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. *Direito legal e insulto moral: dilemas de uma cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2002 ou VIDAL, D. *Les bonnes de Rio de Janeiro: emploi domestique et société démocratique*. Lille: Presses du Septentrion, 2007.

De um certo modo, é um teatro que se apresenta, com seus “*heroes, fools and villains*”,<sup>105</sup> seus roteiros catástrofes e suas intrigas escatológicas, seus reenquadramentos do presente no espaço e no tempo, seus líderes carismáticos, trágicos ou cômicos, suas vítimas, seus santos e seus mártires etc. Em certos casos pode-se encontrar ali as fases descritas por Victor Turner,<sup>106</sup> da brecha à crise, à reparação (*redressment*: reconciliação das partes pelo apagamento da mancha, ou exame da crise seguido de ostracismo do ofensor, por condenação moral e/ou sanção legal) e à reintegração (superação do cisma ou reconhecimento de sua existência, reparação do ato delituoso, real ou simbolicamente, e reafirmação de um consenso normativo). Se este modelo de Turner não é para ser seguido ao pé da letra em todos os casos, ele permite vislumbrar a qualidade dramática das ações associativas. J. Gusfield, por exemplo, nos levou a reconhecer figuras teatrais, retóricas ou narrativas na constituição dos problemas públicos.<sup>107</sup> Outros insistiram nas linguagens da “gratidão, lealdade, amor, compaixão, responsabilidade, solidariedade, verdade, beleza” e, principalmente, “caridade”, “moedas correntes que alimentam o patrimônio do setor”.<sup>108</sup> Esta perspectiva de antropologia simbólica ou de sociologia cultural foi estendida ao estudo dos processos de comunicação pública. Uma parte dos espaços públicos está hoje midiaticizada pela mídia de massa. A maior parte das ações existem diante do tribunal do público na medida em que uma marca é configurada, transmitida e recebida, por meio da imprensa, do rádio, da televisão, e cada vez mais pela Internet. Uma pesquisa deve, então, necessariamente levar em conta as agendas midiáticas, nas quais são configuradas informações, diagnósticos e previsões, mensagens críticas, depoimentos vividos e relatos de acontecimentos. Mais precisamente, ela pode tentar restituir as cadeias de operações que conduzem a produção individualizada da “informação” (*newsworthy*), bem como a formatação dos comunicados de imprensa transmitidos por agências, à redação de artigos ou de editoriais discutidos por redações, e à preparação da hierarquia das notícias no jornal televisivo. A coordenação entre esses diferentes processos – que implicam colaboração entre políticos, associações e jornalistas, entre agências estatais, organizações não governamentais e *mass mídia*; competição entre órgãos de

<sup>105</sup> KLAPP, O. *Symbolic leaders: public dramas and public men*. Chicago: Aldine, 1964. Ver também os textos de E. Quarantelli, R. Bucher ou T. Shibutani.

<sup>106</sup> TURNER, V. *Dramas, fields, and metaphors*. Ithaca: Cornell University Press, 1974.

<sup>107</sup> GUSFIELD, J. *The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

<sup>108</sup> FERNANDES, R. C. *Privado porém público*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 24.

imprensas, a fim de atrair a atenção pública; e objetivação de dossiês ou de histórias que se tornam “escândalos” ou “casos” – está no coração da publicização dos problemas públicos.

### *3.3.3. Ações públicas: autonomia e dependência em relação aos jogos do poder clientelista ou corporativista*

A ciência política se debruçou sobre os estudos acerca dos processos de inscrição dos problemas públicos nas agendas políticas – municipais, governamentais, legislativas ou administrativas – e suas consequências na constituição de dispositivos de ação pública. Referimo-nos, então, às dinâmicas de discussão que tomam lugar nos fóruns oficiais, *think tanks* ou comitês de pilotagem. Os processos de *lobbying* nas “ante-salas” do poder permitem acelerar a consideração de um dossiê e de inseri-lo na ordem do dia. A ciência política se interessou muito pela questão da constituição da decisão política e pelas múltiplas pressões que a solicitam.

Mas dois elementos são importantes para se levar em conta:

- 1 - O Estado está frequentemente na origem das iniciativas em matéria de ação pública, quando ele não cria os interlocutores com os quais irá trabalhar. Isto é verdade em certas “redes de políticas públicas”, nas quais o governo, a assembleia legislativa e a alta administração, e seus correspondentes em outros graus das instituições públicas, têm o poder de decidir que tal ou qual associação fará ou não fará parte do processo de consultas. Eles fixam igualmente a agenda política, jogando com os instrumentos da legislação, da economia e da tecnologia, mas também escolhendo o tipo de problemas a colocar e soluções a dar. Primeiro caso: um grande número de associações é assim fundado para adquirir um *status* jurídico, de modo a ser identificada na arena pública, e com isso poder participar de negociações, receber financiamentos ou estar implicadas em processos. Algumas formalizam antigas estruturas de sociabilidade que até ali persistiam sem estatutos. As associações de moradores, por exemplo, sempre existiram, de um modo ou de outro, como lugares de discussão e de regulação pacífica dos casos comunitários, mas sua função adquire um novo status quando elas se tornam interlocutores privilegiados da Prefeitura ou de ONGs. É interessante compreender o ponto de vista dos membros de grupamentos profissionais, festivos ou religiosos,

sobre a criação de associações reconhecidas pelo poder público – e tentar igualmente seguir as consequências dessa formalização sobre a organização de suas atividades coletivas. Segundo caso: um *status* jurídico é fundamentado para regulamentar casos particulares. É o caso das associações indígenas, sob a tutela da FUNAI ou dos quilombos e outras associações nascidas em “terras tradicionalmente ocupadas”. Esses tipos de entidades têm frequentemente um caráter compulsório: os indivíduos não são livres, por decisão própria, para aderir ou não ao “contrato social”, pois devem necessariamente pertencer a uma “comunidade tradicional” de modo a acessar seus direitos e adquirir um *status* de cidadão. Da mesma forma, como não são tributários de um direito individual, esses atores não podem se autoexcluir em caso de discórdia, levando com eles seus bens pessoais, pois o *status* jurídico de propriedade coletiva (seja de titulação definitiva), ou de bens da União ou de domínio público (para as reservas extrativistas), faz dessas entidades “*corpos coesos*” e não necessariamente associações livres de indivíduos autônomos. Longe de manter uma distância do público e do privado, estas associações mantêm uma relação complexa de controle e de dependência com o Estado, ou buscam por meio de seu estatuto jurídico, facilidades de acesso ao crédito e ao mercado. Tais situações devem ser descritas em todas suas ambiguidades – do ponto extremo de uma verdadeira “tutela” para os indígenas, que conhece, entretanto, numerosos arranjos locais, bem como o caso de uma relativa emancipação para alguns pescadores, que saem do quadro até então imposto pelas colônias.

A antropologia política desenvolvida no Brasil tem possibilitado um olhar original acerca do fenômeno das associações. Desde as discussões pioneiras do W. Guilherme dos Santos, em relação aos direitos civis como benefícios concedidos pelo Estado ou por seus agentes intermediários aos supostos cidadãos,<sup>109</sup> tornou-se evidente que a cidadania nos moldes como ela foi forjada na constituição da República brasileira não pressupunha autonomia, mas uma tutela do Estado sobre os cidadãos. Seguindo esse rumo, R. DaMatta<sup>110</sup> propôs uma interpretação de que os valores hierárquicos conjugados com a forte personificação nas relações intersubjetivas propiciavam

<sup>109</sup> SANTOS, W. G. dos. *Cidadania e justiça: do laissez faire repressivo a cidadania em recesso*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

<sup>110</sup> MATTA, R. da. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

a constituição de uma cidadania relacional: as garantias individuais estão atreladas às dimensões morais de cada pessoa. O cidadão é essencialmente aquele que será reconhecido como tal no espaço público. É nesse sentido que L. R. Cardoso de Oliveira chamará a atenção para o aspecto das noções de respeito e consideração no que concerne à destinação e obtenção de garantias de direitos. São cidadãos aqueles que atestam certos atributos morais para serem considerados como tais, para obterem um reconhecimento público de sua cidadania. É a dificuldade, como apontam diversos trabalhos de Kant de Lima, de se constituir o princípio da equidade e da igualdade no espaço público no Brasil, cujas características ultrapassam as barreiras das relações interpessoais na vida cotidiana, desaguando e se consolidando nos instrumentos jurídico-burocráticos: o tratamento desigual dos desiguais virou um princípio legal.<sup>111</sup> Simultaneamente e paradoxalmente, essas práticas que pervertem a vida democrática convivem com aspirações igualitárias e republicanas. Nesse aspecto, como algumas pesquisas têm revelado,<sup>112</sup> as associações no Brasil têm-se caracterizado de uma maneira ambígua, porque por um lado cada vez mais crescem os apelos ao associativismo, com a propagação de ONGs e comunidades solidárias, criando pretensa difusão de uma “moral cívica”; por outro lado, essas associações surgem cada vez mais como intemediários de interesses de grupos, que reivindicam direitos (que muitas vezes se confundem com privilégios), reforçando uma tutela por parte de organizações, governamentais ou não, sobre grupos particulares. O ideal associativista se encaixa com o da “cidadania tutelada”.<sup>113</sup> De

<sup>111</sup> KANT DE LIMA, R. Carnavais, malandros e heróis: os dilemas brasileiros do espaço público. In: GOMES, L. Graziela; BARBOSA, L.; DRUMMOND, J. A. *O Brasil não é para principiantes: vinte anos de Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

<sup>112</sup> MOTA, F. R. *O Estado contra o Estado: direito, poder e conflitos no processo de produção da identidade ‘Quilombola’ da Marambaia*. Niterói: EdUFF, 2004; KANT DE LIMA, R.; MOTA, F. R.; PIRES, L. Efeitos da igualdade e da desigualdade no espaço público da Amazônia: uma análise comparativa de processos de construção de unidades de conservação de uso sustentado. In: LIMA, D. (Org.). *Diversidade socioambiental nas Várzeas do Rio Solimões: perspectiva para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Brasília, DF: IBAMA: Pró-Várzea, 2005; LOBÃO, R. J. da S. Uma análise comparativa de processos de construção de Unidades de Conservação de Uso Sustentável em Áreas de Várzea: a possibilidade de uma gestão participativa de espaços naturais e recursos renováveis. In: LIMA, D. (Org.). *Diversidade socioambiental nas Várzeas do Rio Solimões: perspectiva para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Brasília, DF: IBAMA: Pró-Várzea, 2005.

<sup>113</sup> LOBÃO, R. J. da S. Uma análise comparativa de processos de construção de Unidades de Conservação de Uso Sustentável em Áreas de Várzea: a possibilidade de uma gestão participativa de espaços naturais e recursos renováveis. In: LIMA, D. (Org.). *Diversidade socioambiental nas Várzeas do Rio Solimões: perspectiva para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Brasília, DF: IBAMA: Pró-Várzea, 2005. p. 205-220.

fato, os atores coletivos, para acessarem determinados direitos e para obterem recursos creditícios, ganhar empréstimos de bancos ou ter acesso a serviços públicos, são obrigados a se organizar em grupos associativos ou comunitários. Não é a toa que assistimos à emergência de novas organizações na sociedade civil na luta pelas garantias de direitos, como grupos de pescadores artesanais, quilombolas, indígenas etc.<sup>114</sup>

2 - O outro processo, oposto a esta forma de colocação em tutela estatal, é a manifestação de “públicos” no sentido de John Dewey – ou seja, de “processos de associação, de cooperação e de comunicação” que tematizam problemas e exigem dos poderes públicos sua resolução. Pode se tratar de pequenas dinâmicas à escala local, de mobilizações que se constituem em torno da instalação de equipamento públicos, presumidos perigosos, à proximidade de um lugar de residência, ou de populações que se rebelam contra a notificação de expulsão lançada no território por elas ocupado há longa data. Pode igualmente se tratar de movimentos de amplitude nacional – o movimento das Diretas Já ou o das emendas populares visando a Constituição de 1988, a campanha pelo *impeachment* de Collor<sup>115</sup> ou a efervescência do início dos anos 1990 em matéria de identidades coletivas. De forma análoga aos outros movimentos sociais no resto do mundo, constatamos no Brasil uma transformação rápida das identidades coletivas de mulheres, negros, indígenas, homossexuais, mas também, cada vez mais, da terceira idade, das crianças ou dos inválidos, no sentido de uma demanda de reconhecimento de igualdade e de seus direitos, mas também da singularidade de suas experiências. Mas dizer isto equivale a nada dizer: é somente multiplicando os estudos de caso, descobrindo os dilemas e os paradoxos de tais reivindicações, mostrando as dificuldades jurídicas e políticas e, simplesmente, a inércia dos dispositivos de categorização com as quais elas se chocam, que poderemos começar a melhor compreender de que se trata tais processos. O grande legado da conquista desses direitos acomoda e reconforta o senso comum “progressista” que é apenas o gêmeo inverso do grande relato da

<sup>114</sup> LOBÃO R. J. da S. *Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar numa política do ressentimento*. Tese (Doutorado)– Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

<sup>115</sup> MISCHE, A. *Partisan publics: contention and mediation across brazilian youth activists networks*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

maldição da matriz hierárquica, escravagista e corporativista que prejudicaria o Brasil. Mas esses pontos de vista têm que dar lugar à descrição e à análise de situações concretas, microsociológicas e etnográficas. Qual é o significado, por exemplo, em Salvador, da participação maciça dos grupos de axé, como grupos musicais que aprofundam suas raízes nos bairros desfavorecidos da cidade, ONGs educativas encarregadas de programas de reabilitação de crianças das ruas, dos blocos de carnaval e de empresas de produção e de comercialização de concertos, CDs e DVD e, além disso, porta-vozes das culturas negras da Bahia, promotores de uma forma de *ethnic pride* e *brokers* de pacotes de votos quando nas eleições municipais ou estaduais, quando trocam lealdade e apoio políticos com subvenções do poder público?

Em todos os casos, uma análise das formas de sociabilidade e das redes de mobilização, em relação a seu encaixe nos jogos de poder, se impõe. A. Oberschall foi o primeiro a mostrar que a passagem à ação coletiva é mais plausível nos coletivos vinculados a um território ou a um patrimônio, percebidos como ameaçados, ou em coletivos ligados por relações muito densas. O pertencimento a uma “comunidade” e a submissão a uma “hierarquia” reforçam a ligação a um bem comum e a chance de uma passagem à ação coletiva.<sup>116</sup> Por um lado, Oberschall sublinhava a importância da lealdade partilhada e da confiança mútua entre membros da mobilização de uma coletividade: este critério é o da densidade ou da raridade dos laços horizontais. A anomia é uma deficiência para a mobilização. Por outro lado, ele se preocupava com os laços que unem esta coletividade a outras instituições, particularmente às elites ou a centros de poder: este critério é o da integração ou da segmentação vertical. A existência de canais de circulação da informação, mas também de troca clientelista de favores e de serviços contra os votos dos membros da coletividade, ou de mobilidade ascendente para postos de representação e de decisão de frações das elites da coletividade, são fatores de estabilidade. Ao contrário, a segmentação suscita sentimentos de opressão ou de dominação ilegítima e provoca a mobilização de elites dissidentes e de movimentos de oposição. A impossibilidade de dar visibilidade a uma demanda junto às autoridades, por falta de porta-voz – que se trate de chefes de clãs ou de comitês de aldeia, de líderes sindicais

<sup>116</sup> Pode-se tratar de organizações tradicionais, com uma forte coesão familiar, clânica ou comunitária, como de organizações mediatizadas por solidariedades e lealdades associativas.



ou políticos, ou simplesmente, de mediadores das redes familiares, religiosas ou profissionais – produz um sentimento de isolamento e de abandono, uma falta de visibilidade pública, um déficit de representação coletiva e uma insatisfação diante das demandas desconsideradas. Uma dinâmica de densificação dos laços sociais e de integração ao processo político permite aos cidadãos ultrapassar suas divisões e formar alianças, fazer emergir um interesse partilhado sobre certos dossiês, constituir uma força consequente em termos de visibilidade e, talvez, ganhar um reconhecimento legal e político. Ela permite aos governantes ter interlocutores, dispor de retransmissão de informação de cima para baixo e de baixo para cima, melhor controlar e, às vezes, domesticar ou teleguiar as atividades coletivas, ou, ainda, abrir canais de representação oficial, de transação clientelista ou de conciliação corporativista.

O leitor deverá ter compreendido: uma etnografia da vida associativa torna complexos os modelos de constituição de problemas públicos, configurados em simultaneidade ou sucessão sobre diferentes cenas públicas, mais ou menos institucionalizadas. Que se trate de intervenções de urbanismo em Nova Iguaçu, em Belleville, no Catumbi e em Acari, de instauração de desenvolvimento sustentável na Amazônia, de planejamento do crescimento turístico em Itacaré ou de defesa de uma zona de prostituição em Vila Mimosa, a cada situação, uma dinâmica complexa de constituição de organizações associativas e de exposição de arenas públicas se desenvolve. O mesmo acontece com as associações de interesses profissionais, que se encarregam do convívio entre comunidades ou da segurança do bairro no Saara no Rio de Janeiro ou que lançam mão de procedimentos judiciais contra donas de casa em nome de empregadas domésticas: elas invocam figuras de bens públicos – coexistência étnica e segurança civil, de um lado, direito social e igualdade cívica, do outro – continuando, ao mesmo tempo, a funcionar a partir de identidades, interesses e solidariedades de ordem doméstica, corporativista ou étnica. Do mesmo modo, associações de defesa dos direitos das minorias se apoiam em legislações especiais para proteger uma comunidade de descendentes de escravos libertos da expulsão de seu território em Marambaia, ou para afastar de uma comunidade indígena na Amazônia os efeitos nefastos de grandes obras públicas. A cada circunstância, o problema público se constitui, sendo cristalizado por meio de operações de objetivação e de legitimação. Associações desempenham um importante papel na

definição do ponto do conflito e da causa a defender, em continuidade e em ruptura com o jogo dos interesses particulares e das opiniões particulares dos atores envolvidos.

Boatos circulam, confirmados ou desmentidos, campanhas de informação e de contrainformação se opõem, sendo que a questão das consequências para a coletividade é colocada e cada um dos campos recusa ao outro o poder de deter a boa solução. Os órgãos midiáticos se tornam caixa de ressonância e as manchetes dos jornais difundem o problema na agenda midiática – perturbando os líderes de partidos políticos ou os governantes em exercício; especialistas consultados por agências administrativas recorrem a todas as formas de indagação, experimento, diagnóstico e prognóstico; cientistas entram em polêmicas sobre dados factuais ou estatísticos, em controvérsias sobre riscos prováveis ou fictícios; advogados representam associações de defesa de vítimas, tendo sofrido danos ou associações de proteção de bens, supostamente em prol do interesse geral, acionando a máquina judiciária – buscando dar conta das decisões de justiça conflitos de interesse ou disputas de direito; configurações de atores se formam, certos titulares legais de sua legitimidade (a representação dos interesses ou das opiniões sancionada pelo direito dos funcionários, dos eleitos ou dos juízes), outros ganhando sua representatividade mostrando a sua competência (na apresentação dos dossiês, na conquista de afiliados, na escolha de alianças). Cada dossiê tem seus requerentes e seus acusadores. Ele é apoiado por coletividades territoriais, por partidos políticos ou organizações sindicais, por associações de protesto ou de reivindicação, cujas demandas são transmitidas por “difusores”, “mediadores” ou “tradutores”,<sup>117</sup> tornando-as plausíveis para os eleitos ou altos funcionários. As operações são, então, múltiplas: financiar pesquisas, lançar consultas, decidir uma política, redigir decretos, votar leis, transmitir notícias. Uma arena pública se desenrola assim, ao mesmo tempo em cenas políticas, administrativas, judiciárias, midiáticas e em cenas da vida cotidiana dos cidadãos comuns.

Mas os problemas públicos não estão expostos ali, aos olhos e ouvidos de cidadãos exteriores ao espetáculo da vida pública. Um movimento reverso se produz, do qual as associações são um dos principais veto-

<sup>117</sup> CALLON, M. *Éléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. L'Année Sociologique*, [S.l.], v. 36, 1986; LASCOUMES, P. *L'éco-pouvoir: environnements et politiques*. Paris: La Découverte, 1994.

res: o remanejamento, muitas vezes de ordem infinitesimal, às vezes da ordem da conversão, dos critérios de experiência e de atividade que ordenam os mundos vividos dos ativistas, de seus adversários e de seus públicos.<sup>118</sup> Os associados podem engendrar identidades coletivas, tomando consciência de incompatibilidades de interesses entre grupos, redesenhar o mapa das obrigações em termos de conflito, impor como legítimos direitos e deveres até ali desconhecidos e fazer emergir coletivos que não existiam até o momento – a “classe operária”, o “quilombo” ou a “aldeia”, o “bairro urbano”, os coletivos das “empregadas domésticas”. das “prostitutas” ou dos “soufis”, dos “moradores de Arraial ou Itacaré” etc. Elas podem recompor sensibilidades morais: participar de uma associação é também se engajar pessoalmente e sentir em si desprezo ou desrespeito diante de categorias sociais percebidas como exploradoras, predadoras ou dominadoras, exibir orgulho de ser “afro-brasileiro”, “trabalhador” ou “travesti”, experimentar compaixão e efetuar gestos de ajuda mútua e de solidariedade, em situações que, habitualmente, são gerenciadas individualmente. Elas podem abalar a economia das relações interpessoais e posições estatutárias, mudar as percepções das hierarquias de classe, de gênero e de raça, suscitar experimentações de autonomia pessoal ou coletiva, transgredir as “fronteiras morais” da casa, do trabalho e da política... Criando novas formas de existência cívica, por exemplo, transformando a figura de um cidadão detentor de direitos sociais, as associações são portos seguros ao protesto, suscitam inflexões nas vidas das pessoas. Elas lhes permitem se engajar de outra forma em suas trajetórias biográficas, as levam a ter laços de qualidade diferente com outras pessoas e coletivos, e a estabelecer uma relação de qualidade diferente com as instituições públicas.

Engajamento pessoal e mobilização coletiva contribuem para a formação da experiência do mundo, de si e do outro, e para a emergência de normas éticas, jurídicas e políticas de um bem-viver coletivamente. É ali que uma etnografia, moral e política, da vida associativa encontra seu lugar.

---

<sup>118</sup> MELUCCI, A. *L'Invenzione del presente: movimenti, identità, bisogni individuali*. Bologna: Il Mulino, 1982; \_\_\_\_\_. *Nomads of the present*. London: Hutchinson Radius, 1989; \_\_\_\_\_. *Altri codici*. Bologna: Il Mulino, 1984.

## REFERÊNCIAS

ADDAMS, J. *Democracy and social ethics*. New York: Macmillan, 1907.

ÁLVARES, L.C. ONGs: uma alternativa aos descaminhos do desenvolvimentismo. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 10, p. 39-61, 2000.

ARRETCHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 111-141, 1999.

AVRITZER, L. *Democracy and the public sphere in Latin América*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. Um desenho institucional para o novo associativismo. *Lua Nova*, São Paulo, v. 39, p. 148-174, 1997.

AVRITZER, L.; PIRES, R. R. Orçamento participativo, efeitos distributivos e combate à pobreza. *Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte, p. 68-89, 2005.

AVRITZER, L.; RECAMÁN, M.; VENTURI, G. O associativismo na cidade de São Paulo. In: AVRITZER, L. (Org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: UNESP, 2004.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, São Paulo, v. 21, p. 83-108, 2003.

BACQUÉ, M.-H.; REY, H.; SINTOMER, Y. (Ed.). *Gestion de proximité et démocratie participative*. Paris: La Découverte, 2005.

BAIOCCHI, G. Participation, activism, and politics: the Porto Alegre experiment. *Politics and Society*, Los Altos, v. 29, n. 1, p. 43-72, 2001.

BAIOCCHI, G. (Ed.). *Radicals in power: the workers' party and experiments in urban democracy in Brazil*. London: Zed Books, 2002.

BENEVIDES, M. V. *A cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 1991.

BEROCAN VEIGA, F. A folia continua: vida, morte e revelação na Festa do Divino de Pirenópolis, Goiás. In: CARVALHO, Luciana (Org.). *Divino toque do Maranhão*. Rio de Janeiro: IPHAN: CNFCP, 2005.

BEZERRA, M. O. *Corrupção: um estudo sobre poder publico e*

- relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Em nome das “bases”*: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- BLAIS, J. P.; GILLIO, C.; ION, J. *Cadre de vie, environnement et dynamiques associatives*. Paris: PUCA, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Actions associatives, solidarités et territoires*. St Étienne: Publications de l’Université de St Étienne, 2001.
- BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. *De la justification*. Paris: Gallimard, 1991.
- BOSCHI, R. *A arte da associação*. Rio de Janeiro: Vértice: IUPERJ, 1987.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Atlas da economia solidária*. Brasília, DF, 2005.
- BRANDÃO COUTO, P. A. *Festa do Rosário*: iconografia e poética de um rito. Niterói: EdUFF, 2003.
- BREVIGLIERI, M. *L’usage et l’habiter*: contribution à une sociologie de la proximité, à paraître à Paris. Paris: Économica, [200-].
- BREVIGLIERI, M.; TROM, D. Troubles et tensions en milieu urbain. In: CEFAÏ, D.; PASQUIER, D. (Dir.). *Les sens du public*: publics politiques, publics médiatiques. Paris: PUF, 2003.
- CALLON, M. Eléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. *L’Année Sociologique*, [S.l.], v. 36, 1986.
- CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. *Agir dans un monde incertain*: essai sur la démocratie technique. Paris: Seuil, 2001.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. *Direito legal e insulto moral*: dilemas de uma cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2002.
- CEFAÏ, D. *L’enquête de terrain*. Paris: La Découverte, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Pourquoi se mobilise-t-on?*: théories de l’action collective. Paris: La Découverte, 2007.
- \_\_\_\_\_. Qu’est-ce qu’une arène publique?: quelques pistes pour une approche pragmatiste. In: \_\_\_\_\_. *L’héritage du pragmatisme*:

conflit d'urbanité et épreuves du civisme. [S.l.]: Ed. de L'aube, 2002. p. 51-82.

CEFAÏ, D.; TROM D. (Dir.). *Les formes de l'action collective: mobilisations dans des arènes publiques*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2001.

CHANIAL, P. *Justice, don et association: la délicate essence de la démocratie*. Paris: La Découverte, 2001.

COHEN, M.; MARCH, J.; OLSEN, J. A garbage can model of organizational choice. *Administrative Science Quarterly*, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 1-25, 1972.

COHEN, J.; ROGERS, J. Associations and democracy. In: WRIGHT, E. O. (Org.). *Associations and democracy*. London: Verso, 1995.

COMERFORD, J. C. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

COSTA, M. A. N. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro. *Revista de Sociologia e Política*, São Paulo, v. 21, p. 47-163, 2003.

CUNHA, D. G. *Pescadores e surfistas: uma disputa pelo uso do espaço da Praia Grande*. Dissertação (Mestrado em Antropologia)– Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

DAGNINO, E.; ESCOBAR, A.; ALVAREZ, S. *Cultures of politics/ Politics of cultures*. Boulder: Westview Press, 1998.

DEWEY, J. *The public and its problems*. New York: Holt, 1927.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The Iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, Aliso Viejo, v. 48, p. 147-160, 1983.

DINIZ, E.; BOSCHI, R. O corporativismo na construção do espaço público. In: BOSCHI, R. (Org.). *Corporativismo e desigualdade*. Rio de Janeiro: IUPERJ: Rio-Fundo Editoras, 1989.

ELIASOPH, N. *Making volunteers: puzzles of empowerment in youth programs*, Princeton: Princeton University Press, 2010. No prelo.

ELIASOPH, N.; LICHTERMAN P. Culture in interaction. *American Journal of Sociology*, New York, v. 108, n. 4, p. 735-794, 2003.

FERNANDES, K. R. *Constituição de redes organizacionais como nova forma de gestão das organizações do terceiro setor*. [200-]. Disponível

em: <<http://formacaoredefale.pbworks.com/f/A+Forma%C3%A7%C3%A3o+de+Redes+para+o+Desenvolvimento+do+Terceiro+Setor.doc>>.

FERNANDES, R. C. *Privado porém público*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA SÁ, C. A. *Economia solidária no Mato Grosso do Sul: desafios e possibilidades*. Monografia Ministério do Trabalho e Emprego, Centro Universitario do Campo Grande, MS, 2005.

FRANÇA FILHO, G. Carvalho de. Economia solidária e movimentos sociais. In: MEDEIROS, A.; SCHWENGBER, Â.; SCHIOCHET, V. (Org.). *Políticas públicas de economia solidária por um outro desenvolvimento*. Recife: Ed. da UFPE, 2006. v. 1, p. 59-108.

\_\_\_\_\_. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Revue du MAUSS*, [S.l.], 8 maio 2007. Disponível em: <<http://www.journaldumauss.net/spip.php?article83>>.

\_\_\_\_\_. Terceiro Setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2001.

FUNG, A. *Empowered participation: reinventing urban democracy*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

FUNG, A.; WRIGHT E. O. (Ed.). *Deepening democracy: institutional innovations in empowered participatory governance (The Real Utopias Project IV)*. London: Verso, 2003.

FUKUYAMA, F. *Trust: the social virtues and the creation of prosperity*. New York: Free Press, 1995.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIUGNI, M.; MCADAM, D.; TILLY, C. (Ed.). *From contention to democracy*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998.

GLUCKMAN M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

GOFFMAN, E. *Behavior in public places: notes on the social organization of gatherings*. Nova York: Free Press, 1963.

\_\_\_\_\_. The interaction order: American Sociological Association, 1982, Presidential Address. *American Sociological Review*, New York, v. 48, n. 1, p. 1-17, 1983.

\_\_\_\_\_. The neglected situation. *American Anthropologist*, New York, v. 66, n. 6, p. 133-136, 1964.

\_\_\_\_\_. *The presentation of self in everyday life*. Nova York: Doubleday, Anchor Books, 1959. (Tradução: *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975)

GOHN, M. da G. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. *Os Sem-Terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2000.

GOLDSTONE, J. (Ed.). *States, parties and social movements*. New York: Cambridge University Press, 2003.

GUSFIELD, J. *The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

HIRST, P. *Associative democracy: new forms of economic and social governance*. Cambridge: Polity Press, 1994.

ION, J. Affranchissements et engagements personnels. In: \_\_\_\_\_. (Dir.). *L'engagement au pluriel*. Saint-Étienne: Presses de l'Université de Saint-Étienne, 2001.

ION, J. *La fin des militants*. Paris: Éditions de l'Atelier, 1997.

ION, J.; PERONI, M. *Engagement public et exposition de la personne*. La Tour d'Aigues: Editions de l'Aube, 1997.

JACOBI, P. Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura dos anos 70 e 80. *BIB*, Rio de Janeiro, v. 23, 1987.

JOSEPH, I. *L'athlète moral et l'enquêteur modeste*. Paris: Économica, 2007.

\_\_\_\_\_. *Erving Goffman et la microsociologie*. Paris: PUF, 1998. (Trad. *Goffman e a microssociologia*. Rio de Janeiro: FGV, 2000)

\_\_\_\_\_. *La ville sans qualités*. La Tour d'Aigues : Éditions de l'Aube, 1998.

JOSEPH, I.; CEFAÏ, D. (Org.). *L'héritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves du civisme*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2002.

KANT DE LIMA, R. Carnavais, malandros e heróis: os dilemas brasileiros do espaço público. In: GOMES, L. Graziela; BARBOSA,



L.; DRUMMOND, J. A. *O Brasil não é para principiantes: vinte anos de Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

\_\_\_\_\_. Police, Justice et société au Brésil: comparer des modèles d'administration des conflits dans l'espace public. In: CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, Isaac. *L'héritage du pragmatisme: conflit d'urbanité et épreuves du civisme*. [S.l.]: Ed. de L'aube, 2002. p. 193-210.

\_\_\_\_\_. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

KANT DE LIMA, R.; MOTA, F. R.; PIRES, L. Efeitos da igualdade e da desigualdade no espaço público da Amazônia: uma análise comparativa de processos de construção de unidades de conservação de uso sustentado. In: LIMA, D. (Org.). *Diversidade socioambiental nas Várzeas do Rio Solimões: perspectiva para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Brasília, DF: IBAMA: Pró-Várzea, 2005.

KANT DE LIMA, R.; PEREIRA, L. F. *Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Ed.UFF, 1997.

KECK, M. *The workers' party and democratization in Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1992.

KECK, M. E.; SIKKINK, K. *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1998.

KLAPP, O. *Symbolic leaders: public dramas and public men*. Chicago: Aldine, 1964.

KRISCHKE, P.; SCHERER-WARREN, I. (Org.). *Uma revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LABRA, M. E. Análise de políticas, policy making e intermediação de interesses: uma revisão. *Physis: revista de saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 131-166, 1999.

\_\_\_\_\_. Associativismo no setor saúde brasileiro e organização de interesses do empresariado médico. *Physis: revista de saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 193-225, 1994.

LAFAYE, C. *La sociologie des organisations*. Paris: Nathan, 1996.

LAMONT, M.; MOLNAR, V. The study of boundaries across the

social sciences. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, v. 28, p. 167-195, 2002.

LASCOUMES, P. *L'éco-pouvoir: environnements et politiques*. Paris: La Découverte, 1994.

LAVILLE, J.-L. et al. *Association, démocratie et société civile*. Paris: La Découverte, Mauss et Crida, 2001.

LEEDS, A.; LEEDS, E. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LEITÃO, W. M. Rivalidade cultivada, conflito e unidade social num bairro carioca. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 22, p. 173-197, 2004.

LICHTERMAN, P. *Elusive togetherness: religious groups and civic engagement in America*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

LOBÃO R. J. da S. *Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar numa política do ressentimento*. Tese (Doutorado)—Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

\_\_\_\_\_. Uma análise comparativa de processos de construção de Unidades de Conservação de Uso Sustentável em Áreas de Várzea: a possibilidade de uma gestão participativa de espaços naturais e recursos renováveis. In: LIMA, D. (Org.). *Diversidade socioambiental nas Várzeas do Rio Solimões: perspectiva para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Brasília, DF: IBAMA: Pró-Várzea, 2005.

LOPES, J. R. Terceiro setor: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 57-66, 2004.

LUCHINI, A. de M.; SOUZA, M. D.; PINTO A. L. Aportes e limites da perspectiva de redes de políticas públicas: O caso da gestão da água. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 87-94, 2003.

MADEIRA, F. R.; BIANCARDI, M. R. O desafio das estatísticas do Terceiro Setor. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 177-184, 2003.

MANSBRIDGE, J. (Ed.). *Beyond self-interest*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

MATTA, R. da. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MATTOS, S. M. da Silva Nunes; DRUMMOND J. A. O terceiro setor como executor de políticas públicas: NGO's ambientalistas na Baía de Guanabara (1990-2001). *Revista de Sociologia e Política*, São Paulo, v. 24, p. 177-192, 2005.

MELLO, M. A. da Silva; VOGEL, A. *Gente das areias*. Niterói: EdUFF, 2004.

MELLO, M. A. da Silva et al. Si tu vas à Rio!: l'expérience brésilienne d'Isaac Josep. In: CEFAÏ, D.; SATURNO, C. (Org.). *Parcours d'un pragmatiste*. Paris: Economica, 2007.

MELUCCI, A. *Altri codici*. Bologna: Il Mulino, 1984.

\_\_\_\_\_. *L'Invenzione del presente: movimenti, identità, bisogni individuali*. Bologna: Il Mulino, 1982.

\_\_\_\_\_. *Nomads of the present*. London: Hutchinson Radius, 1989.

MISCHE, A. *Partisan publics: contention and mediation across brazilian youth activists networks*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

MOÇOUCAH P. S. As ONG's: dos bastidores ao centro do palco. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, 1995.

MOTA, F. R. *Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte?: demandas de direito e reconhecimento no Brasil e na França*. Tese (Antropologia)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

\_\_\_\_\_. Conflictos, multiculturalismo y los dilemas de la democracia a la brasileira. In: TISCORNIA, Sofia; PITA, María Victoria. (Org.). *Derechos humanos, tribunales y policías en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Antropofia, 2006.

\_\_\_\_\_. *O Estado contra o Estado: direito, poder e conflitos no processo de produção da identidade 'Quilombola' da Marambaia*. Niterói: EdUFF, 2004.

OFFERLE, M. *Sociologie des groupes d'intérêt*. Paris: Montchrestien, 1994.

PRADO, S. M. *Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre*

injunções de mudança social em Arraial do Cabo. Niterói: EDUFF, 2000.

PUTNAM, R. *Bowling alone: the collapse and revival of american community*. New York: Simon and Schuster, 2000.

PUTNAM, R.; FELDSTEIN, R.; DON, Cohen. *Better together: restoring the american community*. New York: Simon & Schuster, 2003.

RAGIN, C.; BECKER, H. (Ed.). *What is a case?: exploring the foundations of social inquiry*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

RODRIGUEZ, I. J. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta-FAPESP, 1997.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SANTOS, W. G. dos. *Cidadania e justiça: do laissez faire repressivo a cidadania em recesso*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

———. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

SANTOS DE SOUSA, T. A. Pensar pelo avesso o Terceiro Setor: mitos, dilemas e perspectivas da ação social organizada nas políticas sociais. *Lusotopie*, [S.l.], n. 1, p. 241-262, 2002.

SILVA, L. A. Machado da. A política na favela. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 9, p. 35-47, 1967.

SIMMEL, G. A Ponte e a porta. *Política & Trabalho*, João Pessoa, v. 12, p. 10-14, set. 1996.

SIMÕES, S. S. *Cruzada São Sebastião: etnografia da moradia e do cotidiano dos moradores de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro*. Tese (Antropologia)—Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

———. *Uma utopia militante*. São Paulo: Vozes, 1999.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SKOCPOL, T. *Diminished democracy: from membership to management in american civic life*. Norman: University of Oklahoma, 2003.

SOUZA, W. da S. Associações civis em saúde mental no Rio de Janeiro: democratizando os espaços sociais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 933-939, 2001.

SOUSA SANTOS, B. de. Participatory budgeting in Porto Alegre: toward a redistributive democracy. *Politics and Society*, Los Altos, v. 26, n. 4, p. 461-510, 1998.

STRAUSS, A. *Negotiations: varieties, contexts, processes, and social order*. San Francisco: Jossey-Bass, 1978.

STREECK, W.; SCHMITTER, P. C. Community, market, state and associations?: the prospective control of interest governance to social order. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). *Private interest government: beyond market and the state*, London: Sage, 1985. p. 1-29.

TELLES, V. *No fio da navalha: entre carências e direitos*. São Paulo: Polis, 1998.

\_\_\_\_\_. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

THEVENOT, L. *L'action au pluriel: Sociologie des régimes d'engagement*. Paris: La Découverte, 2005.

\_\_\_\_\_. *L'action au pluriel*. Paris: La Découverte, 2006.

THOMSON, K. *From neighborhood to nation: the democratic foundations of civil society*. Hanover: University Press of New England, 2001.

TIRIBA, L. Economía popular y movimientos populares (y una vez más el trabajo como principio educativo). *Contexto e Educação*, São Paulo, v. 54, p. 53-79, 1999.

TURNER, V. *Dramas, fields, and metaphors*. Ithaca: Cornell University Press, 1974.

VALLADARES, L. Associações voluntárias na favela. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 29, n. 12, p. 1390-1403, 1977.

VALLADARES, L.; IMPELIZIERI, F. *Ação invisível: um censo a partir do Urbandata*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1992.

VAN VELSEN, J. A análise situacional e o estudo de caso detalhado.

In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

VARELLA, A. *O dever de cidadania*: políticas públicas de planejamento urbano e participação popular no Brasil. Capítulo publicado neste livro.

VIDAL, D. *Les bonnes de Rio de Janeiro*: emploi domestique et société démocratique. Lille: Presses du Septentrion, 2007.

\_\_\_\_\_. Concevoir la communauté: l'efficacité d'une catégorie socio-spatiale au Brésil. In: MONNET, J. (Dir.). *Espace, temps et pouvoir dans le nouveau monde*. Paris: Anthropos, 1996.

\_\_\_\_\_. Décentralisation infra-municipale, associations d'habitants et pouvoir local: dépasser l'opposition clientélisme/participation politique. In: LE BRIS, É. (Dir.). *Villes du Sud*. Paris: Éditions Orstom, 1996. p. 131-146.

\_\_\_\_\_. A linguagem do respeito: a experiência brasileira e o sentido da cidadania nas democracias modernas. *Dados*: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 265-283, 2003.

\_\_\_\_\_. *La politique au quartier*: rapports sociaux et citoyenneté à Recife. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1998. (Collection Brasilia)

VIEIRA DA CUNHA, N. *Viagem, experiência, e memória*: narrativas de profissionais da Saúde Pública dos anos 30. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

VOGEL, A.; MELLO, M. A. da Silva. *Quando a rua vira casa*. Rio de Janeiro: FINEP: IBAM: Ed. Projeto, 1983.

WARREN, M. E. (Ed.). *Democracy and trust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WILSON, J. Q. *Political organizations*. New York: Basic Books, 1973.

WUTHNOW, R. *Acts of compassion*: caring for others and helping ourselves. Princeton: Princeton University Press, 1991.

\_\_\_\_\_. *Loose connections*: joining together in america's fragmented communities. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

YAZBECK, C. A política social brasileira nos 90: a refilantropização da questão social. *Cadernos ABONG*, [S.l.], 1995.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da

redemocratização. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.

\_\_\_\_\_. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 35, 1997.

\_\_\_\_\_. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.





# **MOBILIZAÇÕES URBANAS: Associações de moradores**



# COMO UMA ASSOCIAÇÃO NASCE PARA O PÚBLICO: VÍNCULOS LOCAIS E ARENA PÚBLICA EM TORNO DA ASSOCIAÇÃO LA BELLEVILLEUSE, EM PARIS

---

Daniel Cefai<sup>1</sup>

*La Bellevilleuse* é uma associação de bairro situada no território do Bas-Belleville (Baixo Belleville), na XX Região Administrativa de Paris.<sup>2</sup> Bas-Belleville é a única zona que subsiste à série de políticas de urbanismo que deram origem, desde a década de 1960, aos conjuntos habitacionais (*cités*) de Nouveau Belleville, em Couronnes; à ZAC Bisson-Pali Kao<sup>3</sup> aos Jardins de Belleville; à ZAC Houdin-Orillon, situada na XI Região Administrativa de Paris; e aos conjuntos habitacionais do Boulevard de la Villette, na XIX Região Administrativa. A história começa em 1989. Uma operação urbanística é lançada, comandada pela Ville de Paris,<sup>4</sup> com os ingredientes habituais: estratégias não declaradas de prioridade na compra (*préemption*) e de

<sup>1</sup> Directeur d'études à l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS-Paris.

<sup>2</sup> O município de Paris está dividido em vinte regiões administrativas (*arrondissements*). O bairro de Belleville fica na parte leste da capital.

<sup>3</sup> ZAC significa *Zone d'Aménagement Concerté* – Zona de Planeamento Urbano, prevista no direito francês para supostamente facilitar o “concerto” ou o “diálogo” entre os moradores do bairro, as entidades coletivas e os empreendedores privados.

<sup>4</sup> *Ville de Paris* (literalmente “Cidade de Paris”) é o nome dado à Prefeitura de Paris. Está distribuída em uma *Mairie centrale* (administração central) e vinte *Mairies d'arrondissement* (subprefeituras locais, em cada uma das vinte regiões administrativas de Paris).

cercamento com muros dos lotes do bairro; processos de deterioração dos edifícios com o propósito de justificar a sua maciça demolição, à custa de algumas distorções jurídicas e regulamentares; e, por fim, reconstruções levadas a cabo por uma sociedade de economia mista, no âmbito de uma ZAC, sem consulta prévia à população. Essa política do fato consumado, contra a qual a indignação da opinião pública e o acesso ao tribunal chegam sempre demasiadamente tarde, foi a regra durante muito tempo, em matéria de planeamento urbano parisiense. Em Belleville, a suspeita de que “algo estava sendo tramado às ocultas” levou proprietários e locatários a procurar e a trocar informações, inicialmente em um grupo de nove pessoas; a elaborar uma leitura das intenções da Prefeitura de Paris, e a criar uma associação, nos termos da Lei 1901.<sup>5</sup> Um movimento de ação coletiva foi desencadeado no bairro. Foram adotadas estratégias para a mobilização e o recrutamento de ativistas, para fomentar novas adesões. *La Bellevilleuse* encontrou rapidamente uma “base” significativa na periferia da ZAC: de, aproximadamente, 100 adesões no final de 1989, passou a 200 em março de 1990, a 400 no final de 1991 e a cerca de 600 em 1997, sobre um total de 2.500 moradores.

Três grandes fases dessa história poderiam ser esquematicamente distintas: 1) A primeira fase vai de 1989 a 1995: é a fase do *bloqueio*, marcada por confrontos extremamente intensos, como os das reuniões de negociação em que a Prefeitura se recusava a acatar as demandas da associação *La Bellevilleuse*. A referida associação adotava uma postura marcada pela mobilização dos moradores do bairro, bem como pelo protesto e pela reivindicação por todos os meios possíveis. 2) A segunda fase é marcada pela *cooperação*: é iniciada em 1996, por meio de uma ordem do prefeito de Paris para que se colaborasse com a associação *La Bellevilleuse*. Uma parceria é formada no âmbito do Desenvolvimento Social Urbano (DSU),<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Essa lei de 1º de julho de 1901 regulamentou a criação das associações voluntárias sem fins lucrativos na França.

<sup>6</sup> Desde 1984, o *Développement Social des Quartiers* – DSQ (Desenvolvimento Social dos Bairros) operava sobre 148 localidades urbanas consideradas como “*quartiers en difficulté*” (“bairros com dificuldades”), afetados pela degradação física, econômica e social. A ação se estruturava em cinco princípios (projeto territorial, global, transversal, em parceria e com a participação dos habitantes) e se baseava em acordos assinados por cinco anos entre o Estado, os municípios e as regiões. A partir de 1988, os acordos *Développement Social Urbain* – DSU (Desenvolvimento Social Urbano) os substituem, e foram eles mesmos substituídos em 1994 pelos contratos municipais.

em conexão com o Atelier Parisiense de Urbanismo (APUR).<sup>7</sup> Essa parceria persiste mesmo diante da transferência do poder político à esquerda progressista, tanto na Prefeitura Central quanto na Prefeitura da Região Administrativa, e perdura até o final da década de 1990. A associação torna-se, então, uma protagonista central dos projetos de planejamento urbano do bairro, tendo a sua representatividade reconhecida em diversas assembleias. Entretanto, paralelamente, perde parte de seus integrantes, o que decorreu em função ou do excesso de confiança de que a batalha estava ganha, levando à desmobilização, ou do desânimo diante da complexidade técnica das medidas assumidas. 3) A terceira fase é de especialização (*expertise*), a partir do voto do projeto definitivo pela câmara de vereadores, em junho de 1998. *La Bellevilleuse* torna-se uma agência encarregada de propor soluções, discutir propostas e tomar decisões dentro de parâmetros bem definidos de planejamento urbano. Apesar disso, a associação continua se envolvendo em projetos sociais ou pedagógicos em nível local. Em 2005, ela acaba atravessando uma crise, com a saída de seus “membros fundadores” e com diversas tentativas de redefinição das metas de ação, para além dos limites do bairro.

Neste texto, nos interessa, sobretudo, centrar na primeira fase e no início da segunda fase – de 1989 a 1997, aproximadamente – para descrever o surgimento de uma arena pública em torno do problema da reconstrução do bairro. Insistiremos, especialmente, nas pertinências de proximidade<sup>8</sup> dessa arena pública e nas tensões que ela pode engendrar.<sup>9</sup> Este artigo traz, igualmente, uma abordagem em favor de uma análise microssociológica da ação coletiva e da ação pública. Essa análise defende o uso de métodos de pesquisa qualitativa para compreender os contextos de experiência e de atividade da política local.

<sup>7</sup> O *Atelier Parisien d'Urbanisme* – APUR (Estúdio Parisiense de Urbanismo) é uma associação sem fins lucrativos entre a Prefeitura, o Departamento de Paris, o Estado, a região de Ile-de-France (que inclui Paris e adjacências), a Câmara de Comércio e de Indústria de Paris, a Empresa Pública Autônoma dos Transportes Parisienses (RATP), a Caixa de Alocações Familiares de Paris (CIF) e o Estabelecimento Público de Desenvolvimento Orly-Rungis-Seine Amont (EPA ORSA). O APUR tem como missão monitorar tendências e evoluções urbanas, participar da definição de políticas de planejamento e de desenvolvimento, da elaboração de orientações da política urbana e de documentos do urbanismo, assim como de projetos para Paris e Ile-de-France.

<sup>8</sup> O termo remete ao programa de “políticas de proximidade” coordenado por Laurent Thévenot no âmbito do *Groupe de Sociologie Politique et Morale* (GSPM): Thévenot, 1999 e 2006.

<sup>9</sup> Realizamos esta pesquisa entre 1997 e 2000 e apresentamos alguns de seus resultados em Cefai; Lafaye (2001, 2002).

## VÍNCULOS DE PROXIMIDADE

A análise da constituição de um problema público ou de uma ação pública é indissociável de um emaranhado de estruturas de proximidade do mundo vivido. O termo “próximo” não se confunde com o termo “local”, que designa uma escala espacial, nem com o termo “privado”, que se opõe ao “público”, e nem com o termo “particular”, que se opõe ao “geral”. O termo “próximo” ou “proximidade”, neste texto, remete ao que é vivido como tendo importância ou pertinência na vida cotidiana dos atores – moradores, usuários ou cidadãos. A expressão remete aos modos de uso, de frequência e de habitação do “bairro” – que continuam a desempenhar um papel no engajamento público, mesmo quando esses modos não são requisitados por ele.

### *Coisa pública e concernimentos pessoais*

Primeiro ponto: a configuração da coisa pública não se faz simplesmente na troca de argumentos racionais em um espaço público descontextualizado. Ela é sempre tomada a partir dos modos de envolvimento das pessoas na *Lebenswelt*, e particularmente, na esfera do próximo e do familiar. O enredamento em histórias e intrigas locais<sup>10</sup> que evidenciam os destinos locais ou os interesses particulares é o trampolim para formas de julgamento e de denúncia, de reivindicação e de proposição, que trazem à tona o que diz respeito ao público. A noção de “políticas de proximidade” permite trabalhar sob outra concepção de *res publica* e reabilitar as associações baseadas na proximidade. A ideia de bem público, nesse caso, se articula na tensão entre “pertencimentos”, “filiações” e “alegações” de proximidade; “preocupações (*concernements*) pessoais” por bens ou serviços ameaçados; vínculos ou ancoragens em comunidades de território, de vizinhança, às vezes de profissão ou de religião; e preocupações de interesse geral, de bem comum ou de utilidade pública, conforme os idiomas republicanos. A análise dos dispositivos de ação pública se pauta, muito rapidamente, em princípios e procedimentos que têm curso nas agências dos poderes públicos, ou melhor, nos foros de participação ou de deliberação. Um deslocamento do olhar permite considerar as ancoragens da definição e da realização do bem público nos contextos de experiência e de atividade dos cidadãos comuns, seguindo suas modulações de acordo com o tipo de situações proble-

<sup>10</sup> Schapp, (1992).

máticas com as quais se confrontam em sua vida cotidiana. Segue-se, então, em direção a uma *análise pragmatista das atividades micro-cívicas e micropolíticas*.

Com seus vínculos sobre territórios e paisagens, comunidades e histórias locais, as associações de proximidade podem ser tanto lugares potenciais para desenvolver um pensar sobre si mesmo quanto uma via de acessos privilegiados à constituição de públicos. As associações não são vítimas de uma doença incurável, a síndrome *Nimby*.<sup>11</sup> *O gesto retórico de estigmatização a qualquer entidade da sociedade civil, automaticamente suspeita de veleidades de localismo, comunitarismo ou corporativismo, é uma constante da gramática republicana na França. O interesse geral (intérêt général) seria incompatível com qualquer mediação entre o Estado e os indivíduos – tratada como “facção” da vontade geral. Entretanto, desde os anos 1970, o número de associações de proximidade que se impuseram como atores protagonistas na vida pública não para de aumentar. Envolvidas em conflitos em torno do planejamento urbano, elas podem ter também objetivos no campo social e cultural e, às vezes, no plano econômico (quando se transformam, por exemplo, em gestoras de bairro ou criam empresas de inserção social), no plano étnico ou religioso (quando se apoiam em redes de pertencimento, de identidade e solidariedade e visam bens ou serviços comunitários). Ou, ainda, no plano abertamente político (quando todas estas atividades são acompanhadas de uma reivindicação nacionalista e quando estão acopladas a formas de clientelismo partidário). Qual é, então, o lugar das associações nas operações de produção de bens públicos? De acordo com que modalidades e com que justificativas elas concorrem a dispositivos de ação pública?*<sup>12</sup>

*La Bellevilleuse* é um caso paradigmático no panorama associativo, em que a defesa de um local, de uma paisagem ou de um bairro se tornou um objetivo crucial. Ao mesmo tempo em que incorpora as asperezas do lugar, indagando sobre as situações econômicas e sociais dos moradores, constituindo um verdadeiro banco de dados sobre o parque imobiliário do bairro e reunindo um manancial de informações sobre as condições de sua reconstrução, *La Bellevilleuse* se coloca nas arenas públicas, formulando minutas e requerimentos, propondo

<sup>11</sup> Trom (1999) *Nimby* é um acrônimo inglês para a expressão *Not in My Backyard*, ou seja, “não em meu quintal”, utilizada de forma crítica por urbanistas norte-americanos.

<sup>12</sup> Ion et al. (2001).

uma categorização dos prejuízos sofridos e potenciais e revelando, ainda, quadros duplos de denúncia da especulação imobiliária e da política municipal. Mas, afinal, como essa associação circula entre formas de proximidade e formas de publicidade, de modo a parecer confiável e compreensível junto aos habitantes do bairro, identificando nitidamente as possíveis soluções aos diferentes problemas que lhe são postos, ao mesmo tempo mantendo um discurso pertinente, eficaz e aceitável diante dos diferentes organismos públicos e de Estado? Como dar conta das atividades em que os problemas e conflitos que atingem os protagonistas são reordenados, configurados e publicizados em acontecimentos, crises, negócios ou escândalos públicos? Tentaremos responder a essas questões adotando uma perspectiva pragmatista.<sup>13</sup> Em primeiro lugar, isso implica em não lidar com atores já constituídos, dispondo de recursos e produzindo estratégias. O objetivo do bem público se encarna e se representa, sem dúvida, em agenciamentos de instituições públicas, de sociedades de economia mista, de organismos paramunicipais e de associações civis. Mas essa cartografia reduz a análise: ela se afasta das *atividades contextualizadas* ao objetivar ordens de representações, espaços de poder ou redes de governança; ela não parte dos *contextos de experiência pública* e considera raramente a natureza das organizações, das interações que as ligam e dos problemas que elas revelam, em relação aos eventos ou às ações em curso; ele perde de vista os *processos temporais* ao se centrar em cálculos racionais, em estruturas sociais ou em instituições políticas. Aqui, tentaremos ser mais minuciosos nas *descrições de casos*, se possível pela observação direta e pela análise de arquivos documentais, para revelar as figuras de realidade e de normatividade que emergem no curso dessas atividades.

Várias consequências derivam dessa premissa. A pesquisa privilegia as *situações de prova*.<sup>14</sup> Nos múltiplos momentos de disputa entre atores, a arena pública vai-se constituindo. Essas situações tomam a forma de provas de alerta, de experimentação, de medida, de testemu-

<sup>13</sup> Cefai (2002).

<sup>14</sup> *Situations d'épreuve*: a palavra *épreuve* tem vários sentidos em francês. Aqui, ela remete a uma dimensão de "provação" – "se colocar à prova" em relação a algo (que pode ser um exame, uma relação de trabalho, ou situações no campo da amizade, diante de um público...). Na sociologia dita pragmática, uma *épreuve* é um momento crucial de qualificação de situações, de ações e de mobilização de formas de justificação, com o propósito de determinar um acordo em termos de racionalidade e de legitimidade (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991; LEMIEUX, 2009).



nho, de negociação, de estratégia, de conversação, de deliberação etc. Elas têm como *contexto específico* as instruções judiciais, controvérsias científicas, redes de vigilância, inquéritos públicos, assembleias de negociação e conselhos de bairro, referendos eleitorais, polêmicas midiáticas, manifestações de rua ou pesquisas de opinião etc. Várias consequências se sucedem. Primeiramente, os problemas públicos se cristalizam em muitos lugares e momentos distintos, mobilizando numerosos atores a partir de diversos modos e graus de engajamento. Para se tornarem questões de definição e de competência no âmbito de uma arena pública, são sustentadas por *cadeias de operações*, dispersas espacial e temporalmente, que a pesquisa deve restituir. Em segundo lugar, os atores não têm uma identidade estabelecida de forma determinada: suas motivações e objetivos estão sob uma *geometria variável*, dependendo do tipo de problemas diante dos quais se reúnem ou se confrontam, de acordo com as configurações provisórias de alianças e de inimizades nas quais se envolvem. A unidade e a identidade são, eventualmente, um problema prático que eles devem resolver, diante de certas circunstâncias. Finalmente, a qualificação dos bens desejados pelos autores como *bens privados, comuns ou públicos* não está baseada em critérios objetivos: ela é indissociável das situações de debate, de controvérsia, da polêmica ou do processo no qual elementos contrários de informação, de prova e de argumentação vão ser confrontados, no qual também decisões serão consumadas. Nesse contexto, atores, causas e situações se configuram simultaneamente.

### ***Provas afetivas e choques morais***

Com a adoção dessa perspectiva pragmatista, os representantes de *La Bellevilleuse*, que se apresentam como defensores de um local em risco, devem fixar suas estratégias urbanísticas, jurídicas, midiáticas e políticas em enredos locais; devem articular traduções dos mundos especializados da perícia e da política com palavras do cotidiano. Para convencer, mobilizar e envolver públicos leigos no conflito urbano, esses representantes explicam as questões mais complexas aos membros de sua associação e aos moradores do bairro e lhes dão a oportunidade de compreender, de deliberar e de participar das decisões públicas. Mas, inversamente, sob pena de serem acusados de particularismo, de localismo ou de comunitarismo por jornalistas, políticos e especialistas, os representantes devem renunciar às com-

petências de proximidade que são próprias deles para se valerem de uma linguagem de interesse geral. Eles valorizam suas experiências vividas, seus saberes locais e seus laços pessoais, próprios do bairro, mas devem reenquadra-los em relação aos desafios públicos e, por vezes, até mesmo descartá-los para argumentar e fazer sentido perante outras instituições, em outras esferas de ação e diante de outras cenas públicas.

As vias de acesso à arena pública passam por regimes de engajamento não público. Gamson havia analisado os “quadros (*frames*) de injustiça” que são articulados por atores comuns para qualificar problemas sociais como inadmissíveis e intoleráveis; para determinar responsáveis ou culpados e fazer deles o alvo de ataques; para clamar pela constituição de um coletivo capaz de demandar a reparação; e para acionar as instituições suscetíveis de restaurar uma ordem aceitável das coisas. Porém, esses “quadros de injustiça” não são lentes cognitivas por meio das quais os atores constroem o mundo. São, antes de tudo, experimentados em ocasiões sensíveis, em movimentos afetivos de aversão, desconforto e ansiedade, de irritação e de frustração, de raiva e de ressentimento, de cólera e de indignação. Eles são encarnados em provas emocionais e perspectivas que não se fecham no foro íntimo de sujeitos solipsistas, mas que remetem diretamente ao horizonte de um senso comum e que visam intencionalmente certos estados do mundo. O “senso de injustiça” se expressa em descrições que dão conta de provas corporais, portadoras de um sentido ético, cívico ou político, que atravessa seus atores.

A revolta e o protesto encontram suas fontes, segundo alguns membros da associação, na primeira experiência que tiveram com a insalubridade das habitações, superpovoadas por famílias numerosas e sublocadas em preços passíveis de anulação. Foram acometidos por toda sorte de sentimentos e sensações mais insuportáveis que tinham para com sua vizinhança local, como o cheiro de urina, as escadas intransitáveis, as vidraças quebradas, os apartamentos lotados e inundados etc. A experiência do que é injusto, mas também do que é indecente e inconveniente, decorre do modo passivo do “ser afetado” (*Stimmung*) pela situação, antes dessa experiência ser formatada segundo as modalidades práticas dos regimes da crítica e da denúncia, da compaixão ou da indignação. As reuniões de informação e de consulta foram a ocasião para que se experimentasse outra experiência-chave na mobilização dos moradores do bairro: foram vividas como

situações de maus-tratos infligidos aos cidadãos reunidos na Prefeitura, como situações de descaso (salas minúsculas, sem cadeiras e com planilhas ilegíveis) e de condescendência dos políticos e dos técnicos da Prefeitura (omissão às perguntas feitas, atmosfera de ameaças contra membros de associações). Essas reuniões rapidamente foram o motivo da publicização do descontentamento, sob a forma de cartas endereçadas ao Prefeito e assinadas coletivamente por porta-vozes das associações e por “notáveis de moralidade” do bairro.

Esses choques emocionais têm a ver com percepção, afeto e moralidade, indissociavelmente. São da ordem do sentir e do ressentir. Desestabilizam o sentimento de evidência que cada um mantém com seu ambiente natural e desfazem a modalidade do dado inquestionável, do “tido como certo” (*taken for granted*) que caracteriza as manifestações do mundo da vida cotidiana. O sistema de coordenadas comuns que regula a relação de familiaridade com a vida no bairro fica abalado. O campo de experiências e o horizonte de expectativas<sup>15</sup> dos moradores não são mais evidentes. O senso de decência da moradia dos vizinhos de bairro e o sentido de dignidade na conduta dos políticos em relação a seus administrados são atingidos. Essas provas afetivas, mais frequentemente colocadas sob o signo da humilhação e do desprezo do que manifestadas em linguagem diretamente política, foram classificadas por Jasper como “choques morais”.<sup>16</sup> Porém, estes são também choques estéticos ou cívicos, segundo os critérios de apreciação e de avaliação empregados. Para alguém que nasceu no bairro e que nele viveu toda a sua infância, é a totalidade da memória corporal que se vê ameaçada e a história de vida que será destroçada. Para uma pessoa idosa, são rotinas muito arraigadas que correm o risco de cessar, uma economia da autonomia, da afeição e da ajuda mútua que será destruída com a transferência de domicílio por uma instituição especializada. Para o comerciante, é o fim do seu comércio (“*mon affaire qui est foutue*”), não somente sua fonte de renda, mas também o pequeno mundo que sedimentou dia após dia no seu pequeno botequim ou na sua lojinha. Para o “bobo” recentemente instalado – para usar a rotulação vernacular criada pelos nativos parisienses de “burguês boêmio” (“*bourgeois bohême*”) – além do fato de ter seu bem desvalorizado e de ter de sair de novo à procura de alguns metros quadrados, é um pedaço do sonho urbano que se

<sup>15</sup> Koselleck (2006).

<sup>16</sup> Jasper (1997).

esvai, é “Paris que vai embora”, “são os promotores que massacram a cidade”.

Esses quadros de experiência, com sua materialidade corporal, seus laços espaciais e profundidades temporais, seus jogos de sociabilidade e redes de imaginário, organizam o sentimento de indignação. A passagem do distúrbio afetivo e moral à denúncia e ao protesto público pelos moradores do bairro assume formas diversas. O discurso crítico, elaborado em termos técnicos, jurídicos ou políticos, somente é sustentável se baseado em sentimentos e sensações de indignação que têm a densidade da *Lebenswelt*, ou seja, do “mundo da vida”. O *vizinho* fica horrorizado com os buracos de ratos em que ficam amontoadas as pessoas, com quem ele compartilha o mesmo espaço público nas ruas, ignorando totalmente sua intimidade; o *eleitor* fica consternado com a falta de civilidade democrática e com a demonstração de incompetência e de arrogância de alguns técnicos da Prefeitura de Paris; a *mãe* fica abalada por imaginar seus próprios filhos no meio dessas crianças atingidas pelo saturnismo de tanto absorver pelo ar pinturas com sais de chumbo; o *locatário* fica escandalizado com a falta de respeito às leis e com a exploração da miséria por alguns proprietários sem escrúpulos. Um indivíduo categorizado como *cidadão* não deixa de ser uma pessoa de carne e osso, envolvida no mundo cotidiano, de acordo com uma multiplicidade de regimes de engajamento. Essa pessoa se engaja publicamente, mas seu impulso inicial está enraizado em vulnerabilidades singulares, ínfimas humilhações, angústias indizíveis que não se deixam facilmente “publicizar”. A transição dos choques afetivos, sensíveis e morais aos julgamentos articulados na linguagem da publicidade, ocorre por meio da definição da situação problemática e, concomitantemente, mediante a produção de padrões de ação e formulação de boas razões para agir.

### ***Alerta e pesquisa, território e memória***

Segundo os relatos dos moradores do Baixo Belleville, a indignação limitou-se, num primeiro tempo, ao registro quase privado da vizinhança, do familiar, do falar em casa e entre si mesmos. A inquietação, de início difusa, foi despertada por um “detalhe suspeito”: o crescimento do número de janelas muradas dos apartamentos e a progressiva degradação do bairro, dando-lhe uma aparência de abandono. Alguns proprietários, desconfiados desses índices que lhes colocaram a “pulga atrás da orelha”, se envolveram numa

pequena *indagação*, na acepção da *inquiry* de Dewey (1927), para problematizar uma situação perturbadora, porque incompreensível. Verificaram no cadastro quem eram os proprietários das moradias em questão e descobriram que todas tinham sido, sistematicamente, objeto de preempção pela Prefeitura. Informações vazadas da administração municipal sob a forma de rumores a propósito de um projeto de renovação dão, então, um contorno ao *alerta*. Uma operação de planejamento tinha sido lançada sobre o perímetro do bairro e uma sociedade de economia mista foi mobilizada, à revelia dos moradores que, informados pelas vias informais da fofoca, se espantam de não terem sido previamente consultados. A notícia reforça o sentimento de ansiedade coletiva, acelera e intensifica o rumo da indagação, conduz à interpelação dos poderes públicos, abre a dinâmica temporal dos prognósticos, das denúncias e dos protestos. Será que essa Zona de Planejamento Urbano Combinado (ZAC) é efetiva? Quem tomou essas decisões, quando, onde, como e por quê? Com que argumentos o prefeito justifica essa situação? Esse estado de coisas é legalmente sustentável sem a realização de uma *enquête publique*?<sup>17</sup> Em que consiste o projeto de renovação? O que vai acontecer com os locatários e proprietários do bairro?

A suspeição sem um objeto preciso, somada ao alerta provocado pelo vazamento das informações da administração municipal, encontra uma consistência maior por ocasião de um evento anterior. Os bulldôzers chegam ao início de uma manhã para demolir as construções industriais desativadas da velha Forge, sem aviso prévio. O evento dá origem a uma multidão que atrapalha a obra. Um oficial de justiça é convocado e constata a presença de uma ilegalidade. Com isso, esse vestígio entre os outros, geralmente pouco notado, salvo por crianças que vinham jogar e por *squatters* das imediações, acaba sendo valorizado e ganha esse caráter de individualidade e de unicidade dos lugares aos quais se tem apego. Esse evento adquire um novo sentido na história de resistência à destruição e é reclassificado como uma das frentes de batalha. Mais tarde, a ocupação selvagem do prédio e dos arredores é seguida pela criação de uma associação de artistas que negocia aluguéis com a Prefeitura e, por fim, pela inclusão do espaço em um projeto de animação cultural – peça central da reabilitação

<sup>17</sup> *Enquête publique* (investigação pública) é a fase inicial da consulta pública, durante a qual o público, ou seja, os moradores, associações, atores econômicos e cidadãos comuns, são convidados por um comissário-investigador (*commissaire-enquêteur*) a formular suas opiniões, críticas e sugestões sobre um determinado projeto de regulação ou de planejamento, apresentado por uma entidade pública ou estatal.

em curso. Outro acontecimento provoca uma verdadeira agitação: a expulsão *manu militari* pelos CRS<sup>18</sup> dos moradores do prédio de número 42 da rua Ramponeau, que são jogados na rua sem nenhum cuidado e a quem se propõem remanejamento para locais distantes, nos subúrbios norte e leste de Paris, com a finalidade de dispersá-los. Durante vários dias, eles acampam na rua, em meio a seus pertences, recusando, temporariamente, as condições de seu remanejamento e suscitando um movimento de indignação, de compaixão e de solidariedade entre seus vizinhos.<sup>19</sup> O sentimento de intolerância frente ao desprezo dos políticos eleitos em relação a seus administrados e frente à injustiça cometida com os vizinhos se intensifica. A ansiedade, de início expressa nas conversas banais na soleira das portas e no balcão dos bistrôs, se desenrola coletivamente a favor da investida sobre o espaço público da rua como lugar de protesto.<sup>20</sup> O fluxo livre de palavras de descontentamento e raiva torna tangível a ameaça de destruição do bairro que, até então, só dizia respeito a algumas pessoas e se restringia apenas aos prédios abandonados.

Circulam relatos. Medos são expressos em palavras. Lembranças despertam. Os judeus tunisianos recordam seu exílio em Hara, seu bairro em Túnis, entre 1956 e 1967. Os velhos imigrantes, enxotados de seus quartos, vendo seus lares destruídos, se sentem desamparados. O bairro se torna um lugar de nostalgia para aqueles que devem partir: se trocam promessas de retorno, de jamais cair no esquecimento. Torna-se também o campo de uma solidariedade prática: vizinhos oferecem alimentos, oferecem seus banheiros ao uso. O sentimento de apego se intensifica no meio desses fragmentos de intimidade exibidos às claras: os colchões e as malas empilhados à *la va-vite* (vá depressa!) se exibem sem pudor nas calçadas da rua Ramponeau, expondo os pertences de alguém arrancado de seu lar. A prova tem por tonalidade dominante uma mistura de humilhação e amargura, de resignação para alguns, de revolta para outros. Enredos e narrativas se desdobram, nos quais os papéis de culpados e de vítimas, de bons e de maus, são distribuídos entre diferentes personagens, quando os

<sup>18</sup> *Compagnies Républicaines de Sécurité* (CRS): regimentos de polícia que intervêm em casos de revolta popular ou que regulam as manifestações de rua. As CNRS fazem parte da *Police Nationale*.

<sup>19</sup> Restam algumas imagens desse episódio no documentário de P. Baron, *Babelville* (França, 1994, 58 min.), projetado em pré-estreia no dia 5 de março de 1993, no Berry-Zèbre. Muitos moradores de Belleville possuem esse documentário gravado em fitas de vídeo-cassete.

<sup>20</sup> Joseph (2007).

acontecimentos surgem como episódios que se encadeiam para formar uma história. Um mundo está se perdendo, no naufrágio provocado pelas pérfidas decisões, a portas fechadas, da Prefeitura, cujos expoentes percebidos são os *CRS* e seus cassetetes. Uma injustiça está sendo cometida contra pessoas de poucos recursos, que moram logo ali, na porta ao lado; pessoas comuns, que cumprimentamos na rua e que passam por nós no supermercado. Uma angústia toma todos os moradores para os quais aquilo é apenas o primeiro passo de uma expulsão programada: todos se reconhecem nessas primeiras vítimas do projeto de renovação. O acontecimento tem um papel de operador da concentração e da intensificação dos afetos, até então dispersos, em um sentimento de indignação compartilhado por todos. Faz nascer, no auge da prova, o apego ao bairro e a urgência de protegê-lo. Dá um toque inicial à mobilização e à coordenação.

Em consequência disso, o “*quartier*” (“bairro”) torna-se o herói de uma história de múltiplas facetas: a história da resistência a uma política urbana abusiva, na qual se entrelaçam todas as pequenas histórias cotidianas das batalhas contra as expulsões vividas no bairro, as histórias contadas pelos jornais, as histórias das audiências no tribunal administrativo ou das reuniões de consulta popular, as histórias dos militantes e ativistas da associação. O “bairro” começa a existir segundo novas modalidades, oriundas de seu enquadramento narrativo.<sup>21</sup> Parece se desenhar de forma menos vaga como território circunscrito, embora a área de ação da associação, copiada do território administrativo da ZAC e coincidindo com o espaço dos blocos e quarteirões ameaçados, seja mais reduzida do que a *Belleville* vivida pelos moradores e transeuntes. Mas sua identidade parece ainda bem consolidada, menos fantasmagórica, materializada nos percursos espaciais de cada um, ratificada tanto pelos mapas pendurados na parede do local de *La Bellevilleuse* quanto pelos passeios organizados pela associação *Belleville insolite*.

Relatos escritos em outras arenas de experiência e de atividade também são repatriados. Belleville não é mais simplesmente o tema de trabalhos acadêmicos ou de empreendimentos artísticos, constituindo-se, de fato, como destinatário desses trabalhos e empreendimentos e, com isso, amparando-se neles e convertendo-os em fontes e recursos de experiência local. É assim que teses de doutorado serão recicladas

<sup>21</sup> A propósito da categoria “*quartier*”, cf. Topalov (2002).

e funcionarão como comprovantes dos mitos comuns. O bairro é percebido e exaltado como lugar de acolhimento de sucessivas ondas de imigrantes,<sup>22</sup> memorial da Comuna de 1871<sup>23</sup> e da cultura popular<sup>24</sup> da antiga Paris. Diversas exposições fotográficas dão ênfase a sua dimensão de bairro multicultural<sup>25</sup>. Noitadas de *chanson réaliste*, a “canção realista” de Edith Piaf, fazem reviver o passado nos bares ao som do velho acordeom. O bairro se transforma em referência de literatura internacional, por intermédio dos romances policiais de Thierry Jonquet (1993) e da saga de Malaussène de Daniel Pennac (1995). Esses elementos contribuem para criar elos com esse último “bastião de humanidade” e para justificar a defesa de “uma Paris que está morrendo”: *La Bellevilleuse* aproveita esse entusiasmo de apego nostálgico, tomando cuidado, entretanto, para não transformar a salvaguarda desse passado mítico em seu objetivo.

### *Saberes locais e relações interpessoais*

Sendo a associação um coletivo, ela se desenvolve nesse contexto. O conflito local, como “analisador”, tem o poder de desvelar as coisas públicas da *cit e* e, como “catalisador”, de agenciar as expectativas coletivas. A mobilização de militantes ativos, o recrutamento de novos membros e a sensibilização de simpatizantes se desenvolvem nas redes de sociabilidade da *La Bellevilleuse*: em primeiro lugar, entre as pessoas mais próximas, nas relações de vizinhança e os frequentadores das atividades de lazer; depois, pelo boca a boca, seguindo os laços de confiança, de familiaridade e de solidariedade de ordem interpessoal. A associação se ancora, inicialmente, nos grupos de afinidade e nas redes de amizade de seus membros fundadores. Em seguida, ela se expande pelas adesões conquistadas por meio do arsenal das técnicas militantes: campanhas de divulgação e afixação de cartazes em paredes, plantões nas ruas, distribuição de panfletos em caixas de correio, na saída do metrô ou na feira do Boulevard de Belleville. Fazer campanha de porta em porta é uma interessante situação de interação face a face. Os associados tentam compartilhar sua experiência de indignação moral e cívica e propõem aos moradores do bairro, frequentemente estrangeiros, imigrantes

<sup>22</sup> Simon (1994).

<sup>23</sup> Jacquemet (1984).

<sup>24</sup> Morier (1992).

<sup>25</sup> Duas exposições: *Belleville, Belleville*, em maio de 1992 (Pierre Gaudin) e *Visa Villes*, em março de 1993 (Jean-Michel Gourden).



regulares ou clandestinos não proficientes na língua francesa, ou ainda pessoas de baixa escolaridade sem as mesmas capacidades de articulação política, que se unam ao coletivo. Pedem a sua adesão recorrendo ao discurso da cidadania, mas são obrigados a reivindicar uma posição de “vizinho” ou de “familiar” e, ainda, a se distanciar da categorização de representantes de comércio, de testemunhas de Jeová, de assistentes sociais ou de investigadores de polícia. Eles devem esclarecer o significado do pagamento em dinheiro de uma cotização para defender uma causa pública e para aderir à associação – gesto, às vezes, interpretado como equivalente à aquisição de um serviço ou a um suborno para se obter um favor. O ato de comprometimento do morador não é fruto de um trabalho de “conscientização” militante: resulta, em última instância, de um trabalho de ajuste recíproco entre duas pessoas, que devem, primeiramente, definir o significado de sua co-presença, eliminar mal-entendidos e equívocos que atrapalhariam seu andamento, compreender minimamente quem elas são e o que elas querem, antes que um esforço de tradução dos objetivos da associação os torne mais ou menos acessíveis no mundo vivido do morador. O entendimento recíproco é flutuante, marcado pela desconfiança, não isento de equívocos, governado pela meta de felicidade da interação, meta suficiente para todos os fins práticos. A microsociologia goffmaniana está aqui colocada a serviço de uma antropologia da cidadania ordinária.

Sem dúvida, a associação se configura nos estratos que são os grupos, as redes e as organizações já estabelecidas. Arrisca-se mais facilmente a agir quando se sabe mais ou menos onde colocar os pés; quando se confia minimamente nos representantes a quem delegam poderes, quando se compartilha a mesma sensibilidade, quando o alinhamento nas mesmas interpretações se faz quase automaticamente. A associação encontra mais adesão em meio às classes médias recentemente instaladas no bairro; encontra resistências da associação de comerciantes do Boulevard de Belleville, vencida pelas promessas do prefeito local; não recruta quase ninguém entre os chineses e asiáticos do Sudeste da rua de Belleville, mais desconfiados e menos preocupados. Mas a associação não se conecta só em redes de sociabilidade preexistentes: ela também cria novas redes. Funciona como um operador de elos entre pessoas e entre organizações. É uma matriz de reconhecimento e de inter-relação, que sustenta as cooperações de ação coletiva. Através dela, membros de associações até então separadas

umas das outras se contatam e participam de projetos comuns. As colaborações de *La Bellevilleuse* – seja com *Feu Vert* (Sinal Verde) para implementar programas de educação de rua, seja com *Médecins du Monde* (Médicos do Mundo) para denunciar casos de saturnismo infantil, seja com os *Ateliers Artistes de Belleville* (Oficinas de Artistas de Belleville) para organizar a animação cultural das *Journées Portes Ouvertes* (Jornadas Portas Abertas) – ensejaram aproximações que, por sua vez, permitiram impulsionar novas ações coletivas. *La Bellevilleuse*, ao se limitar deliberadamente ao âmbito circunscrito da ZAC, possibilitou que se criassem, ao mesmo tempo, laços amigáveis e trocas de experiências e de conhecimento (*savoir-faire*) com a associação *Mare-Cascades*, na ladeira do monte, e, embora com mais dificuldade, também com a *Ste. Marie-Ste. Marthe*, do outro lado do Boulevard de la Villette. Esses feixes de relações, mais ou menos bem-sucedidas, mais ou menos esporádicas, com geometria variável, sustentam os engajamentos públicos dos indivíduos. E remodelam a paisagem associativa do bairro.

As redes de inter-relação em escala local são cruciais para garantir uma mobilização pública. Além disso, a definição da situação de reabilitação do bairro se apóia em *saberes locais*, relativos às formas de vida associativa próprias de um território, aos usos de lugares semipúblicos e públicos, às práticas de solidariedade e de ajuda mútua entre vizinhos; como também saberes referentes ao estado de deterioração dos imóveis, às necessidades de áreas livres de jogos para as crianças e de espaços de integração para os adultos, à necessidade de expansão do pátio de recreio de uma escola ou de um asilo para pessoas idosas. Estes *saberes locais* são compartilhados pelos moradores no seu cotidiano ou estão ligados à frequência assídua desses lugares. Eles desenham uma topografia de suas experiências individuais e coletivas, de seus modos de uso dos espaços privados, semipúblicos e públicos, de suas valorizações dos lugares vividos e praticados no dia a dia, investidos de toda sorte de qualidades que escapam ao urbanista. Permitem conceber planejamentos do espaço fundados baseados no conhecimento sobre os lugares: daí a proposta de se cavar uma passagem na parede entre o nº 18 da rua de Belleville, na pequena ala de ateliês “da casa de Mika” e a La Forge; daí a solicitação de reforçar as fundações do “prédio do Sr. Kahloun (comerciante tunisiano) e da padaria”, e de valorizar essa espécie de quinta do século XVIII, na parte baixa da rua Ramponeau; daí a

discussão áspera para trocar a disposição do pátio da escola, da qual os diretores do estabelecimento participaram, a fim de defender com unhas e dentes seu ponto de vista. Os *saberes locais* fazem surgir a expressão pública das dificuldades encontradas no local – ausência de contratos de aluguel, famílias numerosas, problemas sociais, moradias insalubres – bem como suas inquietações, incômodos e decepções, quer se trate da regularização de situações precárias vividas pelos imigrantes “*sans papier*” (“sem documentos”), quer se trate da espera por moradias HLM<sup>26</sup> requeridas há mais de 15 anos. Tais discussões permitem imaginar, ainda, as “*opérations-tiroirs*” (“operações-gavetas”), destinadas a abrigar famílias no próprio bairro durante a reabilitação de seus prédios. Os *saberes locais* sofrem uma conformação temática a partir de sua incorporação em vários formatos: nas conversas locais com os plantonistas, nas entrevistas coletadas pelos jornalistas ou pelos cineastas, nas reformulações por ocasião das reuniões bimestrais do conselho da associação, nas reimpressões dos panfletos de denúncia ou de reivindicação, nas inscrições sob uma forma apropriada nos documentos oficiais.

Estes saberes locais são codificados pela associação, que se torna uma caixa de ressonância, um “catalisador” e um “analisador”, que os traduz em linguagem inteligível para as agências técnicas e administrativas, para os políticos eleitos ou para os meios de comunicação de massa. Os membros permanentes da associação são vetores de intermediação, que coletam elementos de informação e análise na proximidade, mas que operam e dominam também as gramáticas políticas da ação pública. Eles pesquisam sobre as demandas dos moradores, constatarem visualmente o estado dos prédios do bairro, procedem à coleta de informações e à constituição de dossiês, constituem uma espécie de bancos de dados e se apóiam sobre esse conhecimento, ao mesmo tempo subjetivo e objetivo, para dar consistência às suas reivindicações. Eles não se contentam em pesquisar, mas com o apoio de uma instituição pública, patrocinam também uma investigação junto a um escritório de consultoria independente, o que vai romper de maneira ainda mais forte com o contexto local. Essa produção de um relatório de alta legitimidade diante dos olhos dos políticos e dos funcionários da Prefeitura de Paris os obriga a financiar uma contrainvestigação, o que os leva a uma guerra de informação e de

<sup>26</sup> HLM (*Habitation à Loyer Modéré Habitation*) designa um tipo de conjunto habitacional, com aluguéis a preços módicos.

contrainformação, com vistas a convencer o público. Essas diferentes indagações coexistem com o inquérito público realizado por uma oficial, encarregada de registrar em atas as queixas dos moradores – e que acabará se tornando, posteriormente, plantonista da associação. Todos esses dispositivos criam dados, com forte ancoragem local, e fazem emergir representações do bairro que colocam em questão o interesse e a legitimidade de sua reabilitação, preservando-se contra um processo muito brutal de renovação urbana.

## **PROCESSOS DE PUBLICIZAÇÃO**

A configuração dos modos de engajamento no bairro constitui uma base sólida dos atores associativos na arena pública sob três aspectos. Eles defendem um território que lhes é caro e ao qual eles são apegados, que valorizam como bem comum e do qual fazem um espaço público. Agem em redes de relações de proximidade, que transformam na formação de coletividades publicamente reconhecidas. E apoiam-se em saberes locais que, uma vez reconvertidos e recompostos, são validados publicamente e inseridos na concepção do projeto de reabilitação. A associação encarna o processo de formulação de referências identitárias, canaliza a energia da rejeição e converte-a em protesto, e ainda contribui com a produção de repertórios de argumentação e de motivação. Alerta a população contra um risco, constituindo-a como “público” interessado ou motivado a agir; realiza uma pesquisa de maneira a esclarecer uma preocupação inicialmente confusa e a explicitar os termos de um problema articulado; define um bairro, com suas fronteiras, sua identidade e sua memória, recenseando elementos do território e do patrimônio; ativa redes de relações interpessoais e inter-organizacionais, fazendo emergir e validar saberes locais, implicados na determinação das escolhas da ação pública.

Após ter insistido nas ancoragens de proximidade dessa mobilização coletiva, diremos algumas palavras sobre a maneira como, apesar de tudo, ela não se fecha em si mesma, evitando as censuras acusatórias de particularismo e localismo.

### ***A técnica e o direito: comensuração, coordenação e generalização***

Para se fazerem entender, os porta-vozes da associação devem falar idiomas públicos que sejam inteligíveis para seus protagonistas.

Eles selecionam registros de discursos que autorizam operações de comensuração ou proporcionalidade e que delimitam um espaço de debate comum. A economia, a tecnologia e o direito contribuem para essa mediação. Os membros mais engajados da associação se valem de uma verdadeira competência em matéria de planejamento urbano. Aprendem a utilizar linguagens e procedimentos técnicos e a se referir a experiências e experimentações já aprovadas em outros contextos. Adquirem, assim, um conhecimento técnico. Informam-se junto aos especialistas que os ajudam a imaginar e a propor soluções alternativas, inspiradas em projetos de urbanismo realizados em outros lugares; se articulam com outras associações na França ou no exterior para conhecer os efeitos perversos produzidos por certas operações de urbanismo. Um engenheiro de *Ponts et Chaussées*,<sup>27</sup> por exemplo, é um dos militantes e conselheiros pioneiros da associação. Professores da Escola Nacional Superior de Arquitetura de Paris-Belleville organizam concursos para projetos de reabilitação do bairro com seus estudantes. Um arquiteto, membro ativo da associação, acompanha toda a fase de redação dos projetos com o *Atelier Parisien d'Urbanisme* desde 1995. Gradualmente, alguns dos militantes efetivos adquirem um verdadeiro saber sobre os materiais, as técnicas e os custos. Eles estão no campo da *expertise* da administração municipal e desafiam seu monopólio.

A Prefeitura desenvolve, desde o início, o discurso em torno da modernização das moradias e serviços e do bem-estar social dos moradores. É sobre esta base que a Prefeitura monta, secretamente, o dossiê da ZAC, mobiliza suas forças políticas (visitas do prefeito de direita e intercessões de notáveis no bairro) e tenta se articular com clientes (promessas de indenizações, arranjos tácitos e garantias de realocação para alguns comerciantes). O bairro, segundo a Prefeitura, já está condenado. A única solução radical, seria destruir e reconstruir. *La Bellevilleuse* contra-ataca minimizando o estado de deterioração do bairro. Com o apoio financeiro de agências públicas – o FAS (Fundo de Ação Social) e o *Plan Urbain* (Plano Urbano) – a associação lança um concurso público que encabeça com a ajuda de sociólogos e urbanistas. O comitê que é criado decide se dirigir a uma agência de consultoria, a ACT, para obter um parecer sobre o estado material

<sup>27</sup> *Ponts et Chaussées*: A *École des Ponts ParisTech*, criada em 1747 com o nome de *École Royale des Ponts et Chaussées* (Escola Real de Pontes e Calçadas), é uma “*grande école*”, com a vocação de formar os quadros da Engenharia Civil.

dos imóveis, as atividades comerciais e a vida social do bairro. Essa iniciativa é original: jamais uma associação de bairro se havia centrado nesse campo. Como consequência, o relatório final avaliza as posições de *La Bellevilleuse* e evidencia a ausência de uma investigação séria por parte da Prefeitura. Essa jogada força a municipalidade a financiar um estudo por dois organismos independentes, a SOFRES e a Qualiconsult. Os resultados dessas pesquisas, com a certificação da “objetividade”, são tornados públicos em reuniões. São peças cruciais na dinâmica do enquadramento (*framing*), do contraenquadramento e do reenquadramento, por meio dos quais os campos se formam, se afinam e criticam suas respectivas posições e estabelecem os termos de sua oposição em público. As avaliações cifradas do Estado, apresentadas em estatísticas sobre o estado de deterioração das construções, imóvel por imóvel, e da gama de despesas necessárias para a sua reabilitação, são comparadas. O debate público é limitado pelos estudos de viabilidade e de orçamento dos serviços técnicos da Cidade de Paris e pelas contra-avaliações feitas pela associação e seus conselhos técnicos. Essa multiplicidade de confrontações articula pontos de conflito. Os dados, avaliações e conclusões migram dos relatórios de especialistas para as declarações midiáticas de ativistas ou de políticos, para os argumentos de utilidade pública destinados aos cidadãos-usuários, para os projetos de estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Paris-Belleville e para as defesas dos advogados perante o Tribunal Administrativo. A técnica permite objetivar, mensurar e comparar as situações em deliberações públicas, quando se trata de decidir quais imóveis devem ser salvaguardados no Bas-Belleville. Fornece também cânones de coordenação e de transação em uma escala muito fina. No horizonte dessa linguagem comum e dessa problemática compartilhada, tornam-se possíveis ajustes locais entre pontos de vista – mas corre-se também o risco de confinar a crítica em uma camisa-de-força tecnocrática, eliminando, *a priori*, certas potencialidades não inscritas no repertório dos hábitos e das crenças profissionais dos urbanistas.

Por outro lado, os porta-vozes da *Bellevilleuse* se apoiam no direito. O *Code de l'Urbanisme* (Código de Urbanismo), o *Code des Communes* (Código Comunal dos Municípios), a *Loi d'Orientation de la Ville* – LOV (Lei de Orientação da Cidade) e os diversos regulamentos formam um arcabouço normativo, por meio do qual os atores passam a existir publicamente e a inscrever suas ações. O direito é a linguagem

da publicidade por excelência. Ele possibilita uma relação de equivalência entre situações e atores sociais e fixa regras e procedimentos que balizam, previamente, o campo das ações e das interações. Ela reforça a lógica deontológica do obrigatório, do proibido, do tolerado e do facultativo que regulam as atividades práticas, impondo seu poder de coação normativa. O direito é supostamente o mesmo para todos, garantindo-lhes as mesmas liberdades e as mesmas restrições. Ele incorpora o traço das lutas anteriores, sob a forma de princípios de igualdade e de justiça, de responsabilidade e de publicidade, que são levados a cabo pelas políticas de urbanização (*aménagement urbain*). Ele prescreve as prerrogativas dos “oficiais da coisa pública” e limita seus raios de ação e suas margens de manobra; ele prevê, penalizando a transgressão da separação entre os bens privados e os bens públicos. O direito desenha os horizontes da espera e articula os campos da experiência, configurando uma identidade dos atores e os engajamentos em determinadas intrigas. Ele comanda as regras do jogo e fornece o formato de coordenação entre os atores, destinando soluções a certos tipos de disputas e litígios.

No caso do nosso conflito urbano, leis e regulamentos são constantemente acionados em oposição à Prefeitura. Trata-se de uma série de códigos que, por sua vez, habilitam e restringem, constituindo um repertório de recursos de protesto e são onipresentes nas correspondências endereçadas aos representantes oficiais onde elas exercem um papel de advertir (*rappel à l'ordre*). Fornecem, ao mesmo tempo, o pano de fundo da ação pública, impondo que as reuniões de consulta popular aconteçam publicamente e que seja redigido um programa de referência que sirva de base para as operações de reestruturação urbana. As consequências práticas do direito são muito fortes. A deliberação do *Conseil de Paris* (Câmara de Vereadores de Paris), que tinha instituído a ZAC Ramponeau-Belleville, é anulada pelo Tribunal Administrativo por violação do artigo L 121-15 do *Code des Communes*, que estabelece que “as sessões dos conselhos municipais são públicas”. Segundo as narrativas recolhidas, dezenas de pessoas foram impedidas pelos agentes de segurança do *Hôtel de Ville*<sup>28</sup> de assistir a uma reunião pública da Câmara. Logo após, todo o programa implementado pela Prefeitura acabou sendo derrubado. A decisão judicial, fundada no Direito, é irrevogável e irretroatável.

<sup>28</sup> O *Hôtel de Ville* é o local que abriga fisicamente as instituições municipais. Nesse caso, a Prefeitura de Paris e a Câmara de Vereadores.

*De certa forma, a disputa da ZAC foi encerrada pela força da coisa julgada; porém, o conflito urbano prossegue, se desloca, se relança e se reconfigura em outras arenas públicas.*

Essa situação é paradoxal. As técnicas econômicas, arquitetônicas ou urbanísticas são garantias de eficácia, de funcionalidade e de rentabilidade; as regras do direito implementam um universo comum e permitem realizar um mínimo de justiça social e de democracia política. O fato de que os membros *de La Bellevilleuse* e de muitas outras associações de bairro recorrem ao direito como uma arma de luta e um quadro de referência é coerente com uma dinâmica de multiplicação de dispositivos, que, por sua vez, tentam incorporar os cidadãos comuns – senão nos processos de decisão, ao menos nos processos de proposta e de discussão. Esse movimento se intensifica após se tomar conhecimento das esperanças suscitadas pelas temáticas da democracia deliberativa e participativa – que, por sua vez, se tornam uma espécie de *gadget* necessário (objeto engenhoso, mas de eficácia duvidosa) e que faz parte, doravante, da panóplia das técnicas de governo. Alguns representantes de associação se constituem como especialistas das leis e regulamentos e apontam todos os vícios da forma nas operações do planejamento urbano, mostrando-se, às vezes, mais perfeccionistas que os próprios profissionais e preenchendo inteiramente a sua função de “parceiros do município” nas reuniões, por exemplo. Além dos usos do direito nesse jogo de *Go* (jogo chinês de estratégia) que caracteriza a política urbana, eles acabam criando hábitos de cooperação na produção dos saberes, na concepção das reformas, na elaboração de suas modalidades e no prosseguimento de suas realizações. Não são mais tanto as regras do direito, senão os usos locais e as convenções práticas que se constituem, por meio dessa repartição de competências e de prerrogativas entre cidadãos, políticos e especialistas. Paradoxalmente, com o efeito de limitar o campo das probabilidades às oportunidades circunscritas técnica e juridicamente, o “realismo” também pode acabar com a imaginação. E neste campo, ocupado ao longo do tempo pelos especialistas, o desgaste da ação associativa corre o risco de jogar contra seus próprios interesses. A menor redução de intensidade no engajamento conduz a um retorno às mais clássicas das soluções...

### ***Repertórios de argumentação: lugares comuns e táticas retóricas***

Ao lado dos idiomas públicos da tecnologia e do direito e dos dispositivos institucionais por meio dos quais eles estão encarnados



e implementados, outros tipos de repertórios de argumentação são usados pelos membros de *La Bellevilleuse*,<sup>29</sup> nas situações públicas, nas interações face a face (*face to face interactions*) e nos encontros focados (*focused gatherings*).<sup>30</sup> Os argumentos fluem: em conversas cotidianas, mais ou menos sofisticadas; em disputas com funcionários municipais (garis, agendas de saúde, assistentes sociais) que espalham boatos; durante as Jornadas Portas Abertas, em que os artistas recebem os visitantes do bairro (anualmente, no início do mês de maio). Esses argumentos são aprimorados nas assembleias dos moradores do bairro, na intenção de informá-los sobre o estado das negociações, em correspondências enviadas aos representantes da Prefeitura ou em entrevistas concedidas aos jornalistas e aos sociólogos. Esses argumentos não são apenas racionais e razoáveis, endereçados a um tribunal da razão pública. São argumentos que se escoram sobre todas as outras formas de engajamento, inclusive nos regimes de familiaridade, e que têm uma textura emocional, afetiva, em particular na formulação dos sentimentos morais. Tais argumentos são direcionados tanto aos moradores, vizinhos, funcionários públicos, representantes políticos, juízes, jornalistas, quanto aos cidadãos comuns sendo, inclusive, modulados conforme o destinatário. Os membros da associação atribuem causas para situações e motivos para as ações; distribuem papéis de responsáveis, juízes e vítimas, encenando o conflito como drama público;<sup>31</sup> e fornecem de um só golpe as razões convincentes para que as pessoas ajam e legitimem as escolhas estratégicas da associação.

*La Bellevilleuse* interpela os poderes públicos e a opinião pública e justifica muitas de suas reivindicações por princípios gerais que transcendem os limites do bairro. Defende o direito à moradia para os mais desfavorecidos, evocando, assim, princípios de justiça social. Critica a lógica do lucro de algumas empresas fundiárias, que a incitam a buscar a solução mais rentável em vez de a mais razoável. Defende um remanejamento territorial mais harmonioso, no lugar dos projetos agressivos de destruição e reconstrução, falando de uma “micro-cirurgia do território”. Invoca a salvaguarda do patrimônio arquitetural ou histórico sem, no entanto, se limitar a um conservadorismo museográfico. Defende a preservação de

<sup>29</sup> Cefai; Lafaye (2002).

<sup>30</sup> Goffman (1963).

<sup>31</sup> Gusfield (1981).

certas formas *bellevilloises* de apropriação do espaço e de atividade pluri-econômica e apresenta o bairro como um laboratório natural de mescla social (*mixité sociale*) e de coabitação intercultural<sup>32</sup> – temas da ação pública com grande legitimidade. Associa o bairro ao mito da “*village dans la ville*” (“aldeia na cidade”), retomando a pesquisa da consultoria que diagnosticava um lugar de “interconhecimento generalizado”, propício à convivência, à solidariedade e à segurança – sem, no entanto, se fechar em um “entre-si comunitário”. Enfim, valendo-se de um discurso democrático, a associação reivindica uma maior participação dos moradores nas decisões do poder municipal e critica a “autocracia” de alguns especialistas e políticos – sem incorrer, entretanto, em uma oposição à racionalidade técnica e administrativa e à representação política. Esses argumentos de *La Bellevilleuse* reforçam a legitimidade da causa defendida, delimitam o território do bairro (as fronteiras do plano administrativo acabam por circunscrever um lugar de investimento afetivo), conferem-lhe uma identidade (categorizando-o como popular e multicultural e como um lugar emblemático de Paris), fortalecem a unidade do coletivo associativo (dando-lhe uma identidade narrativa e agregando novos simpatizantes), lançam o descrédito sobre os adversários (fazendo pesar uma carga de suspeita sobre sua competência ou sua honestidade). Esses argumentos se contrapõem à intervenção da Prefeitura de Paris e da subprefeitura local da XX Região Administrativa, que se esforça para difundir a visão de que os militantes e os simpatizantes de *La Bellevilleuse* são “*baba cool* atrasados”,<sup>33</sup> “não-conformistas pós-1968”, mais preocupados em “salvar as velhas pedras” do que no “bem-estar do povo”, estigmatizando-os como “privilegiados de classe média” que não dão importância à “modernização” das moradias precárias nas quais estão confinadas as pessoas carentes (“*gens de peu*”).

Uma arena pública surge como um lugar de produção, de circulação e de troca de argumentos. Mas os atores não inventam a partir do zero as justificações que eles dirigem ao seu público. Eles as buscam em repertórios de argumentação, típicos e recorrentes, identificáveis em outras situações de luta urbana. Por outro lado, eles também criam, dia

<sup>32</sup> O princípio de “*mixité sociale*” (“mistura social” ou “mescla social”) é central nas políticas urbanas na França. Ele é uma expressão do princípio de igualdade republicana, contra os efeitos perversos de uma “discriminação espacial” ou de uma “balcanização étnica e comunitária”.

<sup>33</sup> O termo *baba* (“papai”, em Hindi) *cool* (“calmo”, em Inglês) é uma gíria francesa e equivale ao velho *hippie*.

após dia, os seus próprios argumentos, segundo os pontos estratégicos, específicos da situação local de Belleville. Retórica, direito e técnica: todos esses dispositivos contribuem para fazer emergir o bem público, permitindo aos atores que coordenem e se ajustem em ambientes, de acordo com as convenções. Esses dispositivos equipam os atores com modos convenientes de ver, de dizer e de fazer, e configuram as situações às quais eles são confrontados. A referência à técnica arquitetônica ou urbanística ou ao direito das coletividades locais faz surgir mundos cognitivos e normativos, destacando alguns traços pertinentes e atenuando outros; delimita um campo dos repertórios possíveis e dos plausíveis e especifica relações entre querer, dever e poder. Em contrapartida, essa referência somente é compatível com certas competências de explicação e de interpretação, de julgamento e de ação. Ela prepara um sentido de verdade e de justiça, estabelece pontos de disputa e critérios de compromisso, formata conflitos de definição das situações e fornece ferramentas para a sua resolução.

### ***Arena, cenas públicas e situações de prova***

As perspectivas do pragmatismo nas Ciências Sociais rompem com as hipóteses fortes em matéria de determinação estrutural das ações e das atividades sociais. Uma arena pública é um emaranhado de dispositivos teatrais, em que atores com competências distintas apresentam *performances* destinadas a públicos distintos, ainda que mais ou menos concorrentes. Essa arena pública se decompõe como uma constelação de palcos que se sobrepõem uns aos outros, que se abrem sobre bastidores com geometria variável, nos quais os graus de publicidade são determinados pelo enquadramento dos atores e cujos auditórios mudam, dependendo das atuações. Uma arena pública não é um espaço público centrado, isotrópico e homogêneo: ela se desenrola, como já dissemos, em torno de *situações de prova*. Encontra seus apoios em *cenas públicas* mais ou menos institucionalizadas, algumas muito diretamente ligadas a dispositivos materiais e convencionais vigentes, sancionados pelo Estado e codificados pelo direito, outras com contornos menos claramente definidos, apoiando-se em diversos dispositivos institucionais sem serem redutíveis a nenhum deles. O centro de gravidade de um caso (*affaire*), de um escândalo ou de uma controvérsia, de um processo ou de uma eleição, estará, assim, mais próximo do caso jornalístico, do debate científico, dos processos judiciais ou das ações políticas, mesmo se outros de seus polos de

ação e de paixão possam ser encontrados em outras cenas. Cada cena tem suas formas institucionais, seus investimentos em capital e suas distribuições de poder; suas regras de jogo mais ou menos restritivas, suas rotinas e seus rituais práticos; seus jogos de cena, seus estatutos, suas hierarquias de poder e de autoridade; seus *tickets* de entrada, suas linguagens especializadas, suas redes de inter-relações e estruturas de oportunidade; suas intrigas próprias, seus instrumentos de objetivação e seus modos de publicização, seus repertórios de categorização e de argumentação, seus modelos de raciocínio e de deliberação; seus dispositivos de administração da prova e seus circuitos de pressão e de decisão. Mas a arena pública se configura temporalmente, sem que se possa delimitar fronteiras em nenhuma de suas cenas. Ao contrário, a situação de prova coloca as cenas em relação umas com as outras. Os graus de mobilização dos múltiplos atores e de ressonância junto a vários públicos estão à altura do sucesso da publicização de um problema. Uma arena pública se desenvolve conquistando apoios e fazendo pontes entre as diferentes cenas públicas.

Se tivéssemos de desenhar uma topologia das cenas públicas em torno do conflito urbano do Baixo Belleville, poderíamos distinguir:

- A cena do *poder local* e o lugar das interações entre os prefeitos de Paris e da XX Região Administrativa, o Conselho Municipal e os representantes do Estado, particularmente o *préfet* – na França, autoridade responsável por um departamento e pelos Fundos de Ação Social.
- A cena das *agências administrativas* e outros organismos semelhantes agrega o Ateliê Parisiense de Urbanismo (APUR), a Direção do Desenvolvimento Urbano (*Direction de l'Aménagement Urbain* – DAU), a Direção da Habitação (*Direction du Logement et de l'Habitat* – DLH), assim como a Agência Pública de Desenvolvimento e de Construção (*Office Public d'Aménagement et de Construction* – OPAC), a Agência Nacional de Melhoramento Habitacional (*Agence Nationale pour l'Amélioration de l'Habitat* – ANAH), a Caixa dos Depósitos e Consignações (*Caisse des Dépôts et Consignations*) que administra os Fundos de Solidariedade Habitacional (*Fonds Solidarité Habitat* – FSH), e a Sociedade de Economia Mista (*Société d'Économie Mixte*), empresa de desenvolvimento urbano presidida pelo Prefeito da XX Região Administrativa.

- A cena dos meios de comunicação de massa (*mass medias*) concerne, sobretudo, à imprensa nacional: os jornais *Le Parisien Libéré*, *Libération* e *Le Monde*, mas também aos jornais locais, tais como a imprensa municipal e a imprensa associativa (*Quartiers libres*); e, igualmente, às emissoras de rádio (*France Inter*, *France Culture*) e de televisão (*TV Bocal*), em que são apresentados debates contraditórios entre porta-vozes de cada grupo.
- A cena do *tribunal administrativo*, no qual os litígios são codificados em termos jurídicos e judiciários e no qual *La Bellevilleuse* e a Prefeitura de Paris se confrontaram pela atuação de seus advogados. É o lugar crucial de anulação da primeira reunião de negociação, da *Zone d'Aménagement Concerté* e da licença para a demolição de *La Forge*. A temporalidade das decisões judiciais dá ritmo ao desdobramento das fases do conflito urbano.
- A cena da *tribuna política* abriga a oposição entre os representantes dos partidos, que seguem uma ou outra linha argumentativa e programática, e que tomam posições no Conselho de Paris, na mídia ou nas manifestações públicas. Certos políticos, como os do Partido Socialista e da direita, tentaram neutralizar ou instrumentalizar as associações nesse espaço; outros, como os comunistas e os ambientalistas, se mostraram mais receptivos às reivindicações de *La Bellevilleuse*.
- A cena das *redes associativas* comporta instâncias como a Coordenação e Ligação das Associações de Bairro (*Cooordination et Liaison des Associations de Quartier – CLAQ*), o Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento (*Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement – CCFD*), a Fundação *Abbé Pierre* e dezenas de associações e de sindicatos, reunidas na Ação Coordenada para um Desenvolvimento Urbano Negociado (*Action Coordonnée pour un Développement Urbain Concerté – ACDUC*). Ou, ainda, mais modestamente, a par desses grupos, muitas vezes, virtuais ou *ad hoc*, *La Bellevilleuse* mantém relações mais orgânicas com *Belleville Pluriel* (*Bar Floréal*, *La Forge*, *Ateliers Artistes de Belleville*) ou mais distantes com o *Berry-Zèbre* (cinema e teatro).<sup>34</sup> Também nesse caso, não se deve imaginar um sujeito coletivo, nem mesmo uma plataforma unificada, mas sim descrever laços de configuração variável, mais ou menos intensa, dependendo das circunstâncias. São relações

<sup>34</sup> Cefai (2001).

ora bilaterais, ora multilaterais, baseadas no fluxo de associações entre as pessoas e dando lugar a compromissos comuns firmados em público ou a engajamentos comuns em eventos públicos.

- A cena da *rua* é, na verdade, a mais complicada de se descrever, em razão de sua multiplicidade, dispersão e fugacidade além, ocasionalmente, da experiência vivida pelos moradores. De todo modo, a rua se articula por meio de instituições locais: associações de comerciantes, de esportes e de lazer; igrejas, sinagogas e templos; escolas maternas e primárias, que são também pontos de encontro. Ela é o lugar das interações face a face – os moradores interpelam o Prefeito de Paris em visita à rua Ramponeau – e o lugar de grupos focais – os moradores trazem suas cadeiras e organizam um *sit-in* na frente da prefeitura antes da terceira reunião de negociação.

Esta topologia das cenas públicas não se confunde com a topologia das arenas públicas. É apenas uma forma de identificação dos lugares em que se podem ancorar algumas situações de prova. Essas situações de prova podem ser de diferentes tipos: por exemplo, de *experimentação* (a reabilitação do prédio número 4 da rua Lémon, como exemplo de que tal operação privada é financeiramente viável); de *consulta e deliberação* (as reuniões públicas na sede da Prefeitura nas quais se opõem, de um lado, discursos de políticos e de especialistas e, de outro lado, discursos de associados e de moradores); de *controvérsia* (a avaliação do estado dos prédios por meio dos mapas dos serviços técnicos, dos questionários entregues de porta em porta por voluntários e dos inquéritos realizados pelas agências de consultoria *Act* e *Quali-consult*); ou, simplesmente, de *eleição* (as municipais e as legislativas são momentos de confrontação e de avaliação das forças presentes e seus resultados induzem mudanças de aliança e de estratégia).

Cada uma dessas situações de prova organiza a experiência dos seus protagonistas. Encontra sua unidade nas atividades de conexão, de ligação ou de junção de uma cena com outra e de uma cena com os seus bastidores, por via dos atores em seu trabalho de mobilização, de problematização, de argumentação ou de experimentação. Aí, o problema público ganha impulso e alcance. Ele cresce, e conquista generalidade, objetividade e legitimidade. Atinge frações de públicos, cada vez mais numerosas e variadas. Cada situação de prova envolve uma pluralidade de atores, de toda categoria e dimensão, que se constituem a partir da circulação de toda espécie de objetos, de todo tipo

de questões, em toda espécie de contextos. Mesmo se a extensão, a forma e o conteúdo de suas ações são parcialmente determinadas por seu estatuto jurídico, seu potencial financeiro ou sua capacidade técnica, esses atores não cessam de ser redefinidos e renegociados ao longo da prova. Além disso, falar em arena pública não implica entender que os atores individuais, coletivos e institucionais recorram exclusivamente à linguagem do interesse geral e se curvem diante de uma racionalidade deliberativa, jurídica e técnica. Determinadas organizações ganham um peso público obtendo acesso à mídia por meio da comunicação publicitária. As empresas públicas e os serviços públicos adotam os métodos de gestão privada, alinham as técnicas de gestão governamental municipal sobre aquelas do mercado, transformando os funcionários em vendedores e os usuários em clientes do serviço público. As associações conquistam sua representatividade dia após dia, retribuindo os serviços aos cidadãos comuns, difundindo informações para o público-alvo e denunciando as decisões da política urbana da cidade. Os escritórios de especialistas (*bureaux d'expertise*) são convocados pelo poder público para produzir diagnósticos sobre o estado dos prédios e para esboçar soluções técnicas. As agências administrativas estabelecem critérios de racionalidade e de legitimidade, em que se misturam a defesa do interesse geral (*intérêt général*) e as lógicas corporativas. Sociedades de economia mista (*sociétés d'économie mixte*)<sup>35</sup> são investidas do projeto de urbanização no quadro dos dispositivos técnico-jurídicos fixados anteriormente. As convenções são, frequentemente, o resultado, diante das circunstâncias, das negociações que articulam interesses privados e conformam constelações de microdisputas, microarranjos e microcompromissos, nem sempre tendo a referida universalização, *ad hoc* e de validade restrita, traduzindo desnivelamentos e asperezas próprias do ambiente local, físico e social.

As situações de prova se desenredam quando a natureza dos problemas, dos conflitos e das alianças está mais ou menos estabilizado e quando se estabelece uma rotinização dos procedimentos de representação, de negociação, de mediação e de arbitragem e, paralelamente, uma rotinização das operações de descrição, de categorização, de avaliação e de projeto. A representatividade e a legitimidade dos pro-

<sup>35</sup> Sociedades de economia mista (*sociétés d'économie mixte*) são sociedades anônimas em que o capital é majoritariamente gerido por uma ou várias pessoas públicas: o Estado, uma coletividade territorial ou qualquer estabelecimento público.

tagonistas são, ao final das contas, aprovadas, medidas e sancionadas por suas confrontações sucessivas, desde as reuniões públicas aos processos judiciais, dos debates midiáticos aos escrutínios eleitorais. Assim, as arenas públicas operam uma transformação de todos os elementos que as compõem.

### *A associação como organização compósita*

Ultima proposta: *La Bellevilleuse* é uma “organização compósita”.<sup>36</sup> O trabalho de desintricar regimes de racionalidade e de legitimidade que orientam ações e interações pode se inspirar de modo fecundo na sociologia das *cités* – doméstica, cívica, da opinião, mercantil, industrial e da inspiração – de Boltanski e Thévenot (1991). A “anarquia organizada” que configura o que se chamaria, no jargão técnico, de “campo inter-organizacional”, caracteriza também as associações, reconhecidas como “organizações compósitas”, em busca de fórmulas de coordenação entre as pessoas e de ajuste com as coisas. A confrontação incerta entre vários mundos<sup>37</sup> conduz a “situações críticas” e requer o recurso a argumentos de justificação e a procedimentos de negociação, por meio dos quais os atores reduzem suas diferenças, moderam seus litígios e disputas, encontram formas viáveis de articulação de suas experiências e de organização de suas atividades. A associação pode ser analisada, então, como um “dispositivo de compromisso” destinado a tornar compatíveis várias ordens de grandeza e a estabelecer acordos locais em torno de princípios ou de procedimentos comuns, com o intuito de configurar uma experiência coletiva e uma ação pública.

Uma organização associativa se consolida reunindo diversos contextos de experiência e de atividade, pontos de perspectiva e estratos de competências que ela coloca em sinergia. Ela se constitui por meio da troca de conhecimentos e de informações, na formulação de denúncias e de reivindicações coletivas; por intermédio da co-produção de um projeto coletivo, ao mesmo tempo tecnicamente viável e válido do ponto de vista normativo; e, ainda, por meio das atividades de circulação das notícias relativas ao andamento dos casos sob deliberação. Em cada uma das situações problemáticas com as quais a associação é confrontada, colocam-se as perguntas: o que seria mais apropriado ao bem público e o que se deveria fazer, estratégica e taticamente, para

<sup>36</sup> Thévenot (1993).

<sup>37</sup> Dodier (1991).



alcançá-lo? Sob a *mise en scène* da associação como representação una e própria, por meio de sua identidade jurídica e de sua localização geográfica, por meio das performances dos seus porta-vozes nas reuniões públicas, do uso do pronome *nós* e de seu logotipo na redação de cartas e de panfletos, o personagem “associação” se consolida, resultante de uma série de ações conjuntas. Tipificando, poderíamos dizer que os membros de *La Bellevilleuse* atuam em três grandes direções: a engenharia urbana e a pesquisa social em direção às instâncias técnico-administrativas, a estratégia política diante dos políticos locais e representantes do Estado, e ainda o trabalho de ajuda, de informação e de formação dos moradores do bairro. E, partindo de uma análise situacional, poderíamos ver os membros de *La Bellevilleuse* atuar segundo diversos regimes de engajamento, remetendo-se a diferentes mundos, concretamente imbricados entre si.

1 - A associação funciona como uma “agência de *trabalho social*”. Ela realiza tarefas cotidianas de conscientização dos moradores sobre seus direitos, em sua maioria pessoas com baixo grau de escolaridade e com poucos recursos materiais, frequentemente semianalfabetos. Ela ajuda a regularizar os pedidos de *carte de séjour*<sup>38</sup> e os contratos de aluguel; redige dossiês de pedidos de APM – “ajuda personalizada à moradia” (*aide personnalisée au logement*), de RMI – “renda mínima de inserção” (*revenu minimum d’insertion*) ou de HLM – “moradia com aluguel moderado” (*habitation à loyer modéré*). A associação também recebe um escrivão público que cuida das correspondências pessoais e ajuda os moradores a atualizar, classificar e arrumar seus documentos administrativos. Os plantonistas estabelecem relações de confiança, se tornam confidentes de problemas pessoais e árbitros em conflitos interpessoais (*cité* doméstica). Eles proporcionam o acesso dos moradores mais desfavorecidos a serviços dos quais estavam excluídos por não dominarem as competências de usuários das agências sociais; resolvem situações insolúveis do ponto de vista da lógica administrativa, baseados nos princípios cívicos e igualitários, graças ao tratamento casuístico e personalizado das situações que lhes são dirigidas. Essa atividade garante a maior parte de seus recursos, visto que o seu bom desempenho

<sup>38</sup> *Carte de séjour*: autorização emitida pelo governo francês para os estrangeiros morarem e trabalharem na França.

é a condição do financiamento realizado pela Fundação Abbé Pierre e pelo Comitê para o Desenvolvimento e Contra a Fome.

- 2 - A associação é, além disso, uma organização que atua no *mundo político*. Ela deve formatar seus pedidos respeitando repertórios de categorização, de argumentação, de motivação e de justificação, em consonância com certa gramática em vigor da crítica, da denúncia e da reivindicação. Ela não pode se limitar ao registro do testemunho vivenciado, da compaixão ou da indignação. Deve, para ser inteligível aos políticos e técnicos dos poderes públicos, produzir dados e análises com métodos de mensuração e de avaliação aceitáveis e ser regida por princípios de eficácia, racionalidade e previsibilidade (*cité industrial*). Deve também demonstrar que aceita as regulamentações dos serviços públicos, busca objetivos de interesse geral, respeita os circuitos hierárquicos de decisão e uma divisão funcional do trabalho e que não pretende substituir as instâncias oficiais para realizar ações públicas (*cité administrativa*). Além disso, deve se submeter a procedimentos de informação, de deliberação e de decisão os mais democráticos possíveis, tomando conta dos debates entre os membros e os permanentes da associação (*cité cívica*), sem incidir no paradoxo de que “maior eficácia e credibilidade implica em maior especialização técnica que, por sua vez, implica em menor participação popular”. A exigência democrática se choca com a imposição da *expertise*. Quanto mais a associação se envolve com reivindicações da política urbana, mais ela deve se especializar nos detalhes de pontos técnicos árduos. Portanto, menos será ela mesma que dará conta do que faz e menos a associação vai fundar sua legitimidade a partir da participação das pessoas do bairro. Ela se transforma, então, em uma agência técnica.
- 3 - A associação desenvolve, enfim, um verdadeiro trabalho de *engenharia urbana* e de *pesquisa social*. Torna-se uma espécie de agência de desenvolvimento local, de cartografia dos problemas a serem resolvidos. Procura soluções técnicas, jurídicas e econômicas para eles e, gradativamente, acumula informações, competências e relações que lhe permitem, ao mesmo tempo, se relacionar com as particularidades concretas do bairro e se abrir para horizontes mais amplos de ação pública. Acaba por ser investida de missões de serviço público pela sociedade de economia mista do leste parisiense. Por outro lado, a associação é também uma agência de pesquisa social, na medida em que, como entendiam

autores pragmatistas como Mead e Dewey, reúne dados sobre os casos de indivíduos ou de famílias em situação difícil, mobiliza outras instâncias organizacionais e institucionais para alertá-las ou para cooperar com elas. Permanece orientada por exigências de justiça social que consubstanciam suas atividades cotidianas, seja em matéria de previdência social aos mais pobres, de configuração do problema do saturnismo ou do remanejamento no local de inquilinos sem contratos de locação.

## CONCLUSÃO

Este pequeno estudo de caso nos permite, ao final do percurso, ilustrar algumas perspectivas de análise. Vimos como os padrões da mobilização dos recursos materiais e das estruturas de oportunidades políticas, das organizações de ação coletiva ou dos quadros de interação estratégica – que são a regra na sociologia da ação coletiva – se revelam limitados para pensar a questão propriamente política dos motivos do engajamento público; da emergência dos problemas públicos; da constituição dos bens públicos e da configuração das arenas públicas. Do mesmo modo, a arena pública que se forma em torno desse conflito urbano tem pouca relação com os ideais normativos da democracia deliberativa: são raros os foros de debate em que se trocam argumentos racionais, pois, em geral, a palavra pública é excessivamente impositiva e a discussão frequentemente desconectada da pauta de decisão. As operações de testemunho e de medida, de indagação e de experimentação, de dramatização e de narração – situações de prova em ambientes fortemente constrangedores – têm pouco a ver com a formação de uma vontade pública sem distorção, sonhada pelos filósofos. É melhor partir das proposições de Dewey sobre a democracia como associação, investigação e experimentação coletiva, em contextos de interação, de comunicação e de poder. E se queremos nos centrar em situações discursivas, é melhor recorrer a uma etnografia das conversas comuns e dos debates públicos.<sup>39</sup>

Uma análise pragmatista das atividades microcívicas e micropolíticas em uma arena pública é, assim, proposta em substituição à análise estratégica num mercado político ou à análise argumentativa numa esfera deliberativa. A política local não se deixa compreender senão no seu local concreto, com seus parâmetros sociais, espaciais e temporais.

<sup>39</sup> Berger (2009); Eliasoph (1998).

Como uma história que se desdobra em seus episódios e peripécias, seus jogos de alianças e frentes de conflito, seus golpes de teatro e seus fracassos. Somente uma abordagem qualitativa que alie observação direta, entrevista não dirigida e análise documental permite compreender como micropúblicos emergem e encontram lugar em conflitos urbanos. Ou seja: como associações nascem para o público.

## REFERÊNCIAS

BERGER, Mathieu. *Répondre en citoyen ordinaire: une ethnographie des compétences profanes dans un dispositif de concertation urbaine à Bruxelles*. Thèse de doctorat, l'Université libre de Bruxelles, Bruxelles, 2009.

BLONDIAUX, Loic. Représenter, délibérer ou gouverner?: les assises politiques fragiles de la démocratie participative de quartier. In: BLONDIAUX, L.; MARCOU, G.; RANGEON, F. (Org.). *La démocratie locale: représentation, participation et espace public*. Paris: PUF, 1999.

BLONDIAUX, Loic; LÉVÊQUE, Sandrine. La politique locale à l'épreuve de la démocratie: les formes paradoxales de la démocratie participative dans le XXe arrondissement à Paris. In: NEVEU, C. (Org.). *Espace public et engagement politique: enjeux et logiques de la citoyenneté locale*. Paris: L'Harmattan, 1999, p. 17-82.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT Laurent. *De la justification*. Paris: Gallimard, 1991.

BREVIGLIERI, Marc. *L'usage et l'habiter: contribution à une sociologie de la proximité*. Thèse de doctorat, l'EHESS, Paris, 1999.

BREVIGLIERI, Marc; PATTARONI, Luca; STAVO-DEBAUGE, Joan. Quelques effets de l'idée de proximité sur la conduite et le devenir du travail social. *Revue Suisse de Sociologie*, [S.l.], v. 29, n. 1, p. 141-157, 2003.

CEFAÏ, Daniel. L'histoire du Berry-Zèbre de Belleville: le foisonnement associatif dans l'Est parisien. *Annales de la Recherche Urbaine*, Paris, n. spécial "Les associations", v. 89, p. 53-61, 2001.

\_\_\_\_\_. Qu'est-ce qu'une arène publique?: quelques pistes pour une approche pragmatiste. In: CEFAÏ, D.; JOSEPH, I. (Org.). *L'Héritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2002. p. 51-81.

CEFAÏ, Daniel; LAFAYE, Claudette. Le cadrage d'un conflit urbain à Paris: les répertoires d'argumentation et de motivation dans l'action collective. In: CEFAÏ, D.; JOSEPH, I. (Org.). *L'Héritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2002. p. 371-394.

\_\_\_\_\_. Lieux et moments d'une mobilisation collective. Le cas d'une association de quartier. In: CEFAÏ, D.; TROM, D. (Org.). *Les formes de l'action collective: mobilisations dans des arènes publiques*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2001.

DODIER, Nicolas. Agir dans plusieurs mondes. *Critique, Sciences Humaines, Sens Social*, [S.l.], n. 529-530, p. 427-458, 1991.

ELIASOPH, Nina. *Avoiding politics: how Americans produce apathy in civil society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

GOFFMAN, Erving. *Behavior in public places: notes on the social organization of gatherings*. Macmillan: The Free Press of Glencoe, 1963.

GUSFIELD, Joseph. *The culture of public problems: the drinking-driving problem and the construction of a symbolic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

ION, Jacques (Org.). *Cadre de vie, environnement et dynamiques associatives*. Paris: Actes du séminaire PUCA, 2001.

ION, Jacques et al. *Actions associatives, solidarité et territoire*. Saint-Etienne: Presses Universitaires de Saint-Etienne, 2001.

JACQUEMET, Gérard. *Belleville au XIXe siècle: du faubourg à la ville*. Paris: Éditions de l'EHESS, 1984.

JASPER, James. *The art of moral protest: culture, biography, and creativity in social movements*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

JONQUET, Thierry. *Les orpailleurs*. Paris: Gallimard, 1993.

JOSEPH, Isaac. *L'athlète moral et l'enquêteur modeste*. Paris: Econômica, 2007.

KOSELLECK, Reinhardt. *O futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 2006.

LEMIEUX, Cyril. *Le devoir et la grâce*. Paris: Econômica, 2009.

MORIER, Françoise. *Belleville, Belleville: visages d'une planète*. Paris: Créaphis, 1992.

- PENNAC, Daniel. *Monsieur Malaussène*. Paris: Gallimard, 1995.
- SCHAPP, Wilhelm. *Empêtrés dans des Histoires: l'être de l'homme et de la chose*. Paris: Cerf, 1992.
- SIMON, Patrick. *La société partagée: relations interethniques et interclasses dans un quartier en rénovation, Belleville Paris XXe*. Thèse de doctorat, EHESS, Paris, 1994.
- THÉVENOT, Laurent. *L'action au pluriel*. Paris: La Découverte, 2006.
- \_\_\_\_\_. Faire entendre une voix. Régimes d'engagement dans les mouvements sociaux. *Mouvements*, [S.l.], v. 3, p. 73-82, 1999.
- \_\_\_\_\_. La trame des organisations. In: GLOBOKAR, T. (Dir.). *Entreprise, société, communauté*. Paris: Autrement, 1993.
- TOPALOV, Christian (Dir.). *Divisions de la ville*. Paris: Éditions de la MSH-UNESCO, 2002.
- TROM, Danny. De la réfutation de l'effet Nimby considérée comme une pratique militante: notes pour une approche pragmatique de l'activité revendicative. *Revue Française de Science Politique*, Paris, v. 49, n. 1, p. 31-50, 1999.

# **“EM NOME DA COMUNIDADE” O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA URBANA EM UMA FAVELA DO RIO DE JANEIRO**

---

*Letícia de Luna Freire<sup>1</sup>*

O Rio de Janeiro é conhecido mundialmente por suas belezas naturais e sua diversidade cultural, sobretudo ligada ao carnaval, ao samba e à bossa-nova, mas também pela presença de centenas de favelas. Apesar de sua grande contribuição social e cultural para a cidade, esses aglomerados urbanos são, contudo, percebidos como indesejáveis praticamente desde o seu surgimento, na passagem para o século XX.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mestre em Psicologia Social (PPGPS-UERJ), pesquisadora do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ-INEAC) e Doutora em Antropologia (PPGA-UFF), com estágio na Université Paris X (bolsa-sanduiche Capes-Cofecub) durante o ano de 2007. E-mail: leluna2005@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Analisando documentos de 1900 no Arquivo Nacional, Zaluar e Alvito (1998) mostram que a favela começou a ser percebida como um “problema” – sanitário e policial – praticamente no momento em que surgiu, quando os morros da cidade já eram vistos pela polícia e por alguns setores da população como locais perigosos e refúgios de criminosos. Hoje podemos notar a persistência dessa representação negativa das favelas, por exemplo, nas cartas de leitores de grandes jornais, como a que se segue: “É urgente remover favelas, barreiras humanas para encastelar traficantes, palco de tragédias em épocas de chuva, exemplos internacionalmente divulgados da péssima qualidade de vida que nossa sociedade oferece aos seus pobres. Nossas favelas hoje só atendem aos interesses de políticos, religiosos e bandidos. Para os cariocas, andar por vias expressas cercadas de favelas como Avenida Brasil, linhas Amarela, Vermelha e outras é como andar em Bagdá” (*O Globo*, 23/01/04).

A persistência da representação negativa desses espaços e de seus habitantes remete-nos, por sua vez, à sua história enquanto objeto de práticas de controle tanto por parte do Estado quanto por parte de instituições sociais, como a Igreja Católica. Diversos estudos realizados por pesquisadores brasileiros e estrangeiros<sup>3</sup> permitem-nos reconstituir esse percurso, evidenciando as representações que regeram (e regem) as intervenções do Estado sobre esses espaços. Apesar das diferentes perspectivas, todos os pesquisadores apontam que a descoberta da favela como um *problema* nasceu muito mais do incômodo que ela causava à urbanidade do que de uma postulação de seus moradores ou de uma vontade política de universalizar o acesso a direitos básicos.

Se, por um lado, atualmente o poder público não se refere mais às favelas como “tumores” malignos a serem extirpados, por outro, ainda insiste em considerá-las como um *problema* urbano, muito embora as condições históricas, sociais e econômicas atuais não lhe permitem propor medidas de remoção em massa desses *aglomerados subnormais* baseadas em concepções morais que condenam esses espaços à incivilidade e à anomia.<sup>4</sup> Ao contrário, as pressões sociais e econômicas, tanto em âmbito nacional quanto internacional, tem impulsionado de forma crescente suas ações no sentido de “integrar as favelas à cidade”, o que não deixa, entretanto, de pressupor que elas sejam ou tenham sido em algum momento comunidades homogêneas e isoladas da vida urbana.<sup>5</sup>

Ao longo da história de intervenções nas favelas cariocas, as Associações de Moradores têm amiúde desempenhado um papel importante, ainda que variável, seja atuando como aliadas de instituições sociais e/ou do Estado, seja como opositoras políticas. Uma breve análise da história das Associações de Moradores de favelas do Rio de Janeiro,

<sup>3</sup> Burgos (1998); Leeds; Leeds (1978); Perlman (1977); Valladares (1978), entre outros.

<sup>4</sup> Embora a terminologia “aglomerado subnormal”, hoje empregada pelo IBGE para classificar as favelas – isto é, como um conjunto constituído por unidades habitacionais, ocupando ou tendo ocupado, até o período recente, terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais – não comporte nenhuma referência moral a seus habitantes, permanece a visão da favela como um espaço desviante.

<sup>5</sup> Essa tese foi exaustivamente desconstruída pelos pesquisadores citados anteriormente, acrescentando-se, a esse respeito, os trabalhos de Medina (1964); Préteceille; Valladares (2000, 2005).



permite-nos constatar que ela não é, como todas as *histórias*, linear, mas entrecortada por momentos de mobilização e crise.

Formalmente, essas entidades não se diferem das demais associações de moradores, podendo ser definidas como organizações voluntárias formadas com base em relações de vizinhança em torno de interesses comuns, geridas pelos próprios moradores e sem fins lucrativos.<sup>6</sup> Seus objetivos relacionam-se à defesa de direitos da população, principalmente quanto à prestação de serviços urbanos básicos, como abastecimento de água, instalação de rede de esgoto, fornecimento de energia elétrica, limpeza pública e urbanização. Funcionam, portanto, como canal de comunicação e canalização das demandas das populações residentes nas favelas junto ao Estado, sobretudo à administração municipal. Embora as associações possam desempenhar cotidianamente muitas outras funções, como prestação de serviços na área de saúde e educação, emissão de comprovantes de residência e assistência jurídica em casos de compra e venda de imóveis nas favelas, o que prepondera é o seu papel político de mediação entre os interesses dos habitantes e os interesses governamentais, vistos com frequência como antagonísticos.

Apesar de algumas associações terem surgido, já nos anos 1940,<sup>7</sup> como fruto da mobilização coletiva de moradores como estratégia de reivindicação de direitos e de resistência perante uma ameaça externa que colocava em risco seu lugar de habitação (em geral, as tentativas estatais de remoção), as formas de vincular-se às agências governamentais sofreram diversas modificações ao longo dessa história. Segundo o levantamento realizado por Diniz<sup>8</sup> a respeito das Associações de Moradores existentes até 1980, constata-se, porém, que a maioria delas (47% das 103 entidades pesquisadas) foi criada e regulamentada nos anos 1960. Tal fato expressaria a iniciativa do Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Higiênicas

<sup>6</sup> Diniz (1982); Valladares (1977).

<sup>7</sup> De acordo com Diniz (1982), em levantamento realizado com base em informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, pelo Serviço de Coleta de Dados das Regiões Administrativas, pela Secretaria Municipal de Planejamento, assim como por entrevistas e questionários aplicados aos dirigentes das associações de moradores, a primeira entidade desse tipo teria surgido em 1947. A autora não fornece, entretanto, o nome da associação ou da favela de origem.

<sup>8</sup> Diniz (1982).

(SERFHA, hoje extinto)<sup>9</sup> de institucionalizar um canal de comunicação entre as populações residentes nas favelas e os órgãos públicos competentes. Ainda que a orientação dominante na época privilegiasse o controle e a repressão às favelas, este órgão tornou-se o “primeiro organismo voltado precisamente para a urbanização das favelas”,<sup>10</sup> estimulando a elaboração e a implementação de projetos de desenvolvimento comunitário com a participação ativa dos moradores. É nesse sentido que o SERFHA lançou, em 1961, uma ampla campanha para que as favelas se organizassem com a criação de associações de moradores,<sup>11</sup> sendo este inclusive um dos requisitos para que se iniciassem os programas de cooperação envolvendo o órgão e as localidades a serem atendidas. Assim, é importante destacar que, ao lado das associações criadas espontaneamente por lideranças locais ou um grupo de moradores, um grande número de associações foi criado por exigência ou iniciativa de agentes externos, como a Igreja Católica e organismos governamentais. No caso do SERFHA, este “estímulo” à criação de associações reflete o paradoxo da cidadania brasileira para o qual Kant de Lima<sup>12</sup> chamam a atenção, no qual o acesso aos direitos não é universalmente distribuído aos cidadãos, mas está submetido ao enquadramento dos indivíduos nos modelos impostos pelos promotores das políticas públicas.<sup>13</sup>

Apesar de o SERFHA buscar promover a cooperação entre o poder público e os moradores das favelas, o que se configurava na prática era apenas a substituição da Igreja Católica – que na década de 1950 monopolizava as ações sociais nas favelas – pelo Estado, mantendo-se a tendência a subordinar politicamente os habitantes. De acordo

<sup>9</sup> Quando o SERFHA foi criado, em 1956, o Rio de Janeiro ainda era a capital do país. Inicialmente sem recursos, sua atuação restringiu-se ao apoio de iniciativas da Igreja Católica desenvolvidas por intermédio da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião, até o momento de sua reestruturação, em 1960, quando efetivamente começou a funcionar.

<sup>10</sup> Valladares (1978, p. 23).

<sup>11</sup> De acordo com Soares (1989), o primeiro movimento coletivo em defesa das favelas – União dos Trabalhadores Favelados (UTF) – já estimulava, porém, nos anos 1950, a criação de associações de moradores para fazer frente às ameaças de remoção. Reunindo representantes de diversas localidades, a UTF não tinha, porém, uma organização política coordenando a ação, mas vários membros ligados ao movimento sindicalista já existente, que tinham uma experiência de organização e luta.

<sup>12</sup> Kant de Lima; Mota (2005).

<sup>13</sup> No contexto das políticas ambientais, Lobão (2006) destaca, por exemplo, que a maioria das associações, entre Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Colônias de Pesca, se constitui por decorrência de uma demanda ou, no caso das reservas extrativistas, por determinação legal, sendo estas as únicas interlocutoras autorizadas a se relacionar com o Estado.

com Burgos, revelador disso era o acordo que cada uma das novas associações era obrigada a assinar com o órgão, confundindo sua identidade de representante dos moradores com a de interlocutores do Estado junto aos mesmos. Como exemplo, o autor cita o compromisso assumido pelas associações de “contribuir para a manutenção da ordem e o respeito à lei nas favelas, garantindo, ainda, o cumprimento das determinações da coordenação e do governo”.<sup>14</sup>

Além disso, ainda que baseada numa relação assimétrica entre os habitantes das favelas e o Estado, essa iniciativa de diálogo não descartava a radicalização do viés remocionista. Com a urgente necessidade de proteger-se contra um meio adverso, a capacidade de resistência dos moradores ganhou visibilidade pública por meio de associações de caráter mais amplo, como a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), criada em 1963 com o objetivo de “representar os interesses de todos os favelados”, divulgando suas razões de oposição à remoção e tomando uma posição política frente a ela.<sup>15</sup> Ao mesmo tempo em que os moradores se organizavam, o Estado criava, contudo, mecanismos visando o seu controle político. Um desses mecanismos foi a reforma, no mesmo ano, da Fundação Leão XIII – órgão criado pela Igreja Católica para dar assistência material e moral aos habitantes das favelas – e sua respectiva transformação em autarquia do Estado. Cabe dizer que a atuação expansiva da Igreja nas favelas também era motivada, dentre outros fatores, pela preocupação com a chegada dessas populações à arena política, o que a levou a “subir às favelas” antes que a temida *onda comunista* descesse às ruas.

Com o golpe militar de 1964, houve o enfraquecimento do papel político das favelas. Perdendo seu maior poder de barganha, muitas de suas entidades representativas foram capturadas pelo Estado, transformando-se em instrumentos de cooptação e controle dos moradores. A Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM), por meio do Decreto 870, de junho de 1967, reconhecia as Associações de Moradores e seu papel de representantes das favelas junto ao Estado, entretanto, colocava-as diretamente sob o controle da Secretaria de Serviços Sociais e das Administrações Regionais. Além disso, advertia que, caso não fosse

<sup>14</sup> Burgos (1998, p. 31).

<sup>15</sup> Perlman (1977).

cumprido qualquer dispositivo do estatuto ou fosse apurado algum ato que desvirtuasse a finalidade das mesmas, haveria intervenção do Estado, o que significava a dissolução de diretorias e a formação de Juntas Governativas, cujos membros eram nomeados pelas autoridades governamentais.<sup>16</sup> Não por acaso verifica-se na década de 1970 um congelamento do ritmo de expansão das Associações de Moradores. Todavia, os efeitos mais perversos do período militar foram a inversão do papel das associações existentes, que passaram de representantes dos moradores das favelas junto ao Estado a representantes do Estado junto àqueles,<sup>17</sup> e o enraizamento de uma dinâmica clientelista na relação entre o Estado e as populações residentes nas favelas, combinando controle e troca de lealdade política por pequenos benefícios.<sup>18</sup>

Com a redemocratização do país na década seguinte, as populações das favelas voltaram a representar um papel político importante, sobretudo como massa eleitoral. O espírito democrático, juntamente com a mudança de orientação no tratamento das favelas, impulsionou o aparecimento de novas associações. Este movimento de mobilização não durou, porém, mais do que um curto período após o fim da ditadura. Em vez do fortalecimento da mobilização popular, o acesso dos mais desfavorecidos à esfera política tem, desde então, sido acompanhado de uma “crise de participação” motivada pelo aumento do descrédito das instituições políticas brasileiras. Nesse contexto, as Associações de Moradores vêm perdendo cada vez mais a sua força e credibilidade junto aos moradores. Ao mesmo tempo, em muitos casos elas vêm-se tornando verdadeiras próteses do Estado, assumindo a função de executar ações públicas nas favelas e atuando como “mini-prefeituras”.<sup>19</sup> Segundo Vidal,<sup>20</sup> longe de constituir uma contradição ou um paradoxo, tal situação revela, todavia, o próprio

---

<sup>16</sup> Diniz (1982); Soares (1989).

<sup>17</sup> Perlman (1977).

<sup>18</sup> Carvalho et al. (1998).

<sup>19</sup> Em sua pesquisa sobre as organizações comunitárias das favelas, as autoras mostram que, em alguns casos, o poder público, por meio de órgãos como a Companhia de Água e Esgoto (CEDAE), estabelece “parcerias” com as Associações de Moradores, repassando-lhes, por exemplo, o papel de regular a distribuição da água. O estabelecimento desse tipo de relação indicaria a fraca distinção de papéis e funções entre o Estado e a Associação de Moradores, fazendo com que esta seja muitas vezes percebida como extensão do primeiro. Ver Oliveira; Carvalho (1993).

<sup>20</sup> Vidal (1998).

embricamento do laço social e do laço político no meio popular no Brasil contemporâneo.

Tendo essa história como pano de fundo, o presente artigo pretende, de modo geral, contribuir para a reflexão sobre o papel desempenhado hoje pelas Associações de Moradores de favelas na implantação de políticas públicas urbanas. De modo mais específico, busca apontar elementos de análise sobre a atuação das Associações de Moradores durante o processo de intervenção do Programa Favela-Bairro – ação desenvolvida pela prefeitura do Rio de Janeiro com o objetivo de integrar as favelas à cidade, transformando-as em “bairros populares”. Partindo do trabalho de campo realizado na localidade de Acari entre os anos de 2003 e 2006, propomos um estudo de caso que, em vez de oferecer interpretações fechadas, possibilite esboçar questões relevantes no que se refere à tríade população-Associações-Estado.

Em sua estrutura, o artigo encontra-se dividido em duas partes. Na primeira parte apresentamos em linhas gerais o Programa Favela-Bairro, situando-o na história das intervenções urbanas nas favelas cariocas. Esta apresentação faz-se, a nosso ver, necessária, na medida em que possibilita situar o leitor no tempo, esclarecendo o contexto de tratamento das favelas por parte do poder público municipal no qual o programa está inserido, bem como as etapas de sua implantação nas localidades. Em seguida, apresentamos brevemente o campo em que se desenvolveu o estudo para situar o leitor no espaço, tanto físico quanto simbólico, no qual as ações se desencadeiam. Na segunda parte, realizamos a descrição e a análise do caso propriamente dito. Metodologicamente, optamos por eleger uma situação específica observada no campo, através da qual podemos mapear os jogos de negociação e papéis desempenhados pelos diferentes atores (dentre os quais, a Associação de Moradores), assim como problematizar as noções de *participação popular* e *comunidade* que sustentam a política urbana abordada.

## **O Programa Favela-Bairro**

Situando este programa na história das políticas públicas direcionadas às favelas do Rio de Janeiro, verificamos que ele resulta de um processo progressivo de avaliação das dificuldades e limites das experiências empreendidas até a década de 1990, especialmente do alto custo financeiro

e político das ações de remoção, assim como da necessidade de assumir a complexidade do *problema*, consolidando o viés urbanizador.<sup>21</sup>

De modo mais específico, podemos dizer que o Programa Favela-Bairro foi concebido a partir da percepção, no âmbito municipal, de que era preciso criar um programa de intervenção global nas favelas que promovesse sua “integração à cidade”, concentrando esforços de diversos órgãos governamentais. Essa percepção fortaleceu-se, no início dos anos 1990, a partir de dois eventos: 1 - A realização, durante a Conferência Mundial Rio-92,<sup>22</sup> do Primeiro Seminário sobre Áreas Favelizadas, Política de Urbanização e Meio Ambiente, no qual se concluiu que a integração física e social das favelas só seria possível mediante a “articulação entre as instituições que desenvolviam o trabalho físico, anelado aos promotores de ações sociais de educação, saúde e cultura” (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003: anexo); e 2 - A elaboração do Plano Diretor Decenal da Cidade,<sup>23</sup> que reconheceu o problema das favelas e loteamentos irregulares como questão de suma importância para o futuro do município, definindo como meta a sua integração à vida social e política da cidade.

Como reflexo desse movimento, criou-se, em 1993, durante a primeira gestão do prefeito César Maia, o Grupo Executivo de Assentamentos Populares (GEAP), composto por membros de diversos órgãos e secretarias da administração municipal. Para atender às premissas do Plano Diretor em relação à política habitacional, o GEAP sugeriu a criação da Secretaria Extraordinária de Habitação (SEH) e estabeleceu um plano de regularização de favelas, dividido em três sub-programas, conforme a dimensão das áreas de intervenção. Originalmente, o Programa Favela-Bairro é apenas um desses programas propostos pelo GEAP, voltado para áreas de 500 a 2.500 unidades habitacionais, embora atualmente

<sup>21</sup> A consolidação dessa tendência deu-se, sobretudo, a partir do reconhecimento da necessidade de ampliar experiências pontuais bem-sucedidas, tais como aquelas desenvolvidas pela Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO) em 1968 – grupo de intelectuais contratados pelo governo estadual para viabilizar uma proposta de urbanização democrática das favelas – e pelo Projeto Mutirão em 1981 – programa desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que utilizava o sistema de mutirão para, por meio do trabalho voluntário dos moradores, realizar pequenas obras de acesso, pavimentação, água e esgoto nas favelas.

<sup>22</sup> Evento realizado na cidade com vistas a definir acordos internacionais sobre questões ambientais.

<sup>23</sup> O Plano Diretor é uma exigência da Lei Orgânica presente na Constituição Federal de 1988 para cidades com mais de 20 mil habitantes, tendo a validade de dez anos.

seja considerado o carro-chefe do conjunto dos programas direcionados às favelas. Seu objetivo é “construir ou complementar a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acessos) e oferecer as condições ambientais de leitura da favela como bairro da cidade”.<sup>24</sup>

A partir desse mesmo ano, a prefeitura manteve contatos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no intuito de adequar o programa às exigências da organização e obter um financiamento que permitisse consolidá-lo institucionalmente. Em 1994, a prefeitura criou a atual Secretaria Municipal de Habitação (SMH) e recebeu a primeira missão do BID na cidade para exame e definição do convênio. Após um processo de adequações, o contrato entre a prefeitura e o BID foi então assinado, estabelecendo que 60% do financiamento ficaria a cargo deste organismo.

Visando atender as necessidades do programa, adotou-se uma estrutura organizacional que permitisse uma maior integração com outros órgãos e secretarias, além de maior funcionalidade no trabalho das diversas coordenações, que passariam a ser convocadas de acordo com as etapas de implantação do programa, que serão a seguir apresentadas.

A primeira etapa consiste na realização do concurso público e licitação dos escritórios de arquitetura, que passam a ter autonomia na elaboração dos projetos de intervenção. Nessa etapa atuam basicamente a Coordenação de Projetos, que estabelece as exigências, avalia e fiscaliza os projetos a serem executados, e a Coordenação de Participação Comunitária, que dirige, em parte, o trabalho dos Agentes Comunitários de Habitação, que atuam nas áreas atendidas como “ponte entre a prefeitura e a comunidade”.<sup>25</sup> Definida a área e

<sup>24</sup> GEAP, 1993 apud Carvalho et al. (1998, p. 38).

<sup>25</sup> A maior parte das equipes de agentes comunitários é hoje, na verdade, coordenada por uma organização não governamental. Os primeiros agentes eram mulheres que trabalhavam na área de educação sanitária e que foram nos anos 1980 recrutadas para atuar nos projetos de mutirão da SMDS e, depois, nos programas habitacionais da SMH. Uma vez que essas agentes trabalhavam para a prefeitura sem vínculo empregatício e que era preciso criar novas equipes para atender ao Programa Favela-Bairro, o convênio com a ONG CIEDS surgiu, em 2003, como estratégia para legalizar a sua situação e facilitar o pagamento de salários. No entanto, se o que motivou inicialmente essa parceria com a ONG foi a solução de problemas administrativos, é dela hoje toda a responsabilidade pela seleção, capacitação e coordenação do trabalho das equipes que atuam nas áreas atendidas pelo Programa Favela-Bairro, por meio do convênio com o BID. Apenas os agentes que atuam no programa de regularização de loteamentos (Morar Legal), financiado pela Caixa Econômica Federal, continuam submetidos diretamente à Coordenação de Participação Comunitária da SMH. Ver Freire (2005).

o projeto urbanístico, membros da Gerência do programa agendam, por intermédio da Associação de Moradores, uma assembleia na localidade, com a finalidade de apresentar aos moradores o plano de intervenções e a equipe executora. Nessa assembleia, os moradores votam a aprovação do projeto, podendo, a princípio, sugerir modificações de acordo com as necessidades da localidade.

Na segunda etapa, tem início a execução do plano de intervenções aprovado, momento no qual engenheiros, arquitetos, pedreiros, fiscais, tratores e britadeiras dirigem-se à favela. Durante essa etapa se intensifica a atuação dos agentes comunitários, que passam a acompanhar a realização das obras e fazer um trabalho de conscientização e mobilização dos moradores no sentido de que eles colaborem com a fiscalização e adquiram novos saberes e sensibilidades em relação aos espaços públicos, novas *competências cidadinas*.<sup>26</sup>

Com o término das obras, começa a etapa de regularização fundiária da favela, geralmente a mais lenta de todas, visto que somente a partir de 2001 foram tomadas medidas importantes em nível local e nacional visando o estabelecimento de mecanismos e políticas de regularização fundiária de longo alcance. Sendo essa questão da alçada da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), esse órgão é convocado a atuar junto à SMH na instalação provisória do Posto de Orientação Urbanística e Social (POUSO), cuja função é executar o processo de regularização urbanística e fundiária na área. Contando com uma equipe básica formada por um engenheiro ou arquiteto, uma assistente social e um ou mais agentes comunitários, constitui-se, segundo uma engenheira do programa, ao mesmo tempo em “ponto de referência dos moradores e ponto de vigília da prefeitura”.

Desde 1999, quando se encerrou a primeira fase do programa, o contrato entre a prefeitura e o BID tem sido constantemente renovado, garantindo a sua continuidade com relativa independência das idiossincrasias político-partidárias. Nos anos posteriores, o programa sofreu apenas pequenos redirecionamentos, dando maior ênfase à promoção social e ao desenvolvimento econômico das localidades.

Apesar de sua grande visibilidade, o Programa Favela-Bairro não é imune a críticas. As maiores delas têm sido em relação aos fracos

---

<sup>26</sup> Joseph (1990).



reflexos dessa política pública no que se refere aos indicadores de educação e de renda das populações atendidas e ao fato de ela ser implantada de modo bastante desigual nas localidades. Além disso se, por um lado, o programa não visa intervir na organização política das favelas, por outro, a garantia da participação comunitária é um ponto ainda bastante problemático, como veremos ao longo deste artigo, já que a representatividade das Associações de Moradores é algo que está frequentemente em risco.

### **Acari: uma cidade no interior da cidade**

Situada na Zona Norte do Rio de Janeiro, a cerca de 20km do centro, numa região em que predominam indústrias e residências, a localidade de Acari é ocupada por uma população genericamente identificada como pertencente às classes populares, com baixo poder aquisitivo e pouca qualificação para o trabalho. Geograficamente, é uma área plana com poucas elevações, localizada no cruzamento de dois importantes eixos rodoviários: a Avenida Brasil – a maior avenida da cidade, com 56km de extensão ligando a Zona Oeste e grande parte da Zona Norte ao centro – e a Avenida Automóvel Clube – que corta vários bairros em direção à Baixada Fluminense. Paralelamente à Avenida Automóvel Clube, encontra-se uma estação da linha 2 do metrô, ligando Acari a outros bairros da Zona Norte e ao centro da cidade.

A localidade começou a ser ocupada nos anos 1940 por migrantes do Nordeste, do interior do Rio de Janeiro e de outros estados do Sudeste vinham para a região em busca de trabalho no incipiente setor industrial. Segundo o relato de antigos moradores, nessa época a localidade era “um verdadeiro brejo”. Com a inauguração da Avenida Brasil e o crescente desenvolvimento de indústrias na região, a localidade começou a se expandir externamente e a se diferenciar cada vez mais internamente. Como dizem antigos moradores a respeito das transformações pelas quais a localidade sofreu, “Acari era um povoado, hoje é uma cidade”.

Na percepção dos moradores, não é apenas pela dimensão espacial e complexidade social que adquiriu ao longo do tempo que Acari é comparado a uma “cidade”, mas por configurar em seu interior a própria dinâmica de hierarquização dos espaços urbanos. Fisicamente, o que chamamos Acari consiste na composição de quatro localidades distintas, cada uma contando com uma Associação de Moradores

própria: o Conjunto Residencial Areal e as favelas Parque Acari, Vila Rica de Irajá e Vila Esperança. Na verdade, a própria delimitação dessas localidades é bastante difícil de ser percebida por quem é “de fora”, pois o que se nota à primeira vista é muito mais uma continuidade dos espaços do que a existência de fronteiras físicas bem delimitadas. Somente ao longo do trabalho de campo, pudemos perceber que, como já havia notado Souza,<sup>27</sup> mais do que físicas, em Acari as fronteiras são simbólicas.

Dessa forma, Parque Acari é representado pelos moradores como “a zona sul” de Acari devido a seu grau mais elevado de urbanização e maior disponibilidade de bens e serviços, assim como seus moradores são vistos como similares a uma classe média urbana, com maior poder aquisitivo e melhores condições de moradia. Além de estarem mais próximos das grandes vias de circulação, sendo facilitado o acesso a diferentes regiões da cidade, estes moradores compartilham com frequência os valores da classe média em geral, que vê a favela e seus moradores com maus olhos. Buscando um reconhecimento enquanto uma elite de Acari, esses moradores acabam criando formas de se diferenciar daqueles que consideram ser verdadeiramente os “favelados”.<sup>28</sup> É nesse sentido que há, por sua vez, uma representação negativa das localidades de Vila Rica e Vila Esperança, concebidas como “a favela” propriamente dita, devido à maior incidência de sinais de pobreza, como a maior precariedade das construções, dos becos e vielas de terra batida, além da presença mais ostensiva do tráfico de drogas. No caso de Vila Esperança, que é a favela mais recentemente constituída, prevalece em algumas áreas um aspecto de ruralidade e precariedade material que nos remete à paisagem descrita pelos moradores do início da ocupação da região.

A analogia de Acari a uma “cidade” é vitalizada pelas categorias que os moradores utilizam para classificá-las hierarquicamente: Parque Acari como a “zona sul”, Vila Rica como o “subúrbio” e Vila Esperança como “a zona oeste” de Acari. Esta classificação reflete, assim,

<sup>27</sup> Souza (2001).

<sup>28</sup> Na dissertação de mestrado (FREIRE, 2005) discutimos os diferentes sentidos atribuídos à categoria “favelado”. De modo geral, podemos dizer que, entre muitos moradores de Acari, ser “favelado” significa apresentar uma série de comportamentos considerados moralmente inferiores, isto é, “praticar tudo de errado”, como “jogar lixo na rua”, andar sujo”, “drogar-se” e “mendigar”, funcionando, assim, como um estigma (GOFFMAN, 1982) do qual tentam a todo custo escapar em busca de maior aceitação social.

a divisão socioespacial da cidade do Rio de Janeiro, em que a Zona Sul é a região mais rica, nobre e urbanizada, o subúrbio é considerado como a região mais pobre, popular e violenta (agrega-se aqui o conteúdo pejorativo do adjetivo “suburbano”) e a Zona Oeste, que embora também seja caracterizada como região pobre e violenta (com exceção hoje dos bairros da Barra da Tijuca e do Recreio, que se constituíram numa espécie de “Zona sul da Zona Oeste”), é considerada aquela onde ainda é possível se encontrar grandes áreas rurais.

O contraste entre a percepção dos espaços por quem é “de fora” e a percepção dos moradores aponta que o mesmo ambiente não é vivenciado da mesma maneira por indivíduos ou grupos diversos, uma vez que esta vivência está diretamente relacionada à sua experiência cotidiana. Segundo Mello e Vogel,<sup>29</sup> um sistema de espaços existe sempre em conexão com um sistema de valores e ambos estão relacionados à existência de um sistema de atividades. Conforme demonstraram os autores em um estudo sobre o uso dos espaços coletivos para fins de lazer no bairro do Catumbi, o princípio da diversidade dá margem a muitas conjunções de espaço e atividade, concedendo, por exemplo, à rua uma multiplicidade de significados ligados a seus usos contextuais. Tal como no Catumbi, em Acari a mistura também não é um acidente, mas o estilo da vida urbana nesse local, o que podemos observar nas diferentes funções simultaneamente desempenhadas pelas ruas da localidade: de pátio para as crianças brincarem; de extensão do ambiente doméstico para as mulheres que puxam seus banquinhos para fora para papear com as vizinhas e observar os acontecimentos da rua; de local de trabalho para os vendedores ambulantes que circulam durante o dia vendendo pães e doces; de local para a atividade ilegal dos traficantes de drogas, que privatizam pontos estratégicos para também vender seus produtos; de palco em que se confrontam à mão armada policiais e traficantes; ou ainda de simples vias de passagem para ciclistas, automóveis e transeuntes em seus percursos diários. Por todos esses aspectos consideramos Acari tanto um *espaço* físico, sem qualidades, quanto um *lugar* que é simbolizado, habitado e constantemente recriado pelos indivíduos.<sup>30</sup>

Apesar de sua grande heterogeneidade interna, Acari tem sido geralmente apresentado na mídia como uma localidade homogênea,

<sup>29</sup> Mello; Vogel (1983).

<sup>30</sup> Briggs (1972).

marcada pela presença de um intenso tráfico de drogas e por acontecimentos relacionados à pobreza, à criminalidade e à violência.<sup>31</sup> Em 2001, destacou-se nos meios de comunicação como “o pior bairro do Rio de Janeiro”, a partir da divulgação do primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Rio, elaborado em conjunto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e a Prefeitura da Cidade. Segundo este relatório, Acari seria o bairro com pior índice de desenvolvimento humano (IDH) da cidade, comparado aos países mais pobres da África.<sup>32</sup>

Com a repercussão desse documento e a proximidade das eleições nos anos seguintes, os governos estadual e municipal passaram momentaneamente a priorizar Acari na aplicação de suas políticas sociais. Logo após a publicização do relatório, construiu-se, por exemplo, na localidade, o primeiro restaurante popular municipal e ampliaram-se programas sociais de renda mínima, como o Cheque-Cidadão.<sup>33</sup> Dentre as ações da prefeitura, destacaram-se a construção, em 2004, do primeiro hospital municipal da Zona Norte (H. M. Ronaldo Gazonla), embora até hoje ainda não inaugurado; e a implantação, iniciada em 2003, do Programa Favela-Bairro. Conforme nos disseram tanto líderes comunitários quanto uma engenheira da SMH, se a intervenção urbana em Acari já era prevista pela prefeitura e solicitada pelas Associações de Moradores locais, a especificidade desse momento político-social certamente contribuiu para “acelerar o processo”.

## **O papel das Associações de Moradores no processo de intervenção urbana**

<sup>31</sup> Dentre estes acontecimentos, os mais conhecidos são: a existência da “Feira de Acari”, que funcionou dos anos 1970 até 1996 e era conhecida como “Robauto” por vender produtos e peças de automóveis roubados, e o caso do desaparecimento de 11 jovens em 1990, a maioria moradores de Acari, depois de sequestrados e supostamente assassinados por policiais militares, culminando no surgimento do movimento que ficou conhecido internacionalmente como “Mães de Acari”, que cobrava a apuração das mortes e a punição dos culpados.

<sup>32</sup> O índice de desenvolvimento humano (IDH) é calculado pela renda familiar *per capita*, expectativa de vida, taxa de alfabetização de maiores de 15 anos e número médio de anos de estudo.

<sup>33</sup> Programa do Governo do Estado que atende famílias com renda *per capita* inferior a R\$50,00/mês. Por meio das instituições religiosas nas próprias comunidades, as famílias beneficiadas recebem um cheque mensal de R\$100,00 a ser trocado nos supermercados cadastrados por produtos alimentícios.

Durante a implantação do Programa Favela-Bairro, cada localidade de Acari era tratada de forma independente. Embora a intervenção se iniciasse no mesmo período nas três favelas<sup>34</sup> atendidas, para cada uma havia um plano de intervenção, um escritório de arquitetura, uma empreiteira executora e uma equipe de agentes comunitários responsável. Assim, trataremos aqui especificamente do processo de intervenção em uma dessas favelas, que acompanhamos *seguindo os atores em ação*.<sup>35</sup> A problemática central do caso concerne à constituição de um espaço informal de negociações em torno do que seria construído numa determinada área da localidade. Elementos de outras situações ocorridas, presenciadas por nós ou narradas por terceiros, nessa localidade ou nas favelas vizinhas são, entretanto, agregados à sua descrição a fim de propiciar uma melhor compreensão do contexto e das relações entre os diferentes atores envolvidos. Ao relacionarmos a situação principal ao contexto mais amplo das Associações de Moradores de Acari, buscamos analisar com mais justeza o papel dessas organizações no processo de implantação dessa política urbana, assim como sua relação com os moradores e com o Estado. Tendo justificado nossa opção metodológica, passamos à descrição do caso.

Alguns meses antes de começarem as obras na localidade, a equipe de agentes comunitários do programa visitavam cada família em sua residência para comunicá-las sobre a intervenção e divulgar seus benefícios para toda a população, aludindo nessas situações a um discurso de interesse geral. Para os moradores, eles afirmavam que “o Programa Favela-Bairro significa a transformação da favela em um bairro” e que a intervenção lhes traria muitas vantagens, como o acesso à rede pública de serviços urbanos e a perda do estigma de “favelado”. Diante da interesse de se verem individualmente beneficiados com a intervenção, pouco a pouco os moradores começam a se sensibilizar pela ação pública, afastando a descrença generalizada nas “promessas do governo”. Somente quando se tornou concretamente visível na localidade a atuação dos atores envolvidos na intervenção

<sup>34</sup> Apesar da precariedade das condições de habitação de seus moradores, o Conjunto Residencial Areal, por ser uma área oficialmente tida como legal e urbanizada, não é atendido pelo Programa Favela-Bairro.

<sup>35</sup> A noção de ator (ou actante) refere-se, nesse caso, a tudo que produzia efeitos sobre o processo da intervenção urbana, distinguindo-se de modo geral do conceito sociológico de “ator social” por não se referir apenas aos indivíduos, mas também ao que Latour (2000) chama de não-humanos, ao mundo dos objetos.

urbana, com a chegada dos técnicos responsáveis pelas obras, por exemplo, é que os moradores se convenceram da veracidade do que estava para acontecer na localidade.

Ainda nessa primeira etapa, a equipe técnica contratada para elaborar o plano de intervenção convocou a população para participar de pequenas reuniões com o propósito de identificar os problemas mais graves da localidade e suas demandas prioritárias no que se refere à urbanização; prática que visava atender ao princípio do programa de garantia da participação da população no processo, mas que, no entanto, era aplicada de formas diferentes nas favelas, conforme a metodologia proposta pelo escritório de arquitetura licitado. A partir da realização dessas reuniões com alguns moradores e do uso de instrumentos técnicos, como mapas e fotografias aéreas, que lhes permitiam *transportar* a localidade para o escritório de arquitetura, a equipe elaborou o plano de intervenção e o apresentou em assembleia pública realizada em uma escola estadual da região, cuja divulgação também contou com o apoio da Associação de Moradores.<sup>36</sup> Nesta assembleia, os técnicos expuseram, por meio de um grande mapa, o que seria construído e rehabilitava na localidade, tendo os moradores a oportunidade de aprovar ou propor modificações no projeto. Entretanto, enquanto os técnicos que o produziram traduziam claramente no mapa a área representada como um todo, os moradores, por sua vez, pareciam não reconhecer naquela inscrição imóvel a localidade pulsante em que viviam. Diante disso, muitos moradores pareciam ser levados a aceitar o projeto mais pelas promessas de melhorias e “boas intenções” contidas no discurso da equipe responsável do que por terem uma clara noção do que o plano implicaria concretamente na estrutura da localidade. Mais uma vez, a maioria dos moradores era, na verdade, tomada por uma preocupação individual, qual seja, se suas casas seriam ou não removidas para dar lugar à construção de algum dos equipamentos urbanos previstos. A situação da assembleia suscitava, assim, a mobilização individualizada dos moradores, trazendo à tona o fantasma da remoção que circunda o imaginário dos moradores de favelas, herança das políticas radicais de tratamento das favelas ocorridas em décadas passadas.

---

<sup>36</sup> Como esta reunião ocorreu antes de iniciarmos o trabalho de campo, os dados aqui não resultam de uma observação direta, mas foram extraídos dos relatos de pessoas que participaram ou estiveram envolvidas na realização da reunião.

Em relação às Associações de Moradores de Acari, antes mesmo da intervenção urbana observamos que os habitantes mantinham com elas uma relação bastante ambígua e individualizada. Embora alguns dirigentes fossem admirados por uma pequena parcela da população por “tudo que lutaram pela comunidade” e por sua habilidade em negociar com os representantes do Estado, de instituições sociais e não governamentais e mesmo com os traficantes locais, havia entre a maioria dos moradores uma forte desconfiança perante as Associações de Moradores e seus dirigentes. Uma crítica comum, por exemplo, era que as diretorias privilegiariam seus “conhecidos” nas oportunidades de cursos e empregos oferecidos pelas associações por meio de convênios e parcerias estabelecidos com órgãos públicos, empresas privadas ou organizações não governamentais. Para grande parte dos moradores, exceto para aqueles que mantinham relações estreitas (familiares ou de amizade) com os dirigentes, estes “não pensam na comunidade”, “só pensam em si próprios” ou representam apenas os “interesses de políticos ou bandidos” aos quais são vinculados.

Para os dirigentes das associações, por sua vez, tornava-se cada vez mais difícil obter o reconhecimento dos moradores por tudo o que haviam feito “pela sua comunidade”. Da mesma forma, tornava-se cada vez mais difícil enfrentar as “pressões” exercidas pelo “movimento”<sup>37</sup> para controlar suas ações. Sobre esse aspecto, cabe notar que no início das obras do programa nas localidades, observou-se um aumento dessas pressões de tal forma que alguns dirigentes expressavam, pela primeira vez, a decisão de abandonar suas atividades políticas nas localidades.

Como um processo em cadeia, os dirigentes das Associações de Moradores das três localidades deixaram nesse período seus cargos, sob maior ou menor (auto)resistência. Algum tempo depois, diversos cartazes de autoria desconhecida foram dispersos por Acari, anunciando a unificação das associações e convocando a população para a eleição do novo e único presidente. Segundo alguns moradores, os

<sup>37</sup> Por “movimento” os moradores referem-se ao tráfico de drogas local, englobando nessa denominação genérica tanto os atores humanos em suas variadas funções (traficante, olheiro etc.), quanto o conjunto de atores não humanos (drogas, armas, dinheiro etc.) que o compõem. Segundo Misse (2007), embora essa denominação tenha aparecido pela primeira vez como jargão do jogo do bicho, hoje ela comparece na gíria de consumidores e vendedores de drogas ilícitas para representar vários e diferentes aspectos do mercado local de drogas nas favelas, conjuntos habitacionais e demais áreas da periferia habitadas por populações de baixa renda.

cartazes haviam sido colocados pelo “movimento”, que estaria inclusive apoiando uma das três chapas candidatas. Conforme observamos no trabalho de campo, o apoio do “movimento” converte-se, em muitos desses casos, em voto compulsório. Isso ocorreria, segundo um agente comunitário, porque “a maioria dos moradores têm medo dos traficantes e acaba fazendo o que eles pedem”. Outro agente lamentava, contudo, a possível submissão dos moradores, que, na sua opinião, “não sabem a força que tem”. De modo geral, podemos dizer que o interesse do “movimento” pelas Associações de Moradores era suscitado pela possibilidade de participar da gestão de diversos assuntos considerados de interesse público e que poderiam, direta ou indiretamente, interferir no mercado local de drogas, como a decisão sobre a manutenção ou retirada de um ponto de vigilância policial ou sobre o que seria construído nas áreas selecionadas pelo programa.

Para melhor compreender a complexidade dessas relações, abordaremos aqui uma situação em torno do que seria construído em um terreno de uma das localidades. No plano de intervenção inicialmente aprovado na assembleia, estava prevista para essa área, próxima à sede da Associação de Moradores, a construção de uma creche para 120 crianças e uma praça pública equipada com brinquedos infantis. Para desocupá-la, cerca de 20 construções, entre residências, pequenos estabelecimentos comerciais e o templo de uma igreja evangélica, tiveram de ser removidos.<sup>38</sup> No decorrer da implantação do plano de intervenção para essa área, uma série de negociações começou, entretanto, a ocorrer “por trás”, como alguns nos definiam, ou seja, nas instâncias da informalidade e da pessoalidade, cujos atores direta ou indiretamente envolvidos eram a Associação de Moradores, os agentes comunitários, os técnicos do programa e o “movimento”.

Quando o terreno selecionado estava quase totalmente desapropriado e a construção da creche já se iniciava, o dirigente da associação dirigiu-se aos técnicos do programa para solicitar, “em nome da

<sup>38</sup> A negociação direta entre os técnicos da prefeitura e os proprietários desses imóveis não era um processo simples e sem conflito. Para aqueles que viam na proposta da remoção uma oportunidade de “sair da favela” ou mudar-se para as áreas mais valorizadas da localidade, os desacordos giravam sobretudo em torno do valor da indenização a ser paga pela prefeitura. Já entre os que desejavam ali permanecer, a indenização, independentemente do seu valor monetário, parecia não funcionar como um instrumento reparador eficaz que lhes suprisse as perdas reais, simbólicas e afetivas que a remoção das suas casas significava. Uma vez que a permanência no local não configurava entre as opções dadas pela prefeitura, pouco a pouco o terreno eleito foi sendo totalmente desapropriado.



comunidade”, a modificação no projeto inicialmente aprovado, a fim de que, em lugar da construção da praça, fosse duplicada a quadra da associação, geralmente utilizada para ensaios de grupos de jovens ligados à projetos de dança e teatro na localidade e a realização de festas com a apresentação de grupos de pagode e *funk* promovidos por traficantes. Embora os técnicos do programa ficassem relutantes à nova proposição, para eles, se a solicitação era colocada pelo dirigente como sendo “interesse da comunidade” e a demanda não feria os padrões legais exigidos nem ultrapassava a verba previamente acordada com a prefeitura, não lhes restava outra opção senão acatá-la, uma vez que a Associação de Moradores tinha legitimidade para tal.

Os agentes comunitários – que, por sua vez, trabalhavam uma sala provisoriamente instalada no interior da Associação de Moradores e acompanhavam de perto toda a negociação – também recorriam ao “interesse da comunidade” para tentar, sem sucesso, convencer o dirigente da importância de que fosse construída a praça para as crianças atendidas pela creche, bem como alertá-lo dos possíveis conflitos que poderiam, no seu ponto de vista, advir da vizinhança de dois espaços destinados a públicos e atividades tão díspares. O barulho, por exemplo, era citado como algo que atrapalharia a rotina da creche, embora na prática as festas geralmente ocorressem nos finais de semana. Outro aspecto que baseava a argumentação dos agentes referia-se a uma espécie de contaminação simbólica que a presença de pessoas ligadas ao “movimento”, que costumam frequentar e organizar essas festas, poderia causar à pureza das crianças. Contra essa proximidade, os agentes referiam-se ainda aos riscos físicos que ela poderia causar às crianças em caso de confrontos entre traficantes e policiais. Finalmente, para se preservarem de possíveis coações, os agentes foram orientados pelo coordenador da equipe a “não se meterem mais no assunto”, sobretudo aqueles que, além de trabalharem, residem na localidade. E assim então foram feitas as obras de expansão da quadra da associação, ao lado da creche recém-construída. Nesse jogo de negociações que se passava em espaços não oficiais de discussão – “por trás”, como nos diziam – o público alvo do programa, ou seja, os moradores, permanecia totalmente excluído do processo decisório. Em nenhum desses momentos encontramos moradores que soubessem nos afirmar o que seria efetivamente construído no terreno desapropriado.

A partir do caso descrito anteriormente, sugerimos três conjuntos de questões para serem analisadas.

O primeiro refere-se à *relação entre os habitantes e as Associações de Moradores*. De imediato, o trabalho de campo permitiu-nos constatar a existência de uma grande distância entre as Associações de Moradores de Acari e aqueles que elas deveriam representar. Ao mesmo tempo em que os moradores vêem as associações como pouco atuantes em relação ao que consideram que elas seriam capazes de fazer em prol da “comunidade”, poucos são aqueles que se dispõem espontaneamente a colaborar para que elas representem os interesses da população local, seja se engajando como sócios, seja participando de suas atividades. Geralmente vistas como lugares de poder individual, as Associações de Moradores estão sempre sujeitas a desconfianças.

A prevalência de uma visão negativa e personalista dessas organizações entre os moradores não é uma característica particular de Acari, tampouco exclusiva da sociedade brasileira, mas um risco inerente a qualquer movimento associativo. Para nos atermos aqui ao contexto brasileiro, o pesquisador francês Dominique Vidal,<sup>39</sup> por exemplo, encontrou a mesma situação em Brasília Teimosa, no Recife, ao estudar a relação entre as dimensões social e política nessa favela. Devido à sua participação em inúmeras “articulações políticas”, as associações de Brasília Teimosa são percebidas pelos moradores de modo personalizado, cujos dirigentes – vistos negativamente como “políticos” – estariam mais preocupados em extrair ganhos pessoais de sua posição do que de buscar soluções efetivas para os problemas da localidade. Tal como na favela estudada por Vidal, predomina na relação dos moradores de Acari com as associações o que o autor chama de “lógica de usuário de serviço público”, em que a participação nas atividades associativas estaria condicionada às expectativas de os moradores se verem objetivamente recompensados, por exemplo, por sua inclusão em um programa de habitação ou de capacitação profissional. Ao mesmo tempo, o funcionamento interno dessas organizações revela, com frequência, a concentração do poder de decisão nas mãos de seus dirigentes e a não disposição de submetê-las ao controle dos moradores. A relação instrumentalizada que o Estado tem historicamente estabelecido com as Associações de

---

<sup>39</sup> Vidal (1998).

Moradores parece ser, assim, reproduzida, no nível local, na relação dos habitantes com essas organizações.

A avaliação da legitimidade das associações enquanto porta-vozes dos moradores não está pautada apenas no tipo e grau da relação que seus dirigentes mantêm com os políticos, relacionada a uma visão negativa do *mundo da política*, mas também com o “movimento”, relacionado a uma visão negativa do *mundo do crime*. Dependendo da vinculação que têm com ambos os atores, as associações são mais bem ou mal vistas pelos moradores, assim como seus dirigentes são reconhecidos enquanto seus representantes ou desqualificados enquanto tal.<sup>40</sup>

Se a conhecida troca de favores entre líderes comunitários e políticos da região é hoje uma prática social naturalizada em nossa sociedade, a relação dúbia entre as Associações de Moradores de favelas e o “movimento” também não é um fato novo ou estranho a essas localidades, mas resultado de uma antiga convivência, que se inicia muitas vezes no bojo do surgimento das associações. Quando realizou sua pesquisa em Acari (1995-1998), Souza<sup>41</sup> observou que a relação entre o “movimento” e certas Associações de Moradores já estava “institucionalizada” aos olhos dos moradores. A própria sede de uma associação e a piscina na sede de outra haviam, inclusive, sido construídas por antigos chefes do tráfico. Mas se inicialmente havia um incentivo, sobretudo financeiro, por parte do “movimento” para a constituição dessas organizações, hoje o que se identifica é a tendência cada vez maior de obter seu controle institucional. Essa nova forma de se relacionar com as Associações de Moradores estaria ligada, a nosso ver, a um duplo processo, marcado tanto pelas mudanças nos últimos anos na própria configuração do tráfico de drogas nas grandes favelas da cidade, quanto por um alargamento do papel das associações enquanto intermediários entre as populações residentes nas favelas e o Estado.

Paralelamente à expansão do narcotráfico, percebe-se em Acari uma relativa mudança do perfil dos traficantes. Segundo o relato de

<sup>40</sup> Essa instabilidade é ratificada pela pesquisa realizada pelo IBASE (2000) em oito comunidades e bairros da Grande Tijuca, que identificou como os quatro maiores desafios colocados hoje às Associações de Moradores: a busca por representatividade, a manutenção da participação, a não submissão aos chefes do tráfico de drogas e, nas parcerias, a não aceitação sem discutir das regras dos projetos governamentais e não-governamentais.

<sup>41</sup> Souza (2001).

moradores, “antigamente [o consumo e a venda de drogas] era mais discreto” e os traficantes que, em geral, eram “criados na comunidade”, demonstravam “respeito” pelas Associações de Moradores e seus dirigentes.<sup>42</sup> Já os novos membros do “movimento” não possuem o mesmo sentimento de pertencimento local e “não têm mais o respeito de antes”, como lamentam antigos moradores. Achando que “sabem de tudo”, eles tentam interferir nas ações das associações quando estas lhes suscitam algum interesse. Além disso, parece-nos que a política “assistencialista” praticada por antigos chefes do tráfico, que incluía a doação de bens e auxílios financeiros para as Associações de Moradores, converteu-se de alguma forma em dívida simbólica acumulada a ser paga pelos dirigentes.<sup>43</sup> Muitas vezes, essa teia de relações é tão frágil que mudanças ocasionadas na configuração do “movimento” acarretam mudanças na configuração das Associações de Moradores e vice-versa. Em Acari, as mudanças na dinâmica das Associações de Moradores durante a intervenção do Programa Favela-Bairro coincidiram, por exemplo, com uma presença mais homogênea das atividades do “movimento” nas diferentes localidades.

Diante dessa complexidade de variáveis, consideramos que a autonomia das Associações de Moradores é algo que deve ser constantemente negociado pelos dirigentes nas suas interações cotidianas não apenas com os agentes do Estado, mas também com os agentes do “movimento” na localidade. Não se trata de pura submissão, mas de um verdadeiro “jogo de cintura”, como costuma dizer o ex-dirigente de uma associação sobre a competência necessária para exercer a função.

Quanto aos papéis que as associações desempenham nesse jogo, em relação aos órgãos públicos, remete-nos ao segundo conjunto de questões que podemos sugerir a partir do caso de Acari: *a relação entre as Associações de Moradores e o Estado*.

<sup>42</sup> Algumas demonstrações de respeito pelos líderes comunitários e religiosos era a atitude dos traficantes de evitarem ser flagrados por eles nas ruas vendendo ou fazendo uso de drogas, além de nunca entrarem nas dependências das associações portando drogas ou armas de fogo.

<sup>43</sup> Segundo Souza (2001), a retribuição dos moradores pelas “ajudas” do tráfico, como o pagamento do aluguel para quem não tinha condições financeiras e a compra de remédios para os doentes, evidenciava-se, por exemplo, na demonstração pública de gratidão e solidariedade aos traficantes mortos pela polícia. Somente no enterro do traficante Jorge Luiz, em meados de 1996, estiveram presentes cerca de 3000 moradores, que seguiram num cortejo de 13 ônibus para lhe dar “o último adeus”.

Como vimos, as Associações de Moradores são os mediadores por excelência entre a população atendida pelo Programa Favela-Bairro e a administração municipal. Os Agentes Comunitários de Habitação<sup>44</sup> também atuam como mediadores – ou “ponte entre a prefeitura e a comunidade”, como se autodefinem – mas apenas de modo limitado. Algumas de suas funções são: repassar e discutir com os moradores informações e conhecimentos sobre o ambiente urbano; atuar como elo de comunicação e interlocução democrática entre a prefeitura e a comunidade; incentivar o aumento do grau da participação dos moradores no planejamento e na execução de políticas públicas a cargo da prefeitura; e fazer o acompanhamento regular dos trabalhos executados na comunidade, em parceria com os moradores.<sup>45</sup> Diferentemente das Associações de Moradores, os agentes comunitários não possuem o papel de representar politicamente a população perante a administração municipal, mas apenas de facilitar a comunicação e a cooperação entre ambos, promovendo, ao mesmo tempo, o “desenvolvimento comunitário”. Além disso, entre os agentes comunitários e a administração municipal, há a mediação de uma organização não governamental,<sup>46</sup> responsável pela seleção, capacitação e coordenação do trabalho das equipes.

De todo modo, tanto os agentes comunitários quanto os dirigentes das associações reconhecem a necessidade de se estabelecer uma parceria durante a implantação do programa, sem descartar, contudo, o fato de que a indefinição de seus contornos pode comprometer a autonomia do trabalho de cada um. Por um lado, essa parceria daria “o respaldo necessário” para que os agentes comunitários desempenhem adequadamente seu trabalho nas localidades, tendo em vista que muitos deles são “de fora”, ao mesmo tempo que daria maior visibilidade à participação das associações no processo da intervenção. Por outro lado, assumir uma vinculação excessivamente estreita com as associações acarretaria desvantagens para os agentes, na medida em que alguns dirigentes tentam incorporar o trabalho das equipes como “mais uma

<sup>44</sup> As equipes são compostas por um número de agentes, em geral moradores de favelas, que varia de 3 a 6, de acordo com as características territorial e populacional das localidades.

<sup>45</sup> Freire (2005).

<sup>46</sup> Trata-se da ONG CIEDS (Centro de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável), criada no Rio de Janeiro em 1998, com o objetivo de “formar indivíduos e grupos facilitando o desenvolvimento de seus projetos voltados para a melhoria da vida de suas comunidades”, sendo uma de suas áreas de atuação a assessoria à gestão social de políticas públicas. Para maiores informações, ver o site: <[www.cieds.org.br](http://www.cieds.org.br)>.

atividade da associação” e que a representação negativa das associações poderia dificultar a sua aproximação inicial com os moradores.

Enquanto a atuação dos agentes comunitários resume-se a um contexto delimitado e provisório, a atuação das Associações de Moradores extrapola esses limites ao serem consideradas pela prefeitura como representantes legítimas das populações residentes nas favelas. Conforme vimos em Acari, é por meio dessas organizações, por exemplo, que é convocada a assembleia para apreciação do plano de intervenção urbana junto à população a ser atendida. Independentemente do que é decidido nessa ocasião, na prática, ao longo de todo o processo de implantação do programa, as Associações de Moradores têm o poder de interferir e propor alterações no plano inicialmente aprovado, sem que, para isso, seja necessária a convocação de novas reuniões públicas. Para os técnicos do programa, na medida em que os dirigentes das associações falam “em nome da comunidade”, suas demandas devem ser consideradas. Além disso, as particularidades de cada associação exigem uma adaptação constante dos representantes do poder público ao perfil de seus dirigentes. A relação personalizada com as associações é assumida pelos próprios técnicos do programa, quando a engenheira nos diz: “as associações são bem diferentes, cada uma é de um jeito. Então com cada um dos presidentes a gente vai levando também na linha que eles fazem”.

Apesar de o trabalho de campo evidenciar o quanto essas organizações estão em permanente tensão, sendo submetidas às forças e ações de diversos atores, ter uma Associação de Moradores que desempenhe de forma ativa a função de defender os interesses coletivos pode fazer a diferença no âmbito do Programa Favela-Bairro, por exemplo, no que se refere à elaboração do plano de intervenção de acordo com as demandas dos moradores e à qualidade das obras executadas nas localidades. Como nos dizia o ex-dirigente de uma das associações de Acari, “a comunidade muitas vezes perde quando a associação não mostra interesse, quando não existe um acompanhamento de perto da liderança”. Nesse sentido, sua fiscalização e acompanhamento contínuo (antes de haver a unificação das associações) foram fatores importantes para que a “sua comunidade” recebesse obras de melhor qualidade do que as demais, fato reconhecido até mesmo pelos moradores das três localidades.

Sobre essa flexibilidade do programa, a análise de Carvalho<sup>47</sup> indica que, se por um lado, esta é, juntamente com a independência dos escritórios de arquitetura, uma de suas características mais salientes, por outro lado, essas mesmas qualidades o expõem a uma imensa variedade de soluções *políticas* correspondente tanto às características empíricas das localidades quanto às dos técnicos envolvidos na sua execução, o que tende a tornar o Estado muito distante e a noção de público longínqua.

Este ponto remete-nos, então, ao terceiro conjunto de questões que o caso de Acari nos indica: *a relação entre a população residente nas favelas e o Estado*.

Como já apontamos ao longo do texto, a relação entre os habitantes das favelas e o Estado tem sido historicamente intermediada por diversas organizações sociais, das quais uma das mais significativas tem sido as Associações de Moradores. Em Acari, essas associações são priorizadas pela administração municipal como as instâncias de negociação e representatividade da população na implementação de suas políticas urbanas.<sup>48</sup> Aos olhos da prefeitura, essa parece ser a principal forma de garantir a participação da população no processo de implantação do Programa Favela-Bairro. Nesse contexto, interessa-nos identificar quais são as formas retóricas acionadas pelas Associações de Moradores no contexto do Programa Favela-Bairro, na qualidade de mediadoras entre a população e a prefeitura e, indiretamente, quais são as suas implicações na relação entre a população e o Estado.

No caso abordado, evidenciamos que a concessão – que se difere certamente da conquista obtida a partir de uma mobilização coletiva – desse papel representativo às Associações de Moradores está diretamente relacionada à existência de um hiato não apenas entre a elaboração do plano de intervenção urbana e a sua implantação nas localidades, mas também entre a concepção do programa quanto à garantia da participação popular e democrática no processo da intervenção e a maneira como os dispositivos públicos são dispostos e apropriados na localidade.

Ao falar “em nome da comunidade”, as Associações de Moradores tornam-se capazes de intervir abertamente em todo o processo de

<sup>47</sup> Carvalho et al. (1998).

<sup>48</sup> Notamos, porém, que essa prioridade não é dada exclusivamente pela prefeitura, mas por praticamente todas as instituições estatais, sociais e não-governamentais que realizam parcerias ou desenvolvem projetos em favelas.

intervenção urbana em Acari. Destacamos que, se por um lado, essa aliança entre a prefeitura e as Associações de Moradores pode gerar efeitos benéficos à população, por meio de uma atuação fiscalizadora e reivindicatória de seus dirigentes que garanta um “trabalho bem feito na comunidade”, por outro pode produzir efeitos perversos e imprevisíveis, ficando o programa sujeito às relações de forças internas às localidades e às consequentes alterações na dinâmica das Associações de Moradores. Ao atribuir esse poder às Associações de Moradores, a administração municipal tem provocado o acirramento de conflitos pré-existentes nas localidades, refletido, por exemplo, no aumento das pressões do “movimento” pelo controle das associações, mas também nas disputas entre os próprios líderes locais por exercer o papel de porta-voz da “comunidade”, aproveitando a ocasião da intervenção para reafirmar publicamente sua liderança política, disputando, até mesmo, o título de “quem levou o Favela-Bairro para Acari”. Dessa forma, as Associações de Moradores transformam-se em verdadeiras arenas públicas,<sup>49</sup> em espaços de negociação e disputa entre diferentes atores, em que os interesses individuais e coletivos se colidem o tempo todo, variando conforme o contexto e as vinculações daquele que ocupa momentaneamente a posição privilegiada de falar “em nome da comunidade”.

Como podemos observar em Acari e em diversas outras localidades ditas desfavorecidas, as Associações de Moradores vivem um dilema que torna cada vez mais difícil identificar em nome de quem seus dirigentes falam: de si próprios, de políticos, da população ou do tráfico de drogas local? Independentemente dos interesses, individuais ou coletivos, encobertos ou explicitados, observamos igualmente que é, entretanto, sempre “em nome da comunidade” que seus dirigentes se pronunciam no espaço público.

O caráter homogeneizante do termo “comunidade” é particularmente perceptível nas formas de intervenção pública voltadas às favelas, tendo as Associações de Moradores assumido um papel importante na gestão de diferentes programas. Guardadas as devidas diferenças, pode-se dizer que, tal como no contexto do ambientalismo analisado por Lobão,<sup>50</sup> as associações, no contexto urbano das favelas, também são tratadas como representantes ou são comumente criadas para

<sup>49</sup> Cefai (2002).

<sup>50</sup> Lobão (2006).



representar os interesses de uma “comunidade”. Na visão do autor, o problema na aplicação das políticas públicas ambientais parece muitas vezes residir justamente no uso generalizado e impreciso desse conceito. Para compreender a sua apropriação no processo da intervenção do Programa Favela-Bairro em Acari, é preciso, portanto, considerar os contextos, objetivos, valores e interesses dos atores em cada situação.

Embora no próprio nome do programa esteja presente o termo *favela*, por oposição a *bairro*, no processo de sua implantação é a “comunidade” que é evocada nas localidades pelos representantes da prefeitura, incluindo os Agentes “Comunitários” de Habitação. Ao fazerem uso desse termo, tentam se esquivar do aspecto estigmatizante incutido historicamente na palavra “favela”, aludindo a uma imagem pública positiva, mas ao mesmo idealizante, convencionada como *politicamente correta*, desses espaços urbanos e de seus habitantes.<sup>51</sup> Essa mesma apropriação do termo pode ser observada entre a maioria dos moradores, que o utilizam para fazer frente ao efeito de descrédito produzido pelo estigma de “favelado”, assim como para definir o grau de pertinência dos indivíduos, distinguindo-os entre os “de fora” e os “da comunidade”. Uma líder “comunitária”, por exemplo, justifica sua preferência pelo termo por considerar que “favela é um nome muito pesado”, defendendo inclusive a sua extinção de nosso vocabulário citadino.

Enquanto “comunidade” evoca uma pretensa harmonia, “favela” evoca o caos. É esse termo que é frequentemente utilizado pelos atores para ressaltar os aspectos negativos de Acari, como a pobreza, a situação de “abandono” por parte do poder público e as diversas formas de violência incitadas pela presença do tráfico de drogas nestas localidades. Essas imagens são manejadas sobretudo por moradores que comporiam aquilo que Silva<sup>52</sup> designou *burguesia favelada* – pessoas que monopolizam o acesso, o controle e a manipulação dos recursos econômicos e das decisões e os contatos políticos nas favelas

<sup>51</sup> Mais do que isso, Boschi e Valladares (1983) apontam que os órgãos implementadores de políticas públicas, notadamente aqueles voltados para as populações das favelas, mocambos etc. apropriaram-se direta ou indiretamente de toda a teorização anterior a respeito da ideia de comunidade, seja aquela que a definia como núcleos idealizados de tipo rural, por contraste aos aspectos negativos do urbano, seja aquela que a definia como núcleos espacialmente segregados e marginalizados.

<sup>52</sup> Silva (1967).

–, em situações que envolvam a possibilidade de obter benefícios para seu grupo social. Por exemplo, quando um líder local recebe visitas de políticos em período eleitoral, ele exhibe aos visitantes os cantos mais precários da “favela”, sugerindo a troca de apoio político por melhorias em termos de serviços públicos (e, às vezes, também em favor de interesses pessoais).<sup>53</sup> Por outro lado, é a imagem idealizada da “comunidade” que é evocada quando estes mesmos líderes pretendem exhibir publicamente seus feitos e as melhorias que trouxe para a “sua comunidade”, inclusive ações públicas como a intervenção do Programa Favela-Bairro, bem como evocar uma homogeneidade dos interesses da população que suas ações pretensamente representariam. Nesse sentido, como ressalta Gusfield<sup>54</sup> em relação às categorias sociológicas *comunidade* e *sociedade*, consideramos que “favela” e “comunidade” não são categorias estáticas, mas dinamicamente construídas pelos indivíduos na diversidade de suas interações cotidianas.

Enquanto espaços em que ocorre a maioria das disputas econômicas, políticas e simbólicas, as Associações de Moradores de Acari deparam-se cotidianamente com o desafio de administrar a concorrência dos interesses dos seus próprios dirigentes, dos habitantes, dos representantes do poder público e ainda do “movimento”. A referência à “favela” ou “comunidade” terá efeitos distintos, dependendo das negociações em jogo em cada uma das situações. No caso abordado, a referência à “comunidade” implica uma tentativa de legitimação do discurso e do próprio papel de porta-voz de um grupo social pretensamente homogêneo, cujos interesses convergiriam para um mesmo ponto e seriam então representados pelo porta-voz.

Se a intervenção do Programa Favela-Bairro em Acari motiva situações de conflito nas quais diferentes argumentos e ações são colocados em cena por atores diversos, é a evocação constante da “comunida-

---

<sup>53</sup> Embora em muitos casos os líderes locais se tornem importantes cabos eleitorais, a prometida retribuição nas urnas nem sempre ocorre, já que, como dizem os moradores, após as eleições os políticos tendem a “esquecer a comunidade”. Como já dizia Medina (1964, p. 88), tal situação muitas vezes não passa de uma simulação, em que “o eleitor diz que vai votar, mas não vota. O cabo eleitoral finge que acredita, mas não acredita. O candidato, pelo menos antes da eleição, embora já informado pelo cabo eleitoral, continua afirmando que conta com o apoio de todos”.

<sup>54</sup> Gusfield (1975).

de” que sustenta os seus argumentos e legitima as suas ações.<sup>55</sup> Ao falarem “em nome da comunidade”, os atores lançam mão de uma forma retórica de generalização,<sup>56</sup> dentre muitas outras disponíveis, que lhes parece ser considerada a mais eficaz na situação para mostrar que suas ações não resultam de seus interesses individuais, mas de interesses coletivos, compartilhado pelos habitantes de Acari, mesmo que na prática não o seja.

## REFERÊNCIAS

BOSCHI, Renato Raul; VALLADARES, Licia do Prado. Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado. *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 8, 1983.

BRIGGS, Asa. O conceito de lugar. In: \_\_\_\_\_. *A humanização do meio ambiente*: Simpósio do Instituto Smithsiniano. São Paulo: Cultura, 1972.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de et al. *Cultura política e cidadania*: uma proposta de metodologia de avaliação do Programa Favela-Bairro. Rio de Janeiro: FINEP: SMH-Rio: IUPERJ, 1998.

CEFAÏ, Daniel. Qu'est-ce qu'une arène publique? In: CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, Isaac (Org.). *L'héritage du pragmatisme*: conflits d'urbanité et épreuves de civisme. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2002. (Collection “Cerisy”)

\_\_\_\_\_; LAFAYE, Claudette. Lieux et moments d'une mobilisation collective: le cas d'une association de quartier. In: CEFAÏ, Daniel; TROM, Danny (Org.). *Les formes de l'action collective*: mobilisations dans des arènes publiques. Paris: Éditions de l'École de Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.

<sup>55</sup> O contexto analisado difere-se, nesse sentido, do contexto francês, no qual a referência à “comunidade” é totalmente rejeitada enquanto estratégia de legitimação pública por aludir ao interesse particular, opondo-se assim ao princípio republicano francês de interesse geral. Assim, os dirigentes das associações de bairro devem sempre buscar distanciar-se de qualquer alusão à “comunidade” para vencer a acusação de egoísmo que pesa sobre os movimentos reivindicativos (CEFAÏ, 2001).

<sup>56</sup> Cefai (2001).

DINIZ, Eli. Favela: associativismo e participação social. In: BOSCHI, Renato Raul (Org.). *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FREIRE, Leticia de Luna. *Tecendo as redes do Programa Favela-Bairro em Acari*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)—Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUSFIELD, Joseph. *Community: a critical response*. Toronto: Harper & Row, 1975.

IBASE. *Com a palavra, os moradores!:* pesquisa qualitativa em comunidades e bairros da Grande Tijuca. Rio de Janeiro: Agenda Social: Ibase, 2000.

JOSEPH, Isaac. *L'Espace du public: les compétences du citoyen*: Colloque d'Arc-et-Senans. Paris: Recherches-Plan Urbain, 1990.

KANT DE LIMA, Roberto; MOTA, Fabio Reis; PIRES, Lenin. Efeitos da igualdade e da desigualdade no espaço público da Amazônia. In: LIMA, Deborah (Org.). *Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Manaus: Ibama: Provarzea, 2005.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. *Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento*. Tese (Doutorado em Antropologia Social)—Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

MEDINA, Carlos Alberto de. *A favela e o demagogo*. São Paulo: Martins, 1964.

MELLO, Marco Antônio; VOGEL, Arno. *Quando a rua vira casa*. 3. ed. São Paulo: FINEP-IBAM: Projeto, 1985.

———. Lições da rua: o que um racionalista pode aprender no Catumbi. *Arquitetura Revista*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 67-79, 1983.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, [S.l.], v. 61, n. 21, 2007.

OLIVEIRA, Anazir Maria de; CARVALHO, Cyntia Paes de. *Favelas e as organizações comunitárias*: Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade*: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRÉTECEILLE, Edmond; VALLADARES, Lícia. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: RIBEIRO, Luís César (Org.). *O futuro das metrópoles*: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: REVAN-FASE, 2000.

RIO DE JANEIRO (RJ). Prefeitura do Rio de Janeiro. *Das remoções à Célula Urbana*: evolução urbano-social das favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, Luís Antônio Machado da. A política na favela. *Cadernos Brasileiros*, São Paulo, v.41, maio/ jun. 1967.

SOARES, Maria Therezinha Segadas. Movimentos sociais urbanos: as associações de moradores de favelas do município do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, out./ dez. 1989.

SOUZA, Marcos Alvito Pereira de. *As cores de Acari*: uma favela carioca. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

VALLADARES, Lícia do Prado. Associações voluntárias na favela. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 29, n. 12, dez. 1977.

\_\_\_\_\_. *A invenção da favela*: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. *Passa-se uma casa*: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIDAL, Dominique. *La politique au quartier*: rapports sociaux et citoyeneté à Recife. Paris: Editions de la Maison de l'Homme, 1998.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.



# ENGAJAMENTO POLÍTICO E MOBILIZAÇÃO COLETIVA EM NOVA IGUAÇU – RJ: BASTIDORES DA MOBILIZAÇÃO DO MAB NAS CONFERÊNCIAS DAS CIDADES

---

*Jussara Freire<sup>1</sup>*

## **Introdução**

Este artigo<sup>2</sup> tem como objetivo descrever algumas das cenas anteriores à conferência municipal de Nova Iguaçu. Mais especificamente, buscarei analisar as provas e disputas acerca da nomeação dos porta-vozes da Federação de Associações de Moradores de Nova Iguaçu (MAB). Através desta descrição, proponho interpretar certas competências políticas em situação de construção de uma causa comum e certas tensões provocadas por enquadramentos diferenciados dos atores desta federação em torno do projeto e das reivindicações do MAB. A análise dessas tensões permitirá avaliar como este coletivo explora o espaço público, mobilizando recursos disponíveis – e disponibilizados, como no caso da Conferência Nacional das Cidades. Partir desta perspectiva implica descrever as competências ordinárias dos atores políticos do MAB. Esta discussão consiste, portanto, em uma sociologia descritiva da ação coletiva no curso de sua elaboração desde os seus bastidores até o momento de sua visibilidade diante de outras arenas públicas. Neste artigo, privilegiarei os bastidores da ação coletiva do MAB, suas “micro-arenas públicas”,<sup>3</sup> enquanto ponto de partida do trabalho de descrição, sem pretender, no entanto, encontrar a origem dos assuntos problematizados na Conferência Nacional das Cidades. Estes bastidores são ambientados na sede do MAB e na cidade de Nova Iguaçu.

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Sociologia (IUPERJ).

<sup>2</sup> Gostaria de agradecer particularmente a Luiz Antônio Machado da Silva e Márcia Pereira Leite pela leitura e por suas sugestões neste texto. Essas interlocuções enriqueceram muito este artigo.

<sup>3</sup> Cefaï (2000, p. 51-82).

De antemão, vale advertir que este artigo tem como objetivo mais geral entender como se organiza a *experiência* militante e sua relação com os modos de engajamento das pessoas na Federação. Por este motivo, a ênfase da descrição será voltada para as formas de coordenação situadas e observadas em reuniões deste coletivo. Neste sentido, o desafio deste texto é modesto (e ao mesmo tempo ambicioso), uma vez que buscarei destacar pequenos detalhes de sequências de situações de reuniões, que me parecerem altamente significativos para compreender como se organizam as experiências militantes das pessoas engajadas na Federação. Por este motivo, buscarei compreender como o arranjo desses pequenos detalhes, atores ordinários, tensões e objetos, *a priori* insignificantes ou secundários, está no princípio das atividades de negociação, de engajamento e de mobilização coletiva.

Diante desse objetivo, vale ainda apresentar sumariamente o quadro analítico que conduziu minhas observações durante a minha pesquisa de campo. A perspectiva deste artigo fundamenta-se na sociologia norte-americana dos problemas públicos, particularmente na abordagem de Gusfield,<sup>4</sup> que consiste em focalizar o olhar sociológico no processo de publicidade do ponto de vista dos atores sociais nele envolvidos e em seu movimento espacial-temporal, sempre em curso de elaboração. Complementarmente, baseio-me na chamada sociologia pragmatista francesa (em particular, nos trabalhos de Luc Boltanski e de Laurent Thévenot), que oferecem preciosas ferramentas conceituais para observar operações críticas, provas e disputas. São recortes analíticos que permitem focalizar o olhar sociológico nos processos de constituição e de formação de espaços públicos a partir das críticas elaboradas pelos atores sociais *em situação*. Permitem, assim, analisar coletivos a partir das percepções dos próprios atores sobre o que consideram justo e injusto, de situação em situação, e entender como estes “sensos do justo e do injusto” constituem a trama da construção da ordem pública.

Adotar esse ponto de vista implica partir de uma postura descritiva e interpretativa do ponto de vista do *agente competente*. Na mesma direção da etnometodologia. Entendo pela expressão de “agentes competentes” que as pessoas possuem e desenvolvem competências próprias quando problematizam determinados assuntos, mesmo que suas formulações não sejam compartilhadas pelo observador. Uma

---

<sup>4</sup> Gusfield (1981).



sociologia descritiva<sup>5</sup> dessas lógicas sociais revela-se também de suma importância para apreender as formas de acesso ao espaço público. Assim, uma “sociologia descritiva” da pluralidade de lógicas dos protagonistas antes referidos elucidará não somente o entendimento da construção do espaço público, mas também, por extensão, da ordem social e pública a partir do esforço analítico de reconstituição desse mosaico.

Gusfield, por exemplo, estudando as disputas definicionais em torno deste problema, procura entender como o ato de dirigir um automóvel em estado alcoolizado (*drinking-driving*) tornou-se um problema público norte-americano. O tratamento do *drinking-driving* adquire, em sua obra, um caráter peculiar, pois ele inclui a discussão da dramatização dos eventos e das ações dos públicos envolvidos<sup>6</sup> como forma de enquadramento (*frame*) do problema público. Enfatizar o processo de dramatização do problema público equivale a se interrogar sobre as performances, as competências, a visibilidade e as encenações em arenas públicas. O que importa não é tanto a veracidade dos fatos, mas as performances dramáticas de pessoas ou de arenas públicas, de forma que um problema se torne um drama público a ser tratado com prioridade.

Como viver juntos? Que acordos e compromissos são necessários quando compartilhamos uma mesma situação? Como as pessoas se engajam nos mundos sociais nos quais nos movemos cotidiana e historicamente? Como agir de forma conveniente em uma dada situação? Como se elabora um compromisso? Estas são algumas das questões delineadas por Luc Boltanski e Laurent Thévenot.<sup>7</sup> A perspectiva analítica desenvolvida pelos autores focaliza os recortes cognitivos e morais ordinariamente realizados pelas pessoas comuns, consideradas atores competentes. Para esta sociologia, a unidade elementar de observação é a situação na qual se encontram pessoas que estabelecem um acordo, nesse espaço-tempo específico, sobre um “bem comum”, que configura um princípio superior que viabiliza

<sup>5</sup> Goffman (1991).

<sup>6</sup> Gusfield dedica o Capítulo 7 deste livro à dimensão dramática da ação pública. No entanto, vale assinalar que ele não se inspira conceitualmente apenas nos trabalhos de Goffman e de Burke. O autor enfoca três perspectivas da ação pública: do ponto de vista da performance, de sua encenação e, por fim, da visibilidade de atos, experiências e emoções despertadas em torno de um evento (GUSFIELD, 1981, p. 77).

<sup>7</sup> Boltanski; Thévenot (1991).

o “viver junto”. Boltanski e Thévenot<sup>8</sup> denominaram de “cidade” (“*cit *”, cuja tradução mais apropriada seria “ordem”) este modelo de “humanidade comum”:<sup>9</sup> um enquadramento ou regime situado, a partir do qual existe um acordo em relação aos princípios do que é justo para seus membros, em nome de um “bem comum” visado, que permite estabelecer uma relação de equivalência entre os seres. Portanto, estas *idades* distribuem e hierarquizam os seres em uma situação, sem que haja necessidade de questionar a pertinência dos estados de grandeza, já que há um consenso em torno destes. Este recorte não exclui, contudo, a disputa, uma vez que este acordo   situado e, portanto, em outras situações, questionável. Nestas situações, as partes conflitantes, os “pequenos”, podem questionar a relação de grandeza dos “grandes”, definida em nome do “bem comum”, e colocar “em prova” a hierarquia que regulava a situação anterior. Os dispositivos sustentam a crítica e são engajados ou engajam um ser em uma ação. Tais dispositivos possibilitam, assim, que atores se refiram a um princípio de justiça, apropriem-se dele para reforçar uma crítica ou ainda apropriem-se da forma pela qual eles indicam uma ordem de grandeza. Eles permitem ancorar um regime de justi ca  o em uma realidade.<sup>10</sup> Para esta perspectiva analítica, não se trata de apreender o mundo objetivo ou subjetivo e sim de apreender o mundo por meio dos sentidos corriqueiros do que   o mundo, dos sentidos construídos e mobilizados por atores *em situação* (os sentidos corriqueiros da justiça, do amor, da desigualdade etc.), bem como de observar o trabalho realizado por pessoas no intuito de se ajustarem de maneira situada a este mundo.<sup>11</sup>

<sup>8</sup> BOLTANSKI, L.: THÉVENOT, L. *De la justification*. Paris: Gallimard, 1991.

<sup>9</sup> O pressuposto dos autores é que o acordo em cada *cit *   elaborado a partir de uma relação de equivalência entre os seres. Cada *cit *, portanto, refere-se a um modelo específico de bem comum, que permite a generalização das operações de críticas.

<sup>10</sup> Breviglieri; Stavo-Debaugé (1999).

<sup>11</sup> *Ibidem*.

## **Regimentos, decisões, lemas e objetivos do Ministério da Cidade: ancorar a Conferência Nacional das Cidades em um contexto participativo**

27 de Outubro de 2002. Vitória do candidato Lula nas eleições presidenciais.

No dia 1<sup>a</sup> de Janeiro de 2003, Lula assumiu seu primeiro mandato. Logo no início de seu governo, o novo presidente anunciou a criação do Ministério das Cidades e nomeou o seu Ministro, Olívio Dutra.

Todos os membros da diretoria da Federação de Associações de Moradores de Nova Iguaçu, o MAB, *Movimentos Amigos de Bairros*, fizeram a campanha do candidato Lula. Alguns dividiram com outros militantes o custo do aluguel de um ônibus para presenciar a posse do Presidente em Brasília. Aqueles que não foram à capital, comemoraram a vitória no “calçadão”, rua de pedestres no centro de Nova Iguaçu, ou na sede do Partido dos Trabalhadores do município. Em ambos os casos, esta vitória era considerada, para retomar as palavras de um diretor do MAB, como “a vitória do nosso povo”.

No dia 26 de Maio de 2003, o Ministério das Cidades divulgou oficialmente o decreto de convocação para a 1<sup>a</sup> Conferência Nacional das Cidades. O Ministério atribuiu a esta Conferência a palavra de ordem “Cidade Para Todos” e o tema “Construindo uma política democrática e integrada para as Cidades”. No primeiro artigo do regimento do evento, encontravam-se listados seus oito objetivos. Dentre estes, dois itens indicavam que o espaço da Conferência tinha como objetivo identificar e destacar “princípios e diretrizes para as políticas setoriais e para a política nacional das cidades”. Em outros termos, o evento buscava reunir uma pluralidade de arenas para avaliar e definir “assuntos prioritários”<sup>12</sup> relativos às cidades brasileiras. Além disso, o documento incorporava a necessidade de dar voz a “segmentos”, “agentes”, “produtores”, “consumidores” e “gestores” no que tange às políticas urbanas e à atuação do Ministério. O primeiro artigo do regimento também classificava os participantes desta 1<sup>a</sup> Conferência como avaliadores de programas e legislações em diversas áreas e insistia em seu caráter participativo. A Conferência tinha como objetivo criar uma agenda pública em torno do que movimentos sociais, fóruns

---

<sup>12</sup> Gusfield (1981).

e redes articulados em grandes cidades brasileiras haviam definido como sua prioridade central: a reforma urbana.

A 1ª Conferência Nacional das Cidades, fundamentada no espírito da Carta Magna de 1988, inseria-se, assim, em uma lógica da “democracia de participação”,<sup>13</sup> propondo reunir uma grande diversidade de arenas públicas. A novidade do evento consistia em uma nova “associação de humanos e de não humanos”,<sup>14</sup> que permitiriam dar uma forma institucional à *participação popular*. Neste sentido, a Conferência pode ser lida antes como um “fórum híbrido”:<sup>15</sup> espaços abertos nos quais grupos podem se mobilizar para debater escolhas envolvendo um coletivo. O que, de um lado, implica arranjos (*assemblage*) de coletivos e, portanto, de porta-vozes heterogêneos tratando de assuntos, eles também, heterogêneos.<sup>16</sup> De outro lado, implica também arranjos de regimentos, leis, lemas e palavras de ordem com porta-vozes que ancoram as vozes dos movimentos sociais em novas situações de publicidade e de formas de orientar a ação coletiva. No caso em análise, do ponto de vista dos atores dos movimentos sociais, o fórum implicava explorar rapidamente novas formas – pelo menos no que tange a esta maneira de problematizar o assunto da cidade – de tomar voz no espaço público. Evidentemente, essas novas formas seriam exploradas na continuidade do legado de outras conferências e de mobilizações.

O regimento dessa conferência estabelecia como obrigatórias duas “etapas” anteriores à Conferência Nacional: as conferências municipais e as estaduais que formulariam propostas a serem incorporadas nas discussões da Conferência Nacional. Para os movimentos sociais e os outros atores concernidos urgia organizar, na escala municipal, a conferência correspondente à primeira etapa. Tornava-se premen-

<sup>13</sup> No sentido de Werneck Vianna e Rezende de Carvalho (2000).

<sup>14</sup> Latour (1993, 1999). No seu projeto de antropologia simétrica, Bruno Latour propõe substituir o termo social e sociedade pelo termo de “associação de humanos e de não humanos”. Esta abordagem permite, de um lado, superar tradicionais divisões entre o mundo dos sujeitos e o mundo dos objetos. Por outro lado, considerar simetricamente esta relação, oferece preciosas ferramentas para analisar os modos de coordenação entre objetos e humanos. Este ponto é o que mais chama a minha atenção e será a lente pela qual descreverei, mais adiante, as situações de tensões ou de provas e a mobilização de não humanos para tentar amenizar pequenos conflitos. Vale ainda destacar que considerarei como não humanos desde objetos específicos como um quadro negro até os regimentos ou estatutos que ordenam os coletivos políticos.

<sup>15</sup> Callon; Lascoumes; Barthe (2001. p. 36).

<sup>16</sup> Ibidem, p. 36.

te criar o espaço no qual seriam negociados acordos e prioridades municipais a serem inseridos na agenda das conferências seguintes.

### **A notícia da Conferência na continuidade de reivindicações antigas do MAB: os assuntos problematizados pela Federação**

Em Nova Iguaçu, a notícia da Conferência Nacional das Cidades espalhou-se como um rastilho de pólvora. Partidos políticos de esquerda, sindicatos, ONGs, outros movimentos sociais e secretarias municipais da cidade, diante desse anúncio, começaram a se mobilizar imediatamente. Muitos porta-vozes de movimentos sociais de Nova Iguaçu estavam simultaneamente participando de outras conferências e mobilizações. No MAB, coletivo que problematiza todos os sub-temas formulados no regimento da Conferência, os diretores encontravam-se sobrecarregados. Porém, as conferências municipais, estaduais e nacional eram, sem dúvida, fóruns prioritários para este coletivo, representante das associações de moradores da cidade.

A cidade tornara-se um assunto a ser priorizado na agenda pública. Esta oportunidade permitiu ao MAB entrever a possibilidade de tornar visíveis “os problemas de Nova Iguaçu” que o coletivo problematizava há décadas. Prova disso é que, no segundo artigo de seu Estatuto, inclusive, a mobilização em torno desses assuntos é apresentada como a primeira “finalidade” do MAB: “Lutar permanentemente na defesa dos interesses e carências da População Iguaçuana no que se refere à Saúde, Educação, Transporte, Habitação, Justiça Social, Meio Ambiente, Cidadania e a qualidade de vida em geral”.<sup>17</sup> Ancorados em seu Estatuto, os assuntos que sustentam as reivindicações do MAB tornam-se “caixas pretas”, conjuntos coesos que encobrem uma grande multiplicidade de elementos diferentes, mas que garantem

<sup>17</sup> Estatuto do MAB (com alterações incluídas em 2003, p. 1). Vale destacar que os assuntos apresentados não são específicos à Federação de Associações de Moradores de Nova Iguaçu. Com efeito, este repertório é um arranjo de várias reivindicações dos “movimentos de base” do período ditatorial com aquele do período de transição democrática, que se soma, por sua vez, aos tópicos inseridos na gramática política nos anos 1990 e 2000.

o funcionamento de uma unidade conceitual.<sup>18</sup> Como veremos mais adiante, essas “caixas pretas” sustentadas por não humanos como um estatuto permitem apaziguar os conflitos,<sup>19</sup> caso alguém se atreva a, em uma reunião, questionar “as bandeiras de luta” do MAB. Francisca,<sup>20</sup> penúltima presidente da Federação, que compôs a chapa eleita em 2003 enquanto diretora, sempre deu continuidade às causas construídas por seus antecessores. Por sua vez, tais causas também foram legadas à presidente que a substituiu, em 2003. Com efeito, desde a década de 1980, todos, os que participaram do MAB reivindicavam a resolução dos “problemas clássicos” de Nova Iguaçu: falta de saneamento básico, moradias precárias, inacessibilidade dos serviços públicos fundamentais (transportes, educação e, principalmente em Nova Iguaçu, saúde), além de títulos de posse e regularização fundiária. Há quase 30 anos, antes mesmo da institucionalização do MAB enquanto Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu (em 1981), os porta-vozes do movimento de *amigos de bairros* reivindicavam o acesso a estes serviços e à cidade. De repente, um novo contexto permitia que estas vozes vislumbrassem a possibilidade de terem maior visibilidade no espaço público; até então, muitas pessoas ligadas ao MAB vivenciavam suas tentativas de tomada de voz como esforços condenados ao “silenciamento”.<sup>21</sup> O horizonte de publicidade oferecido por novos dispositivos institucionais significava, para os protagonistas de movimentos sociais e de partidos de esquerda da cidade, um novo sopro para a ação coletiva.

<sup>18</sup> Latour (1999, p. 213). A construção dessas “caixas pretas” está intimamente vinculada às abordagens sociológicas e recortes teóricos empregados no Brasil e assemelha-se ao que Giddens nomeou de “dupla hermenêutica” (GIDDENS, 1989, p. 303). Embora de forma muito distinta, esta ideia também está presente no quadro analítico de Boltanski; Thévenot (1991); Boltanski (1990), empregado neste artigo e que apresenta o interesse de insistir nas competências mobilizadas por atores corriqueiros quando recorrem a conceitos ou recortes das ciências sociais em função da situação na qual eles se encontram. Lembrando este tipo de abordagem, em um artigo de 1985, Machado da Silva e Ribeiro mostraram que a origem do paradigma das pesquisas sobre movimentos sociais centra-se em torno de duas vertentes: a análise estrutural de Castells e Lojkin, a análise de Weffort e, sobretudo de Moisés (MACHADO DA SILVA; RIBEIRO, 1985). Descrevendo a construção dos paradigmas dos movimentos sociais brasileiros, este trabalho é particularmente interessante para observar como estes paradigmas são mobilizados nos movimentos sociais (FREIRE, 2005).

<sup>19</sup> Latour (1993).

<sup>20</sup> Para preservar o anonimato e os termos do que foi decidido com os protagonistas do meu trabalho de campo, alterei nomes, algumas datas e lugares. Não creio que esses cuidados tenham afetado a fidedignidade da descrição apresentada.

<sup>21</sup> Machado da Silva ([20--]).

Desde o final da década de 1970, os recursos mobilizados pelos membros do MAB diante dos obstáculos para seu acesso ao espaço público seguiam uma mesma e constante forma emotiva: a denúncia do “descaso” ou dos “maltratos” dos governantes em relação aos moradores de bairros pobres da cidade e o lamento da tristeza e a humilhação que sentiam por viverem em Nova Iguaçu.<sup>22</sup> As reivindicações e as formas de dar-lhes visibilidade no espaço público ajustavam-se aos contextos municipais, estaduais e nacional dos anos 1970 e 1980. Mas o processo de redemocratização introduziu, paulatinamente, certas mudanças nos repertórios reivindicativos do MAB, na medida em que passou a criar e/ou a dar acesso a novos espaços de negociação e de concertação. Ainda assim, dependendo das situações nas quais se encontram os membros do MAB, pode-se observar, ainda hoje, a mobilização de repertórios emotivos semelhantes àqueles mobilizados em décadas anteriores.

A agenda política do MAB, desde o início de 2003, foi particularmente intensa. Nesse ano, em que se realizou um congresso da Federação, cursos diversos de capacitação, seminários, participação em novos conselhos municipais e em várias conferências adicionaram-se às atividades cotidianas dos diretores e filiados ao MAB. Sem ter ainda clareza de quais seriam as iniciativas do Ministério da Cidade, a diretoria já previa novos espaços de debate no que tange às questões urbanas. Mas a notícia da realização da Conferência Nacional das Cidades criou uma certa efervescência no MAB. A diretoria da Federação necessitava reunir as suas associações. No início do mês de fevereiro, com o objetivo de preparar o congresso do MAB e de esclarecer o “papel das associações de moradores na nova conjuntura”, a diretoria organizou a primeira reunião anual do Conselho dos Representantes<sup>23</sup> (denominado, pelos membros do MAB, na sua forma abreviada, CR).

---

<sup>22</sup> Freire (2007).

<sup>23</sup> “O Conselho dos Representantes é um órgão deliberativo ordinário do MAB, sendo constituído por três representantes de cada Associação por ela indicada, sendo um nato e dois eleitos, tendo direito ambos a voz e voto”, como é definido no Capítulo V do Estatuto do MAB (com alterações aprovadas no Congresso do MAB de 2003), art. 17, p. 6. O Conselho dos representantes é formado apenas por presidentes de associações de moradores e é uma instância autônoma da presidência e da diretoria da federação. Quase todas as decisões da federação precisam ser aprovadas pelo Conselho dos representantes.

## **Da hospitalidade e convívio às tensões e provas na reunião do Conselho dos Representantes**

De forma semelhante à associação descrita por Cefai e Lafaye,<sup>24</sup> a “ecologia da mobilização”<sup>25</sup> do MAB caracteriza-se pela sede da Federação, seu ambiente, seus objetos e suas personagens.

A sede do MAB situa-se no centro de Nova Iguaçu, na rua Pimenta Ataíde de Moraes, um dos eixos centrais de Nova Iguaçu. Esta rua é particularmente barulhenta devido à passagem de ônibus, carros e carretas. De vez em quando, os ruídos do trânsito misturam-se aos cânticos evangélicos das igrejas vizinhas ao MAB. Em dia de reunião na sede, tais ruídos podem levar os participantes a gritar, ou, então, se houver orçamento para tanto, a alugar uma estrutura de som.

O MAB situa-se na mesma rua da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, do Sindicato dos Comerciários, da sede do Partido dos Trabalhadores de Nova Iguaçu e, ainda, do Partido Comunista do Brasil. Essa proximidade espacial reflete a relação entre os dois partidos e a Federação. Com efeito, as presidentes e os membros da diretoria do MAB, desde a década de 1990, militam paralelamente no PT e/ou no Pcdob; no último congresso do MAB, em 2003, um diretor era filiado ao Partido Socialista Brasileiro. A proximidade espacial parece favorecer essa pluralidade de vínculos, na medida em que as reuniões dos partidos e do MAB podem ocorrer no mesmo horário ou em horários próximos e pode-se passar de uma sede para outra com comodidade.

A fachada da sede é encoberta por um muro alto de cimento com uma guarita de vidro (alguns quebrados) em seu ápice. Pode-se ver desde o outro lado da rua a sigla multicolorida, da Confederação Nacional de Associações de Moradores, pintada em cima do portão. Na parede esquerda do portão, havia um grafite multicolor que representava uma figa com um gigantesco comentário: “o POVO tem FORÇA”, apagada meses depois de minha “entrada no campo”. Francisca explicou-me que ele foi realizado pelo movimento *hip hop*, há alguns anos. Parece ter havido certas divergências internas quanto à sua estética e houve um consenso em apagá-lo.

<sup>24</sup> Cefai; Lafaye (2002).

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 199-202



No dia da primeira reunião do CR, em fevereiro de 2003, os participantes da reunião entraram aos poucos na sede do MAB. Muitos se cumprimentaram de forma bem humorada. Alguns presidentes de associações conversavam no pátio. Ao passar o portão, os participantes atravessaram um pátio: uma grande área coberta de alumínio – espaço híbrido, entre o portão e o galpão – cujo piso é revestido de cimento encerado. Nos fundos, uma varanda, a entrada do que era uma casa. Podia-se ainda entrever a sala da diretoria, um antigo quarto. Ali, algumas pessoas sentavam-se nas cadeiras e carteiras espalhadas em torno de uma mesa retangular e discutiam. Algumas sussurravam. Muitas movimentavam as mãos com entusiasmo, outras atendiam o telefone celular pondo uma das mãos em frente à boca. Um diretor, que gostaria de fazer uma chamada, reclamava do não pagamento da conta do telefone fixo do MAB. A linha fora cortada, não se podia fazer ligações da sede e seu celular, pré-pago, estava sem crédito.

Celulares, armário e mesa de escritório, cadeiras, vozes, pilhas de processos, cartas de denúncias nos cantos da mesa (feitas por filia-dos do MAB ou conselheiros municipais), pessoas e gestos eram os componentes da sala da diretoria, típicos de um dia de reunião. Em breve, estes humanos e alguns não humanos seriam transferidos para outra sala.

Antes, os participantes dirigiram-se para uma velha mesa de escritório, estragada pelo tempo, perto da sala da diretoria, coberta por uma toalha branca plastificada cujas bordas imitavam renda e flores artificiais. Um diretor havia posto sobre ela uma cafeteira elétrica, um pote de plástico com açúcar e outro com alguns biscoitos, doces e salgados. Pequenos gestos, cuidados e atenções, que criavam uma relação de proximidade entre a sede e seus frequentadores: um lugar de convívio e hospitaleiro. Tais atenções contribuíam para o envolvimento dos representantes das associações de moradores nas interações das reuniões em um regime de familiaridade;<sup>26</sup> para que se sentissem “membros da casa” naquela zona da sede e, por vezes, na sala da diretoria. Ao se entrar na sala de reunião, no entanto, os objetos que povoavam o lugar já indicavam outro ambiente. Faziam com que os participantes transitassem para outro mundo, o da política, ainda que sempre houvesse uma possibilidade de se deixar coabitar esses dois mundos domésticos e políticos em todas as zonas da sede.

<sup>26</sup> Thévenot (1994).

A primeira porta, antes da sala da diretoria, à esquerda, abria-se para a sala de reunião. A presidente convidava a todos para se reunirem nesse local. O ventilador de teto estava ligado. Bancos de madeira em que cabiam três ou quatro pessoas, carteiras e cadeiras, algumas sem encosto, outras com uma ou outra perna frouxa. Os assentos estavam alinhados diante de uma escrivaninha de madeira que, colocada de frente para o público, presidia a sala. Atrás dela, na parede, um pequeno quadro negro. Os não humanos da sala da diretoria indicavam, assim, a disposição das pessoas na sala da reunião e sugeriam que os diretores e a presidente estariam no palco e os representantes de associações de moradores, na plateia. Em outros termos, a disposição dos não humanos indicava as ordens de grandeza da situação. Por outro lado, “a mesa do cafezinho”, na entrada da sala da reunião, indicava a possibilidade de transitar, ao longo da reunião, de um ambiente para um outro (uma pausa).

Francisca, a presidente da Federação, Sandra, a presidente das reuniões dos conselhos de representantes (que coordenaria a reunião, as inscrições e o tempo de palavra) e alguns diretores sentaram-se. Trinta e cinco pessoas compunham a plateia. A reunião podia começar.

Francisca queria estabelecer distinções entre o movimento e o governo Lula. Ela havia comentado isso alguns dias antes, em reunião fechada com alguns diretores, para pensar qual seria a discussão central do Congresso do MAB. Tematizar este assunto era, para Francisca, de fundamental importância para definir o papel das associações de moradores “na nova conjuntura nacional e internacional”. Ela havia discutido o assunto com outros diretores naquela ocasião. A palavra de ordem do Congresso já havia sido anunciada. Restava definir qual seria o papel das associações, ainda que, para os diretores do MAB filiados paralelamente ao PCdoB, este seria necessariamente revolucionário, como vários me disseram em situação de entrevistas. Porém, o significado da revolução precisava ser ajustado à “nova conjuntura”. Neste sentido, a reunião do Conselho dos Representantes (CR) seria uma ocasião de incorporar esta prioridade na agenda da Federação. A reunião fechada da diretoria foi, de certa forma, a primeira sequência de uma ação planejada e orientou as discussões da reunião do Conselho de Representantes.

Logo no início dessa reunião, a presidente do MAB, Francisca, “inscreveu-se” para “passar informes”. Antes de iniciar sua

representação,<sup>27</sup> estava sentada na mesa, diante dos filiados e sua expressão era um misto de seriedade e compenetração. Ao se levantar para tomar a palavra, ela parabenizou a plateia de forma quase terna. De repente, a sequência do que dizia tornou-se grave. Seu corpo se enrijeceu enquanto ela explicava firmemente:

Embora o governo seja agora o de Lula, o movimento não pode ser cooptado. O movimento precisa criticar para melhorar. No último CR, distribuímos um abaixo-assinado oficial contra a ALCA. [...] Eu vou fazer um levantamento da quantidade de abaixo-assinados em abril e está marcada para o mês de junho uma audiência com o presidente. Por isso recomendo um trabalho autônomo das associações de moradores. No evento, serão discutidos vários temas como a guerra Estados Unidos/Iraque e a ALCA, questões de alta importância e que terão repercussões para a população daqui. Chamo também os representantes das associações para participar de uma audiência pública na Câmara dos Vereadores. [...] Em seguida, precisamos repensar o papel das associações de moradores. Precisamos se mobilizar por questões de maior amplitude que ocorrem na escala de um bairro. Por isso, há um curso sobre o Estatuto da Cidade, no dia 26 e 27 de fevereiro. É necessário discutir o IPTU [tema levantado por vários filiados anteriormente na reunião], mas esta questão está incluída na discussão do Estatuto da Cidade. Por isso, existe um kit de material que permite entender o que é este Estatuto [...].

Ao longo da fala da presidente, muitos participantes da reunião anotaram cuidadosa e religiosamente as informações passadas nas suas agendas, instrumentos indispensáveis para tentar evitar superpor dois compromissos no mesmo dia. Naquela situação, porém, alguns filiados e presidentes de associação de moradores não se sentiram contemplados pela intervenção da presidente, particularmente, Lilia-

<sup>27</sup> Goffman (1991. p. 132).

na. Enquanto Francisca falava energicamente e membros da plateia anotavam as informações, Liliana arqueava as sobrancelhas como sinal de desaprovação, inclinava-se na cadeira e cruzava os braços, escutando Francisca com um ar cada vez mais distante. Em pouco tempo, sua atitude tornava-se francamente *blasée*. É que ela havia denunciado, antes da tomada de palavra da presidente do MAB, um aumento do IPTU em seu bairro e questionado o fato de, apesar disso, não ter havido nenhuma obra de saneamento. Liliana tinha criticado os *outdoors* que foram colocados pela Prefeitura de Nova Iguaçu por toda a cidade, com a frase: “pague seu IPTU, a próxima rua é sua”. “Uma propaganda enganosa que nem leva em conta o fato de que a obra é de responsabilidade do governo federal”, exclamou Liliana um pouco depois da reunião ter iniciado.

Nesta sequência, surgiu um problema: Liliana queria se preocupar mais com o IPTU de seu bairro de que com “assuntos de maior amplitude”, como a ALCA. Lembrando que estava “há doze anos no movimento”, questionou como se poderia ousar chegar com princípios superiores que não eram tão comuns ao que enquadrava como sendo *a* causa do MAB e como assuntos prioritários a serem tratados pelas associações de moradores. Como a presidente poderia pedir “ao movimento” que se mobilizasse contra a ALCA se Liliana lidava com moradores que, no seu bairro, vinham reclamar do aumento do IPTU de suas residências? Este aumento não tinha a mesma importância que a ALCA, já que o MAB representava associações de moradores e não “ideologias políticas”?<sup>28</sup> Liliana, para manifestar ao público seu descontentamento, recorreu a expressões corporais. Porém, essa fachada pessoal<sup>29</sup> não parecia reorientar a atenção da plateia. Os participantes, ainda que tivessem reparado nas mímicas de Liliana, manifestavam indiferença, algo parecido com o que Goffman chamou de “desatenção civil”.<sup>30</sup> E tampouco esta fachada parecia mudar a representação de Francisca.

De forma quase explícita, Francisca, em sua fala, tinha acabado de criticar a perda de tempo na reunião decorrente da tomada de palavra de sua opositora, mas ao mesmo tempo conciliou e não excluiu a importância do assunto levantado por Liliana, inserindo-o em uma causa maior do MAB. Engrandeceu a reivindicação de Liliana, inserindo-a

<sup>28</sup> As aspas indicam as categorias ou expressões empregadas por Liliana ou por certos presidentes de associações de moradores.

<sup>29</sup> Goffman (1973a).

<sup>30</sup> Goffman (1963,1973b).

na causa comum das federações municipais, estaduais e nacionais: o Estatuto da Cidade. Explicitada a grande causa, a intervenção de Lílina não procedia. Mas Lílina, por sua vez, reconheceu perfeitamente a intenção<sup>31</sup> de Francisca nesta sequência da interação. Discordando da escala a partir da qual Francisca situava sua explanação, Lílina recusou-se cooperar e reiterou sua crítica.

Assim que se abriu uma brecha, pouco após as palavras acima apresentadas da presidente, Lílina encontrou uma oportunidade de colocar à prova a fala de Francisca:

Francisca: “Será discutido nos Mini-Congressos [*primeira etapa da eleição, feita em cada região da cidade, anteriormente ao Congresso Geral*] o papel das associações de moradores na conjuntura atual, isto é, entender a atuação das associações de moradores considerando a discussão sobre o Estatuto da Cidade e reunindo Conselhos que estão em funcionamento. Além de reivindicativas, algumas associações de moradores fazem propostas e têm projetos, e isso dá força ao movimento. O movimento está precisando de unicidade e, dentre as duzentas associações filiadas ao MAB, setenta e cinco estão funcionando. A diretoria do MAB só mantém contato com oitenta delas. Desta forma, diz ser necessário se reunir, pois uma ação isolada não tem perspectiva em termo de ação. As Regionais<sup>32</sup> funcionam efetivamente. Pode-se ver uma maior participação destas. Mas é preciso pensar o tema do papel das associações de moradores e de desenvolver

<sup>31</sup> “[...] Trata-se da intenção comunicativa socialmente reconhecida, implicada em tipos específicos das atividades sociais, que estão assinaladas no discurso” (GUMPERZ, 1989, p. 23).

<sup>32</sup> “Art. 32. As regionais constituem-se com a instância de deliberação, execução e mobilização que congrega o conjunto de Associações de Bairro [...], definindo um sentido de unidade territorial através dos problemas, carências e potencialidades. § único. As regionais têm como finalidade instrumentalizar e articular ações de caráter reivindicativo, que se definem através de suas características próprias.” Estatuto do MAB, p. 13. As Regionais representam conjuntos de associações de moradores segundo setores da cidade de Nova Iguaçu. Uma Regional reúne as associações de um mesmo setor e estes conjuntos têm como finalidade concentrar as reivindicações presentes em um mesmo território da cidade.

uma reflexão sobre o seu papel, ampliando as questões especificamente de um bairro a coisas maiores. Isso é de grande importância devido à mudança de governo e sem mobilização do movimento nesta direção, as ONGs tomarão o nosso lugar. No dia 19 de fevereiro haverá uma reunião com o Ministro da Cidade, Olívio Dutra, para encaminhar as questões do saneamento básico e da habitação. Na reunião, comparecerá a direção da CONAM (*Confederação Nacional das Associações de Moradores*) e por isso, precisamos de estar fortes para poder encarar o Governo [...].”

Liliana: “Eu quero esclarecimento sobre o artigo 4 do Regimento. Francisca fala tudo isso, mas eu participo há doze anos de minha associação e me sinto cansada desse tipo de discurso e de não ver nada disso ser encaminhado. Eu acho que tudo isso é muito abstrato e eu não irei discutir este ponto.”

Francisca: “Esta pauta foi decidida no Congresso e é necessário, antes de construir qualquer proposta, pensar o papel da associação de moradores para saber o que se quer. Lembro que a Plenária de Saúde permitiu fortalecer o SUS. Da mesma forma, tenho certeza de que o Mini-Congresso poderá trazer discussões que poderão ser levadas adiante. Além disso, muitas propostas do ano passado foram renovadas e reelaboradas em função desta dinâmica. Não pode se pensar numa questão individual!”

Liliana: “Eu não vejo nenhuma solução.”

Francisca teve de recorrer aos não humanos, que falaria mais alto de que sua própria pessoa: as decisões tomadas consensualmente no último congresso, registradas em documento, que reformularam o Estatuto do MAB. Apoiando-se nesse objeto supremo, o questionamento de Liliana se encontrava, por sua vez, desqualificado. Naquele contexto, desacreditar e desqualificar o adversário diante dos outros filiados do MAB significava situá-lo como estando mais focalizado

nas “questões do bairro” do que nos “problemas de Nova Iguaçu”, comuns a outros municípios da Baixada Fluminense e do mundo, e nas injunções que poderiam afetá-los ou às suas possibilidades de resolução.

Logo após esta reunião, os diretores se reuniram na sala da diretoria. Alguns rindo dos questionamentos feitos por Liliana. Um exclamou: “não tem nada a ver!”. Outros manifestaram impaciência e irritação. Uma diretora comentou: “é isso o problema! Eles são mais preocupados com os umbigos deles o com a sua bica d’água! Eles esquecem a causa do MAB!”

Ainda que tenham sido lembradas as grandezas que ordenavam aquela situação, este tipo de tensão levou Liliana a tentar se candidatar no Congresso do MAB de 2003. Em um dia posterior, ao visitá-la na sua associação, Liliana me disse: “Eu não sou de partido nenhum, eles [*os diretores e a presidente, todos filiados ao PT ou ao PCdoB*] só agem em nome do partido. Eu estou interessada em meu bairro. Eu não estou atrás de nenhum cargo. Mas isso tem que mudar e por isso quero me candidatar”. Porém, com um acordo e uma ação planejada (pelos diretores, que queriam formar uma chapa única para as eleições), manejando aqui, ali e acolá, seu projeto foi prontamente afastado. Liliana desistiu de sua candidatura, mas conservou mágoas.

Portanto naquele primeiro trimestre de 2003, havia tensões e disputas internas entre o projeto dos diretores do MAB e os assuntos que certos presidentes das associações federadas queriam priorizar. Uma tensão entre um particular e um geral, que poderia ser um obstáculo à inserção das demandas do MAB nas conferências Municipal, Estadual e Nacional. Porém, a resolução do conflito acima apresentado e a desqualificação do questionamento de Liliana permitiram à diretoria do MAB definir o tema central do Congresso de 2003 como “O papel das associações de moradores na nova conjuntura”. O Congresso ocorreu na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, após os minicongressos, organizados nas “Regionais”, durante os quais grande parte da discussão teve como pauta o Estatuto da Cidade. A chapa única foi eleita, composta de uma nova presidente, com a diretoria parcialmente reconduzida, exceto o caso de um diretor, que também militava no PSB, com novos secretários e tesoureiro. O tesoureiro, diga-se de passagem, ao assumir o cargo se assustou com o estado financeiro da Federação. Naquele mesmo período, Francisca,

que permanecia integrada como membro do MAB, estava ao mesmo tempo na chapa da CONAM e continuava militando no seu partido. Esta pluralidade de vínculos provocou uma variedade de atividades e, conseqüentemente, de deslocamentos (particularmente a Brasília), intensificando as suas atividades.

Mal terminou seu Congresso, a agenda do MAB já estava lotada. Porém, como dito acima, no primeiro trimestre do ano, os diretores decidiram dar prioridade à preparação da Conferência Municipal da Cidade. A natureza de tal preparação já estava definida no regimento da Conferência Nacional. Ela consistia, para os representantes de movimentos sociais, em nomear os nomes que iriam participar das conferências municipais, estaduais e nacional.

### **Uma reunião extraordinária na sede do MAB: bastidores da tomada de voz na Conferência Municipal das Cidades<sup>33</sup>**

<sup>33</sup> A seguinte descrição foi realizada a partir de uma filmagem que realizei nessa reunião. Não tendo muito espaço, neste artigo, para discutir as implicações da presença da câmera, o que seria indispensável, vale fazer um breve comentário. Iniciei meu trabalho de campo em Nova Iguaçu em 2002. Durante um ano, participei de quase todas as reuniões ordinárias e extraordinárias da Federação. Também acompanhei as atividades de muitas associações de moradores. Tecí, aos poucos, uma relação de maior proximidade com os presidentes dessas associações, que escolhi em função da maior frequência dos mesmos às atividades da federação. Após um ano, já construída essa familiarização com os presidentes da associação, avaliei que era indispensável filmar algumas reuniões para poder analisar mais detalhadamente a ordem dessas situações. Perguntei, então, aos diretores do MAB, se eu poderia filmar as reuniões, avisando que não tinha qualquer familiaridade com a realização de filmagens e que este material apenas seria destinado à análise. Eduardo Coutinho comentou que a presença da câmera torna a pessoa filmada em personagem pública. A presença desse objeto gera uma situação lúdica para a pessoa filmada, que se caracteriza ora por um jogo com a câmera, ora por momentos de esquecimento da câmera. O autor também se referiu à dimensão teatral instaurada pela situação de filmagem (Entrevista com Eduardo Coutinho, *Revista Moviola*, Áudio, 27/09/2007). Na descrição a seguir, relato o que pude observar em termos dessa passagem das pessoas filmadas em personagens. Porém, parece-me que esta passagem também estava presente nas reuniões sem a interferência da câmera. Não percebi mudanças radicais de condutas, de gestos ou de falas. Contudo, o que pude constatar, pelo menos na reunião que descrevo a seguir, é que a presença da câmara realçou, por vezes, francamente, sua dimensão teatral sem, porém, transformar as situações desta reunião em algo desvinculado das outras reuniões (nas quais não se utilizou a câmera) que eu havia observado anteriormente. Interessada na análise dramaturgica, este exagero pareceu-me ser extremamente rico para a análise das situações na medida em que ele acentuou pontos que eu não tinha percebido nitidamente sem a câmera. Retomando a discussão de Valter Filé, o audiovisual é uma linguagem que oferece e acolhe certas narrativas. Este ponto constitui o cerne do problema que ele se propõe a analisar: “Estou considerando, neste trabalho, a escritura verbal e a audiovisual, que vai acolher as narrativas. A riqueza está em que cada forma de expressão guarda formas distintas de produção, de produzir-se produzindo, potencializando sensibilidades diferentes” (PEREIRA; FILÉ, 2006, p. 6).



Algumas semanas antes da Conferência Municipal de Nova Iguaçu, os diretores do MAB precisaram encaminhar os nomes dos delegados que representariam as associações de moradores da cidade. As propostas dessa conferência seriam, em seguida, encaminhadas para a Conferência Estadual e, na sequência, à Conferência Nacional. Vale destacar que os participantes nomeados para a Conferência Municipal poderiam também participar da Conferência Estadual e da Nacional, e representar “uma voz e um voto” nesses espaços. Urgia, portanto, organizar uma nova reunião extraordinária com o Conselho dos Representantes, mas cada representante deveria representar, em caráter excepcional, sua Regional. Em uma reunião da Diretoria Executiva, foi agendada com pouca antecedência a data desta reunião.

Nesse dia, o cenário era muito semelhante ao descrito acima, com uma diferença na composição da mesa: as presidentes do CR e do MAB tinham mudado. A presidente da Federação, agora, era Leila. Seja no seu partido, seja no sindicato, seja no MAB, Leila sempre se mobilizou em torno do tema da saúde. Quando assumiu a presidência, ela contava com Francisca e Odvam, diretor de Políticas Urbanas e Meio Ambiente, que a auxiliavam nas situações de problematizar os temas relacionados com os “assuntos urbanos”. Na reunião ordinária do CR de abril de 2003, a primeira que Leila presidiu, ela tinha anunciado aos representantes: “Francisca está acompanhando a Conferência Municipal e Estadual da cidade. Não vou me alongar muito porque Francisca não está aqui. Antes do próximo CR [*da reunião ordinária*], deveremos indicar os titulares (*da Conferência Estadual*). Só poderão participar as pessoas que vão ter participado da Conferência Municipal. O importante é que vamos retomar a discussão do Congresso, sobre o Estatuto da Cidade.”

Leila é alguns anos mais nova do que Francisca. Seu rosto é particularmente expressivo e pode oscilar entre duas emoções muito distintas; de muito jovial, quando ela se encontrava com os outros diretores e a presidente da Federação, ele podia passar a expressar, em frações de segundos, uma profunda indignação em situação de prova, nas reuniões mais amplas. Esbelta, morena e de tamanho médio, Leila é uma mulher cuja beleza era comentada todos os dias por quase todos os diretores homens. Leila mudava o estilo das roupas de acordo com a situação. Vestida de *tailleur* e mocassins na reunião do Conselho Municipal de Saúde, de calças *jeans* e sandálias nas passeatas, ora de bermudas no MAB, ora de vestido estampado, ora de cabelos ca-

cheados, ora de cabelos lisos e escovados, podia encenar um grande número de personagens segundo as situações de publicidade nas quais se apresentava. Tais transformações apontavam também para certas competências políticas e uma presteza em se ajustar (e ajustar a impressão que ela passava aos seus interlocutores) a uma grande diversidade de situações.

No dia dessa reunião extraordinária, Leila vestiu-se com uma ampla blusa de linho, rosa-bege, de mangas curtas e com gola triangular enfeitada com flores de crochê. As flores da blusa combinavam com a sua calça branca e a cor da blusa com a de seus tamancos altos. Sua aparência destacava-se da dos outros participantes. No início da reunião, ela sentou-se atrás da mesa presidencial ao lado de Sandra, a presidente do CR que dirigia essas reuniões e iniciou os trabalhos: “Companheiros, a pauta de hoje é de elegermos os nomes dos titulares que irão na Conferência Municipal das Cidades”. Leila tomou a palavra rapidamente após esta apresentação, preparando-se para explicar “as regras” estipuladas no regimento da conferência municipal. Pegou um pedaço de giz e começou a escrever no quadro-negro pendurado com um barbante na parede de tonalidade verde da sala da reunião. Concentrada em sua fala, ela rabiscava e apagava, sublinhava números, destacava, batia levemente com o giz em um número. Esses pequenos gestos reforçavam a suas palavras, que pronunciava com segurança: “Gente! Gente! É o seguinte: para a Conferência devemos indicar cinco titulares e cinco suplentes. Se a gente conseguir mais vaga, a gente indicará outros nomes. Mas hoje, a gente vota nos cinco titulares para cada regional [o MAB “regionalizou” Nova Iguaçu, e suas associações, em cinco grandes áreas, distintas das Regiões Administrativas da Prefeitura]”.

Silêncio na plateia, composta, até então, por 30 pessoas. Dentre os membros do público, uma mãe estava com seu filho, dormindo no colo. Todos escutavam atentamente, como se a perda de uma informação pudesse significar uma ameaça. Como se eles estivessem vigiando cautelosamente a *performance* da presidente do CR e da presidente do MAB. Leila continuava com seus cálculos no quadro para justificar a quantidade de titulares que seriam eleitos naquela reunião. Ela também queria, por intermédio dessa representação, indicar a justeza do número de titulares do MAB em relação àquele das associações de moradores. Os diretores da federação se beneficiavam

automaticamente de cinco vagas enquanto as associações de moradores da cidade precisavam eleger cinco titulares e cinco suplentes. Ao longo de sua explicação, ela acrescentava e apagava somas e siglas no quadro, que acabou, em uma certa sequência, com esta aparência:

TABLEAU

Mov. Social - > 38		
		11
Mab - 20		4
UENI - 6		+ 5
(15)	(5)	10
+ 5 =		

Leila continuava comentando:

olha, gente, é simples! De começo, gente, tem vagas para cumprir; Seis vagas... Eu tenho aqui, por exemplo, quinze pessoas que vão ser votadas, eu vou precisar de quê? De dez. Não é isso? Das quinze, aquelas que foram mais votadas vão para a suplência daquelas vagas futuras vagas... De cinco suplentes... A gente tem aqui cinco titulares... Se a gente conseguir mais vagas, a gente pede mais cinco.... E isso, gente? Pode ser assim? [*levanta as mãos até os ombros, para convidar a plateia a aprovar sua proposta*] Temos quatro aqui... Né... Mas aí, quatro lá... Né... Tá... Então a gente vai tirar aqui o quantitativo.

A explicação não foi muito clara e a mobilização do dispositivo-quadro não ajudou muito a esclarecer sua exposição. Silêncio na plateia. Esforçado, um presidente de associação, na plateia, olhava para o céu e, concentrado, parecia fazer cálculos mentais. Outro arregalava os olhos, como se emitisse sinais de incompreensão. Uma outra anotava em seu caderno, interrompendo sua escrita a cada cinco segundos.

Paciente, com um visível esforço didático, Leila reiterou a explicação da soma de titulares da diretoria do MAB e das Regionais, que seriam representados na Conferência. Logo em seguida, ainda comentou como seriam nomeadas, por sua vez, as associações de moradores, que representariam, na Conferência Municipal, a voz e o voto do MAB. Os sinais de incompreensão perduravam. Leila repetiu a explicação amparando-se, com insistência, no quadro e segurando-o pelas beiradas, como se o quadro pudesse ajudá-la a superar a dificuldade de comunicação dessa sequência da reunião. De repente, uma nota fora do tom: “Os titulares das associações de moradores... Por exemplo, Regional Centro, quem se candidata? Né... [*nome de uma associação de moradores pertencendo à outra Regional*]...”. Lapso oral e escrito. Errou ao escrever o nome de uma associação que não pertencia à Regional em questão. Para a presidente da Federação, essa gafe pode ser entendida como desconhecimento do Estatuto do coletivo que o mesmo representava, o que poderia criar uma situação de tensão no ambiente muito específico dessa reunião. Pior: o que poderia passar despercebido de forma oral, é evidenciado no quadro.

Durante a explicação, o vice-presidente do MAB, Odvam, percebendo o desconforto de Leila, aproximou-se dela para socorrê-la.. Odvam, que analisava Leila e o quadro, percebeu o erro imediatamente. Em tom de voz muito baixo, falou em seu ouvido de forma quase inaudível: “Não, esta associação é da Regional IV...”. Imediatamente, Leila pegou uma toalha de papel e apagou o nome da associação de moradores. Logo começou a rir: “Ah! Gente! Eu não dou para ser professora! Eu adoro falar! Mas para escrever em quadro...”. O termo “gente”, pronunciado de forma exclamativa, apareceu em muitos contextos dessas sequências. Inicialmente, Leila o empregou para conduzir a reunião e manter a atenção dos participantes. Aos poucos, o “gente” parecia traduzir seu incômodo e a ciência de que sua explicação estava turva. Por fim, quando seguida de uma piada, a mesma expressão cumpriu o papel de conserto do pequeno incidente que ocorreu na situação. O termo mostrou que ela estava ciente das implicações do seu erro.<sup>34</sup> Assim, o “gente”, com entonação diferente e precedido da exclamação “ah!”, permitiu-lhe voltar ao estado anterior à gafe. “Ah! Gente” indicava que Leila percebera e queria corrigir

<sup>34</sup> Goffman destacou a importância das exclamações e analisou que certas “expressões” podem ser meios de superar um certo estado e de se livrar de uma preocupação, doravante supérflua, já que acabou de acontecer. Cf Goffman (1981. p. 85-132).

o incidente, um conserto caseiro que permitia não deixar passar a impressão de que ela pouco dominava as ferramentas estatutárias da Federação, para a qual acabara, à época, de ser eleita presidente. A piada, que sucedeu a esta expressão, reforçava este esforço para repor o curso de sua ação no estado anterior ao lapso. É interessante perceber que a piada mobilizada foi totalmente ajustada à sequência da reunião na qual Leila cumpria um papel professoral. Esta presença de espírito permitiu-lhe provocar uma risada generalizada na plateia, que pode ser interpretada, novamente, como uma “desatenção civil” e uma cooperação da plateia em relação à Leila.

Entretanto, Odvam, diretor do MAB, interferiu quase imediatamente, e tirou rapidamente o giz da mão de Leila, passando a assumir a direção da reunião e a disputar visibilidade com a presidente. Metódica e firmemente, ele anotou no quadro os nomes das cinco regionais do MAB e propôs que fosse iniciada a votação dos representantes das associações de moradores. De fato, a disposição e o alinhamento do texto e o objetivo da reunião tornaram-se, então, mais claros. As competências didáticas de Odvam destacaram-se em relação àquelas de Leila. Todavia, naquele exato momento, um participante da plateia aproveitou esse pequeno incômodo e a reorganização da mesa para levantar a mão e perguntar, contestando: “Companheiro, não dá para botar Miguel Couto?”. Odvam sugeriu, então, que se juntasse Miguel Couto (um bairro de Nova Iguaçu) com Vila de Cava (congregação de bairros prevista como Regional no Estatuto do MAB). Porém, Miguel Couto não era considerado como Regional no regimento da Federação.

Enquanto Odvam sugeria a reunião de congregação de bairros, Leila estava inclinada, assinando o livro de presenças e trocando umas palavras com a presidente do CR, Sandra. Em seguida, Leila agigantou-se e passou a mão no cabelo como sinal de impaciência. Um gesto que anunciava também uma preparação de tomada de palavra e, quiçá, de continuação do conserto do lapso. Leila organizou novamente sua fala a partir da exclamação “gente”, em um tom compreensivo. Dessa vez, a exclamação foi seguida de um sinal de busca de negociação:

Leila: “Gente! Miguel Couto... É o seguinte! Depois da emancipação de Belford Roxo, Miguel Couto teve problemas para definir certas áreas... E muitas associações estavam espalhadas... Não se sabia se eram de Belford Roxo ou

de Nova Iguaçu! Depois de muito tempo, aquela coisa toda... Procuramos tratar da questão de Miguel Couto... Disseram que as associações de moradores eram daqui ou dali... Só isso não basta porque o Bairro de Miguel Couto está meio dividido...”

Diante do conflito, Leila apelou para a realização de “estudos” e levantamentos. Recorria a tais recursos técnicos como uma alternativa para apaziguar o questionamento do diretor:

Leila: “Estamos querendo ver quem está e não está em Nova Iguaçu... Para isso, vamos fazer um estudo... A gente vai fazer um apanhado geral daquela região... Então, nos iremos depois definir Miguel Couto.... [...] É importante para o MAB, a gente fazer isso...”

Quando Leila pensava ter amenizado a tensão e conseguido atingir a meta da reunião (a eleição das associações titulares e suplentes no conselho municipal), um presidente de associação, até então silencioso na plateia, levantou a mão e, antes de a Presidente do CR ter lhe dado a palavra, exclamou, de forma interrogativa: “Por que não deixar algumas vagas para os companheiros de Miguel Couto?”

Mantendo sua calma, Leila, mestre na arte de apaziguar as tensões, perguntou ao público: Leila: “Gente! Tem alguém de Miguel Couto aqui?”

Silêncio na plateia, interrogando o bom senso da colocação do “companheiro”. Leila: “Não?...”

Odvam perdeu a paciência: “Estão ausentes. Vamos encaminhar gente!!!!!!!!!!”

“Encaminhar” ou “questão de encaminhamento” são categorias cruciais da gramática política e militante. Como a metáfora verbal indica, “encaminhar” significa literalmente ir para frente e seu emprego naquele contexto traduzia a emergência de voltar ao objeto da reunião que, do ponto de vista da presidente e seu vice, já fora esquecido havia um bom tempo. As interações lhes pareciam desprovidas de sentido e a ordem da situação estava ameaçada de fracassar. Neste sentido, ao pronunciar o termo “encaminhar” de forma exclamativa,

Odvam fazia um esforço desesperado para tentar reconduzir o sentido da ação na linha planejada por Leila, por ele mesmo e pela diretoria. De certa forma, quem pronuncia esta categoria a faz funcionar como um lembrete das ordens de grandezas que regem a situação<sup>35</sup> e dos limites do público para questioná-las.

Por esse motivo, Odvam, acentuando sua voz grave, prosseguiu: “Na ordem das regionais!”. Voltando à lista organizada das cinco Regionais do MAB, na ordem em que estas aparecem no regimento deste, escrita no quadro-negro, Odvam apontou o giz para o nome da primeira regional, dizendo: “Quem da regional Centro se candidata para participar da conferência?...”. Três mãos na plateia se levantaram. Odvam anotou ao lado da Regional o nome da associação, ao mesmo tempo em que dizia em voz alta o nome de seu representante. Uma presidente levantou a mão para esta Regional, porém sua associação não pertencia a esta congregação. Odvam corrigiu: “Não, Mariana, sua associação fica em [*na Regional de*] Comendador Soares”. E prosseguiu no mesmo ritmo acelerado: “Quem é candidato para Comendador Soares?”. Quatro pessoas levantaram a mão na plateia. “Quem é candidato para Vila de Cava?”

Com essa forma de se impor, Odvam parecia ter conseguido direcionar o curso da reunião para o que a diretoria tinha planejado. Mas o cumprimento do respeito ao turno de palavra durou muito pouco e a ordem da reunião foi questionada novamente. Essa ordem, que pode ser denominada de ordem natural das situações de reunião do MAB, uma vez que ela é típica das formas de coordenar as ações dos seus participantes em contextos específicos de reuniões, estrutura-se, não necessariamente nesta sucessão, a partir da soma dos seguintes componentes da situação e suas sequências: circulação fluída da palavra do público ao palco, disputas pela tomada de palavra, estratégias de visibilidade, tentativas “de pequenos golpes” ou de golpes dos “pequenos” (que visam questionar as ordens de grandeza) e lembretes pelos “grandes” da ordem de grandeza; gestos acentuados, diferentes formas de elevar o tom de voz; exclamações, e, por fim, competição em torno dos assuntos a serem discutidos na reunião. Paralelamente, a mobilização desses recursos também reflete o engajamento dos participantes na situação. Por mais que a sucessão de tais sequências

---

<sup>35</sup> Boltanski; Thevenot (1991).

possa parecer desordenada, ela obedece a certas regras bem ordenadas, como veremos adiante.

Na reunião em análise, se Odvam pensava ter conseguido orientar o curso da situação na direção que desejava, esta esperança apagou-se rapidamente. Alguns minutos após ter tomado a voz, várias “conversas paralelas” na plateia e o consequente ruído assinalaram que o trabalho de reorientação precisava ser refeito. Por isso, ele exclamou com voz mais alta ainda, quase gritando: “Tem mais alguém de Comendador Soares????!!!”. Sem resposta, pelo fato de poucos membros da plateia terem prestado atenção à sua fala, Odvam prosseguiu aos berros: “Vamos agora votar para a Regional Vila de Cava! Vila de Cava????”. Um presidente de associação de moradores, ainda atento, levantou então a mão. No quadro, ao lado do nome da Regional, Odvam escreveu então o nome da associação dizendo, em voz muito alta, o nome de seu presidente. Enquanto isso, Leila tinha levantado da mesa para tomar um café e fumar um cigarro. Ela estava na soleira da porta, o que significava que não tinha abandonado a reunião, mas passado a ficar do lado da plateia. Quanto à Sandra, a presidente do CR, cujas atribuições eram coordenar a mesa e registrar o andamento da reunião para elaborar a ata, permaneceu silenciosa desde o início da reunião. Ela anotava, por vezes, algumas falas e decisões. Odvam, que tinha terminado de escrever os candidatos a titulares para a Regional Vila de Cava, gritou então, dando continuidade à redação da lista dos “candidatos a titulares” por Regionais: “Agora gente vamos para Cabuçu!!!!!!!!!!!! Quem é representante?????!!!! Vamos para Cabuçu, Cabuçu!!!!!!!!!! Questão de ordem!”.

Nesta sequência, Leila, que já não estava mais na mesa e sim na plateia, pronunciou, rindo, um comentário: “E tem mais! Agora, não me chamem na mesa, porque não sou mais a presidente do MAB não! Agora eu sou a presidente de minha associação!”. Leila e os membros da plateia a seu lado riram. Mas a informação que ela deixou passar esclareceu a sua passagem do palco ao público que representou também um deslocamento de papéis. Naquele momento, Leila encenava o seu segundo papel, de presidente de sua associação de moradores. Esta passagem não provocaria a mesma tensão que marcou a sequência precedente se Gabriela, também diretora do MAB, posicionada na plateia e até então pouco visível, não levantasse a mão para candidatar a sua associação e a si própria, na qualidade de representante desta, para



as vagas reservadas para as associações de moradores. Vale ressaltar que Gabriela era diretora de uma associação de moradores filiada ao MAB, mas não era a sua presidente. Sua candidatura, associada ao fato de dois membros da diretoria do MAB se candidatarem a titulares da conferência quando cinco vagas de titulares já estavam automaticamente atribuídas a esta diretoria, provocou uma tensão que demorou segundos para se explicitar publicamente. De vários lados da plateia surgiram as exclamações “Oh, não pode! O presidente de sua associação não está aqui!”. Um presidente de associação reforçou: “Não está aqui, não pode se candidatar!”. Essas exclamações demonstram que a plateia avaliava, de forma bastante consensual, que os diretores e a presidente da Federação estariam tentando manipular a situação. Gabriela, com sua agenda e seu celular em uma das mãos e seus óculos na outra, levantou-se bruscamente, indignando-se diante do público:

Gabriela: “Oh, deixe eu falar, meu coordenador da Regional esteve estava, teve um falecimento, uma morte! Eu vou garantir sim! [*com entonação de profunda indignação:*] Estava aqui sim!”

Naquele momento, todos na plateia manifestaram em suas falas, por meio de gestos e exclamações, uma desaprovação generalizada. A reprovação atingia seu ápice. Uma vozearia, que não permitia mais distinguir as falas dos participantes. Muitos deles balançavam os braços e as cabeças para reforçar seu descontentamento. A reunião estava ameaçada de desmoronar. Odvam estava prestes a transbordar. Recorreu então à mais alta entonação de voz que conseguia, aproveitando-se de minha presença e da câmera para tentar acalmar os reprovadores. Em um novo esforço desesperado para conter o conflito, ele criou também uma palavra: o “consensuado”. Ninguém pareceu reparar em sua invenção ou, ao menos, ninguém manifestou qualquer reação quanto a esse novo termo. A palavra surgiu no quadro de sua insistência na urgência de se chegar a algum acordo e de sua tentativa de controlar o transbordamento da situação, buscando “racionalizar” o conflito:

Espera aí! Ordem no plenário! Psiu! Vamos ser mais civilizados! Vai estragar a fita da doutora! Só para esclarecer! O con-sen-su-ado aqui foi o seguinte: dois representantes por regional. Se só existem duas associações de Cabuçu,

pra quê a briga? Se não tiver ninguém de lá,  
Pra que-a-briga?! Tem alguém mais de Cabuçu  
aqui????? [silêncio na plateia, indicando o fato  
de que não havia na sala outro representante  
desta Regional]

Avaliando o argumento de Odvam ao longo de sua *performance*, alguns representantes de associações de moradores davam francas risadas. Elas assinalavam que o conflito estava afastado temporariamente e que existia um consenso no que dizia respeito à consideração generalizada do absurdo em que chegou na sequência da situação. Entretanto, ao mesmo tempo, traduziam a percepção dos erros de enquadramento daquelas pessoas que questionaram o bom senso da situação. O riso de uma parte da plateia apontava também para o fato de que expectadores e participantes concordavam em não perceber a nomeação desta associação como manipulação da diretoria do MAB.

Com efeito, todos os questionamentos e provas que surgiram nas sequências anteriormente analisadas demonstram que muitos membros da plateia temiam ser vítimas de maquinações ou de manipulações planejadas com antecedência pelos diretores e pela presidente do MAB. Por esse motivo, a plateia analisava cautelosamente qualquer informação (discursiva ou gestual) passada pela diretoria. Essa análise da situação realizava-se por meio de uma vigilância de todos os sinais que poderiam permitir à plateia constatar uma traição ou uma manipulação. Vale assinalar que, em alguns casos, a desconfiança de uma maquinação estava relacionada ao vínculo partidário dos diretores. Muitas das acusações dos membros de associações à diretoria da Federação relacionavam-se à percepção destes da existência do perigo de o MAB ser usado para fins partidários. As denúncias eram formuladas em afirmações do tipo: “Eles [*os diretores e a presidência*] não podem fazer do MAB um partido político”. Assim, muitas das tensões acima apresentadas vinculavam-se a esta suspeita que pairava sobre as situações de reuniões, particularmente quando suas pautas estavam associadas a processos de eleição.

Por outro lado, vale destacar que a natureza dos pequenos e maiores conflitos dessa reunião indicaram uma disputa em torno do *horizonte de visibilidade cívica* que a Conferência Municipal então oferecia. Esse horizonte é de suma importância, uma vez que ele é também aquele pelo qual é possível entrever o acesso de si e de sua voz a uma

nova escala do espaço público. Os atores, em situação de reunião, disputaram com veemência as vagas porque a participação naquele evento lhes parecia uma oportunidade – unindo um projeto pessoal com um projeto coletivo, no caso, vinculado a uma associação de moradores – de se obter alguma visibilidade em uma dobra<sup>36</sup> ainda desconhecida do espaço público. Para os presidentes das associações de moradores, o *horizonte de visibilidade cívica* – adjetivo que acrescento para insistir na natureza e na intenção dessa visibilidade – era certamente mais crucial de que o do MAB. Ainda que a Federação representasse a voz de suas associações filiadas, os presidentes de associação, mediante tais tensões, disputavam o acesso ao espaço público e, mais precisamente, a uma escala ainda desconhecida. A Conferência Municipal das Cidades era, neste sentido, um espaço de generalização de crítica dos movimentos de bairros, no qual os participantes de associações poderiam ter uma voz reconhecida em um outro nível do que o da Federação. Além disso, se o MAB sempre dispunha de vagas garantidas em muitos espaços decisórios da cidade e do Estado (conselhos municipais, fóruns, congressos da FAMERJ, por exemplo), o mesmo não ocorria com os presidentes das associações de moradores a ele vinculadas. Este componente certamente realçou o teor de competição e disputa na reunião analisada, já que apenas cinco titulares, dentre os 30 participantes, seriam eleitos para a Conferência Municipal da Cidade. Por outro lado, é necessário sublinhar que o riso da sequência pode ser evidentemente analisado como um sinal de cumplicidade entre os membros da plateia (aqueles que não eram diretores da Federação) e de um acordo em torno da exigência do número de vagas. Questionar esta exigência por alguns segundos, oferecia uma oportunidade para entrever um novo *horizonte de visibilidade*.

Após o incidente e a evaporação momentânea do conflito, Odvam deu continuidade ao cerimonial do quadro-negro. Mais uma vez, os candidatos levantavam a mão. Logo a seguir, um presidente de associação cometeu um pequeno erro, mas de tamanho suficiente para fazer surgir uma nova tensão. Em vez de falar o nome de sua associação para que Odvam pudesse acrescentá-la no quadro, o presidente da associação em questão misturou os repertórios e disse seu próprio nome. Imediatamente Sandra, que estava ainda sentada em silêncio

---

<sup>36</sup> Deleuze (2000).

na mesa presidencial, perdendo-se em suas anotações, levantou-se e saiu do palco por instantes.

Naquele mundo cívico, em que a pessoa deve sempre se expressar em nome do coletivo,<sup>37</sup> dar o próprio nome e não o do coletivo ofende a todos os membros deste, pois pode ser assimilado como denúncia de “populismo” ou de “assistencialismo”, isto é, a uma intenção oposta à esperada pelos membros do MAB. Por isso, ao dar seu próprio nome e não aquele de seu coletivo o presidente de associação em questão ofendeu a todos os membros do coletivo. O erro de enquadramento do candidato à vaga de titular foi suficiente para que Odvam se irritasse, chegando quase a perder o controle. Seu papel então consistiu em lembrar os princípios básicos que regiam o coletivo. Abaixo, seguem as sequências, por interlocutor, geradas por este incidente:

TABLEAU 2

Sequências:	
1.	Odvam [gritando]: “Olha só, deixe ficar bem claro. Ninguém representa a si mesmo... Aqui nós representamos associações de moradores. Pelo amor de Deus, não vamos ultrapassar isso! Ninguém representa a si mesmo!”
2.	Um presidente de associação: “Claro!” Uma presidente de associação: “Isso! Isso!” Várias vozes: “Hum! Hum!”
3	Ovam: “Eu represento a associação A! E represento a Federação! Porque sou diretor desta entidade! O João representa a Federação porque ele é diretor e representa também a associação B...Então pelo amor de Deus! Ninguém representa a si mesmo! Não vamos fazer tempestade em copo d’água! Para contemplar as pessoas que representam as entidades, é pela entidade, por favor!”
4	Uma mulher: “É verdade é verdade!”

<sup>37</sup> Boltanski; Thevenot (1991).

5	<p>Leila: “Até porque gente, até porque... [bate na mesa como tentativa de conter a platéia que estava totalmente desatenta], uma briga desse movimento é justamente em cima disso! Porque as pessoas andam representando a si próprias! Nós não podemos parar... Temos que parar com isso! [movimentos de mãos que cujo ritmo acompanha a fala]; E fui lá e garanti pra vaga para minha entidade! Agora dentre os diretores das entidades, se tira o representante dela!”</p>
6	<p>Um presidente de associação: “Isso! Claro!”</p>
7	<p>Leila: “A gente brigando por isso! Isso se dá nos conselhos municipais e nesta [insiste na palavra] Federação também, ninguém se representa [...] Então aqui é a entidade, fulano tá hoje aqui, porque são três representantes, não vejo três, só vejo um, é representante lá tem que estar brigando pra garantir a vaga da entidade, mas isso vai ser discutido lá depois. Claro que o companheiro vai chegar dizer assim: ‘ah, mas eu estava lá’, eu quero ir. Ele tem este argumento, correto? Quem se fez representante fui eu, então isso vai dar briga, mas é uma briga interna da entidade, e não aqui neste momento, tá bom?”</p>
8	<p>Leila: “Agora quanto ao que ao que Gabriela estava colocando, é que o coordenador da Regional, [...], ela estava comigo... Ele também é coordenador de regional, ele inclusive estava contemplado, ele é coordenador da ampliada. Ele estava comigo até as oito horas... desde as oito horas da manhã, ele pegou o carro às oito horas da manhã. Já fizemos eleição em Cabuçu hoje, ele veio pra cá e ao chegar aqui, ele recebeu a notícia que o sobrinho dele tinha falecido, já estava no hospital, correto? [expressão de profunda indignação] E ele recebeu a notícia, é filho único da irmã dele! Só pra ter uma idéia: ela desapareceu, com tanto desespero, ele tava desesperado não pela perda mas da irmã, que era filho único, entendeu ? Ele foi direto pra Bangu pra depois ir pra Niterói. Então se for pra ter que garantir o companheiro, eu queria pedir sim! Porque foi um impasse que teve aqui, mas como o companheiro já está inclusive contemplado por alguém que é da diretoria do MAB... [vozearia provindo da platéia] Calma, calma, calma, vamos respeitar as inscrições!”</p>

Na primeira sequência, Odvam exasperou-se por passar uma informação que deveria já ser compartilhada e assimilada por todos. Ao mesmo tempo, as interjeições como “pelo amor de Deus”, ou ainda, as entonações espantadas, constituíram uma forma de realçar a clivagem comunicativa provocada pelo erro de enquadramento. O desajustamento devia ser corrigido e a atuação de Odvam, enquanto vice-presidente da Federação, consistiu em lembrar que o papel a ser encenado naquela situação era o de um coletivo. A convenção em torno deste princípio manifestou-se exemplarmente na segunda sequência. Naquele instante, os falantes da plateia e do palco reuniram-se. Esta concentração em torno de um princípio comum pode ser observada por meio dos indicadores de cooperação conversacional, ou sinais de feed back (*back channel signals*)<sup>38</sup> da segunda sequência. Tais sinais foram formulados com insistência e de forma repetida, o que sugere uma certa intensidade da concentração de todos em torno desse princípio. É interessante observar, também, que esta foi a primeira sequência da situação de reunião na qual puderam ser observados sinais de cooperação conversacional. Além disso, foi a primeira sequência, desde o início da reunião, em que as discordâncias passaram a pano de fundo. A dispersão da reunião e das pessoas, que caracterizara muitas das sequências anteriores, foi temporariamente suspensa. Percebendo esta recepção da plateia, Odvam reforçou sua intervenção anterior com uma explicação exemplificada, na terceira sequência, que envolveu outro diretor do MAB. As ilustrações fundamentaram-se no duplo engajamento de dois diretores do MAB. Nesta sequência, Odvam aproveitou a ocasião para também oferecer uma trégua àqueles que haviam questionado a intenção dos diretores do MAB (o que pode ser percebido, particularmente, com o ditado: “não vamos fazer tempestade em copo d’água”). Na quarta sequência, surgiu um novo sinal de *feed back*. Porém, como se pode perceber, apenas uma pessoa entrou na sequência. Nesse momento, conversas paralelas voltam a dispersar a plateia. Leila aproximou-se de Odvam neste instante: voltou a compor a mesa, portanto, “subindo” novamente no palco. Encenou esta “subida” batendo na mesa para ser ouvida. Na quinta sequência e na sétima, Leila acrescentou uma avaliação emotiva às palavras de Odvam, manifestando um sentimento de indignação para enfatizar a dimensão inaceitável e intolerável do comentário da pessoa que despertara a polêmica. Sua

<sup>38</sup> Gumperz (1989, p. 67).

tomada de voz teve um retorno por parte de uma pessoa da plateia (sexta sequência), que contribuiu para o reforço do que havia dito. A inserção de uma simulação de diálogo e o desenvolvimento do argumento levaram-na a descartar a necessidade da disputa. Após ter afastado esta possibilidade e ter demonstrado a irrelevância do questionamento, Leila, na última sequência, retornou, de forma inesperada e fora da trama que estava se desenrolando. Voltando ao pedido de Gabriela, Leila condenou aqueles que o haviam negado, justificando a ausência do coordenador da Regional. O argumento da ausência já tinha sido utilizado por vários diretores para recusar vagas a certas associações. Apesar disso, Leila conseguiu dar uma reviravolta na avaliação da plateia no caso de Gabriela. O repertório emotivo a partir do qual é explicada a ausência do coordenador e a descrição detalhada de suas circunstâncias sustentaram uma avaliação que excluiu a possibilidade de negar o quanto a demanda de Gabriela era bem fundada. Logo após esta sequência, a plateia concordou em aceitar o nome da associação de moradores de Gabriela para a vaga em disputa, sem que isso provocasse maior tensão.

A reunião continuou, então, com esse mesmo ritmo. Mais um conflito em relação a um diretor do MAB foi colocado pela plateia e sutilmente afastado por Leila. Cerca de meia hora depois, todos já apresentavam sinais de desgaste ou de desconcentração. Tanto os ocupantes da mesa quanto os da plateia, começaram a se levantar, entrando e saindo da sala até chegar o momento da votação, que se iniciou cinco minutos antes do término da reunião. Os cinco titulares e os cinco suplentes foram eleitos em um instante, já que todos os conflitos em torno das associações a serem indicadas já tinham sido negociados ou afastados. A modalidade de votação (um simples levantar de mãos a cada nome mencionado) excluía qualquer possibilidade de debate. O tempo curto para ela reservado contrastava com as longas horas de discussão em torno dos nomes. Ao longo da votação, os candidatos analisavam que pessoas os apoiavam. Alguns lembravam a seus eleitores para levantar a mão. Escolhidos os 15 nomes, quatro diretores e a presidente do MAB e dez representantes (cinco titulares e cinco suplentes) de associações de moradores, a participação do MAB na Conferência Municipal da Cidade estava garantida.

## **Considerações finais: quando os sentimentos de hostilidade e de amizade organizam a experiência militante**

“Só poderão ter direito de voz e voto aqueles titulares que vão fazer o credenciamento no primeiro dia. Por isso, é muito importante vocês irem no primeiro dia da Conferência, na abertura. Senão não poderão votar”, informou Leila, quando todos já se levantavam para sair da sala da reunião. Cansados, os participantes da reunião haviam conseguido chegar ao primeiro acordo que permitiria inserir as reivindicações do MAB na agenda da Conferência Municipal. A condução e o desenrolar da reunião analisada demonstraram que garantir “vozes e votos” do coletivo nos espaços decisórios e, especificamente, o horizonte de visibilidade cívica para cada um era mais importante do que assegurar uma participação na Conferência Mundial consistente com o “bem comum”, que já estava claro para todos os membros da Federação.

Todavia, priorizar a eleição de titulares não significava descartar o trabalho de construção de assuntos prioritários a serem inseridos na agenda da Conferência Municipal da Cidade. Em primeiro lugar, havia um consenso por parte dos membros da Federação em considerar que “os grandes problemas da cidade são sempre os mesmos”. Em outros termos, a percepção da vulnerabilidade dos moradores de Nova Iguaçu pouco se alterou ao longo destes últimos trinta anos. Este era, pelo menos, o diagnóstico corriqueiro dos membros da Federação e das associações de moradores. Decerto, novos tópicos passaram a ser inseridos no repertório reivindicativo do MAB e das associações como, por exemplo, o do Meio Ambiente. Mas, entre os tópicos mais antigos desse repertório, poucos foram ouvidos no espaço público por maior que tenha sido o esforço dos movimentos em tornar públicas as suas demandas. A Conferência surgiu como uma possibilidade de entrever um fórum que permitiria que essas vozes fossem reconhecidas como legítimas para apresentar suas reivindicações e inseri-las na agenda pública. Neste sentido, ele poderia ser um espaço que permitiria que certas reivindicações fossem reconhecidas no interstício dos repertórios de outros movimentos que estariam presentes neste evento. Por esse motivo, tornava-se particularmente importante o trabalho de ajustamento de todas “as vozes e votos” em relação às outras que estariam presentes na ocasião. Isso implicava necessariamente que os representantes de associações de moradores do MAB não poderiam cometer “erros de enquadramento”, tão corrigidos, como vimos, nas



reuniões. De certa forma, as reuniões prévias constituíram também os bastidores da Conferência, pois permitiram realizar um trabalho prévio de ajustamento de gramáticas políticas visando garantir uma continuidade entre reivindicações locais e gerais ou comuns a todas as federações. Sendo experiências de publicidade e co-presença de uns com outros, as reuniões ofereceram a seus participantes simultaneamente a ocasião de experimentar várias dimensões do espaço público e exercitar algumas de suas situações possíveis. E esta exploração do espaço público era o que poderia propiciar a possibilidade de encontrar formas ajustadas à inserção de reivindicações da Federação nas situações que construiriam a agenda pública, tal como proposto pelo Ministério das Cidades. Em suma, tratava-se de explorações e de experimentações que permitiam aos atores descobrir e acumular um *know how* sobre as situações de publicidade e se sentirem menos vulneráveis. Este conhecimento, por sua vez, também lhes permitiria mais facilmente mobilizar recursos disponíveis na hora de agir nas situações de provas.

A análise da multiplicidade de conflitos e tensões que perpassaram todas as situações apresentadas não pode deixar de levar em consideração a forma da sociabilidade militante. Para retomar literalmente Simmel,<sup>39</sup> os modos de sociabilidade que se desenvolveram nessas reuniões lembram, constantemente, que o conflito é uma das formas mais elementares da socialização militante. Nesse grupo, segundo o autor, o sentimento de hostilidade de uns com os outros é uma exigência da situação, uma *necessidade primária*,<sup>40</sup> que garante, paradoxalmente, o engajamento da pessoa na ação coletiva. Ao mesmo tempo, a hostilidade é restrita e situada exclusivamente no espaço das reuniões, espaço próprio da coisa pública. Ela permite, de um lado, ser vigilante quanto à suspeita de manipulação e, de outro, que todos possam se situar reciprocamente nesta ocasião. É graças ao sentimento de hostilidade que as pessoas se colocam, debatem, discordam. O que lhes possibilita situarem-se reciprocamente e auxiliar o trabalho de definição de situação. Assim, a gramática política assentada na hostilidade não aparece como uma “ação racional”, e sim, como um modo de se engajar nestas situações. Pode-se pensar que este sentimento é o que permite, no espaço-tempo da reunião, reunir os atores em torno

<sup>39</sup> Simmel (1995).

<sup>40</sup> Ibidem, p. 42.

de uma causa e de manifestar diante dos outros a intensidade de seu engajamento nessas situações.

Simmel oferece ainda uma chave analítica interessante para a compreensão dessas tensões, que destaca a dimensão do conflito como forma de socialização: o “combate lúdico”.<sup>41</sup> Trata-se de um tipo de confronto que não implica vitória de qualquer das partes envolvidas. Um jogo, uma unidade de contradição, que faz coexistir o princípio de combate e o princípio da união. Os dois lados sabem que o resultado do combate não significa uma derrota. Os risos e as piadas que surgiram constantemente nas reuniões descritas apontam para uma forma lúdica de se engajar nestas situações. Mais ainda, estes indicadores de uma coisa lúdica aparecem como um modo de preparar a descoberta das “dobras” desconhecidas do espaço público. Em outros termos, a dimensão lúdica aparece como um momento em que as pessoas ensaiam, em uma escala familiar do espaço público (na sede da associação), a representação que poderiam ter em outros espaços, nos quais o regime de familiaridade não convive com o regime de publicidade. A hostilidade poderia ser, nesse sentido, uma forma de submeter à prova os argumentos e a posição de cada um numa escala menor para preparar a representação de si em uma escala maior. Assim que esse coletivo situado se dispersa, quando a situação política deixa lugar para a situação de amizade, o sentimento de hostilidade é imediatamente afastado e substituído pelo sentimento de amizade. No caso em análise, é interessante sublinhar a respeito que, após o término da reunião, quando os diretores recolhiam-se em sua sala, muitos presidentes de associações de moradores foram conversar com estes como se nada tivesse acontecido, engajando-se na sala da diretoria em um regime de familiaridade.

A forte convivência da amizade com a hostilidade e com o lúdico nos conduz a interrogar sobre as escalas do espaço público e sobre as suas dobras. Como espero ter demonstrado neste artigo, a exploração dessas dobras em uma escala familiar que será, em seguida, mobilizada e reorientada em outras escalas do espaço público pode ser compreendida como uma competência política que está no cerne da experiência ordinária democrática.

---

<sup>41</sup> Simmel (1995, p. 47).

## REFERÊNCIAS

- BOLTANSKI, L. *L'Amour et la justice comme compétences*. Paris: Métailié, 1990.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. *De la justification*. Paris: Galimard, 1991.
- BREVIGLIERI, M.; STAVO-DEBAUGE, J. Le geste pragmatique de la sociologie française. Autour des travaux de Luc Boltanski et Laurent Thévenot. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*, Niterói, v. 7, p. 7-22, 2. sem. 1999.
- CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. *Agir dans un monde incertain*. Paris: Seuil, 2001.
- CEFAÏ, D. Qu'est-ce qu'une arène publique?: quelques pistes pour une approche pragmatiste. In: CEFAÏ Daniel; JOSEPH, I. (Org.). *L'héritage du pragmatisme: conflits d'urbanités et épreuves de civisme*. Paris: Editions de l'Aube, 2000. p. 51-82.
- CEFAÏ, D.; LAFAYE, C. Lieux et moments d'une mobilisation collective. In: CEFAÏ, D.; TROM, D. *Les formes de l'action collective*. Paris: EHESS, 2002. p. 195-223.
- DELEUZE, G. *A dobra: Leibniz e o Barroco*. São Paulo: Papyrus, 2000.
- FREIRE, J. Percepções de justiça e competências políticas em Nova Iguaçu (RJ). *Revista Ciências Sociais Unisinos*, [S.l.], p. 157-161, v. 43, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Sensos do justo e problemas públicos em Nova Iguaçu*. Tese (Doutorado)—IUPERJ, Rio de Janeiro, 2005. Mimeo.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GOFFMAN, E. *Behavior in public places: notes on the social organization of gatherings*. New York: Free Press of Glencoe, 1963.
- \_\_\_\_\_. *Les cadres de l'expérience*. Paris: Ed. de Minuit, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Façons de parler*. Paris, Ed. de Minuit, 1981.
- \_\_\_\_\_. *La mise en scène de la vie quotidienne: la présentation de soi*. t. 1. Paris: Ed. de Minuit, 1973a.

\_\_\_\_\_. *La mise en scène de la vie quotidienne: relations en public*. t. 2. Paris: Ed. de Minuit, 1973b.

GUMPERZ, J. *Engager la conversation*. Paris: Ed. de Minuit, 1989.

GUSFIELD, J. *The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

LATOURETTE, B. *Petites leçons de sociologie des sciences*. Paris: La Découverte, 1993.

\_\_\_\_\_. *Politiques de la nature*. Paris: La Découverte, 1999.

MACHADO DA SILVA, L. A. (Org.). *Rompendo o cerceamento da palavra: a voz dos favelados em busca de reconhecimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [20--]. No prelo.

MACHADO DA SILVA, L.A.; RIBEIRO, A. C. T. *Paradigma e movimento social*. Trabalho apresentado no VIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais –AN-POCS, Águas de São Pedro, 1985.

PEREIRA, J. V.; FILÉ, Valter. *O que espanta a miséria é festa!* Tese (Doutorado em Educação)–Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SIMMEL, Georg. *Le conflit*. Paris: Circé, 1995.

THÉVENOT, L. Le régime de familiarité: des choses en personnes. *Genèses*, Paris, n. 17, p. 72-101, sept. 1994.

VIANNA, L. Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. República e civilização brasileira. In: BIGNOTTO, N. (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 131-154.

## ENTRE “COMUNIDADE” E “PÚBLICO”: SEGUINDO O CURSO DE AÇÃO DE UM CONFLITO DE URBANIDADE EM CARACAS, VENEZUELA

---

*Pedro José Garcia Sanchez<sup>1</sup>*

O uso dos espaços públicos abertos dá lugar a práticas que constituem um registro social central que permite instaurar a condição cidadina. Pergunta-se: o que acontece quando esta condição é experimentada durante um conflito de uso do espaço acompanhado do surgimento de uma mobilização coletiva? Como a etnografia desse curso de ação permite localizar as implicações cívicas de um conflito de urbanidade? Como operam no cotidiano os princípios de justiça, que pressuporiam a organização dos usos citadinos e dos compromissos de cidadania, por meio dos quais a cidade desenvolve suas características urbanas e políticas?<sup>2</sup>

*A forma cívica da urbanidade* aparece, então, por intermédio de diversos dispositivos: leis e outras figuras jurídicas, organismos de Estado e municipalidades, associações e categorias profissionais urbanas, movimentos participativos e formas citadinas do agir cidadão. Porém, é preciso uma atenção muito especial para enfrentar a seguinte questão: como os princípios básicos de urbanidade, na sua forma cívica, se impõem no contexto de Caracas, no qual “as fronteiras

---

<sup>1</sup> Professor da Université Paris X.

<sup>2</sup> Dentre os inúmeros autores que concedem um lugar central à distinção entre Urbs e Civitas para definir o horizonte da antropologia urbana, Manoel Delgado (1999) explora uma perspectiva muito estimulante.

do político”<sup>3</sup> estão marcadas pela oscilação autoritária-regimentar, própria de uma orientação política impositiva.

Examinarei algumas repercussões do conflito que, entre 1996 e 1997, opôs a Aruaca<sup>4</sup> à Asoávilva,<sup>5</sup> sob o enfoque das formas de apropriação do acesso “*Sabas Nieves*” ao Parque Nacional El Avila. Esta foi uma das primeiras manifestações organizadas de protesto público, face aos impetus de defesa dos valores privados e aos excessos comunitários que têm configurado a comunidade urbana de Caracas desde as últimas décadas do século XX. Trata-se de acompanhar, em todas as suas fases,<sup>6</sup> o “curso da ação” do conflito que se estabelece quando organismos governamentais assumem os papéis das associações “civis”. Isto nos permitirá identificar as “*trajetórias*”<sup>7</sup> e descrever as “*montagens compósitas*”<sup>8</sup> que se constituem ao longo desse processo. É daí que aparecerão dois discursos de justificativa, baseados nas formas democráticas do viver comunitário: a “comunidade” e o “público”. Cada ator argumentará que uma dessas categorizações do viver comunitário oferece mais legitimidade do que a outra, e tentará mobilizar as competências necessárias para demonstrar esse dado. As ambiguidades e as diferenças que esse tipo de “pluralidade cívica” causa, definirão, em boa parte, o curso de ação do conflito de urbanidade instalado.

### “Uma montanha mágica entre a guerra e a paz”?”

O parque nacional “El Avila”, sob a supervisão do Instituto Nacional de Parques (Inparques), é um lugar que “representa *um espaço de adesão*”,<sup>10</sup> pois é um dos espaços públicos preferidos dos caraquenhos. Sua localização, as qualidades de seu ambiente natural, seu sentido histórico e cultural, transformaram-no em um “patrimônio urbano”: musa privilegiada de artistas, cancioneiros e poetas; imenso pulmão vegetal que salva da asfixia esta capital moderna; símbolo paradoxal de continuidade ecológica e política em uma cidade que, desde a sua

<sup>3</sup> Rancière (1998).

<sup>4</sup> Associação de moradores dos Bairros de Altamira e de La Castellana.

<sup>5</sup> Associação dos Usuários do Parque Nacional El Avila.

<sup>6</sup> Este princípio “interacionista” de método exige apropriar-se da ação, segui-la durante todo seu desenvolvimento. Cf. Cicourel (1979).

<sup>7</sup> Strauss (1992).

<sup>8</sup> Boltanski; Thévenot (1991).

<sup>9</sup> Este subtítulo retoma o subtítulo de um artigo da jornalista E. Araujo (*El Nacional*, 03/11/96, p. D/8). Minha intervenção questiona entretanto a pertinência da “gramática da guerra” para analisar os diferenciais próprios dos conflitos de urbanidade.

<sup>10</sup> Haegel; Lévy (1998).

fundação, muito raramente pode se desprender de uma *lógica do provisório*.<sup>11</sup> O desenvolvimento urbano arbitrário e incongruente que define a morfologia de Caracas e de seus arredores, respeitou, apesar de tudo, os limites naturais e simbólicos definidos pelo parque El Avila.<sup>12</sup>

Situado na 10ª rua transversal ao extremo norte de Altamira – sob a jurisdição político-administrativa do Município de Chacao, Sabas Nieves é um umbral entre o parque e o bairro residencial, composto de pequenos conjuntos habitacionais e de mansões suntuosas dispostas ao longo das avenidas, de ruas transversais e de ruas sem saída. O transporte em geral é deficitário e é preciso dispor de carros particulares para se chegar mais facilmente ao local.

A solicitação da Aruaca à Prefeitura de Chacao para obter a permissão de instalar uma DRU<sup>13</sup> (*Douane résidentielle urbaine – Alfândega residencial urbana*) no início da rua que leva ao parque, suscita um debate público e marca o surgimento oficial do conflito de Sabas Nieves. Mas, aos olhos da população ribeirinha de acesso ao parque, os incômodos crescentes decorrentes do “uso desmedido” e desorganizado da área de acesso ao parque remonta a um período muito anterior. Primeiro, eles se queixam dos danos causados ao meio ambiente e da qualidade de vida devido à alta circulação de frequentadores com comportamento

<sup>11</sup> Garcia Sanchez (2007).

<sup>12</sup> A cadeia de montanhas que forma El Avila separa o Vale de Caracas do mar do Caribe e do primeiro porto do país, La Guaira, situado a 20 minutos pela autoestrada. Do lado da cidade, os conceptores da modernização reafirmaram a importância desse limite ao construir a avenida Boyacá, espécie de avenida periférica que, pelo lado norte, atravessa a cidade de leste a oeste no pé da montanha. Do lado do mar, há pequenas cidades (Naiguatá, Macuto, etc) as mais afetadas pela tragédia do desabamento gigantesco de lama de dezembro de 1999.

<sup>13</sup> As DRU's são dispositivos que impedem o livre acesso de certas categorias de pessoas (os não residentes e, em geral, aqueles que são estranhos) e que foram instaladas em vias públicas por iniciativa das associações de ribeirinhos, que providenciaram o seu funcionamento visando segurança (Cf. GARCÍA SÁNCHEZ, 2004). Apesar de sua semelhança com os condomínios fechados (“*gated communities*”), construídos propositadamente com o objetivo de controlar uma zona fechada (DAVIS, 1992), convém distinguir essas duas formas de enclausuramento. As DRU's apontam para o problema da privatização dos espaços públicos, pois elas operam sobre uma área residencial predominantemente urbana, situada em Caracas, e sob a imposição de cânones do cadastro municipal que costumam exigir dos agenciadores imobiliários a cessão das ruas, calçadas, espaços verdes e comuns para seu uso e administração pública.

“não civilizados”.<sup>14</sup> Em seguida, tentaram fazer valer sua posição de proprietários e contribuintes. Por último, chamaram a atenção para o fato de que Sabas Nieves está situado “*em área privada*”. Por isso, os ribeirinhos exigiam da Prefeitura que “*tomasse medidas emergenciais*” para garantir sua “*segurança, privacidade e bem estar residencial*”, e também que se “*restabelecesse a ordem pública*” (sic).

O Conselho Municipal, majoritariamente, defere esta solicitação dos ribeirinhos assinando um decreto. Para implementar a DRU fica faltando apenas a assinatura do prefeito e a publicação da autorização no Diário Oficial, assim como o preparo da construção da infraestrutura e a contratação de um serviço de vigilância privada por conta dos ribeirinhos. Com isso, restringe-se o acesso ao El Ávila, por Sabas Nieves, da mesma forma que se interdita o uso da rua e das calçadas da 10ª rua transversal, que fica reservada preferencialmente para os moradores e seus visitantes. A providência adotada pela Aruaca não deixa de ter uma dimensão cívica: raras são as associações de ribeirinhos que, relativamente à instalação de uma DRU em Caracas, solicitam uma permissão às administrações urbanas.<sup>15</sup>

### **Do uso dos espaços públicos à moradia ... um conflito de urbanidade**

“Ter paz” em um espaço público não quer dizer que não ocorrerão conflitos. Se esses conflitos puderem ser administrados (mutuamente e de forma ponderada), esta administração ocorrerá, se houver interesse e condições de fazê-lo, no momento da sua percepção, porque, durante sua identificação, houve interesse nas condições de seu surgimento. As perspectivas oferecidas pelo reconhecimento do desentendimento como motor paradoxal da sociabilidade urbana permitem a G. Simmel explicar como um conflito ultrapassa o seu campo de ação para tornar-se um

<sup>14</sup> “Estou cansado das pessoas que estacionam seus carros em qualquer lugar, dos engarrafamentos que às vezes nos impedem até de sair de casa, da xixi que fazem na entrada do parque e do barulho do alarme de seus carros desde às 4 horas da manhã. Eu quero acabar com toda essa bagunça que as pessoas que vêm de fora, em nome da saúde e do esporte, querem nos impor. Não há a menor necessidade de diálogo. Eu espero apenas que o prefeito assinie o decreto para efetuar o fechamento”.

<sup>15</sup> Dentre as cinco Prefeituras que dividem a Cidade em termos político administrativos, somente a municipalidade de Baruta propôs uma política de regularização das DRU’s. Mas, mesmo neste caso, um grupo significativo de associações de ribeirinhos só informam à municipalidade sobre a instalação e funcionamento deste dispositivo depois de fazê-lo.



elemento constitutivo de interações.<sup>16</sup> Os microarranjos que sustentam as relações interpessoais normais antecedem a cena do conflito. O fato de se tratar, conforme o caso, de uma ameaça ou de uma advertência, de um enfrentamento regido pela via jurídica, de uma luta corpo a corpo ou de uma forma de dissuasão da ação, permite especificar os níveis de engajamento em um conflito, com seus contornos e limites.

Dizer que “nos unimos para lutar e na nossa luta nos submetemos a normas e a regras reconhecidas pelos dois lados” significa perceber que o conflito coloca a questão de um reconhecimento interacional suscetível de chocar as imposições de força e de padronizar o recurso às mediações. Falo de conflitos de urbanidade, quando, em diversos graus, as condições que determinam as qualidades da vida e da coabitação urbana são desfocadas, se esfumaçam e até desaparecem, tornando-se, assim, difíceis de serem administradas. Esses conflitos podem, ou não, almejar uma regulamentação cívica. Isso depende da forma como o elo civil, que cria a oportunidade de reciprocidade, foi afetado. O caso de Sabas Nieves permite analisar o tipo de conflito urbano para o qual as soluções são suscetíveis de serem adotadas por diferentes vias: por procedimentos judiciais, administrativos e políticos.

Mas para abordar, analisar e tratar os conflitos de urbanidade é preciso, ao mesmo tempo, se afastar de Simmel. Em vez de tentar fazer o “*apêndice de uma sociologia do combat*”,<sup>17</sup> na minha opinião, trata-se, sobretudo, de desprender-se da abordagem “bélica”. Ainda que esta abordagem seja válida para ter em conta a forma como os atores fazem para reverter situações em seu benefício, a rigidez dessa abordagem na análise dos procedimentos e dos compromissos por meio dos quais esses conflitos têm lugar, é problemática. Há o risco de que evolua sob a forma “gramática” Esta “gramática da guerra” tende a reduzir a complexidade temporal, semântica e pragmática das interações, para seguir uma lógica concorrencial que remete, com frequência, a uma configuração das entidades como “ganhadoras” e “perdedoras”.

Na “arena pública”<sup>18</sup> provocada pelo bloqueio do acesso ao El Ávila, via Sabas Nieves, se apresentam suportes plurais que pertencem a

<sup>16</sup> Simmel (1992).

<sup>17</sup> Freund (1983) é um exemplo de séries dadas no programa de Simmel.

<sup>18</sup> Cefaï (2002, p. 51-83).

diversos “mundos de ação em comum”<sup>19</sup> mobilizados por aqueles que o integram. Os ribeirinhos exibem sua condição de proprietários (comercial) para fazer prevalecer seus direitos em detrimento dos outros (cívico) que, aliás, “não passam de estrangeiros” (doméstico). Representar seu papel de contribuinte é uma medida cívica que colabora para a salvaguarda de seu patrimônio (doméstico), assim como para o bom funcionamento das instituições municipais (cívico). Entretanto, seu desejo de reconhecimento os obriga a apelar para o mundo da opinião. O apelo à dimensão cívica é também evidente quando os ribeirinhos descrevem os problemas causados pelos frequentadores do parque estigmatizando-os como “uma violação do direito à *tranquilidade e do respeito pelo espaço da comunidade*”.

Esta ação sofreu imediatamente a oposição de um determinado grupo de usuários do parque e do seu acesso. Eles adquiriram uma personalidade jurídica (associação civil com fins não lucrativos) a fim de se reunir de maneira significativa em torno dessa causa e de conquistar uma presença pública que lhes permitisse atuar em termos políticos. Nesse contexto nasce a Asoávila, para “lutar pelos direitos civis dos moradores da cidade, direito ao lazer e a usufruir atividades esportivas que pressupõem a utilização dos acessos para pedestres e a escalada desta montanha”.

A publicização da iniciativa da Aruaca permitiu conceder ao caso de Sabas Nieves o *status* de problema público,<sup>20</sup> o que acabou por possibilitar que outros desafios além dos “comunitários” pudessem ser levantados. A Asoávila, da mesma forma, recorreu aos dispositivos do mundo da opinião para efetivar o seu propósito: o presidente dessa associação aproveitou todas as oportunidades para dar entrevistas e divulgar a sua condição de “arquiteto, especialista em planificação urbana”. Uma grandeza industrial<sup>21</sup> é igualmente assim colocada a serviço da associação de usuários: o título de *expert*. Quando a maioria

<sup>19</sup> Eu sigo o quadro de análise introduzido por Boltanski; Thévenot (1991) e posteriormente ampliado por Lafaye; Thévenot (1993, p. 495-524). Esse quadro permite descrever como os atores agem durante um conflito, observando o que os torna, em vez de não coletivos”, “montagens compostas que integram mecanismos que revelam diferentes mundos”, a saber, os mundos “da opinião”, “da inspiração”, “doméstico”, “cívico”, “mercantil” “industrial” e “ecológico”. Cada um desses mundos comporta “formas de generalidade e dimensões de grandezas” que são experimentadas pelas imposições pragmáticas surgidas ao longo do conflito. A utilização desse quadro em circunstâncias específicas explica a pluralidade de abrangências de uma ação.

<sup>20</sup> Gusfield (1979).

<sup>21</sup> Para a noção de “grandeza” cf. nota nº 18.

dos usuários mostra o seu descontentamento em face de iniciativa privada, o referencial cívico é frequentemente evocado. Segundo a Asoávila, a postura dos ribeirinhos ofende os direitos de cidadania dos usuários do parque. Entretanto, ao mesmo tempo essa postura é defendida por um ator importante do mundo cívico, o Conselho Municipal de Chacao. Para uma jovem mãe que faz uso ocasional do parque com seus dois filhos, a atitude do Conselho Municipal “representa uma decisão absurda, baseada no excesso daqueles que se outorgam o direito de estender seus domínios privados para além do jardim de suas casas”. Assim, a Asoávila sinaliza a preeminência da forma “pública” sobre a forma “comunitária” quando se trata do uso comum do parque como bem público. Este princípio cívico lhe permite organizar um protesto que, mais tarde, se estenderá a dimensões ecológicas, poéticas e domésticas. É por isso que a reunião dos usuários em associação é importante: esperam ser aceitos com a mesma legitimidade que a Aruaca pelas instâncias de mediação ou de decisão. Depois, os dirigentes da Asoávila organizam um abaixo-assinado junto aos usuários de Sabas Nieves para estabelecer uma prova confiável de apoio coletivo ao seu encaminhamento e à sua própria representatividade.

Assim se constituem as duas partes necessárias para que o caso de Sabas Nieves se configure como um conflito de urbanidade. De um lado, se encontram aqueles cujo pedido de restrição ou de interdição de uso de uma via pública apresenta, para a máquina judicial, administrativa e política, o *tratamiento territorial* como privilégio. Do outro, aqueles que, em resposta a este pedido, se organizam e se mobilizam para preservar os *valores patrimoniais* que definem o uso deste espaço público. Nos dois casos, uma dimensão doméstica é levantada. O anúncio do decreto dando prosseguimento à exigência da Aruaca, perante a municipalidade, encontra dois tipos de reação. A Aruaca, os ribeirinhos da 10ª rua transversal de Altamira, os políticos de Chacao e a secretaria de urbanismo desse município reconhecem o mérito/a razoabilidade da ação. A Asoávila, e, posteriormente, outras associações (como a associação católica de cunho ecológico “*Los Palmeros de Chacao*” e a cultural “*Los Hijos del Sol*”), a Procuradoria Geral da República e, eventualmente, Inparques, rejeitam a sua legitimidade. É uma lógica de ação baseada em “*arreglos circunstanciais*”<sup>22</sup> que se implantará e permitirá definir a maneira

<sup>22</sup> Joseph (1998).

pela qual os atores se ajustam às situações. A rede de relações que vai se criar no desenrolar da mobilização de Sabas Nieves permite ver como, por meio da ação deliberada dos interlocutores, se concretiza a “*função de associação*”, que incorpora o conflito como “uma das formas mais ativas de socialização”.<sup>23</sup>

### **Entre dissuasão, reputação e saúde, o uso corrente do senso-comum**

A pequena renovação da estrutura dos espaços do parque parece fazer parte de uma política de *dissuasão* de outra natureza que não a ascensão esportiva ou o turismo de aventura. Com exceção de alguns refúgios destinados a pessoas que fazem caminhadas ou passeios de bicicleta, dispersos na floresta, esse parque nacional não dispõe, na verdade, de instalações e de serviços que estimulem os usuários a frequentá-lo mais. Os números oficiais indicam aproximadamente 5.000 visitantes aproximadamente por dia, considerando-se os diferentes acessos. O número total desses acessos (entre 7 e 16) não pode ser estabelecido com precisão, devido às informações contraditórias fornecidas pelos diferentes atores. Mas, seja qual for o número de acessos, seu uso parece ser bastante desigual e codicionado ao contexto socioespacial: a acessibilidade ao local, a proximidade do local de residência e de trabalho, a topografia mais ou menos difícil para a subida, a estética paisagística dos arredores dos caminhos, as preferências dos usuários por algumas vistas panorâmicas etc. Entretanto, a *reputação* atribuída aos diferentes acessos também está ligada ao aspecto da frequência do lugar por meio de sua frequentação: os acessos ao parque El Avila situados no interior ou nas proximidades dos *barrios* de *ranchos* (favelas) ou de outros bairros populares têm, em geral, uma péssima reputação. Isso normalmente se deve à identificação simbólica quase automática estabelecida entre esses territórios e as *formas da vulnerabilidade do elo civil* que, sob os rótulos de “*violência urbana*” e de “*insegurança pessoal*”, assustam os caraquenses de hoje. Todavia, a má reputação também deriva de um julgamento... se constitui também sobre a base de um julgamento socioestético: alguns acessos são considerados “feios”, “*pouco convidativos*”, “*desagradáveis*”. Mas, o que funciona em um sentido, funciona também no outro: há acessos que gozam de boa reputação. Eles são ditos “mais seguros”, “mais bonitos”, são “*os mais chiques*”,

<sup>23</sup> Simmel (1192).

“aqueles do Leste”. Mesmo se a Aruaca atribui à “frequentação excessiva” o “facil acesso” de Sabas Nieves, a reputação dos lugares é fundamental para captar os problemas comuns, que são o cerne do domínio público urbano.

Considerando a maneira como os ribeirinhos de *Altamira Norte* desencadearam o conflito, assim como o processo de normatização socioespacial e político que permitiu às DRU's, em Caracas, se propagar com uma velocidade e uma legitimidade impressionantes, a iniciativa do bloqueio parte de um pressuposto: mesmo se a instalação das DRU's permanecesse ilegal nos 2/3 do território metropolitano, seria um fenômeno tão corriqueiro em Caracas (“*no espírito da época*”) que a sua refutação “*tornar-se-ia impossível devido ao seguinte argumento: “todo mundo faz”*”. Filtrar o acesso das populações para controlar o uso do espaço não é uma forma nova de administrar o território mas, em Caracas, isto assume um lugar especial no discurso de gestão do domínio urbano.

Trata-se de uma forma de privatização do espaço público que não se materializa por via contratual, mas pela dissuasão de seu uso. A presença física e simbólica das DRU's cristaliza, sob a forma de um mecanismo urbano de segurança, os instrumentos desta dissuasão. Esta última se apoia igualmente na pressuposição da inexistência de entidades suficientemente organizadas e aptas para enfrentar as provas judiciais, administrativas, midiáticas e políticas que advirão tão logo iniciado o conflito.

A dissuasão tem lugar quando as autoridades declaram publicamente a propriedade pública ou privada dos terrenos nos quais se situa o acesso em questão sem, no entanto, dispor da única prova de validade (o contrato de propriedade). A sequência dos acontecimentos revelou que os terrenos, certamente, são propriedade privada de um indivíduo que não mora em *Altamira Norte* e que também não quer levantar a sua bandeira.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Com exceção da secretaria de Urbanismo da Prefeitura de Chacao, os atores que participam do conflito privilegiaram a dimensão mercantil como fundamento do problema de propriedade de terrenos. Assim, as diferentes dimensões de um conflito de urbanidade (normas, usos, contexto institucional, escalas topológicas, atividades) foram reduzidas a uma questão de propriedade. Isto foi determinante para que, nos diferentes momentos em que surgiu uma possibilidade de apaziguamento, o recrudescimento do conflito tenha se imposto.

Quando começa a circular o rumor de que os terrenos em disputa pertencem ao município, a dissuasão persiste, com um pano de fundo cívico duplamente “incômodo”: 1) As autoridades municipais só podem exercer suas funções por meio do apoio político (o voto eleitoral) e financeiro (os impostos) de seus eleitores; e 2) uma instância pública de pleno direito (o Conselho Municipal) já tomara uma decisão favorecendo a Aruaca.

Um dirigente da Asoávila demonstra os limites do primeiro fundamento cívico:

Eu moro em Sebucan [bairro próximo, mas não limítrofe de Altamira], mas considero Altamira como meu bairro também. Eu pego todos os dias este caminho para subir a montanha, não incomodo ninguém, também sou eleitor Chacao e pago meus impostos. Ou seja, tenho os mesmos direitos que todos os outros.

De acordo com o princípio da representatividade, um grupo de pessoas pode considerar a possibilidade de consensualizar sobre alguns critérios, mas divergir de outros, sem que isto ponha em dúvida o pertencimento à comunidade. O modelo de democracia representativa funciona a partir desta presunção de pluralismo. Assim, o argumento que os ribeirinhos tentam fazer prevalecer (de que a dependência política dos eleitores restringe a atuação das autoridades municipais perante os eleitores que são pelo bloqueio) é incoerente, pois não leva em conta esta possibilidade de divergência inerente ao modelo do pluralismo democrático em uma comunidade.<sup>25</sup> A própria constituição da Asoávila e as ações que ela desenvolve questionam o segundo fundamento cívico, colocando assim em evidência os dogmas de uma estratégia de dissuasão que pode não chegar a termo.

O conflito de Sabas Nieves serve de espelho para que se perceba como os atores coletivos se justificam, mobilizam recursos para executar ações e são medidos regularmente por meio de testes próprios para situações de conflito. Esses testes sancionam a conquista de uma legitimidade e a busca de um resultado favorável. Mas também defi-

<sup>25</sup> “A cidade coloca o problema da cooperação entre os homens, da defesa e da promoção de seus interesses comuns, e da direção a ser seguida pela coletividade a qual pertencem. A cidade política (“cité”) se define por sua capacidade de aproveitar as diferenças entre os seus membros e, ao mesmo tempo, as complementaridades” (HINTERMEYER, 1998, p. 6-9).

nem os parâmetros nos quais se identificam os vínculos entre práticas urbanas e compromissos cidadãos.

Anteriormente, a rejeição aos mecanismos de bloqueio praticamente se igualava ao nível das queixas ocasionais e desprezíveis dos usuários que se esbarravam nas DRU's espalhadas pelos bairros residenciais do Leste de Caracas. Uma série de circunstâncias faz com que o conflito de Sabas Nieves ganhe outro contorno: 1) o caráter de *patrimônio urbano* histórico e simbólico que os caraquenses atribuem ao parque; 2) A transformação do acesso de Sabas Nieves em um dos lugares preferidos de encontro e de sociabilidade das classes médias em Caracas; 3) O número de usuários do local que serão afetados pelo bloqueio torna-se um ponto determinante para a oposição maciça que, futuramente, incorpora a dimensão de movimento; 4) a situação socioeconômica e cultural de uma parcela significativa dos *subcerros* (escaladores)<sup>26</sup> de Sabas Nieves, que “não são qualquer um” (existem figuras públicas ligadas a atividades financeiras, artísticas ou políticas); 5) a ressonância considerável que este conflito obteve nas mídias, o que, em termos de disputa sobre a apropriação do espaço público urbano em Caracas, não tem precedentes.

Os usuários de El Avila, para justificar a sua desaprovação, se valem de um discurso sobre a importância ecológica do meio ambiente para a preservação da sua saúde física e mental:

É absurdo fechar Sabas Nieves. Não se trata de um parque de lazer, nem de uma feira, mas de um lugar privilegiado para a saúde. El Avila é um grande espaço para o descanso que nenhum ginásio, nenhum complexo hoteleiro, pode oferecer. Nós vivemos a duas ruas daqui e, há mais de 20 anos, fazemos aqui nossos passeios, nossa sessão habitual de relaxamento.

Esta valorização de uma dimensão ancorada na natureza e no bem estar conquistado por estados físicos e mentais se apoia principalmente em três registros de ação: o exercício físico, a calma e o relaxamento que o parque oferece, assim como o prazer dos percursos. O *exercício físico* de escalada e de descida das trilhas de El Avila por meio da prática do *jogging*, da ginástica ou da caminhada é o tipo de uso mais comum e

<sup>26</sup> Esta é a forma como são chamados, em termos de gíria, os usuários de El Avila.

é feito em períodos relativamente curtos (de uma a três horas, aproximadamente). Aqueles que o praticam habitualmente criam com mais facilidade laços de sociabilidade com os outros *subeceros*. São também os que detêm um conhecimento maior sobre os pontos de referência e as limitações do uso do espaço devido à familiaridade com o lugar que eles desenvolveram. A maioria desses esportistas liderou o movimento de oposição às exigências privatistas da Aruaca. *A calma e o descanso* advêm das atividades, caminhadas, passeios na montanha, mas também do charme do próprio ambiente. Por exemplo, um usuário nos disse que o que importa não é tanto os cuidados com a saúde pela prática de um esporte, mas “*a caminhada que permite combinar esforço físico e pura descontração*”. Essa forma do uso do espaço é talvez tão frequente quanto a anterior, mas esses passeios normalmente tomam mais tempo: um dos objetivos é precisamente o de mudar o ritmo acelerado de vida acelerado ao qual os cidadãos são forçados em suas atividades “na cidade”. O *prazer* que a caminhada pode proporcionar se apresenta como uma experiência que fica no meio do caminho entre o esforço físico que exige e uma atividade de relaxamento. Ela demanda mais tempo (pelo menos um dia) e requer um equipamento necessário, seja para acampar (se este for o objetivo), seja para permanecer durante o dia sem ter problemas... de abastecimento. Esse tipo de uso pode ser ocasional ou habitual e uma permissão por escrito dada por Inparques é necessária. Encontramos aqui percursos mais longos que às vezes levam às proximidades do mar do Caribe ao cabo de alguns dias.

Apesar disso, será que podemos usar tal justificativa, ancorada em uma natureza que é, ao mesmo tempo, *ambiente* (a paisagem do parque), *constituente* (a saúde) e *restituente* (o esporte), com dimensões ecológicas designadas segundo um quadro dos “*mundos de ação em comum*”? Sua definição parece dizer respeito somente ao meio natural do parque e às qualidades enfatizadas por seu uso estético. A importância adquirida em Sabas Nieves pelo argumento da saúde e de sua manutenção como qualidades constitutivas da natureza humana, obrigam a problematizar a pertinência dos parâmetros que definem o que é “ecológico” nesse modelo de análise.<sup>27</sup>

<sup>27</sup> “Em uma “*cit  verde*”,   ecológico aquele que por suas a oes prova sua preocupa o com o meio ambiente e concorre para sua prote o [...] os grandes seres não são obrigatoriamente pessoas, coletivos ou institui o, mas sim elementos naturais como a água,, a atmosfera, o ar [...] Os pequenos seres são aqueles que poluem como o “smog”( fumaça de zonas industriais), o plástico não reciclável...” (LAFAYE; THÉVENOT, 1993, p. 512-513; ver também THÉVENOT, 1996, p. 27-50).



## “As instituições não fazem seu trabalho”

A ordem cronológica dos acontecimentos traça a dinâmica das pressões e dos compromissos que permitem contar a história do conflito com suas conquistas mas também com suas reviravoltas. Confiantes no sucesso do abaixo-assinado (mais de 11.000 assinaturas em uma semana), os dirigentes da Asoávilá participam oficialmente de uma sessão do Conselho Municipal cujo objetivo é tentar ratificar o decreto que sancionou o bloqueio. No documento a Asoávilá denuncia os vícios de legalidade da resolução municipal contestando “a precisão, a veracidade e a validade do documento elaborado pelos políticos com fins a determinar o bloqueio”. A Asoávilá acusa os conselheiros municipais de Chacao de “usurpação das suas funções públicas” a despeito do dever da instituição de decidir, coordenar e estabelecer a regulamentação do acesso a El Avila (Inparques). A posição jurídica que Sabas Nieves adquiriu a partir da história do seu uso reafirma o seu aspecto patrimonial: “Mesmo que estes terrenos pertençam ao município, o seu uso é público. É assim há desde tanto tempo que existe o direito de uma. “servidão de passagem que assegura o seu uso público” tornando possível seu uso público. O direito de um particular não pode estar acima do direito do coletivo”. A Câmara Municipal assinala o argumento de Asoávilá ao Procurador Municipal e aguarda a sua resposta para dar continuidade ou encerrar o procedimento de bloqueio do socioespacial.

Vozes divergentes aparecem entre os membros da Câmara Municipal que, até então, apoiavam as reivindicações e se uniam às solicitações dos ribeirinhos. Assim, um dos vereadores admite que este órgão dispunha de elementos para reconhecer sua incompetência institucional para autorizar o fechamento. O Procurador Municipal se pronuncia e, ao contrário das expectativas, confirma os argumentos da Asoávilá, constringendo o órgão municipal: “A decreto municipal de bloqueio de Sabas Nieves é inadmissível por conter vícios e por ter sido elaborada sobre bases falsas construída sobre falsos fundamentos”.<sup>28</sup> Entretanto, tais argumentos têm valor de mera opinião. Cabe à Câ-

<sup>28</sup> O Procurador Municipal cite o artigo 539 do Código Civil: “São bens do domínio público: os caminhos, os lagos, os rios, as fortificações, as fossas, as pontes de praça de guerras e outros bens similares”. Ele acrescenta “O loteamento onde se situa o acesso não pertence à Prefeitura, não cabe às autoridades municipais impor medidas de bloqueio como esta que foi feita”.

mara Municipal tomar as decisões.<sup>29</sup> O Procurador Municipal indica que seria preciso determinar a extensão/ o papel a ser desempenhado pelo princípio da propriedade de leitos e barrancos a partir da alteração realizada pela Prefeitura. Trata-se de circunstâncias históricas e administrativas inerentes ao contexto e que podem afetar a natureza “pública” ou “municipal” do terreno sob disputa. De acordo com este funcionário, antigamente havia no local de acesso de Sabas Nieves um leito de rio no local de acesso de Sabas Nieves que prejudicava os moradores durante as enchentes. Ora, este rio teria sido aterrado pela Prefeitura de Sucre que, anteriormente, exercia a jurisdição do local (rio). Este funcionário denuncia, além disso, o atraso e a negligência de Inparques, a quem caberia efetivamente estabelecer as regras que facilitariam o uso do parque por um “público” constituído por usuários e por ribeirinhos.

Inparques parece finalmente publicizar a sua oposição à resolução municipal “feita a despeito do bem comum e do bem coletivo” e pronunciar a sua anulação: “qualquer tipo de ato administrativo ou normativo realizado pela Prefeitura de Chacao, que tente limitar, impedir e condicionar ou afetar, por qualquer via, o livre acesso dos cidadãos ao Parque Nacional El Avila, será, doravante, nulo de pleno direito, devendo ser considerado como ato inexistente, não podendo produzir nenhum efeito jurídico legal”.<sup>30</sup> No decorrer dos acontecimentos, a Asoávilá acaba por conciliar a sua abordagem à do Inparques, outorgando-se a condição de portadora de uma grandeza cívica maior do que a da Prefeitura, uma vez que a sua jurisdição é nacional.

Cada uma das partes envolvidas no conflito faz “barulho” para mostrar a força de sua posição e ganhar o apoio da mídia. Assim, por exemplo, os ribeirinhos fazem circular o boato da interposição de um recurso nos tribunais competentes para tentar reverter a situação a seu favor. Os usuários, por sua vez, divulgam a decisão de Inparques e a posição do Procurador Municipal, não somente a partir do seu contorno de medida institucional, mas também como prova da sua vitória/

<sup>29</sup> Esta disposição tem, entretanto, um fundamento jurídico que permite atuar de forma contrária ao que determina o relatório do Prefeito: porém, se no mínimo cinco vereadores municipais estiverem de acordo em aportar novos elementos que justifiquem e reafirmem o bloqueio, o decreto pode ser validado. É o mesmo Prefeito que, ironicamente, afirma: “como vocês estão vendo, o direito serve para tudo”.

<sup>30</sup> *El Nacional*, 26/11/96, C/2.

seu sucesso. Da perspectiva das entidades governamentais, apenas alguns vereadores e o Prefeito, “a título pessoal”, se manifestam a favor de que seja encontrada uma solução negociada e satisfatória “para a coletividade”. O final do ano de 1996 deixa uma sensação de pacificação duvidosa.

Se restringíssemos a análise aos contextos jurídico e institucional, seríamos tentados a considerar a hipótese de solução do conflito. Mas, o alcance dos problemas que dizem respeito à gestão urbana, à ordem pública e à apropriação do referencial cívico em Caracas torna a situação muito mais complexa do que a mera expectativa de uma solução pelo judiciário ou um esmorecimento progressivo do problema devido à morosidade burocrática.

Confrontados com a comunidade dos ribeirinhos locais, organizada há muito tempo e cujas intervenções nas questões municipais são frequentes, legítimas e legais,<sup>31</sup> o sucesso que os usuários parecem experimentar após a tomada de posição de Inparques e do Procurador Municipal marca um momento forte no desenvolvimento do conflito. A associação dos usuários conseguiu momentaneamente se fazer notar como coletivo e fazer prevalecer o teor cívico de sua intervenção.

A contraposição das duas posições explicitou um duplo problema ancorado nos valores do “mundo industrial”: a má gestão do espaço público do parque pelo Inparques e a ineficácia da prestação de serviços da Prefeitura na manutenção da ordem pública nas ruas residenciais de Altamira Norte. Ao fazê-lo, vemos que, em ambos os casos, para se tornar uma importante fonte de domínio público urbano, encontramos a atuação das instâncias públicas de governo. Não apenas “eles não fazem o seu trabalho” – conforme atestam frequentemente os usuários e – ... como o afirmam de forma recorrente os usuários e os ribeirinhos entrevistados, – como também durante a sua mobilização em resposta ao apelo das associações, estas instâncias públicas atuaram fora dos contextos de ação pelos quais elas são responsáveis.

Com efeito, para além da sua competência de lidar com o argumento jurídico que fundamenta o decreto municipal, a Câmara de Vereadores

<sup>31</sup> Desde os anos 1970, as associações de ribeirinho apareceram em Caracas como uma nova opção de participação política em escala local (GÓMEZ, 1987, p. 271-293). Por exemplo, a Lei de Urbanização e Remanejamento Urbano de 1987 atribui a essas associações um papel indispensável durante o traçado das plantas dos projetos.

também estimula o conflito. Ou seja, além do seu descompromisso em relação ao uso cívico dos espaços públicos, o decreto ainda se configura como uma fraude ofensiva à cidadania. Dessa forma, o órgão público se coloca em uma situação bastante delicada do ponto de vista moral, legal e de gestão. A negligência quanto às suas responsabilidades legislativas de governabilidade urbana fica cada vez mais evidente. Porém, de forma mais ampla, é a ação municipal em seu conjunto que está em jogo. Quer se trate de dar um contexto de ação regular e de ajuste socioespacial ao fluxo e aos agrupamentos de lugares não preparados para um uso intensivo, quer se trate de contribuir por seus serviços de ordem para regulamentar e reparar os incômodos causados por este uso, a responsabilidade legislativa e executiva do órgão municipal está seriamente comprometida.

Por sua vez, o Inparques também está comprometido: sua negligência na gestão dos acessos ao parque, e na administração da sua estrutura e do seu uso foi uma das principais razões do surgimento do conflito de Sabas Nieves; sua reação perante o protesto público decorrente da sua apatia caracteriza-se menos em assumir suas responsabilidades pela falta de controle e mais por julgá-la segundo critérios morais.

Os ribeirinhos lêem a expressão “eficácia institucional” como competência municipal pragmática para acabar com os dilemas oriundos da gestão do conflito. Este gesto surge, entretanto, menos como a reafirmação de uma rotina visando à padronização dos trabalhos de renovação e do uso regular do espaço público urbano da 10ª rua transversal de Altamira e de seus arredores, do que como a apropriação extraordinária, e mesmo oportunista, de um campo de ação. Se o estorvo decorrente do congestionamento dos carros estacionados pelos *subcerros* motorizados em um espaço restrito e não adequado é uma das queixas recorrentes dos ribeirinhos, isso se deve ao fato de que antes não estava em jogo apurar, sob o viés da eficácia institucional, a conformação socioespacial dos usos daquele espaço.

Em outro artigo examino de que forma o fato de “estacionar onde puder” em Caracas suscita a questão dos usos das vias públicas e dos hábitos adquiridos pelos condutores de transportes em geral, para quem “oportunidade” é a palavra de ordem.<sup>32</sup> Respeitada de maneira tácita pela maioria dos cidadãos que, ao mesmo tempo, aparecem

<sup>32</sup> García Sánchez (2007).

como motoristas oportunistas e ou como moradores incomodados, esta lógica acaba por se naturalizar. O que está implícito na frase “onde puder”, não é apenas a questão de uma economia do espaço, mas também o problema da competência distributiva dos usos. O espaço torna-se um bem raro e cobiçado, ao mesmo tempo em que seu uso depende de um contexto “viável”. Assim, a conduta cívica dos ribeirinhos ratificada pela ação municipal passa menos pela reestruturação desse espaço e aperfeiçoamento da polícia do que pelo bloqueio da rua e privatização do seu uso. As instituições públicas que participam direta ou indiretamente da gestão do local, se isentam assim da fonte de problemas e transferem para uma entidade associativa uma tarefa que se torna menos problemática à medida que as suas ancoragens públicas, na prática, ficam desfocadas.

Por outro lado, é verdade que os ribeirinhos qualificam a 10ª rua transversal de Altamira como “espaço privado”, pertencendo, em última instância, ao Município. Por isso, o apoio manifestado pela Câmara Municipal ao bloqueio ribeirinho por meio de dispositivos de qualificação, permite a passagem das dimensões cívicas à valorização do uso público do espaço e às dimensões domésticas e mercantis que estimulam uma abordagem privativa.

### **Do controle ao compromisso: que princípios de ordem para apaziguar o conflito?**

Em 1997, a Asoávilã teme uma reviravolta da situação, que passe a desfavorecê-la. Esta associação recorre então aos tribunais e solicita a abertura de um inquérito por “crime de falsidade” contra os vereadores que assinaram o decreto de bloqueio do acesso. Nesse ínterim, Inparques muda de presidente e sua direção anuncia quatro medidas destinadas a exercer “um controle dos acessos” em El Avila por Sabas Nieves, assim como voltadas para a gestão “mais mais comedida” do uso do parque: o pagamento de acesso, que serviria para “financiar estudos de avaliação dos impactos ambientais por seu uso intensivo”; o estabelecimento de um horário de acesso (das 6 às 19 horas nos dias úteis, das 7 às 19 horas nos fins de semana) para programar melhor suas boas condições de uso; a instalação de uma barreira na entrada de Sabas Nieves que permitiria fazer uma taxonomia dos usuários e exercer a devida fiscalização sobre o pagamento do acesso ao parque; a fixação de um prazo de dois meses para reunir, consultar

e promover, em conjunto com os diferentes atores envolvidos, uma saída definitiva e negociada para o conflito.

Este projeto de regularização do uso do parque substitui aquele projeto de bloqueio do acesso. Ele recebe o imediato apoio da Câmara Municipal de Chacao e de Aruaca. A Asoávila, por sua vez, apõe a sua concordância para que o uso do parque seja mais bem organizado, mas manifesta também a sua oposição às três primeiras medidas e suas reservas face às habilidades da Inparques para gerenciar o uso do parque. A Câmara Municipal se reaproxima de Inparques e substitui a sua postura normalizadora, unilateral e “bélica”, que havia orientado as suas ações em 1996, por outra atitude, voltada para a disposição à negociação e para as soluções baseadas em arranjos e compromissos. Isto deveria também servir para estimular a Asoávila a dar fim ao processo judicial iniciado contra a Câmara. A Aruaca muda, então, de discurso. Desconsidera os princípios territoriais que orientavam sua ação e passa a “mostrar interesse” pelos problemas dos usuários.<sup>33</sup> Entretanto, seu objetivo industrial de eficácia é mantido e reforçado com uma exigência mercantil de rentabilidade:<sup>34</sup> o que importa a partir de agora é que o parque seja administrado segundo princípios empresariais. A Aruaca propõe “um esquema alfandegário” em todos os acessos do parque, considerado como indispensável, caso se implemente, de fato, *o modelo de entrada paga*”), assim como a instalação de áreas de estacionamento no interior do parque. Antes negligentes enquanto *controladores comuns* das ações municipais, os ribeirinhos locais passam a valorizar suas competências para assumir este papel perante as ações governamentais, das quais, enquanto atores políticos, eles não poderão participar de pleno direito.

As três primeiras medidas (de ordem regulamentar, de autoridade e de controle social) anunciadas por Inparques, diferentemente da quarta, provocam reações que marcarão a sequência do conflito. Outra modalidade da lógica própria das DRU’s se manifesta. O mecanismo de filtragem não é mais implementado na rua que leva ao acesso do parque (como inicialmente pretendia a Aruaca), mas sim no próprio

<sup>33</sup> “Eu aplaudo a decisão da presidente do INPARQUES, que busca proteger e manter o parque, conhecer quantos e quem são aqueles que o utilizam, assim como procura saber o que acontece quando fazem uso dos seus caminhos e dos de seus equipamentos”.

<sup>34</sup> Com base em uma avaliação quantitativa de cálculos, a Aruaca demonstra que, com o pagamento da entrada e com a renda dos estacionamentos calculada apenas em um fim-de-semana, o Inparques arrecadaria 150 milhões de bolívares por ano.

acesso. Esse mecanismo é requerido, desta vez, não pela iniciativa de uma associação de ribeirinhos ou de um município, mas sim por um organismo estatal da natureza do Inparques. A atenção é direcionada para aquilo que permita encontrar uma saída emergencial, burocrática, mercantil e pretensamente eficaz para o conflito. Entretanto, a configuração efetiva de um dispositivo plural de gestão democrática do conflito e do local parece, assim, se atenuar. A despeito de uma gestão cívica de espaços públicos, onde as ações se engajam após um trabalho de consulta e de ajustes plurais de perspectivas, de temporalidades e de exigências materiais e humanas próprias de um meio composto, uma abordagem “política” e oportunista é privilegiada.

Somente o quarto ponto permite perceber, segundo padrões democráticos, a natureza complexa da questão de Sabas Nieves e possibilita visualizar novas perspectivas para uma saída duradoura, com base consensual porque comum: para um problema referente a atores cuja natureza, interesses e abordagem organizacional diferem, a única solução possível deve ser buscada na intermediação dessas diferenças. Porém, o tempo passa sem que nenhum mecanismo permita aos oponentes colocar à prova suas posições, segundo os princípios comuns de equivalência. Não só as partes em conflito continuam a mostrar prioritariamente suas diferenças de abordagem, como também elas fazem o necessário para não procurar meios de encontrar um compromisso entre os mundos onde suas justificativas fazem sentido e as outras são problemáticas. É, pois, apesar da (e não em complementaridade) única medida de ordem pública baseada nos imperativos cívicos de negociação e de coordenação dentre todas aquelas propostas por INPARQUES, que as instâncias de política urbana tentam regulamentar “o uso irracional” de Sabas Nieves e de El Avila.

O Município de Chacao tenta instalar um portão-barreira no meio do acesso à Sabas Nieves, com o apoio de Inparques, mas os usuários impedem-no, reunindo-se em massa no local e criando obstáculos ao trabalho dos operários. Alguns dias depois, operários de Inparques, aproveitando a noite “calma”, executaram o trabalho. O Procurador Geral da República participa do debate, tomando partido dos usuários. O descontentamento dos usuários não se faz esperar: denúncias na mídia, pancadas no portão-barreira durante a passagem e, logo após, a sua demolição. A presença tão esperada do portão no local, em vez

de apaziguar os ânimos, como em quase toda parte fora de Caracas, onde surgiu uma modalidade de DRU, acabou, ao contrário, por desencadear um processo de violência física.

A Asoávila apela, então, para um “referendo”, no qual os usuários poderão manifestar sua opinião sobre as medidas de gestão anunciadas por Inparques. Há, pois, a opção de 1) escolha entre (1) recusar o conjunto de medidas de restrição (o pagamento para acessar ao parque e o estabelecimento de um horário de uso), (2) recusar apenas o pagamento e (3) recusar apenas o estabelecimento de um horário de uso. O resultado: 4.406 “subcerros” votam na primeira opção, 337 escolhem a segunda e 73 se pronunciam pela terceira. A Câmara Municipal de Chacao, o Inparques e a Aruaca não contestam as condições de realização do referendo e, quer queiram quer não, acabam cedendo à pressão e ajustando as suas práticas ao resultado do referendo.

Chegando hoje ao acesso de Sabas Nieves, constata-se, em primeiro lugar, que um dos problemas que deram origem ao conflito (o estacionamento de veículos desordenado e inconveniente para os moradores das proximidades do local) desapareceu, pois grandes vasos de flores estão dispostos ali. O que deduzimos disso é que a Secretaria de Urbanismo do Município de Chacao acabou tomando o problema para si e resolvendo-o. Assim, uma parte das reivindicações dos ribeirinhos foi atendida, embora não o tenha sido conforme eles esperavam. Observa-se, também, a inexistência de outras obras para “alfandegar” a rua ou o acesso. Também não há mais, desde muito tempo antes do conflito, policiais nem vigias, salvo os guardas florestais, presentes no interior do parque. Em compensação, encontramos um “civil” que, dizendo pertencer à Asoávila, fica permanentemente no local para “garantir que tudo ocorra bem e que não haja problemas”.

### **Do justo título à justa experiência**

Estamos no cerne das questões que caracterizam os conflitos de urbanidade suscetíveis de serem levados à Justiça em uma cidade como Caracas. Os casos referentes à apropriação de áreas públicas explicitam os problemas decorrentes do fato de se negligenciar as situações cotidianas por meio das quais se atualiza a gestão de espaços urbanos, cujo uso se amplia e se intensifica. Mesmo quando são abordadas discussões que dizem respeito à ordem jurídica que deve



regulamentar o uso desses espaços, isto não significa que o problema tenha sido identificado e tratado segundo princípios de cidadania. Pode haver aí um primeiro estágio da confusão que se verifica entre os atributos do ordenamento jurídico, sua ancoragem normativa e os vieses pragmáticos dos atos cívicos. É assim que se envolvem/misturam as interfaces entre cidadania e urbanidade.

No cerne dos desafios de gestão, verifica-se que somente um trabalho de coordenação permite outorgar *o justo título à justa experiência* durante a ação e ajustar os princípios de organização societária que cada ator privilegia em função de uma problemática comum. A articulação entre território, uso e cidadania requer uma atenção focalizada nas questões políticas e civis. É preciso, portanto, tratar com seriedade o trabalho de ajuste das diferentes grandezas que devem coexistir em um espaço público urbano. Isso dificilmente é possível quando se exclui ou aniquila qualquer uma delas, ou quando se adota a vigilância policial estrita como técnica de instrução do uso de um espaço. Entretanto, diante de problemas cujo teor é suficientemente grande e complexo para comportar respostas mais sofisticadas, estas saídas repressivas e normalizadoras tornaram-se o *prêt-à-porter* da governabilidade urbana caraquense. Nessa via, conflitos de urbanidade, como o de Sabas Nieves, estão prontos para virem à tona, se ordenarem e se multiplicarem por meio de métodos que colocam à prova os princípios democráticos que sustentam a civilização urbana contemporânea.

Seguir o curso da ação de um conflito permite tomar por inteiro um percurso dramático por meio do qual aproximamos as expectativas e as emoções mobilizadas pelas atividades e pelos usos. Isso permite situar os dados empíricos que servem para justificar a ação e para mobilizar os compromissos institucionais. Da mesma forma, podemos assim explicitar como se dão as interações, traçar os interstícios entre as diferentes posições que estão em jogo e considerar a implementação de uma política apaziguadora dos conflitos segundo “julgamentos de urbanidade”.<sup>35</sup>

As competências e os recursos são avaliados a partir das atribuições que os atores validam com base em situações experimentadas durante a ação. Essas ocasiões permitem identificar de que forma os atores

<sup>35</sup> Joseph (1998).

administram o conflito, ou inscrevem suas pretensões no registro de intenção de acordo, de conjunção ou de coexistência. Este trabalho de identificação é acompanhado de um exame atento dos momentos uma atenção nas circunstâncias em que essas competências e recursos (na medida em que são motivadas por orientações diferentes), impedem uma representação comum da situação.<sup>36</sup> Essa identificação é então submetida a uma dinâmica contínua de negociação dos graus identitários, territoriais e patrimoniais, dos fatores de estabilização e das configurações de um compromisso possível. Por isso, quando a análise se refere aos espaços urbanos, as competências e os recursos são apropriados e observados muito mais em função de um sentido ecológico do que propriamente geográfico ou urbanístico; eles resultam mais na estruturação de uma organização do que de uma cultura; seus desafios remetem às questões políticas que articulam, complementam e fornecem (ou não) um sentido cívico aos aspectos jurídicos e administrativos. Entre “comunidade” e “livre acesso”, as ancoragens obscuras do político no urbano modelam, assim, a gestão do espaço público em Caracas. Os canteiros de obra da urbanidade se abrem então nas passagens esboçadas entre uma perspectiva centrada na coordenação pela ação e uma perspectiva baseada nos propósitos do interacionismo que aprofundam a pesquisa suscitada por Simmel e a Escola de Chicago nas formas elementares da vida cidadina.

## REFERÊNCIAS

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

CEFAÏ, D. O que é uma arena pública?: algumas pistas em uma perspectiva pragmática In: CEFAÏ, D.; JOSEPH, I. (Ed.). *L'héritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. La Tour d'Aigues: Editions de l'Aube, 2002. p. 51-83.

CICOUREL, A. *La sociologie cognitive*. Paris: PUF, 1979.

DAVIS, M. *City of Quartz: excavating the future in Los Angeles*. New York: Vintage, 1992.

DELGADO, M. *El animal publico*. Barcelona: Anagrama, 1999.

<sup>36</sup> Sublinhemos aqui este triplo sentido que pode ter, tanto em espanhol quanto em português, o adjetivo “comum”: (1) que pertence ou que se aplica a várias pessoas ou coisas, (2) que se refere ao maior número, mas também (3) que é banal, habitual, usual, corrente.

FREUND, J. *Sociologie du conflit*. Paris: PUF, 1983.

GARCIA SANCHEZ, P. J. Caracas, (habiter la) ville fragilisée, (se rendre compétent dans la) cité vulnérable. In: DEBOULET A.; ROULLEAU-BERGER, L.; BERRY, I. (Ed.). *Villes internationales: tensions et réactions des habitants*. Paris: La Découverte, 2007.

\_\_\_\_\_. A forma privativa da urbanidade: garantir aderência e homogeneização socioespacial em Caracas. *L'Espace Géographique*, [S.l.], dossier "Ensembles résidentiels fermés", n. 2, p. 114-130, 2004.

GÓMEZ, C. L. Movimientos sociales y reforma institucional: el caso de Venezuela. In: BARRERA, M. (Org.). *Movimientos sociales y política: el desafío de la democracia en América Latina*. Santiago: CES-CLACSO, 1987. p. 271-293.

GUSFIELD, J. *The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

HAEGEL, F.; LÉVY, J. Une lecture spatiale des identités. In: HAU-MONT, N. (Dir.). *L'urbain dans tous ses états: faire, vivre, dire la ville*. Paris: L'Harmattan, 1998. p. 183-201.

HINTERMEYER, P. Urbanité et citoyenneté. *Revue de Sciences Sociales de la France de l'Est*, Paris, n. 25, 1998.

JOSEPH, I. *La ville sans qualités*. La Tour d'Aigues: Editions de l'Aube, 1998.

LAFAYE, C.; THÉVENOT, L. Une justification écologique?: conflits dans l'aménagement de la nature. *Revue Française de Sociologie*, Paris, v. 34, p. 495-524, 1993.

RANCIÈRE, J. *Aux bords du politique*. Paris: Gallimard, 1998.

SIMMEL, G. *Le conflit*. Saulxures: Circé, 1992.

STRAUSS, A. *La trame de la négociation: sociologie qualitative et interactionnisme*. Paris: L'Harmattan, 1992.

THÉVENOT, L. Mettre en valeur la nature: disputes autour d'aménagements de la nature en France et aux Etats-Unis. *Autre Temps*, [S.l.], n. 49, p. 27-50, 1996.



**ASSOCIATIVISMO:  
Laços voluntários ou compulsórios?**



# QUANDO AS ASSOCIAÇÕES SÃO VOLUNTÁRIAS NO BRASIL? UMA DISCUSSÃO SOBRE NOVAS FORMAS DE COLONIALIZAÇÃO EM RESERVAS EXTRATIVISTAS

---

*Ronaldo Lobão*<sup>1</sup>

## **1 Introdução**

Neste artigo pretendo discutir a natureza de alguns tipos de organizações não governamentais – ONGs –, em sua maioria com a natureza jurídica de associações, em função de duas possibilidades analíticas. A primeira é considerá-las como “associações voluntárias”, frutos da liberdade de associação que Tocqueville identificou com o modelo de democracia que encontrou na América. Autores contemporâneos igualam a liberdade de associação com a liberdade de expressão, relacionando a maior efetividade desta última em conformidade com o crescimento da primeira.<sup>2</sup>

A segunda possibilidade é identificar um caráter compulsório, ou involuntário de algumas associações,<sup>3</sup> que revelam um modelo de comunicação restrita, que se dirige da esfera do Estado em direção à

---

<sup>1</sup> Professor PPGSD/UFF. Pesquisador do INEAC/NUFEP-UFF.

<sup>2</sup> Gutmann (1998).

<sup>3</sup> Rosenblum (1998); Walzer (1998).

sociedade por intermédio de interlocutores privilegiados e exclusivos, que dominam e são dominados por uma gramática particular.<sup>4</sup>

Apresentarei alguns exemplos etnográficos para, em seguida, sugerir algumas considerações analíticas. Começo com minha versão para a trajetória de uma entidade associativa de pescadores associada a uma política de governo de corte socioambiental (as Reservas Extrativistas – Resex), a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ. Passo para a descrição de um modelo organizativo bastante distinto em um mesmo contexto político, a Reserva Extrativista Marinha de Corumbau/BA. Concluo a parte etnográfica com uma reconstrução para o associativismo amazônico, a partir de um projeto de pesquisa realizado coletivamente nas áreas de várzea do Rio Amazonas.

Em seguida, apresento uma digressão sobre o papel das lideranças, dos representantes dos grupos que ocupam lugares-chave nessas organizações. A compreensão deste processo é quase que tão importante quanto o do lugar das associações em nossa gramática política.

Com esses elementos, inicio uma discussão a partir dos dados de campo em direção às teorias e às posições sobre o associativismo como são descritas entre nós e em outras sociedades. Concluo este artigo com algumas sugestões sobre um lugar diferenciado da informação e sua circulação nesse sistema.

## **2 Uma versão para a trajetória do associativismo nas reservas extrativistas**

A reconstrução aqui apresentada foi construída a partir de relatos de alguns dos intérpretes presentes desde os primeiros momentos de formação da política até as Reservas Extrativistas chegarem a Arraial do Cabo, em 1995.<sup>5</sup> A partir de 1996, entrou em cena o etnógrafo e autor deste texto. O foco inicial foi o vale do Xapuri, no Acre. Outros cenários foram importantes para o desenho da política, como Rondônia e o Vale do Juruá, mas para a reconstrução efetuada, a centralidade em Chico Mendes permitiu uma abrangência maior para o desenho do mosaico de influências e seus efeitos.

---

<sup>4</sup> Lobão (2006).

<sup>5</sup> Uma reconstrução mais detalhada foi apresentada em minha tese de doutorado (LOBÃO, 2006). Cf. K-O. Apel, em Cardoso de Oliveira (2000, p. 175).



Em uma representação gráfica busquei considerar as esferas de interlocução, ou esferas sociais que se formam em cada encontro, que se estabeleceram e que exerceram um alcance diferenciado nos níveis micro, meso e macro.<sup>6</sup> A apresentação bidimensional considera, no eixo vertical, o afastamento espacial e, no eixo horizontal a evolução temporal. O tamanho dos “nós” não está vinculado a uma avaliação de sua importância; muitas vezes é apenas correspondente ao texto que o identifica. O tempo se “acelera” em alguns períodos – como na representação de Sahlins para o campeonato de baseball em 1951<sup>7</sup> –, notadamente em torno do biênio 1988-1989, quando foram criadas as primeiras Resex, e em torno do ano de 2000, quando da promulgação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.<sup>8</sup>

Como sugestão de leitura do quadro na página a seguir e em função de meu interesse neste artigo, percorrerei alguns dos nós que podem ser interligados em um mesmo contexto. Tomo o associativismo, então. A primeira referência são as CEB – Comunidades Eclesiais de Base. Elas representaram a retomada da reação ao período de exceção da política brasileira no campo e tiveram na reorganização do movimento sindical combativo seu paralelo no meio urbano. Um outro polo foram as lutas contra a agroindústria que buscava se instalar na fronteira noroeste e as lutas contra o patronato nos seringais do Alto Juruá.<sup>9</sup> Os empates na região Xapuri foram frutos da organização inicial dos seringueiros locais, em um contexto de luta de classe.<sup>10</sup>

A aliança com índios e outros grupos sociais da Amazônia representou um primeiro esforço de ampliar a visibilidade no movimento no contexto nacional. Articulado com a preocupação internacional com a proteção a Amazônia e a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentado, o movimento teve que se organizar e construir uma imagem midiática global. Chico Mendes e os caciques Raoni e Juruna, líderes Xavante foram figuras emblemáticas deste período.<sup>11</sup>

<sup>6</sup> Apel (1992).

<sup>7</sup> Sahlins (2004, p. 131).

<sup>8</sup> Lei 9.986/2000.

<sup>9</sup> Eliane Cantarino O’Dwyer mostra esta trajetória para o vale do Juruá (O’DWYER, 1998).

<sup>10</sup> Mendes (1989).

<sup>11</sup> O cacique Raoni esteve em várias “cruzadas” internacionais ao lado de *Sting*, líder do grupo musical *The Police*. O cacique Juruna foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro e foi um dos parlamentares constituintes.



Entretanto, a Constituição de 1988 reconheceu explicitamente apenas os direitos indígenas em seu corpo permanente. Apareceu em suas disposições transitórias o reconhecimento ao direito de propriedade dos grupos remanescentes de quilombos. Outros grupos formadores da identidade nacional tiveram sua proteção estabelecida em suas dimensões culturais (CFRB, arts. 215, 216).<sup>12</sup>

O Conselho Nacional dos Seringueiros havia sido criado para rebater as políticas de assentamento do governo e a administração da política da borracha. O assassinato de Chico Mendes, a ampliação da identidade do grupo para “populações tradicionais” e a insegurança política para a sucessão do presidente José Sarney propiciou a criação de quatro reservas extrativistas no início de 1989.<sup>13</sup>

A regulamentação das reservas extrativistas previa a criação de uma associação local que, representando o grupo tradicional, faria em um primeiro momento a co-gestão da unidade de conservação com o órgão responsável pela proteção do meio ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama –, criado após a constituição com a fusão de vários órgãos ambientais, entre eles a Superintendência da Borracha – Sudhevea. Quando ocorresse o amadurecimento desse modelo de gestão o Estado deveria celebrar um Contrato de Gestão, o qual permitiria que o grupo assumisse isoladamente a gestão da área protegida. Deve ficar claro que tal associação não se enquadraria em uma definição de associação voluntária, nem representava um processo natural aos grupos locais, formados por extrativistas de recursos naturais renováveis.

Foi com essa ênfase no extrativismo que se desenhou o instrumento de gestão desses espaços, o Plano de Utilização (posteriormente manejo), um documento que foi definido pelo Centro Nacional do Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT –, órgão do Ibama responsável pela criação e co-gestão das Resex, como um documento administrativo a ser construído no interior das associações das reservas e homologado pelo governo em documento oficial, um decreto.

<sup>12</sup> A efetivação do direito de propriedade dos remanescentes de quilombo não será tratado neste artigo. Mas vale ressaltar que para ter direito à titulação definitiva das terras ocupadas os quilombolas devem se organizar em associações e será a estas associações que o território será afetado – e não aos remanescentes de quilombos.

<sup>13</sup> Cunha; Almeida (1999, 2000).

Entretanto, o contexto da década de 1990 produziu intensas mudanças na trajetória das reservas extrativistas. Após a ECO 92, a ênfase da política deslocou-se em direção à proteção ambiental, com seu ápice em 2000, quando foi aprovada o SNUC. Nessa lei, entre outras mudanças, o Plano de Manejo passou a ser um documento técnico, a ser elaborado com vistas a garantir a sustentabilidade dos recursos e proteção dos espaços, significativamente não mais no interior das associações das reservas.

Outra mudança fundamental decorreu da disseminação dos conceitos de participação disseminados por manuais de organizações multilaterais como o Banco Mundial e o BID.<sup>14</sup> Nesses “manuais” as noções *empowerment* e gestão participativa e o conceito de *stakeholder* deram novas feições à gestão e criação das Reservas Extrativistas.

A dimensão classista, ou de reconhecimento de direitos de grupos minoritários diluiu-se em uma pretensa concertação em que todas as vozes passaram a ter igual peso. Nem redistribuição, nem reconhecimento, o princípio passou a ser a proteção da natureza, da biodiversidade, mesmo quando associado a direitos culturais. O exemplo vem da regulamentação do SNUC, em 2002, quando as reservas extrativistas passaram a ser geridas por um Conselho Deliberativo, no qual devem ter assento não só a população tradicional local, mas todos os *stakeholders*. Mas, para que esta participação seja mais equânime deve-se proceder ao empoderamento das lideranças locais. Mas não devem restar dúvidas de que as possibilidades da gestão efetiva local ficaram comprometidas, senão inviabilizadas.

Esta versão é factível? Passo a dois relatos sobre processos associativos em duas reservas extrativistas marinhas: a de Arraial do Cabo, no estado do Rio de Janeiro, e a de Corumbau, no Estado da Bahia. Em seguida, ofereço uma trajetória do associativismo amazônico, na qual se pode perceber uma mesma matriz organizativa.

### **3. Associações em duas reservas extrativistas marinhas**

A Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo – Aremac –foi construída no mesmo tempo em que unidade de conservação era criada. Pela legislação à época (1997), para cada Reserva

<sup>14</sup> Ver o *Resource Book on Participation*, do Banco Interamericano para o Desenvolvimento, e o *World Bank Sourcebook on Participation*, do Banco Mundial, ambos de 1996.

Extrativista haveria uma Associação, com a qual o poder público faria uma gestão compartilhada até que fosse celebrado um Contrato de Gestão com a entidade local para que os extrativistas seguissem seus rumos de forma autônoma.<sup>15</sup>

O desempenho das quatro primeiras gestões da Aremac<sup>16</sup> até 2006 pode ser traçado através da explicitação de perfis de atuação distintos de seus presidentes. A primeira gestão, cujo presidente era dono de pescaria de traineira, durou da criação da Resex até pouco depois de sua reeleição, em 1999, quando renunciou.<sup>17</sup> Esta gestão pode ser caracterizada por seu tom organizativo, conciliador entre os de “dentro” e duro com os de “fora”. Em suas palavras, “*a resex tinha vindo para garantir a sobrevivência do pescador*”.

Essa gestão teve o tom da defesa dos interesses dos pescadores cabistas,<sup>18</sup> por meio da consolidação da Resex e da exclusividade de acesso aos recursos pesqueiros em seu interior. O entendimento do momento era que os interesses dos pescadores cabistas passaram a ser direitos, a partir da criação da Resex, em função da contrapartida ambiental que promoviam.

A partir do apoio que o prefeito de Arraial do Cabo à época ofereceu à consolidação da Resex, foram feitos movimentos para ajudar a construção da Resex-Mar de Itaipu/RJ, com forte integração com lideranças locais. O saldo organizativo da gestão foi bastante grande e em julho de 1999, quando houve a reeleição da diretoria da Aremac – reeleita por aclamação –, estavam aptos a votar mais de 300 sócios.

Com o afastamento do presidente, no meio de seu segundo mandato, assumiu seu vice-presidente, mestre de pescaria de canoa da Praia Grande – um dos poucos negros mestres de pescaria fora da Prainha.<sup>19</sup> Seguindo a tradição dos pescadores da Praia Grande na luta pela ga-

<sup>15</sup> Ver Lobão (2000, 2006).

<sup>16</sup> De 1997, ano da criação da Reserva e da Associação, a 2004.

<sup>17</sup> Há duas versões para sua renúncia. Uma que ele estava cansado de lutar em vão pela Resex, e perdia dinheiro com o tempo que dedicava à Aremac. Uma outra é que ele brigou com o diretor da reserva porque teve uma carga de sardinha fora do tamanho apreendida e sua posição não lhe trouxe nenhum benefício.

<sup>18</sup> Este termo é utilizado localmente para identificar os pescadores tradicionais de Arraial do Cabo.

<sup>19</sup> Os pescadores da Prainha eram denominados caringôs por serem considerados “imigrantes”, vindo de outros estados para Arraial do Cabo em função da instalação da Cia. Nacional de Alcalis, na década de 1950. Ver Britto (1997); Prado (2000).

rantia do espaço social de produção – a praia –, esta segunda gestão pode ser caracterizada pela busca da consolidação do espaço da Resex.

Foi nesse período, até agosto de 2001, que atuaram em Arraial do Cabo os fiscais colaboradores.<sup>20</sup> Também foram retomadas discussões com os surfistas sobre a prática deste esporte na Praia Grande e estabelecida uma longa disputa com a Marinha. Entre outras divergências, havia a desavença sobre o direito de interdição de áreas da Resex à navegação dos pescadores sob a alegação de motivos de segurança nacional e de exercícios de navegação da armada.

Esta gestão também buscou dar visibilidade à Resex para além dos limites de Arraial do Cabo. Recebeu representantes dos pescadores de outras localidades que estavam construindo suas reservas – uma delas foi de Itacaré/BA. Esteve na então recém-criada Reserva Extrativista Marinha de Corumbau. Incentivou o Conselho Técnico Científico – CTC – da Aremac. O CTC era prestigiado e a direção interagiu com as suas recomendações. A lancha recebida como doação de empresários de São Paulo foi logo colocada em condições de exercer a fiscalização dos limites da Resex.

A co-gestão da Resex ocorria dentro dos limites do aceitável. Entretanto, decisão por parte do Ibama quanto a cobrança de uma taxa de visitação na Unidade de Conservação fez com que os conflitos internos crescessem exponencialmente. Houve um certo recuo, pois uma coisa era brigar com os “de fora”, outra coisa era brigar com os que ficaram de fora, mas eram de “dentro”, ou, então, eram “autoridades”.<sup>21</sup>

Por outro lado, nesta gestão deu-se novo impulso ao Festival da Lula, que começou como um festival gastronômico para o mais importante recurso pesqueiro da Praia Grande no Verão, à época, até se transformar em uma importante atividade do calendário cultural de Arraial do Cabo, no ano de 2005.<sup>22</sup> O caráter multifacetado dessa gestão e os conflitos deflagrados em seu período podem ter produzido um resultado inesperado, pois ao fim desse mandato, estavam aptos a votar nas eleições da Aremac apenas 21 associados.

<sup>20</sup> Atualmente denominados Agentes Ambientais Voluntários.

<sup>21</sup> Discuto esta questão em minha dissertação de mestrado e em trabalho apresentado na IV Reunião de Antropologia do Mercosul – RAM, em Curitiba (LOBÃO, 2000, 2001b).

<sup>22</sup> Que contou com o patrocínio da Petrobrás na versão de 2005, dentro do Projeto Mosaico desta empresa.

Foi neste contexto que assumiu nova diretoria, eleita com apenas um voto de associado que não compunha a chapa<sup>23</sup> um novo presidente, dono de pescaria na Praia Grande, funcionário público aposentado, mas como ele mesmo disse na sua posse, apesar de suas três profissões, a que ele escolhera era a de pescador. O primeiro movimento dessa gestão foi esvaziar a anterior com denúncias de uso indevido dos recursos da Associação, principalmente aqueles que o Festival da Lula arrecadara.

O segundo foi aumentar o número de associados em um processo de distensão política em relação à Colônia de Pesca Z5 e aos pescadores da Praia dos Anjos. Neste sentido afastou-se da co-gestão da Reserva ao perceber que os recursos que desejava para seu projeto não viriam da arrecadação da Taxa de Visitação da Unidade de Conservação. O projeto desta gestão era o assistencialismo, o “social do pescador”. A Aremac deveria “obter recursos” e “oferecer serviços”.<sup>24</sup>

Nesse período, com a entrada em vigor da regulamentação do SNUC, teve início a discussão para a construção do Conselho Deliberativo da resex de Arraial do Cabo. Várias tentativas foram feitas, sem nenhum sucesso até 2007.

Uma das consequências foi um novo refluxo na vinculação dos pescadores com a Aremac e um rompimento definitivo da gestão compartilhada, tanto em relação a Resex quanto ao CTC. O presidente da Aremac foi um dos signatários do pedido do afastamento do agente do Ibama que criara a resex de Arraial do Cabo e da Resex, mas não logrou obter grandes dividendos com isto. Pelo contrário, ao final do primeiro mandato, parte da diretoria formou outra chapa e, em 2003, pela primeira vez houve disputa eleitoral para a direção

<sup>23</sup> Dos 21 associados aptos a votar quinze compunham a chapa. Cinco eram diretores em segundo mandato, que haviam levado a direção até o final, e se consideravam de oposição à chapa que se inscrevera. Sobrou um “eleitor”. Que votou a favor da nova direção.

<sup>24</sup> Talvez para interesses políticos particulares, pois já havia sido candidato a vereador e voltou a concorrer nas eleições de 2004, sem obter sucesso.

da Aremac. A vitória foi apertada, apenas 5 votos de diferença, em um universo de 40 eleitores.<sup>25</sup>

Diante dos fracos resultados obtidos em seu projeto de associativismo, o segundo mandato desta gestão voltou-se para a conquista de áreas para a maricultura. Um projeto da Associação dos Catadores e Criadores de Mariscos de Arraial do Cabo – Acrimac – já havia obtido apoio de uma ONG japonesa e do Banco do Brasil,<sup>26</sup> tornando a atividade interessante sob vários pontos de vista.

A quarta gestão da Aremac voltou-se para a administração da unidade de conservação, em conjunto com a gestão do Ibama local. Presidida por um mergulhador de fundo, a associação afastou-se da Praia Grande, alugou sua sede perto da sede do órgão governamental, e cuida de licenças de turismo, fundeio de plataformas de petróleo e outras embarcações no Porto de Arraial do Cabo. Manejo de recursos naturais renováveis em uma unidade de conservação? Nem pensar!

Não se pode dizer que é uma história de sucesso. De fato, o associativismo em Arraial do Cabo já se encontrava desgastado há muito tempo. A Colônia de Pescadores não conseguiu se estruturar de forma a representar os interesses dos pescadores locais. Houve outras entidades, como a Associação Livre dos Pescadores de Arraial do Cabo, fundada quando da cruzada de Frei Alfredo Schnuettgen, há a Associação dos Pescadores da Praia Grande e outras entidades menores. A fusão de todas em torno da Colônia de Pesca fora tentada, e a Aremac poderia ter cumprido este papel, em função da gestão compartilhada do espaço de produção e reprodução social dos pescadores que é uma Resex.

A descrição da trajetória do associativismo na região de Corumbau/BA permite destacar outros aspectos que a política das reservas extrativistas pode acionar. Devo destacar que esta Resex foi criada no

<sup>25</sup> Não se pode dizer que os pescadores de Arraial do Cabo se percebam enquanto classe, ou que acreditem nos princípios de delegação política (KRADER, 1970). Apesar de representar o maior contingente profissional da cidade, apenas um pescador já foi eleito vereador. Nas eleições de 2000, um respeitado vigia da Praia Grande, filho de pescador tradicional do Arraial do Cabo, que trabalha para várias companhias, não teve mais do que 60 votos, mesmo apoiado pela diretoria da Aremac. Nas eleições de 2004, o presidente da Aremac à época, candidato pelo PFL, teve apenas 51 votos enquanto as propostas do presidente anterior, candidato pelo PSDB, conquistaram 30 eleitores.

<sup>26</sup> Este projeto foi alvo de várias denúncias e resultou na fissão da diretoria da Acrimac em dois grupos. Um que teria se beneficiado indevidamente e o outro que ficara de fora.



momento de promulgação da lei que criou o SNUC, e que por este motivo experimentou os dois modelos da política praticamente de forma concomitante.

Para apresentar as mudanças do SNUC de forma bastante simplificada, basta lembrar que a centralidade da co-gestão com uma “associação da reserva” saiu de cena. A gestão compartilhada passou a ser feita em um Conselho Deliberativo formado por representantes dos atores locais interessados na unidade de conservação. De forma geral, os pescadores perderam a centralidade na gestão. Por outro lado, o aspecto organizativo ficou mais flexível, e a Associação da Reserva Extrativista de Corumbau – Aremaco – criada para ser a associação de todos os pescadores da Resex perdeu este universo representativo, passando a falar apenas pelos pescadores da Vila de Corumbau.

A alternativa adotada para garantir o protagonismo dos pescadores na resex de Corumbau foi a indicação da construção de associações de pescadores por vilas e localidades em que eles se concentram. Assim, em localidades do município de Prado/Ba foram criadas várias associações, como em Cumuruxatiba, Barra do Cahy e Veleiro. No município de Porto Seguro, a aldeia pataxó de Barra Velha construiu sua entidade representativa dos interesses dos índios pescadores e, em Caraíva, uma associação de “nativos” ocupou o lugar da representação dos pescadores locais.

A partir desse desenho que nos anos de 2000 a 2002 construiu-se um Plano de Manejo consagrando a identidade extrativista para os pescadores autorizados a pescar no interior da reserva e foram classificados em extrativista principal, secundário e eventual, de acordo com sua dependência econômica do recurso marinho.

Tal identificação e clivagem do grupo beneficiário da Resex não se reproduziam na organização das associações locais. No ano de 2004 era possível identificar o seguinte panorama. Cumuruxatiba era, talvez, a associação na qual a diretoria estivesse mais distante do conjunto das preocupações dos pescadores. Talvez a tensão que havia ocorrido devido à inclusão de Cumuruxatiba nos limites da Resex no ano de 1999, fosse um indício. De qualquer forma, dois elementos pareciam ser centrais para a organização local. Se a diretoria não mais acreditava na renda da pesca e apostava no turismo como fonte de renda alternativa, e buscava garantir as condições de liberdade para o setor

dentro da Resex, o grande contingente de pessoas envolvidas com a atividade da pesca a empurrava na direção de abrir novas frentes.

Era do conhecimento da diretoria da associação os conflitos ocorridos em Arraial do Cabo entre os operadores de turismo e a gestão da Resex, a cargo do Ibama. Durante um bom período toda a atividade de turismo marinho em Arraial do Cabo teve de se subordinar aos interesses da pesca artesanal e dos pescadores. O limite foi a equiparação da Resex de Arraial a um Parque para fins da cobrança de uma Taxa de Visitação, como ocorre em várias UC's, inclusive a de Abrolhos.

Em Barra do Cahy a associação local havia sido criada por um pescador com circulação em várias esferas da política local. Havia sido protagonista de um assentamento em uma área abandonada de exploração de areia monazítica na década de 1950 e já havia sido administrador regional da Vila de Cumuruxatiba. E, apesar de ter uma visão de mundo bem diferente dos demais integrantes da Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos da Costa do Descobrimento, sua atuação demonstrava total sintonia com os interesses coletivos do grupo.

É interessante notar a inclusão da categoria “amigos” no nome da entidade. Repetiu-se a estratégia adotada em Itaipu/RJ, quando da fundação da Associação Livre dos Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu. Para um dos seus fundadores, além da oposição às Colônias de Pesca, consideradas por Frei Alfredo Schuettgen como “prisões dos pescadores”, era necessário que a nova entidade contasse com a participação de pessoas não vinculadas à pesca, os “amigos” que poderiam fazer intermediações e trazer benefícios.

Outro aspecto particular dessa associação foi sua recusa em adotar um estatuto padrão, conforme foi indicado pela direção da Resex, reafirmando a pluralidade das várias localidades expressas em suas entidades em termos organizacionais. Um estatuto de uma associação deve, além de reproduzir exigências legais padronizadas, refletir as realidades dos grupos locais que se congregam na entidade.

O grupo local, entretanto, apresentava signos diacríticos em relação aos demais grupos sociais da região. Haviam perdido há algum tempo o acesso livre ao mar, e estavam espalhados em uma área rural na qualidade de posseiros, meeiros etc. Por outro lado, manifestavam

claramente o desejo de voltar a atividades pesqueiras, entendendo o sistema natural local como um consórcio entre terra e mar, característico dos grupos caiçaras do litoral brasileiro.

Em outra localidade mais ao norte, Veleiro, podia-se encontrar quase todas as idiossincrasias da região. A separação da representação local da associação de Barra do Cahy parece ter sido acertada, pois havia poucos paralelos entre os dois grupos. O mais evidente era o afastamento da beira da praia e a ênfase atual na renda do trabalho assalariado/avulso nas fazendas ou da agricultura familiar. Talvez a relação de dependência dos grandes fazendeiros também as aproximasse. Mas acredito que as semelhanças terminassem por aí.

As diferenças, entretanto, eram várias. Em primeiro lugar, existiam – pelo menos em torno da Associação de Pescadores de Veleiro – várias pessoas que se movimentam em torno da representação de grupos e de interesses. Em outras palavras, há mais de uma liderança e, consequentemente, mais disputas. Também não se deve esquecer da presença de uma Aldeia Tauá ressurgida recentemente na região, que poderia ser reivindicada para permanência no local, ou o estabelecimento de outros territórios tradicionais que não os definidos pela Resex. O grau de escolaridade da região é mais elevado e a proximidade dos assentamentos e agrovilas do MST e as estradas facilitam uma interação com um universo cognitivo mais amplo.

Foi o grupo que apresentou de forma mais clara suas necessidades e aspirações, bastante ancoradas em tradições e artes de pesca que estão desaparecendo. Foi lá que surgiu a ideia de um projeto para a construção de novas embarcações e foi rapidamente incorporada a ideia de construção e uso coletivo destas.

Essa coesão aparente não existia em Corumbau. A vila em que tudo começara, em 1997, era, decerto, a que se encontrava mais afastada da gestão da Resex. Alguns elementos contribuíram para este quadro.

Uma análise simplista poderia apontar a disputa entre lideranças locais, motivada, entre outras coisas, pela questão da sede da associação, como responsável pela fragmentação de um grupo cuja união havia conquistado a criação da Resex-Mar de Corumbau. Outros elementos parecem ter contribuído bastante para a situação da época.

Em primeiro lugar, pode ser citada a mudança promovida pela promulgação da Lei do SNUC no papel da Aremaco. Esta associação fora criada para ser a co-gestora da Resex com o Ibama no primeiro momento, até se capacitar para exercer a gestão autônoma, por meio do Contrato de Cessão de Uso da área Resex. Seria no espaço dessa associação que os pescadores iriam construir o Plano de Utilização, a ser homologado e publicado no Diário Oficial pelo Ibama. Mudanças e atualizações seriam discutidas e decididas neste espaço, e então ecoadas para os órgãos competentes.

No SNUC este espaço foi ocupado por um Conselho Deliberativo, no qual os extrativistas passaram a aparecer em conjunto com outras organizações da sociedade civil. Neste sentido, foram criadas as associações de cada localidade, o que também aconteceu em Corumbau, com a Associação dos Pescadores de Corumbau – Apaco. Entretanto, a balança política pendeu para a Aremaco, a nova associação, com um desenho de representatividade semelhante aos das demais integrantes da representação dos pescadores no Conselho Deliberativo não prosperou. A Aremaco ocupou o espaço de uma associação local, mesmo em desacordo com seu estatuto inicial e quadro de associados – pescadores de todas as localidades envolvidas com a resex.

O deslocamento da “responsabilidade” sobre a Resex rumou exclusivamente na direção do Ibama. Por outro lado, este só conseguiu se fazer presente de forma cotidiana a partir de 2002. Como resultado a parceria Ibama/Pescadores se desfez. Neste vazio, outros atores ocuparam o espaço de parceiros da Associação.

Mas não se deve perder de vista que esta é a localidade mais próxima do núcleo de um novo limite para a Terra Indígena – TI – Pataxó. É a que está mais estreitamente ligada a grandes empreendimentos turísticos – e por que não dizer pesqueiros. É a que com mais clareza enuncia sua condição de nativo “não pataxó”, mas que não se vê ameaçada de expulsão com a inclusão de sua área nos limites da TI porque não terão problemas em reivindicar e ver reconhecida sua identidade étnica pataxó.

Na Aldeia Barra Velha havia a melhor estratégia de representatividade por interesse/afinidade dos participantes e seus representantes. Os porta-vozes, as lideranças que representam os interesses indígenas não se confundem com lideranças que cuidam do dia a dia da vida da

aldeia. Isso fazia com que ocorresse um controle sobre a atuação dos representantes de Barra Velha na Resex ao voltarem com as decisões das reuniões do Conselho.

Além disso, havia o desafio da dupla afetação do território: Unidade de Conservação e Terra Indígena. O patamar que tinha de ser alcançado era o da conciliação entre práticas e formas de ação de órgãos governamentais tão díspares, e tradicionalmente antagônicos, como o Ibama e a Funai. A meta não era devolver ou introduzir nas aldeias pataxós técnicas sustentáveis e produtivas de produtos agrícolas, devia-se buscar incrementar a atividade pesqueira na Aldeia Barra Velha em consonância com as demais artes praticadas na Resex, desde que esse fosse o desejo dos pescadores da aldeia, o que nem sempre se expressava como verdadeiro.

E na localidade mais ao norte da Resex, a organização dos pescadores de Caraíva se dava na Associação de Nativos de Caraíva, a ANAC. Uma associação numerosa, com mais votantes do que nas eleições de 2002. Entretanto, como integrante do Conselho Deliberativo da resex, essa densidade poderia ser um problema. Explico. Era consenso que só existiam à época cerca de 20 pescadores em Caraíva. Ou seja, a associação que os representava, representava também um conjunto seis vezes maior de não pescadores. Mas o que não quer dizer que não obtinham renda, direta ou indiretamente do espaço da Resex. Mas não eram extrativistas marinhos. Poderiam até ser terrestres. Mas definitivamente não eram, nem se reconheciam como pescadores, mas eram nativos, ou tinham laços familiares com a pesca local.

O Conselho Deliberativo era formado por representantes dessas seis entidades, órgãos e entidades públicas da região, algumas organizações não governamentais ambientalistas locais, em um desenho no qual a maioria dos votos se concentrava nas mãos dos pescadores. Entretanto, não havia nenhuma instância em que seus pontos de vistas e decisões fossem aferidos, construídos coletivamente. O que ocorria na prática era que nas votações viam-se pescadores votando contra pescadores acompanhados ou acompanhando órgãos, entidades e associações não ligadas à pesca.

O Conselho, apesar de operante, não se conformou com uma arena pública, quando muito um espaço de referendo de decisões que eram tomadas em outros espaços e articulações. Estar fora dessas

articulações significava estar fora do centro das decisões. Quanto às associações locais, seu desenvolvimento, agregação ou desagregação seguiu caminhos que nem sempre foi determinante para a reserva extrativista.

#### **4. O associativismo em uma trajetória amazônica**

A partir de um dos “nós” da Figura 1, pode-se vislumbrar um outro percurso para o associativismo. É relevante destacar o movimento particular no cenário amazônico das formas de associação utilizadas pelos grupos sociais denominadas “comunidades”. Se as considerarmos como originadas no movimento das Comunidades Eclesiais de Base – CEB –, em toda sua historicidade, poderíamos vinculá-las às demais CEB espalhadas pelo país. Entretanto, acredito que algumas particularidades do cenário amazônico as tornam diferentes das demais e a generalização do uso local do conceito como descritivo de diversos grupos sociais distintos merece uma reflexão.

Em um panorama construído para uma pesquisa do ProVárzea/Ibama<sup>27</sup> ficou visível que a atuação da Igreja Católica, com a disseminação do conceito das CEB, produziu cenário fértil para o crescimento do associativismo. De fato, não vimos dados que pudessem vincular este sistema à descentralização político-administrativa nacional mais recente. Os dados sugeriam o oposto. A matriz do oficialismo reafirmava a presença do Estado, mesmo quando travestido de uma ONG, uma Organização da Sociedade de Interesse Público – Oscip – ou uma Organização Social – OS.

No Alto Solimões duas classes de demarcação espacial eram empregadas: os pares Terra Indígena/Terra Civilizada e Área Rural/Área Urbana. Os pequenos povoamentos – rurais na maioria – eram referidos como comunidades. Sua constituição estava tanto referida a

<sup>27</sup> Trata-se do Estudo Estratégico: Situação Socioeconômica – diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas, realizado sob a coordenação de Deborah Lima durante os anos de 2002 a 2004. As informações que utilizo constam dos relatórios de pesquisa assinalados, porém, assumo total responsabilidade pela compilação aqui apresentada. A reflexão incorpora, também, as discussões nos seminários de discussão do projeto e minha própria jornada de campo em Maués, no estado do Amazonas, e Monte Alegre, Prainha e Soure, no estado do Pará. As referências são: Alto Solimões, Edna Alencar (2002); Tefé, Alvarães e Coari, Delma P. Neves (2002); Itacoatiara, Parintins e Maués, Mariana Pantoja (2002); Baixo Amazonas, municípios de Santarém, Monte Alegre, Óbidos, Alenquer, Curuá, Prainha e Oriximiná, Eliane C. O’Dwyer (2003).

um processo histórico vinculado às CEB quanto à existência de uma organização política voltada para a representação externa.

Na região de Tefé/AM, as comunidades eram vistas como um estágio mais desenvolvido de uma localidade. Este “desenvolvimento” significava a construção de um estatuto, diretoria, sede e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ. Algumas congregações começaram a se denominar comunidades, o que descolava mais ainda o foco de legitimação do conceito – o próprio grupo local –, de quando estava vinculado às CEB. Entra o Estado oficializando a comunidade, travestida de associação.

Em Itacoatiara/AM apareceu uma nova gradação, além da organizativa: a demográfica. Uma comunidade seria formada por menos de 50 famílias. Da mesma forma que uma “vila”, ela teria escola, igreja e centro social. Existiam também as “associações”, com maior “poder de fogo”, pois eram de natureza estritamente econômica.

Parintins/AM mostrava a presença das igrejas evangélicas. Surgiram os “núcleos”, em oposição às comunidades, que também fornecem “carteiras de pertencimento” local. A emissão dessas carteiras podia ser pela Igreja Católica, pela Prefeitura ou pelas Igrejas Evangélicas.

Em Maués/AM foi explicitado que o objetivo das comunidades, tal como o acesso a benefícios e o coordenador da comunidade, acabava por atuar mais na direção do poder público, do qual acabava dependente. Não estaria mais voltado para sua comunidade, de quem deveria ter suporte, em última instância.

Em vários municípios do Pará, a partir de Santarém em direção à foz do Rio Amazonas, tanto os Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR – quanto as Colônias de Pesca eram utilizados como instrumentos de intermediação com o Estado. Sempre para fins de obtenção de direitos ou vantagens. Tal arranjo fazia com que a direção dessas organizações exercesse seu poder discricionário de tal forma que direitos eram transformados em concessões. Ao cabo, construíam novas redes de clientelismo e patronagem.

Nessa região, o conceito comunidade também representava um sucessor mais evoluído dos “lugares e localidades”. A classificação dos grupos da região que viviam na várzea e na zona rural era: localidade,

comunidade, retiro e colônia. A localidade não possuiria organização formal perante uma comunidade. O retiro corresponderia a uma localidade pequena, utilizada por pequenos períodos, como no verão. Uma colônia seria a região de moradia de um conjunto de lavradores que se estabeleceram em terra firme.

O Projeto “Administração dos Recursos Pesqueiros do Médio Amazonas: Estados do Pará e Amazonas” – Projeto IARA – possuía uma definição mais completa para uma comunidade. Esta seria “o aglomerado humano que apresenta o uso comum de uma infraestrutura, como, por exemplo, sede constituída pela edificação de uma capela, escola e “barracão comunitário” [...] e, ainda, há um campo de futebol para a prática esportiva”.<sup>28</sup> O Ibama, para fins operacionais na região, definia comunidade como agrupamentos nos quais existem estruturas de uso comum.

O associativismo amazônico seria um movimento que se reproduzia tanto no espaço rural quanto no espaço urbano. Aceitava denominações religiosas variadas, algumas construídas com matizes políticos enquanto outras eram desprovidas de conteúdos ideológicos ou partidários. Pode-se dizer que sua crescente laicização visava construir uma via de intermediação com o mundo exterior, seja em um movimento de exteriorização de bens e produtos, seja em um movimento de interiorização de recursos. São formas que estão voltadas para uma intermediação com um mercado, de bens simbólicos ou materiais.

Já o associativismo vinculado às políticas ambientais tem algumas características distintas. A grande maioria se constituiu em decorrência de uma determinada demanda ou, como no caso das reservas extrativistas, por determinação legal. De fato, as associações são as únicas interlocutoras autorizadas a se relacionar com o Estado ou seus representantes. E devo deixar claro que essa exclusividade não foi conquistada pelos grupos sociais e sim concedida ou imposta pelo Estado.

Tais características múltiplas fizeram-me buscar uma reflexão teórica e empírica sobre o conceito, a partir da literatura que aborda esta questão, tanto nos marcos da organização do chamado Terceiro Setor quanto em outras perspectivas, como a religiosa. As associações, no contexto do ambientalismo, são tratadas como intimamente ligadas

---

<sup>28</sup> Projeto IARA apud O’Dwyer (2002, p. 40).



ao conceito de comunidade. Elas são vistas como representantes ou são criadas para representar os interesses de uma comunidade.

Talvez não representem. O que conduz à discussão para a noção de representação, ou o papel do representante, do líder nesse sistema. Vale a pena discutir um pouco essa figura, muitas vezes operando em um sistema mimético com sua associação.

## **5. O papel das associações e suas lideranças nas relações com o estado brasileiro**

Neste tópico apresento algumas discussões acerca dos papéis de representantes, porta-vozes, intermediários, organizados ou não, em suas relações com o Estado Brasileiro ou em contextos em que um grupo delega poderes a um de seus membros de falar pelo coletivo.

Esse movimento seria a base do modelo de Democracia Representativa adotado em praticamente todos os países contemporâneos. De fato, ao elegermos um deputado, um senador, um vereador, um prefeito, delegamos parte de nosso poder a um representante, em um processo que foi denominado “delegação primária”.<sup>29</sup> Algumas, ou muitas vezes, a quem delegamos poder exerce este poder por intermédio de terceiros, inaugurando uma nova delegação – a secundária – sobre a qual não temos ingerência, mas não podemos deixar de reconhecer nosso comprometimento com ela, pois está fundada na delegação primária feita por nós.

Mas existem momentos em que está prevista a nossa participação em um outro modelo: a democracia direta o que se evidencia nos plebiscitos, nas ações diretas de inconstitucionalidade, nas emendas populares. Bem, em alguns desses eventos não participamos diretamente. Em alguns casos, há outras organizações que falam por nós: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB –, Associação Brasileira de Imprensa – ABI –, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – etc.

Então, vê-se que escolher um representante é delegar poderes. Quanto de poder? Todo o poder? Só parte? Até que ponto? Como se recupera o poder transferido? Como controlar o mandato dos representantes? Sempre que se escolhe um representante está se transferindo poder?

---

<sup>29</sup> Krader (1970).

No caso mais simples – a delegação da fala – vemos vários sistemas em que se escolhe um representante para falar por um coletivo. É aquele que sabe falar, erra pouco no português, mas nem sempre fala para dentro do grupo. É alguém que fala para fora, para os outros ouvirem, mas não tem poder de movimentar as próprias pessoas que representa. Às vezes o representante para fora, não é o líder para dentro. E isso é um grande problema para o grupo, para o líder e, dependendo do representante, para ele também.

Em geral, é preciso ter clareza no momento da delegação, da escolha do representante, o que está sendo delegado. O poder da fala, o poder da decisão ou o da escolha em nome do grupo. Como será exercido o controle da representação, ou em outras palavras, como a delegação poderá ser retirada, ou como o poder será recuperado pelo grupo?

O que complica mais ainda essa questão, é que nas relações com o Estado surgiu um personagem, que se diz representante da sociedade civil organizada, mas que não tem, ou teve, sempre este papel. As associações, os sindicatos ou as Organizações Não Governamentais – ONGs. Em vários casos o lugar dessas associações é o inverso. Suas lideranças não são os representantes, ou porta-vozes, dos coletivos que representam. São os encarregados de transmitir as decisões dos governos – às vezes benefícios – aos seus representados. Este é o caso de alguns sindicatos, centrais sindicais e outras organizações de trabalhadores.

Vamos, então, discutir um pouco o movimento que criou, ou refundou, este personagem entre nós: o associativismo urbano. Sem recuar muito na história, podemos ver no Brasil do século XVIII alguns modelos de associações, que eram, à época, fechadas: as corporações de ofício (ferreiros, tecelões, carpinteiros etc.), cuja única forma de acesso era a escolha dos aprendizes pelos mestres de ofício. No século seguinte vimos nascer dois modelos de associações: as irmandades religiosas e as maçonarias. As primeiras tinham formas de acesso livre dentro de camadas sociais ou de devotos. As segundas seriam entidades fechadas, cuja adesão somente se dava por meio de seus integrantes. No século XX vimos florescer associações obrigatórias para o acesso aos direitos de cidadania: os sindicatos. A única forma de acesso era a profissão, o ramo de atividades o emprego formal. Mais adiante, vimos nascer as associações abertas, do tipo associação de moradores e amigos

de bairros e localidades. Na virada do século nos deparamos com as associações voluntárias, como as Organizações Não Governamentais, que têm como critério de acesso identidades ou interesses comuns.

Nessa rápida viagem pudemos notar alguns pontos importantes: o acesso às associações foi ampliado; o interesse imediato foi diminuído; as opções de vínculo/pertencimento aumentaram. Podemos dizer também que, no passado, pertencer a uma associação era a única forma de se obter direitos, benefícios ou vantagens para grupos fechados.

Hoje, as associações voluntárias podem ser formas de reivindicar direitos, benefícios e vantagens coletivas para grupos abertos (associações comunitárias), formas de expressar opiniões/sentimentos em conjunto com outras pessoas que pensam/sentem da mesma forma (ONGs ambientalistas); formas pelas quais quem detêm o poder (governos, grandes empresas, órgãos de financiamento) se relaciona com as pessoas/serviços públicos (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP ou as Organizações Sociais – OS)

## **6 Um pouco de discussão**

Do ponto de vista liberal, entre tantas instituições características das formas de sociabilidade do capitalismo tardio, as comunidades amazônicas, e outras, podem ser pensadas como uma modalidade de expressão de Associações Voluntárias – AV –. Em determinada medida, possuem os mesmos fundamentos das ONGs e, independentemente de sua denominação, as ONGs são descritas no Brasil como estruturas capazes de viabilizar “a afirmação de direitos legais e morais por parte de indivíduos independentes”.<sup>30</sup>

Apesar da fé daqueles que vêem no associativismo um veículo para a construção de uma cidadania planetária ou como um instrumento capaz de enfrentar a “matriz patriarcal, hierárquica e corporativa da cultura brasileira”,<sup>31</sup> a análise da bibliografia internacional e o acompanhamento da execução de algumas políticas públicas, sugerem outras possibilidades. Destaco que não relaciono o associativismo ao processo de descentralização política realizado no Brasil, ao longo da década passada, pois tais mecanismos podem ser acionados de forma independente, mesmo quando aparecem em conjunto.

<sup>30</sup> Fernandes (1995, p. 23).

<sup>31</sup> *Ibidem*; Moçouçah (1995, p. 37).

Argumenta-se que as associações representam o espaço de uma cidadania compartilhada. Seria um *locus* de realização da autonomia pessoal. Dessa forma, a construção de uma identidade comum potencializaria a consecução de determinados objetivos comuns.<sup>32</sup> Nesse sentido, posso pensar em grupos de *Hip-Hop*, *Rap*, e outras manifestações artísticas étnicas, como o grupo que se reúne em torno da Capoeira Angola, que busca explicitamente “construir novas formas de sociabilidade de viver juntos”. Entretanto, a construção da identidade comum é matizada de forma distinta pelos integrantes do grupo, sejam eles afrodescendentes brasileiros ou norte-americanos. No Brasil, o mestre fundador do movimento é um bedel de uma escola pública soteropolitana, Mestre Pastinha. Nos Estados Unidos, as raízes do movimento tiveram de ser deslocadas para a África, e Mestre Pastinha perdeu sua posição de fundador de um movimento, para ser apenas um elo de uma cadeia que volta às “origens” africanas.

Em outra dimensão, vemos que as associações, na medida em que crescem cada vez mais, estratificam a contribuição de seus integrantes, mantendo a autonomia pessoal a um grupo restrito, como ocorre em várias organizações. Mesmo quando não estão imbricadas em processos de manipulação ideológica, ou de dependência organizacional, pode-se dizer que “a autonomia pessoal que o compromisso associativo proporciona não é um bem público em si mesmo” (*idem*).

O segundo argumento aponta as associações como um espaço que potencializa os vínculos de reciprocidade, sociabilidade e solidariedade associativas (*idem*). Entretanto, o que se vê com mais frequência, são organizações que reproduzem um sistema de relações hierárquicas, que seguem princípios de filiação, fidelidade, cumplicidade, como sindicatos e até ONGs.

Nesse universo, o “tempo da política”<sup>33</sup> se reproduz em “espaços de política”, entrelaçando faccionalismo com parentesco, fidelidades com ação conjunta, em um universo político em que não há apenas interesses em jogo. Visões de mundo, ideologias, utopias, paixões são acionadas com pouca reflexividade. Sair de uma ONG para uma outra é, na prática, quase como mudar de time de futebol: uma traição sem perdão.

<sup>32</sup> Cefai (2002, p. 95).

<sup>33</sup> Heredia (1996); Palmeira (1996).

Como um todo, esses vínculos, quando reforçados, não representam um aumento de experiência pública para seus membros e sua ação se dirige em direção a bens públicos, ou coletivos. Na prática, o processo de construção dessas associações privilegia a identificação e a formação de líderes. Faz com que se construam representantes que se especializam em falar para “fora”, aprendam um novo idioma e percam suas referências comunicativas, para dentro. Em casos limites, vemos representantes que não mais representam os interesses de seus coletivos de origem, mas de seus próprios interesses, ou de outros círculos externos à associação.<sup>34</sup>

Há, também, o argumento de que são espaços de produção e acumulação de capital social, por meio das relações de interação face a face e relações de reciprocidade horizontais que propiciam um círculo virtuoso que, por sua vez, favorece o fortalecimento do compromisso cívico.<sup>35</sup> Há inúmeros argumentos positivos ou contrários a esta tese. Não vi processos associativos verdadeiramente horizontais. Na grande maioria das vezes, o que se verifica é um processo associativo que visa a facilitar as relações com o Estado, com outra ONG ou agilizar o acesso ao crédito ou ao mercado.

Talvez o sucesso atual de algumas associações, ou a chave de seu fracasso no futuro sejam as relações construídas por seus dirigentes com os gestores públicos, que canalizam recursos para a área de atuação da entidade. Muitas vezes são relações construídas sob o signo do projetismo<sup>36</sup> que transformaram relações sociais em cláusulas, monetarizam o tempo e criam dependência e não autonomia.

Um outro aspecto do associativismo diz respeito à sua possibilidade de produzir, traduzir, elaborar e fazer circular informações em um universo mais amplo.<sup>37</sup> O contato com os representantes segue padrões particulares. Hoje não se pode pensar em fazer uma reunião com várias entidades sem a presença de um “facilitador”, sem “técnicas” de reunião de grupo que, inicialmente, não são dominadas pelos participantes, a não ser pelo “facilitador”. Com o tempo, as relações dos representantes dos grupos locais com o universo externo, acaba por se conformar a este modelo. Qualquer outra forma de contato não

<sup>34</sup> Bourdieu (1998).

<sup>35</sup> Putnam (1998).

<sup>36</sup> Pareschi (2002).

<sup>37</sup> Cefai (2002, p. 98-99).

é autorizada, ou tem valor menor do que aquelas que cumpriram os novos rituais de ratificação da assimetria de poder.

Nesse sentido poderiam ser pensadas como “escolas de democracia deliberativa”.<sup>38</sup> Nestes espaços, o trabalho de formação política e os espaços de tomada de decisão, quando ocorrem, poderiam despertar um sentido crítico, desenvolver estratégias argumentativas que seriam formadas por “consensos de interseção”.<sup>39</sup> Entretanto, o universo das associações aqui descritas mostra dois sistemas distintos, no qual quando houve consenso, ou ele não foi construído em uma interseção de trajetórias distintas ou não foi valorizado, nem interna, nem externamente. Como espaços de formação política, as associações comunitárias revelam-se um palco para a disseminação de ideologias e visões de mundo externas aos grupos e o florescimento de processos de colonização de corações e mentes.

De fato, as assembleias – desde o movimento sindical até o Congresso Nacional – constituem-se em espaços em que o exercício da fala está concentrado nos líderes ou nos formadores de opinião. Como enunciados performáticos, os atos de instituição têm sua eficácia vinculada a uma “instituição capaz de definir as condições para que a magia das palavras possa operar”.<sup>40</sup> Em vários casos a entidade que é responsável pela garantia da eficácia mágica é um coletivo que não corresponde nem ao indivíduo, nem à associação e, muito menos, ao Estado. São grupos internos, que se formam por meio de identificações diversas, mas que acaba por ser a base do movimento e o maior responsável pelo sucesso ou insucesso de um ação coletiva.

Outra característica sugerida para as associações modernas diz respeito à competência cívica e à inculcação de valores cívicos que proporcionam.<sup>41</sup> Não tenho elementos para julgar se tais princípios são verdadeiros e inerentes ao associativismo. Além de questões não resolvidas acerca das tensões entre o individualismo e o coletivismo,<sup>42</sup> em uma sociedade na qual a cultura cívica não é partilhada com sentidos comuns, fica a pergunta sobre qual o sentido da competência a ser adquirida e que valores serão inculcados.

<sup>38</sup> Cohen apud Cefaï (2002, p. 100).

<sup>39</sup> Ricoeur apud Cefaï, *ibidem*.

<sup>40</sup> Bourdieu (1998).

<sup>41</sup> Rosenblum (1998) apud Cefaï (2002).

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 103.

Como espaços de formação política, as associações comunitárias revelam-se um palco para a disseminação de ideologias e visões de mundo externas aos grupos e processos de colonização. O ideal de “educação ambiental” é a mudança de “atitudes e valores” na qual não há preocupação em conhecer quais atitudes e valores eram praticados. Toma-se por garantido que os novos são superiores e, portanto, válidos para inculcação nos grupos locais. Aprende-se muito mais conceitos “modernos”, como “desenvolvimento sustentável”, “futuras gerações”, do que sobre sua posição concreta no “mundo contemporâneo”, que escolhas podem fazer e quais são as consequências que podem advir de cada decisão.

Seus espaços de tomada de decisão, como as assembleias de pescadores que elaboram o Plano de Utilização da Resex, acabaram sendo esvaziados. Foram duplamente atacados. Por um lado, o saber local ficou subsumido ao saber científico, como vimos no Capítulo 1, por outro, intérpretes do processo questionaram o aspecto democrático de tais assembleias.<sup>43</sup>

O argumento utilizado foi que nessas assembleias a voz corrente era a dos mestres de pescaria e aos demais companheiros restava acompanhar os mestres nas votações. A crítica parece válida, pois corresponde a falas de alguns pescadores, mas, por outro lado, descreve os personagens centrais das assembleias dos pescadores. Entretanto, uma observação mais atenta dos espaços da política, entre nós, e as formas de sociabilidade entre os pescadores, poderiam validar as assembleias como espaços legítimos de tomada de decisão e os seus resultados.

Como enunciados performáticos, os atos de instituição têm sua eficácia vinculada a uma “instituição capaz de definir as condições para que a magia das palavras possa operar”.<sup>44</sup> No caso dos pescadores de Arraial do Cabo, a instituição responsável pela garantia da eficácia mágica é a companha e não a Associação, o Ibama, a Colônia, o pescador individual. E, em uma companha, seja em um barco a motor com equipamentos modernos, como um sonar, ou em uma canoa a remo sendo orientada por um vigia no alto de um morro, a voz do mestre é a voz do sucesso ou do insucesso, da segurança ou do risco, da continuidade dos companheiros de uma pescaria.

---

<sup>43</sup> Silva (2004).

<sup>44</sup> Bourdieu (1998).

Como instâncias concretas, as associações também possuem uma historicidade, enquanto processo. Além de não serem estruturas recentes, no ordenamento social ocidental, o perfil das associações mudou bastante ao longo desses últimos séculos. Utilizarei dois modelos para efeito de análise.

Na Finlândia, por exemplo, as primeiras instituições desse tipo foram criadas no seio de classes abastadas, como um mecanismo de afirmação da própria classe. Já ao final do século XIX, as associações finlandesas haviam incorporado o cidadão comum e eram dirigidas por princípios de igualdade liberais. A virada do século testemunhou o crescimento das características classistas destas organizações, propiciando a classificação das redes destas entidades em campos políticos de direita ou de esquerda e, ao longo do século XX, seu caráter foi cristalizando-se como espaço de representação de interesses coletivos.<sup>45</sup>

Em consequência desse processo, as AV eram o mecanismo central da mediação entre a sociedade civil e o sistema político. Os limites entre o Estado e a sociedade civil eram dados por essas AV. Nesse caso, o Estado finlandês estava construído de forma implícita como um dos componentes do modelo ideal local de associação. Os ativistas das associações confiavam mais nas instituições políticas do que a média da população confiava no Parlamento e na Igreja – *locii* por excelência da democracia burguesa e da sociedade civil. Em seguida, outras instituições estatais, tais como universidades, autoridades arrecadoras e fiscalizadoras, tribunais e a polícia. Jornais, revistas, rádio e televisão eram menos confiáveis, aos ativistas, em relação ao resto da população.

Os finlandeses pareciam confiar mais em instituições que estavam vinculadas ao Estado ou semivinculadas, provavelmente porque estas instituições estiveram conectadas às atitudes positivas do Estado de Bem Estar Social Finlandês. Os movimentos sociais finlandeses foram tradicionalmente centrados no Estado e orientados para ele. Portanto, construídos de forma centralizada (*idem*).

No Brasil, os estudos históricos de associações voluntárias seguiriam em grande parte esse modelo, somente até o início do século XX. Até o Império, as associações voluntárias, como as maçônicas e as irmandades, ajudavam a preservar o Estado patrimonialista, herança

<sup>45</sup> Este autor revela que entre os países nórdicos o índice de filiação às AV era de 90% na Suécia, 89% na Noruega e 77% na Finlândia. Cf Siisiäinen (1999).



do colonialismo português. Algumas Mútuas, como a de alfaiates em Niterói/RJ, deram início a processos de proteção social, mediante agrupamentos corporativos.

No Império, surgiram outras formas de associação (não tão voluntárias), como as Capatazias, instituídas em 1849, como forma de organizar os pescadores artesanais da costa brasileira, vinculadas às Capitânicas dos Portos, criadas no ano anterior. O vínculo a tais capatazias tornava os pescadores força reserva da Marinha Brasileira, correspondendo a uma forma alternativa de serviço militar obrigatório.

Na Primeira República as Capatazias foram transformadas, a partir de 1912,<sup>46</sup> nas Colônias de Pesca. Na década de 1920, estas foram multiplicadas ao longo de todo o litoral, por meio da missão “colonizadora” de um oficial da Marinha, o Capitão Villar. A Marinha, a quem as Colônias estavam vinculadas,<sup>47</sup> “reduziu” os pescadores a sua “força reserva”, em suas novas estruturas que foram, em sua maioria, lideradas por um suboficial aposentado. Entretanto, as Colônias de Pesca foram, segundo seu idealizador, a “obra mais genuinamente republicana realizada pela República”.<sup>48</sup>

A revolução de 30 e o governo Vargas buscaram eliminar o patrimonialismo tradicional da herança ibérico-lusitana, ao qual a Primeira República somara o fisiologismo gerado pela política dos governadores. Surgira a primeira das gramáticas pela qual o Estado brasileiro “fala” com a sociedade: o clientelismo.<sup>49</sup> No Estado Novo, o fim da Política dos Governadores deu lugar ao centralismo federativo e o Estado Patrimonial cedeu lugar ao Estado Corporativo. Os estamentos foram estatizados, já não bastavam as “ordenações” para o controle da ordem. Era necessário que o amortecimento dos conflitos entre o Capital insurgente e a mão de obra assalariada ressurgente passasse a ser feito não só pelo, mas dentro do Estado. Entretanto, reconhecendo a assimetria entre esses polos, o Estado Brasileiro criou uma Justiça do Trabalho. O Contrato de Trabalho não é um instrumento entre cidadãos iguais, mas representa um pacto entre representantes de estratos

<sup>46</sup> Lei 2.544/12.

<sup>47</sup> Desde o século XIX as relações dos pescadores artesanais com o Estado são vinculadas, alternativamente, ao Ministério da Marinha e ao Ministério da Agricultura. Atualmente estão divididas entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP.

<sup>48</sup> Villar (1931, p. 16).

<sup>49</sup> Nunes (1997, p. 34).

distintos, não só econômica, mas também social e politicamente. A Carteira de Trabalho não é apenas um documento de identidade, mas:

pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examinar, logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica, com uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escala profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência. (A. Marcondes Filho, Carteira de Trabalho.)

Na continuação do governo Vargas e de seu esforço em construir uma identidade verdadeiramente nacional, construíram-se mais duas expressões de poder além do corporativismo: o insulamento burocrático e o universalismo de procedimentos, ambos pensados para substituir o clientelismo.

O insulamento burocrático correspondeu a uma transformação e elevação do estamento burocrático, fragmentado no nível estadual pela República Velha. Nos termos de Edson Nunes, “o insulamento burocrático é o processo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência oriunda do público ou de outras organizações intermediárias”.<sup>50</sup> A universalização de procedimentos correspondeu à fase final da reforma administrativa realizada, cujo componente modernizante, a partir da construção de um domínio público, seria o mais importante. Esta se constituiu em um conjunto de normas que poderiam “ser formalmente utilizadas por todos os indivíduos da *polity*, ou a elas aplicadas, ao elegerem representantes, protegerem-se contra abusos de poder pelo Estado, testarem o poder das instituições formais e fazerem demandas ao estado”.<sup>51</sup>

Apesar de todas as dificuldades, houve modificações nos mecanismos de sustentação do poder das elites naquele período. Não ocorria uma dominação patrimonialista, na qual o poder nascia da propriedade de todos os bens e do direito à desapropriação de todas as rendas. Houve “uma formalização crescente do relacionamento de agências

<sup>50</sup> Nunes (1997, p. 34).

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 23.

estatais com os grupos de interesses afetados por suas decisões”.<sup>52</sup> As instituições típicas deste período são as Caixas de Pecúlio e Pensões – embriões do sistema previdenciário universal de hoje – e as unidades do Sindicalismo de Estado. As características deste sindicalismo são: 1) uma estrutura que limita a prática sindical; 2) função desorganizadora das classes trabalhadoras; 3) dominação ideológica, por meio da figura do sindicato oficial; 4) tutela por parte do Estado; e 5) reflexo de uma ideologia populista.<sup>53</sup>

A *démarche* da institucionalização da vida política e social brasileira também pode ser acompanhada a partir da definição do conceito de cidadania regulada, resultado do processo corporativista iniciado na década de 1930. Seu ápice corresponde à explicitação de um híbrido institucional brasileiro, que se caracteriza pela associação de uma “morfologia poliárquica, excessivamente legisladora e regulatória, a um *hobbesianismo* social pré-participatório e estatofóbico”.<sup>54</sup>

O conceito de híbrido institucional corresponde a um modelo de organização política que percorreu o eixo da participação e, posteriormente, o da liberalização, e chega ao estágio poliárquico. Entretanto, nesse estágio, outros componentes fazem com que o *output* das instituições liberais desenvolva-se no sentido de uma “ultra-regulação”, na qual o mercado, ou a sociedade, tem pouca autonomia, diante do oficialismo estatal. O comportamento dos elementos societários, tomados individualmente, tem características de “ultra-maximização”. Um estado de natureza, anterior a qualquer contrato social, anterior à própria vida em sociedade.<sup>55</sup>

Podemos pensar no cidadão do híbrido institucional como um “Homem Econômico Irracional”, cuja busca pela maximização de seus ganhos pode colocar em risco a si próprio, ou as instituições sociais. De qualquer forma, o híbrido institucional brasileiro poderia ser enunciado como um modelo no qual um lado da sociedade ocupa-se em regular a vida do outro, enquanto este se ocupa em não respeitar os regulamentos elaborados pelo primeiro.

<sup>52</sup> Diniz (1991, p. 120).

<sup>53</sup> Boito (1991, p. 12-13).

<sup>54</sup> Santos (1994, p. 79, grifos do autor).

<sup>55</sup> Santos (1994).

No “vento” da redemocratização da década de 1980, e dando continuidade à resistência que a Igreja Católica iniciara no campo, o ideal associativo e representativo foi responsável pela criação de inúmeras associações de moradores nas principais capitais. Elas atuavam como atores políticos efetivos no cenário democrático em reconstrução.<sup>56</sup> Entretanto, foram rapidamente absorvidas pela lógica verticalizante da “memória” do Estado Corporativo, ou do Oficialismo, e passaram a se estruturar em associações locais, federações, confederações. Alguns de seus membros ingressaram no universo político eleitoral, por exemplo, um deles chegou a ser eleito Vice-Prefeito, na cidade do Rio de Janeiro.<sup>57</sup> Pouco depois, o movimento segmentou-se. Um grupo de associações de moradores passou a representar as classes médias urbanas e outro, os grupos de mais baixa renda, que buscaram manter uma estrutura federativa.

A década de 1990, sob as diretrizes da nova Constituição Federal, foi palco de explosão de associações, dos mais variados tipos. Os servidores públicos oficializaram suas organizações no formato sindical, e suas lideranças foram beneficiadas pelo papel dos sindicatos oficiais. Foram habilitadas a “falar” com o Estado em nome de sua categoria, não apenas dos associados, ou com delegações específicas. ONGs nasceram, ocupando novos espaços, notadamente na área ambiental e étnica. Várias políticas públicas, como o Programa Comunidade Solidária, as Reservas Extrativistas, a titulação de terras de remanescentes de quilombos, passaram a exigir a existência de uma associação local para a concessão dos benefícios dessas políticas, vistos como coletivos.

Outra perspectiva de análise sobre as ONGs dá conta de sua vinculação com modelos de organização social que foram criados nos países centrais, em função de desenvolvimentos sociais e políticos, que não faziam parte de nossa história.<sup>58</sup> Outras análises mais rigorosas já foram feitas, identificando-as como executoras de uma “função de controle e mistificação de ideologias”. O número de ONGs no Terceiro Mundo

---

<sup>56</sup> Pelo menos no Estado do Rio de Janeiro.

<sup>57</sup> Jó Resende era Presidente da Associação de Moradores da Tijuca, depois da federação estadual – Famerj –, e foi eleito na chapa com Saturnino Braga, pelo PDT.

<sup>58</sup> Não posso deixar de pensar que, como já foi dito, nunca tivemos um Estado de Bem Estar Social, mas tentamos viver um estágio posterior a ele.

foi estimado em cerca de 50.000, que gerenciam mais de US\$ 10 bilhões ao ano,<sup>59</sup> fora os recursos repassados pelos governos nacionais.

O crescimento acelerado desse tipo de associação, no último quarto do século passado tanto pode ser interpretado como uma reação a governos totalitários, em vários cantos do mundo, quanto como um freio nos movimentos sociais radicais. Os canalizou para formatos mais adequados ao controle, por parte das elites locais e transnacionais. Esta aparente contradição seguiu, entretanto, uma linha ideológica clara.<sup>60</sup>

Organizações humanitárias e de defesa de direitos humanos o fazem localmente. Raramente buscam associar práticas violentas nacionais a mecanismos internacionais, como agências de fomento. Muitas vezes estão associados a projetos de desenvolvimento e expansão do livre mercado. Outras associações se voltaram para conceitos de autoajuda e auto-organização, no sentido de superação de desigualdades sociais. O modelo não foi questionado, mesmo que novas identidades tivessem de ser construídas.

As ONGs também corresponderam a um setor que absorvia a mão de obra formada nas universidades, com origem nas classes dominantes e que não encontravam espaço no mercado de trabalho oficial.<sup>61</sup> Entretanto, no Brasil, a marca dessas relações de trabalho é a informalidade, criando no futuro um grande *déficit* para as políticas públicas de seguridade social e/ou abrindo mercado para os fundos de pensão e assistência à saúde privados.

Outra dimensão relevante das ONGs diz respeito a seu financiamento. A ideia de um “terceiro setor” local, organizando-se e encetando uma ação coletiva em direção aos seus objetivos, não encontra eco na realidade. Vemos como modelo geral um sistema de financiamento que é estatal na maioria dos casos – estados nacionais ou estrangeiros. Quando não estatal, sua fonte são recursos internacionais que tiveram origem em renúncia fiscal em seus países sede. Vários movimentos estão em ação: culpa, solidariedade, ou filantropia. Seriam como se estivéssemos em uma etapa do “retribuir”, sem ter muito bem definido o que foi “dado”.

Nas linhas de uma nova forma de colonialismo, as prioridades de formas de atuação são definidas nos países centrais e posteriormen-

<sup>59</sup> Petras; Veltmeyer (2003, p. 128).

<sup>60</sup> Ibidem, p. 130.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 131.

te “vendidas” às comunidades locais, mediante ONGs “parceiras”. “ONGs priorizam projetos, não movimentos. Mobilizam pessoas para produzirem às margens do sistema, não para disputar o controle dos meios de produção e riqueza”.<sup>62</sup>

Nessa linha de análise, são identificados efeitos de redução do descontentamento social, que ajustes estruturais impostos pelas agências de fomento multilaterais, como Banco Interamericano para o Desenvolvimento – BID –, Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD –, a agência de fomento internacional inglesa – DIFD –, o banco alemão para apoio internacional – KfW –, entre outros, impõem, para a concessão de financiamentos. O foco muitas vezes é deslocado para pequenos projetos, de alcance local, que muitas vezes acabam por despolitizar movimentos sociais locais.<sup>63</sup> Faço uma ligação com o conceito de *Projetismo*, já discutido.

Estas organizações e suas lideranças crescem de importância na medida em que controlam parcelas cada vez mais significativas dos movimentos sociais. O comportamento das ONGs frente à chegada de outras ONGs é semelhante às empresas capitalistas diante de um concorrente, por fatias de mercado. Não são considerados os efeitos positivos que um maior leque de ações poderia trazer aos grupos, ambiente e recursos naturais. O que será considerado é a competição pelos recursos públicos e privados passíveis de serem captados, para a perpetuação dos problemas sociais e ambientais.

O conceito de “sociedade civil” seria desprovido do sentido virtuoso que lhe é assegurado. De fato, mesmo incorporando um ideário positivo, ou de esquerda, ele ainda é, na maioria dos casos, exógeno e incompleto. Empoderamento, igualdade de gênero, desenvolvimento sustentável são conceitos que acabam por servir como um arcabouço de colaboração com órgãos e agências do Estado e dos financiadores.

Esse ideário é tão atrativo que proliferam atores representantes de uma “política pessoal”. Atores privados que participam de dispositivos e atuação pública, provocando a fluidez nas fronteiras entre uma esfera e outra.<sup>64</sup> Tornadas frágeis, as fronteiras permitem também o movimento inverso em uma estrutura de “política pessoal”: atores públicos que se

<sup>62</sup> Petras; Veltmeyer (2003, p. 133).

<sup>63</sup> *Ibidem*.

<sup>64</sup> Cefai (2002, p. 93).

movimentam de acordo com seus interesses e ideologias particulares.<sup>65</sup> Assim é que proliferam os ING.

Quem ainda não conheceu uma ONG, no Brasil, que é formada por apenas uma pessoa, ou só uma fala, age, decide, entretanto, não em seu nome, mas em nome de sua “associação”. Nesses casos, as relações face a face que poderiam construir boas políticas no interior das organizações<sup>66</sup> só acontecem entre ego e seu alter ego, o que certamente dificulta alcançar o objetivo desejado.

Uma característica marcante entre os ING é a rapidez com que se movem nos cenários de conflito, como mudam as formas como significam as disputas. Se for possível traçar as trajetórias de uma determinada organização e posicioná-la dentro de um contexto de ação inteligível, um ING dificilmente permitirá que esta construção seja feita. O que interessa a quem detém o poder, pois a cooptação fica mais fácil e seu mecanismo mais invisível.

Seria somente a sociedade que abrigaria esses representantes? É certo que não. Entre os representantes do Estado existe o que chamo de IG, os Indivíduos Governamentais. São funcionários públicos – efetivos ou não – que no exercício de sua função pública pautam-se não nas políticas e diretrizes do órgão ou do governo, mas em seus interesses e ideologias próprias.

Por outros motivos distintos daqueles que descrevi em outro texto,<sup>67</sup> os IGs não estão, nem a serviço do Estado e nem do Público. Estão a serviço de si mesmos, de suas crenças, ideias, motivações. O que poderia não ser um problema, dependendo da instituição e da função. Em uma universidade, por exemplo, espera-se que o ensino seja o mais plural possível. Esta é a diretriz desse órgão e é o que a sociedade espera dele.

Trata-se de discutir a própria ideia de cidadania. O exercício dos três componentes clássicos de cidadania, direitos legais, políticos e sociais<sup>68</sup> definem o cidadão? Em nossa sociedade, os direitos legais explicitam uma igualdade que é negada por meio de um princípio

---

<sup>65</sup> Não me refiro acerca de situações de corrupção ou de não cumprimento de dispositivos legais (incúria) por parte de servidores públicos, onde estes estariam auferindo benefícios materiais de alguma forma. Os benefícios neste sistema são simbólicos e referem-se a posturas e ações que dizem respeito a ideologias particulares.

<sup>66</sup> Putnam (1998).

<sup>67</sup> Lobão (1998).

<sup>68</sup> Marshall (1964).

hierárquico holista.<sup>69</sup> Isso quer dizer que há uma organização que discrimina segmentos em termos de acesso a direitos, à justiça ou à informação para toda a sociedade. Os segmentos superiores constroem filtros que inibem a mobilidade social e o acesso a direitos universalizados. Por tudo isto nossa sociedade não deve ser classificada como uma sociedade igualitária e individualista.

O acesso ao “Meio Ambiente” é exemplar. O direito de todos condiciona direitos diferenciados de acesso e benefícios. Em uma unidade de proteção integral, pesquisadores, turistas – e, por conseguinte, operadores de turismo – têm acesso franqueado. Os grupos tradicionais que lá habitavam, não.

O acesso aos direitos sociais, sem que os dois outros estejam universalizados, não pode ser realizado de forma plena. Acabam por ficar além de direitos passivos, tornam-se direitos tutelados, ou seu conjunto acaba por reproduzir continuamente uma cidadania tutelada.<sup>70</sup> Essa tutela, atualizada pelo Estado e seus representantes, apra outros setores da vida nacional e ultrapassa as dimensões da concessão ou obtenção de direitos. Potencializada por conceitos como o desenvolvimento sustentável, coloniza pensamentos, padroniza ações e constrói seres miméticos sem a autonomia dos modelos originais.<sup>71</sup>

Em determinada medida o comportamento das ONGs são miméticos em relação aos do Estado. Mas o Estado também construiu um duplo mimético, as Organizações Sociais – OS – e em uma proposta mais atual, as Fundações Estatais de Direito Privado – FEDP. Usando uma imagem que une a sociedade civil e o Estado, pode-se dizer que as ONGs são uma forma de a sociedade civil se apropriar do poder do Estado. Em contrapartida, quando o Estado deseja ter a liberdade da sociedade civil, ele cria uma OS, ou uma FEDP. Com as particularidades de cada uma, são versões cujo poder é bem menor do que seus correspondentes originais, mas cumprem papéis que os originais não poderiam, ou não desejam, desempenhar.

Em ambas, um aspecto desejado pelo liberalismo encontrou um campo fértil: o da flexibilização das relações de trabalho. Considerado uma herança indesejável do Estado de Bem Estar, os direitos trabalhistas, principalmente aqueles destinados aos direitos de seguridade social,

<sup>69</sup> Kant de Lima (2000).

<sup>70</sup> Santos (1994).

<sup>71</sup> Taussig (1993).



movimentam recursos cobiçados pelo mercado. Planos privados de saúde, proteção contra acidentes de trabalho, planos de previdência privada buscam aumentar sua base de adesões não necessariamente pela oferta de serviços diferenciados. Esse setor pretende a total desregulamentação das relações de trabalho, e se assenhorear dos recursos que, hoje, alimentam um sistema de seguridade social público e universal.

## 7. Algumas conclusões

A discussão aqui desenvolvida aponta para aspectos característicos do desenvolvimento do associativismo em nossa sociedade. Analisado em uma perspectiva de longo prazo com uma lente de amplo espectro, ele apresenta aspectos incluídos e ampliados e já foi vinculado ao aumento da participação democrática no Brasil contemporâneo.<sup>72</sup> Se trocarmos a lente por uma que nos aproxime das associações e seu funcionamento, poderemos chegar a conclusões bastante distintas.

A primeira refutação é acerca do caráter voluntário de grande parte do associativismo contemporâneo, ou de seu significado como potencializador da livre expressão de seus participantes. O associativismo que se instalou entre nós nunca foi livre, construído de baixo para cima. Ele não representou uma caixa de ressonância de vozes concordantes em seu diálogo com o Governo, como nos sugere a interpretação sobre o associativismo nórdico. As associações, compulsórias como as Colônias de Pesca, ou livres, como as associações de pescadores, cada uma em seu momento pretendeu “libertar” os pescadores do jugo do Estado, apenas estabelecendo uma outra forma de cerceamento da expressão e da comunicação.

Mesmo em uma política pública que nasceu de um movimento social emancipador como as reservas extrativistas conquistadas pelos seringueiros, vimos que o caráter compulsório do associativismo tanto constrói redes institucionalizadas que são utilizadas para conformar os grupos locais a modelos pré-concebidos em algum outro tempo e lugar quanto reproduzem interesses particulares de lideranças eventuais.

Conceitos exóticos como desenvolvimentos sustentável, empoderamento, gestão participativa, *stakeholders*, são assimilados sem nenhum grau de consciência crítica. Nada mais significativo do que a fala de uma liderança da Resex de Corumbau sobre o desenvolvimento de um projeto na resex: “Vocês cobram a organização do

<sup>72</sup> Kerbaux (2004).

pescador. Mas vocês, consultores, ONGs, Ibama chegam aqui tudo desorganizado. Cada um fala uma coisa. Acho que vocês deviam se organizar primeiro, depois vir cobrar da gente”.

Não é à toa que os exemplos constantes do *The World Bank Participation Sourcebook* são de países do terceiro e quarto mundos: Yemem, Egito, Brasil, Colômbia, Nigéria, Benin, Paquistão etc. Ou para o primeiro mundo não há necessidade de um “manual” sobre participação, ou não há experiências exitosas de participação. Mesmo quando no tempo essas experiências não tenham sido tão bem-sucedidas como seus autores pretendiam.<sup>73</sup>

De fato, acredito que seja esse papel inculcador de valores e princípios a síntese do associativismo que é praticado contemporaneamente entre nós. Como as reduções jusúcticas de nossa colonização, as associações obrigatórias em nosso ordenamento sociopolítico representam espaços em que uma gramática e um vocabulário é disseminado, para que o Estado comunique suas diretivas e receba filtradas as demandas dos grupos. Um novo mapa cognitivo é pouco a pouco desenhado nessas lideranças, que passam a deter um novo referencial de reconhecimento. Não mais do grupo em direção ao exterior, mas exatamente em sentido contrário. Nem redistribuição, nem reconhecimento. Estruturas que permitem uma nova cadeia de dominação, baseada no controle e manipulação das informações e aspirações dos grupos.

## REFERÊNCIAS

APEL, K.-O. A necessidade, a aparente dificuldade e a efetiva possibilidade de uma macro ética planetária da (para a) humanidade. *Revista da Comunicação e Linguagem*, São Paulo, n. 15-16 – Ética e Comunicação, p. 11-26, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998.

CEFAÏ, Daniel. Acción asociativa y ciudadanía común: ¿La sociedad civil como matriz de la res publica? In: BENEDICTO, Jorge; MORÁN, Maria Luz. *Aprendiendo a ser ciudadanos: experiencias sociales y construcción de la ciudadanía entre los jóvenes*. [S.l.]: Estudios Injuve, 2002. Disponível em: <<http://www.injuve.mtas.es/injuve/contenidos.downloadatt.action?id=1395427125>>.

<sup>73</sup> Ver Lobão (2006).

CUNHA, Manuela C.; ALMEIDA, Mauro B. W. Indigenous people, traditional people and the conservation in the Amazon. *Daedalus*, Cambridge, v. 129, n. 2, 2000.

\_\_\_\_\_. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: *Biodiversidade na Amazônia Brasileira*. Brasília, DF: Instituto Socioambiental: Estação Liberdade, 1999.

FERNANDES, Rubem C. Elos de uma cidadania planetária. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 10, n. 28, jun. 1995.

GUTMANN, Amy. Freedom of association: an introductory essay. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). *Freedom of association*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

HEREDIA, Beatriz. Política, família, comunidade. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

KANT DE LIMA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público. In: GOMES, L. G.; BARBOSA, L.; DRUMOND, J. A. (Org.). *O Brasil não é para principiantes*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 105-124.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Associativismo e comportamento eleitoral na eleição de 2002. *Opinião Pública*, Campinas, SP, v. 10, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 22 dez. 2007.

KRADER, Lawrence. *A formação do estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

LOBÃO, Ronaldo. *Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento*. Tese (Doutorado)–PPGAS, UnB, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <[www.unb.br/ics/dan/teses](http://www.unb.br/ics/dan/teses)>.

\_\_\_\_\_. *Entre tutela e liberdade: uma discussão sobre as relações de poder entre a sociedade envolvente e os pescadores profissionais artesanais da beira da praia*. Texto apresentado no I Seminário nacional de Monitoramento e Estatística da Atividade Pesqueira, Brasília, DF, 2007.

\_\_\_\_\_. *O mar de todos, o mar de alguns, o mar do Ibama*. Trabalho apresentado na XXI Simpósio Nacional de História, realizado em julho de 2001, na cidade de Niterói. 2001a .

\_\_\_\_\_. *Reservas extrativistas marinhas: uma reforma agrária no mar?: uma discussão sobre o processo de consolidação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ*. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

\_\_\_\_\_. *Servidor público: a serviço do Estado ou a serviço do público?* Monografia de graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

\_\_\_\_\_. *Sou Federal! Sou Municipal! Chamem a Estadual!*: uma análise de um conflito entre esferas de poder na marina pública de Arraial do Cabo. Trabalho apresentado na IV Reunião de Antropologia do Mercosul, realizada em novembro de 2001, na cidade de Curitiba. 2001b.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a sádiva*. Lisboa: Ed. 70, 2001.

MENDES, Chico. *O testamento do homem da floresta: Chico Mendes por ele mesmo*. Org. e notas por Cândido Grzybowski. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MOÇOUÇAH, Paulo S. AS ONG's: dos bastidores ao centro do palco. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 10, n. 28, jun. 1995.

O'DWYER, Eliane C. *Relatório do estudo estratégico: situação sócio-econômica – diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas – Baixo Amazonas, municípios de Santarém Monte Alegre, Óbidos, Alenquer, Curuá, Prainha e Oriximiná*. [S.l.]: ProVárzea: IBAMA, 2002.

\_\_\_\_\_. *Seringueiros da Amazônia: dramas sociais e o olhar antropológico*. Niterói: EdUFF, 1998.

PALMEIRA, Moacyr. Política, facções e voto. In: \_\_\_\_\_; GOLDMAN, Márcio. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

PARESCI, A. C. C. *Desenvolvimento sustentável e pequenos projetos: entre o projetismo, a ideologia e as dinâmicas sociais*. Tese (Doutorado)– Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2002.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. *Globalization unmasked: imperialism in the 21st century*. London: Zed Books, 2003.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ROSENBLUM, Nancy I. Compelled association: public standing, self-respect, and the dynamic of exclusion. In: GUTMANN, Amy (Ed.). *Freedom of association*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

SANTOS, Wanderley G. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

TAUSSIG, Michael. *Mimesis and alterity: a particular history of the senses*. New York: Routledge, 1993.

WALZER, Michael. On involuntary association. In: GUTMANN, Amy (Ed.). *Freedom of association*. Princeton: Princeton University Press, 1998.



## **QUANTO CUSTA SER QUILOMBOLA NO BRASIL?: MOBILIZAÇÕES COLETIVAS E ASSOCIATIVISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

---

*Fabio Reis Mota<sup>1</sup>*

A identidade de cada pessoa é constituída de uma diversidade de elementos que não se limitam evidentemente àquilo que figura sobre os registros oficiais. Há para uma grande maioria, o pertencimento a uma tradição religiosa; a uma nacionalidade, às vezes duas; a um grupo étnico ou linguístico; a uma família mais ou menos extensa; a uma profissão; a uma instituição. A lista é bem mais longa ainda, virtualmente ilimitada.<sup>2</sup>

Amin Maalouf

### **1 Cenas**

Manhã ensolarada em uma bela praia do litoral sul do estado do Rio de Janeiro, uma das regiões litorâneas mais valorizadas no Brasil, localizada em uma Ilha, a Ilha da Marambaia, ocupada por descendentes de escravos, pescadores artesanais tradicionais e fuzileiros da Marinha de Guerra do Brasil; ocupações distribuídas ao longo dos 40 quilômetros de extensão de areia, mar e morro. Nessa manhã de 2003, dezenas de pessoas – entre mulheres, crianças, homens e alguns, mas poucos, cachorros – esperam um momento solene, um ritual esperado por muitos há anos, e desconsiderados por outros: a posse da primeira

<sup>1</sup> Professor do Dep. de Antropologia da UFF e do PPGA/UFF. Pesquisador INEAC/NUFEP/UFF.

<sup>2</sup> Extraída de Amin Maalouf, “Les identités meurtrières”.

diretoria da inédita associação de moradores da Ilha – a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo da Ilha da Marambaia. Após quase duas décadas de luta contra as investidas do Poder Público – que através da Marinha de Guerra do Brasil empreendera diversas estratégias para expulsar a população nativa com a alegação de que a mesma era invasora do território – chegava um novo momento para os nativos da Ilha. A vivência de um longo drama social resultou na articulação dos moradores na defesa dos direitos de suas terras, de seu lugar, de suas memórias guardadas em cada canto da Ilha pelos passos de seus ancestrais escravizados, que ali, logo após o fim da escravidão, viveram, trabalharam, produziram e foram aos poucos constituindo suas roças, suas casas, suas famílias, suas vidas, seu pertencimento a um território que representava muito mais do que um patrimônio físico, mas um patrimônio imemorial, imaterial, sentimental.

Alguns quilômetros do centro do Rio de Janeiro, ao sul do Estado, a Marambaia constitui um dos mais belos patrimônios ecológicos nacionais, com uma fauna rica, uma flora diversa, numa região de grande importância econômica devido ao seu potencial turístico. A chamada Costa Verde – área de intensa movimentação imobiliária desde os anos 1970, quando, no período da Ditadura Militar, foi construída a BR 101 (Avenida Rio-Santos) com o propósito de ligar o centro da cidade do Rio ao litoral sul fluminense – abriga uma diversidade de populações que podemos denominar de tradicionais (agricultores, pescadores, populações remanescentes dos escravos, grupos indígenas etc.). A sua paisagem foi sendo modificada pouco a pouco com a introdução de grandes mansões, hotéis de luxo, resultando no deslocamento dos habitantes nativos, seja por meio da compra de seus terrenos, seja com as expulsões forçadas e violentas.

Portanto, a “gente” da Marambaia, como em outras regiões do litoral brasileiro, como Maricá, por exemplo,<sup>3</sup> representa a resistência do milhão contra o tostão, na disputa pelo acesso à terra contra as investidas do poder imobiliário ou mesmo das ações do próprio Estado, como é o caso da Marambaia. O Estado brasileiro, por intermédio da Marinha de Guerra do Brasil, estabeleceu uma série de medidas políticas e judiciais, com a intenção de expulsar a população nativa da Ilha, proibindo roças, impedindo a construção de novas casas, interditando as reformas nas habitações e, no final da década de 90

<sup>3</sup> Mello; Vogel (2004).



do século XX, impetrando ações judiciais de reintegração de posse contra diversas famílias locais.

Diante de tal controvérsia, ainda que em um quadro desfavorável de relações de força política, simbólica e econômica, os moradores da Ilha da Marambaia se mobilizaram, reivindicando o reconhecimento do direito de permanência nas terras de seus ancestrais com o propósito de “deixar de ser ignorante para deixar de ser ignorado”, como anunciou em seu discurso o primeiro Presidente da Associação.

Nesse quadro, associar-se, mobilizar-se, são modalidades de ação que viabilizam destinar visibilidade para as demandas dos direitos do grupo em um conflito com o Estado, encarnado nessa situação por uma instituição militar, cuja representação política é central no cenário público brasileiro. Uma decisão que não se fundamenta por um cálculo estritamente racional-utilitário, muito menos se estabelece em uma harmonia absoluta; ao contrário, essa mobilização se processa em um quadro complexo e conflituoso, em que diferentes atores se apresentam com posições muitas vezes divergentes, resultado de diversos eventos que se desenrolam ano a ano, de situação a situação, de negociação a negociação. O processo de mobilização dos moradores se deu em uma circunstância em que as memórias, enquanto dispositivo político, tornaram-se o epicentro da controvérsia, de eventos que ordenavam e reorientavam a leitura da condição de “escravos ontem a pescadores tradicionais expulsos hoje”, como sintetizou um documento da Comissão Pastoral da Terra, ligado à Igreja Católica. Os quadros das memórias foram esquadrihados pelos atores em um longo processo de ação social e do processo de interação e negociação das formas de representar a memória, bem como sua própria história, modificando a organização social e política local. Essa manhã ensolarada, em que mulheres, homens e crianças marambaisenses se reuniam era apenas o começo de uma longa jornada...

## 2 Os planos dos cenários

Para analisar as situações de mobilizações coletivas, pressuponho que seja essencial a produção minuciosa, uma descrição etnográfica como recurso pertinente à interpretação dos fenômenos sociais na construção da *Res Publica*. Desse ponto de vista, alinho-me à linhagem teórica do presente livro, lançando mão de uma abordagem etnográfica. Parto de uma experiência compartilhada no trabalho de campo, no engaja-

mento conversacional com atores para interpretar tal problemática. Tomo como ponto de partida o estudo de uma situação, considerando que Geertz nos dizia acerca do trabalho antropológico: antropólogos não estudam aldeias, mas estudam em aldeias.<sup>4</sup>

A perspectiva etnográfica que adoto articula, ou pretende articular, diversos planos teórico-metodológicos. Considero essencial observar e interpretar não apenas a ação humana, o seu contexto, mas esta em relação aos objetos, àquilo que Bruno Latour denominou de não humanos,<sup>5</sup> com o propósito de compreender em que medida os objetos e os seres humanos em interação produzem esses espaços híbridos ou fóruns híbridos. Quando incorporo tal *démarche*, penso na possibilidade de considerar em uma análise sociológica, antropológica, os elementos materiais como faixas, ofícios, cartazes, vestimentas como agentes constitutivos para a construção de um problema público, em uma mobilização coletiva. Imaginem uma mobilização política, uma passeata, por exemplo, sem as diversas parafernálias, como rádios, cartazes, camisetas, caminhões de som ou coisa do gênero?!

Num outro plano, a análise dos sentimentos é fundamental a pesquisa etnográfica. Considero que as contribuições de Mauss,<sup>6</sup> importantes para um olhar antropológico que possa privilegiar o sentimento como um objeto de pesquisa, são cruciais para lançar um olhar sobre as expressões obrigatórias dos sentimentos que se apresentam no universo público das manifestações políticas. Os atores, por meio de seus sentimentos, exprimem visões de mundo, explicitam categorias, classificam e codificam a realidade social. Em uma mobilização coletiva, por exemplo, as pessoas evidenciam um repertório de gestos, de emoções, lançam mão de distintas corporalidades que exercem um papel importante na *mise en scene* da vida cotidiana. Podemos, por exemplo, observar a importância das expressões dos sentimentos na descrição que Vogel, Mello e Pessoa,<sup>7</sup> realizam sobre o rito de iniciação no candomblé. Particularmente a saída do Iaô à missa – ritual marcante ao iniciante do candomblé, cujo objetivo consiste em um rito final, se apresentar em público numa missa, com as indumentárias referentes ao candomblé – são evidenciados as posições e lugares dos atores nesse processo de mobilização e ação pública.

<sup>4</sup> Geertz (1973, p. 22).

<sup>5</sup> Latour (1997).

<sup>6</sup> Mauss (1999).

<sup>7</sup> Vogel; Mello; Barros (2005).

Nesse rito de passagem, nessa transição entre o lugar do iniciante e do iniciado, diversos gestos, emoções, em uma série de protocolos de etiquetas, são expressos publicamente com o propósito de marcar e inscrever esse iniciado em seu novo papel social. Mas do que um rito religioso, a ida do Iaô à missa pode ser interpretada como um tipo de mobilização coletiva pela afirmação de uma identidade paradoxal.<sup>8</sup> O Iaô deve se exprimir, pelo corpo, pelos gestos, seu pertencimento, sua identidade pública de forma a afirmar seu lugar, marcando sua fronteira no espaço público.

Portanto, parto do princípio que a descrição dos fenômenos sociais, ou sua descrição densa,<sup>9</sup> permite compreender os significados e os processos de interação. Nos termos de Geertz, explicar as explicações dadas pelos interlocutores (p. 9) é no que consiste o trabalho do antropólogo. Partindo dessa *démarche*, a cultura pode nos reportar aos conjuntos de signos pertencentes ao universo público. Nesse caso, a cultura como um sistema simbólico<sup>10</sup> permite um outro modo de perceber a ação humana, olhá-la como um texto.

A cultura dota os homens de um conjunto de operações cognitivas, conscientes e inconscientes, orientando as ações e os discursos na vida cotidiana. Nesse aspecto, a cultura é pensada como uma orientação cosmológica em que as ações se articulam aos signos que são internos ao sistema nativo. Ou, no sentido colocado por Hannerz, em que a cultura é considerada como uma questão de significado. Estudá-la significa estudar ideias, experiências, sentimentos, tanto quanto as formas externas nas quais essas internalidades se tornam públicas, sociais.

Portanto, fazer uso do conceito de cultura não significa de modo algum totalizar uma interpretação de fenômeno social, mas destinar um olhar que possibilite compreendê-lo em sua lógica, em sua complexidade interna. Por exemplo, as mobilizações coletivas, fenômeno de escala mundial, não detêm o mesmo sentido ou conteúdo simbólico e prático quando observamos as associações em distintas regiões do Brasil, da França, dos EUA etc. Na França, por exemplo, associar-se significa se engajar a problema público, partilhar de preocupações que estão orientadas e dirigidas ao bem comum,<sup>11</sup> sendo que a justificativa de

<sup>8</sup> DaMatta (1976).

<sup>9</sup> Geertz (1973).

<sup>10</sup> Geertz (1973, p. 17).

<sup>11</sup> Cefai (2007b).

uma ação associativa deve se pautar pela ideia de interesse geral.<sup>12</sup> De um ponto de vista de uma cosmologia brasileira, associar-se corresponde a participar, e não necessariamente se engajar por um problema público, pois muitas vezes, as questões particulares, como no caso dos indivíduos não governamentais,<sup>13</sup> podem prevalecer sobre o interesse do bem comum.

Desse modo, meu objetivo é tratar desses processos de mobilizações enquanto provas afetivas em que os signos de humilhação, de desrespeito que se exprimem numa linguagem política, num choque moral,<sup>14</sup> num insulto moral.<sup>15</sup> As mobilizações cumprem um papel significativo no processo de afirmação das identidades e no estabelecimento de fronteiras, bem como são espaços primordiais para a constituição dos novos sujeitos, para a manifestação da pluralidade das ações e de exposição do “eu” em seus múltiplos regimes de engajamento.<sup>16</sup>

### 3 Os atores e seus cenários

As mobilizações coletivas estão, em muitas ocasiões, relacionadas com controvérsias e conflitos públicos de diferente natureza: pela posse da terra, pelo acesso aos recursos naturais, pela aquisição de garantias trabalhistas etc. Na situação de grupos que se autodenominam quilombolas as mobilizações coletivas emergem a partir de situações em que o território ou os espaços fundamentais para a reprodução econômica e simbólica estão em risco.

Desde a década de 1990 do século XX, com a difusão do artigo 68 que reconhece o direito das denominadas comunidades remanescentes de quilombos,<sup>17</sup> assistimos a uma crescente mobilização de demandas de direitos vinculadas a essa “nova” identidade: o quilombo.

O artigo 68, assim como outros diversos instrumentos jurídicos, foi inscrito na Constituição Federal de 1988 com o propósito de reconhecer e garantir os direitos das denominadas comunidades remanescentes de quilombos. O termo quilombo, enquanto categoria política, como

<sup>12</sup> Boltanski; Thévenot (1991)

<sup>13</sup> Lobão (2004)

<sup>14</sup> Jasper (1997)

<sup>15</sup> Cardoso de oliveira (2004).

<sup>16</sup> Thévenot (2006)

<sup>17</sup> Segundo o artigo 68, incluído nos Atos de Disposição Constitucional Transitórias da Constituição Federal de 1988, aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

ressalta Alfredo Wagner,<sup>18</sup> surgiu em 1740 em carta-resposta ao rei de Portugal em virtude de consulta feita ao Conselho Ultramarino, que classificava quilombo como agrupamento de escravos fugidos.

A inscrição do artigo 68 na Constituição de 1988 permitiu, por intermédio de várias aproximações, desenhar uma cartografia inédita na atualidade, reinventando novas figuras do social,<sup>19</sup> como ao mesmo tempo novos sujeitos de direitos, cuja visibilidade está intimamente atrelada ao reconhecimento dessa identidade.

Nos anos 1990, ainda quando o artigo 68 era restrito e pouco discutido no espaço público brasileiro, moradores da Ilha da Marambaia passam a se figurar como litigiosos de processos judiciais, cujas acusações se assentavam no argumento de que eles tinham sido invasores e predadores do Patrimônio Público. Este, afetado duplamente por dois regimes de propriedade, área de Segurança Nacional e de Preservação Ambiental, era intitulado como área da União. Nesse período a Marinha de Guerra, administradora da Ilha, por meio da Advocacia Geral da União, órgão responsável pela defesa dos interesses do Estado, impetrou dezenas de ações judiciais contra os moradores de distintas praias e famílias da Ilha.

De um modo estratégico, segundo relatam os moradores locais, essas ações foram deliberadamente distribuídas por diferentes praias e famílias de modo a fragmentar a população e permitir a construção de uma interpretação de que se “tratava de um problema de fulano de tal”. Essa estratégia dificultava uma tomada de decisão e de mobilização coletiva, sobretudo diante das características da organização social local.

Como para muitos essas ações eram tidas como problemas individuais com a Marinha de Guerra, as pessoas não se comunicavam umas com as outras a respeito, ou mesmo se sentiam constrangidas em fazê-lo. Do ponto de vista nativo, ter problema com a justiça é mal presságio, concebido como algo negativo e constrangedor. Pois quem tem algo com a justiça, tem “culpa no cartório”, como diz o ditado popular brasileiro. Entretanto, na medida em que as ações começaram a ser julgadas, quase sete anos depois, as decisões adquirem uma nova conotação: casas interditadas, outras demolidas, famílias expulsas... Esse novo cenário provocou profundos choques morais e uma instabilidade emocional, já que essa circunstância não apenas criava um problema material,

<sup>18</sup> Almeida (2002).

<sup>19</sup> O'dwyer (2002).

mas também suscitava “feridas sentimentais” com o impedimento de permanecer em um local cujo pertencimento estava aliado não só ao nascimento, mas às raízes com a história do lugar, com a história dos ancestrais escravos e de antigos pescadores tradicionais que tiravam seu sustento das águas da Maramabaia; um lugar em que nasceram, cresceram e que, para muitos, significava sua única referência espacial e emocional. Não se tratava, nesse caso, apenas de uma propriedade nos termos da teoria política clássica, mas de um lugar, cujas histórias e memórias compunham a identidade das famílias locais; lugares de uso, lugares de memórias, como o cemitério que freqüentemente era lembrado pelos mais antigos da Ilha como o local que guardava a velha Camila, escrava que havia morrido com mais de 100 anos.

Nesse caso, era uma batalha que se travava contra aqueles que tiveram toda sua história e vicissitudes ligadas ao lugar. A partir desse evento as memórias sobre a Ilha ganham novos contornos, a Ilha do velho Breves, a Ilha dos escravos, a Ilha da engorda, a Ilha da Escola, a Ilha das Crias... Tais histórias compunham um repertório de uma luta, em que a disputa resultava em ganhar ou perder, pois nessa circunstância, como dizia um antigo da Ilha, “se ficar o bicho come, se correr o bicho pega, portanto seja o que Deus quiser”.

Nesse contexto, o risco adquire uma forma diferente do modo como ele é articulado por Callon, Barthes e Lascomes, pois designa um bem não identificado, ou em vias de ser descortinado por meio da abertura “*boite noire*” judicial, pois muitas das ações eram mesmas julgadas a revelia, ou seja, sem a defesa da parte em jogo, ou mesmo eram ações que recebiam um tratamento da Defensoria Pública, que tradicionalmente é incumbida de tratar de ações dos “carentes”, ocasionando um tipo de atendimento diferenciado no que concerne à comunicação entre cliente e defensor; ou através de serviços de atendimento de balcões de direitos em universidades, cujos advogados são geralmente jovens estudantes bem intencionados, porém pouco experientes.

Todos esses aspectos, somados ao poder de barganha e de legitimidade destinado à Marinha de Guerra, criavam uma situação de alta vulnerabilidade na medida em que os moradores possuíam poucos recursos simbólicos e materiais para fazer valer seus direitos e para serem reconhecidos como sujeitos de direitos. Havia um sentimento de “desamparo”, ou seja, de ausência de suportes institucionais e emocionais que pudessem fazer valer algumas garantias legais, ao

passo que as pessoas partilhavam de um medo de serem punidas, caso se envolvessem em qualquer tipo de mobilização ou organização contra as investidas da Marinha de Guerra.

Com a pressão crescente da Marinha, os julgamentos judiciais favoráveis a ela (reintegrando as casas à União) levavam os moradores a solicitar a colaboração de uma das mais importantes redes de apoio aos agricultores, pescadores, moradores de rua no Brasil: a Central Pastoral da Terra (CPT). A CPT teve um papel histórico importante no apoio às mobilizações camponesas nos anos 1970, com a organização das Comunidades Eclesiais de Base, e permaneceu influente, mesmo com sua perda sensível de força após a perda de espaço da Teologia da Libertação no seio da igreja católica, ainda nos anos de 1990 até os dias atuais. A CPT operava, e opera, a partir de redes de apoio ligadas a grupos estabelecidos em diferentes regiões do Brasil e do mundo, o que permitia uma construção de um sólido apoio à causa da Marambaia.

Um dos momentos-chave desse processo de aproximação com a CPT foi a realização de uma grande reunião em que se encontravam moradores da Ilha, padres de diferentes igrejas ligados à CPT, pastores da Igreja Batista (que possuía uma sede em uma das praias), cujas discussões foram animadas por discursos emocionados de pessoas da Ilha que, nessa situação, sentiam-se a vontade para narrar suas histórias, seus dramas, vivências e angústias diante do conflito com a “poderosa Marinha”. Entre versões preenchidas de emoções, surgiam distintas proposições e deliberações para a resolução do conflito. Dentre os diferentes instrumentos, um elemento não-humano fundamental que apareceu foi o Dossiê que possuía uma dezena de matérias jornalísticas que relatavam o caso dos moradores da Marambaia, mesclado aos dados históricos relativos à época da escravidão na Ilha, de uma importante Escola de Pesca fundada pelo então Presidente Getúlio Vargas na Marambaia, dentre outras matérias que relatavam a situação atual das famílias. Tratava-se de um repertório de justificações preenchidas de emotividade, de modo a buscar sensibilizar os atores externos que poderiam se juntar à luta pelo reconhecimento dos direitos dos proprietários da Ilha, já que a mesma havia, como lembravam os mais antigos, sido doada de “boca” pelo antigo dono da Ilha e dos escravos, o Comendador Breves. O dossiê tinha um título que propunha apelar para uma dimensão da injustiça produzida no passado e reproduzida no presente. O dossiê se intitulava “Povos da

Terra – Povos do Mar – Ilha da Marambaia: Do Tráfico de Escravos, Ontem, aos Despejos de Famílias Pescadoras, Hoje”.

Foi a partir, primordialmente, desse Dossiê que as outras autoridades públicas, entidades de Defesa dos Direitos Humanos, Organizações Não Governamentais, políticos etc. puderam tomar conhecimento do caso da Marambaia, sendo o mesmo um *actante* que faria com que essa controvérsia adquirisse um caráter público,<sup>20</sup> criando redes, mobilizando pessoas, sensibilizando atores sociais e políticos importantes que destinou uma visibilidade nacional ao conflito entre os “*escravos de ontem e Marinha de Guerra de hoje*”.

A memória sobre a escravidão, já anteriormente presente a partir de histórias contadas, marcava o legado dos sofrimentos, do pertencimento histórico vinculado a uma ancestralidade; ela ganha pouco a pouco contornos cada vez mais institucionais na medida em que os remetia a uma demanda de reconhecimento público, adquirindo uma legitimidade diante dos organismos estatais. Diferentemente da situação do filme *os Narradores de Javé* – em que habitantes de uma pequena vila buscam histórias importantes que possam balizar suas demandas diante de empreendimento que extinguiria a área habitada pelo povo de Javé – que não conseguem compor um lugar comum à sua memória, os moradores da Marambaia tornam público suas narrativas, criando um lugar próprio da “luta do povo da Marambaia” ao tomar como porto seguro as histórias, fábulas, mitologias, contos e narrativas sobre a escravidão. Esse pertencimento que os agregava levou-os ao processo de mobilização.

O primeiro momento da institucionalização dessa memória se deu com a presença da Fundação Cultural Palmares. A mesma foi fundada no ano de 1988, com o propósito de elaborar e executar políticas públicas dirigidas à população negra brasileira era, à época, o órgão governamental responsável a reconhecer, demarcar e titular as terras dos denominados remanescentes de quilombos. Com a Fundação no interior do conflito, as justificações passam a adquirir outros contornos com a aplicação política e pública do termo “remanescente de quilombo”. Tratava-se de escravos ou quilombolas? Pobres ou pescadores? O surgimento desses “novos” atores reconfigura a paisagem social, reorientando os papéis e posições na controvérsia pública. Não se tratava da defesa da paisagem provençal francesa, como no caso

<sup>20</sup> Dewey (2003); Gusfield (2006).



analisado por Callon sobre a controvérsia da implementação TGV Sul-Leste, mas na defesa de uma outra imagem: de uma Ilha habitada por ex-escravos, preenchida de histórias e contos.

Nesse caso, a Fundação Palmares ao identificar comunidade da Marambaia como um quilombo, vindo a publicar e divulgar em documentos oficiais essa informação, trouxe à tona outra face do conflito. Essa situação ocasionou uma série de debates, documentos, informações na internet que fizeram propagar como raios eletromagnéticos, justificações favoráveis e desfavoráveis à oficialização ou não da Marambaia como um quilombo.

Criou-se uma verdadeira guerra de papéis, em que ofícios, cartas, circulares vão à esfera pública promovendo um grande debate acerca do reconhecimento do direito dos quilombolas da Marambaia; ao mesmo tempo movera emoções, ligações pessoais, convicções políticas e morais, levando mesmo o pronunciamento, mesmo que ainda não sendo oficialmente sua função, de um Procurador da República, que por meio de um Ofício dirigido à Presidenta da Fundação Palmares solicitava a anulação do ato de identificação da Marambaia como quilombo por tratar-se de “*uma falsificação histórica*”.

Foram operados publicamente, por aqueles que eram favoráveis à Marinha de Guerra, três regimes de justificação. O primeiro ancorado na ideia de falsidade histórica. O quilombo, num sentido clássico do termo, o quilombo histórico, folclórico, estaria diretamente relacionado à ideia de fuga. Sendo a antiga fazenda dos Breves uma ilha, seria impossível a mobilidade, resistência e a fuga dos escravos, que seriam facilmente capturados.

A segunda justificação estava diretamente ligada com a relação entre humanos não humanos, pois reivindicavam a defesa do meio ambiente como um elemento importante a se considerar. Reivindicavam dados de pesquisas que demonstravam o valor ecológico do ecossistema da ilha e apontavam a necessidade de mantê-lo longe do alcance dos homens. O meio ambiente torna-se um agente no desenvolvimento dessa controvérsia pública. Um terceiro elemento era o argumento nacional. A Ilha é considerada área estratégica para a defesa nacional.

Todos esses diferentes planos faziam parte dos repertórios de justificações para fazer valer o argumento de que o Estado não poderia categorizar a ilha da Marambaia como um território de remanescentes de quilombos.

Em contrapartida, outros atores exerciam um papel importante, como é o caso da imprensa que, em muitas das vezes, apelava para o caráter emocional, da vida cotidiana, dos sofrimentos vividos para esboçar algumas justificativas favoráveis ao caso da Marambaia.

Se essa disputa pelo reconhecimento dos direitos dos moradores da Maramabaia gerava fortes embates públicos, muitas vezes nem tão público assim, é com a inserção do Ministério Público Federal que assistiremos a uma reorganização das cenas e dos atores. Se os pescadores da Maramabaia encontravam dificuldades para destinar visibilidade às suas demandas, de garantir legitimidade às suas narrativas, histórias e memórias, a inserção do MPF no conflito vem destinar uma qualificação pública à demanda dos mesmos.

Uma reunião no ano de 2002 na Ilha foi paradigmática. Aquele ritual foi fundamental para algumas mudanças na estrutura local. Assim, como a chegada do Capitão Cook às Ilhas Sandwich, a chegada do Procurador na Ilha foi festejada e vivida como um importante evento pelos habitantes locais.

A chegada foi celebrada com um rito solene, no qual moradores assistiam a chegada do Procurador em um barco especial da Marinha, destinado às autoridades. No cais, além dos diversos habitantes locais, encontravam-se os Fuzileiros com as indumentárias próprias de uma cerimônia de recepção de autoridades

O Procurador, ao desembarcar com sua auxiliar e alguns funcionários de uma ONG e um dos advogados dos habitantes locais, foi recepcionado, ao som das cornetas, por um Oficial da Marinha. Os moradores, em fila indiana, encostados no canto do cais, esperavam a passagem das ilustres autoridades que cumprimentavam os ilhéus. A situação se caracterizava pela formalidade, tanto por parte dos Fuzileiros, como por parte do Procurador e das demais autoridades que o acompanhavam.

Logo de início, para estabelecer uma relação formal entre as autoridades presentes, estabelecendo as prioridades e hierarquias, o Oficial da Marinha convidou o Procurador para um café da manhã nas instalações da Marinha. Entretanto, o Procurador propunha realizar antes uma reunião com os pescadores e seus familiares. Sendo assim, dirigiram-se para uma pequena praia, próxima ao cais, para o início da reunião.

O Oficial ainda acompanhou o grupo até o início da Praia, no entanto, o Procurador solicitou que a reunião com os moradores se realizasse

sem a sua presença – o que foi seguido parcialmente pelo Oficial, pois o mesmo permaneceu caminhando de um lado para o outro em frente ao terreno em que se encontravam os moradores e o Procurador – para que a “comunidade ficasse mais à vontade para se exprimir sua situação”.

O início da reunião foi marcada por uma apresentação geral do papel do MPF, sua atribuição; de forma geral o Procurador qualificava o MPF como o espaço de defesa dos direitos dos cidadãos. Em especial, como ressaltara o Procurador, o MPF era encarregado de defender os “*direitos dos grupos étnicos*”, sobretudo aqueles respaldados pela Constituição Federal. Dava explicações acerca das características do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que trata da titulação de terras de remanescentes de quilombos. Fez questão de frisar que o dispositivo jurídico não era destinado apenas às comunidades de quilombos, mas a comunidades negras rurais que possuísem “vínculos históricos e identitários com o tempo da escravidão”. Assim, como era o caso da Marambaia, segundo sugeria o Procurador.

O Procurador esclarecera que havia entrado com uma Ação Civil Pública contra o órgão responsável pela titulação e reconhecimento, à época, das comunidades negras rurais: a Fundação Cultural Palmares, com a finalidade de agilizar o processo de reconhecimento da comunidade da Marambaia.

Prestou explicações a respeito da Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF contra a Fundação Palmares e a União. Lembrou que o MPF solicitara quatro providências por parte da União: o fim da expulsão dos moradores nativos, a não destruição das residências, a tolerância do modo de vida tradicional e o retorno de moradores que porventura tiveram suas casas derrubadas. Esclareceu que a juíza deferiu em parte o pedido do MPF, julgando procedente avaliar posteriormente o pedido de retorno dos antigos moradores à Ilha.

O Procurador informou que, em virtude da Ação, a Fundação Palmares teria agilizado o processo de reconhecimento da comunidade. Para tanto, seria necessário a elaboração de um laudo antropológico a ser produzido por uma OnG responsável por “*levantar quilombos*”. Com o laudo finalizado, a Fundação Cultural poderia continuar com os procedimentos necessários para a demarcação e titulação do território, lembrava o Procurador.

Os moradores, como não conheciam suficientemente tais procedimentos, seguiram com perguntas, questionamentos, queixas, demandas. Na medida do possível, o Procurador as respondia, destinava soluções, apontava caminhos.

A situação parecia apontar, do ponto de vista dos moradores, para uma renovação dos estoques de energia para continuar na “*batalha*” pelo direito à terra. A presença de uma autoridade pública, encarnada na figura do Procurador, lhes destinava novas possibilidades de poder continuar a *luta do milhão contra o tostão*. Entusiasmados com as novas e repentinas notícias, os habitantes viam nesse momento uma oportunidade para criar uma Associação. Demandaram ao Procurador que o mesmo fosse interlocutor com a Marinha de Guerra para que esta cedesse um espaço para a constituição da sede da Associação.

Na mesma hora, estabeleceu-se uma comissão de moradores com membros de diversas praias, responsável por mobilizar os demais pescadores e familiares para a composição das chapas, visando, com isso, realizar as eleições o mais rápido possível. Seria a oportunidade de colocar em prática uma organização social local, pois em outras circunstâncias tentou-se organizar associações, como no caso da Associação dos Moradores e Amigos da Marambaia, em 1990, e da Associação Para o Desenvolvimento Socioeconômico Cultural da Ilha da Marambaia-RJ, em final 1998, cujas tentativas foram frustradas diante das dificuldades encontradas com a falta de apoio, como lembram os moradores da Marambaia, da Marinha e de outros organismos governamentais e sociais.

Entretanto, a empolgação inicial por parte dos moradores foi, paulatinamente, substituída pela incerteza diante das desistências de muitos que se engajaram ao projeto. Particularmente, nesse primeiro momento, foram os moradores protestantes (seja da Assembleia de Deus ou da Igreja Batista) os primeiros a abrir mão de participar mais ativamente do processo de construção da Associação; fosse porque descreditavam no êxito dessa nova empreitada, ou mesmo porque temiam participar de algo que poderia culminar em “*represálias*” da Marinha; já alguns foram desencorajados pelos Pastores de ambas as igrejas que viam nessa ação um indício de embate com a Marinha, o que era visto negativamente pelos mesmos.

Por outro lado, havia outra barreira. A ação coletiva implicava agrupar diferentes identidades e pertencimentos em uma única “roupagem”:

quilombola da Marambaia. A organização econômica, a pesca, e o histórico de ocupação do território pelas famílias dos escravos da casa grande e os escravos da senzala, eram variáveis fortes que barravam a ação entre esses múltiplos grupos. No caso da pesca, os “companheiros” são os pescadores que atuam em uma unidade produtiva, e os demais são competidores, pelo produto, pelo espaço, pela renda. Cada unidade produtiva é autônoma e oposta a outra unidade, criando um ambiente de fragmentação das relações e de disputa. Ao mesmo tempo, a relação entre os escravos era altamente estratificada e segmentada, entre escravos da casa-grande, escravos da senzala, capitães do mato, mucamas etc. Pesava ainda as divisões territoriais entre as praias que, por conseguinte, eram entrecortadas pelas divisões de laços de parentesco e alianças entre os ex-escravos.

Apesar de todos esses elementos, a ideia da criação da Associação foi posta em prática. Os moradores engajados no projeto elaboraram estatuto, fizeram reuniões, mobilizaram grupos de apoio, sendo que no início do ano 2003 os participantes da ainda incipiente associação se reuniram em uma das Praias da Ilha com o objetivo de realizar a primeira assembleia geral da Associação. Nesse mesmo dia foi escolhido o nome da mesma, sendo apresentados quatro nomes como sugestão: *Associação Esperança do Quilombo Renascido da Ilha de Marambaia*, *Associação de Quilombos da Ilha de Marambaia*, *Associação de Quilombolas da Ilha de Marambaia* e *Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombos da Ilha de Marambaia*. Foi esse último nome o escolhido com o total de 42 votos no universo de 50 pessoas presentes na reunião. No dia foi discutido, e consta em ata, que foi feita a menção da importância de constar o termo quilombo no nome da Associação.

Alguns meses depois foi eleita a primeira diretoria da *Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombos da Ilha de Marambaia*. A constituição da Associação oferece aos marambaisenses condições de se colocarem publicamente, de reivindicarem justiça e demandarem o reconhecimento dos direitos territoriais negados pelo Estado e, em parte, pela Justiça.

Os custos da ação coletiva, a qual me reportava acima, fora amenizada diante da tutela estabelecida pelo MPF a partir da Ação Civil Pública, pois os recursos necessários à ação coletiva foram redistribuídos, tornando a ação coletiva simbolicamente menos custosa na medida

em que em um conflito dessa natureza ou perde ou ganha tudo. Nesse aspecto, o grupo possui exatamente a dimensão desse custo social e simbólico de uma investida política, tanto que se ancoram em agentes externos para adquirirem voz, tendo em vista que, como muitos dizem na Ilha, a Marinha “é como rei lá dentro, tudo pode, e tudo faz”. Nessa circunstância, em que as partes não detêm o mesmo capital simbólico e material, não há possibilidade da construção de consenso e de barganha.

Desse modo, o que está em jogo nesse momento é a diminuição dos custos dessa ação coletiva, lançando mão da tutela do Ministério Público como forma de expressar e reivindicar determinados direitos pois, nesse caso, a Marinha reconhece o MPF como um interlocutor. Já os pescadores artesanais brasileiros são considerados pela mesma como *non-entity*, gente subalterna. Sendo assim, a tutela estabelecida pelo MPF sobre a população local é vista positivamente pelos moradores, pois minimiza os custos da ação coletiva em uma situação em que as relações de força estão desigualmente estabelecidas.

Atualmente, com a grande publicidade dada ao caso da Marambaia, a *Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombos da Ilha de Marambaia* participa de uma extensa rede nacional de apoio à luta dos remanescentes de quilombos, participando de eventos nacionais, reuniões interministeriais, falando em rádios, jornais, publicizando textos, fazendo demandas aos órgãos governamentais. O quilombo foi incorporado à dinâmica local a partir de discursos, cumprimentos (*saudações quilombolas*), nas vestimentas, nas histórias, nos livros, na vida cotidiana em que vivem e experenciam esse novo regime de engajamento: ser quilombola.

#### **4 Alguns esboços finais**

Buscamos retratar o processo de constituição de uma associação, tomando como ponto de partida um olhar etnográfico e microsocio-lógico. As associações aparecem<sup>21</sup> ordenadas ao redor de fórmulas de coordenação entre pessoas e coisas, repousando sobre os compromissos das pessoas com suas histórias, memórias, pertencimentos, identidades e percepções emotivas do mundo. A confrontação a uma situação problemática exigiu que se colocasse em evidência os procedimentos de transação por meio dos quais os atores reduzem suas

---

<sup>21</sup> Thévenot (2006)

diferenças, apaziguam seus litígios e disputas, achando formas viáveis de organização de suas experiências e de suas atividades.

São um conjunto de argumentos, de maneiras práticas de se engajarem numa situação, de conferir sentidos às suas ações, projetos, selecionando finalidades e os objetivos e de constituir os recursos de ação, de se articularem com seus pares numa dinâmica de cooperação e competição, que dão sentido a uma forma de se associar. Os julgamentos, as ações e as formas de coordenação das ações intra e interpessoais podem, no entanto, ser analisadas também a partir do modo como os atores coordenam suas ações.<sup>22</sup> Tal como salientam Boltanski e Thévenot<sup>23</sup> as pessoas são confrontadas nas sociedades com um pluralismo radical de situações e testes cotidianos, exigindo delas um aparato de competências, justificações e argumentações para fazer valer suas demandas. A ação humana assim concebida transcorre em diferentes sequências, nas quais as pessoas mobilizam competências diversas para se adequar a uma dada situação apresentada, cujos momentos públicos de disputa, de conflito e de controvérsia, levam os próprios atores a manifestarem e evidenciarem suas razões, críticas ou justificações.<sup>24</sup>

O ator, ao se confrontar com uma situação problemática, necessita colocar em evidência os procedimentos de transação por meio dos quais os demais atores, eles mesmos, reduzem suas diferenças, amenizam e apaziguam seus litígios e disputas, buscando, na geometria variável das formas, viabilizar acordos, perenes ou temporários, para prosseguirem em suas ações coletivas. Tais formas de acordo ou desacordo encontradas pelos atores, na vigência de suas interações, constituem, na maior parte das vezes, um refinado conjunto de argumentos e de maneiras práticas de se engajarem numa situação, sopesando seus projetos, selecionando e decidindo finalidades e objetivos, almejando constituir na cena pública um repertório aceitável de gestos para a consecução da ação visada e de se articularem com seus pares numa apropriada dinâmica de cooperação e competição. Atrelada a essa dinâmica pública de justificação, de denúncia e de reivindicação, há toda uma série de modalidades de experiência e de ação que pode ser pensada, seja sob o título de *regimes de proximidade* (aqueles nos quais vigoram os laços de familiaridade com as coisas e com as pessoas) ou sob o título de *regimes de ação pública* (aqueles nos quais

<sup>22</sup> Thévenot (2006).

<sup>23</sup> Boltanski; Thévenot (1991).

<sup>24</sup> Breviglieri; Stavo-Debaugé (1999); Mota (2008).

se enfatizam os laços públicos). Estes assim denominados *regimes* entram em relação processual quando observamos como as categorias mais gerais do Direito imprimem dinâmica e produzem efeitos nas experiências mais íntimas,<sup>25</sup> tal como ocorreu com os moradores da Ilha da Marambaia que imprimiram outro sentido às formas de sociabilidade e de interação com a emergência da associação.

Estas argumentações e ações articulam-se e inscrevem-se num conjunto de significados e gramáticas que lhes conferem plausibilidade. Ações e justificações ganham, portanto, contornos específicos diante das distinções entre os significados emprestados às categorias público/privado em diferentes gramáticas e tradições jurídicas. No Brasil, por exemplo, o domínio do público não é representado como o lugar da regra local e explícita, de aplicação universal, de todos conhecida e a todos acessível, logo, a todos aplicável igualmente e universalmente. O domínio do público – seja moral, intelectual ou até mesmo sua inscrição no espaço físico – é o lugar controlado pelo Estado, de acordo com “suas” regras, frequentemente de difícil acesso e, portanto, onde tudo é virtualmente permitido, até que seja proibido ou reprimido pela “autoridade”; essa espécie de categoria encarnada e, ao mesmo tempo, operador classificatório que detém não só o conhecimento do conteúdo, mas principalmente a competência para a interpretação correta da aplicação particularizada das prescrições gerais, sempre realizada por meio das formas e fórmulas implícitas e do acesso privilegiado.<sup>26</sup>

Já na França, a *civil law tradition* construiu um *publique* regido por regras universais, a serem seguidas por indivíduos participativos e engajados, mas genéricos. O mundo cívico francês requer que todas as relações, para serem legitimadas, sejam mediatizadas pela referência a entidades coletivas que garantam o interesse geral, tais como associações, instituições democráticas etc.<sup>27</sup> O universalismo radical francês recusa qualquer tipo de particularismo de tratamento. O todo sobressai às partes, pois a Nação e a *volonté générale* são indivisíveis e inalienáveis. O pacto social funda, assim, a identidade entre o indivíduo e o corpo político republicano (MOTA, 2009).<sup>28</sup>

<sup>25</sup> Breviglieri; Stavo-Debaugé (1999); Mota (2008).

<sup>26</sup> Kant de Lima (2000).

<sup>27</sup> Boltanski; Thévenot (1991).

<sup>28</sup> Mota (2009).



A consequência direta dessa característica em relação à noção de público é seu efeito na produção de certa concepção de “cidadania”. Na gramática brasileira tal noção se exprime e está associada a uma dimensão “relacional”,<sup>29</sup> ou a uma dimensão “regulada”,<sup>30</sup> na qual está pautada em concepções hierárquicas, não se caracterizando como universal, mas como produtora de desigualdades, distinguindo cidadãos e não cidadãos, configurando-se assim numa cosmologia anti-igualitária.<sup>31</sup> Consequentemente, entre nós, tal noção aparece sob a espécie do caráter tutelar, tal como, por exemplo, a concepção de que alguns cidadãos para terem acesso aos seus direitos, devem ser concebidos como *hipossuficientes*,<sup>32</sup> como o MPF classifica a população da Maramabaia.

Do mesmo modo, existe um conteúdo atribuído à cidadania e suas implicações nas identidades públicas que, comparado à relação entre as dimensões legal e moral dos direitos nos EUA (“liberal”) e no Brasil, tal como salienta Cardoso de Oliveira,<sup>33</sup> aponta para uma relação diferenciada entre os princípios de justiça e solidariedade: enquanto na sociedade norte-americana a absolutização dos direitos individuais expressaria a dificuldade em manifestar expressões de consideração à pessoa e à dignidade de seus concidadãos, na sociedade brasileira, em contrapartida, a dificuldade estaria em respeitar os direitos individuais, em detrimento de uma excessiva manifestação de consideração à pessoa do interlocutor. Vale lembrar que é comum no Brasil considerarem a cidadania como um recurso disponível de determinados níveis sociais: assim, o “trabalhador” em oposição ao “bandido”, pessoas “com estudo” em detrimento do “vagabundo”, são considerados, respectivamente, cidadãos distintos, ou não cidadãos.

<sup>29</sup> DaMatta (1985).

<sup>30</sup> Santos (1979).

<sup>31</sup> Mota (2005).

<sup>32</sup> Hipossuficiência é uma categoria jurídica atribuída aos sujeitos vulneráveis, que não tem a capacidade de ter sua autonomia reconhecida, tendo necessidade de um tutor. Papel esse que o Ministério Público Federal (MPF) tem sistematicamente desempenhado. O MPF é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado. Seu papel é defender a ordem jurídica do regime democrático e os interesses sociais e individuais. Os princípios institucionais do MPF são: intervir no caso de crimes; sustentar a acusação pública do crime etc. O MPF pode ainda propor ações em nome da sociedade, quando estão em jogo os interesses e os direitos difusos. O MPF age na função de tutela de “curadoria-geral” da sociedade e dos *hipossuficientes*, e da defesa dos direitos da criança e do jovem.

<sup>33</sup> Mota (2005).

Nesse aspecto, como algumas pesquisas têm revelado,<sup>34</sup> as associações no Brasil têm-se caracterizado de uma maneira ambígua, porque, por um lado, cada vez mais crescem os apelos ao associativismo e ao capital social, com a difusão de ONGs, comunidades solidárias, associações. Fato que cria, a princípio, uma ilusão de difusão de princípios cívicos, mas, por outro lado, essas associações surgem cada vez mais como intermediários de interesses de grupos, que reivindicam direitos, reforçando uma tutela por parte de organizações da sociedade civil sobre esses grupos. Ou seja, a autonomia que, a princípio, garantiria a difusão de princípios cívicos é sobrepujada diante de interesses de grupos que se colocam como intermediários e porta-vozes desses atores perante suas demandas.

Tal fenômeno articula-se ao fato de que muitas vezes os atores públicos, para acessarem determinados direitos, são obrigados a se organizarem em grupos associativos, comunitários, para obterem recursos creditícios, acessarem aos empréstimos de bancos ou mesmo a determinados serviços públicos básicos.<sup>35</sup> Não é à toa que assistimos a uma emergência de novas organizações na sociedade civil na luta pelas garantias de direitos, como grupos de pescadores artesanais, quilombolas, indígenas etc.,<sup>36</sup> que buscam acessar direitos organizando-se em espaços associativos particulares.

Portanto, as associações podem adquirir outros sentidos e contornos, como no caso do Brasil contemporâneo em que elas figuram como espaços privilegiados de um tipo de “empoderamento à brasileira” em que o custo de ser cidadão é ser associado a uma nova modalidade de identidades públicas reconhecidas como legítimas pelos olhos do Estado e seus intermediários.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Os quilombos e as novas Etnias. In: ODWYER, Eliane C. (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BARRIL, Claudia et al. *Le public en action : usages et limites de al notion d'espace public en sciences sociales*. Paris: L'Harmattan, 2003.

<sup>34</sup> Kant De Lima; Mota; Pires (2005); Lobão (2005); Mota (2004).

<sup>35</sup> Kant de Lima; Mota; Pires (2005).

<sup>36</sup> Lobão (2006).

BOLSTANSKI, Luc; THEVENOT, Laurent. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

BREVIGLIERI, Marc. *L'usage et l'habiter: contribution à une sociologie de la proximité*. Thèse de doctorat, EHESS, Paris, 1999.

BREVIGLIERI, Marc; STAVO-DEBAUGE, Joan. Le geste pragmatique de la sociologie française. *Revista Antropolítica*, Niterói, n. 7, 2. sem. 1999.

CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; BARTHE, Yannick. Forums hybrides. In: \_\_\_\_\_. *Agir dans un monde incertain: essai sur la démocratie technique*. Paris : Seuil, 2001.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. *Direito legal e insulto moral: dilemas de uma cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2002.

CEFAÏ, Daniel. *Pourquoi se mobilise-t-on ?*: les théories de l'action collective. Paris: La Découvert : M.A.U.S.S, 2007a.

\_\_\_\_\_. Le quartier comme contexte, ressource, enjeu et produit de l'action collective. Les ancrages de proximité d'une arène publique. In: VITALE, T. (Org.). *Partecipazione e rappresentanza nelle mobilitazioni local*. Belleville: Paris XXème, 2007b.

\_\_\_\_\_; JOSEPH, Isaac (Org.). *L'héritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. Paris: Editions de l'Aube, 2002.

DAMATTA, Roberto. Quanto custa ser índio no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 13, 1976.

DEWEY, J. *Le public et ses problèmes*. [S.l.]: Publications de l'Université de Pau, Farrago: Editions Léo Scheer, 2003.

GARCIA SANCHEZ, Pedro José. *Conflits d'urbanité à Caracas: enquête sur l'écologie de l'ordre public*. Thèse de doctorat, EHESS, Paris, 2002.

GEERTZ, C. *The interpretation of cultures*. New York: Basic Books, 1973.

GUSFIELD, Joseph. *La culture des problèmes publics*. Paris: Economica, 2006.

HABERMAS, Jurgen. *L'espace public*. Paris: Payot, 1993.

HANNERZ, Ulf. *Cultural complexity: studies in the social organization of meaning*. New York: Columbia University Press, 1992.

JOSEPH, Isaac. L'espace public comme lieu de l'action. *Les Annales de la Recherche Urbaine – Espaces publics en villes*, Paris, n. 57-58, déc. 1992/ mars 1993.

KANT DE LIMA, Roberto; MOTA, Fabio R; PIRES, Lenin. Efeitos da igualdade e da desigualdade no espaço público da Amazônia: uma análise comparativa de processos de construção de unidades de conservação de uso sustentado. In: LIMA, Deborah (Org.). *Diversidade sócioambiental nas várzeas do Rio Solimões: perspectiva para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Brasília, DF: IBAMA/Pró-Várzea, 2005.

KANT DE LIMA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público. In: GOMES, Laura Graziela; BARBOSA, Livia; DRUMMOND, José Augusto (Org.). *O Brasil não é para principiantes*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

LATOUR, Bruno. *Nous n'avons jamais été modernes: essai d'anthropologie symétrique*. Paris: La Découverte 1997.

LOBÃO, Ronaldo J. da S. *Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar numa política do ressentimento*. Tese (Doutorado em Antropologia)–UnB, Brasília, DF, 2006.

\_\_\_\_\_. Uma análise comparativa de processos de construção de Unidades de Conservação de Uso Sustentável em Áreas de Várzea: a possibilidade de uma gestão participativa de espaços naturais e recursos renováveis. In: LIMA, Deborah (Org.). *Diversidade sócioambiental nas várzeas do Rio Solimões: perspectiva para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Brasília, DF: IBAMA/Pró-Várzea, 2005.

MAUSS, Marcel. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MELLO, Marco Antônio da S.; VOGEL, Arno. *Gente das areias*. Niterói: EDUFF, 2004.

MOTA, Fabio Reis Mota. Conflictos, multiculturalismo y los dilemas de la democracia a la brasileira. In: TISCORNIA, Sofía; PITA, María Victoria (Org.). *Derechos humanos, tribunales y policías en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: [s.n.], 2005.

\_\_\_\_\_. O Estado contra o Estado: direito, poder e conflitos no processo de produção da identidade 'quilombola' da Marambaia. In: KANT DE LIMA, R. (Org.). *Antropologia e direitos humanos*. Niterói: EDUFF, 2004.

\_\_\_\_\_. Deslocamentos, movimentos e engajamentos: as formas plurais da ação humana na perspectiva de Laurent Thévenot. *Revista Antropolítica*, Niterói, n. 23, 2. sem. 2008.

\_\_\_\_\_. *Cidadão em toda parte ou cidadãos à parte?:* demandas de direitos e reconhecimento no Brasil e na França. Tese (Doutorado em Antropologia)–PPGA, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

O'DWYER, Eliane Cantarino. (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

THÉVENOT, Laurent. *L'action au pluriel: sociologie des régimes d'engagement*. Paris : Ed. Le Découverte, 2006.

\_\_\_\_\_. Stratégies, intérêts et justifications: à propos d'une comparaison France et États-Unis de conflits d'aménagement. *Técniques, Territoires et Sociétés*, [S.l.], n. 31, p. 127-149, [200-].

VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva; BARROS, José Flávio Pessoa de. *Galinha d'Angola: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.



# **SOFRIMENTO E DEMANDA SOCIAL: UMA POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL EM NITERÓI**

---

*Kátia Sento Sé Mello<sup>1</sup>*

Este trabalho tem por objetivo a compreensão e a interpretação das práticas e discursos constitutivos de uma política pública implementada pela Secretaria de Segurança Pública e Direitos Humanos do município de Niterói em 2005, tendo em vista a promoção do ordenamento urbano da cidade.<sup>2</sup>

Esta política, baseada no recadastramento dos “camelôs”, foi idealizada como um mecanismo de inclusão social àqueles que demandavam licença para atuar como vendedores ambulantes, bem como àqueles cujas licenças haviam expirado.

Considerando que não basta mudar, elaborar e implantar leis ou fazer planos orçamentários para que a resolução de conflitos no espaço público seja alcançada, trata-se de compreender os efeitos que esta política provocou no segmento social para o qual foi desenhada, assim como os aspectos conflituosos e os limites em torno das decisões propostas e executadas pelo governo local.

---

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia pelo PPGA/UFF; Professora do Dept<sup>o</sup> de Política Social e Serviço Social Aplicado da ESS da UFRJ; pesquisadora do NUSIS/ESS/UFRJ; Pesquisadora associada do INEAC/NUFP/UFF e do NECVU/IFCS/UFRJ.

<sup>2</sup> Este artigo é uma versão resumida do capítulo 5 da minha tese de doutorado: Igualdade e Hierarquia no espaço público: análise de processos de administração institucional de conflitos no município de Niterói, PPGA/ICHF/UFF, março de 2007.

A política pública de recadastramento dos “camelôs” de Niterói foi implementada com o objetivo de resolver o que, para o subsecretário de Direitos Humanos, era o problema mais grave naquele momento: o excesso de “camelôs” com as licenças vencidas nas ruas. De acordo com ele, cerca de 800 barracas de ambulantes estavam espalhadas pela cidade, concentrando-se, principalmente, no Centro e em Icaraí, o que quase sempre provocava reclamações por parte dos moradores e dos comerciantes da região. A situação, vista pela SSPDH como um problema grave, derivava, segundo o discurso da equipe, das licenças que haviam sido emitidas em 2001 pelo então secretário de Segurança do município, para sua rede de amigos e destes para outros amigos. A licença, cuja validade deveria ser de um ano, havia sido expedida por ele com validade até o ano de 2004.

O primeiro passo dado pelo subsecretário de Direitos Humanos foi uma reunião com os membros da Associação dos Vendedores Ambulantes Licenciados de Niterói-AVALNI. De acordo com ele, o objetivo era trabalhar em conjunto com esta associação de modo que os critérios definidos para a emissão de novas licenças fossem estabelecidos com transparência. Para o subsecretário, tratava-se de definir a situação de residência daqueles que requeriam a licença, ou seja, quem era e quem não era residente do município, bem como a situação econômico-social que representasse um perfil de pobreza e dependência dessa atividade para a sua sobrevivência.

Ainda segundo o subsecretário de Direitos Humanos, o primeiro momento do processo de recadastramento, o “período da rua”, permitiu “o corte das gorduras”. O processo constou inicialmente, do contato com a AVALNI que fez uma circular convocando todos os ambulantes para uma assembleia na qual membros da Subsecretaria de Direitos Humanos estiveram presentes para informar e esclarecer os critérios para a requisição da emissão de novas licenças. Além disso, acrescentou que, acompanhado por membros da associação, em março de 2005, foi de barraca em barraca nas principais ruas de Niterói para “traçar o perfil de cada uma das pessoas”. Este procedimento permitiu determinar as irregularidades encontradas: pessoas que usavam a barraca de um “camelô” que já havia falecido; pessoas que transacionavam barracas seja por intermédio de cartório, onde compravam barracas cujas licenças eram intransferíveis, seja “de boca”, promovendo, um comércio “ilegal”, no qual os preços



variavam entre três e cinco mil reais no Centro de Niterói, chegando mesmo a oito mil reais, em Icaraí. Além desses casos, o subsecretário acrescenta que havia donos de lojas que tinham 20 barracas alugadas para terceiros que, por sua vez, contratavam empregados, estes sim, trabalhando como “camelôs”, recebendo salários que variavam entre R\$ 35,00 e R\$ 40,00 por semana (Centro de Niterói) e entre R\$ 50,00 e R\$ 60,00 (Icaraí), o que não compunha um salário-mínimo por mês. Para os membros da Subsecretaria de Direitos Humanos que trabalharam no recadastramento, esta situação revelava “uma exploração capitalista dentro da própria atividade de ambulante”.

Os casos interpretados como irregulares pela equipe que trabalhou no recadastramento não pararam aí. As ruas estavam repletas de pessoas com perfis e motivos os mais variados que foram, ao longo do processo, sendo “cortados” pela implementação da nova política que visava o ordenamento urbano dentro da legalidade. Vários tipos foram identificados e assim relatados:

o cara era fiscal de renda, tinha doze mil reais de pensão e tinha oito barracas; este perdeu a licença. A outra pessoa, nós ligamos para fazer a atualização e ela estava na Bélgica com a família, ou seja, não tinha o perfil de quem precisava desta atividade para sobreviver; perdeu a barraca. (membro da equipe de recadastramento)

De acordo com o subsecretário, após este trabalho na rua, o número de barracas diminuiu de oitocentas para quatrocentas, quando então anunciaram a segunda fase: inscrição para as pessoas que quisessem requerer a licença. O total de inscritos somou 515 requerimentos dos quais a grande maioria já trabalhava com barraca na rua, afirma o subsecretário. Ele acrescenta ainda que, destas pessoas, aquelas que já tiveram licença em algum momento, ainda estavam nas ruas mesmo depois do “pente fino que a gente passou”; outras, que tinham perdido a licença depois do levantamento se inscreveram, e outras ainda, que nunca tiveram licença, também fizeram a inscrição. Com os formulários preenchidos e os requerimentos nas mãos, a equipe partiu para um terceiro momento do processo de recadastramento que constou da visita às casas dos “camelôs” (515 pessoas que haviam feito a inscrição).

Segundo a explicação de um dos membros da equipe, os “camelôs” que pediram autorização pela primeira vez ou a sua renovação, pagaram o Documento de Arrecadação Municipal (DARM) no valor de R\$ 21,00, foram à SSPDH, preencheram um cadastro com dados referentes à idade, local de residência, número de filhos, estado civil, propriedade, tamanho e tempo de residência no município, renda, tipo de mercadoria a ser comercializada e local em que pretendia vendê-la. Além desses dados, os vendedores escreveram, no verso do cadastro, um requerimento justificando o seu pedido. Aqueles que não sabiam escrever tinham o seu requerimento escrito por um terceiro e a sua assinatura registrada pela estampa do dedo polegar. O discurso público da SSPDH é o de que o vendedor ambulante não podia ter uma renda familiar acima de um salário-mínimo da época, ou seja, acima de R\$ 300,00 – condição que estabelecia um “perfil de exclusão social”, alegado pelo secretário de Segurança.

A prioridade foi dada àqueles que residissem em Niterói e que estivessem dentro do perfil socioeconômico. Outro critério anunciado pelo secretário de Segurança foi: não seria permitido “o monopólio familiar, ou seja, uma família com diversas barracas”. Segundo o subsecretário de Controle Urbano de Niterói, Coronel Sidney Coutinho, “há casos de ‘camelôs’ que moram de aluguel em apartamentos de Icaraí, com custo mensal de aproximadamente R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Uma pessoa que pode pagar esse valor de aluguel não pode ser ambulante” (*O Fluminense*, 13/07/05).

Acompanhei de perto a fase do processo de cadastramento, tanto na organização dos cadastros, como nas visitas. Os cadastros eram devidamente organizados por bairros pelos membros da Subsecretaria de Segurança e Direitos Humanos. À frente de cada cadastro foi colocada uma folha de rosto com um questionário que, ao chegar na residência daquele que havia feito o pedido, era preenchido por um desses técnicos no momento da entrevista ao vendedor ambulante. Esse questionário continha perguntas referentes ao perfil socioeconômico: se o imóvel era de propriedade ou alugado pelo candidato à licença; quantidade de cômodos; aquisição de objetos eletrodomésticos como televisão – se preto e branco ou colorida –; aparelho de som; máquina de lavar roupa; forno microondas; liquidificador; quantos dependentes residiam na casa; renda familiar; quem trabalhava na casa; se mais alguém da unidade doméstica também estava requisitando licença.

Além destas, havia um espaço reservado ao técnico da equipe no qual, chegando à sede da SSPDH, fazia a sua própria avaliação a respeito da condição do “camelô”.

Todos os dias, pela manhã e pela tarde, munido de um certo número de questionários e cadastros, saía um membro da equipe, em carro da Guarda Municipal de Niterói, que traz escrito SSPDH e Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), com um guarda ao volante. O destino era a residência de cada pessoa que estivesse pedindo a licença para vender suas mercadorias, e o objetivo era conferir se ela havia dito a “verdade”. Após a entrevista dos funcionários com o candidato e o preenchimento do cadastro, era explicado que os relatórios seriam encaminhados ao secretário de Segurança para que este desse o parecer final se os vendedores ambulantes poderiam ou não permanecer no local ou se teriam ou não direito à licença (no caso daquele cujo pedido de licença era o primeiro).

Antes de sair da sede da SSPDH, a equipe lia os requerimentos das pessoas que seriam visitadas, conferia o percurso para se chegar ao endereço fornecido, levando questionários, cadastros e cópia xerox do mapa de ruas tirada do caderno de endereços do município. Alguns foram avisados sobre a visita por telefone; outros, estando ausentes na primeira visita, foram avisados por vizinhos, com os quais os técnicos haviam deixado recado. É interessante registrar que, apesar de ser uma política considerada de inclusão social, que tem como um dos critérios a residência no município, os membros da equipe do recadastramento, incluindo guardas municipais, tinham muita dificuldade de identificar a localização dos endereços que constavam dos cadastros. Muitos da equipe não residiam no município, mas eram os agentes que, no final das contas, definiriam aqueles que iriam ser contemplados ou não com as licenças.

Questionados sobre quais procedimentos iriam adotar para descobrir se a renda declarada era verdadeira, visto que, em sendo trabalhadores informais, muitos não teriam como comprovar a sua fonte, os membros da equipe responderam que avaliariam as condições de moradia das pessoas. No entanto, a lógica parece revelar um sistema de classificação subjetivo que comporta discrepâncias e, ao mesmo tempo, aponta para as exceções que eram feitas a partir de uma análise subjetiva da pessoa que estava visitando a casa do “camelô”. As

pretendidas objetividade e profundidade do recadastramento, como uma política pública de inclusão, ficavas refratárias às avaliações pessoais dos membros da equipe que parecem revelar um substrato de valores dado *a priori* que permitiu esta classificação. A fala a seguir é ilustrativa da maneira como a avaliação era feita:

O nosso olhar era muito de acordo com as condições de onde a pessoa morava, a realidade daquela casa, se era uma casa de posse, uma casa própria com escritura, quantas pessoas moravam, quantos eram dependentes. Muitas vezes, é claro, essa coisa de definir se a pessoa tem renda ou não, muitas vezes a gente via, as pessoas acabavam falando porque é difícil, não tem sistema de informação, de levantamento dessas pessoas. Mas eu acho que ia muito assim da entrevista que a gente fazia com as pessoas e com os familiares e que levava muito em consideração a situação da casa e dos dependentes porque, por exemplo, a gente foi em casa de pessoas que não tinham banheiro sanitário e a gente foi em casa de pessoas que moravam em apartamentos e que só deixaram a gente entrar depois que o advogado chegou para acompanhar a visita. Então, a gente ia vendo as discrepâncias. Ao mesmo tempo, tinha pessoas que moravam ali no Morro da Chácara, tinha uma pessoa que morava numa casa de plástico, não era nem de pau a pique, era plástico, era uma coisa precária; e tinha outras pessoas que tinham dentro de casa um quarto só de equipamento de mergulho. Tinha a casa de um cara no Ingá que tinha uma camionete com uma lancha enorme e um quarto só de equipamento de mergulho. Aí, esse tipo de coisa, a gente chegava numa casa e via um barco, anotava a placa, anotava a placa do barco e depois fazia o levantamento. (subsecretário de Direitos Humanos)

Outro procedimento adotado para a verificação das informações a respeito de quem requeria a licença, baseava-se em conversas reali-

zadas com os vizinhos. Havia também os casos em que a regra não era seguida devido à avaliação pessoal que era feita e ao entrosamento que acontecia no decorrer da visita o que, por sua vez, demonstra um nível de arbitrariedade contido no processo. Ainda segundo o subsecretário de Direitos Humanos:

A gente ia, e isso não era uma coisa fechada, não era uma fórmula pré-estabelecida, uma fórmula absoluta. Eu visitei uma casa de um senhor que ganhava, ele e a esposa, tinham uma renda de mil e quatrocentos reais por mês, morava num apartamento próprio, um kitnet, mas próprio. Só que, só de remédio e plano de saúde, ele gastava mais de mil reais. Então, embora ele tivesse uma renda de mil e quatrocentos reais por mês, a renda da barraca era fundamental para complementar a renda deles porque só de saúde eram mil reais e sobravam quatrocentos reais para o resto. Então, a gente foi analisando caso a caso. (subsecretário de Direitos Humanos).

De acordo com o resultado final do processo, foram 240 pessoas que receberam a licença para atuarem como “camelôs” nas ruas da cidade. Desse total, 190 já trabalhavam na rua com licenças anteriores e 50 receberam a licença pela primeira vez, sendo que estas 50 trabalhavam sem licença, ou seja, faziam parte do grupo de “camelôs” denominados “perde e ganha”, ou seja, aqueles que podem vender a mercadoria num dia e no outro perdê-la com a apreensão da fiscalização dos guardas municipais.

O recadastramento, no entanto, não foi o único instrumento que, sob o título de política pública, visava ao “ordenamento urbano dentro da legalidade” em Niterói. Um outro instrumento de controle foi utilizado pela Subsecretaria de Direitos Humanos, em acordo com a AVALNI, com o objetivo de impedir a situação descrita como problemática pela SSPDH, qual seja, o “termo de ajuste de conduta”. Este documento representou um manual do que seria permitido ou não fazer de parte dos 240 “camelôs” que foram legalizados após o processo de recadastramento: proibição de explorar mão de obra infantil, vender CD, comercializar fora do ponto, alugar a barraca para terceiros.

Quando indagados se entre aqueles que ficaram sem a licença havia pessoas que preenchiam o perfil por eles estabelecido, argumentaram que havia e que também criaram critérios para o “desempate”. Esta situação foi assim descrita:

Então, você vai me perguntar: “dos 515, só 240 estavam dentro do perfil?”. Não, outros estavam no perfil também. Os 190 que já estavam antes foram prioridade, todos eles ficaram; essas 50 outras pessoas nós tiramos no critério de desempate: por ser portador de deficiência, a idade e também a situação de pobreza, nível de pobreza mesmo. Quando a gente fazia aquelas visitas, na casa a casa, a gente tirou lá um código que eram de tarjas verdes. Quando era muito pobre que chamava a atenção, a gente marcava com uma tarja verde e esses aí foram, dos que nunca tiveram licença, na hora de dar licença, esses tiveram prioridade porque foi o que eu te falei, tinha lugar que a gente ia e não tinha banheiro, não tinha nada, moravam 50 pessoas num cubículo. (membro da equipe da Subsecretaria de Direitos Humanos)

No entanto, existe, uma profunda contradição no mecanismo da implantação dessa política de ordenamento urbano por um lado são estipulados critérios padronizados para a emissão das licenças assim como um documento disciplinador da conduta daqueles que foram por ela contemplados, mas por outro, exceções conforme a descrita em relação ao casal que possuía uma renda de mil e quatrocentos reais por mês:

Então, a gente priorizou a questão, por exemplo, tinha gente que morava no Morro do Palácio, que tinha casa própria, de dois cômodos, se ele conseguir uma licença vai ajudar na renda, mas não vai ser fundamental para o sustento. (membro da equipe da Subsecretaria de Direitos Humanos)

Ao contrário da promoção da igualdade através da autonomia dos cidadãos no mercado, esta política também não compensa as desigual-

dades, como seria de se esperar da ação de um Estado numa sociedade que se apresenta regida por um “paradoxo legal”,<sup>3</sup> construindo uma nova classificação dos mesmos como “pobres”, como “miseráveis”, reforçando a ordem social vigente. Esta prática, no entanto, não é nova. Recenseamento, listagem, classificação e seleção daqueles que merecem ser assistidos são procedimentos que se inscrevem em diferentes editos, regulamentos, leis e ações de caridade desde a Idade Média, quando diferentes práticas voltadas para o auxílio ao pobre terminaram por construir uma imagem social do mesmo.<sup>4</sup> No caso particular de Niterói, pareceu-me que, os “camelôs”, excluídos de tal política, reagem à mesma, e isso contribui para o aprofundamento da sua representação enquanto “pobre”.

### **A visita: construção de um perfil de “pobreza” através da aplicação da política de cadastramento**

Os “camelôs”, não encontrando fóruns legais para a formalização das suas demandas por direitos, estando destituídos da licença anterior ou mesmo no esforço de adquiri-la, parecem construir politicamente uma identidade de “miseráveis” – que é publicizada por meio do discurso e performance do sofrimento. Uma das dimensões desta identidade é constituída no espaço das suas casas quando da visita da equipe da SSDH, conforme demonstrei a seguir.

Cabe ressaltar que acompanhei as visitas realizadas por três técnicos contratados pela Subsecretaria de Direitos Humanos, um deles cursando o doutorado em Engenharia de Produção na Universidade Federal do Rio de Janeiro; o outro recém-formado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense; o terceiro, na realidade, uma guarda municipal lotada na Subsecretaria, o que, de certa forma, parece ter contribuído para diferentes formas de conduzir as visitas, assim como para as diferentes percepções sobre as condições de pobreza das pessoas visitadas. As visitas foram realizadas em diferentes bairros do município. Acompanhei algumas visitas sendo que em certas residências os moradores não se encontravam. Das visitas em que participei, destaco a seguir aquelas que pareceram expressar melhor o universo aqui analisado.

<sup>3</sup> Kant de Lima (2004).

<sup>4</sup> Himmelfarb (1988); Mollat (1989).

### *Na casa da Dona Maria – Morro Juca Branco/Fonseca*

Dona Maria<sup>5</sup> é uma senhora vestida de roupa gasta pelo tempo, estatura baixa, com mais de 70 anos de idade, pernas inchadas, e reside em um local que, segundo escreveu no seu requerimento, é “um lugar de risco”,<sup>6</sup> numa casinha em terreno “doado pelo Brizola” há mais ou menos 30 anos atrás. Ela pede uma licença para vender pequenos objetos que descreve como “miudezas” para “sobreviver e cuidar de um filho deficiente”. Relata ainda que é hipertensa e que não recebe nenhuma renda. Diz que precisa comprar remédios para ela e para o filho, que não tem com quem contar e que não poderia trabalhar em outra coisa que não fosse como camelô porque já é “muito velha”. Ao responder a questão a respeito da sua escolaridade, disse que nunca sentou em uma sala de aula e que seu pai a ensinou “só um pouquinho de letras e palavras” que ela foi aprendendo olhando nos jornais, mas que mesmo assim ela não consegue entender muito bem aquilo.

Chegar à sua casa não foi fácil. Ela mora em um dos morros considerados – até pelo membro da Subsecretaria e o guarda municipal que conduzia o carro – mais perigosos de Niterói. A geografia dos bairros não corresponde exatamente ao registro cartográfico; em muitos não encontramos placas com nomes de ruas como é comum nas esquinas. Chegamos a um ponto que parecia próximo ao endereço indicado e daí começamos a perguntar às pessoas que encontramos pelo caminho. O funcionário da Subsecretaria, geógrafo, perguntou primeiramente a um adolescente que se encontrava numa das ruas de ladeira que conduziria à casa da Dona Maria. Com ar desconfiado, ele, timidamente, informou que deveríamos voltar, pegar a rua à esquerda – de onde vínhamos – seguir mais adiante e pegar a esquerda de novo. Tentamos, em vão, encontrar o endereço. Perguntamos a um homem que passava na calçada e este, também desconfiado, nos indicou o caminho anterior, justamente passando pela ladeira na qual encontramos o adolescente que, dessa vez, já não se encontrava mais

<sup>5</sup> Os nomes das pessoas entrevistadas foram alterados para garantir a privacidade dos interlocutores.

<sup>6</sup> Embora a interlocutora não tenha definido explicitamente o que considera “lugar de risco”, a sua percepção difere das reflexões presentes na literatura sociológica sobre o tema. A conclusão a que chegam diferentes autores é de que, associada ao sentimento de insegurança que impede o discernimento entre os locais de ocorrência real de violência daqueles que são presumidamente violentos, esta classificação aponta para uma “base territorial” (MIRANDA, 2004; DIRK et al., 2004), ou seja, para o fato de que as áreas ou locais de risco correspondem sempre aos bairros diferentes daqueles nos quais os interlocutores residem.



lá. A impressão que tive era a de que os moradores poderiam estar zombando da nossa presença. Este fato foi avaliado pelo funcionário como sendo o medo que as pessoas que residem nesses “lugares de risco” têm quando notam a presença de uma autoridade da prefeitura, pois acham que pode ser a polícia ou qualquer agente, disposto a investigar o que acontece no lugar.

Finalmente chegamos à rua indicada. Paramos diante de uma casa que se encontrava em obras com três senhores trabalhando. Perguntamos então se eles conheciam a Dona Maria que morava naquela rua. Eles então falaram “ah sim, é aquela que tem um filho deficiente, que está pedindo autorização pra montar barraca na rua, não é?”. Com poucos passos, estávamos perante um pequeno portão feito de tábuas de madeira também gastas pelo tempo. O funcionário bateu no portão e bateu palmas até que obtivemos a resposta “já estou indo”. Olhando entre as frestas do portão, a senhora parecia desconfiada. O funcionário se apresentou e mostrou os papéis. Com timidez e se desculpando pelo estado precário da casa, ela abriu o portão que estava fechado a chaves e pediu que entrássemos.

Descemos por uma pequena escada feita de terra que conduzia a um pequeno quintal ante a entrada da casa. Com uma pequena sala, dois pequenos quartos e uma cozinha, esta casa era feita de cimento, inclusive o chão, o teto com vários remendos feitos por Dona Maria. Cortinas de pano, rasgadas, fechavam a porta e a janela gradeadas.

Ao entrarmos na sala, encontramos seu filho, cerca de 40 anos de idade que, sentado em uma cadeira de rodas, teve dificuldade de levantar o braço para apertar nossa mão. Abaixo da janela uma fileira de sacos de cimento se misturava a pequenos objetos como uma barraca de sol enferrujada e pedaços de pano. As únicas cadeiras que tinham foram cedidas a mim e ao funcionário da SSPDH.

O funcionário explicou: estava ali para fazer o relatório sobre a condição socioeconômica dela e que, uma vez encaminhados todos os relatórios ao secretário, somente este teria a autoridade para decidir quem iria obter a licença. Dona Maria, então, chorando, disse que tinha muito medo do que pode acontecer ao filho quando ela falecesse, que ele era “a sua cruz” e que, a cada dia, tornava-se mais difícil levá-lo ao hospital para fazer exames porque ela não aguenta mais o seu peso e subir as escadas da casa com ele. A esse respeito

o funcionário da SSPDH a orientou a solicitar ajuda à Secretaria de Assistência Social para enviar um carro. Ela acrescentou que tinha problemas em deixar a barraca montada na rua porque “eles cobram R\$ 15,00 para tomar conta” e se ela não tem dinheiro, tiram “um ou outro ferro da barraca”. Apesar de ter sido indagada diversas vezes sobre quem eram este “eles”, ela não conseguiu, ou não quis, dar maiores explicações.

Diferentemente dos outros funcionários, este não fez as perguntas referentes à aquisição de eletrodomésticos: se ela possuía mais de uma televisão, geladeira duplex, vídeo cassete ou DVD, máquina de lavar roupa. A partir da observação da casa da Dona Maria, marcava as opções de respostas referentes a tais perguntas. A situação falava por si própria. No entanto, pelo que pude perceber, a partir dos comentários posteriores na sede da SSDH e ao longo do acompanhamento das visitas, nem todos perceberam a situação da mesma maneira, pois alguns acreditavam francamente que estas perguntas e as respostas constituíam uma fonte indiscutível do perfil socioeconômico desses “camelôs”.

### *Na casa do Sr. José – Largo da Batalha*

Chegamos próximo ao endereço informado. Seu José aguardava “o pessoal da prefeitura” na rua principal, ao lado de uma grande loja comercial, conforme indicado no formulário. Um guarda municipal conduzia o carro e outro fez a entrevista.

Ele pedia licença para vender maçã do amor, morango e uva – argumentou que queria “trabalhar por si próprio porque antes trabalhava como ambulante para outra pessoa, mas não dava para tirar muito”.

Sua casa é de três cômodos: um deles dividido por um pequeno degrau que criava dois ambientes – cozinha e sala; outro, que servia de quarto e, finalmente um banheiro.

Quando indagado pela guarda municipal se possuía os aparelhos eletroeletrônicos que constavam dos itens do formulário, o morador, progressivamente, respondia que não e que bastava olharmos ao redor para nos certificarmos disso, afinal, disse ele, “eu não tenho condições de comprar nada, a minha casa é muito pobre, eu só tenho uma televisão por causa do meu filho pequeno”. Acrescentou ainda

que havia sofrido uma queimadura no abdômen quando era adolescente e que até hoje apresentava sequelas do acidente. Como parte do discurso, levantou sua blusa, mostrando a ferida, ainda aberta, que havia-se formado, e que, por isso, precisava trabalhar para comprar os remédios necessários ao tratamento, bem como para sustentar seu filho e esposa. Indagado se a esposa trabalhava, informou que esta conseguia “pouco serviço e como faxineira; ela ganha só R\$ 80,00 (oitenta reais) por mês, não dá para fazer muita coisa com isso”.

Conforme orientação da SSDH, a guarda municipal, após fazer as perguntas do questionário, pediu para ver a casa, mas explicou-me que, diante da “situação precária” da residência, o morador parecia dizer a “verdade”, confirmando as informações que havia colocado no formulário de inscrição para a obtenção da licença. Por esse motivo, escreveria na avaliação que ele se encaixava no perfil elaborado pela Secretaria.

Embora houvesse uma tentativa de padronização dos procedimentos para a realização do recadastramento, as abordagens dos técnicos eram diferenciadas. Enquanto dois – engenheiro e guarda – faziam as perguntas e a “vistoria” nas casas diretamente, o outro técnico, para não constranger as pessoas visitadas, evitava algumas perguntas que, para ele, eram preliminarmente respondidas com a observação geral das casas.

É interessante, também, observar que embora alguns entrevistados não tivessem percebido a lógica de avaliação subjacente à política de recadastramento, como aconteceu no caso de uma das entrevistadas, a maioria deles pode perceber, ou se antecipar ao significado da visita e, por isso, prepararam um discurso de sofrimento que, da sua perspectiva, aprofundava o perfil de “miséria” por eles vividos, na expectativa de mobilizar os sentimentos dos técnicos e levá-los a uma avaliação positiva, segundo o perfil socioeconômico delineado na política de recadastramento.

Mas se isso é possível, é porque parece existir um “patrimônio comum de estereótipos”, compartilhado tanto pelos operadores da política implantada na esfera da gestão pública local quanto pela população para a qual se dirigiu, ou seja, para “camelôs”. Trata-se, portanto, da enunciação pública de um discurso no qual os atores, para se defi-

nirem e existirem socialmente, precisam lançar mão de elementos linguísticos e da sua vida cotidiana.

Mas esse discurso também constrói uma identidade coletiva que não é dada previamente em fatos brutos da existência cotidiana, mas é o resultado de um trabalho coletivo no qual representações e elementos linguísticos o tornaram possível. Em *Les cadres*, Boltanski analisa a formação de um grupo social como o “produto de um trabalho de enunciação preexistente à sua identidade coletiva”<sup>7</sup> e que, quando o discurso sobre esta identidade se torna público, tem um duplo efeito: de explicação e implicação. Diz o autor que

o simples enunciado daquilo que já existia em estado de latência, na indecisão relativa da prática cotidiana, é uma interpretação que recalca na ordem do implícito os significados laterais que outras formas de introspecção dirigidas (e dirigidas por outros em outras situações) podem sugerir [...].<sup>8</sup>

Dessa forma, seguindo esta perspectiva de interpretação, o discurso e a ênfase atribuídos aos sinais de pobreza (ausência de aparelhos eletroeletrônicos ou a casa simples) e sofrimento (as feridas no corpo ou o mal-estar) parecem ser a demonstração de que esses elementos já foram formulados e interpretados a partir do que constitui a experiência vivida pelos atores envolvidos. Por compartilharem um “patrimônio comum de estereótipos”, a demonstração presente no enunciado dos “camelôs” no espaço da rua reforça a representação da identidade de “miseráveis” e o discurso do sofrimento como um meio através do qual acreditam poder ter acesso ao direito da licença para atuarem como “camelôs”.

### **O camelô como “espectador moral”**

Os elementos constitutivos da percepção dos “camelôs” que foram visitados em suas residências pelos funcionários da SSPDH em relação ao cadastramento, também encontram eco na percepção que outros “camelôs”, no espaço da rua, têm sobre a mesma política.

<sup>7</sup> Boltanski (1982, p. 22).

<sup>8</sup> Ibidem.

O trabalho de campo que realizei sobre os “camelôs” se constituiu da observação nas ruas do centro de Niterói, de entrevistas e conversas que se realizaram desde outubro de 2005. Minha atenção foi centrada na “Pracinha dos Aposentados” ou, como os “camelôs” “portadores de deficiência física” (*PDF*) denominam, “Pracinha dos Chumbados”, em alusão ao fato de que a maioria dos seus frequentadores são *PDF* e pessoas destituídas economicamente. Localiza-se na esquina da rua Visconde do Uruguai com a avenida Amaral Peixoto, no centro de Niterói. Em função do período de festas de fim de ano que aumenta o movimento no centro da cidade, assim como da presença de ambulantes, o Secretário de Segurança declarou ao jornal *O Fluminense* (13/07/05) que a ordem era colocar todos os guardas municipais nas ruas (até mesmo aqueles que fazem o serviço interno) para controlar os “camelôs”, que “onde houver guarda não há camelô”. Como em todas as grandes cidades no Brasil, essa época é de corre-corre para as compras e vendas, pequenos furtos e roubos nas ruas e conflito entre guardas municipais e “camelôs”.

Iniciei o campo caminhando pelas seguintes ruas: avenida Rio Branco, rua Aurelino Leal, rua José Clemente, rua da Conceição, rua Visconde de Uruguai, rua São João, rua São Pedro, rua Coronel Gomes Machado e rua XV de Novembro. Procurei observar os movimentos e os diferentes tipos de serviços encontrados. Essas ruas são marcadas pela presença de comerciantes de sapatos, roupas, botequins, lanchonetes, papelarias, farmácias, cursinhos de pré-vestibular e preparatórios para academia militar, e bancos. Os serviços prestados por esse comércio parecem destinados a um perfil bem popular de pessoas. As lojas não ostentam a sofisticação das grandes ou pequenas boutiques que se encontram em grandes shoppings de classe média, nem nas ruas de comércio de Icaraí, por exemplo. Na rua José Clemente ainda há uma loja de aposta do Jockey Clube Brasileiro. Não há nenhum serviço voltado para o atendimento e orientação de utilidade pública de acesso à justiça ou saúde. No entanto, foi possível observar a presença de lojas de crédito pessoal que oferecem empréstimos a serem descontados em folha. Considerando a alta circulação de pessoas no centro de Niterói, foi notável a ausência de banheiros públicos, uma das queixas dos “camelôs”.

## *Suas histórias e representações*

Anésio tem 30 anos de idade e reside em uma área “pobre” próxima a Pendotiba. É casado, pai de três filhos e há 20 anos trabalha como camelô no Centro de Niterói. Anésio é portador de deficiência na perna esquerda e, por isso, precisa de muletas para caminhar. Relata que adquiriu a deficiência porque foi baleado pelo ex-namorado de uma moça com quem saía antes de se casar. De acordo com Anésio, possui um laudo médico que leva consigo cotidianamente porque, munido desse documento, obtém autorização legal para entrar em qualquer repartição pública, “mesmo trajando bermuda”. Diz que normalmente é “barrado por causa da crueldade das pessoas”.

Conta que estudou até a 3ª série primária e escolheu ser “camelô” por causa da condição de “liberdade” e acolhimento que a rua lhe proporciona. Diz: “eu gosto da rua por causa da liberdade. Eu ando aqui e todo mundo diz: ‘bom dia, boa tarde, já almoçou? Numa firma não é assim”.

Descrevendo a sua trajetória, conta também que nasceu e cresceu nas ruas do Centro de Niterói e que os guardas municipais, nos anos 1980 ajudavam-no oferecendo a comida e roupas. Por outro lado, a situação atual é percebida como a perda da condição anterior visto que, para ele, a política do recadastramento “deixou muita gente de fora” injustamente. É assim a que descreve:

Aquilo foi uma falcatrua danada, foi cometida muita injustiça. Tem gente aqui que mora em São Gonçalo, que já tem licença antiga” e agora “tem camelô de verdade” que mora em Niterói e que vive disso há muito tempo e não pode mais trabalhar na rua porque não tem licença.  
(Anésio)

Anésio disse que foi processado “pelos coronéis” (referindo-se aos gestores da SSPDH, ao comandante e inspetores da Guarda Municipal) sob a acusação de fazer pirataria vendendo CD e peças de computador. No entanto, ele nega esta acusação e acrescenta que já tentou se defender, mas diz que não teve direito a defesa, fato que, segundo ele, é comum à maioria dos “camelôs” de Niterói. Ele assim descreve a política de segurança no município de Niterói:

Nenhum camelô aqui tem direito de defesa. Se o Secretário, que é de Segurança e Direitos Humanos, mandou tirar a barraca de um camelô, não vai ser ele mesmo que vai deixar colocar de novo. Sendo secretário de segurança e de DH ele não vai desfazer de um lado o que fez do outro lado. Aliás, deveriam ter duas secretarias separadas, uma de segurança e outra de DH. (Anésio)

A sua percepção sobre a atuação das autoridades locais responsáveis pela implantação de políticas municipais de Segurança é: negligenciam completamente ou tratam-nos com violência. Além disso, embora sendo um órgão público, esta concepção não é aplicada, uma vez que nem todos têm o direito de entrar lá, evidenciando a representação de *público* como o que é estatal e, por isso, contra o cidadão, não com o sentido de coletividade presente na sociedade brasileira.<sup>9</sup> Segundo Anésio,

Eu ainda quero levar você [referindo-se a mim] comigo lá na Secretaria e você fica do outro lado da rua só para ver como é que eles nos tratam. Outro dia eu fui barrado por um segurança armado na portaria da SSPDH. Isto não está certo porque lá é um local público, mas eu não posso entrar; é um órgão público com o portão fechado. Os guardas usam a sua carteira em benefício próprio, né, porque com a gente eles são muito truculentos e batem em mim e nos outros. (Anésio)

Em uma das conversas na Pracinha dos Chumbados, entre Anésio e seus colegas, sobre o que achavam da política do cadastramento, outro camelô interveio dizendo:

Chega esse coronel [referindo-se ao Secretário de Segurança de Niterói] para dizer que se a gente tem casa, televisão, som dentro de casa, a gente não pode trabalhar como camelô. Parece que ao invés de andar para frente, a gente tem que andar pra trás. Todo mundo vai passar o

<sup>9</sup> Kant de Lima (1997, 2001, 2003, 2004).

natal bonito e comer bem, e a gente não pode nem comer um frango? A gente tá sendo humilhado. Isso é abuso de poder! (X, “camelô” há 20 anos no Centro de Niterói)

Essa percepção é confirmada por outro camelô que, no momento da conversa, declarou:

Esse perfil não tem lógica porque a gente trabalha é para melhorar de vida, mas eles chegam lá na casa da gente e se a gente tem um eletrodoméstico e uma casa mais ou menos, ele [o Secretário] não quer dar a licença. (Y, “camelô” há 18 anos no Centro de Niterói)

Este mesmo camelô, que estava vendendo CD, descreveu a ação dos guardas da seguinte maneira:

Eles agarram a pessoa mesmo se ela não está com a mercadoria exposta no chão. Às vezes a gente põe a mercadoria na mochila e corre e eles correm atrás como se nós fossemos ladrões. (Y, “camelô” há 20 anos no Centro de Niterói)

Quando indagados sobre o que achavam da política de recadastramento, todos os “camelôs” entrevistados foram unânimes em dizer que a aplicação foi injusta e “covarde”. Quanto ao critério que exigia a residência do camelô no município de Niterói, duas críticas principais eram enunciadas: uma de que o critério não era igualmente aplicado a todos, uma vez que alguns “camelôs” que obtiveram a licença moravam em São Gonçalo; outra era a de que, mesmo residindo em São Gonçalo, alguns “camelôs” se ressentiam do fato de que haviam prestado serviços ao município, uma vez que trabalharam no mesmo durante quase toda as suas vidas e igualmente se ressentiam do fato de que haviam ajudado à Guarda Municipal em diferentes momentos, ora auxiliando com material e mão-de-obra na construção do gabinete da direção, ora nas festas de comemoração de Natal e de fundação da instituição. Além disso, outra crítica recorrente: tendo trabalhado toda a sua vida na rua como “camelô”, esta era a única atividade que sabiam e gostavam de fazer. O relato de um dos “camelôs” mais antigos de Niterói é revelador:

Então, hoje, eu vou dizer a minha vida, para a senhora, na rua. Eu, dos 8 anos de idade até



59, só tive dois inimigos fiscais. A fiscalização sempre foi apaixonada por mim, a Guarda Municipal sempre foi apaixonada por mim, e hoje entraram esses coronéis, porque a gente não sabe se é guarda ou se é quartel da polícia. Do meu ponto de vista eles são uns monstros, não entendem nada disso. Eu acho que cada prefeito tem que tomar conta da sua cidade, cada prefeito tem que dar emprego aos seus, como se diz, às pessoas que pagam imposto no município, vamos dizer, filhos da cidade. Se eu sempre fui de Niterói, nunca trabalhei um dia no Rio, nunca trabalhei um dia em São Gonçalo, nunca trabalhei um dia em Icaraí; eu só conheço essa rua daqui, a senhora não acha que eu tenho direito a minha licença? A senhora acha que alguém tem o direito de tirar a minha licença, o meu direito de trabalho? Eu não aprendi a fazer mais nada a não ser camelô. A Guarda Municipal hoje tem um gabinete que fui eu que fiz. Antes havia um diretor que era bravo, ele tinha o nome de campeão de luta brasileira, esse foi um deles, há uns 12 anos; mas ele se comunicava com a gente. Ele não esculachava a gente. Além dele ser forte e bravo, ele beijava o nosso rosto e a gente nunca abusou dele. Então, o que acontece? Eu fazia a festa da Guarda no final do ano. Pode perguntar a todos os guardas antigos ou a esse diretor porque ele ainda é vivo. Eu arrumava com os meus amigos, “camelôs” também; um dava uma caixa de cerveja, quem podia dar dava duas; dava caixa de refrigerante. Então juntava aquilo tudo; um dava uma caixa de fruta, outro dava outra caixa de fruta; a gente juntava. De barraca em barraca eu pedi brinquedo para dar de presente aos filhos dos guardas. Eu pagava do meu bolso um conjunto para tocar no dia da festa, uma aparelhagem de som. (“camelô” há 51 anos no Centro de Niterói)

Dar implica receber: estabelecer uma comunicação de reciprocidade<sup>10</sup> que garante as relações sociais, comprometendo os indivíduos que entram na troca entre si e a coisa que é dada, que é transmitida, oferecida, não é inerte. Quem presenteia alguém com alguma coisa, dá uma coisa de si, da sua “substância”. Daí decorre igualmente a obrigação de retribuir, pois que a não retribuição implica em não aceitação da substância do doador ou, em outros termos, na sua “desconsideração”.<sup>11</sup> É Mauss que ainda destaca dois elementos essenciais no *potlach* que servem como referências para pensar os valores apreendidos do relato do “camelô”: “o elemento da honra, do prestígio, de *mana* que confere a riqueza e o da obrigação absoluta de retribuir essas dádivas sob pena de perder esse *mana*, esta autoridade, esse talismã e esta fonte de riqueza que é a própria autoridade”.<sup>12</sup>

Uma vez a reciprocidade rompida (a não retribuição) de parte da Guarda Municipal, e no lugar da troca/comunicação a repressão, o relato desse “camelô” parece indicar que este rompimento, que o tratamento baseado na repressão e no não reconhecimento da dádiva oferecida pelos “camelôs” é percebido por eles como um *esculacho*.<sup>13</sup> Decorre daí que neste período marcado por conflitos abertos entre os guardas e os “camelôs”, uma certa percepção sobre o que é fazer política local é valorizada e reforçada, desvalorizando, de certa forma, a representação da Guarda Municipal como autoridade local. Ao contrário de considerar uma política formal, baseada em critérios impessoais e procedimentos previamente estabelecidos e acordados com a própria ALVANI, como o que foi descrito sobre o recadastramento, este relato valoriza a política com base em princípios de reciprocidades pessoais. Olhando para o passado, o “camelô” revela um período no qual o diretor da Guarda se “comunicava” com os “camelôs” e ainda que fosse “bravo e campeão de luta brasileira”, ele também os “beijava no rosto”. É como se não houvesse nos dias de hoje o reconhecimento da dádiva que os “camelôs” ofereceram no passado: a construção do gabinete da Guarda, os preparativos e presentes para o dia da festa.

<sup>10</sup> Mauss (1974).

<sup>11</sup> Cardoso de Oliveira (2002); DaMatta (1983).

<sup>12</sup> Mauss (1974, p. 50).

<sup>13</sup> Esta categoria tem sido recorrente no discurso de “camelôs” de outros municípios e em contextos de conflitos com outros agentes de Segurança. Uma análise aprofundada sobre o *esculacho* pode ser encontrada em Pires (2005).

De acordo com o relato dos “camelôs”, esta política e a atuação dos guardas municipais têm como consequência a usurpação de um direito que lhes garantia anteriormente uma vida digna, deixando-os atualmente em situação de miséria e humilhação. Esse antigo “camelô” do Centro de Niterói descreve assim a sua situação atual, semelhante, segundo ele, a de todos os “camelôs” que ficaram excluídos do processo de emissão das licenças:

Além deles tirarem o nosso direito ao trabalho, deixando nossa família passando necessidade, passando humilhação, eles deixam uma ferida muito grande dentro da gente, uma revolta. Não tem remédio nenhum que cure essa ferida. Olha, eu estou há seis meses com o aluguel atrasado, a dona da casa só não me botou para fora porque ela gosta de mim, porque me acha uma pessoa séria, mas já não está aguentando mais. Minha luz, já não sei quantas vezes eu parcelei; o telefone já foi cortado; estou sem nada em casa para comer. Antigamente eu colocava 3, 4 caixas de frutas nas costas e saía correndo; hoje eu não posso mais, hoje eu não aguento andar. Uma vez na Câmara, na audiência aberta a todos eu peguei e falei: ‘eu em Niterói não preciso de licença dentro da minha bolsa; a licença é a minha cara. Qual é o fiscal que não me conhece, qual é o vereador que não me conhece? Qual é o guarda que não me conhece? Para quê eu preciso de licença? Tenho 51 anos massacrados; o que esses coronéis estão fazendo ai hoje é coisa do arco da velha, isso é caso de polícia, isso é caso do presidente da república e ninguém vê. Mas se a gente liga para o RJ TV, eles apanham os nossos dados, fazem contato com a Secretaria [referindo-se à SSPDH], mas não vêem o nosso caso porque são todos comprados. Você liga para uma emissora de televisão, eles dizem ‘ah, nós vamos aí’, mas eles vão lá na Secretaria, vêem o outro lado; chega lá, é comprado, a gente sabe disso, nós não somos bobos. (“camelô” há 51 anos no Centro de Niterói).

Quando indagados sobre a mobilização para reverter esta situação, os “camelôs” também foram unânimes em dizer que nem todos acreditavam na sua associação porque esta “está vendida aos coronéis” e que entram na justiça, mas que esta não atende às suas demandas porque a justiça em Niterói funciona na base das relações pessoais e da amizade. Um dos relatos descreve que alguns “camelôs” foram acusados de terem recebido licenças falsas durante a gestão do primeiro secretário Municipal de Segurança de Niterói e que as venderam a outros “camelôs”. Acrescenta ainda que, devido ao fato de terem “entrado na justiça” estão sofrendo perseguição por parte de autoridades locais e uma das consequências foi justamente não terem conseguido obter a renovação das suas licenças:

Eles dizem que em 3 anos nós movimentamos 3 milhões, mais do que o deputado Jéferson. Só que ele é tão imbecil, com toda a formação dele de coronel, que ele ainda botou o nome dele: Cel. Hélio Luiz [Secretário de Segurança Pública de Niterói]. Então, nós entramos com ele na justiça para ele provar; nós pedimos o direito de resposta ao jornal *O Globo*, e o jornal não recebeu a gente. Nós fomos ao Batalhão, no Comando Geral e demos parte dele; fomos na promotoria pública e demos parte; entramos com uma queixa crime contra ele na delegacia, uma queixa de perdas e danos e danos morais. Ele vai ter que provar. Se nós vendemos 600 licenças, inclusive ele deixou 3 colegas deles mal, que passaram lá como secretários: dois coronéis como ele e um vereador: coronéis Paulo Sérgio e Josafá e o vereador Marival. Então eles vão ter que dizer como é que nós retiramos essas licenças do comando porque elas vêm de dentro pra fora. Como é que nós temos acesso a computador, acesso ao Ministério da Fazenda pra gente conseguir essas licenças? Aí, o que aconteceu? Aí virou uma guerra pessoal, não é? E poucos têm coragem de denunciar eles, mas nós tivemos coragem; nós fomos ao juiz, fomos à delegacia. E está rolando lá o processo. E com isso ele persegue a minha família. Para

a senhora ter uma ideia, ele mistura o lado profissional com o lado pessoal. Como o meu filho é excepcional, o que ele tem a ver com as minhas atitudes, com o meu modo de ser, o meu modo de viver? Ele foi, tirou a licença do meu filho também. Conforme ele tirou a licença do meu compadre, que é um dos que brigam com ele na justiça, a esposa do meu compadre tinha licença e ele também tirou, o irmão do meu compadre e o filho dele. Tirou todo mundo. Agora, do presidente da associação atual, que se aliou a ele, tem a licença dele e do irmão. O presidente da associação tem carro, tem casa bonita e os filhos bem empregados. (Camelô há 51 anos no Centro de Niterói)

É interessante notar que, embora assinalando criticamente que a justiça em Niterói funciona na base das relações pessoais, o argumento utilizado pelo mesmo “camelô” anteriormente destaca uma espécie de ressentimento por essas relações terem sido rompidas na lógica das trocas estabelecidas no passado. Ao contrário da crítica aparecer como um argumento que sublinha uma prática política baseada em critérios impessoais, e conseqüentemente universais, por parte das autoridades locais, a manifestação dos “camelôs” parece reforçar a crença nessas práticas e também negar o Estado como o lócus que, por excelência, detém a autoridade legítima da imposição de uma visão do mundo social, como argumenta Bourdieu.

### **O sofrimento teatralizado**

A imagem que os “camelôs” *PDF* constroem deles mesmos é a de que são destituídos economicamente, excluídos socialmente e vítimas de “deficiência física”. Com base nessa imagem, esses “camelôs” relatam dramas e problemas que são, do seu ponto de vista, produzidos e agravados pelas práticas resultantes de políticas de segurança cujas propostas de reconhecimento legal e real de direitos permanecem como uma “promessa não cumprida”. Argumentando que são incapazes de conquistarem seu acesso aos direitos dos quais se julgam elegíveis, lançam mão de estratégias performáticas que acentuam uma identidade coletiva de miseráveis, compatível com as exigências da política de cadastramento.

De acordo com Anésio, uma das estratégias encontradas por ele para lidar com estes problemas no dia a dia passa pela tentativa de mobilização dos sentimentos de indignação e piedade dos espectadores das cenas que se passam diante dos seus olhos no espaço público. Ele diz que “como eu sou assim, um PDF, e não tenho direito de defesa, eu me defendo da forma que eu posso – eu mordo os guardas”. Ele acrescenta que, para chamar a atenção das pessoas e impedir que os guardas batessem mais nele:

Um dia eu estava vendendo guarda-chuva e os coloquei dentro de um carrinho desses de supermercado; os guardas vieram para pegar a minha mercadoria e eu me joguei dentro do carrinho por cima dos guardas-chuvas para que eles não pegassem nada; é que sendo PDF, eles não podem me bater, existe uma lei federal que protege os PDF, mas mesmo assim eles levaram tudo. (Anésio)

As suas estratégias, no entanto, não param aí, pois o deboche também é uma das práticas para mobilizar os sentimentos dos espectadores presentes no espaço público e, conseqüentemente, precipitar neles o engajamento na causa desses “camelôs”. Em um dos seus relatos o mesmo camelô conta que:

Um dia eu forrei o chão com uma lona em frente à Pracinha dos Chumbados e coloquei um monte de lixo em cima – capa de celular rasgada, pilha que não funcionava, pente usado, lápis quebrados e canetas sem tinta. O guarda chegou e pediu que eu tirasse as mercadorias dali. Eu falei que não ia tirar nada não. O guarda disse então que seria obrigado a recolher a mercadoria e eu falei: “ah, é lixo o que você quer? Então toma aí o seu lixo!”. Eu peguei a minha muleta por baixo da lona e levantei tudo para cima do guarda; o lixo foi todo pra cima dele e eu continuei a falar: “toma o seu lixo, toma o seu lixo”. (Anésio)

De acordo com ele, a partir desse dia ficou marcado pelo guarda, na ocasião um inspetor do ordenamento urbano da Guarda Municipal.

Outra forma de mobilizar os sentimentos das pessoas foi a tentativa de chamar a atenção da mídia em manifestações por eles organizadas, uma delas na Ponte Rio-Niterói e outra em frente ao Palácio Guanabara, sede do governo do Estado do Rio de Janeiro. Uma das interlocutoras descreveu assim essas manifestações:

Eles se acorrentaram no vão central, numa sexta-feira, há mais ou menos uns quatro meses, na véspera de feriado de finados, em novembro [2005], final de outubro. Eles se acorrentaram no pescoço, agarrados um no outro, ficaram em pé em fileira e prenderam a corrente numa mureta no vão central; eles ficaram acorrentados em pé. Isso causou um congestionamento de 10km, dito pelos jornais. Nós comunicamos todas as rádios, todos os jornais para irem lá, mas ninguém conseguiu chegar porque deu um toró, deu um dilúvio; era 4 e pouca da tarde e parecia que já era de noite essa tempestade que deu. E a maior sorte dos meus colegas é que a Polícia Federal chegou na hora com o pessoal do socorro da Ponte para retirar eles senão eles poderiam cair por causa da ventania, entendeu? Retiraram eles e levaram eles pra sala da Federal lá na Ponte mesmo e fizeram uma entrevista com eles. Tem até essa matéria no jornal, que o Anselmo fez, e falou que todo dia eles tinham que ir para a Prefeitura para aporrinhar o Prefeito porque o Prefeito é que tinha que resolver esse problema. Se o Secretário está fazendo o que está fazendo é porque o Prefeito está dando ordem, e se ele está pensando que nessa eleição que vem agora ele vai se eleger, eu acho meio difícil porque tem muita gente revoltada com a retirada das barracas, principalmente deficiente. Aí, depois disso eles [os “camelôs”] foram para o Palácio da Rosinha, lá no Guanabara, se acorrentaram lá também. Ela estava viajando, mas um assessor dela atendeu eles e deixaram até um cartão porque qualquer coisa que precisassem era para ligar para eles. Eles estavam reivindicando que a Rosinha – é

ela que é a patroa do Secretário, não é? Ela que manda no Secretário de Segurança. Aqui, sendo uma secretaria municipal, é a Prefeitura. Ele veio emprestado do Rio pra cá porque ele é um coronel, lá no Rio. (Mara, camelô há 16 anos no Centro de Niterói)

Uma terceira manifestação se caracterizou pelo acampamento que um grupo de 12 “camelôs” *PDF*, fez durante dois dias, no início de 2006, em frente ao novo prédio da Prefeitura. De acordo com esses “camelôs”, mais do que conseguir objetivamente o direito, esta manifestação teve a intenção de envergonhar o prefeito e o secretário diante da opinião pública. Segundo duas moças que trabalham em uma corretora de crédito pessoal na Avenida Amaral Peixoto, nas proximidades da Pracinha dos Chumbados, simpatizantes da causa dos “camelôs” e amiga de três daqueles que frequentam a mencionada pracinha, eles são submetidos a uma situação de humilhação, covardia e violência por parte dos guardas e das autoridades locais. Elas dizem que são as suas “madrinhas” e que, sempre que necessário, testemunham a seu favor. Durante a manifestação do acampamento elas contam que iam visitá-los, levando para eles água e comida.

### **Considerações finais: os atores sociais enquanto “espectador moral”**

Minha entrada no espaço dos “camelôs” de Niterói foi marcada pelo meu encaminhamento, por parte do interlocutor a quem eu havia sido apresentada por um conhecido, a um grupo de “camelôs” que são denominados e se auto denominam *PDF*: particularmente deficiência visual, locomotora e, como eles mesmos dizem, má-formação postural. O discurso principal era: apesar de serem portadores de deficiência física, e por isso elegíveis como um grupo prioritário dentro da política de emissão das licenças, eram vítimas constantes de maus-tratos e agressões por parte dos guardas municipais, bem como negligenciados pela Secretaria de Segurança Pública do município de Niterói. O reforço dos sinais físicos do seu sofrimento representa que “a prova da eminente dignidade da pobreza é dada por meio de suas manifestações extremas, insustentáveis e, particularmente, dos mais espetaculares atentados contra a integridade corporal, do mesmo modo que a prova mais irrecusável da divindade de Cristo é



a sua morte ignominiosa na cruz”.<sup>14</sup> As precárias condições de vida, a dificuldade de acesso ao trabalho devido às “deficiências físicas”, e, conseqüentemente, a impossibilidade de proverem uma vida digna para eles e suas famílias foram exemplos que, do ponto de vista do grupo, faziam deles pessoas excluídas socialmente.

A recorrência de aspectos do sofrimento material e físico, sempre invocados como evidências de que deveriam ter a demanda contemplada, levou-me a fazer uma reflexão sobre o problema a partir de elementos utilizados pelos atores sociais na construção de um discurso do sofrimento aceitável enquanto discurso político, estratégia de construção de uma identidade coletiva que possibilitaria a sua consideração enquanto sujeitos de direitos.

Em sua análise sobre a *souffrance à distance*, Boltanski, partindo da perspectiva que o homem constrói a sociedade e, por isso, não está preso aos constrangimentos impostos por uma estrutura social pre-existente, considera que os atores sociais têm capacidade reflexiva sobre as suas ações, ou seja, têm competência para julgar, criticar e denunciar os fenômenos vividos e observados por eles na vida cotidiana. Em seu livro, o autor parte da indagação a respeito das exigências morais e da dimensão política que o “sofrimento à distância” impõe ao espectador quando este se depara com cenas de sofrimento veiculadas pela televisão. Pergunta ele: “em quais condições o espetáculo do sofrimento à distância, interposto pela mídia, é moralmente aceitável?”.<sup>15</sup> Ao desenvolver sua análise, Boltanski oferece alguns elementos importantes para se pensar o discurso do sofrimento não como uma emoção individual e espontânea, mas como construção social que é operada como estratégia para o acesso a direitos.

Por intermédio da metáfora do teatro, Boltanski destaca a pertinência política do sofrimento no espaço público, colocando em evidência a presença dos atores sociais como espectadores. O que isso quer dizer? Ao contrário de tratar a metáfora do teatro como “suporte exterior de uma relação crítica à sociedade”, na qual o sujeito é tratado como ator, Boltanski propõe a consideração da mesma como “objeto de um deslocamento que permite que significados novos lhe sejam atribuídos”.<sup>16</sup> Dessa maneira, a ênfase é colocada “sobre o sujeito social enquanto

<sup>14</sup> Castel (2005, p. 67).

<sup>15</sup> Boltanski (1993, p. 9).

<sup>16</sup> Ibidem, p. 47.

*espectador*”.<sup>17</sup> Este espectador, não é um sujeito empírico, “que observa do ponto de vista de uma objetividade sem perspectiva”,<sup>18</sup> mas um sujeito sobre o qual se impõe uma moral. Então, como é possível articular os diferentes atores sociais de modo que possam ser pensados enquanto espectadores morais e, por isso, tornar o “sofrimento” uma estratégia política no espaço público?

Dentro dessa perspectiva, é importante a consideração de Boltanski de que o espaço público se constitui em torno de causas que são instituídas a partir de deslocamentos de posições e representações dos fenômenos sociais por este espectador. E, para o autor, “nada é mais favorável à formação de causas do que o espetáculo do sofrimento... É inicialmente em torno do sofrimento dos infelizes que as pessoas, até então indiferentes, se sentem inclinadas a aderir a uma causa”.<sup>19</sup> Além disso, não estando voltado para uma objetividade, sem a tomada de posicionamento por parte dos atores sociais, o autor considera que, no espaço público, o “sofrimento modifica as condições do debate, submetendo-o à urgência e exigindo das pessoas o seu engajamento para as causas do sofrimento”.<sup>20</sup>

Considerando-se o lugar do espectador diante de pessoas que sofrem, o autor argumenta que lhe restam duas opções. Ele pode simplesmente ver o espetáculo do sofrimento e não se pronunciar ou, por outro lado, dar voz ao sentimento que tal sofrimento lhe impôs. A primeira posição leva à crítica a respeito de uma atitude essencialmente negativa, caracterizada por um “olhar egoísta” por meio do qual o espectador absorve internamente as emoções suscitadas pelo espetáculo do sofrimento – emoções de fascinação, de horror, de prazer etc. A segunda posição, por permitir a construção de um olhar voltado para o exterior, segundo o critério da “palavra pública”, aquele que expressa a sua “piedade” e a intenção de acabar com o sofrimento daquele que sofre, ainda que o espectador não esteja em condição de agir concretamente. Para o autor, a simples inclinação do espectador para comunicar a um público ilimitado a emoção suscitada já é, por princípio, uma “palavra pública”.

<sup>17</sup> Boltanski (1999, p. 45).

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 78-79.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 53.

Como as implicações políticas, nesse caso, estão referidas às exigências morais impostas à observação que um espectador faz do sofrimento, é importante apresentar a distinção que Boltanski estabelece entre uma “política da justiça” e uma “política da piedade”, que compreende três pontos essenciais. A “política da justiça”, apoiando-se sobre uma teoria da justiça considerada, ela mesma, pelo que o senso comum percebe como justiça, visa à administração de disputas e representa um modelo que separa as pessoas pelas suas grandezas<sup>21</sup> e não por serem felizes ou infelizes. Nesse modelo, a questão que se coloca é saber se a maneira pela qual as pessoas são ordenadas segundo a sua grandeza e valor é justa ou não. Em segundo lugar, as qualidades que definem as diferentes grandezas das pessoas não estão ligadas às condições das pessoas. Por fim, uma “política da justiça” busca resolver as disputas, operando uma lógica de equivalências no contexto de uma prova.

A “política da piedade” caracteriza-se pelo inverso: fundamentalmente pelo fato de que não importa se o sofrimento ou a infelicidade são justificáveis, ou seja, o sofrimento não é acompanhado pela prova, ele invoca a urgência da ação, ainda que seja pela enunciação da piedade do espectador. É preciso ainda esclarecer o que é essa política da piedade e em que medida o seu conteúdo está presente tanto na manifestação do discurso do “sofrimento” dos “camelôs” que são portadores de deficiência física, como na política do recadastramento proposta pela Secretaria de Segurança do Município de Niterói.

Em seu livro *La société décente*, Margalit propõe que uma sociedade decente é aquela na qual não somente os indivíduos, mas igualmente as instituições que dela fazem parte, não humilham as pessoas. Entre as sociedades que não podem se caracterizar como decentes, o autor destaca aquelas nas quais a condição da miséria humana é tratada com humilhação: o abandono, a ausência de abrigo e de meios de defesa, o abandono ao revés, a batalha pela vida, o rebaixamento de alguém que é conduzido a um nível bestial numa luta desesperada pela existência; a ausência de fraternidade humana sem compaixão nem simpatia.

<sup>21</sup> Por este termo, o autor, em parceria com Thévenot, argumenta que as pessoas não são classificadas *a priori*, mas a partir de uma situação na qual são colocadas em disputa e na qual uma série de objetos: humanos e não humanos, para tomar Bruno Latour, são considerados no julgamento do que é justo nesta situação de disputa e, conseqüentemente, no peso, ou melhor, na grandeza que estes objetos têm nesta situação (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991).

Margalit argumenta que a “piedade” é o motor emotivo que impulsiona as pessoas a ajudar os pobres nas sociedades de beneficência, sendo necessário, porém, distinguir entre uma relação de piedade e uma de compaixão. Para ele, a “piedade” é uma relação assimétrica que pressupõe o sentimento de superioridade do doador para com o “miserável” que recebe o seu auxílio sob a forma de caridade, esmola. A “compaixão”, por outro lado, se caracteriza por uma relação simétrica.

Diz ele que “aqueles que se beneficiam da piedade têm uma boa razão de suspeitar que eles não são respeitados na medida em que a piedade é desencadeada pela visão da impotência e da vulnerabilidade. Se as pessoas são mestras delas mesmas, não se tem piedade por elas, mesmo quando elas caem na miséria. A piedade é endereçada às pessoas que perderam importantes motivos de respeito delas mesmas e que estão ao ponto de perderem os meios de defender a sua dignidade pessoal”.<sup>22</sup>

“Piedade”, “piété”, “pitié”, derivam do latim *pietas*, sendo que, em inglês, como em francês, sofreram uma modificação semântica. A piedade expressa um sentimento religioso sustentado por uma obrigação incondicional e sincera em relação ao outro que sofre, uma extensão da obrigação do homem para com Deus, e não um sentimentalismo condescendente em relação aos pobres.

Dessa forma, é utilizando um discurso, elaborado a partir de relatos e de enunciações, bem como da dramatização do seu sofrimento, que os “camelôs” parecem querer impor uma questão moral aos espectadores – população em geral, mídia e autoridades locais – no sentido de que estes se tornem engajados na sua causa. Se esta estratégia política obterá realmente a resposta do espectador no sentido de que este torne o seu sofrimento público, é outra coisa. Por outro lado, na medida em que, mesmo que a resposta do espectador não contemple o fim do seu sofrimento, a sua causa é tornada pública quando é publicizada no espaço público no qual o discurso é transmitido.

---

<sup>22</sup> Margalit (1999, p. 221-222).

## REFERÊNCIAS

BOLTANSKI, Luc. *Les cadres: la formation d'un groupe social*. Paris: Les Éditions De Minuit, 1982.

\_\_\_\_\_. *La souffrance à distance: morale humanitaire, médias et politique*. Paris: Métailié, 1993.

\_\_\_\_\_; THÉVENOT, Laurent. *De la Justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989. (Coleção Memória e Sociedade)

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. *Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. São Paulo: Relume Dumará, 2002. (Coleção Antropologia, Núcleo de Antropologia Política)

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

HIMMELFARB, Gertrude. *La idea de la pobreza: Inglaterra a principios de la era industrial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

KANT DE LIMA, Roberto. *A Antropologia da Academia: quando os índios somos nós*. 2. Ed. Niterói: EDUFF, 1997.

\_\_\_\_\_. Carnavais, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público. In: GOMES, Laura Graziela; BARBOSA, Livia; DRUMOND, José Augusto (Org.). *O Brasil não é para principiantes: carnavais, malandros e heróis: 20 anos depois*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

\_\_\_\_\_. Direitos civis, estado de direito e “cultura policial”: a formação policial em questão. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. Os cruéis modelos jurídicos de controle social. *Insight/Inteligência*, [S.l.], abril/ jun. 2004.

MARGALIT, Avishai. *La société décente*. [S.l.]: Editions Sisyphé/ Climats, 1999.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *Sociologia e antropologia*, São Paulo, v. II, 1974.

———. Fragment d'un plan de sociologie générale descriptive. *Annales Sociologiques*, Paris, série A, fascicule I, 1934.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; DIRK, Renato Coelho; PINTO, Andreia Soares ; AZEVEDO, Ana Luiza. *Avaliando o sentimento de insegurança nos bairros da Cidade do Rio de Janeiro*. Comunicação apresentada no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2004.

MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PIRES, Lenin. *Esculhamba, mas não esculacha!*: um relato dos usos dos trens urbanos da Central do Brasil no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado)—Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

## **OS “VIZINHOS” E OS “DE FORA” O PROCESSO DE DEFINIÇÃO DE UMA “COMUNIDADE”**

---

*Lucía Eilbaum<sup>1</sup>*

*Quarta-feira, 8 de março de 1999. Notas de campo.*

No dia anterior, tomei conhecimento, através de um aviso no jornal *La Nación*, da realização do evento “Jornadas de Segurança Pública e Controle Comunitário”, na Sala de Convenções do Hotel Claridge, no Centro da cidade de Buenos Aires. O evento era organizado pela Secretaria de Segurança da Nação. Participariam dele o chefe da Polícia Federal Argentina, o secretário de Segurança da Nação e, como convidada especial, a chefe do Departamento de Assuntos Comunitários da Polícia de Nova York.

No hall do Hotel, um dos mais luxuosos da cidade, perguntei pela sala do evento e me foi indicado o segundo andar. Quando entrei o evento acabava de começar. O mestre de cerimônias apresentava os integrantes da mesa, que se encontrava em um nível mais alto. Detrás da mesa, visualizavam-se os símbolos da Polícia Federal Argentina, do Exército Nacional, da Marinha e da Força Aérea. Do lado, o anúncio da Secretaria de Segurança. O mestre também agradeceu a presença do público: magistrados, membros das forças de segurança, de

---

<sup>1</sup> Doutora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas do INEAC/UFF e do Equipe de Antropologia Política e Jurídica da Universidade de Buenos Aires – Pesquisadora PRONEX/NUFEP/UFF).

organizações não governamentais, acadêmicos, deputados, senadores, membros da comunidade.

Sentei em um dos poucos assentos disponíveis, do lado de um homem de uns 60 anos, com a farda da PFA. Senti-me afortunada, pois pensei que poderia acompanhar os comentários dele sobre as apresentações dos palestrantes.

O primeiro a falar foi o secretário de Segurança. Entre outros assuntos, discutiu a relação entre segurança interna e defesa nacional, ressaltando que, a partir da década de 1980, muda-se a noção do “sujeito da segurança, deixando de ser o estado para ser o cidadão, a comunidade”. [...]

O segundo palestrante foi o chefe da PFA. Registrei com atenção o último trecho do seu discurso:

[...] Na época democrática, a polícia não pode combater o crime e a violência sozinha. É assim que aparece como um imperativo a necessidade das forças policiais se associarem com suas comunidades, através do uso de políticas ou serviços comunitários. A busca de métodos alternativos de inserção comunitária, de participação, surge espontaneamente nas diferentes polícias de países democráticos. As pessoas já não aprovam ao policial violento, enérgico, inflexível. Liquidar criminosos foi bem visto em outra época. Hoje a resposta deve ser outra. Ela descansa em um maior compromisso com a comunidade na tarefa de construir uma sociedade mais segura [...] O sistema vigente está em crise; somos obrigados a re-pensar nossa função a partir de um novo ponto de vista, aquele que provém do destinatário natural dos esforços policiais: a comunidade.

Por último, a policial nova-iorquina apresentou a política de relacionamento com a comunidade implantada na Polícia de Nova York. O evento continuou com um debate, após um apetitoso *coffee-break*, já clássico desse tipo de encontro.

Aproveitei a ocasião para puxar uma conversa casual com o policial ao meu lado, comentando apertadamente os discursos ouvidos.



Respondeu afirmativamente, mas com um tom um pouco cético. De fato, não foram muitos segundos que passaram até que mencionou as dificuldades que ele, como chefe de uma *comisaría*,<sup>2</sup> encontrava em “todo esse papo da polícia comunitária, a participação da comunidade nos assuntos de segurança e a nova abertura da polícia”. Explicou-me que em todas as *comisarias* estão se conformando os chamados “Conselhos de Prevenção Comunitária” com os vizinhos da área. Começou a me explicar rapidamente de que se tratavam quando, de repente, interrompeu a explicação e me disse: “quer saber melhor de que se trata? Venha nesta quinta-feira à *comisaría* 17<sup>a</sup>, às 20h”. Agradei o convite e, como de costume nas minhas interlocuções com policiais, passei a ser o objeto da indagação: quem era, como me chamava, por que estava no evento, o que fazia etc. Só uma nova chamada do mestre de cerimônias para retomar as atividades interrompeu o interrogatório.

Eu estava feliz: tinha conseguido o primeiro convite para assistir às reuniões dos Conselhos. Um possível caminho empírico tinha se aberto para que eu pudesse entender, em ação, todo aquele vocabulário da *comunidad*e.

O evento retratado nesse registro de campo se insere em um contexto da cidade de Buenos Aires, em finais dos anos 1990, no qual a questão da (in)segurança pública era um assunto obrigatório da agenda política e midiática. Discussões sobre o aumento dos crimes, sobre políticas de endurecimento da lei penal, sobre os limites da liberdade e dos direitos das pessoas, sobre o aumento do *efetivo policial* nas ruas, sobre a ampliação das faculdades policiais e sobre a ineficiência da intervenção policial eram tópicos de campanha eleitoral e de discursos políticos e jornalísticos. As respostas a essa situação, por parte dos distintos atores, foram variadas. No entanto, um discurso começou a ganhar espaço na agenda pública e, especificamente, na agenda policial: *o discurso comunitário*.

<sup>2</sup> A *comisaría* era a sede policial no nível mais descentralizado. Nesta, eram registradas as denúncias de crimes, bem como solicitados certos documentos emitidos pela instituição (atestado de perda de documentos, atestado de pobreza). Também era a sede do trabalho de investigação e prevenção em uma determinada área geográfica. Mantenho a categoria original no espanhol, porque no Brasil, em particular no Rio de Janeiro, não existe uma repartição semelhante. Diferentemente da cidade de Buenos Aires, as atividades de prevenção e investigação estão divididas entre duas instituições distintas: Polícia Militar e Polícia Civil, respectivamente. No nível mais descentralizado, a primeira está organizada nos *batalhões* e a segunda nas *delegacias*. No mesmo sentido, mantenho no espanhol as categorias *comisario* e *subcomisario*, que são, nessa ordem hierárquica, as autoridades da *comisaría*.

O mesmo foi veiculado, especialmente, entre os anos 1998 e 2000, por meio de um programa desenvolvido pela Polícia Federal Argentina (PFA), na cidade de Buenos Aires, chamado “La Policía Al Servicio de la Comunidad”. O programa tinha como objetivo “aproximar a polícia com a comunidade e criar uma relação de maior confiança entre ambos”.<sup>3</sup>

O cerne dessa política foi o apelo à “comunidade” como “destinatário natural dos esforços policiais”. Os jornais e programas de rádio institucionais e o discurso policial na imprensa enfatizaram ideias tais como polícia comunitária, participação comunitária, controle comunitário sobre a polícia, segurança comunitária. Todas as viaturas e sedes policiais de atendimento ao público passaram a portar o nome do programa: “Al Servicio de la Comunidad”. Entre as medidas realizadas, uma das principais foi a criação dos conselhos de Prevenção Comunitária. Incentivando a associação de representantes de um mesmo bairro, foi proposta a realização de reuniões periódicas entre estes e as autoridades policiais locais.

Entre março de 1998 e maio de 2000, acompanhei a implementação e funcionamento desses conselhos em diferentes bairros da cidade de Buenos Aires, por meio da observação das reuniões realizadas nas *comisarias*.<sup>4</sup> Realizei também entrevistas com participantes dos conselhos e com as autoridades policiais. Como mostra o relato do início deste trabalho, paralelamente observei a realização de eventos (jornadas, seminários, encontros) organizados em torno da questão da segurança pública, por diferentes fundações, partidos políticos, jornais ou órgãos do governo. O acompanhamento da imprensa escrita em relação ao assunto também foi importante, já que, como mencionado, o mesmo virou o tema mais citado da época.

Neste trabalho, a partir do material colhido no campo, proponho uma reflexão sobre a forma particular de associação derivada dos conselhos de Prevenção Comunitária. Buscarei focalizar seus participantes e os modos em que se desenvolveram as estratégias de demanda e as respostas às mesmas. A partir dessa descrição, gostaria de discutir os possíveis sentidos de entender o público-alvo dessa política em

<sup>3</sup> “Orden del Día: Creación de los Consejos de Prevención Comunitaria”, PFA, 2/11/98.

<sup>4</sup> Fiz esse acompanhamento nas *comisarias* correspondentes a bairros de regiões e níveis socioeconômicos distintos: La Boca, Parque Patricios, Almagro, Nuñez, Flores, Palermo, Colegiales e Congreso.

termos de uma “comunidade”, tal como expressado na proposta do Programa. Proponho também uma reflexão sobre quais os interesses que associaram, sob o amparo de uma iniciativa estatal durante uma época específica, moradores de um mesmo bairro, em um espaço comum.

## A “comunidade”

O apelo à “comunidade” como o sujeito da política policial foi um dos aspectos que, desde o início da pesquisa, chamou muito a atenção. Por um lado, observava, por meio do acompanhamento dos discursos na mídia e, sobretudo, nos múltiplos eventos nacionais e internacionais realizados na cidade, que a categoria “comunidade” e seu derivado “comunitário” tinham-se transformado em obrigatórias das políticas de segurança pública.

O mercado na área estava se constituindo e crescendo em torno de um discurso de transformação da política policial tradicional em um modelo moderno próprio da “*época democrática*”: a chamada polícia comunitária. Nesse mercado, o discurso sobre a “comunidade” estabelecia-se e definia-se como a política oficial e legítima. Assim, esse mesmo discurso deslegitimava também o modelo policial tradicional, caracterizado por seus novos críticos como repressivo, burocrático, centralizado, impessoal, próprio de uma época passada em que “liquidar criminosos foi bem visto”.<sup>5</sup>

Por outro lado, embora estivesse ciente da crescente legitimidade do uso da categoria “comunidade”, me perguntava pelo sentido da escolha desse ator social para falar *de* e *para* um mundo urbano, heterogêneo, impessoal, como a cidade de Buenos Aires. Quem, ou que grupos sociais, estavam no imaginário desse apelo? Como se articularia esse imaginário comunitário com a diversidade dos bairros portenhos? Em que tipo de associação derivaria essa iniciativa *comunitária*?

Nessas minhas perguntas, estava presente uma noção de “comunidade” definida em termos de conceito antropológico e não como

<sup>5</sup> Nesta dimensão, o plano discursivo da nova política adquiriu um papel fundamental, ao legitimar uma série de iniciativas portadoras da marca “comunitária”. De alguma forma, como sugere Bourdieu, o uso oficial da língua – quer dizer, de certas categorias, formas gramaticais etc. – estava definido em um mercado em que se estabeleciam os parâmetros do legítimo e do ilegítimo (1996, p. 30).

categoria nativa própria de um grupo social específico. Esta estava associada a uma unidade homogênea, definida territorialmente, autossuficiente, consensual e personalizada.<sup>6</sup> Uma oposição fundamental caracterizava essa visão, diferenciando o comunal ou comunitário do estatal e societário. Desse ponto de vista, o uso de “comunidade” para o contexto urbano trabalhado provocava-me um certo estranhamento.

Assim, centrei minha preocupação em descobrir quem respondia, na cidade de Buenos Aires, a esse apelo *comunitário*. Foi aí que pensei que eu só conseguiria saber observando como ocorriam as reuniões dos Conselhos. Quer dizer, aceitando o convite do policial do evento e indo àquela reunião. A mesma seria a primeira de dois anos posteriores de pesquisa.

### **As reuniões**

*Terça-feira, 24 de novembro de 1998. Notas de campo. Primeira Reunião do Conselho de Prevenção Comunitária da Comisaría 9<sup>a</sup>, bairro de Almagro.*

Cheguei sozinha e encontrei um grupo de pessoas esperando na sala da *Comisaría*. Perguntei no balcão pela “reunião do *comisario* com os vizinhos”. Uma policial, de camisa branca e calça azul, indicou-me que começaria em breve e que aquele grupo de pessoas também aguardava o *comisario*. Lembrei que uma das medidas da campanha “Al servicio de la comunidad” tinha sido o uso de uniformes de cor branca para aqueles policiais dedicados ao atendimento ao público, deixando as camisas pretas para aqueles dedicados à vigilância e repressão nas ruas.

Aproximei-me do grupo de vizinhos que rapidamente tinham olhado para mim quando perguntei pela reunião. Mais uma vez, percebi que, entre outros motivos, minha presença chamava a atenção por ser a única jovem (20-30 anos) entre os participantes. [...]

Um policial, também de camisa branca, conduziu o grupo à sala da reunião. Os vizinhos foram-se acomodando nas cadeiras disponíveis, até que chegou um homem de terno e gravata, de aproximadamente 40 anos. Era o *comisário*. Deu as boas-vindas ao grupo e começou a falar:

---

<sup>6</sup> Gellner (1997); Redfield (1965); Williams (1988).

Boa noite. Esta reunião faz parte de um programa que se chama Programa dos Conselhos de Prevenção Comunitária. São conselhos que começaram a funcionar em todas as comisarías da cidade. Estão constituídos por dez, doze membros, que são pessoas destacadas da comunidade. Elas se reúnem todas as semanas na comisaría com as autoridades policiais locais, para analisar e avaliar os problemas do bairro e encontrar mecanismos de respostas e uma comunicação mais fluida entre a comunidade e a polícia. Muitas vezes nos deparamos com que... claro... não é qualquer um que vai nessas reuniões, mas a ideia é que vá o presidente da comissão que agrupe os comerciantes da área, que vá alguém de alguma instituição de fomento, que seja das mais reconhecidas do bairro, que participem também o padre, que participe a diretora da escola mais importante, da cooperativa da escola mais importante. De forma tal que daí, nesse âmbito da comisaría em que se reúne o Conselho de Prevenção Comunitário, o contato direto com policiais, atue como vaso comunicante com todas as organizações. Aí nos deparamos sempre com o mesmo problema; com o problema de que existe muita reclamação por parte dos vizinhos, mas que quando os chamamos para participar, eles não vêm. Pedem-se canais de comunicação, mas quando se abrem os canais de participação depois somos poucos os que participamos. Mas, não importa, mais vale tarde do que nunca e mais vale que sejamos poucos, mas bons. O importante é trabalharmos juntos.

A reunião continuou, por mais duas horas, com as intervenções desordenadas dos vizinhos [...].

Os discursos de boas-vindas das autoridades policiais, ao receber os vizinhos nas suas *comisarías*, eram uma cerimônia obrigatória do início de todas as reuniões. Estas aconteciam semanal ou quinzenalmente, com a presença do *comisario* ou do *subcomisario*. A informação sobre a realização das mesmas era difundida por meio do Jornal da Polícia (*Diário La Federal*) que se conseguia nas *comisarías* e eventualmente em algum comércio. Outra forma para se informar sobre o horário e dia da reunião era através de avisos colados nos elevadores de certos prédios ou telefonando para a *Comisaría*. O número de participantes variava geralmente entre sete e 20 pessoas. Acontecia, às vezes, que em algum evento específico houvesse o aumento do público, devido à presença do secretário de Segurança; de um deputado; pela ocorrência de algum homicídio ou crime no bairro que tivesse uma repercussão pública maior.

Nas idas ao campo, passei a prestar especial atenção ao discurso dos policiais porque por meio deles se expressavam categorias que refletiam o público imaginado pela política de participação comunitária. Por um lado, veiculavam-se categorias, em princípio genéricas, como “a comunidade”, “vizinhos”, “cidadãos”. Por outro, falava-se de “pessoas destacadas da comunidade”, “associações reconhecidas”, “a escola mais importante”. De um lado, incentivava-se a participação cada vez maior; de outro, celebrava-se a assistência de “poucos, mas bons”. Essas tensões me conduziram para uma observação cuidadosa de quem eram os participantes dessas reuniões. Em outras palavras, quem integrava a “comunidade” imaginada pela participação comunitária?

A observação das reuniões em diferentes bairros da cidade me permitiu traçar um perfil comum dos participantes dos Conselhos. Apesar de os diferentes Conselhos acompanhados pertencerem a áreas da cidade de perfis socioeconômicos distintos, o público das reuniões tinha em comum o fato de pertencer à faixa etária entre 40 e 70 anos, estar distribuído equilibradamente entre homens e mulheres e pertencer à classe média. Neste perfil, destacavam-se como ocupações predominantes os comerciantes, os militares afastados, aposentados, donas de casa e síndicos. Também participavam, em minoria, profissionais tais como: advogados ou arquitetos. Era comum que alguns dos participantes, além de sua ocupação formal, fossem presidentes ou membros de uma instituição de fomento ou de caridade.

Esse foi o primeiro perfil que tracei dos participantes das reuniões. Com o tempo, à medida que frequentava mais reuniões em um mesmo Conselho, e que conversava com seus integrantes, fui percebendo outras clivagens próprias desse âmbito de participação.

## Os amigos

*8 de março de 1999. Primeira reunião do Conselho da Comisaría 21ª, bairro de Palermo. Notas de campo. [...]*

Senhora: nós estamos aqui apresentando problemas, pedindo pessoal, um monte de coisas para conseguir soluções, mas conhecemos os problemas do *comisario*. Eu proponho formar uma comissão com uma meta e um plano de ação.

*Comisario*: espere que eu lhe comento uma coisa. Nós, a *comisaría* 21<sup>a</sup>, neste momento se mantém graças à colaboração da Agrupação Amigos da *comisaría* 21<sup>a</sup>, da qual o senhor Fernández ao meu lado é o presidente. Eu lhe digo com toda sinceridade e com toda honestidade: se não fosse pela Agrupação Amigos não poderíamos nos manter, porque o subsídio que o Estado pode nos dar é igual a nada. Então, eu vejo perfeito o que a senhora está dizendo, mas o que eu digo é que armem uma comissão com a Agrupação Amigos, para que a senhora fale com o senhor ou com a outra senhora e venham alguns, não venham quarenta. Bom, quem quiser vir também pode. Isto é aberto, mas armem uma comissão entre vocês, depois se comuniquem com a Agrupação Amigos, com os comerciantes da área, com os vizinhos. E quando vocês quiserem vir na *comisaría*, falem com o senhor Fernández e fazemos a reunião. Não é um grupo muito grande e nos entendemos melhor.

As reuniões incentivadas pelos Conselhos não eram uma novidade no âmbito das *comisarias*. Sob outros moldes e outros discursos, há mais de 50 anos que “vizinhos” de um bairro se reuniam nas chamadas “Agrupações Amigos” de uma *comisaría*.<sup>7</sup> Desde aquela época, funcionavam como associações voluntárias de vizinhos dedicadas a brindar “apoio material e econômico” à *comisaría* e “apoio moral e espiritual” a seu pessoal.<sup>8</sup> Este objetivo era alcançado, fundamentalmente, por meio do trabalho dos “amigos” no recolhimento de recursos materiais entre os vizinhos da área correspondente. Cada agrupação mantinha reuniões mensais com as autoridades da *comisaría*, onde se administravam e distribuía os recursos recolhidos, conforme os problemas existentes no momento: se uma viatura quebrasse, se faltasse papel para receber as denúncias, se o policial não tivesse os sapatos oficiais, entre outras necessidades.

<sup>7</sup> Existia uma Comissão Central, sediada no Departamento Central de Polícia, que ligava as Agrupações de uma circunscrição que, por sua vez, reunia as de cada *comisaría*.

<sup>8</sup> “Agrupação Amigos: a constante colaboração junto aos vizinhos”. *Diario La Federal*, ano 3, n. 18, dez. 1998.

As atividades desenvolvidas pelos “amigos” faziam parte da rotina das *comisarias* e permitiam um aprofundamento das relações pessoais com os policiais, sendo o contato entre ambos muito fluido e familiar. Os “amigos” também trabalhavam como intermediários entre os “vizinhos” e os policiais, pois o trabalho de recolhimento de fundos e a organização de eventos locais exigia deles circulação pelo bairro e interação com os “vizinhos”.<sup>9</sup>

Assim, a trajetória dos “amigos” na participação no trabalho policial lhes proporcionou um lugar privilegiado na hora da conformação dos novos Conselhos de Prevenção Comunitária. Eles foram especialmente chamados a participar por parte dos *comisarios*. Nas reuniões, esse grupo podia ser rapidamente identificado pela notória proximidade que mantinha dentro das instalações da *comisaría* e com os policiais. Eram os que conduziam os “vizinhos” até a sala da reunião,<sup>10</sup> apresentavam às autoridades os policiais presentes e anunciavam data e hora da próxima reunião. Os “amigos” exibiam um tratamento familiar com os policiais, chamando-os pelo nome e tratando-os de “você”. Era também muito frequente ouvir depoimentos de agradecimento dos policiais expressando “o reconhecimento e gratidão pelos anos de trabalho junto com a *comisaría*”.<sup>11</sup>

Os “amigos” também eram a principal via de convocatória de “vizinhos”, pois suas tarefas de recolhimento de fundos para a *comisaría*, no âmbito da Agrupação, envolviam o contato com comerciantes, síndicos e outros “vizinhos”. Por isso, mantinham um contato fluido com muitos “vizinhos”, especialmente com aqueles que tinham demonstrado uma predisposição para colaborar com “o apoio material e econômico” da repartição. Assim, parte dos “vizinhos” que integrou os Conselhos era o tradicional contato das Agrupações Amigos com o bairro.

De alguma forma, a participação dos “amigos” e de sua rede de “vizinhos” imprimiu um caráter particular à proposta de participação

<sup>9</sup> Esta relação se dava especialmente com os comerciantes, sendo que os comércios que *colaboravam* tinham, na janela ou no interior, um anúncio atestando o aporte – “Eu colaboro com a Agrupação de Amigos da *Comisaría X*” – e, portanto, garantindo a pertença a certa rede de relações.

<sup>10</sup> A maioria das reuniões era realizada no chamado “casino”, onde comia e descansava o pessoal da *comisaría*. Quando o número de participantes era reduzido, costumava-se usar a sala do *comisario*.

<sup>11</sup> Esse tipo de frase, nas falas dos *comisarios*, era continuamente enfatizado em oposição à “*população*” que, na visão deles, não entendia nem respeitava o trabalho policial.



comunitária. Era notável, nas reuniões, como os “amigos” caracterizavam seu discurso a partir da explicitação da falta de recursos disponíveis por parte dos policiais para desempenhar suas funções de forma eficiente, de acordo com as demandas apresentadas por outros “vizinhos” nas reuniões. A proposta do programa de participação comunitária sobre “*a abertura do trabalho policial para a comunidade*” era, no âmbito das reuniões, apresentada na voz dos “amigos” – que no lugar dos policiais explicavam sobre a escassez de viaturas, as dificuldades para consertar peças quebradas, o fato de os policiais terem de comprar seus próprios equipamentos de trabalho, como o rádio, entre outros problemas apresentados como justificativas diante das queixas dos “vizinhos” que não faziam parte da rede de “amigos”.

Essa dinâmica fazia com que as reuniões se transformassem em um novo espaço de recrutamento de apoio para a *comisaría* por parte dos “amigos”. A solicitação de ajuda muitas vezes era percebida pelos “vizinhos” como um canal natural de ajuda no nível local. Assim, eles podiam reclamar – e muito – do fato do “Estado” não prover os recursos suficientes e, ao mesmo tempo, garantir de forma particular os meios de trabalho no âmbito mais próximo, tal como a *comisaría*. Em muitos Conselhos foram várias as cartas escritas às autoridades do Executivo e do Legislativo reclamando da falta de atenção e empenho na questão da segurança pública. Nestas, era comum a demanda de ações concretas nos bairros da *comisaría* representada, em geral, pelo envio de mais policiais e/ou de mais viaturas.

Contudo, o que mais me chamou a atenção nas tentativas de relação com o governo nacional não foi o que efetivamente era conseguido, pois quase nunca esteve presente nas reuniões uma autoridade nacional, como também não foram enviados os recursos solicitados. Tratava-se da forma como a proposta de apelação ao poder nacional transformava-se em uma demonstração, por parte de alguns “vizinhos”, dos vínculos e influências que tinham com as esferas de poder.

### Os “vizinhos” prestigiosos

*24 de maio de 1998. Primeira reunião do Conselho da comisaría 35<sup>a</sup>, bairro de Nuñez. Notas de campo. [...]*

*Comisario:* o que queremos hoje é formar o conselho com as autoridades que vocês esco-

lham e colocá-lo em ação imediatamente para, de alguma forma, lhe dar um assento fixo, um dia e as pautas, porque, como há muitas coisas que muita gente ignora do tema policial, seria bom apresentar uma guia para que possam se orientar sobre nossa função.

Senhor: desculpe, *comisario*, mas eu gostaria de integrar essa comissão, pois conheço de perto os assuntos policiais e de segurança e acho que poderia aportar muito; pois não é verdade que todos desconhecamos sobre a função policial. Eu fui por vinte anos *comisario* da Federal e sei do que estamos falando.

Senhora: eu proponho que trabalhem em comissões, mas, como comunicadora social, digo que se nós nos juntamos aqui e ninguém sabe o que fazemos não serve para nada.

*Comisario*: sim, estas reuniões são para os vizinhos. A ideia é tentar criar os conselhos de ação comunitária, onde vamos tentar ter sete integrantes que vão ser os responsáveis de fazer parte à cidadania dos problemas policiais. Lamentavelmente eu não vou poder ouvir a todos, mas se vocês formarem uma comissão de notáveis, com o senhor (indica o policial retirado), a senhora (indica a jornalista), um diretor de escola, o presidente da associação de comerciantes. Não sei, acho que não todos podem participar, então, uma comissão de notáveis poderia articular as demandas.

Como exprimiu o *comisario*, “não, todos podem participar”. Por isso, “uma comissão de notáveis que articule as demandas” foi uma das propostas privilegiadas na organização dos Conselhos. Se no caso dos “amigos” e da rede de “vizinhos” convocada por eles, apresentei um predomínio do apoio material que os Conselhos poderiam oferecer à *comisaría*, neste ponto ênfase como esse apoio e a promoção das iniciativas eram vinculados, da parte de “vizinhos” – posições prestigiadas ou de poder –, ao caráter “*notável*” dos mesmos.

Esses participantes costumavam destacar, nas suas intervenções, um atributo pessoal relativo à posse de um conhecimento específico, apresentado sempre como de interesse do grupo. Assim, nas falas dessas figuras, eram enfatizadas as vantagens que sua experiência ou influência poderiam trazer aos demais “vizinhos” do Conselho.

As experiências relatadas eram referidas a dois tipos de conhecimento. Um específico de profissionais vinculados à área da segurança: coronéis afastados e policiais aposentados, assessores de funcionários, advogados. Com relação aos dois primeiros, quando o clima do debate esquentava – porque as críticas ao policiamento da área já não suportavam as explicações do *comisario* local –, era comum essas figuras intervirem contando experiências da época de serviço ou mesmo explicando e reafirmando as dificuldades do trabalho policial colocadas pelas autoridades policiais presentes nas reuniões.

No caso dos assessores de funcionários do governo, era frequente se referirem ao conhecimento pessoal de algum personagem influente, a fim de encaminhar uma solicitação de forma rápida e personalizada. Lembro, numa reunião, da intervenção de um coronel aposentado (Solis), também assessor de um deputado na Comissão de Segurança da Câmara: a discussão girava em torno das críticas aos funcionários do Executivo e, sobretudo, do Legislativo porque, segundo o *comisario*, “as leis atuais não permitem ao policial agir com agilidade e presteza”. O coronel se apresentou e disse: como organização da comunidade, todos os vizinhos unidos deveriam solicitar a presença do secretário de Segurança na próxima reunião. Contudo, ele se oferecia para mediar na solicitação, pois tinha “muitos contatos e boa chegada com o Secretário”. A intervenção foi tão bem-vinda que algum vizinho se animou a dizer que quem deveria ser secretário de Segurança era o coronel.

Os advogados e outros profissionais gostavam de demonstrar familiaridade com o trabalho policial e, sobretudo, com a legislação vigente. Era comum pedirem a palavra para brindar longas exposições sobre questões técnicas, sempre fazendo referência à formação e experiência profissionais qualificadas.

Outro tipo de conhecimento exibido nas reuniões também evidenciava o prestígio social de quem participava. Esta situação acontecia especialmente nas reuniões das *comisarías* situadas em bairros de classe

média alta, como Palermo ou Bairro Norte. Consistia nas intervenções de “vizinhos” que gostavam de contar suas viagens ao exterior e as percepções sobre a segurança nas cidades de Nova York ou Lyon, por exemplo. Em certa medida, esta situação não era estranha para outros participantes, pois a referência a experiências internacionais em matéria de segurança e de participação comunitária era, naquela época, um tema frequente na mídia.

As intervenções destes distintos tipos de especialistas (militares, profissionais, políticos) explicitavam a experiência desses “vizinhos” – anterior e externa a sua participação nos Conselhos. Nos seus discursos, evidenciavam a articulação de laços pessoais com posições de poder, por meio de conhecimentos adquiridos graças a uma posição privilegiada na questão da segurança, graças a uma formação em nível superior, ou bem a um capital cultural adquirido pela possibilidade de conhecer outros países. A constante menção de seus sobrenomes também deixava claro o fato de se tratar de trajetórias pessoais diferenciadas do resto dos “vizinhos”.

Junto a esse saber especializado, chamou minha atenção um terceiro tipo de conhecimento, produto de uma trajetória pessoal não relacionada diretamente à profissão ou formação nenhuma, mas a experiências pessoais vinculadas aos problemas definidos na área da segurança pública.

## Os “vizinhos” do medo

*Segunda reunião do Conselho de Prevenção Comunitária da comissaria, bairros Almagro e Abasto. Registro de campo [...]*

A reunião estava acontecendo sob uma dinâmica que achei muito peculiar. Sistemáticamente, um vizinho apresentava uma queixa e o *comissario* respondia dizendo, em resumo, que ele não podia fazer nada, seja porque o problema não era da competência da polícia, seja porque a legislação impedia a intervenção policial. [...]

Senhor: então, eu sim vou colocar um problema próprio de segurança. São os quiosques que vendem bebidas a menores e quando percebem a presença policial ficam violentos.

*Comisario:* com o tema dos menores eu não posso fazer nada. Sobre o quiosque que o senhor está me dizendo, nós já fomos e o fechamos.

Senhora: sim, mas de noite voltam a abrir, quando a polícia não está.

*Comisario:* agora que a senhora me disse isso, vamos fazer alguma coisa, mas eu não sabia. Por isso, eu preciso que vocês me digam. Essa é gente do bairro?

Senhora: sim, eu sei onde moram. Dormem nos carros abandonados que há nessas quadras.

*Comisario:* há carros abandonados? Nós tiramos vários. (Pede para o policial ao lado anotar o endereço)

Senhora: eu já apresentei uma denúncia pelo tema do quiosque, mas não aconteceu nada. Porque, além de beber, durante a noite toda fazem barulho e perturbam.

*Comisario:* contra as perturbações a polícia não pode fazer nada e por barulho vocês têm que apresentar a queixa na Prefeitura.

Senhora: mas na Prefeitura não fazem nada.

Senhora 2: eu já não sei mais o que devemos fazer. Eu fui assaltada duas vezes e no outro dia assaltaram meu filho. O que tenho que fazer? Pegar a arma e então ir presa? Vale a pena?

*Comisario:* não!!! Olhe senhora, a gente está aqui como amigos, eu estou lhe falando como amigo. Por isso, eu disse no início que o único lugar onde vão ser ouvidos é na *comisaría*. Diante deste tipo de casos, há que fazer uma denúncia penal.

Como mencionado, a relação dos “amigos” e dos “vizinhos prestigiosos” com os policiais – ou com o mundo policial – não nasceu com a criação dos Conselhos de Prevenção Comunitária. No caso dos “amigos”, data de anos atrás e, inclusive, sempre foi desenvolvida nas

reuniões na *comisaría*. No caso dos “vizinhos prestigiosos”, por serem muitos deles profissionais vinculados à segurança pública, também tinham certa proximidade com esse mundo. Para estes, o chamado à participação comunitária da nova política institucional não significou uma novidade na qualidade de seu relacionamento com a polícia, mas na forma dessa relação. Parte dessa mudança esteve também relacionada à inclusão de um novo tipo de atores: os “vizinhos do medo”.

Este personagem, menos treinado no trato com a polícia, apresentava-se ligado diretamente ao contexto político e social no qual surgiu a proposta de participação comunitária como resposta à chamada “crise de segurança”, que envolveu tópicos como “o aumento vertiginoso da criminalidade”, “o crescimento da sensação de insegurança”, “o medo e as novas formas de convivência”, entre outros.<sup>12</sup> De alguma forma, o chamado à participação comunitária significou uma novidade para aqueles vizinhos atingidos por experiências pessoais de crimes.

Nas reuniões, os “vizinhos do medo” relatavam os episódios sofridos, às vezes com certo dramatismo, outras quase com naturalidade. A situação anteriormente relatada evidencia dois tipos de conflitos frequentemente apresentados: um vinculado à convivência e à rotina do bairro (venda de bebida alcoólica a menores, jovens “que fazem barulho e perturbam”) e outro às vítimas de assaltos. Aliás, um aspecto que observei foi o fato de a maioria das situações criminosas expostas estarem referidas a crimes contra a propriedade: roubos e assaltos. Dentre estes, era majoritária a presença de comerciantes que denunciavam a quantidade de vezes que suas farmácias, lojas ou restaurantes tinham sido assaltados sem resposta nenhuma da polícia.

Conforme esses vizinhos se manifestavam nas reuniões e nas conversas informais comigo, a sua relação com a polícia, prévia aos Conselhos, ocorria por meio de seu papel de frequentes “denunciantes” de fatos criminosos no balcão das *comisarías*. Assim, não se tratava de uma relação pessoal, nem direta com as autoridades, mas com os policiais de plantão. Também não era um laço permanente, mas restrito ao momento da denúncia. E, sobretudo, era um vínculo fortemente caracterizado pela “decepção, pois a polícia nunca faz nada. Eu denuncio quase por esporte, porque resultados nunca tive”.

---

<sup>12</sup> Os jornais dos anos 1998-1999 têm sido profícuos na apresentação desses temas, em especial “Clarín” e “La Nación”.

As reuniões dos Conselhos apareceram para esses “vizinhos” como um âmbito mais personalizado e menos anônimo para fazer suas queixas. De fato, a sua presença nas reuniões supôs uma rearrumação significativa dos vínculos tradicionais preexistentes, sendo permanente objeto dos debates.

Eles vieram a ocupar, no âmbito dos Conselhos, o papel da queixa, do reclamo, da desconformidade. Se os “amigos” se centravam na preocupação pela insuficiência de recursos da instituição e os “vizinhos prestigiosos” focalizavam suas intervenções em demonstrações de saber ou de influência, os “vizinhos do medo” não poupavam palavras para manifestar oralmente o que inúmeras vezes tinham denunciado por escrito. Essa interação pessoal e direta com as autoridades abriu as reuniões a uma troca de críticas e justificativas entre esses “vizinhos” e os policiais, ausente na interação com os outros tipos apresentados neste trabalho.

Esta dinâmica caracterizava em grande medida as reuniões, abrindo a discussão a uma verdadeira “luta pela denúncia”. Os “vizinhos” criticavam a inoperância da polícia e os comportamentos irregulares dos policiais de rua: não estar no posto, chegar tarde, não intervir, ser grosseiro. As críticas sempre apontavam para a ineficiência do trabalho policial em casos concretos, e, às vezes, para situações de corrupção – curiosamente, nunca para casos de violência policial.

Embora a denúncia fosse visualizada pelos “vizinhos” como um instrumento inútil e desgastante, os policiais insistiam na necessidade de continuar denunciando. Os *comisarios* enfatizavam que, sem a denúncia, não podiam fazer nada. “Sem denúncia não podemos investigar, não podemos aprender os elementos do crime, não podemos prender os suspeitos. Por isso, sempre estamos pedindo a denúncia”, explicava um *comisario* diante das críticas de uma vizinha que insistia em afirmar que, tendo a denúncia, também não faziam nada.

De alguma forma, as reuniões transformaram-se num espaço informal de apresentação de denúncias. A colaboração dos “vizinhos do medo” no apontamento de locais perigosos ou inseguros e de figuras suspeitas e perturbadoras do bairro – foi o espírito da participação dos mesmos nos Conselhos. Na minha perspectiva, foi a maior novidade introduzida pela política de participação comunitária. As demandas por eles apresentadas e as respostas policiais às mesmas definiram em grande medida os limites dessa participação.

## As demandas: “os de fora”

*Quarta-feira 25 de novembro de 1998. Reunião do Conselho da comisaría do bairro de La Boca. Registro de campo. [...]*

Senhora: eu venho com um fato pontual que me aconteceu no mês de julho deste ano. Eu vivo na rua Brandsen 500, e na esquina de minha casa tenho gente de *mau viver*, que todos os vizinhos conhecem, isto é por todos conhecido. Numa sexta-feira do mês de julho, vim nesta *comisaría* para apresentar a denúncia. O fato aconteceu às 19h e eu só saí da *comisaría* às 10h da noite, com meu filho de seis anos no colo. E os senhores de *mau viver*, tranquilinhos nas suas casas. E o pior é que quando voltei para minha casa, passei pela esquina, os senhores estavam reunidos no mesmo lugar. Fui ao telefone público e liguei para *comisaría* e me disseram que já ia sair uma viatura para o local. Estiveram até meia noite e ninguém se perturbou em ir até lá.

*Comisario*: senhora, sabe o que é que acontece? Todos temos a responsabilidade de denunciar, mas sabe que há dez anos atrás este tipo de reuniões não existiam. Essas reuniões agora existem e, aos poucos, vamos ir mudando e vamos ir tratando de estar juntos. Mas a senhora me diz “gente de *mau viver*”, o que quer dizer “*mau viver*” para a senhora?

Senhora: *mau viver*? Significa que são maus vizinhos, que estão em todo tipo de roubos, com substancias proibidas, em outras palavras, droga, que se dedicam a bater nos vizinhos, e toda vizinhança sabe disso. Se isso não é *mau viver*, em bom espanhol quer dizer que são *chorros*.<sup>13</sup>

A discussão entre o *comisario* e a senhora estava se prolongando e um vizinho decidiu interromper:

<sup>13</sup> Categoria informal para se referir a ladrão. Um termo semelhante no português pode ser “*gatuno*”.



mas importantes para colocar. Um outro tema que eu acho importante é o tema da imigração. Nós, os que somos tradicionais de La Boca, vemos com muita dor que as casas nas quais temos morado por anos estão ocupadas. Mas estão ocupadas por estrangeiros. Não é que a gente queira que eles saiam, mas sim saber quem são, se eles têm documentos, se eles alugam com legalidade, através de um documento. Mas como há pessoas que não estão legais no país, eles se intrometem. Nós queremos que venha Imigrações,<sup>14</sup> mas não conseguimos que venha e que os documento ou, pelo menos, que nos notifique quem é quem, de onde são, porque não é gente de La Boca, mas a tem ocupado. Sobretudo, a gente está vendo, agora, com essa explanada bonita que temos em *Caminito*,<sup>15</sup> que nos está chegando gente para fazer de flanelinhas e que também não pertence ao bairro. Nós, com esta nova explanada, podemos desfrutar os espaços, mas essa gente que nos vem de fora, que nos invade nos finais de semana... porque a gente de La Boca nos conhecemos, os de La Boca já nos conhecemos. [...]

As demandas apresentadas pelos “vizinhos” nas reuniões dos Conselhos tinham várias características que outorgaram a esse tipo de associação um caráter peculiar. Em primeiro lugar, eram demandas de tipo individual e conjuntural. Tratava-se de manifestar, diante das autoridades policiais locais, problemas específicos de um horário e/ou local do bairro, que traziam algum tipo de perturbação no cotidiano dos “vizinhos”. Aliás, era frequente um vizinho participar de uma reunião, apresentar sua demanda e não voltar a participar ou só fazê-lo em várias reuniões posteriores.

A sua vez, a forma de expressão das demandas se repetia vizinho após vizinho, reunião após reunião e bairro após bairro:

<sup>14</sup> Refere-se à Direção Nacional Migrações que é o órgão que responsável pelo controle da população estrangeira na Argentina.

<sup>15</sup> Área do bairro de La Boca, na beira do rio Riachuelo, que constitui um dos pontos de turismo mais famosos de Buenos Aires.

“na porta do meu prédio, na rua J altura 1000, desde zero horas do sábado até zero horas do domingo há uma reunião permanente de meninas e meninos que tem ocupado a quadra como local de encontro e que gritam, sujam, urinam e bebem cerveja”; “na quadra do meu comércio, na avenida SF entre P e A, há uma invasão de punquistas a espreita de meus clientes”; “na esquina de minha casa – nas ruas JJ e VG, todas as sextas-feiras e sábados há um baile funk no qual se juntam multidões de pessoas fazendo barulho e bebendo álcool”; e assim inúmeras queixas.

As respostas dos *comisarios*, quando não eram que não tinham competência para intervir porque era competência de outra repartição pública, consistiam em tomar nota dos locais problemáticos assinalados pelos “vizinhos” e prometer uma medida pontual para esse problema, tal como destinar mais policiais ao local ou intervenções diretas, como detenções, ou, “dar um susto”, “perturbar por algumas horas” ao pessoal denunciado.

Em segundo lugar, as demandas aqui citadas evidenciavam que, junto aos poucos casos de crimes denunciados nas reuniões, o maior número de demandas correspondia a problemas de convivência, mais do que a demandas entendidas como “propriamente policiais”. Contudo, a recorrência de demandas contra a “desordem” demonstrava que, embora as críticas à eficiência do trabalho policial fossem muitas e enfáticas, esses “vizinhos” partilhavam a visão de que a “solução policial” era a resposta mais adequada e legítima para os problemas elencados. Esta opinião e, portanto, a prática de apresentar esse tipo de queixa no âmbito da *comisaría*, definiu, em parte, algumas características ainda não destacadas do perfil dos participantes dos Conselhos.

Quer dizer: nem todos os moradores dos bairros da cidade de Buenos Aires partilhavam a opinião de que a polícia seria o melhor canal para tratar problemas tais como os mencionados.<sup>16</sup> O fato de as reuniões se realizarem *nas comisarías*, por exemplo, excluiu, de início, um

<sup>16</sup> Inclusive nem todos concordam que essas situações sejam um *problema*. Contudo, interessa-me enfatizar a relação entre a busca de uma intervenção policial para esse tipo de casos, pois acredito que muitos moradores se sentiam perturbados ou atemorizados pela presença de jovens bebendo cerveja na porta de seus prédios, mas que não achavam que se manifestar diante da polícia fosse um bom encaminhamento do problema.

público mais crítico da instituição policial. Sem dúvida, foi o caso dos jovens, assim como de profissionais de uma classe média da chamada tendência “progressista”.

Em terceiro lugar, a forma e o conteúdo das demandas estabeleceram fronteiras entre os “vizinhos”, sujeitos da participação comunitária, e os “que vêm de fora”, “que não são do bairro”, que “não conhecemos”, a “gente de mau viver”, “que gritam, sujam, urinam e bebem cerveja”, “os ilegais”, “os chorros”. Incluíam-se nestas categorias “camelôs”, prostitutas, travestis, jovens, mendigos, imigrantes.

Na percepção dos “vizinhos”, esses grupos ameaçavam o espaço público; porque *sujavam, faziam barulho, brigavam, furtavam, eram ilegais*. Assim, as demandas por segurança pública eram definidas, nessa visão, não só como questões de criminalidade, mas também como problemas morais e estéticos. Manter a limpeza e pureza do bairro, assim como estar de acordo com a legalidade, apareciam como valores comuns entre os “vizinhos” participantes. Nessa dinâmica, aqueles que eram objeto-alvo das demandas dos “vizinhos” eram implicitamente definidos como os *de fora* do bairro e, portanto, *de fora* dos Conselhos.

Consequentemente, a participação comunitária não os incluiu como seu público, pois não só não partilhavam dos valores morais presentes nas reuniões mas também na percepção de seus participantes, os ameaçavam. Os jovens na porta do prédio, as pessoas ocupando a rua na entrada do baile *funk*, as prostitutas nas calçadas, eram percebidos como grupos que faziam um uso inadequado do espaço público, pois, entre outros motivos, tratava-se de pessoas estranhas, desconhecidas, “*que não pertencem ao bairro*”.

## Conclusões

Procurei, ao longo deste artigo, descrever a forma como se efetivou, em diferentes bairros da cidade de Buenos Aires, a criação e a dinâmica dos Conselhos de Prevenção Comunitária organizados nas *comisarias* locais. Como mencionado no início, a pergunta que tentei responder foi: quem eram os participantes da “comunidade” imaginada pela política de participação comunitária?

A pergunta surgiu de um primeiro estranhamento sobre o fato de que uma política pública, impulsionada pela polícia, apelasse à “comuni-

dade” para se referir aos moradores dos bairros da cidade de Buenos Aires. Em parte, esse estranhamento diminuiu quando, à medida que mergulhava no assunto, percebi que a categoria “comunidade” tinha se tornado um termo recorrente para apresentar (e legitimar) certas medidas de segurança pública em um contexto de crescente descrédito das instituições policiais. Mas, mesmo assim, ainda me perguntava pelos significados do uso dessa categoria para impulsionar um modelo policial que contrastasse com o modelo tradicional, voltado para o trabalho repressivo e burocrático.

Assim, meu estranhamento continuou no sentido de imaginar, em termos de “comunidade”, o potencial público – aqueles chamados a participar. Assim que comecei o trabalho de campo, várias foram as situações que deixaram claro que não se tratava de uma política destinada à população em geral (a pouca difusão das reuniões, o fato de serem sediados na *comisaría*, uma relação historicamente conflituosa com a polícia, entre outras). O acompanhamento das reuniões dos Conselhos foi fundamental para identificar o público participante. À medida que fui participando de mais reuniões, procurei sistematizar os participantes conforme o tipo de intervenção, sua relação com a polícia e, sobretudo, segundo as características por eles destacadas nas reuniões: a colaboração e a familiaridade com a polícia no caso dos “amigos”; a posição social e de poder no caso dos “vizinhos de prestígio” e a denúncia e crítica policial no caso dos “vizinhos do medo”.<sup>17</sup> A partir desse trabalho de classificação, também se evidenciou a contrapartida dessa participação comunitária: aqueles que não participavam; os “*de fora*”.

Assim, uma análise mais detalhada e afastada do calor dos debates, permitiu-me pensar na questão da “comunidade” de uma outra perspectiva, que não fosse aquela imaginada teoricamente como unidade homogênea, harmônica e estável. Várias situações confrontavam com essa visão. Em primeiro lugar, nem todos os membros dos Conselhos confluíam no mesmo objetivo: os “amigos” ampliavam seu trabalho tradicional de apoio à instituição, os “vizinhos de prestígio” exibiam suas influências e os “vizinhos do medo” buscavam um âmbito em

<sup>17</sup> Ao sistematizar o perfil dos participantes em categorias, estou introduzindo na descrição uma tipologia, de acordo com as ênfases que os atores outorgavam a suas identidades nas reuniões. No entanto, gostaria de ressaltar as nuances possíveis entre elas. Por exemplo, um “vizinho prestigioso” também podia se apresentar como vítima reiterada de delitos (“vizinho do medo”), ou mesmo, um “amigo” podia ser considerado um “vizinho de prestígio”.

que pudessem insistir nas suas reclamações. Em outras dimensões, também o público não era absolutamente homogêneo: profissionais, donas de casa, aposentados, comerciantes, funcionários públicos, síndicos, moradores de bairros ricos e pobres da cidade. O recorte espacial (por bairro) do programa também não correspondia a um interesse comum, pois os grupos de pertença dos participantes eram variados e estavam longe de se definirem a partir de seu pertencimento ao Conselho. Este, no caso, funcionava como âmbito apropriado para expor outras “afiliações sociais”: profissão, emprego, laços de afinidade e amizade, associação em outras agrupações, entre outros.<sup>18</sup>

Em segundo lugar, as reuniões caracterizavam-se enquanto um caldo de discussões, brigas, interrupções para falar acima da voz do outro, reclamações individuais e desistências permanentes. As críticas diante dos *comisarios* e, inclusive, a denúncia sobre comportamentos irregulares dos policiais da rua eram enfatizadas nas reuniões. Os *comisarios*, apesar de demonstrarem uma atitude pública receptiva, muitas vezes perdiam a paciência com os vizinhos, cortando as falas com um tom enérgico e impaciente. Os “vizinhos” entre si também discutiam em relação à organização da reunião ou de certas medidas a serem tomadas.<sup>19</sup>

A relativa heterogeneidade, a participação individual e o conflito caracterizaram, em grande medida, a forma desse tipo de associação. Decidi, então, prestar mais atenção às manifestações e reações dos participantes no âmbito das reuniões. Pensei, assim, que o termo “participação comunitária” não podia ser entendido como um chamado a uma comunidade preexistente, moradora dos bairros portenhos, pois esta não existia como tal. Ao contrário, percebi que o próprio processo de participação criou, entre aqueles que participaram, uma *comunidade*. Quer dizer, foi no mesmo âmbito dos Conselhos, das

<sup>18</sup> Clifford Geertz (1999), usa a noção de afiliação social para descrever as aldeias balinesas. Destaca que “a aldeia balinesa não é, em nenhum sentido, uma unidade territorial orgânica que coordena todos os aspetos da vida em termos de residência ou propriedade fundiária [...], mas sim um conjunto de estruturas sociais, cada uma baseada em um princípio diferente de afiliação social, que se ajustam uns a outras somente na medida em que isso parece ser essencial” (1999, p. 279). No caso analisado por Geertz, esses princípios podem ser o culto, a residência, a propriedade dos arrozais, o *status* social, os laços consanguíneos e de afinidade, a filiação e a subordinação legal.

<sup>19</sup> Como têm demonstrado, entre outros trabalhos, as etnografias de Ana Claudia Marques (2002) e John Comerford (2003), o conflito é uma dimensão constitutiva das relações sociais e, portanto, de grupos tais como a família ou a comunidade, tradicionalmente identificados como harmônicos e consensuais.

discussões, demandas, respostas e cobranças, que se constituiu um grupo de pessoas que tinham em *comum* a partilha de certos valores morais.<sup>20</sup> Estes referiam a um entendimento específico sobre a concepção de um bairro seguro e de um uso legítimo do espaço público.

As demandas colocadas e o grau de consenso e legitimidade alcançado pelas mesmas entre os participantes,<sup>21</sup> traçaram uma fronteira entre aqueles sujeitos da participação e os que eram o objeto das queixas e motivo de desordem, sujeira, insegurança nos bairros. Nos termos deste trabalho: entre “vizinhos” e “os de fora”.<sup>22</sup>

Assim, a qualidade de “vizinho” se definiu no processo de participação nos Conselhos, a partir da iniciativa espontânea daqueles que, por diferentes motivos, decidiram se aproximar das *comisarías* e fazer parte dessa política. Nesse sentido, não houve nenhum impedimento prévio à participação, nem um trabalho de cooptação da parte dos policiais para conseguir audiência. Poderia dizer que não foi a polícia que procurou os “vizinhos”, mas estes que procuraram a polícia e, nessa procura, definiram os limites morais da “comunidade”.

## REFERÊNCIAS

BAILEY, F. G. Gifts and Poison. In: \_\_\_\_\_. *Gifts and poison*. Oxford: Basil Blackwell, 1971. p. 1-25.

BOURDIEU, Pierre. A produção e a reprodução da língua legítima. In: \_\_\_\_\_. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 29-52.

<sup>20</sup> Bailey (1971); Gilmore (1987); Pitt-Rivers (1971).

<sup>21</sup> As discussões nunca se referiam ao tipo de problema colocado, mas ao tempo de reunião consumido, ao fato de furarem a ordem da palavra, e, em alguns casos, à falta de legitimidade por não frequentarem assiduamente às reuniões.

<sup>22</sup> Esta relação tem muitos aspectos em comum com a “*figuração estabelecidos – outsiders*” sugerida por Norbert Elias (2000). Entre outros, o que ele chama de “sócio dinâmica da estigmatização” (2000, p. 23), através da qual um grupo tem a possibilidade de afixar em outro um rótulo de inferioridade e fazê-lo prevalecer. Por sua vez, as acusações de sujeira, perigo, imoralidade, também respondem a uma dinâmica semelhante àquela descrita por Abdelmalek Sayad nos seus estudos dos migrantes argelinos na França e à relação entre as percepções de ambos os grupos (1998, 2001).

COMERFORD, John. Remapeamentos: municípios, paróquias e comunidades. In: \_\_\_\_\_. *Como uma família: sociabilidade, reputações e territórios de parentesco na construção do sindicalismo rural na Zona da Mata de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 141-208.

ELIAS, Norbert. Ensaio teórico sobre as relações entre estabelecidos – outsiders. In: \_\_\_\_\_.; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 19-50.

GEERTZ, Clifford. Forma e variação na estrutura da aldeia balinesa. *Mosaico: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 2, n. 1, v. 1, p. 279-303, 1999.

GELLNER, Ernest. O Maghreb como espelho para o homem. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia e política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 205-215.

GILMORE, David. *Agression and community: paradoxes of Andalusian culture*. London: Yale University Press, 1987.

MARQUES, Ana Claudia. O inimigo parente. In: \_\_\_\_\_. *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 119-161.

PITT-RIVERS, Julian. Amistad e autoridad. In: \_\_\_\_\_. *Un pueblo de la Sierra: Grazelema*. Madrid: Alianza Editorial, 1971. p. 161-179.

REDFIELD, Robert. The little community as a whole. In: \_\_\_\_\_. *The little community and peasant society and culture*. Chicago: The University of Chicago Press, 1965. p. 1-16.

SAYAD, Abdelmalek. Elghorba: o mecanismo de reprodução da emigração. In: \_\_\_\_\_. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

\_\_\_\_\_. Uma família deslocada. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

WILLIAMS, Raymond . Common. In: \_\_\_\_\_. *Keywords: a vocabulary of cultures and society*. London: Fontana Press, 1988a. p. 61-62.

WILLIAMS, Raymond. Community. In: \_\_\_\_\_. *Keywords: a vocabulary of cultures and society*. London: Fontana Press, 1988b. p. 65-66.

\_\_\_\_\_. Society. In: \_\_\_\_\_. *Keywords: a vocabulary of cultures and society*. London: Fontana Press, 1988c. p. 243-247.



# O DEVER DE CIDADANIA POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO URBANO E PARTICIPAÇÃO POPULAR NO BRASIL

---

*Alex Varella<sup>1</sup>*

Um desejo de organização cujas raízes estão  
na sociedade inteira...

Walter Gropius

Participar é muito rápido e fácil.

Campanha publicitária na TV ESPN

Neste artigo visamos ao Plano Diretor Participativo – segundo sua significação político-urbanística – como realização e modo de reiteiração da unidade nacional pela universalização do dever, que reúne este plano federal à quase totalidade dos municípios brasileiros.

Plano Diretor Participativo<sup>2</sup> é o nome do último lance das políticas públicas de planejamento urbano no Brasil, que pela primeira vez une o plano à exigência de participação popular por meio do caráter diretivo (diretriz) que, na experiência brasileira, seria comum a ambos.

<sup>1</sup> Professor aposentado da UFPE.

<sup>2</sup> *Plano Diretor Participativo*: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília, DF: Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia / Ministério das Cidades, 2004.

Aqui, compreendemos o Plano como manifestação do *ethos* universalista e intervencionista do planejamento urbano,<sup>3</sup> que o inspira, sugere e estatui de imediato um ente jurídico codificado em regras externas e coercitivas,<sup>4</sup> nas quais se traduz e converte, de direito à cidade<sup>5</sup> em dever de cidadania. Diante deste, a participação assume os foros de um mecanismo e forma de aprovação, expressos numa ocasião paradigmática, que deve se repetir a cada cinco anos.

Neste sentido, o Plano Diretor Participativo é uma lei, um ente jurídico, cifrado nos modos da tradição formalista positiva, que constitui a conduta legal e legítima a partir de regras *a priori* que não supõem, em sua formação (gênese) e aplicação, a “participação” dos atores cujos comportamentos regula.

No Brasil, a participação popular em processos de planejamento é “constitucional”.<sup>6</sup> Significa que teríamos passado diretamente, num intervalo que pode ser contado em meses, desde a ditadura militar, cujo projeto de modernização criou o Ministério do Planejamento e consolidou o prestígio dos técnicos, a uma nova espécie de república participativa?

Como e por qual processo tal mudança teria se operado? Representa continuidade ou ruptura com a tradição cultural e urbanística?

Municípios de 20.000 habitantes já estão obrigados ao Plano (federal) Diretor Participativo, ainda que jamais suas populações hajam manifestado qualquer demanda por planejamento ou participação.

<sup>3</sup> Para a crítica de tal *ethos*, ver “Teoria de la deriva i altres textos situacionistes”. Barcelona: MACBA, 1996.

<sup>4</sup> Quando, ao contrário, as regras “sociais”, isto é, culturalmente ou socialmente consideradas, envolvem internalidade e alguma espécie de reconhecimento e convencimento dos atores quanto aos lances válidos e formas corretas de jogar o jogo, isto é, de acordo com a regra. Cf Winch (1970); Wittgenstein (1975); Hart (1986).

<sup>5</sup> Programa político-ideológico de universalização de direitos em contexto urbano, tais como o de moradia, trabalho e cultura, tornou-se, no Brasil, um núcleo doutrinário das práticas políticas e celebrações associativas dos profissionais da cidade – arquitetos, geógrafos, urbanistas... (LEFEBVRE, 1991).

<sup>6</sup> “Constituição da República Federativa do Brasil”. Ver Oliveira (2006).

O Plano Diretor Participativo é “imperativo”,<sup>7</sup> e surpreende a quantidade e severidade das punições previstas, a serem aplicadas àqueles que o descumprirem em seu caráter participativo, em particular os prefeitos, sujeitos à perda de mandato e outras sanções, caso não submetam os projetos e políticas públicas dos técnicos associados à aprovação do auditório dos interessados, e só depois à Câmara dos Vereadores, num processo que deve concluir-se obrigatoriamente até o dia 10 de outubro de 2006 e, a partir de então, repetir-se a cada cinco anos. O PDP é um ser jurídico destinado a produzir efeitos jurídicos.

Para que se chegasse a tal concepção de “república participativa”, com a negação da soberania dos técnicos, que ela implica, supõe e propõe, teria sido quicá necessário um período de sua exaltação, na ditadura militar, quando esses “especialistas”, presumíveis detentores de um saber objetivo e infenso a preferências e injunções partidárias, galgaram o poder e o comando das políticas públicas, em aliança com o estamento militar. É dessa época, por exemplo, o início da carreira política – que o levaria por duas vezes à prefeitura de Curitiba – do arquiteto-urbanista Jaime Lerner, inicialmente nomeado ao cargo de Secretário Extraordinário da Área Metropolitana do Rio de Janeiro pelo almirante Faria Lima, ungido por seus colegas militares à governança do Rio de Janeiro (1975-1981).

De outra parte, o apelo à participação, que distingue o plano atual dos anteriores é, no Brasil, sem complementos, difuso e indeterminado, como no próprio PDP.

Exemplo disso é o uso repetido da palavra no anúncio televisivo das eleições de 2006, construído de tal forma que dele só retemos a exortação final “participe”, transformada agora no verdadeiro núcleo da mensagem, que só pode expressar-se como tal no âmbito de um sentimento coletivo de participação, para o qual é transferida a ênfase, “esquecido” o móbil original da ação.

Na cultura brasileira, a participação assume a forma de um sentimento de participação, como esta instância que deve operar a conciliação e dissolver a oposição entre a esfera técnica do planejamento e o

<sup>7</sup> “[...] nos planos imperativos a nota saliente é a cogência. Os particulares ficam submetidos às regras do plano e obrigados a uma determinada conduta, sob pena de consequências até mesmo de caráter criminal, de multas e outras sanções administrativas” (COUTO; SILVA, 1987, p. 3).

“povo participante”, de maneira análoga ao uso tático-instrumental da forma “religião” pelos positivistas na Religião da Humanidade,<sup>8</sup> como um sistema retórico-comunicacional de eficácia comprovada, cujas formas, “emotivas” e “sentimentais”, se devem preservar, emprestando-lhes os conteúdos modernos-modernizadores do planejamento. Neste sentido, segundo Sofia Beatriz Lins Peixoto, Comte, o criador desta religião sem deuses – exceção da “humanidade”, autocultuada – também teria esboçado, ainda na primeira metade do século XIX, a ideia, “tão atual”, de planejamento.<sup>9</sup>

Desse modo, a participação está representada como uma forma vazia e disponível, que se deve preencher daquilo que realmente importa – o “fundo” do plano.

O plano diretor participativo data do “período de redemocratização”, mais exatamente da Constituição de 1988, à qual pertence como um dever constitucional que constrange a cidadania.

A nível local, o município de São José do Vale do Rio Preto, pouco mais de 20.000 habitantes,<sup>10</sup> antes pertencente à Petrópolis, no Rio de Janeiro, “instalado” em 1 de janeiro de 1989, já sob a égide da constituinte de 88, também consagra, em sua “lei orgânica”, a constituição municipal, o planejamento urbano moderno.<sup>11</sup>

Tal inclusão da cidade no planejamento é, no Brasil, um “bem de raiz”, o que explica a força de tais políticas de antecipação, clinicamente chamadas “de prevenção”: ainda se emancipando... e já se antecipando na superação e prevenção dos males urbanos e sociais (como a superpopulação) que suscitaram a invenção do urbanismo moderno enquanto exercício continuado de seu diagnóstico e terapêutica.

Não são apenas princípios gerais, mas procedimentos exemplares do planejamento urbano moderno que ali estão consagrados enquanto princípios “orgânicos” do município, como o zoneamento, postulado

<sup>8</sup> Comte (1988). Também Cruz Costa (1967).

<sup>9</sup> “Ele (Comte) sustentava, inclusive, que, pelo estudo da realidade social, o homem pode acelerar a marcha da civilização, esboçando, assim, a ideia tão atual de planejamento”. Ver Peixoto (1972, p. XIX).

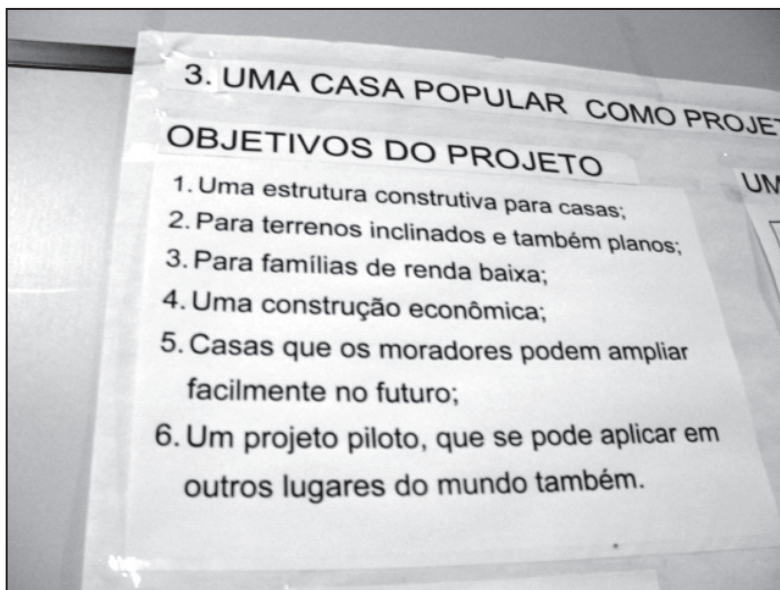
<sup>10</sup> Dezenove mil duzentos e setenta e oito (19.278), segundo o censo de 2000. “Estudo Socioeconômico 2004 – São José do Vale do Rio Preto” (Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, 2004, p. 9).

<sup>11</sup> “Lei Orgânica do Município de São José do Vale do Rio Preto”. SJVRP: Câmara municipal de São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro, 1990.

como medida de correção, reinvenção e terapêutica das condições de vida nas grandes metrópoles, aqui constitucionalizada neste pequeno município do Rio de Janeiro.

Também a lista dos projetos prioritários aos quais se consagra a prefeitura no presente momento, evidencia os elos com o “estilo internacional”, isto é, universal, do “movimento moderno”, na concepção da arquitetura e do planejamento urbano, seja nas unidades habitacionais,<sup>12</sup> do arquiteto Júlio Otoni, ex-secretário de obras do município, evocando diretamente à Le Corbusier e seu edifício de Marselha; seja no projeto de transferência da administração municipal para o centro geométrico do município, na localidade de Morro Redondo,<sup>13</sup> projeto para o qual, significativamente, busca-se os serviços e o talento do arquiteto de Brasília, Oscar Niemeyer.

*Foto 1 – Projeto de habitação social  
em Pedras Brancas, São José do Vale do Rio Preto-RJ.*



Acrescente-se, ainda, a presença e atuação, em numerosos projetos, de equipes de arquitetos e urbanistas de distinta procedência e nacionalidade,<sup>14</sup> para os quais o Brasil, tantas vezes tido como país

<sup>12</sup> Pavesi (2005-2006).

<sup>13</sup> Ibidem.

<sup>14</sup> Ibidem.

do acaso (a que se atribuiu sua descoberta), do improviso e do imprevidência, é também o país do planejamento, que mais longe levou o planejamento urbano, ao ponto de materializar suas receitas nos espaços “racionais” da capital construída para ser ícone e símbolo do país.

De um ponto de vista do município ou do país, para culturas penetradas por um forte sentimento de esgotamento e exaustão das “ideologias totais”, a que correspondem territórios exíguos e possibilidades de deslocamento inesgotáveis, o Brasil ainda é, consoante a promessa moderna, mais do que um continente, um mundo a planejar.

1

Se, como pensa o autor do “Direito à Cidade”,<sup>15</sup> a Filosofia Urbana é o “exame crítico da atividade dos urbanistas”, tal esclarecimento incide cada vez mais sobre o binômio planejamento urbano-participação popular.

O relacionamento entre os dois termos pode ser acompanhado tanto do ponto de vista das disciplinas da planificação quanto do contexto político e filosófico que os reúne e compreende.

Os anos 1960, nos Estados Unidos e na Europa, constituem o marco temporal inicial de seu encontro, aproximação e desenvolvimento histórico-problemático.

No que se refere às disciplinas da planificação, a temática da participação revela-se como manifestação e produto de uma crise do modelo técnico autoritário, fundado na presunção de desinteresse, objetividade e universalidade da ciência, da qual o urbanismo racionalista moderno e seu “estilo internacional” se representa como fiel aplicação. Trata-se de uma crise no modo de autocompreensão e de atuar das disciplinas “técnicas” (e, em última análise, da própria modernidade), da qual emergirá o discurso da participação.<sup>16</sup>

Aqui são os próprios urbanistas e arquitetos que passam a admitir e defender a presença do público na definição dos meios e fins do planejamento urbano, o modelo hermenêutico da *aplicatio*<sup>17</sup> que, em oposição à aplicação universal-autoritária, envolve o reconhecimen-

<sup>15</sup> Lefebvre (1991).

<sup>16</sup> Hall (1995, p. 392- 402).

<sup>17</sup> Gadamer (1991, p. 51).

to dos atores, circunstâncias e contextos que demandam alterações, adaptações ou, quem sabe, até mesmo o arquivamento dos planos da cidade dos urbanistas, elaborados na presunção de ignorância e incapacidade do público, cliente ou usuário, de definir, ou pelo menos de “participar” da tomada de decisão sobre aquilo que incide diretamente sobre sua vida presente e futura.

A disposição e radicalismo em aceitar e praticar o novo discurso da participação, candidato a paradigma na esfera técnica, em particular no planejamento urbano, pode ser medido numa escala cujo fruto mais extremo é o *advocacy planning*, o “planejamento advocatício”.<sup>18</sup>

Antigos demiurgos convertidos à modesta condição de intérpretes, abrindo mão de seu direito de plasmar ao plano sozinhos, com atenção apenas a seus pares e, naturalmente, aos investidores e políticos, propõem-se agora, generosamente, a transferir sua linguagem, métodos, processos e meios de composição, como se seus advogados fossem, aos grupos “diretamente interessados” e excluídos (na lógica prevalecente, excluídos porque interessados), aos quais se concede o direito a definir meios e fins.

Já se passara o período heróico do modernismo arquitetônico, quando Walter Gropius, o fundador e diretor da Bauhaus, afirmara sem papas na língua a soberania do arquiteto diante dos tímidos gostos e preferências do usuário e do cliente quanto ao edifício e à cidade.<sup>19</sup>

O cliente tende a fazer escolhas irracionais, dizia Gropius, secundado por Le Corbusier e toda a primeira geração do movimento moderno, e tais preferências não só contrariam o *telos* do desenvolvimento histórico e social como, “no fundo”, seus próprios interesses particulares, que só poderiam se desenvolver verdadeiramente em relações de sintonia, subsunção e harmonia com o todo social, concebido alternativamente como organismo ou máquina.

Mais tarde, exilado nos Estados Unidos, Gropius seria um personagem de ponta na propagação do dogma do modernismo arquitetônico, podendo-se atribuir parte da reação “participativa” dos círculos construtivos (arquitetos e urbanistas) norte-americanos a um efeito

<sup>18</sup> Davidoff (1965, p. 186-197).

<sup>19</sup> Gropius (2005); Wolfe (1990).

perverso de sua agressiva pregação da soberania dos técnicos, quando na cultura americana de mercado, “o cliente tem sempre razão”.

Longe daqueles tempos heróicos, já estávamos agora, nos anos 1960, à época da terceira geração do movimento moderno, quando Aldo Van Eick, por exemplo, nos revela a “estranha” perenidade da forma da aldeia Dogon, que permanece a mesma, indiferente às aflições historicistas e à invocação ao progresso universal, tão ao gosto da vanguarda arquitetônica moderna.<sup>20</sup>

Admite-se, então, tendo em vista o caráter cultural e relativo da “ciência” da arquitetura e da cidade, um compromisso entre o saber dos técnicos e as expectativas, necessidades e preferências dos destinatários de seu trabalho.

A partir dos anos 1970, a temática da participação popular e do planejamento participativo ganha espaço também na América do Sul, via Europa e Estados Unidos, de que é testemunho o prestígio e presença acadêmica constante, e em círculos técnicos, do sociólogo espanhol Manuel Castells<sup>21</sup> e, no Brasil, do antropólogo-urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos, interlocutor constante das nascentes associações de moradores em suas demandas de participação.<sup>22</sup>

Do ponto de vista externo à esfera técnica, isto é, do contexto político e filosófico que instrui e, por assim dizer, prepara, nos Estados Unidos, a aproximação a que estamos nos referindo, entre o planejamento urbano e o programa da participação popular, devemos apontar a conexão entre as posições da *new left* (nova esquerda) e a tradição cultural do liberalismo e do pragmatismo americano. Este último não desqualifica o interesse, mas, pelo contrário, concede-lhe cidadania e o constitui como fonte, expressão e definição da verdade<sup>23</sup> e, em tal contexto, a cultura liberal do indivíduo consumidor tende a representar a “participação” como um direito de mercado, que afeta a clientes e usuários como “consumidores”.

Embora não seja exato dizer que o pragmatismo está para a cultura americana como o positivismo para a brasileira, são poucos os exemplos de tal inserção cultural de uma filosofia, em que pese o caráter

<sup>20</sup> Eick et al. (1972).

<sup>21</sup> Castells (1988).

<sup>22</sup> Freire; Oliveira (2002).

<sup>23</sup> Rorty (1993).



oficial ou oficioso, estatal e institucional do positivismo no Brasil, enquanto o pragmatismo americano, antes de ser de James, Dewey ou Rorty, é americano. Tem origem na sociedade e não no Estado.

Enquanto isso, o positivismo de Comte, a partir do qual se constitui o positivismo à brasileira, trilha caminho inverso ao da soberania popular – atualizada pelos “usuários”, “interessados” ou simplesmente “cidadãos” – e representa uma tradição fortemente antiparticipativa, se assim podemos dizer, expressa na exigência de uma cientifização da política, parte dos “planos necessários à reforma da sociedade” e que, justamente, deve reforçar e concentrar as decisões nas mãos dos técnicos.<sup>24</sup>

Tal direção se fortalece nos períodos de ditadura, no tempo de Vargas, que teria sido ele próprio um fiel da “doutrina” e, posteriormente, da ditadura inaugurada em 1964, quando os políticos profissionais e ligados ao quadro partidário são alijados do comando da máquina estatal e das políticas públicas, em benefício de uma aliança militar-tecnocrática.

Dessa forma, é num contexto cultural e filosófico muito distinto daquele do pragmatismo e do liberalismo norte-americanos, que se enuncia pela primeira vez entre nós, nos anos 1970, o discurso da participação popular na esfera técnico-urbana.

## 2

Em verdade, nenhum clamor popular levou a constituinte de 88 a adotar a regra da participação, nem qualquer pressão irreconhecível, ainda que democrática, se abateu sobre o presidente Cardoso, para que este a corroborasse, na forma do planejamento participativo, quando sancionou, em 2001, o Estatuto da Cidade.<sup>25</sup>

Algumas associações de classe, em particular o IAB, que reúne arquitetos e urbanistas, e entidades populares afins, defenderam o estabelecimento da norma da participação junto às bancadas e partidos próximos à suas demandas profissionais e políticas, mas é um exagero dizer que sua instituição resulta da pressão e reivindicação organizada

<sup>24</sup> Comte (1972); Lins (1967).

<sup>25</sup> “Estatuto da Cidade”. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, lei nº 1º 257, de 10 de julho 2001. Também: “Estatuto da Cidade para compreender...”. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 2001.

dos diretamente interessados, isto é, a população que sofre a ação e os efeitos da atividade planejadora, em especial do planejamento urbano. Além do que, é preciso lembrar que a regra foi apoiada e aprovada pela maioria conservadora reunida no “Centrão”,<sup>26</sup> bastando consultar, de outro lado, uma lista de entidades intervenientes na “discussão, programação e divulgação do Estatuto da Cidade”, explicitamente nominadas em publicação oficial do IBAM, para se ter ideia do comprometimento dos “profissionais da cidade” com o plano e, inversamente, da relativa ausência e alheamento das entidades populares, que reúnem os “diretamente interessados”. Entre 15 nomes citados, contam-se apenas os de quatro “movimentos sociais”, os demais designando associações de classe, organismos e sindicatos de engenheiros, arquitetos, urbanistas, economistas, geógrafos e assistentes sociais.<sup>27</sup>

Contudo, em parte coincidindo com o interregno autoritário, que se entende de 1964 a 1988, uma cultura da participação já se fizera anunciar no Brasil desde início dos anos 1960, nas artes visuais e na pedagogia “participativa” de Paulo Freire,<sup>28</sup> fenômenos de reconhecimento e prestígio internacional.

Na esfera da arte, Hélio Oiticica, Lygia Clark e Lygia Pape são os iniciadores e principais “propositores” da “arte da participação”.<sup>29</sup>

Para eles, a atividade artística não mais se confunde com a construção do artefato e sua entrega à fruição do espectador, mas visa promover “atos livres”, “não alienados”, de apropriação e reapropriação da “realidade”.

Enquanto a “pedagogia da libertação” promovia o educando e seu contexto à “participante” do processo educacional (ousadia de que

<sup>26</sup> Saule (1997).

<sup>27</sup> CONFEA-Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; FASE-Solidariedade e Educação; FNA – Federação Nacional de Arquitetos; Fundação Bento Rubião; IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil; IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal; IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e econômicas; Instituto Polis; IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; IPPUR/UFRJ – Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal; MMC – Movimento Moradia – São Paulo; Movimento Pró-Favela – Rio de Janeiro; MSTC – Movimento dos Sem-Teto – São Paulo; sindicato dos Engenheiros de São Paulo; Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro; UMC – União dos Movimentos de Moradia – São Paulo. “Estatuto da Cidade – para compreender”. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 2001.

<sup>28</sup> Freire (1967, 1970).

<sup>29</sup> Brett (1986, sem indicação de página).

guarda memória a prática de atribuir conceito e nota “por participação”), Hélio Oiticica dava um passo além.

Para dar ênfase ao aspecto ativo da participação (o inverso absoluto de ser “participado”), inventa um neologismo, o “participador”,<sup>30</sup> quando tinha ao seu dispor o termo “participante”, de “orla” mais receptiva, passiva.

Seu trabalho não apenas propicia escolhas (como na “obra aberta”), mas faz do antigo espectador, agora “participador”, seu autor, na medida em que com o próprio e intransferível corpo se inscreve na obra desde o início, quando escolhe o orifício por onde vestir a capa-parangolé e, dest’arte, a faz existir.

Ademais, a escolha e participação não se atém aqui essencialmente aos materiais e às formas e meios da ação, como em Paulo Freire.

Neste autor, efetivamente, os fins da ação permanecem à margem da discussão.

A pedagogia, ou melhor, a educação, visa à formação da autoconsciência, e poderia ser descrita, à imagem da fenomenologia hegeliana, como o caminho que vai desde a consciência natural à consciência de si como ser político e genérico.<sup>31</sup>

Mas Hélio Oiticica não determina os fins da ação.

Você não apenas pode vestir “como quiser” a capa Parangolé, como também pode fazer “o que quiser” com ela: passear, fruir de seu contato na pele, dançar..., mas nenhuma dessas coisas é o fim necessário e último da ação.<sup>32</sup>

Ela não está direcionada, como o educando “participante” de Paulo Freire está direcionado pela realização de determinada essência, a formação do homem livre e autoconsciente, o que naturalmente inclui a consciência de sua circunstância.

Mas se a questão da participação recebe, na dimensão da cultura erudita, os aportes originais da vanguarda “participacional” e da pe-

<sup>30</sup> Oiticica (1986, p. 71).

<sup>31</sup> Hegel (1977).

<sup>32</sup> Oiticica ([19--]).

dagogia “participante” de Paulo Freire, é nítido, por outro lado, seu descompasso com os movimentos sociais.

No Rio de Janeiro, o fortalecimento da representação das associações de moradores e sua constituição em forma federada, a Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro, data somente dos anos 1980, quando passa a ser um dos interlocutores privilegiados do governo estadual, particularmente depois da ascensão política do militante Jó Resende, ele próprio antigo dirigente “comunitário” de bairro, mais tarde guindado, já nos anos 1990, em aliança com as elites técnicas e políticas locais, ao cargo de vice-prefeito da cidade.

A conquista de tal vigor pelas entidades e organizações populares não será, contudo, linear e progressiva, bastando lembrar que o prefeito eleito na chapa da qual Jó era o vice, Saturnino Braga, era ele próprio egresso das elites técnicas aninhadas no aparelho do Estado, um engenheiro e economista que integrava o corpo técnico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES.

Alguns anos mais tarde, a eleição ao cargo de prefeito e o exercício mais ou menos simultâneo da administração pública por três conhecidos urbanistas de importantes cidades brasileiras não sinaliza uma presumida contraofensiva dos técnicos, hipoteticamente ameaçados de serem apeados dos núcleos decisórios, mas um projeto de conciliação e concessão deste saber-poder representado como axiologicamente neutro, imparcial e objetivo, ao poder emergente dos delegados e representantes dos interessados, “tirados” em assembleias diretas.

Luiz Paulo Conde, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-Secretário Municipal de Urbanismo; Jaime Lerner, ex-Secretário Extraordinário para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e João Sampaio, professor da Universidade Federal Fluminense e ex-Secretário Municipal de Urbanismo de Niterói, irão propor e experimentar formas quicá mais abertas e democráticas de se relacionar com os “movimentos sociais”, mas sem abrir mão da precedência e autoridade dos técnicos sobre os interesses e a “opinião popular”, tanto no diagnóstico, que implica na “leitura técnica” precedendo a “comunitária”,<sup>33</sup> quanto na prescrição de meios e fins para a terapia urbanística da cidade.

<sup>33</sup> *Roteiro de trabalho para a urbanização de favelas: guia prático*. Belo Horizonte: Secretária de Estado do Trabalho e Ação Social, 1987.

Tal ascensão mais ou menos simultânea e contemporânea de coadjuvantes guindados a protagonistas da cena principal, se realiza em nome da representação do “técnico” – o urbanista, o engenheiro, o economista – como dotado de um saber e um *ethos* de “interesse geral”, além do fracionamento da vida societária e política, dispersa numa multiplicidade de paixões e interesses particulares conflitantes, de indivíduos, grupos ou partidos.

### 3

Antes era o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, o PDDI, no tempo da ditadura militar. Agora, Plano Diretor Participativo, quando neste último termo reside toda a novidade, e não apenas por razões eufônicas.

Mas não é próprio do plano ser dirigente e direcional, ainda que seja meramente “indicativo”?

É indicativo quando tem caráter apenas sugestivo, não obrigatório, o poder público não se comprometendo com sua execução e implementação.<sup>34</sup>

Corresponde a um cumprimento meramente “retórico” da função planificadora do Estado. Se este não possui os recursos, materiais ou políticos, para implementá-la, fazê-la efetiva ao nível físico-construtivo, “das pedras”, a realiza como “discurso”, destinado a produzir efeitos simbólicos e fazer visível a presença do Estado. Tem um caráter quase de aconselhamento à cidadania responsável, diante da qual o Estado assume posição ambígua, ausentando-se para preservar e confirmar sua presença diretora na função de indicação.

Já o incitativo é um plano de incentivos, amiúde materiais, como, por exemplo, o município abrir mão da cobrança do IPTU para aqueles que destinarem suas propriedades urbanas a determinados usos, considerados convenientes ou estratégicos. Assim, o poder público não abre mão de sua função diretora, com a qual distribui as atividades urbanas, valendo-se de perdão e penalização. A legislação urbana é o instrumento de seus fins.

<sup>34</sup> Couto e Silva (1987, p. 3 et seq.); também Saule Jr. (1997, p. 143-149).

O terceiro tipo de plano é o imperativo. É o único dos três que prevê uma penalização não condicional e universal, no sentido do universo de sua aplicação.

À diferença do incitativo, não se aplica apenas como reverso do benefício que o cidadão poderia obter caso atendesse aos apelos do plano, sua incitação, provocação.

Na modalidade imperativa, todos igualmente estão sujeitos à punição pelo não cumprimento do plano. O PDP é imperativo. Imperativo e participativo: participa! Mas, na língua do Brasil, o imperativo, gramaticalmente falando, em que pese o latim *imperare*, tem o sentido mais de exortação do que de comando: participe!<sup>35</sup>

O PDP é exortativo, e uma exortação é uma convocação que obedece a um apelo externo àquele que a recebe. Este se deve deslocar, física, espiritual, mental ou simbolicamente, em direção ao alvo ou bem para o qual aponta o discurso de exortação, seja patriótico, religioso ou outro. Mas não é qualquer alvo que é capaz de produzir um discurso de exortação; assim, surpreende exortar um outro ao cumprimento de tarefas comuns e rotineiras.

A exortação é da ordem do extraordinário, e no Plano Diretor Participativo, o PDP, sucessor do PDDI, exorta-se a participar como meio de integrar-se ao todo de que emana ser e sentido, o mito da participação, como o denominava Vaneigem,<sup>36</sup> como negação da finitude e irreduzibilidade do vivido enquanto fundamento e condição de possibilidade do plano. Por tal análise, o conceito de participação seria interno e constitutivo da própria ideia de Plano, como prática de distribuição, inclusão, alocação e significação das partes por participação no todo que assim as constitui, não configurando, pois, nenhuma “novidade” em relação a este.

Por outro lado, o termo “diretor” comparece aqui como um reforço de “plano”, para enfatizá-lo, a par de seu caráter participativo, pois, nesta perspectiva, o PDP é um plano diretor que também é participativo.

<sup>35</sup> “Quando empregamos o imperativo, em geral, temos o intuito de exortar o nosso interlocutor a cumprir a ação indicada pelo verbo. E, pois, mais o modo da exortação, do conselho, do convite, do que propriamente do comando, da ordem”. Cf Cunha (1976, p. 451).

<sup>36</sup> Vaneigem (1977, p. 226).

De tal ponto de vista, o Plano Diretor Participativo configura-se, então, desde a denominação, realçando os elementos contidos nos dois primeiros termos, como um compromisso entre as soluções e propostas dos técnicos-planejadores e os procedimentos consulta-aprovação que lhes foram agregados.

Assim concebido, é preciso indagar de que participação se trata e em que sentido é comparável àquela tematizada à exaustão nos campi norte-americanos da década de 1960.

Aquela era uma concepção extensionista da participação, segundo a qual seu conceito é sua extensão aos receptores, usuários ou clientes, como um direito – antes restrito aos técnicos, investidores e políticos – de decidir, elaborar e aplicar políticas públicas a que estão afetos, e que, por isso mesmo, na condição de afetos e afetados, devem ter o direito a discutir, decidir, alterar ou recusar, em um sistema no qual liberalismo e cultura pragmatista formam o *background* do planejamento participativo nascente.

A participação à brasileira, ao reverso, é frequentemente um verbo sem complemento e uma ação sem objeto.

Convoca-se ou exorta-se a participar sem que seja ao menos necessário dizer, a cada passo, de que e como. A publicidade, sobretudo a tv, é seu veículo e linguagem de tal participação indeterminada. A mensagem de exortação – participe! – é pronunciada e repetida ao final da peça publicitária, e quando esta se acaba, ela é que fica na memória, como se fosse o único e verdadeiro alvo da campanha: participe! Exemplar, neste sentido, é a convocação à participação em eventos, processos e âmbitos nos quais nossa ação não tem, manifestamente, o poder de alterar ou gerar resultados visíveis, como, por exemplo, aquela “participação na caminhada da seleção rumo ao hexa”.

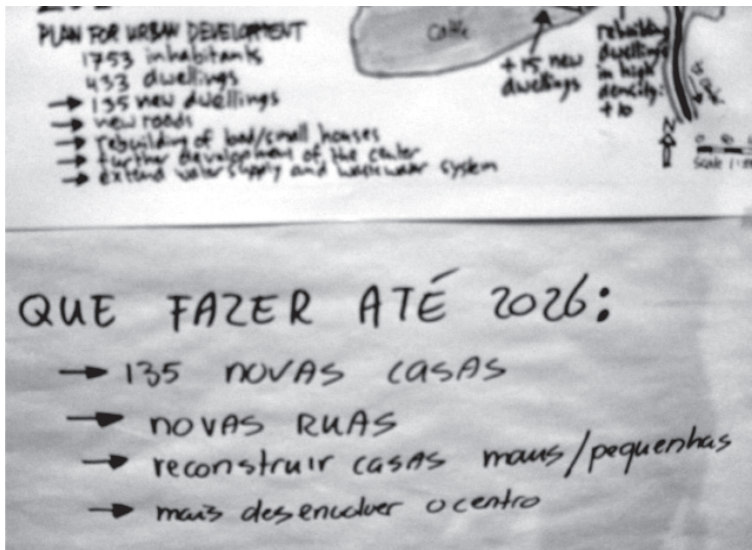
Exortação à integração do particular *sub specie* o todo de que é participante, a participação à brasileira o envolve na atmosfera vaga e “inclusiva” do sentimento, e assim o faz ainda mais indistinto, irreconhecível em sua identidade e alteridade, como parte que não alcança enunciação e reconhecimento.

Mas, se O PDP é exortativo, como saber o como e o quando do cumprimento de uma exortação?

É conhecido o episódio no qual um grupo de arquitetos-urbanistas, sob a liderança de Le Corbusier, freta um navio em Marselha, e entre debates e conferências acaloradas, empreende uma viagem filosófica aos “fundamentos”, para participar do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Mundial ) de 1933, na antiga *polis* grega, de que resultou o documento-síntese do urbanismo moderno, a Carta de Atenas,<sup>37</sup> de autoria do arquiteto franco-suíço. Na volta, faz o mesmo trajeto e programa: de Atenas à Marselha, via porto e mar do Egeu, entre projetos e sonhos de invenção e correção urbanística.

O fato daquele congresso ter sido realizado em Atenas e as circunstâncias que cercaram o empreendimento, não deixam dúvidas quanto à sua significação fundadora: se a atividade dos construtores e reformadores de cidades obedece a uma constante e recorrente sedução, e mais que isso, a uma verdadeira nostalgia do lugar, a capital filosófica e intelectual de Ocidente parece ser a cidade ideal para, desde o passado, velar pelo futuro.

*FOTO 2 - Projeto de habitação social em Pedras Brancas, São José do Vale do Rio Preto, RJ.*



<sup>37</sup> “Carta de Atenas”. Belo Horizonte: Diretório Acadêmico da escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, 1964.



A atividade dos urbanistas é uma forma particular de “colonização do futuro”, para usar uma expressão com a qual Giddens se refere aos processos modernos,<sup>38</sup> e seu núcleo programático e ansiolítico é o controle, desqualificação e domínio sobre o particular e o finito “urbano”, por sua presença e participação no todo de que é parte.

O instrumento máximo de tal desqualificação é, como se sabe, a representação do conhecimento segundo o par doxa-epistème.

De um lado, o saber fundado sobre o modelo das ciências formais-matemáticas, universal e necessário; de outro, a mera opinião, engano e manifestação do interesse e da pregnância do discurso à circunstância e lugar que o motiva e efetiva.

O saber objetivo-universal (objetivo porque universal e universal porque objetivo), unifica a experiência pela via do conhecimento e deve se impor às representações que falseiam e deformam a realidade como fruto da visão perspectivada e particularizante. A técnica moderna não se constitui como a *tecné* grega, mas enquanto campo de aplicação da ciência como saber objetivo, universal e necessário.

A persistência desta representação essencialista e autoritária pode ser percebida na própria tecnificação do que deveria ser seu contraponto nos processos de planejamento – o programa de participação popular.

Neste sentido, se constitui a figura do “facilitador” como um mediador, intérprete ou “especialista” em participação, ainda que o advento do técnico em mediação vá em direção contrária ao projeto da democracia participativa.

O “facilitador” é uma espécie de representante da esfera técnico-política junto ao auditório dos interessados, dele se esperando um papel de apresentação e tradução, desde o diagnóstico às prescrições técnicas. É um mediador que não foi solicitado em seus serviços pelos “interessados”.

Personagem da participação à brasileira, que o PDP trouxe à cena, é criatura da esfera técnica do planejamento, com a qual constitui uma comunidade do desinteresse e dos desinteressados.

De outra parte, a questão da extensão do auditório dos interessados tem implicações que vão além do argumento quantitativo.

<sup>38</sup> Giddens (2002, p. 135).

Este aponta para a objeção mais frequente à democracia participativa, segundo a qual esta seria impraticável em auditórios tão extensos quanto as cidades modernas.<sup>39</sup>

Diante de tal objeção, os defensores da participação direta e generalizada, na representação da democracia participativa, esperam salvar o princípio com a redução e multiplicação de seus âmbitos de aplicação, isto é, seguindo aparentemente um caminho oposto ao da generalização pretendida, qual seja, o da setorização como redução da extensão, em verdade um subproduto do argumento quantitativo: dada à impossibilidade de reunir toda a cidadania, o participacionismo se faz em partes (ou em gotas), no local de trabalho, na moradia, no colégio dos filhos ou em sua terapia psicológica.

Daí se chega rápido a pensar que, no que diz respeito à cidade, os “diretamente interessados”, aos quais se exorta a participar, estão circunscritos a unidades de participação, setores, como os bairros, a rua etc., negando-lhes, assim, a visão geral e panorâmica, de totalidade, que constitui a representação da cidade, na Filosofia e na ideologia urbana,<sup>40</sup> e a que corresponde a constituição do cidadão, categoria que amplia e universaliza a dos “diretamente interessados”, liberando-a de definições e condicionantes espaciais e territoriais.

A verdade é que mesmo um plano parcial e setorial requalifica todo o espaço urbano, o re-significa, ainda que não o tenha por alvo direto; e se tal consideração tem sentido, mais ainda em pequenas cidades de vinte mil habitantes, que a lei subordina às exigências do PDP, inclusive quanto à sua periodicidade e abrangência, agregando municípios de 20.000 habitantes a grandes metrópoles, um universo completamente heterogêneo.

Dispensa-se, por exemplo, a mediação da categoria de “região”, tão ativa em outros contextos. O Plano é o mesmo, qualquer que seja o plano, independentemente de agregação e integração da região.<sup>41</sup>

<sup>39</sup> MacPherson (1978, p. 97-118).

<sup>40</sup> Lefebvre (1991).

<sup>41</sup> Já o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, o PDDI, da época do autoritarismo, reconhece a região como categoria básica de integração territorial, econômica e política.

Analisando sua denominação, diz Saule Júnior: “Integrado, pois deveria se integrar no desenvolvimento da região em que se situasse o município e nos planos regionais existentes, como também constituir um conjunto integrado de diretrizes e programas de ação, nos vários setores da atividade municipal – econômico, social-territorial, administrativo e financeiro”. Cf Saule (1997, p. 37-38).

Não há praticamente município que possa ficar fora do Plano Diretor Participativo (o Distrito Federal?), ou que não possa ser punido por seu descumprimento.

A possibilidade de punição reúne os puníveis. O plano diretor participativo é uma ocasião exemplar, paradigmática, de reforço e celebração da lei e da instauração jurídico-normativa da sociedade.

5

Da perspectiva em que estamos falando, diferentemente da análise conceitual que revela a mútua implicação de plano e participação, o PDP nos aparece como um plano diretor e participativo, no qual o último termo se agrega ao primeiro numa relação externa, empírica e associativa entre diferentes.

Nenhum laço de necessidade os une.

São dois e não um, de tal sorte que qualquer modificação em um deles, não provoca mudança no outro.

Primeiro o plano, depois a participação: a forma unitária do composto de três nomes – Plano Diretor Participativo – revela-se aparente e enganosa a uma análise mais detida.

Na denominação, o segundo termo, diretor, pertence ao primeiro, pois não se concebe um plano que não seja um sistema diretriz, ainda que proveniente da participação popular, como o “advocacy planning”. Então, a forma tautológica cumpre uma função retórica de reforço da instância do plano, que repercute em som e sentido – plano diretor – mostrando que no PDP quem dá as cartas e inicia o jogo é a esfera pública do planejamento.

Ademais, ainda no plano da linguagem, há uma “separação”<sup>42</sup> – conceito oposto ao de participação – que é constitutiva da própria conjunção e que tem escapado à análise conceitual e à investigação empírica que, no entanto, devem interpretá-la exibindo a forma oculta no enunciado verbal e cujo significado se constitui empiricamente como projeção dos usos e preferências dos profissionais da cidade, arquitetos e urbanistas, em cujos gabinetes nasceu, como proposta “urbanística”, a proposição que, uma vez modificada, incorporada e

<sup>42</sup> Bornheim (1983, p. 36-38).

“sistematizada” pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988, deu origem e forma ao PDP.

Para os membros do “grupo interno”, o plano, positivado em regras jurídicas federais que o determinam previamente em sua aplicação municipal, não é diretor participativo, mas diretor e participativo, planejamento e participação se constituindo “cada um por si” em duas metades separadas e autárquicas, nele reunidas.

Tais partes não interferem nem se modificam mutuamente, concebidas e desenvolvidas como momentos distintos e complementares perante a unidade e a identidade do plano. Dest’arte, não configuram a este sob o modelo da “unidade interna” ou da “síntese orgânica” dos elementos, e sim como uma associação entre porções heterogêneas que, quando se comunicam entre si, o fazem por meio da figura de um mediador, no Brasil chamado “facilitador”, criatura da esfera técnica do planejamento, a parte primeira – lógica, cronológica e ontologicamente falando – relativamente ao complemento da participação popular, “localizado” em sua fase de aprovação.

Assim, por tal representação, planejamento e participação são as partes constituintes do PDP, correspondentes, respectivamente, aos momentos de elaboração e aprovação de um plano federal, obrigatório para a quase totalidade dos municípios brasileiros, responsáveis por sua atualização e aprovação a nível municipal até 10 de outubro de 2006, obrigação legal-constitucional que, a partir de então, deve ser renovada a cada cinco anos.

Do ponto de vista que corresponde à primeira de suas partes, o PDP se constitui em ideário, instrumento e bandeira do programa político-ideológico do “Direito à Cidade”, hegemônico nas formulações ideológicas dos urbanistas brasileiros desde antes de 1988, ano em que servem de base à proposição dos artigos constitucionais de número 182, que estabelece a política das “funções sociais da cidade e da propriedade”<sup>43</sup> e 183, que institui o usucapião urbano,<sup>44</sup> codificando-se em regras jurídicas concebidas – em sua formação e aplicação – de modo apriorístico, externo e imperativo, na forma de um meta-plano que avança, antecipa, explicita, tutela e substitui os

<sup>43</sup> Estatuto da Cidade: para compreender. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 2001. p. 7.

<sup>44</sup> *Ibidem*.

conteúdos e formas que, segundo seu próprio texto, deveriam surgir da *praxis* participativa da cidadania, em cada caso.

A tal articulação e dissociação do plano em suas partes, como ação planejada<sup>45</sup> e ação participante, deve-se creditar sua inconsistência lógica e metodológica, ademais da ineficácia e inércia prática em relação aos fins declarados, seja por “disfunção estrutural”, “inadequação” ou “incompatibilidade” prática e teórica entre o modelo exaustivo – *a priori*, externo e imperativo – da formação e aplicação das regras sociais e jurídicas do planejamento moderno e, de outro lado, a atividade de construção e ressignificação por parte do cidadão-participante, cujo conceito supõe, nas culturas de origem – Estados Unidos e Europa – a receptividade que deriva da experiência da abertura, incompletude e inacabamento essencial dos códigos e dos comportamentos como condição e promessa da participação.

6

Se de um lado sobra regulação; de outro, falta.

Ora, “participação” é uma palavra cujo significado depende de seu uso nas situações e contextos em que é empregada, como dizem as investigações de Wittgenstein, ou então é um termo de “textura aberta”, para falar como Waissman e o jus-filósofo Hart. Para torná-lo operativo, deveríamos então especificar suas “condições de verdade” ou seu “método de verificação”.<sup>46</sup>

Assim, na Alemanha, o Parlamento, ao promulgar a Lei de Fomento Urbanístico, em 1971, explicitou, em primeiro lugar, as áreas de intervenção da participação cidadã, restringindo-as ao saneamento e desenvolvimento urbano, enquanto, no Brasil, o PDP é ilimitado, e também desse ponto de vista, da extensão, inverificável, pois este plano pode abarcar tudo, a cidade e o campo, a economia e os espaços urbanos, a legislação municipal e tudo o mais que possa estar contido em um plano geral: antes de 1988, de “desenvolvimento integrado”; hoje um plano de participação. Em segundo lugar, o Parlamento alemão definiu a participação dos afetados como um processo de discussão e tomada de decisão em duas etapas, a de preparação, que no PDP está restrita aos técnicos – que inclui a discussão dos obje-

<sup>45</sup> Schutz ([19--], p. 123).

<sup>46</sup> Struchiner (2002).

tivos do plano – e, subsequentemente, a de resolução quanto à sua aprovação e implementação final.<sup>47</sup>

Ora, ao optar por não definir as formas e usos nos quais poderíamos afirmar ou negar sua ocorrência, a participação no Brasil será compreendida e operada a partir das representações prevaletentes na cultura brasileira, na qual não indica o reconhecimento e aditamento de novos atores e pautas – o que constitui o objetivo do jogo nas culturas de origem, Estados Unidos e Europa – mas, ao contrário, sua integração em uma unidade omnicomprensiva, representada pelo Estado nacional autor do édito, face aos municípios que lhe devem lealdade e obrigação, renovadas periodicamente.

O modelo apriorístico – de antecipação e precedência da regra face aos campos reais e possíveis de sua aplicação – constitui ao Plano Diretor Participativo atual como um conjunto de normas imperativas em modelo de subsunção formal e política que consagra ao todo sobre suas partes, de cuja ação não provêm regras, e de onde, portanto, não pode provir participação como aditamento e inclusão (social) de pautas.

A incapacidade do PDP em atingir os fins propostos deve ser creditada, então, à inconsistência do Plano frente aos objetivos declarados e sua imantação na dimensão retórica em que o discurso é o negativo da ação e a eficácia buscada se basta no simbólico.

De tal forma que o PDP no Brasil não é um modo prático e receptivo de conjugar a pauta da ação planejada com demandas de participação e inclusão social; mas meio e instrumento simbólico de uma ocasião paradigmática e ritual, renovada periodicamente, de comemorar os valores da vida planejada e os vínculos tradicionais de lealdade dos súditos para com a unidade da federação.

O modelo *more geometrico* – apriorista, externo e coercitivo – da formação e aplicação da regra técnica e jurídica que constitui ao Plano Diretor Participativo, conleva uma concepção e prática contraditórias ao programa da participação dos atores na construção do sentido, inabilitando ao Plano, seja por defeito de fabricação (involuntário) ou estratégia bem urdida, a produzir os efeitos antecipados à esfera prática-pregnante. Ele os transfere ao âmbito do simbólico, pela capacidade de gerar solidariedade e controle social, mas tal

<sup>47</sup> Guerra (2000, p. 25-26).

transferência não opera sua constituição e compreensão a partir da ação do ator-participante.

Produto mais recente da ideologia do planejamento no Brasil, o Plano Diretor Participativo se constitui como incompatível e inadequado aos fins sociais que se propõe alcançar, em relação aos quais se mantém em posição de rigorosa autocontradição; não uma forma prática receptiva de conjugar a pauta da ação planejada com demandas de participação e inclusão social, mas o meio e instrumento simbólico de uma ocasião paradigmática e ritual, renovada periodicamente a cada cinco anos, de reitar os vínculos tradicionais de lealdade dos súditos, munícipes-partícipes, para com a unidade da federação, representada pelo estado nacional fonte do édito.

## REFERÊNCIAS

BORNHEIM, Gerd. *Dialética, teoria, práxis*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1983.

BRETT, Guy. Londres, 1969. In: OITICICA, Hélio. *Aspiro ao grande labirinto*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

CASTELLS, Manuel. *Crisis urbana, Estado y participación popular*. Cochabamba: Colegio de Arquitectos de Cochabamba, 1988.

COMTE, Auguste. *Catecismo positivista*. São Paulo: Abril, 1988.

\_\_\_\_\_. Plano dos trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade. In: \_\_\_\_\_. *Opúsculos de filosofia social*. Porto Alegre: Ed. Globo ;/São Paulo: EdUSP, 1972.

COUTO E SILVA, Almiro. Problemas jurídicos do planejamento. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 170, out./dez. 1987.

CRUZ COSTA, J. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1976.

DAVIDOFF, P. Advocacy and pluralism in planning. *Journal of the American Institute of Planning*, [S.l.], n. 31, 1965.

EICK, Aldo Van et al. *Le sens de la ville*. Paris: Éditions du Seuil, 1972.

FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

———. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdad y método*. Salamanca: Ed. Sígueme, 1991.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro, 2002.

GROPIUS, Walter. Título. In: CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GUERRA, Max Welch. A planificação urbana participativa na Alemanha federal. In: SCHWEIZER, Peter José (Org.). *Planejamento participativo na reestruturação urbana*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 2000.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HART, Herbert. *O conceito de direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

HEGEL, G. W. F. *La phénoménologie de l'esprit*. Paris: Aubier, 1977.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1967.

MACPHERSON, C.B. *A democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OITICICA, Hélio. *Anotações sobre o parangolé*. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna, [19--]. Mimeo.

OLIVEIRA, Cláudio Brandão de. *CODJEJ*. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2006.

PAVESI, Cláudio. Project proposals for new housing and urban renewal in São José do Vale do Rio Preto. [S.l.]: ALFA-AURORA, 2005/2006.

PEIXOTO, Sofia Beatriz Lins. Introdução. In: COMTE, Auguste. *Opúsculos de filosofia social*. Porto Alegre: Ed. Globo; São Paulo: EdUSP, 1972.



- RORTY, Richard. A trajetória do pragmatista. In: ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- SAULE JR., Nelson. *Novas perspectivas: do direito urbanístico brasileiro, ordenamento constitucional da política urbana, aplicação e eficácia do plano diretor*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1997.
- SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, [19--].
- STRUCHINER, Noel. *Direito e linguagem: uma análise da textura aberta da linguagem e sua aplicação ao direito*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- VANEIGEM, Raoul. Comentários contra o urbanismo. In: JORN, Asger. *La creación abierta y sus enemigos*. Madrid: Ediciones de la Piqueta, 1977.
- WINCH, Peter. *A ideia de uma ciência social*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1970.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril, 1975.
- WOLFE, Tom. *Da Bauhaus ao nosso caos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.



# **ASSOCIAR-SE: Reivindicar direitos**



# ÍNDIOS DE PAPEL: ETNICIDADE E ASSOCIATIVISMO FRENTE A GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NO ESPÍRITO SANTO

---

*Felipe Berocan Veiga<sup>1</sup>*

É a comunidade política que costuma despertar, por toda parte, mesmo quando apresenta estruturas muito artificiais, a crença na comunhão étnica.

Max Weber

## **Depois dos relatórios**

Este artigo<sup>2</sup> visa apresentar e discutir a formação de duas associações indígenas no município de Aracruz, litoral norte do Espírito Santo, com especial enfoque na interculturalidade observável nas novas formas de organização social, política e econômica dos índios Tupiniquim e Guarani, diretamente relacionadas à monocultura do eucalipto em expansão na região e à vizinhança de um grande complexo industrial. O estudo das complexas relações entre populações tradicionais e a sociedade envolvente fornece, no caso apresentado, um rico material empírico para a realização de uma etnografia política e moral associada às formas particulares de afirmação étnica. Tal procedimento permite

<sup>1</sup> Doutorando e Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (PPGA-UFF), pesquisador do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-RJ) e do INEAC/UFF.

<sup>2</sup> Agradeço os gentis comentários e leituras críticas dos colegas e amigos Daniel Cefai (Univ. Paris X-Nanterre), Celeste Ciccarone (UFES), Ana María Gorosito Kramer (UNaM), Patrícia Brandão Couto (UERJ) e Martinho Silva (LACED-MN/UFRJ).

analisar, ao longo das últimas décadas, as estratégias indígenas de negociação e de contrapartida a grandes projetos econômicos incentivados por governos dos três níveis – federal, estadual e municipal.

De 2003 a 2005, coordenei dois estudos antropológicos em atendimento às condicionantes da FUNAI referentes aos impactos de dois empreendimentos lineares da Petrobras sobre terras indígenas em Aracruz – o *Gasoduto Lagoa Parda – Vitória*, construído durante o regime militar, e o *Gasoduto Cacimbas – Vitória*, então em processo de licenciamento ambiental,<sup>3</sup> e cujo traçado inicial atravessava uma área em disputa com a Aracruz Celulose, empresa considerada pelos índios como sua arqui-inimiga, no conflito pela retomada de seu território tradicional.

No contexto específico da pesquisa antropológica aplicada, realizei sucessivas viagens a campo para as quatro Terras Indígenas do Espírito Santo – *TI Comboios* (2.987 ha), *TI Pau Brasil* (1.579 ha), *TI Caieiras Velhas* (2.997 ha) e *TI Caieiras Velhas II* (57 ha) – todas concentradas em Aracruz, entre a faixa litorânea e a sede do município. Inúmeras reuniões de trabalho foram realizadas com caciques, lideranças indígenas e diferentes instâncias da FUNAI, tanto nas sete aldeias de Aracruz, quanto em Governador Valadares (MG) e Brasília (DF), nas sedes regional e nacional do órgão indigenista. Alguns encontros importantes também ocorreram na capital Vitória (ES), envolvendo tanto a participação de outras instituições federais e estaduais, como a Petrobras, o Ministério Público Federal e a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), quanto diversas organizações não governamentais, como o

<sup>3</sup> O processo de licenciamento ambiental no Brasil é composto por fases distintas, reguladas por diversos estudos técnicos e pelo atendimento às condicionantes indicadas pelos órgãos ambientais. Produzidos por empresa de consultoria a serviço dos empreendedores, com relativo grau de autonomia, os primeiros relatórios técnicos são o EIA (Estudo de Impacto Ambiental), e sua versão compacta, o RIMA (Relatório de Impacto Ambiental), além do EAR (Estudo de Análise de Risco), tendo em vista a obtenção da Licença Prévia (LP). O EIA-RIMA contempla uma extensa caracterização socioambiental, seguida por uma análise dos impactos previstos e por medidas recomendadas para sua redução. Esses estudos são produzidos com base em um Termo de Referência emitido pelo IBAMA (para projetos interestaduais) ou por secretarias estaduais de Meio Ambiente (no caso analisado, pelo IEMA), responsáveis pela avaliação técnica dos resultados. Conforme a região e o tipo do empreendimento, outros órgãos setoriais do Governo Federal podem ser convocados para emitir Termos de Referência específicos, solicitar e analisar novos estudos, como os referentes ao patrimônio arqueológico (responsabilidade do IPHAN) e a populações indígenas (FUNAI) e quilombolas (Fundação Cultural Palmares). Somente após o cumprimento das exigências indicadas nesses relatórios, o empreendedor pode iniciar as obras, com a emissão da Licença de Instalação (LI). Por fim, o funcionamento é autorizado pela Licença de Operação (LO). Os dois estudos em pauta foram condicionantes da FUNAI à emissão da LP e da LI do *Gasoduto Cacimbas–Vitória*.

Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Pastoral Indigenista, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE/ES) e o Movimento Alerta Contra o Deserto Verde, que agrega mais de uma centena de entidades da sociedade civil em oposição à expansão das plantações de eucalipto e outras formas de monocultura.

Esses encontros sucessivos produziram um fórum permanente de discussão sobre os processos de implantação de dois gasodutos da Petrobras e reacenderam críticas contundentes sobre outros projetos realizados em uma região altamente impactada pela ideologia do desenvolvimento. O foco do debate, no entanto, invariavelmente desviava da questão dos gasodutos para críticas tenazes à Aracruz Celulose. A tal ponto as experiências anteriores de negociação eram percebidas negativamente, que os Tupiniquim e Guarani, a cada reunião, manifestavam reações fortemente contrárias a palavras como “projeto”, “acordo”, “desenvolvimento” e “fomento” (que associavam à palavra “fome”), retórica da empresa que era interpretada como uma tentativa explícita de corromper os índios e controlar, adiar ou mesmo deslegitimar e, portanto, extinguir definitivamente suas pretensões fundiárias.

A oscilação entre negociação e conflito, consonância e dissonância de valores e atitudes morais; explicitação e ocultamento das clivagens internas e tendências políticas, foram aspectos que chamaram a atenção durante a pesquisa de campo realizada de 2003 a 2005, juntamente com outros colegas,<sup>4</sup> para a produção de estudos e relatórios antropológicos solicitados e analisados pela FUNAI como peças fundamentais do processo de licenciamento ambiental. Isso interferia diretamente nas próprias formas de interação com os índios, uma vez que a cobrança sobre uma posição favorável às suas demandas políticas constituía um elemento fundamental, logo no primeiro contato,

---

<sup>4</sup> Destaco aqui a participação dos antropólogos Celeste Ciccarone e Sandro José da Silva, professores da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que realizaram trabalhos de campo de longa duração nessas áreas indígenas em seus doutorado e mestrado, respectivamente; dos pesquisadores do PRÓ-ÍNDIO/UERJ, José Ribamar Bessa Freire, Márcia Malheiros e Valéria Luz; da socióloga Mônica Lepri (CPDA-UFRRJ) e da bióloga Maria Beatriz Dallari, coordenadora dos estudos ambientais do *Gasoduto Cacimbas-Vitória*, entre outros técnicos contratados pela Biodinâmica, empresa de consultoria responsável pelos estudos. Como avaliadores críticos dos relatórios e parceiros da pesquisa de campo, participaram diretamente do trabalho os técnicos da FUNAI Jorge Luiz de Paula (EAR Gov. Valadares/ MG-ES) e Ludmila Guerra (CGPIMA/ DF).

para o exercício de uma relação de confiança, indispensável para a realização do trabalho de campo.

A mobilização dos jovens caciques e lideranças das aldeias, ao desempenharem seus papéis e reafirmarem suas posições internas, tinha como grande objetivo a unificação das Terras Indígenas em um território contínuo, com a criação da *TI Tupiniquim*, unificando as *TIs Pau Brasil e Caieiras Velhas 1 e 2* em uma área de 13.579 hectares. Tal demarcação já havia sido recomendada anteriormente em relatórios técnicos da FUNAI, produzidos em 1994 e 1998, incluindo área vizinha ao complexo industrial da Aracruz Celulose. Após um período de relações instáveis, os índios decidiram romper um acordo frágil e compulsório que mantinham com a empresa,<sup>5</sup> derrubando eucaliptos para demarcar tanto suas fronteiras físicas quanto morais, e fundando duas novas aldeias no disputado território.

A atuação das organizações indígenas – a *Associação Indígena Tupinikim Guarani* (AITG) e a *Associação Indígena Tupinikim de Comboios* (AITC)<sup>6</sup> – sempre presentes nas reuniões e discussões ao longo da pesquisa de campo, possibilitou mapear suas principais atividades e compreender o contexto de sua formação, imposta pelas negociações jurídicas e financeiras com a empresa em 1998. Todo esse material extremamente rico ficou de fora dos relatórios técnicos, em função dos prazos e das próprias solicitações da FUNAI à equipe técnica. Cabe agora analisar aqui particularmente esse aspecto, articulando questões relativas à etnicidade desses povos indígenas a uma etnografia de suas formas de engajamento político e dos novos modelos de organização social, em um tenso e conturbado processo de disputa contra uma grande empresa de capital internacional.

Para se ter uma ideia de seu porte empresarial, a Aracruz Celulose vem-se firmando como responsável pela produção de 23% de todo

<sup>5</sup> O acordo, fixado por um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em 1998, previa 20 anos de trégua entre as partes. Os índios deveriam receber dez milhões de dólares da empresa sob a forma de “projetos socioeconômicos” e, em contrapartida, abrir mão da disputa fundiária nesse período. Firmado em situação de conflito, foi assinado em Brasília sem o consentimento pleno das lideranças indígenas, pressionadas a adotar uma solução imediata para um problema de longo prazo, razões para o rompimento em 2005.

<sup>6</sup> Atualmente os índios preferem a grafia *Tupinikim* com “k” para se representar, também como modo de afirmação da diferença, se distinguindo da forma corrente na língua portuguesa. Os antropólogos, no entanto, têm optado pela grafia *Tupiniquim*, tal como aparece nas referências históricas e na documentação oficial da FUNAI (FREIRE, 1995; SILVA, 2000; VEIGA, 2004).



o papel branqueado do mundo, sendo a maior parte para exportação. Somente a unidade de Barra do Riacho – situada a apenas cinco quilômetros da aldeia Pau Brasil, que convive com o péssimo cheiro dos tanques de efluentes da fábrica – é o maior complexo industrial de celulose do planeta, com capacidade para produzir 2,3 milhões de toneladas anuais do produto. Com escritórios comerciais nos EUA, Europa e China, o objetivo estratégico da empresa é ampliar as divisas anuais de 2 bilhões de dólares e atingir a cifra recorde de 7 milhões de toneladas por ano em 2015.

Os maiores acionistas da Aracruz Celulose, com 28% dos títulos cada, eram, então, o Banco Safra, o Grupo Votorantim e a nobre família Lorentzen, do cunhado e dos sobrinhos do rei Olavo V da Noruega, o que motivou numerosos protestos contra a empresa naquele país e visibilidade internacional à causa indígena. Em 2008, a Votorantim adquire a parte dos nobres noruegueses e passa a liderar o controle acionário da empresa. Impulsionado pela expansão fundiária e pela política de fomento ao cultivo de eucaliptos junto a pequenos e médios agricultores, hoje um imenso eucaliptal ocupa vastas áreas no sul da Bahia, leste de Minas Gerais, Espírito Santo e norte fluminense, além de novas frentes de expansão no Rio Grande do Sul, aproximando-se de 300 mil hectares de plantio.<sup>7</sup>

Não mais no ambiente acadêmico, mas integrando, na função de antropólogo coordenador, o corpo técnico de uma empresa de consultoria ambiental, a pesquisa de campo representou uma iniciação para o etnólogo em múltiplas dimensões. Tratava-se de sua primeira experiência como antropólogo profissional em uma sociedade indígena, um grande desafio tanto teórico quanto empírico, sobretudo diante de um ambiente de tensão e conflito iminente entre os índios e as empresas da região. Além disso, a posição de mediação cultural do antropólogo conferia também uma peculiaridade especial à pesquisa, coordenando uma equipe técnica interdisciplinar e atuando entre índios Tupiniquim e Guarani, engenheiros da Petrobras, representantes do poder público e ONGs, procurando reduzir os estereótipos recíprocos e sensibilizar a todos para a importância de um entendimento comum, diante de um novo empreendimento no local.

---

<sup>7</sup> Aracruz Celulose (2008).

## Os tupiniquim: do contato ao anonimato

Antes do trabalho de campo propriamente dito, a pesquisa bibliográfica no Museu do Índio e nos arquivos da FUNAI revelou a presença constante dos Tupiniquim nos documentos históricos, registrada desde os primeiros contatos com os europeus. Ao considerar a dimensão inicial da pesquisa de campo, Roberto DaMatta classifica esse período inicial como indispensável para a investigação antropológica, caracterizado pelo excesso de conhecimento literário e distinto, portanto, de uma experiência concreta específica e vivenciada. Assim, “na fase *teórico-intelectual*, as aldeias são diagramas, os matrimônios se resolvem em desenhos geométricos perfeitamente simétricos e equilibrados, a patronagem e a clientela política aparecem em regras ordenadas, a própria espoliação passa a seguir leis e os índios são de papel”.<sup>8</sup>

Ao se deparar com a farta documentação relativa aos índios do período colonial, o pesquisador atento logo identifica que as referências aos Tupiniquim vão progressivamente desaparecendo do papel, especialmente nos dois últimos séculos. Essa invisibilidade gradual ocorreu, sobretudo, a partir do processo dito “civilizatório”, com os chamados *descimentos* para missões jesuíticas, a catequização cristã, o trabalho forçado e a apropriação dos territórios anteriormente ocupados por aldeias, seguindo a ideologia da integração compulsória e vigente por mais de 400 anos, desde os tempos coloniais até o “desenvolvimentismo” dos regimes militares. Assim, com o intuito de transformar *índios* em *caboclos*, a cada página da história se procurava passar uma borracha sobre suas marcas identitárias para, com elas, apagar também suas demandas por direitos.

De acordo com evidências arqueológicas, documentos históricos e descrições dos viajantes, a presença Tupiniquim no litoral norte do Espírito Santo antecede a colonização europeia. Estima-se, à época da chegada dos portugueses, que uma população de 55 mil índios dessa etnia vivesse espalhada pelo litoral, desde os atuais Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo até a baía de Camamu, na Bahia, conforme apresenta Curt Nimuendaju no mapa etno-histórico do Brasil.<sup>9</sup>

Na literatura quinhentista, as mulheres aparecem com suas “vergonhas” expostas na certidão de nascimento do Brasil escrita por Pero Vaz de

<sup>8</sup> Matta (1978, p. 24).

<sup>9</sup> Nimuendaju (2002).

Caminha, protagonizando o encontro inaugural entre navegadores e nativos nas areias de Porto Seguro.<sup>10</sup> Os Tupiniquim tiveram sua língua registrada em um precioso e revelador diálogo transcrito por Jean de Léry<sup>11</sup> e, ao lado dos conquistadores lusitanos, lutaram contra a captura de Hans Staden por índios Tupinambá em São Vicente.<sup>12</sup> Esse grupo étnico, inimigo histórico dos Tupiniquim e aliado dos franceses, foi totalmente massacrado ainda no século XVI por sua cultura fortemente centrada na guerra, que culminava, para espanto e horror do colonizador europeu, na euforia dos rituais antropofágicos.

Após diversos massacres ocorridos no governo de Mem de Sá (1558-1572), os Tupiniquim foram um dos primeiros grupos submetidos às políticas de aldeamento e catequização jesuítica, intervindo diretamente sobre suas formas originais de organização social, sistema de crenças, visão de mundo e práticas rituais. Em 1556, na foz do rio Piraquê-Açu, o padre Afonso Brás fundou um dos primeiros aldeamentos jesuíticos na capitania do Espírito Santo, então denominado Aldeia Nova — hoje, o distrito de Santa Cruz, em Aracruz, vizinho à *TI Caieiras Velhas*. Em 1580, os jesuítas fundaram o aldeamento de Reis Magos, hoje Nova Almeida, transferindo grande parte da população para 15 quilômetros ao sul.<sup>13</sup>

O primeiro reconhecimento do direito indígena a um território na região foi a doação, em 1610, de uma sesmaria de terras aos Tupiniquim, por meio de escritura pública lavrada no Livro de Tombo de Nova Almeida e assinada pelo governador da capitania do Espírito Santo, Francisco de Aguiar Coutinho. Nos dois séculos seguintes e com a expulsão dos jesuítas do Brasil, os limites da sesmaria foram sendo gradativamente alterados, sob a alegação da Câmara Municipal de Santa Cruz de que suas áreas de mata nativa se tratavam, na realidade, de “terras devolutas”, abrindo espaço para a colonização italiana incentivada pelo governo da Província. Essa sesmaria original é um marco histórico constantemente mencionado em estudos e relatórios, no esforço de legitimar os processos fundiários em favor do grupo “remanescente”.<sup>14</sup>

<sup>10</sup> Caminha (2006).

<sup>11</sup> Trata-se do Colóquio de Entrada ou Chegada ao Brasil, entre a Gente do País Chamada Tupinambá e Tupiniquim, em *Linguagem Brasílica e Francesa*, em Léry (1997, p. 275-292).

<sup>12</sup> Staden (1999).

<sup>13</sup> Freire (2000).

<sup>14</sup> Freire (2000); Guimarães (1982); Silva (2000).

Também referidos nos laudos antropológicos da FUNAI aparecem diversos cronistas viajantes do século XIX que registraram suas visitas e o modo de vida dos Tupiniquim do litoral norte do Espírito Santo, como o príncipe Maximiliano de Wied-Neuvied (1815), o botânico Auguste de Saint-Hilaire (1818) e o pintor Auguste Biard (1862). Em 1860, o próprio Imperador D. Pedro II esteve em Nova Almeida, Santa Cruz e na foz do rio Sahi, travando contato com uma velha Tupiniquim e com outros índios durante a viagem. Nessa ocasião, o Imperador ratificou o termo de doação de terras aos índios da região, mais um capítulo importante para as reivindicações fundiárias atuais.<sup>15</sup>

A miscigenação incentivada pelo Estado e a integração dos Tupiniquim com a sociedade local fizeram com que, praticamente, desaparecessem as fontes documentais sobre o grupo no final do século XIX e no início do XX, gerando discussões a respeito da etnicidade e da própria existência ou não de um grupo “remanescente”. Assim como ocorreu com os povos indígenas do Nordeste, considerados “índios misturados”,<sup>16</sup> por muitas vezes sua identidade étnica foi questionada ou não reconhecida em documentos oficiais, diante de suas pretensões políticas e reivindicações fundiárias. Apontados como “índios civilizados”, “caboclos” ou “roceiros”, diante da suposta perda de sua “pureza” ou “caráter original”, um laudo elaborado por L. Helena de Mello para a FUNAI em 1982 procurou demonstrar o que chamou de “a extinção dos Tupiniquim enquanto etnia diferenciada”, ressaltando a gramática da perda dos valores originários.<sup>17</sup>

Assim, a situação histórica de interculturalidade dos índios é vista como algo absolutamente impuro, sinônimo de degeneração e de degradação moral, pois, como diria Mary Douglas, “a pureza é inimiga da mudança, da ambiguidade”.<sup>18</sup> A perda da língua nativa, motivada pela colonização nos aldeamentos jesuíticos e por sucessiva proibição do uso de línguas nativas, serviu como forte argumento para reforçar a tese da “descaracterização” da cultura Tupiniquim,<sup>19</sup> base dos laudos contrários às demandas fundiárias. A propósito do termo, é de se observar a própria densidade semântica da palavra *tupiniquim* na língua portuguesa, usada como designação pejorativa

<sup>15</sup> Rocha (1980).

<sup>16</sup> Oliveira (1994, 1998).

<sup>17</sup> Mello (1982).

<sup>18</sup> Douglas (1976, p. 196).

<sup>19</sup> Silva (2000).

ou irônica do produto nacional não autêntico, de mau-gosto e qualidade duvidosa; ou seja, daquilo que é colonizado, descaracterizado ou pouco civilizado, numa autocrítica selvagem às nossas próprias mazelas nacionais: o “governo tupiniquim”, a “justiça tupiniquim”, a “educação tupiniquim”, a “mídia tupiniquim” etc.

No princípio do século XX, as primeiras atividades do Serviço de Proteção ao Índio – SPI no Espírito Santo e em Minas Gerais estiveram totalmente voltadas para a pacificação dos temidos índios Botocudo ou Krenak do vale do rio Doce, que constituíam forte ameaça e resistência na implantação das ferrovias Bahia-Minas e Vitória-Minas. Embora tivesse conhecimento do grupo, o SPI reconhecia sua dificuldade em promover a assistência e a proteção dos chamados “índios pacíficos” da região<sup>20</sup> – entre eles os Tupiniquim e alguns Krenak do Espírito Santo, os Maxakali de Minas Gerais e os Pataxó do sul da Bahia.

Na década de 1940, o impacto de um grande empreendimento chega à região, quando o Estado do Espírito Santo concedeu o uso de 10 mil hectares de terras indígenas à Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) para a produção de carvão vegetal. Com a devastação de várias matas nativas e a implantação de diversas carvoarias, as capoeiras resultantes passaram a ser aproveitadas para a agricultura de subsistência. A ocasião serviu também para a entrada de posseiros na região desmatada.<sup>21</sup>

O sentimento de ameaça, no entanto, só se tornou mais evidente com a chegada do empreendimento seguinte sobre as grandes áreas abertas e reduzindo ainda mais a mata nativa. Em pleno regime militar, a partir de generosos incentivos fiscais e financiamentos dos governos federal e estadual, surge a empresa Aracruz Florestal, servindo-se de formas autoritárias de intimidação e de apropriação do território. Transforma a região em uma imensa plantação de eucalipto, célula embrionária para a instalação do complexo industrial da Aracruz Celulose, hoje uma das maiores empresas privadas do Brasil.

Os meados dos anos 1960 marcaram o início de um período crítico e definitivo para os Tupiniquim. Em dezembro de 1966, a Aracruz Celulose comprou os 10 mil hectares da COFAVI e se instalou definitivamente na região, dando início a um empreendimento industrial com o plantio de imensos campos de eucaliptos que redesenhou defi-

<sup>20</sup> Freire (2000).

<sup>21</sup> Guimarães (1982).

nitivamente a paisagem local. A pressão sobre os grupos indígenas e os posseiros foi progressivamente se intensificando, sobretudo após a venda simbólica pelo governo capixaba, a preços irrisórios, de mais 30 mil hectares de terra originalmente indígena para a Aracruz Celulose.<sup>22</sup>

Esse período coincidiu com a chegada dos índios Guarani-Mbya à região, com seu movimento migratório em direção ao litoral, por caminhos anteriormente conhecidos. Considerado por autores clássicos como uma busca da *Terra sem Mal*,<sup>23</sup> ou seja, o “paraíso na Terra”, o *oguatá* ou a “caminhada” Guarani é não só de inspiração místico-religiosa, mas também fortemente política.<sup>24</sup> Assim, logo que chegaram, os Guarani foram acolhidos e se incorporaram ativamente à chamada “luta pela terra” empenhada pelos Tupiniquim. Entretanto, depois de seguirem as visões premonitórias de sua líder xamânica *Tatati Yva Rete* e chegarem ao litoral capixaba, os Guarani-Mbya foram reduzidos e confinados por um longo período em uma fazenda em Minas Gerais, como tentativa do órgão tutelar indígena de conter a mobilidade do grupo. Entretanto, por sua tenaz determinação, os Guarani acabaram retornando para a vizinhança dos Tupiniquim, na qual fundaram a aldeia Boa Esperança (*Tekoa Pora*), ocupando e preservando uma área de mata ainda não destruída pelo avanço da monocultura de eucalipto.<sup>25</sup>

### **A luta por reconhecimento e a luta pela terra**

À medida que os “índios de papel” desapareciam dos registros documentais, considerados extintos ou assimilados pela cultura nacional, seu ambiente passava por transformações profundas ao longo do século XX, abrindo espaço para “reflorestamentos” voltados para a produção celulósica em larga escala, com o respaldo dos políticos locais. Da esfera jurídica à econômica, o mesmo papel que, décadas antes, certificava em documentos o fim da cultura Tupiniquim, agora era produzido em larga escala, forçando a redução de seu território. Assim, a produção altamente poluente de papel branqueado e seu complexo de extensas plantações e indústrias foram progressivamente envolvendo e ocupando as áreas indígenas. Ameaças, grilagens de terras e conflitos relatados pelos índios instalaram a questão fundiária

<sup>22</sup> Guimarães (1982).

<sup>23</sup> Clastres (1978).

<sup>24</sup> Ciccarone (2004, p. 82).

<sup>25</sup> Ciccarone (2001)

que, por 30 anos interferiu diretamente na relação dos Tupiniquim e dos Guarani com a sociedade local.

A partir da década de 1970, os Tupiniquim contemporâneos passaram a demandar reconhecimento como grupo étnico “remanescente” dos antigos índios do litoral capixaba. Começaram a ganhar visibilidade como grupo indígena a partir de reportagens com forte tom de denúncia vinculadas na imprensa alternativa, fruto da atuação engajada do jornalista e ativista Rogério Medeiros.<sup>26</sup> O reconhecimento tardio, por parte da FUNAI, da existência dos Tupiniquim no Espírito Santo e de sua situação social, no ano de 1975, marcou o início das tentativas do órgão tutelar de dirimir os problemas enfrentados pelo grupo, que se agravaram nos anos posteriores com a implantação de novas empresas e indústrias na região.<sup>27</sup>

Para reconstruir sua etnicidade esquecida ou negada, os Tupiniquim vão estabelecer coerências, continuidades e historicidades específicas no processo conhecido como *etnogênese*. É assim que grupos, novos ou não, reivindicam, no campo da ação social e política, a herança e o pertencimento a uma etnia historicamente conhecida, destacando sinais diacríticos próprios às sociedades indígenas e sendo a questão territorial o foco central de suas demandas políticas.<sup>28</sup>

Os atuais Tupiniquim investiram no fortalecimento de sua autoestima, na afirmação identitária e na formação política em defesa de suas causas. Desde suas primeiras “lutas pela terra”, a Pastoral Indigenista e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) – braços combativos da Igreja Católica – vêm exercendo um papel relevante, tanto no nível do discurso e da formação de lideranças quanto no âmbito das práticas e ações. Contudo, nem todos descendentes dos antigos índios optaram pela diferença. Na restinga de Comboios, enquanto uns aderiram à *luta por reconhecimento* – nos termos de Axel Honneth<sup>29</sup> – como grupo Tupiniquim, outros parentes preferiram continuar vivendo no povoado de Regência, praticando a pesca artesanal na foz do rio Doce,

<sup>26</sup> Medeiros (1972, 1983).

<sup>27</sup> Monteiro (2001).

<sup>28</sup> Oliveira (1994, 1998).

<sup>29</sup> Honneth (2003).

em outras cidades vizinhas ou mesmo na capital, sem reivindicar nenhum pertencimento étnico específico.<sup>30</sup>

Como estratégia de sobrevivência em seu território, a aliança dos Tupiniquim, que historicamente perderam a língua e a religião original, com os índios Guarani Mbyá, que não detinham a ocupação imemorial da terra mas preservaram fortemente a língua e a religião, tornou-se um arranjo fundamental na conformação de um território étnico e na luta e preservação de seus direitos comuns. Enquanto os próximos – moradores de Regência e de outros distritos vizinhos – tornaram-se distantes, por suas opções de ideologia e de vida, os Guarani transformaram-se nos “irmãos de luta” dos Tupiniquim, com base na concepção de uma *origem comum presumida* entre os dois povos.<sup>31</sup>

Assim, os descendentes dos antigos Tupiniquim construíram sua etnicidade em torno dessa estratégica aliança, na qual um grupo passou a certificar a *indianidade* do outro, e em relação direta às ameaças representadas por um grande projeto econômico, que logo assumiu as conformações de um “inimigo comum”: a Aracruz Celulose. Dessa maneira, o papel dos índios, em suas relações internas e externas, foi se tornando, cada vez mais, um papel político, em torno de um projeto comum e em oposição ao poder econômico constituído, respaldado pelo governo local.

Curiosamente, as ações de reconhecimento dos índios junto à FUNAI ocorreram paralelamente à implantação da indústria de celulose com capital estrangeiro e financiamento do BNDES, envolvendo diferentes setores do Governo Federal em processos que logo se tornariam antagônicos. A relação da etnicidade com o Estado indicava, assim, as contradições do próprio Estado, de um lado demarcando áreas indígenas e, de outro, financiando projetos econômicos vizinhos e sobrepostos a essas mesmas áreas. Por sua visibilidade política, a lógica do desenvolvimento parecia, no entanto, prevalecer, uma vez que as três fábricas da Aracruz Celulose foram inauguradas, cada uma delas, por um presidente da República diferente.

<sup>30</sup> A partir da pesquisa “Novos territórios étnicos: índios na cidade de Vitória” (2006-8), Celeste Ciccarone analisa como esses se afirmam e são reconhecidos como índios genéricos no contexto urbano e como sua etnicidade se expressa por outros caminhos que não o da reivindicação identitária vinculada aos direitos territoriais. Nesse caso, observa que se pode expressar a identidade indígena nas práticas, saberes, experiências, memórias da origem, histórias de vida, relações de parentesco e redes sociais, sem se reivindicar explicitamente o pertencimento étnico.

<sup>31</sup> Weber (2004).



Em 1979, um ano após a inauguração da primeira fábrica da Aracruz Celulose, próxima à Barra do Riacho, a FUNAI instituiu um Grupo de Trabalho (GT) que estabeleceu a criação de três Terras Indígenas: *Caieiras Velhas* (2.700 hectares), *Pau Brasil* (1.500 hectares) e *Com-boios* (2.300 hectares), então consideradas “o mínimo para garantir a sobrevivência do grupo”.<sup>32</sup> Reações contrárias por parte da empresa, afirmando-se legítima proprietária das terras, retardaram o processo de demarcação dessas áreas, motivando a primeira manifestação dos índios como novos sujeitos políticos.

Diante da morosidade do processo, os Tupiniquim iniciaram, em junho de 1980, o que chamam de *primeira autodemarcação* de suas terras, derrubando árvores de eucalipto e abrindo uma grande clareira a golpes de machado e serra elétrica. Esse gesto desenhou uma forma ritual de ação política, com grande dimensão simbólica e reflexos na mídia nacional, que se vai consolidar como modo extremo de pressionar a empresa e o Governo Federal em suas reivindicações políticas.<sup>33</sup> Em 1981, após acordo entre a Aracruz Celulose e a FUNAI, a área das três Terras Indígenas juntas, de 6.500 hectares, foi reduzida para 4.492 hectares e, finalmente, homologada em 1983.

Somente dez anos depois, os Tupiniquim passaram a reivindicar com veemência a unificação das três Terras Indígenas junto à FUNAI, alegando uma drástica redução de seu território original desde o início do cultivo do eucalipto na região, agravado pela diminuição da área demarcada. Um novo GT, composto em 1994 para analisar a nova demanda, propôs a unificação de *Caieiras Velhas* e *Pau Brasil* para a criação da *Terra Indígena Tupiniquim* em uma área de 14.270 hectares, o que, segundo o relatório técnico, retomaria o território de mais de 30 aldeias destruídas por grileiros de terras nas décadas de 1960 e 1970.

Após o manifesto da Aracruz Celulose seguindo o princípio do contraditório, o Ministério da Justiça criou novo GT em 1998, que concluiu, mais uma vez, pela necessidade de ampliação do território Tupiniquim, recomendando, então, uma área de 13.579 hectares.<sup>34</sup> Apesar do parecer técnico da FUNAI, o então ministro da Justiça Íris Resende, cedendo ao enérgico *lobby* e apoiando os argumentos da empresa, editou três portarias reconhecendo uma área equivalente a 7.061 hectares, o que gerou um forte sentimento de indignação nas aldeias indígenas e

<sup>32</sup> Monteiro (2001).

<sup>33</sup> Guimarães (1982); Mugaribí (2001).

<sup>34</sup> Freire (1995).

resultou na *segunda autodemarcação*, com base na proposta original reivindicada pelos índios. O processo, apoiado por movimentos sociais e políticos de esquerda, passou por momentos exaltados de conflito e tensão, minuciosamente narrados por seus protagonistas indígenas no livro *Os Tupiniquim e Guarani na Luta pela Terra*.<sup>35</sup>

A mobilização política das lideranças Tupiniquim levou a Aracruz Celulose a assinar, em 30 de junho de 1998, um *Termo de Ajustamento de Conduta*, no qual os índios se comprometiam a aceitar por 20 anos os limites territoriais definidos pelas portarias demarcatórias, período em que a empresa repassaria o equivalente a 10 milhões de dólares em investimentos socioeconômicos, sobretudo voltados para a agricultura. O acordo, mediado pela FUNAI e pelo Ministério Público Federal (MPF), suspendeu temporariamente, mas não encerrou o conflito entre ambas as partes.

Vale ressaltar que essa foi a primeira vez que o MPF subscreveu um acordo dessa natureza, dirigido à questão indígena no Brasil, o que reforça a importância da questão no âmbito político e jurídico nacional.<sup>36</sup> No entanto, cabe acrescentar que sucessivamente a 6ª Câmara do MPF, responsável pela defesa dos povos indígenas no âmbito judiciário, retirou o apoio à assinatura do referido acordo, por considerá-lo inconstitucional. Embora a disputa tenha sido suspensa por quase dez anos, ela voltou à tona em 2005 com o rompimento do acordo por parte dos índios e os episódios que culminaram na *terceira autodemarcação*, forçando a FUNAI, o Ministério da Justiça e a Presidência da República a buscar uma nova e definitiva resolução para o conflito.

A relação dos índios Tupiniquim e Guarani do Espírito Santo com a FUNAI e, por extensão, com o Governo Federal é, por vezes, marcada por ambiguidades, sobretudo durante as situações de conflito, com o deslocamento maciço de efetivos da Polícia Federal para as áreas indígenas. Em 1998, os índios acusaram o Ministro da Justiça de ceder aos interesses econômicos dos grandes empreendedores na região. Os índios, por sua vez, foram considerados pelo Governo, durante as ações de derrubada de eucaliptos da Aracruz Celulose, como “massa de manobra de grupos de esquerda”, tais como o Conselho Indígena

<sup>35</sup> Monteiro (2001); Mugaribí (2001).

<sup>36</sup> Isa (2000).

Missionário (CIMI), o Movimento dos Sem-Terra (MST), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento Alerta Contra o Deserto Verde.<sup>37</sup>

É no âmbito das negociações da Aracruz Celulose com os índios que surgem novas agências políticas, como parte das exigências do próprio acordo jurídico firmado com os índios Tupiniquim e Guarani. Eis, então, que o *Termo de Ajustamento de Conduta* (TAC) passa a exigir, como obrigação jurídica, a constituição de associações indígenas, com estatutos, composições de diretoria, assembleias regulares e registros no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para o repasse semestral dos recursos, estabelecendo, nas duas maiores aldeias Tupiniquim – Caieiras Velhas e Comboios – novas formas de organização social e política bastante diferentes da representação tradicional dos caciques.

### **As associações indígenas e a rotina dos papéis**

Ao considerar as chamadas “terras tradicionalmente ocupadas”, Alfredo Wagner Berno de Almeida aponta para o surgimento de novas demandas fundiárias de grupos minoritários, a partir de mudanças vigentes na legislação brasileira.<sup>38</sup> É exatamente no contexto das transformações produzidas pela Constituição de 1988, chamada de “a constituição cidadã”, que os Tupiniquim e Guarani do Espírito Santo vão procurar respaldo jurídico para suas ações políticas, tendo como meta fundamental a ampliação do território.

O acordo com a Aracruz Celulose alterou de modo significativo a dinâmica econômica e social dos grupos indígenas beneficiários, com a criação compulsória da *Associação Indígena Tupinikim e Guarani* (AITG) e da *Associação Indígena Tupinikim de Comboios* (AITC). Havia um problema a gerir: cerca de 1.700 hectares de eucaliptais da empresa foram incorporados como área indígena na demarcação de 1998. Caberia às associações, de acordo com o TAC, administrar o manejo das plantações de eucalipto nas novas áreas demarcadas, no primeiro corte e nas três rebrotas seguintes, seguindo seu ciclo vegetal de cultivo, assim como o transporte direto à empresa em carretas pesadas.

A aliança estabelecida entre as associações Tupiniquim e Guarani e as organizações católicas na “luta pela terra” resultou na assessoria, em suas fases iniciais de estruturação e consolidação, prestada pelos ativistas do CIMI. Ao longo da última década, os índios foram adqui-

<sup>37</sup> Mugrabi (2001).

<sup>38</sup> Almeida (2006).

rindo competência no exercício cotidiano à frente das associações, possibilitando, assim, novas formas de deliberação no mundo dos papéis e das demandas por escrito.

A AITG surgiu como instância jurídica obrigatória para administrar os recursos da Aracruz Celulose, sob a forma de *projetos socioeconômicos*, voltados principalmente para a produção agrícola. Essa, no entanto, era basicamente desvinculada da alimentação básica, com os plantios de eucalipto e de café para revenda, pois o próprio TAC previa atividades de fomento nos plantios de eucalipto na área demarcada.

O secretário da AITG, Ervaldo Almeida, relatou sobre as recomendações da época, que

tinha que ter uma associação registrada para se receber os recursos do acordo. Na época, não foi nem discutido um estatuto, porque se tinha muita pressa em resolver. O administrador regional da FUNAI nos trouxe um estatuto da associação Xakriabá e este acabou sendo adotado, fizemos só algumas mudanças.

Assim, se traduz uma forma particularmente comum de associações, cuja normatividade e instrumentalização dirigem-se ao atendimento de demandas externas ao grupo, tendo como objetivo não propriamente estimular a vida associativa, mas sim coroar negociações, legitimar repasses de recursos e, por conseguinte, fortalecer assimetrias e relações de dependência em relação aos mesmos.

Caieiras Velhas, a maior das sete aldeias, logo se transformou em centro político e econômico de decisões. Uma observação do dia a dia da maior associação indígena local e de seu funcionamento interno permitiu notar o surgimento de um grupo mais diretamente beneficiado pelo acesso aos recursos da Aracruz Celulose, formando uma espécie de elite local. Cada carreta com 70 metros cúbicos de eucalipto rendia R\$ 2.100,00 aos cofres da associação. A rentabilidade do novo negócio também passou a instituir novos *status* e padrões econômicos até então incomuns na realidade local.

Com repasses semestrais obtidos pelo acordo, a AITG chegou a movimentar cerca de 80 funcionários, a maior parte diretamente envolvida no cultivo financiado de eucaliptos, atividade lucrativa que, paradoxalmente, invertia suas posições ideológicas e colocava sua

própria etnicidade em questão, agora a serviço da indústria de papel. Seus diretores chegavam a afirmar mesmo que “a gente, que trabalha aqui dentro, pensa diferente da comunidade. Nós temos uma visão, os caciques têm outra”.

A folha de pagamento da AITG nessa época chegava a quase 50 mil reais. Depois do acordo em 1998, uma vez instaladas as associações e feitas as ampliações – ainda que não nos limites desejáveis – sobre plantações da empresa Aracruz Celulose, os Tupiniquim se transformaram eles mesmos em eucaliptocultores, produzindo matéria-prima para a indústria celulósica. Eram quase 40 funcionários diretamente envolvidos no manejo, corte e transporte de eucalipto, entre roçadores, adubadores, responsáveis pelo controle de pragas com a aplicação de fortes herbicidas e formicidas, motosserristas, encarregados de serviços gerais, técnicos agrícolas, vigilantes e motoristas, com salários variando em torno de R\$ 500. Esses ofícios, com a predominância de jovens rapazes, muitos deles diplomados em cursos técnicos financiados pela empresa, logo se transformaram na mais lucrativa e importante forma de trabalho e renda nas aldeias Tupiniquim.

O quadro geral da situação chamou muito a atenção da equipe de antropólogos realizando consultoria para analisar os impactos de um empreendimento futuro na região. Diante das questões demandadas pela FUNAI para o relatório e da realidade empírica contrastante com qualquer concepção indígena de produção, não havia como não se deparar com os erros do processo de negociação anterior com uma grande empresa:

O resultado desse novo acordo foi o dismantelamento progressivo da organização comunitária dos índios Tupiniquim e Guarani, sujeitos a um modelo econômico estranho que, a partir de uma associação, proposta pela FUNAI e pela Aracruz Celulose, que converte o trabalho comunitário específico de cada grupo e família em mão-de-obra assalariada. O que se presencia hoje nas aldeias é uma situação ambígua: os índios se tornaram funcionários indiretos da Aracruz Celulose, gerindo, mantendo e se endividando por conta do modelo capitalista clássico de assalariamento. A AITG configura-se numa espécie de prefeitura da

Aracruz, fazendo a gestão dos recursos dos projetos que a empresa aprova e deixando de lado projetos de interesse das diferentes demandas locais. Um cartaz afixado na porta de entrada da AITG explicita bem a situação: informa que “não há cestas básicas” e pede que, “por favor, não insistam”.<sup>39</sup>

Os índios internalizaram a lógica dos documentos e contabilidades na AITG, mergulhados em pilhas de papel e na rotinização dos recibos, carimbos, livros de atas, envelopes e papéis timbrados, siglas, contratos, notas fiscais, prestações de contas, personalidade jurídica e toda sorte de procedimentos escritos e assinados. Por indicação oficial das próprias instâncias mediadoras do acordo com “a empresa”, como chamavam a Aracruz Celulose, passaram a incorporar não só os procedimentos, mas também a lógica cartorária-escriturária vigente desde o Brasil colônia. As narrativas de vindicação de direitos,<sup>40</sup> utilizadas pelos índios como recurso fundamental, se enfraqueciam com o peso das escrituras “legítimas” e dignas de “fé pública” que agora eles próprios também produziam.

A lógica de mercado fazia do funcionamento rotineiro da AITG algo semelhante ao cotidiano das repartições, instituindo – tal como ocorre com muitas associações, que passam a se assemelhar a empresas e serviços públicos – a gramática das deliberações burocráticas: a hierarquização detalhada dos organogramas, o uso de uniformes com funções definidas na lapela e nas costas, a proliferação dos arquivos, o quadro de avisos na parede, a presença estratégica dos computadores como sinal de eficiência tecnológica, o agendamento constante de reuniões e de viagens a trabalho de seus dirigentes. Todo um esforço de alinhamento institucional passava a existir diante das novas condições de organização indígena. Tudo isso coroado por um cocar de penas como logomarca da AITG, semelhante ao símbolo utilizado pela própria FUNAI.

Não por acaso, as associações indígenas se instalaram em casas situadas ao lado dos postos indígenas da FUNAI, formando uma espécie de prolongamento orgânico do escritório encarregado de atuar como ramo capilar do serviço indigenista nas aldeias. Postos que, na opinião de sua própria “chefe” em Caieiras Velhas, correspondiam

<sup>39</sup> Veiga et al. (2004, p. 64).

<sup>40</sup> Mello; Vogel (2004, p. 277-286).

a uma instituição central no atendimento aos índios, capaz de emitir documentos como a “carteira de identidade indígena”, redigir e enviar ofícios, mediar conflitos internos e externos. “Aqui atuo como delegada, psicóloga, juíza e assistente social”, revelou aos antropólogos em tom de desabafo. Postos esses que, sob o comando da esquerda católica no primeiro mandato do governo Lula, correspondiam à socialização primeira dos Tupiniquim e dos Guarani com a rotina burocrática. Como uma espécie de traço distintivo dos índios, contudo, e em oposição às estruturas de alvenaria, foi construído um *malocão* com cobertura de palha para as grandes assembleias em cada uma das sete aldeias, com muitos bancos e cadeiras para o público das disputadas reuniões com a empresa.

Por conta do acordo firmado e ancorado no ciclo produtivo, ou seja, no “tempo do eucalipto”, a AITG recebia repasses de recursos a cada semestre, intensificando as discussões nos meses de junho e dezembro, quando os índios avaliavam os resultados de sua produção e, conseqüentemente, de suas relações com a empresa, o que muitas vezes resultava no acirramento de posições. Nos períodos de corte, a AITG assinava um contrato de venda com a Aracruz Celulose, estabelecendo os preços por metro cúbico de eucalipto – baixos, se comparados aos gastos com cultivo, corte e transporte custeados pela associação. Assim, a assimetria nos negócios foi-se transformando em oposição radical, logo convertida em manifestações públicas dos índios, que encarnaram novamente seus papéis como “espíritos guerreiros”.

Dessa forma, mesmo incorporando a seu modo os modelos de produção e de associativismo dos brancos, os índios de Aracruz oscilavam entre a adaptação econômica à sociedade envolvente e a manifestação de uma alteridade radical, construída em oposição à grande empresa e reforçada a cada rodada de negociação. Assim, em vez de cooptar pacificamente as lideranças indígenas no ofício de eucaliptocultores, como pretendiam, “civilizando-os” pela burocracia e pela aceitação pacífica das circunstâncias, o acordo provocou, alguns anos depois, uma reação ainda mais contundente dos índios à dependência econômica e incentivou a reorganização das associações como novas forças de luta e pressão política.

Ao longo desse processo, desigualdades foram se acentuando na relação entre os grupos Tupiniquim e Guarani. Em função do predomínio populacional Tupiniquim, de sua maior articulação política e de

sua primazia na ocupação do território, passou a haver uma notável supremacia do grupo nos benefícios adquiridos. Menos adaptados à institucionalização da AITG, os *branchements*<sup>41</sup> ou interconexões estabelecidos entre as duas etnias se fragilizaram, resultando em críticas recíprocas entre os dois grupos étnicos e deslocando, na política interna, líderes Tupiniquim e Guarani para polos opostos no campo das estratégias e interesses. Por suas próprias características ideológicas e resistência às formas de organização instituídas pelos brancos, os Guarani nunca estiveram em posições expressivas nos quadros da Associação, que incluía, contudo, o nome de seu povo como marketing.

O cerne das críticas dos Guarani e Tupiniquim de outras aldeias era que a AITG passou a se constituir como uma “empresa indígena de eucaliptocultura”, cooptada pela Aracruz Celulose. A partir disso, surgiram radicais oposições internas entre os índios, abrindo caminho para a emergência de novas lideranças. Isso fez com que praticamente todos os caciques que negociaram com a Aracruz Celulose em 1988 fossem substituídos por jovens líderes decididamente contrários às relações amistosas com a empresa, criticadas pelos índios como um modo de perpetuação da desigualdade e, mais do que isso, como uma forma de corrupção de seus valores morais. Assim, a diferença étnica novamente se fortalecia e se transformava, cada vez mais, em uma diferença política. Os Guarani passaram a ser mais ouvidos em suas considerações críticas a respeito do acordo com a Aracruz Celulose: “o problema é que a AITG foi criada pela *empresa* e hoje é uma empresa dentro da *empresa*”, observava à época Marcelo Werá Djekupé, liderança Guarani de Três Palmeiras.

Com a clivagem entre associações e conselho de caciques nos quadros políticos internos, marcando a descontinuidade das formas de organização social existentes, a reconciliação entre as lideranças indígenas vai ocorrer com a iminência do fim dos repasses financeiros da Aracruz Celulose, em 2005, e a ascensão de dois irmãos Tupiniquim à esfera política: Vilson *Jaguaretê* se torna cacique de Caieiras Velhas, e Vilmar, o novo presidente da AITG. Esses novos atores reconduzem o jogo dialético das negociações para o conflito,<sup>42</sup>

<sup>41</sup> Amselle (2001).

<sup>42</sup> Cf. observam Andrade; Dias; Quintella (2001) ao enfatizar a transitoriedade dos acordos cooperativos e a iminência dos conflitos ao longo das relações entre a Aracruz Celulose e os índios.



levando ao rompimento do acordo com a empresa e aos episódios da *terceira autodemarcação*, em maio daquele ano.

Dessa forma, as tentativas de controlar as formas de organização indígena não impediram uma guinada política das associações indígenas, que passaram a se constituir como elementos-chave de articulação e força contrária aos objetivos externos – fossem eles dos agentes governistas ou dos empresários industriais – que não somente sugeriram, como exigiram sua formação. Foi o que aconteceu com a AITG: sabendo que o período de corte do eucalipto iniciado em 1998 duraria até 2005, de espécie de subsidiária local da empresa logo se transformou em quartel-general de articulação do rompimento do acordo com a Aracruz, a partir dos questionamentos dessa relação desigual e da assessoria das organizações de esquerda.

### **No rastro do *tatarapé***

Em 2003, o acordo dos índios com a Aracruz Celulose estava prestes a romper. Nas aldeias havia uma forte percepção de desigualdade e exploração pelo regime de fomento do eucalipto e pelas recentes mudanças na forma de pagamento do produto final, antes medido por toneladas e agora por caminhões de toras. Com base no conhecimento financeiro adquirido pelas associações indígenas sobre juros e correções, acusavam ainda a empresa de não realizar o devido repasse dos recursos previstos, pois esses haviam sido fixados em dólares no TAC e estavam sendo pagos sem os reajustes do câmbio após a grande desvalorização do real em 2002, resultando, portanto, em um descumprimento do acordo.

É nesse ambiente de efervescência que se iniciam os estudos ambientais para a chegada de um novo empreendimento na região: o *Gasoduto Cacimbas-Vitória* da Petrobras. Após audiência pública realizada na Câmara Municipal de Aracruz, em 18 de novembro de 2003, na qual lideranças indígenas e funcionários da FUNAI compareceram em peso reivindicando participação no processo de licenciamento, ficou evidente a necessidade de se realizar um estudo antropológico considerando especificamente a proximidade do traçado do projeto com as quatro Terras Indígenas do Espírito Santo já demarcadas e, sobretudo, a passagem do novo empreendimento linear por um território reivindicado pelos índios e recomendado pelos GTs da FUNAI.

Os altos funcionários da Petrobras sabiam que estavam pisando em um terreno minado e logo trataram de conduzir as negociações com os

índios de modo a não se deixarem confundir com a Aracruz Celulose, procurando garantir ao máximo a participação e a voz às lideranças indígenas, tanto nas reuniões quanto nos relatórios técnicos produzidos, buscando dar transparência às negociações. Seu caráter constitutivo como empresa pública de capital misto, ligada ao setor estratégico e orientada por ideais nacionalistas, fazia com que a questão indígena fosse particularmente objeto das mais altas preocupações.

Durante o trabalho de campo, pudemos perceber o quanto os Tupiniquim e os Guarani haviam internalizado a prática das reuniões como dispositivo fundamental para discussão, articulação e resolução de questões ligadas ao uso do território compartilhado pelas duas etnias. Ao analisarem o traçado proposto para o novo gasoduto em estudo, cruzando 7,5 quilômetros da área em disputa com a Aracruz Celulose, os caciques imediatamente reagiram diante da presença de mais um projeto na região. A percepção indígena reforçava a ideia de que não havia como se medir os impactos de um só empreendimento em um estudo ambiental, como define a própria legislação. Pois ali, em uma região litorânea bastante marcada pela presença humana e pela transformação da paisagem natural, havia um acúmulo de muitos impactos que deveriam ser também considerados.

Entre os projetos de desenvolvimento que interferiram em seu modo de vida, enumeravam, em primeiro lugar, o parque industrial, o forte cheiro acre de gás sulfídrico liberado de seus tanques de efluentes e as imensas plantações da Aracruz Celulose na região, avançando sobre as áreas desmatadas por antigas carvoarias; o manilhamento e o desvio de rios e riachos usados para a monocultura de eucalipto; um gasoduto da Petrobras construído em 1983, passando próximo às três aldeias Guarani e atravessando 20 quilômetros da Terra Indígena Comboios; a construção da ponte sobre o rio Piraquê-Açu e a pavimentação da rodovia ES-010, paralela a esse gasoduto, com a retirada de terra da área indígena; a construção do distrito de Coqueiral para trabalhadores da Aracruz Celulose, no limite da *TI Caieiras Velhas*, e, o pior, de sua estação de esgoto dentro de área indígena, chamada pelos índios de “penicão”; e o plano de exploração calcária da foz do rio Piraquê-Açu pela empresa Thotham Mineração, primeiro projeto econômico que os índios conseguiram embargar na justiça, graças a uma ação conjunta com ambientalistas da região e que possibilitou a demarcação da *TI Caieiras Velhas II*.

Diante de todos esses empreendimentos, as lideranças indígenas afirmavam: “nós aqui estamos imprensados”. As imagens via satélites apresentadas pela equipe contratada pela Petrobras aos índios confirmavam essa opinião corrente nas sete aldeias, aumentando a convicção indígena sobre a necessidade de expansão do território demarcado. Pude verificar que a habilidade de leitura e interpretação de mapas e imagens feitas por satélites entre os Tupiniquim e os Guarani era sofisticada, não somente pelo conhecimento topográfico da região, mas também pela colaboração empreendida durante a realização dos GTs da FUNAI para ampliação da área.

Mais de duas décadas após sua construção, o *Gasoduto Lagoa Parda-Vitória* voltava a ser um tema central de debate entre as lideranças indígenas, diante da construção iminente de mais um gasoduto na região. Batizado pelos Guarani de *tatarapé*, ou seja, “o caminho do fogo”, o antigo gasoduto era visto como um ser maléfico, um ente desconhecido e sobrenatural que “cortou nossa terra ao meio” e sobre o qual nada poderia vingar, a não ser o receio e a ideia de risco.<sup>43</sup> Ouviam chiados e fortes barulhos de suas válvulas de despressurização e sentiam medo, sem saber se aquilo iria explodir. Luís Barbosa, jovem líder de Comboios, resumiu bem a percepção indígena sobre o *tatarapé* em uma de nossas reuniões:

Aquilo é pior do que uma onça, porque o índio não sabe o que tem ali dentro. A Petrobras diz que não é nenhum bicho de sete cabeças, mas para a gente é. Dos bichos selvagens, das onças do mato, a gente sabe dos riscos, mas de uma tubulação, a gente não sabe. Ninguém sabe se explode. E nós vamos ficar no meio de dois gasodutos.<sup>44</sup>

Como resultado do primeiro estudo, recomendamos à Petrobras que somente decidisse o traçado do novo projeto após uma consulta às populações indígenas. A questão era muito delicada, não só por envolver empreendimentos anteriores, mas também porque não havia uma posição consensual nem entre os índios, nem entre os próprios

<sup>43</sup> Os mais diversos estudos sobre os Guarani-Mbya são unânimes em destacar a importância religiosa do nome nessa cultura, desde os mitos chamados de *divinas palavras* (*ayvu rapyta*) registrados por Cadogan (1992), até o ritual de nomeação e batismo coletivo das crianças nas aldeias (*nemongarai*).

<sup>44</sup> Veiga (2004).

membros da equipe técnica, sobre qual seria a proximidade aceitável da nova obra. Se o *Gasoduto Cacimbas-Vitória* passasse pela área em litígio com a Aracruz Celulose, os índios teriam mais poder de barganha para conseguir uma indenização maior da Petrobras. Por outro lado, se fosse realizado um desvio para fora da área pretendida, seria menos um empreendimento envolvido na já tão complicada disputa fundiária. As associações indígenas defendiam claramente a primeira alternativa, diante da grave redução orçamentária com o fim dos repasses da indústria de papel. Mas os caciques disseram não com um argumento definitivo, baseado na experiência das negociações anteriores: “o dinheiro acaba, mas a terra nunca acaba”.

As formas de deliberação dos índios ao longo do processo de licenciamento, e depois nas negociações da indenização retroativa com a Petrobras, eram marcadas por uma aguda observação e pelo silêncio dos caciques e lideranças na fase inicial. Ouviam com atenção todas as ponderações da empresa para depois se reunirem em separado em outra sala, da qual só retornavam com uma posição fechada e uma argumentação incisiva sobre o tema. Aí então manifestavam suas contrariedades de forma unânime, reforçando as falas uns dos outros e evitando ao máximo a exposição pública de suas diferenças internas. Portando marcas de etnicidade – como cocares e pinturas corporais, hoje utilizadas somente em reuniões, protestos políticos e em festas nas aldeias – os índios compareciam em peso aos longos encontros em que mantinham com firmeza suas decisões coletivas, demonstrando publicamente seu pertencimento étnico e pressionando os empreendedores a cumprirem exigências estabelecidas anteriormente. Não se fiavam mais por promessas, passando a exigir eles próprios o protocolo dos termos por escrito como garantia a cada passo da negociação com as empresas.

Às vésperas da vistoria *in loco* exigida pelos índios à Petrobras, houve uma reunião bastante tensa em Comboios, no dia 6 de janeiro de 2005, justamente na Terra Indígena mais diretamente afetada pelo gasoduto antigo e cujo acesso era feito somente por barcos controlados pelos índios. Com a presença de mais de 20 técnicos da Petrobras, incluindo a autoridade máxima do gerente da malha de gasodutos de todo o Sudeste brasileiro, um dos líderes indígenas levantou-se na reunião e dirigiu-se em alta voz ao negociador: “se vocês não cumprirem com o prometido, que é negociar a passagem dessa tubulação de gás há 22 anos em nossas terras sem indenização, nós vamos botar fogo

no gasoduto!”. Os aplausos e gritos exaltados da plateia indígena contrastavam com o visível desconforto dos visitantes, já em dúvida sobre a tranquilidade do retorno programado para o mesmo dia.

Nessa reunião, caciques indígenas e engenheiros da Petrobras assinaram acordo estabelecendo termos e prazos mínimos para a realização de um novo estudo específico solicitado pela FUNAI, novamente sob minha coordenação técnica. O interesse do órgão indigenista, então, era verificar o histórico, os impactos e a situação do gasoduto anterior para proceder com uma ação indenizatória retroativa, incluindo também o zoneamento ambiental das quatro Terras Indígenas já demarcadas.<sup>45</sup> Esse novo relatório inaugurou a série dos *Estudos Etnoecológicos* solicitados pelo órgão indigenista a empresas envolvidas em processo de licenciamento nas proximidades (ou mesmo no interior) de áreas indígenas em todo o Brasil, com base em uma nova metodologia que considerava, entre outras coisas, a participação efetiva dos índios nas equipes técnicas de trabalho.

Assim que os índios decidiram pelo desvio, em um documento enviado à FUNAI em 18 de janeiro de 2005, que basicamente reforçava a ideia da “luta pela terra”, a Petrobras imediatamente concordou e propôs um novo traçado fora da área em disputa, antes mesmo do início dos trabalhos para o novo estudo. Logo foi possível compreender que o reconhecimento da pretensão indígena sobre esse território por parte de uma grande empresa de energia, alterando o traçado de um de seus empreendimentos lineares, era algo mais valioso para os Tupiniquim e os Guarani do que qualquer indenização imediata.

No mês seguinte, adotando a nova metodologia, incorporamos à equipe técnica os chamados *pesquisadores-índios*. Esses foram indicados pelas próprias aldeias e seu trabalho, assim como o dos demais membros da equipe, foi remunerado por empresa de consultoria contratada pelo empreendedor. O resultado final foi surpreendente: além da habilidade dos índios em receber os mais diversos grupos técnicos, dividindo-se conforme suas “especialidades” e revelando intimidade com a rotina de pesquisa de antropólogos, biólogos, hidrólogos e agrônomos, houve a contribuição efetiva e o envolvimento direto dos índios em todas as fases do trabalho de campo. Por sugestão da socióloga da equipe, registraram com máquinas fotográficas descartáveis o que consideravam ser os pontos positivos e negativos em suas aldeias. Essas imagens,

---

<sup>45</sup> Veiga (2005).

acompanhadas das narrativas recolhidas no momento da entrega das fotos reveladas, compuseram as chamadas *foto-histórias*, uma das sessões mais bem avaliadas do *Estudo Etnoecológico*.

Diferentemente das demais aldeias, Caieiras Velhas indicou um senhor de idade, Otaciano Domingos Pajehú, como seu *pesquisador-índio*. Logo descobrimos que esta seria uma sábia decisão. Afinal de contas, Otaciano havia sido o cacique da aldeia quando, entre 1987 e 1988, negociou com a Petrobras a passagem do gasoduto antigo pela Terra Indígena de mesmo nome. No balcão de sua *Mercearia Pajehú*, seu Otaciano nos apresentou, para nossa surpresa, a memória detalhada do acordo anterior não só em narrativas vivas, mas em um cuidadoso dossiê reunindo papéis que nem a Petrobras, nem a FUNAI dispunha mais. Os dados técnicos, as atas de reunião, as notas fiscais e orçamentos, as listagens de famílias beneficiadas, tudo havia sido cuidadosamente documentado por ele em uma pasta conservada em sua casa. Assim, pudemos comprovar que a Terra Indígena Comboios, justamente a área mais atingida, de fato havia ficado de fora das negociações, além de reconstituir o acordo feito com os índios de Caieiras Velhas e todo o histórico da passagem do empreendimento pela região.

Logo após a finalização, a entrega à Petrobras, a aprovação pela FUNAI e a apresentação aos índios do segundo relatório técnico, teve início a rodada de discussões entre engenheiros e lideranças indígenas para decidir sobre a indenização do *Gasoduto Lagoa Parda-Vitória*. Passados 22 anos desde sua construção, os Tupiniquim de Comboios finalmente foram beneficiadas em R\$ 4,5 milhões, sendo parte dos recursos alocados em projetos e parte destinado às famílias, o que incluiu parceria entre a FUNAI e o Banco do Brasil na orientação para o “bom uso” do dinheiro em investimentos. No *Balanco Social e Ambiental 2005* da maior empresa brasileira, ficou registrado que “como alguns gasodutos estão instalados em faixas de terra pertencentes a comunidades indígenas, a Petrobras adota uma política de negociação e de reconhecimento do direito dessas comunidades.”<sup>46</sup>

Além da indenização conquistada, o desvio do novo gasoduto deu força política aos índios, fortalecendo suas reivindicações territoriais perante a Aracruz Celulose e diante do próprio Governo Federal. Simbolicamente, este foi o primeiro reconhecimento oficial de uma grande empresa de que a terra em disputa era indígena. Os relatórios

<sup>46</sup> Petrobras (2005, p. 39).

técnicos reacenderam a discussão fundiária na FUNAI, reabrindo o processo demarcatório e reforçando as demandas indígenas pela ampliação e unificação das Terras Indígenas no Espírito Santo.

O sucesso no relacionamento com a Petrobras acabou situando em polos opostos as duas empresas – a fornecedora de gás e uma de suas maiores clientes – abalando relações diplomáticas e gerando constrangimento na negociação da passagem pela área do desvio, propriedade da Aracruz Celulose. Desse modo, as empresas, acostumadas a dividir os índios em negociações feitas separadamente com cada aldeia, associação, facção política ou grupo étnico, vivenciaram a situação inversa, diante de suas posturas e pontos de vista radicalmente diferentes sobre o que antes era considerada somente uma vizinhança indesejável. Diante das habilidades adquiridas pelos índios como exímios negociadores, internalizando a lógica das reuniões, documentos e acordos, esse foi um passo fundamental em suas demandas por reconhecimento e por direito ao território reivindicado.

### **O jogo identitário e a negação dos papéis**

As associações indígenas surgidas em uma crise, como forma de apaziguar as relações dos índios com a empresa de celulose, logo passaram a acentuar ainda mais a crise, quando seus membros se qualificam ativamente para lidar com o mundo dos papéis. O total descrédito dos acordos com a Aracruz, o bom resultado da negociação com a Petrobras e a retomada do espírito combativo em torno de uma nova *autodemarcação*, fizeram com que os índios voltassem a figurar nos papéis. Diversos documentos, relatórios técnicos, trabalhos acadêmicos e notícias na mídia impressa, agora somados à grande expressão na TV e na mídia eletrônica, reconduziram novamente os Tupiniquim e os Guarani a uma posição de destaque na arena local.

Reunidos em assembleia em 19 de fevereiro de 2005, 350 índios decidiram romper definitivamente o acordo com a empresa, sob o argumento de que “plantar eucalipto não é replantar a nossa esperança”,<sup>47</sup> e abriram um inquérito civil público no MPF para apurar irregularidades na demarcação anterior. A procuradoria confirmou

---

<sup>47</sup> Em 28 e 29 de abril de 2005, os índios da aldeia Tupiniquim de Irajá convidaram organizações camponesas e comunidades remanescentes de quilombo para o Encontro *Replantar a Nossa Esperança*, compartilhando experiências sobre os impactos da monocultura do eucalipto na região.

a validade das denúncias, recomendando ao Ministro da Justiça o reconhecimento da área indígena.

A propósito de seus estudos sobre os Guarani-Mbya em Misiones, Argentina, área limítrofe com Brasil e Paraguai que também enfrenta o avanço da eucaliptocultura, Ana María Gorosito Kramer observa que “se adquire identidade com a incorporação satisfatória de um modo particular de significar a realidade, e sem dúvida essa identidade tem um protocolo de expressão pública”.<sup>48</sup>

Conscientes do poder simbólico dos rituais e tratando de criar um fato consumado, os índios realizaram uma grande ocupação da área em litígio, abrindo uma clareira na plantação de eucalipto para construir a aldeia Olho d’Água em abril de 2005, como marco geográfico de um antigo povoamento Tupiniquim. Brincando com as palavras, a clareira no *calipal* – corruptela de eucaliptal usada pelos velhos Tupiniquim – era também uma clareira no mundo do capital defendido pela empresa.

Com os limites fundiários novamente em pauta, a controvérsia acabou reacendendo o debate sobre a identidade indígena, e de forma ainda mais radical. “*Tupi or not tupi: that is the question*”. Assim renova-se a paródia modernista de Oswald de Andrade para o texto de Shakespeare, diante da identidade indígena como objeto de radical controvérsia, contrariando a autodeterminação como paradigma vigente na legislação internacional.<sup>49</sup>

Na contramão dos direitos diferenciados, entre eles o direito à própria identidade, a reabertura do processo de demarcação da área em disputa desencadeou ações veementes da Aracruz Celulose, incluindo a desconstrução da imagem dos Tupiniquim no portal da empresa na internet, tratando-a como uma verdadeira “ficção étnica”. Ao mesmo tempo, ações contrárias das associações de trabalhadores da empresa na mídia reconstruíram a velha imagem dos índios como empecilho ao desenvolvimento regional em uma série de *outdoors* espalhados por áreas urbanizadas e vizinhas às aldeias indígenas. Foi dentro desse espírito que a empresa editou uma *cartilha*, buscando comprovar e

<sup>48</sup> Gorosito Kramer (1997, p. 102).

<sup>49</sup> O critério de autodeterminação étnica foi estabelecido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) desde junho de 1989, incluindo o Brasil como um dos países signatários. Desde então, os relatórios de identificação étnica deixaram de se apresentar como “atestados de indianidade”, tal como ocorria no passado. Entretanto, a Aracruz Celulose adotou essa linha argumentativa em seus relatórios.



difundir a ideia nas escolas locais e junto à população de que esses índios, de fato, não eram mais índios.

Entretanto, quanto mais se questionava a identidade indígena dos Tupiniquim e dos Guarani, mais ela se afirmava e conquistava apoios importantes, dentro e fora do país. A mídia local, contudo, carregava nas tintas para reforçar as palavras de sua grande anunciante e fornecedora de papel. Carlos Lindenberg Filho, proprietário do jornal mais lido no Espírito Santo e diretor da Rede Gazeta, afiliada da Rede Globo, chegou a escrever em linguagem bandeirante: “embora esses índios e pseudo-índios sejam todos importados, há que se pôr ordem em seus comportamentos inadequados que afrontam autoridades, empresas e pessoas, sem que se lhes dê um corretivo exemplar previsto em lei”.<sup>50</sup>

Os *slogans* anti-indígenas estampados em *outdoors* na cidade e nos distritos de Aracruz difundiam as seguintes ideias: “Basta de índios ameaçando trabalhadores”, contrapondo essas duas identidades e reeditando a clássica visão do indígena indolente, que implementou a escravidão indígena no Brasil colonial como forma de “curar” seu espírito avesso ao trabalho. Esses argumentos lembravam a retórica dos velhos livros escolares que apresentavam às crianças a ação violenta dos bandeirantes do século XVIII como uma necessidade imperiosa, justificando plenamente a escravidão e o genocídio indígena em nome do ideal do “progresso”, necessidade maior da Nação.<sup>51</sup>

Em outro *outdoor*, a empresa de capital norueguês encarnava o ideal positivista e distorcia os sentimentos nacionais, tratando os índios como forasteiros e como massa de manobra de agentes do poder público: “A Aracruz trouxe o progresso. A FUNAI, os índios”, em que esses últimos se tornavam sinônimo de *desordem*, em clara alusão ao lema nacional. O órgão indigenista era acusado de criar proteções totalmente indevidas do ponto de vista da empresa, como se esses não fossem direitos constitucionais: “A FUNAI defende os índios. Quem defende nossos empregados?”. E para encerrar, a posição de vítima reaparecia no último *slogan* da série: “Essa agressão à Aracruz Celulose atinge nossas empresas também”.

Além do ataque generalizado, a empresa promoveu na cartilha em papel *couché* um ataque pessoal sem precedentes, apresentando

<sup>50</sup> Artigo “Isentos da Lei”, *A Gazeta*, 08/09/2006.

<sup>51</sup> Sobre a imagem estereotipada dos índios nos livros didáticos brasileiros, ver Barbosa de Almeida (1987) e Rocha (1996).

uma foto do cacique Vilson *Jaguaretê*, de Caieiras Velhas, para desconstruir sua representação como líder indígena. A começar do *Jaguaretê*, “nome que recentemente adotou” e que “não é um nome Tupiniquim”, dizia o documento. Passando em revista seus adornos, o argumento da autenticidade era depois dirigido para sua borduna, vista como uma apropriação indevida dos índios Txucarramãe; para o cocar e a pintura corporal, apresentados como de origem Caiapó; e finalmente para o colar, que “não é característico dos Tupiniquim”.<sup>52</sup>

A figura do cacique era apresentada como uma mistura espúria e de mau-gosto, ou seja, como uma *mixórdia*, uma bricolagem desconexa de grupos indígenas supostamente “puros” da Amazônia.<sup>53</sup> Ao analisarem o documento didático da Aracruz Celulose, Celeste Ciccarone e Sandro José da Silva destacam as três representações mais frequentes sobre os índios na região: a de “falsos índios”; a de “índios estrangeiros”, vindos do Sul (Guarani) ou da Bahia (Tupiniquim); e a dos “índios mortos”, ou seja, presos irremediavelmente ao passado e a vestígios arqueológicos. Segundo os autores, “a cartilha, já condenada pelo Ministério Público como ‘abusiva’ e ‘preconceituosa’ após várias manifestações dos índios, é um resumo da atuação da empresa nos últimos 30 anos.”<sup>54</sup> Celeste Ciccarone define tais ações como “atentados empresariais”, visto que a imagem dos índios, individual e coletiva, foi drasticamente afetada desde esse episódio.

O documento *Questão Indígena no Espírito Santo*, uma espécie de resumo do laudo de manifestação da empresa no direito ao contraditório junto ao Ministério da Justiça, procurando dar ares de cientificidade à questão, por muito tempo esteve disponível com destaque no portal da empresa na internet, em português e em inglês, expressando concepções contrárias aos índios e à própria política indigenista nacional.<sup>55</sup>

Vale ressaltar que, desde a Constituição de 1988, nunca uma empresa se manifestou em público de forma tão veemente contra povos indígenas

<sup>52</sup> Ciccarone; Silva (2007, p. 1).

<sup>53</sup> A propósito da renovação urbana e da diversidade étnica de um bairro, o Prof. Marco Antonio da Silva Mello afirma que “há uma *mistura* que pode ser tolerada e agradável, e tem também a *mixórdia*. Às vezes, a mistura sociologicamente criativa de Belleville é vista por muitos outros usuários da cidade de Paris como sendo uma *mixórdia*, essa mistura indesejável, essa coisa que transgride o bom gosto e as formas de civilidade...” MELLO, entrevista para o filme etnográfico *10 rue Lesage, Belleville: arqueologia urbana de um bairro popular parisiense* (2009).

<sup>54</sup> Ciccarone; Silva (2007, p. 4).

<sup>55</sup> Aracruz Celulose (2007).

como nessa ocasião. A tal ponto que a Aracruz Celulose foi obrigada a retirar seu conteúdo na internet pelo MPF por ação de danos morais coletivos aos índios, sob pena de receber pesadas multas diárias. Com o acirramento das posições e diante da intensa propaganda difamatória, contudo, se articularam novas estratégias indígenas de autoafirmação, reforçando seu caráter combativo e a impossibilidade de diálogo.

Diante da indignação moral, a resposta foi um ousado protesto indígena em outubro de 2005, quando 200 índios conseguiram ocupar o pátio industrial da Aracruz. No ato, de grande repercussão na mídia nacional, os índios dançaram e discursaram em cima de grandes rolos de papel para exportação, portando faixas com as frases “plantações de eucalipto não são florestas”, “a Aracruz destrói culturas” e “quem são os invasores?”. Não houve confronto, mas o irreverente protesto motivou a ira dos executivos da empresa.

Em 20 de janeiro de 2006, um mandado de reintegração de posse, ilegalmente expedido por um juiz local a favor da Aracruz, transformou Olho d’Água em cenário de guerra. Após uma série de irregularidades, pois os caciques não foram notificados e a FUNAI sequer foi comunicada, as casas da nova aldeia foram destruídas e os índios atingidos por balas de borracha em uma ação truculenta da Polícia Federal. Para agravar o quadro, os policiais federais receberam visível apoio da empresa, se instalando na Casa de Hóspedes da Aracruz Celulose e lá efetuando prisões de líderes indígenas, utilizando seus tratores para a destruição das casas e contando com o reforço de sua segurança particular. Passava-se, portanto, da agressão moral e simbólica para o radicalismo da agressão física.

A ação violenta da Polícia Federal, somada às evidências do apoio logístico da Aracruz Celulose na operação e ao pedido dos índios de indenização por danos morais à União, obrigaram o presidente Lula a ouvir sua manifestação no aeroporto de Vitória, somente 20 dias depois do ocorrido, quando em visita ao Estado para inaugurar uma subestação de energia elétrica. Como argumento incontornável, Dona Helena, índia Tupiniquim de Caieiras Velhas, mostrou as cicatrizes dos índios, marcas corporais da violência, ao presidente da República, que prometeu uma visita urgente à área do Ministro da Justiça e a futura demarcação da área pretendida.

Diante da visibilidade crescente na mídia internacional, outro resultado imediato do confronto foi a pressão de ONGs ambientalistas sobre

a família real da Suécia, que no mesmo mês se desfez de todos os papéis e títulos que detinha da empresa fundada por Erling Lorentzen. O auge da grandeza<sup>56</sup> e da força do capital simbólico foi a viagem de dois índios Tupiniquim e Guarani à Noruega para protestar contra a família real, se contrapondo aos valores do mercado, pressionando seus parceiros econômicos e buscando legitimidade no direito à diferença étnica e à preservação ambiental. Em Oslo, os índios foram recebidos por parlamentares, pelo Banco da Noruega e receberam o apoio de organizações religiosas e do povo Sami (ou Lapão), a etnia indígena mais expressiva do norte da Europa, que prometeu pressionar o governo norueguês a retirar investimentos da Aracruz, levando a questão a seus próprios parlamento e emissora de televisão.

Na Alemanha, com o apoio expressivo do Partido Verde alemão, também se mobilizaram pela revisão de financiamentos e certificações ambientais da empresa, além de dirigir-se diretamente a um de seus principais compradores com um protesto de repercussão internacional, paralisando os acessos à fábrica da P&G. O ponto alto da viagem, no entanto, foi a denúncia do líder Tupiniquim Paulo de Oliveira e do cacique Guarani Antonio Carvalho (Werá Kwaray) contra a Aracruz Celulose no Tribunal Permanente dos Povos, evento paralelo à quarta Cúpula União Europeia – América Latina e Caribe, em maio de 2006.<sup>57</sup> Assim, o novo slogan utilizado pela empresa em grande campanha publicitária, “fazendo um bonito papel no mundo inteiro”, era não só questionado, pois se revelava às avessas, como na prática parecia perfeitamente apropriado aos líderes indígenas, diante da visibilidade internacional conquistada por suas demandas políticas.

Em outubro de 2006, a XVII Feira do Verde em Vitória, patrocinada pela Aracruz Celulose, também foi palco de uma grande e performática manifestação estudantil a favor dos índios. Chamada de “a farsa do verde”, a solenidade de abertura foi interrompida por um ruidoso grupo de alunos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) portando faixas de protesto e fantasiados de eucalipto, com cones verdes na cabeça e túnicas marrons com a logomarca da empresa.

Se considerarmos a metáfora utilizada por Goffman da sociedade como um teatro,<sup>58</sup> desdobrando-se em cenas, protagonistas, coadjuvantes, palco, plateia, bastidores, enredo e em todas as metáforas relacionadas

<sup>56</sup> Boltanski; Thévenot (1991).

<sup>57</sup> Século Diário (2006).

<sup>58</sup> Goffman (2005).

ao espetáculo e constitutivas do campo da dramaturgia e das artes cênicas, veremos que os papéis representados pelos índios e pela Aracruz Celulose se construíram mutuamente sob a forma de um antagonismo radical. Assim, gerando no plano identitário e na cena pública uma recusa recíproca, a empresa e os índios passaram a desqualificar reciprocamente seus papéis sociais, em interações cada vez mais tensas.

Enquanto os índios Tupiniquim e Guarani, acusados de serem uma espécie de “farsa ideológica” pela Aracruz Celulose, tinham seus direitos políticos considerados como absurdos e descabidos, a empresa, em contrapartida, viu sua *fachada* de “responsabilidade social” e de “sustentabilidade ambiental” ser frontalmente atacada por eles e seus aliados. Na longa disputa com a Aracruz Celulose, os índios acusaram a empresa e foram simultaneamente acusados de invasores e de violentos, resultando em atitudes de não reconhecimento e de desrespeito mútuo. A denúncia recíproca ou o círculo da denúncia estabelecido fez com que perseguidores e vítimas alternassem os papéis, segundo as diferentes versões em disputa e cada qual tomando sua própria causa como a única portadora de legitimidade moral.<sup>59</sup>

Diante do conflito insolúvel entre os índios e a Aracruz Celulose e da negação recíproca de seus papéis sociais, configurou-se um *drama social* irreparável, após a *ruptura* das relações dialógicas e a escalada crescente da *crise* que atingia então seu ápice.<sup>60</sup> Sobretudo a partir da afronta impressa e estampada na cartilha e nos *outdoors*, reforçando estereótipos negativos sobre os índios, e do limite ultrapassado pela irrupção da violência física nos episódios envolvendo a Polícia Federal.

Como um tiro pela culatra, a argumentação equivocada da empresa, a ação desastrosa de reintegração de posse na justiça local e a participação explícita no embate policial iriam motivar uma decisão favorável aos Tupiniquim e Guarani no final do processo, em agosto de 2007. O papel denunciador das ONGs e da mídia independente, levando a questão para além da dimensão local, foi também decisivo nesse processo, assim como os novos relatórios técnicos enviados à FUNAI reafirmando a necessidade de resolução do conflito fundiário

<sup>59</sup> Sobre a denúncia e suas distintas modalidades individuais e coletivas, ver Boltanski; Darré; Schiltz (1984).

<sup>60</sup> Ao formular o conceito de *drama social*, processo que emerge em situações radicais de conflito, Victor Turner aponta para a dimensão dramática da vida social e as possibilidades de um cisma irreparável, diante do fracasso da ação reparadora. É constituído por quatro fases: (1) *ruptura*, (2) *crise*, (3) *ação corretiva* e (4) *reintegração* ou *cisma irreparável*, dependendo do desfecho do *drama social* (TURNER, 2008, p. 33-37).

em favor dos índios. Nesse contexto, “relações assimétricas podem ter se tornado iguais”,<sup>61</sup> diante de um novo equilíbrio de forças e a partir da sensibilidade do governo Lula para os movimentos sociais. Sobretudo, no caso indígena, com a tomada de posição favorável, em 2005, à demarcação em área contínua da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, em Roraima, objeto de grande polêmica na política, na justiça, nas forças armadas e na mídia, com enorme repercussão internacional.

De forma grosseira, a Aracruz Celulose procurou deslocar a questão do direito à terra tradicionalmente ocupada pelos índios, garantida pela Constituição de 1988, para outra questão: o direito à diferenciação étnica, cujo *caráter contrastivo*, conforme expressão de Roberto Cardoso de Oliveira,<sup>62</sup> foi constantemente negado em seus relatórios técnicos durante o contraditório, o que certamente reforçou os próprios argumentos indígenas em torno do não-reconhecimento explicitado, por parte da empresa, de seus direitos à diferença e à terra, por conseguinte.

O debate jurídico em torno do direito das minorias é um tema amplamente analisado por Will Kymlicka nos mais variados contextos nacionais, pensando o direito à diferença e as reações às formas possíveis de cidadania diante das culturas majoritárias.<sup>63</sup> Foi dentro desse quadro composto, a partir do processo de autoatribuição das especificidades culturais, que a monotonia da paisagem do eucalipto e o discurso pelo desenvolvimento econômico passaram a contrastar com a emergente pluralidade sociocultural na região, na qual novas identidades contrastivas se constituíram ao longo das últimas três décadas.

Assim, é dentro da perspectiva da cultura como um fluxo constante, tal como consideram os estudos de Fredrik Barth e Ulf Hannerz,<sup>64</sup> que identidades locais como a dos índios Tupiniquim, dos quilombolas de São Mateus e dos pescadores artesanais de Regência passaram a se constituir pela diferença e em oposição ao megaprojeto, e não pela homogeneidade que conforma o senso-comum da sociedade envolvente sobre o ideário nacional de um Brasil (no) singular. Estudantes e professores universitários, partidos políticos, ativistas religiosos, ambientalistas e líderes do Movimento Sem-Terra passaram a constituir

<sup>61</sup> Turner (2008, p. 33-37).

<sup>62</sup> Oliveira (1976).

<sup>63</sup> Kymlicka (1996).

<sup>64</sup> Barth (1995, 2000); Hannerz (1997).

um grupo chamado nas reuniões de seus “apoiadores”, participando ativamente das manifestações em prol dos interesses indígenas.

Com suas aldeias estrategicamente assentadas sobre sambaquis – as chamadas “caieiras velhas” – e outras marcas de ocupação imemorial indígena, os novos Tupiniquim tiveram o jogo político-econômico local como o principal motivo para sua diferenciação étnica. Após a ruptura de uma relação de dependência instituída pelo acordo de 1998, viveram dramaticamente o questionamento de sua identidade autoatribuída, entre a vinculação de seu modo de ser com um povo indígena clássico do litoral brasileiro e a prática acusatória da empresa e da mídia local de que seus sinais diacríticos foram inventados ou adquiridos de outras culturas.

Max Weber, em seu ensaio pioneiro sobre a questão da etnicidade, já afirmava que a identidade étnica é, ao mesmo tempo, uma identidade política.<sup>65</sup> A origem comum presumida e o histórico das lutas vividas, por vezes, estabelecem clivagens e os grupos se percebem como diferentes; em outros casos, contudo, podem construir unidades e laços de afinidade e irmandade nunca antes imaginados. Afinal de contas, são sentimentos comuns que orientam as ações, estabelecendo destinos políticos comuns.

Se, conforme Barth, identidade é algo altamente instrumentalizado no campo da ação política,<sup>66</sup> podemos pensar que o reconhecimento dos Tupiniquim, ou seja, seu processo de *etnogênese* surge paralelo e intimamente ligado ao megaprojeto da indústria de celulose no município de Aracruz, município esse que se confunde com a empresa por seu nome e símbolos como o brasão e a bandeira.<sup>67</sup> Assim, se município e empresa são análogos, a emergência dos Tupiniquim e as dinâmicas de flutuação de sua identidade étnica são também, de certa forma, produtos do empreendimento, pois se construíram a partir dessa relação de oposição. E, pela lógica que estrutura a lei da ação e reação, quanto mais a empresa questionou a identidade indígena dos Tupiniquim ou o pertencimento dos Guarani ao território, mais estes

<sup>65</sup> Weber (1991, p. 270).

<sup>66</sup> Barth (2000).

<sup>67</sup> O brasão tem em seu escudo central uma cruz vermelha sobre um rio com a imagem de um peixe, referindo-se à condição litorânea e à vocação cristã do município, cujo nome foi criado pela junção das palavras *ara* (altar) e *cruz*. O brasão, encimado por uma coroa, situa-se entre duas chaminés fumegantes e sobre um conjunto de toras de madeira, exaltando o desmatamento e a indústria de celulose.

radicalizaram e, por oposição, assumiram sua diferença, preferindo optar pelo conflito às formas diplomáticas de negociação.

Com base no estudo de Boltanski e Thévenot sobre a justificação, a propósito dos *princípios superiores comuns*, poderíamos até pensar no caso dos índios de Aracruz como uma forma derivada do *mundo cívico*, não preocupada, contudo, em alcançar um ideal comum de civilidade, mas em estabelecer uma distinção ao modelo de civilidade ideal.<sup>68</sup> Nesse sentido, muitas vezes emerge entre os índios, em diferentes contextos de ação, uma recusa sistemática, uma oposição desafiadora ao que podemos chamar de *monopólio da civilização* por parte do poder dominante constituído. Como argumento central na disputa pelo território, a perspectiva indígena é a de que há outras civilizações possíveis, que não a da hegemonia identitária e paisagística constitutiva do *mundo industrial*.

No contexto estudado, portanto, a etnicidade se construiu por oposição, e não em consonância aos projetos de desenvolvimento, procurando radicalizar posições quando a questão era abrir mão do território diante das tentativas de composição com as grandes empresas. E assim, conforme Benedict Anderson, “pode-se até mesmo dizer que o Estado imaginou seus adversários locais, em um agourento sonho profético, muito antes deles existirem historicamente”.<sup>69</sup>

### **Epílogo: *kuatiá guasu* e a festa da vitória**

Da produção celulósica à impressão de documentos, o papel afiança compromissos e faz obrigatoriamente as pessoas se relacionarem umas com as outras, criando outros domínios no plano das relações interpessoais e institucionais. Diferentes tipos de papel estiveram envolvidos na contenda entre os Tupiniquim e os Guarani e a Aracruz Celulose: documentos históricos, registros cartoriais e paroquiais, livros, relatórios técnicos, mapas e fotografias de satélites, termos de acordo, portarias e decretos, listas de presença em reuniões, cartilhas, panfletos, notícias em jornais e revistas e até mesmo *outdoors*, ora como meios de mediar relações, ora instaurando conflitos.

E eis que, em 27 de agosto de 2007, os índios tiveram conhecimento de que o documento que tanto esperaram, o *kuatiá guasu*, ou seja, o “grande papel”, havia sido finalmente publicado no Diário Oficial da

<sup>68</sup> Boltanski; Thévenot (1991).

<sup>69</sup> Anderson (1991, p. xiv).



União. A Portaria nº 1.463, assinada pelo Ministro da Justiça Tarso Genro, demarcou uma superfície de 14.227 hectares que unificou as *Terras Indígenas Caieiras Velhas e Pau Brasil*, assegurando, finalmente, a legitimidade e o reconhecimento do direito indígena sobre a área reivindicada, na qual no passado se situavam antigas aldeias de seu território original destruídas pela exploração econômica.

No dia 7 de setembro, coincidindo com a data nacional, fui juntamente com a colega antropóloga Celeste Ciccarone à “festa da demarcação” na aldeia Pau Brasil, em Aracruz, uma ilha num mar de eucaliptos. Essa aldeia, a mais próxima do conjunto de fábricas de celulose, sobreviveu à ação dos grileiros da antiga Aracruz Florestal e é considerada um símbolo maior da resistência. Trata-se de uma metáfora vegetal que contrapõe o pau-brasil nativo e avermelhado, quase extinto pelo primeiro empreendimento colonial, ao eucalipto branco trazido da Oceania pelos colonizadores europeus.

No centro da aldeia, foi construído um grande *malocão* de palha para receber os índios de todas as aldeias e seus convidados. Primeiramente, os discursos dos índios, os donos da festa, consolidavam a relação entre os dois grupos étnicos: “nós, lideranças Tupiniquim-Guarani”, era uma frase inicial comum. Assim, já se representavam como uma *identidade hifenizada*, construída politicamente a partir da constituição híbrida da associação e de suas novas formas de mobilização coletiva.

Paulo, líder Tupiniquim que se destacou fora das aldeias integrando a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), discursou em nome de outros povos em processo de *etnogênese*:

a luta não é só de um cacique, nem só das lideranças, nem só de um povo, mas de vários povos. Quantos líderes já morreram, como o cacique Chicão Xukuru em Pernambuco? Quantas lideranças indígenas estão sendo criminalizadas por estarem lutando pelos seus direitos, em uma democracia que não passa do papel? São 40 anos de luta aqui, e muitos outros povos, especialmente lá no Nordeste, já tem nossa luta como referência.

Vilson *Jaguetê*, atingido moral e fisicamente durante os conflitos, não pôde conter o choro público durante a fala, recordando a brutali-

dade sofrida durante o embate com a polícia e a destruição da aldeia Olho d'Água no ano anterior. Representando as mulheres indígenas, Deusdeia fez um discurso exaltado, evidenciando, pela entonação ao microfone, sua filiação às igrejas cristãs renovadas.

Um ex-cacique, seu Antonino, falou em tom sereno, mas de forma emocionada:

sou um jovem de 71 anos. Se me levarem, já tenho onde cair. Pois vou cair, passo a passo, nessa terra. Essa terra foi aprovada nossa primeiramente por Deus, depois pelos homens da lei. Hoje é um dia de liberdade! Foi o dia em que o Brasil teve liberdade e é o dia da liberdade nossa também.

Por fim, entre os “apoiadores”, discursaram dois ativistas do CIMI que migraram para a FASE e que deram apoio político aos índios ao longo de todo esse longo processo. Fábio Villas falou sobre o grande número de pessoas que os apoiaram nessa luta, no Brasil e no exterior, tema reforçado por Winfridus Overbeek, missionário holandês ameaçado de deportação durante os episódios da segunda autodemarcação, em 1998. Esse leu mensagens de felicitação enviadas por *e-mail* de vários países, como a Índia e a Alemanha. O único político presente era um vereador de Aracruz, Luciano Frigini, que manifestou apoio aos índios em seu breve discurso.

Vindo do Rio de Janeiro para Vitória na véspera especialmente para a ocasião, fiz questão de me manifestar em público. Essa foi a primeira oportunidade de retorno a campo sem nenhum vínculo com as empresas, e pude situar os resultados dos relatórios técnicos sobre os gasodutos da Petrobras no quadro das novas conquistas. Apresentei um breve histórico dos estudos e agradei a acolhida das sete aldeias, citando nominalmente nossos anfitriões e colaboradores mais constantes, fundamentais para o desenvolvimento dos trabalhos. Mencionei o desvio do *Gasoduto Cacimbas-Vitória* como o primeiro reconhecimento por parte de uma grande empresa do direito indígena sobre o território pretendido, além da indenização retroativa conseguida pela aldeia de Comboios por outro gasoduto construído há duas décadas. Disse que, pela primeira vez, as empresas divergiram em relação ao direito indígena no Espírito Santo e os conflitos se acirraram, mas foram definitivos, pois forçaram uma solução por parte do Governo Federal.

Ao final da assembleia, à tarde, as filas para o almoço atravessavam o campo de futebol no centro da aldeia. Bebida e churrasco eram distribuídos, e a carne assando em grande quantidade sobre grelhas improvisadas pareciam uma reatualização do rito antropofágico, em que os inimigos dos povos Tupi do litoral eram devorados em clima de grande festa.<sup>70</sup>

No diálogo cultural intenso com os negros da região, os Tupiniquim aqueceram seus tambores e passaram a dançar entoando seus versos do *congo*, com reco-recos chamados de *casacas* fazendo a marcação: “Índio lutou, índio sofreu... Entrou na guerra, mas o índio não morreu”. São os versos preferidos para narrar a “luta pela terra”, que finalmente chegava ao fim. No entanto, a festa animada e a música foram interrompidas após uma briga, com gritos do outro lado do campo.

A peleja entre dois jovens de aldeias distintas, Pau Brasil e Irajá, acabou antecipando o fim da celebração. Paulo Tupinikim mandou ligar imediatamente o motor dos ônibus que levariam o pessoal das outras aldeias para casa, provocando uma debandada como um balde de água fria. Assim, curiosamente, as disputas internas emergiram na festa da demarcação como o último ato encenado na arena pública, gerando mal-estar e recolhimento ao final. Finda a controvérsia com o grande inimigo comum, a tendência é reaparecerem as diferenças internas entre os Tupiniquim e os Guarani. Nesse sentido, novas associações indígenas devem surgir em Aracruz, gerando a especialização das demandas tanto por aldeia quanto por etnia e a atomização da representação tão evitada pelas ONGs – por considerarem que dividir “enfraquece a luta” – diante de um movimento político que parece inevitável.<sup>71</sup>

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras tradicionalmente ocupadas*: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. Manaus: PPGSCA, 2006.

ALMEIDA, Rubem Thomaz de; CICCARONE, Celeste; SILVA, Sandro José et al. Debate: povos indígenas e regulação fundiária no Espírito Santo: uma questão aberta. *Revista de Ciências Sociais*, Vitória, v.1, n.1, p. 295-309, 1998.

<sup>70</sup> Cf. Staden (1999).

<sup>71</sup> Ciccarone, com. pess.

AMSELLE, Jean-Loup. *Branchements*: anthropologie de l'université des cultures. Paris: Flammarion, 2001.

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*: reflections on the origin and spread of nationalism. 2. ed. London: Verso, 1991.

ANDRADE, José Célio Silveira; DIAS, Camila Carneiro; QUINTELLA, Rogério Hermida. A dimensão político-institucional das estratégias ambientais: o jogo Aracruz Celulose S.A. Índios Tupiniquim e Guarani. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, SP, p. 75-92, ano 4, n. 9, 2001.

ARACRUZ CELULOSE. *Relatório anual de sustentabilidade*. 2008. Disponível em: <www.aracruz.com.br>. Acessado em: jan. 2008.

\_\_\_\_\_. *Questão indígena no Espírito Santo*. 2007. Disponível em: <www.aracruz.com.br>. Acessado em: jan. 2007.

ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TUPINIKIM E GUARANI – AITG. *Projeto de desenvolvimento sócio-econômico*. Aracruz, 1998. Mimeo.

BARBOSA DE ALMEIDA, Mauro William. O racismo nos livros didáticos. In: SILVA, Aracy Lopes da (Org.). *A questão indígena na sala de aula*: subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 13-71.

BARTH, Fredrik. *Ethnicity and the concept of culture*. Seminars Ponsacs, Program for nonviolent sanctions and cultural survival, University of Harvard, 1995. Mimeo.

\_\_\_\_\_. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BOLTANSKI, Luc; DARRÉ, Yann; SCHILTZ, Marie-Ange. La dénonciation. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 51, 1984.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De la justification*: les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 1991.

CADOGAN, Leon. *Ayyu Rapyta*: textos míticos de los Mbyá-Guarani del Guairá. Asunción: CEADUC-CEPAG; Fundación Leon Cadogan, 1992. (Biblioteca Paraguaya de Antropología, v. XVI)

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

CICCARONE, Celeste. Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres Mbyá. *Revista de Índias*, Madrid, v. 64, n. 230, p. 81-96, 2004.

\_\_\_\_\_. *Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres Guarani-Mbyá*. Tese (Doutorado em Antropologia)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

CICCARONE, Celeste; SILVA, Sandro José da. *A cartilha da Aracruz Celulose: lições de intolerância*. 2007. Disponível em: <<http://antropologias.blogspot.com/2007/03/cartilha-da-aracruz-celulose-lies-de.html>>. Acessado em: abr. 2007.

CLASTRES, Hélène. *Terra sem mal*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A vida dos Tupiniquim do Espírito Santo em meados do Século XX. In: ESPÍRITO SANTO, Marco Antonio do (Org.). *Política indigenista: leste e nordeste brasileiros*. Brasília, DF: FUNAI, 2000. p. 137-149.

\_\_\_\_\_. (Coord.). *Relatório do reestudo da identificação e delimitação das Terras Indígenas Caieiras Velhas e Pau Brasil, constituindo a Terra Indígena Tupiniquim*. Brasília, DF: FUNAI, 1995. Relatório – GT 0783/94, Processo FUNAI/BSB/1497/96. Mimeo.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GOROSITO KRAMER, Ana María. Identidad, cultura y nacionalidad. In: BAYARDO, Rubens; LACARRIEU, Mónica (Org.). *Globalización e identidad cultural*. Buenos Aires: Ciccus, 1997.

GUIMARÃES, Ewerton M. Sobre a situação dos bens imóveis pertencentes ao patrimônio indígena no Espírito Santo. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos (Org.). *Os Índios perante o direito: ensaios*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1982. p. 143-172.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. *Povos indígenas no Brasil, 1996/2000*. São Paulo, 2000.

KYMLICKA, Will. *Ciudadanía multicultural*. Buenos Aires: Paidós, 1996.

LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997. (Coleção Reconquista do Brasil, 2ª série, v. 10)

MATTA, Roberto da. O ofício de etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

MEDEIROS, Rogério. *Espírito Santo, maldição ecológica*. Rio de Janeiro: ASB, 1983. (Coleção Reportagens, v. 1)

\_\_\_\_\_. Os últimos guaranis. *Agora*, Vitória, v. 1, n. 2, p. 21-23, nov. 1972.

MELLO, Lucia Helena de. *A extinção Tupinikim enquanto etnia diferenciada no Século XIX*. Brasília: FUNAI, 1982. Mimeo.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. *Gente das Areias: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro: Maricá, RJ – 1975 a 1995*. Niterói: EDUFF, 2004.

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. *Resumo do relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Caieiras Velhas II*. Brasília, DF: FUNAI, 2001. Relatório – GT 1156/00, Processo FUNAI/BSB/1679/81. Mimeo.

MUGRABI, Edivanda (Org.). *Os Tupinikim e Guarani na luta pela terra*. Brasília, DF: MEC/ SEF, 2001.

NIMUENDAJU, Curt. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, abr. 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *A viagem da volta: reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas/ Nordeste*. In: ATLAS das Terras indígenas do Nordeste. Rio de Janeiro: PETI/ Museu Nacional, 1994.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

- PETROBRAS. *Balanco social e ambiental 2005*. Rio de Janeiro, 2006.
- ROCHA, Everardo. Um índio didático. In: \_\_\_\_\_. *Jogo de espelhos: ensaios de cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996. p. 47-70.
- ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revista Continente Editorial; Brasília, DF: INL, 1980.
- SÉCULO DIÁRIO. *Breve relato de viagem da delegação indígena Tupinikim/ Guaraní para Europa*. 2006. Disponível em: <[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/maio/29/noticiario/meio\\_ambiente/viagem.doc](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/maio/29/noticiario/meio_ambiente/viagem.doc)>. Acessado em: jun. 2006.
- SILVA, Sandro José da. *Tempo e espaço entre os Tupiniquim*. Dissertação (Mestrado em Antropologia)–PPGAS, IFCH, UNICAMP, Campinas, SP, 2000.
- STADEN, Hans. *A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens (1548-1555)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Dantes, 1999.
- TURNER, Victor. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: EDUFF, 2008.
- VEIGA, Felipe Berocan (Coord.). *Estudo etnoecológico das terras indígenas do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Petrobras: Biodinâmica, 2005. Relatório. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). *Gasoduto Cacimbas–Vitória: estudo antropológico sobre as terras e as populações indígenas*. Rio de Janeiro: Petrobras: Biodinâmica, 2004. Relatório. Mimeo.
- WEBER, Max. *Relações comunitárias étnicas. Economia e Sociedade*, Brasília, DF, v. 1., ed. 4, 2004.





# **DA ASSOCIAÇÃO AO SINDICATO. UMA ETNOGRAFIA DO ACESSO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS DO RIO DE JANEIRO AO DIREITO**

---

*Dominique Vidal<sup>1</sup>*

Este texto se propõe a evidenciar as principais dimensões da ação do Sindicato dos trabalhadores domésticos do Município do Rio de Janeiro (doravante, o STD).<sup>2</sup> Esta pequena organização, oriunda da transformação da associação profissional das empregadas domésticas em sindicato, exerce, na verdade, um papel importante no acesso à justiça do trabalho e na difusão de uma consciência dos direitos das mulheres da classe trabalhadora da camada popular.<sup>3</sup> Todo ano, oito mil dentre essas trabalhadoras procuram a sede do sindicato em busca de seus direitos, seja após (ou por causa de) um conflito com o seu

<sup>1</sup> Professor da Université Piderot - Paris VII.

<sup>2</sup> O STD traz a marca do masculino plural, embora no Rio, assim como em todo o Brasil, mais de 93% dos trabalhadores domésticos sejam mulheres. Com mais de cinco milhões dentre elas classificadas na categoria “trabalhadores domésticos” no recenseamento de 2000, o emprego doméstico é o primeiro emprego feminino, dando salário a aproximadamente 20% das mulheres que trabalham.

<sup>3</sup> Salvo quando se faz referência ao ponto de vista do empregador, preferi a expressão “*trabalhadora doméstica*”, que corresponde ao inglês “*domestic worker*”, em vez de “*empregada doméstica*”, termo considerado pejorativo e quase nunca mencionado pelas mulheres que vivem do emprego doméstico, que preferem usar, como referência terminológica, ou a palavra vinculada à atividade exercida no âmbito doméstico (“*babá*”, “*acompanhante*”, “*cozinheira*” etc.) ou o eufemismo indicativo da posição subalterna, ilustrado na frase “*Eu trabalho em casa de família*”.

empregador, seja para prevenir um conflito futuro. A central telefônica do sindicato recebe, em média, 50 chamadas por dia.<sup>4</sup>

Discutiremos, primeiramente, como o acesso dos trabalhadores domésticos a novos direitos sociais contribuiu para a formação de um novo sentido do justo e para a proliferação dos litígios jurídicos entre eles e seus empregadores. Veremos, em segundo lugar, que este sindicato se encontra em uma posição ambivalente, devido à sua inserção no âmbito da justiça do trabalho. Trataremos, em seguida, das tensões entre as diferentes categorias de atores públicos na sede do sindicato, tensões estas que nos informam muito sobre o conteúdo das relações sociais. Abordaremos, finalmente, o papel do STD perante a justiça do trabalho, de onde as trabalhadoras domésticas saem frequentemente com a sensação de ter reconhecidos os seus direitos.

De toda sorte, pretendemos evidenciar como uma etnografia pode contribuir para o debate sobre a democracia no Brasil, documentando, ao mesmo tempo, a mudança introduzida pela referência ao direito e alguns obstáculos relativos à sua implementação.

## **1 A inserção do direito na esfera privada**

### *1.1 Novos contextos de interpretação*

A relação de trabalho doméstico, considerada, durante muito tempo, no Brasil, como um trato particular de pessoa para pessoa, passou a integrar a esfera pública. Promulgada logo após o fim do regime militar, a Constituição Federal de 1988 concedeu numerosos direitos sociais aos empregados domésticos: garantia de salário nunca inferior ao mínimo, a irredutibilidade de vencimentos sem a alteração do contrato de trabalho, aviso prévio de um mês em caso de demissão, décimo-terceiro salário, repouso semanal remunerado, 120 dias de licença maternidade e 30 dias de férias por ano, em vez dos 20 dias concedidos anteriormente. Mesmo sem terem conhecidos todos os direitos dos empregados privados (em especial aqueles referentes ao

<sup>4</sup> Fruto de um ano de pesquisa, aproximadamente, e dividido em quatro períodos entre 2001 e 2005, este artigo se baseia em 57 histórias de vida compartilhada com trabalhadoras domésticas ou antigas trabalhadoras domésticas, bem como em entrevistas com empregadores, patrões de agências de emprego, magistrados e advogados, representando uma etnografia de espaços públicos frequentados por essas mulheres, do sindicato dos trabalhadores domésticos e do Tribunal Regional do Trabalho.

seguro-desemprego, à carga horária semanal de trabalho, à regulamentação do trabalho noturno e ao pagamento das horas-extras), os trabalhadores domésticos podem, de agora em diante, reivindicar um nível de proteção relativamente elevado, principalmente se comparado ao restante da América Latina. Tudo isso reafirmado por meio da sua integração ao regime da Previdência Social, obtida em 1972, que assegura o direito à aposentadoria e à licença para tratamento de saúde.<sup>5</sup>

Sem querer fazer da condição de doméstica uma condição invejável, é fato que essas mudanças trouxeram uma melhora sensível das condições de trabalho dessas trabalhadoras. Segundo as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e de Estatísticas (IBGE), a categoria dos trabalhadores domésticos é aquela cujos vencimentos mais aumentaram ao longo dos anos 1990. Embora permanecendo baixos, eles atingem hoje um nível equivalente ao salário de outras categorias de trabalhadores sem qualificação (isto é, em média, cem euros por mês nos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília). Durante essa década, marcada pelo crescimento do setor informal, a formalização dos trabalhadores domésticos também se acentuou, fato notável mesmo considerando-se que mais de dois terços das mulheres que encontram nessa profissão seu meio de sobrevivência não são registradas por seus empregadores.

A implementação desse quadro jurídico permitiu que se formasse um novo contexto interpretativo por meio do qual um número crescente de trabalhadoras passou a avaliar suas condições de trabalho. Cada vez mais frequentemente elas consideram que um “bom patrão” não é apenas aquele que as trata com consideração e as socorre em momentos difíceis, mas é também aquele que observa o direito social. E hoje não podemos compreender as relações estabelecidas entre essas mulheres e seus empregadores sem demonstrar o impacto dessa consciência sobre o direito.<sup>6</sup>

A possibilidade de se recorrer ao direito de imediato obscurece a possibilidade de distinguir claramente os conflitos interpessoais, ligados a diferenças de temperamento ou a tensões inerentes à copresença do empregador e da empregada, e os conflitos provocados pelo descum-

<sup>5</sup> Até 1972, os trabalhadores domésticos não eram contemplados pelo direito social e negociavam suas condições de trabalho amigavelmente com seus empregadores.

<sup>6</sup> Sobre o interesse do estudo da experiência do direito nos indivíduos comuns, ver Pélisse (2005).

primimento da Lei, segundo a distinção feita por Barbosa (2000). Uma incompatibilidade de humor persistente ou uma fala desagradável de um patrão leva muitas vezes uma trabalhadora doméstica a entrar na justiça para obter uma indenização por violação da lei, violação a qual ela havia se submetido até então. Em contrapartida, o desrespeito do empregador a um direito é, com frequência, visto como uma falta de reconhecimento que afeta a relação pessoal entre as duas partes.

Este efeito da lei sobre o conflito não se traduz apenas em um aumento dos litígios. Ele afeta também o estabelecimento de uma relação de confiança. Em muitos casos, a ruptura resulta de um sentimento de traição. É o que ocorre, por exemplo, quando uma trabalhadora doméstica descobre que sua patroa, que dizia ser “[sua] amiga”, lhe fazia acreditar que recolhia as contribuições previdenciárias quando, na verdade, jamais o havia feito. Esses conflitos decorrentes da ausência de formalização da relação de trabalho evidenciam a importância do reconhecimento jurídico na construção da identidade das trabalhadoras domésticas. Mais do que aquilo que foi negado (o estabelecimento de um contrato de trabalho pela assinatura da carteira de trabalho) ou negligenciado (contribuições previdenciárias, supostamente quitadas, mas, na verdade, nunca pagas), é o fato de a doméstica ser considerada como alguém a quem se pode enganar que suscita nela um sentimento de humilhação e revolta. Ora, o acesso ao direito introduz uma nova possibilidade de perda de confiança nas relações entre domésticas e empregadores. “Ela me fez de boba”, ouvimos frequentemente das primeiras em relação às patroas. Poucas se restabelecem dessa experiência que provoca nelas o sentimento de terem sido tratadas conforme a imagem estereotipada da *empregada*, pessoa simplória que pode ser facilmente enganada sem que o perceba. O atrativo desaparece e, com isso, muitas acabam por largar a casa em que serviam. Isso quando não são mandadas embora antes, por se mostrarem insistentes em sua reivindicação. Tais situações, frequentemente categorizadas pelas trabalhadoras domésticas como “falta de respeito”, revelam, todas, insulto moral que, atingindo diretamente a autoestima, afeta a sua identidade pessoal.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Ver sobre este tema a obra de Cardoso de Oliveira (2005).

## 1.2 Conflito e autorreconhecimento

Essas transformações acentuam, sobretudo, a dificuldade do conflito no emprego doméstico, no qual o trabalhador não pode esperar o autorreconhecimento, diferentemente do que Renaud Sainsaulieu (1996) mostrou em relação às grandes empresas industriais. Inspirando-se no esquema hegeliano da dialética do mestre e do escravo, ele enfatiza o caráter estruturante do conflito do trabalho para os trabalhadores, explicitando que só quando consegue fazer com que o outro reconheça o seu próprio desejo é que o sujeito atinge o seu autorreconhecimento. Ele assinala igualmente que o acesso a si mesmo pela via do conflito depende da possibilidade de manter sua posição, enquanto que “o extremo condicionamento imposto pela dominação massacrante do outro conduz, senão obrigatoriamente à loucura, ao menos à impossibilidade de tomar consciência das diferenças”<sup>8</sup>. Se, por um lado, as trabalhadoras domésticas podem obter, ocasionalmente, um aumento de salário ou uma redução da jornada de trabalho, por outro lado, elas podem se envolver irremediavelmente num conflito com o seu empregador. A fragilidade intrínseca das relações mantidas pelas duas partes faz com que suas ligações não resistam a uma desavença duradoura. Como observou Geneviève Fraisse<sup>9</sup>, o conflito, nesse tipo de relação de emprego, não se insere no modelo da dialética do mestre e do escravo, no qual cada um chega ao reconhecimento de si mesmo por intermédio do outro, mas, ao contrário, leva a “um jogo de oposição sem saída”.

O acesso das trabalhadoras domésticas ao direito permite, entretanto, um outro modo de acesso ao autorreconhecimento pela via do conflito, baseado não mais nessa dialética com o empregador, mas sim no rompimento definitivo da relação e no acesso ao direito. Normalmente, as ações judiciais das trabalhadoras domésticas são, de fato, muitas vezes motivadas tanto pelo desejo de mostrar seu poder de resistência quanto pela perspectiva de se obter uma reparação moral por meio de uma indenização.

A justiça do trabalho é fundamental nesse processo de reparação. Centrada no princípio da conciliação entre as partes, as indenizações obtidas pelos reclamantes são, geralmente, de valor inferior ao que

<sup>8</sup> Cardoso de Oliveira (2005, p. 318).

<sup>9</sup> Fraisse (1979).

teriam recebido se o empregador tivesse cumprido a lei. Porém, as trabalhadoras domésticas têm alguma confiança em sua capacidade de reparar o prejuízo do qual elas se dizem vítimas, enquanto que raramente pleiteiam nos tribunais solução para um conflito de vizinhança ou para uma desavença conjugal. O acesso das trabalhadoras domésticas ao direito social não modifica radicalmente o arranjo das relações sociais, porém, muda sua percepção do lugar que elas ocupam na ordem social e do que podem esperar disso. O reconhecimento jurídico permite a essas mulheres se pensarem como sujeitos de direito, vinculadas a um empregador mediante um contrato formal, e não apenas dependentes das oscilações inerentes às relações convencionadas amigavelmente. É lógico que o direito não as protege das tensões próprias das atividades ligadas aos serviços domésticos ou pessoais. Mas, ao permitir que as trabalhadoras domésticas se definam em relação aos padrões mundiais ou universais, o direito dá uma forma jurídica à dignidade que elas reivindicam e fornece critérios que lhes permitem avaliar diferentemente o justo e o injusto.

## 2 Uma posição ambivalente

Além de conceder novos direitos sociais aos trabalhadores domésticos, a Constituição Federal de 1988 permitiu às associações de trabalhadores domésticos que se tornassem sindicatos dotados de poderes jurídicos, habilitados a representar os interesses de sua categoria profissional perante as autoridades, bem como a negociar convenções coletivas e a proceder a rescisões de contratos de trabalho. Mais de 15 anos após a criação desses primeiros sindicatos, o movimento sindical conta com poucos militantes,<sup>10</sup> porém desempenha um papel central no acesso das trabalhadoras domésticas ao Judiciário, permitindo, sob certas condições, o ajuizamento de ações contra um empregador que não tenha cumprido a legislação trabalhista.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Somente cerca de 20 mulheres participam regularmente das atividades do STD e menos de 40 pessoas pagam a cota mensal correspondente a dois euros, que confere a condição de membro, sendo que o financiamento do STD se apoia essencialmente nos seus serviços jurídicos.

<sup>11</sup> As entidades de trabalhadores domésticos, de maneira geral, jamais atingiram uma forte adesão daqueles que pretendem defender seus interesses. Em contextos sócio-históricos bem diferentes, a dificuldade desses atores sempre residiu em seu isolamento, na sua fraca identificação com uma atividade estigmatizada e na grande diversidade das relações de emprego (CASTRO, 1989; CHANEY; CASTRO, 1989; FRAISSE, 1979; HONDAGNEU-SOTELO, 2001; MARTIN-FUGIER, 1979; PALMER, 1989; VASSELIN, 2002).

Contudo, a Constituição de 1988, ao legitimar esses sindicatos como atores jurídicos, colocou-os em uma situação ambivalente. Na verdade, o STD não é somente uma entidade de luta por melhores condições de trabalho das trabalhadoras domésticas. É também uma instituição jurídica que integra a estrutura geral da Justiça do Trabalho e, por isso, é frequentemente considerado como um serviço público pelas trabalhadoras domésticas que a ele se encaminham.

Retomando a reflexão sobre a origem desses sindicatos, as características sociológicas de seus militantes e as modalidades de seu funcionamento, compreenderemos melhor a especificidade do seu trabalho e as dificuldades que tem de enfrentar.

### *2.1 A criação do sindicato dos trabalhadores domésticos*

A Constituição de 1988 permitiu que os trabalhadores domésticos se organizassem em sindicatos sem lhes exigir que comprovassem uma representatividade mínima e que obtivessem autorização específica do Ministério do Trabalho. As associações profissionais das trabalhadoras domésticas, que haviam sido fundadas desde o início da década de 1960, no seio da Juventude Operária Cristã (JOC), se transformaram em sindicatos em diversas Cidades: o sindicato do Rio foi fundado nas últimas semanas de 1988.

Essa capacidade da associação sindical de se constituir em sindicato esboça o início de uma nova fase da militância das trabalhadoras domésticas brasileiras, dada a necessidade de se organizarem para dar apoio a todas aquelas que procuravam o sindicato com o intuito de serem respeitados os novos direitos promulgados pela Constituição. Nada de menos evidente, pois, se por um lado houve o reconhecimento jurídico dos trabalhadores domésticos como categoria profissional, por outro, o engajamento militante não propiciou uma efetiva revolução na mudança das associações em sindicatos. Ao inserir os sindicatos de trabalhadores domésticos na categoria de atores jurídicos, a Constituição de 1988 lhes atribuiu a função de “prestadores de serviços”, sem, no entanto, conceder-lhes instrumentos capazes de efetivá-los de forma conveniente. Com isso, o STD se vê sobrecarregado de trabalho ao se responsabilizar pelos pleitos das requerentes e mal consegue levar a cabo campanhas informativas e executar programas de formação profissional. Apesar disso, os sindicatos de trabalhadores domésticos

não renunciaram ao objetivo de tornar o trabalho doméstico uma profissão como as outras, regida por estatutos jurídicos equivalentes. Um importante avanço nessa direção aconteceu em 2000, com o advento do fundo de garantia por tempo de serviço opcional, que concede ao empregador a possibilidade – não a obrigação – de integrar a sua empregada doméstica no FGTS e, com isso, por meio do recolhimento da contribuição previdenciária equivalente, permitir que ela receba a indenização do fundo em caso de demissão.

## ***2.2 Sindicalistas de um determinado perfil (ou de um perfil particular ou específico)***

Nove mulheres se revezam no STD para garantir o atendimento ao público, atender ao telefone, ajudar a duas assistentes sociais e a três advogados, administrar a entidade e representá-la em duas instâncias. As características sociológicas das militantes se assemelham muito. Todas têm mais de 50 anos e, com exceção de uma, nascida no sul do Brasil, todas as demais são provenientes de zonas rurais ou de pequenas cidades dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais ou da Região Nordeste. Na sua maioria, começaram a trabalhar como empregadas domésticas no início da adolescência. Quase todas passaram mais de duas ou três décadas servindo à mesma família, embora as estatísticas revelem um forte *turnover* (rotatividade) nesse tipo de emprego. E, ainda que não estejam mais trabalhando com as mesmas famílias, continuam mantendo um relacionamento que, segundo elas próprias, é marcado por mútua afetividade. Revela-se aí um paradoxo. Embora seja recomendado às trabalhadoras domésticas que evitem o envolvimento emocional com seus empregadores, a relação que mantêm com seus patrões ou ex-patrões parece contradizer tal conselho. O engajamento dessas trabalhadoras domésticas na militância sindical é certamente testemunho da capacidade delas de escaparem da ascendência psicológica daqueles que as empregam. Em contrapartida, isso pode sugerir que foi a estabilidade e a qualidade da relação de trabalho que lhes forneceu o equilíbrio social e psicológico necessário à militância. Todas, enfim, chegaram ao sindicalismo por meio da participação em grupos ligados à Igreja Católica: as mais velhas pelo viés da JOC, no início dos anos 1960, e as mais jovens frequentando a Pastoral da doméstica que se reúne nas igrejas do Rio.



O perfil sociológico de suas militantes contribui para o caráter atípico desse sindicato no âmbito dos sindicatos brasileiros. Ainda que os estudos sobre os dirigentes sindicais no Brasil tenham acentuado como uma marca do campo esse progressivo distanciamento dos dirigentes em relação ao seu ambiente original (AGIER; CASTRO, 1995; BROCHIER, 2001), essas mulheres mantiveram-se em contato com o emprego doméstico. Das dez mulheres mais envolvidas na atividade sindical, três recebem aposentadoria após terem sido trabalhadoras domésticas durante mais de 30 anos, e as outras ou ainda prestam serviços a uma família ou fazem faxina. Elas moram sempre em bairros populares e nas favelas da Cidade. De fato, seus vencimentos não lhes permitem pensar em adotar um modo de vida diferente daquele das outras trabalhadoras domésticas. Seus empregadores pagam em geral só um pouco melhor do que seus antigos patrões e os extras recebidos por plantão no sindicato constituem apenas um módico ganho complementar. Diferentemente também do que se observa na maioria dos sindicatos profissionais brasileiros, no caso das trabalhadoras domésticas o engajamento sindical não lhes oferece nenhuma possibilidade de ascensão social, embora modifique seu universo sócio-cultural, levando-as a participar de congressos e a se encontrarem com políticos eleitos, com outros sindicalistas e com militantes feministas.

### **3 As dificuldades da assessoria jurídica**

A pesquisa sobre o atendimento prestado nos guichês dos serviços públicos revelou a ambivalência dos agentes encarregados de atender aos usuários (DUBOIS, 1999; SIBLOT, 2002; WELLER, 1999). A relação desses funcionários com o público pode ser tanto uma relação de poder e de controle, quanto uma relação amistosa que garante a socialização desses indivíduos em uma situação precária (ou provisória). Se o STD não foi pensado como um serviço público, o fato é que a maioria daqueles que o solicitam consideram-no como tal. Daí que se tem dois conjuntos de tensões que podem nos ensinar muitas coisas sobre as relações sociais no Brasil. O primeiro está ligado à posição ambígua do sindicato. Embora os sindicalistas considerem-no como uma entidade reivindicativa que visa à profissionalização do emprego doméstico, as trabalhadoras domésticas consideram-no um espaço administrativo e não o identificam como sendo o órgão

representativo da categoria profissional. O segundo, mais complexo, remete às situações de copresença (ou reciprocidade) que ocorrem no sindicato. A distinção das relações entre os sindicalistas, as requerentes e os empregadores revela representações e estágios diferentes da hierarquia, da igualdade e da semelhança.

### *3.1 Vinculações com o emprego e com o direito em oposição*

A maioria das trabalhadoras domésticas não conhece o STD quando o procuram pela primeira vez. Embora algumas tenham ouvido falar do sindicato por intermédio de um parente ou de uma vizinha, a maioria é encaminhada para lá por um setor do Tribunal do Trabalho cuja função é exatamente indicar ao sindicato da categoria profissional aqueles que pretendem recorrer à justiça do trabalho. É especialmente por isso que o STD é visto pelas trabalhadoras domésticas como um serviço público vinculado ao tribunal. Por mais que os sindicalistas tentem sindicalizá-las, reiterando que o sindicato é uma entidade de luta cujo objetivo é melhorar a condição das empregadas domésticas, poucas são aquelas que o legitimam como se não fosse um órgão da administração pública. Tudo o que aparece como inadequado é avaliado em relação ao mau funcionamento dos serviços públicos em geral. A longa espera é comparada àquela verificada nas longas filas dos hospitais públicos. A impossibilidade para o STD de resolver dificuldades financeiras ou conflitos que não afetam ao direito do trabalho é vista da mesma forma aos olhos das requerentes, ou seja, como fruto de descaso dos órgãos públicos com os pleitos dos desfavorecidos. E as contribuições destinadas à assistência social e à assessoria jurídica muito raramente são entendidas como formas legítimas de manter o sindicato. Na verdade, essa contribuição é vista como mais uma dentre tantas taxas que permitem o enriquecimento indevido de uma minoria nas costas da classe trabalhadora.

Quando as requerentes descobrem que não podem pleitear na justiça aquilo que imaginam ter direito, a decepção é enorme. Isto revela várias dimensões do vínculo das empregadas domésticas com a sua instituição sindical. Em primeiro lugar, estas trabalhadoras não entendem que o STD tem como objetivo a sua autoorganização. Isso não chega a ser um fato surpreendente: na maior parte dos casos, os sindicatos brasileiros, criados com base na hierarquia, e por muito tempo sob a tutela do Ministério do Trabalho, quase nunca fomentaram

uma forte identificação entre os trabalhadores. Em segundo lugar, as empregadas domésticas são incapazes de aceitar os limites que o contexto jurídico impõe à ação do STD. Nesse aspecto, o caso não é exclusivo do Brasil. É expressivo de todas as situações onde existe uma assimetria entre aquele que faz a queixa e aquele que a registra (JOSEPH, 1998). É um exemplo típico de “rejeição do conselho”, onde o querelante não pode obter daquele que o escuta a empatia necessária à sua satisfação (JEFFERSON; LEE, 1981). Por mais benevolente que seja, a sindicalista responsável pelo primeiro atendimento só pode considerar admissíveis aquelas queixas pertinentes ao direito social. Ora, quem formula a reclamação, na maioria das vezes, ao se expressar, caracteriza como “injustiças” determinadas situações decorrentes da relação de trabalho que o direito não abarca. Uma terceira dimensão da decepção que uma resposta negativa suscita em um primeiro atendimento se deve ao fato de que as manifestações das sindicalistas oscilam entre o registro do funcionário que examina de forma impessoal a adequação do pedido às regras do direito, e um linguajar militante que acentua a identidade comum de doméstica tanto daquela que recebe a queixa quanto da que a formula. A última dimensão deriva da anterior e reside no fato de que é um semelhante que julga a queixa denegada e, ao fazê-lo, questiona a si mesmo diante daquilo que propõe a querelante. A indignação que frequentemente toma conta das empregadas domésticas quando veem seu pedido negado faz lembrar situações de disputa entre vizinhas ou entre mulheres de uma mesma família.

A diferença na relação com o direito e a maneira de conceber o serviço doméstico é o que estrutura os juízos de valor que as sindicalistas fazem sobre as requerentes. Estas últimas tendem a considerar que trabalhar fora do contexto definido pela lei é aceitável, na medida em que elas estão convencidas de que quando a relação de trabalho não mais lhes satisfizer, recorrer ao Judiciário corrigirá eventuais transações desfavoráveis. Ora, mas são justamente esses tratos que o STD denuncia o tempo todo como uma barreira à juridicização das relações entre empregadores e trabalhadores domésticos. Boa parte das críticas imputadas às requerentes diz respeito ao fato de legitimarem condições de trabalho que violam o direito. As trabalhadoras domésticas tentam, em vão, explicar que estavam em uma situação financeira desesperadora na época da admissão e que não tinham outra escolha a não ser aceitar as condições impostas na esperança

de uma renegociação posterior, mas as sindicalistas julgam que elas cometem erros ao agirem assim.

Ser criticada por não ter conseguido impor ao seu empregador a obediência às normas jurídicas é, com efeito, uma acusação de fraqueza psicológica que não agrada às requerentes. As sindicalistas se mostram bastante irritadas com as empregadas domésticas que, em sã consciência, aceitam o descumprimento da Lei em nome de uma pretensa amizade com a patroa. Atacar a ignorância e a ingenuidade das requerentes permite, então, a essas militantes, reafirmar constantemente a unidade de seu pequeno grupo. Este discurso sobre o trabalho doméstico rompe radicalmente com as representações dominantes dessa atividade junto àquelas que a exercem e aos que a empregam. Ao mesmo tempo em que as requerentes só veem nessa profissão uma ocupação reservada àquelas cujo baixo nível de qualificação impede de ascender a empregos mais valorizados, elas a consideram também como uma profissão que requer competências e que lhes dá orgulho. Chegamos aqui a um discurso sobre si mesmo frequente nos indivíduos em situação de inferioridade que se tornaram militantes.<sup>12</sup>

### ***3.2 Tensões entre hierarquia, igualdade e semelhança***

Observar as interações entre sindicalistas, requerentes e empregadores nos espaços do STD revela problemas que se colocam na permuta social devido ao apego a prerrogativas ligadas a formas de identificação. Na verdade, ou a discussão se limita a uma grande banalidade pela preocupação das partes em manter um entendimento, ou torna-se inviável devido ao fato de os atores em interação se reconhecerem como desiguais, julgando-se uns superiores aos outros.

Tais tensões derivam primeiramente da incompreensão frequente entre os sindicalistas e as jovens trabalhadoras domésticas. Os estímulos das primeiras à sindicalização e à previdência suscitam, muitas vezes, a ironia das segundas, convencidas de que a vida lhes reserva um destino melhor. Esta é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo sindicato no esforço de organizar as trabalhadoras domésticas. As jovens trabalhadoras domésticas não escondem o desprezo pelas mulheres que não souberam encontrar um homem para fazê-las escapar à condição de empregada doméstica. É evidente que este ideal

---

<sup>12</sup> Gauléjac (1996).

feminino não é compartilhado pelas sindicalistas, que se reconhecem no modelo da mulher autônoma que sabe se opor e existir por sua vontade própria.

A presença de maridos acompanhando as requerentes também provoca, regularmente, tensões com as sindicalistas. Elas atribuem a dificuldade dos homens das camadas populares de falar em pé de igualdade com uma mulher nesse ambiente ao fato de que muitos dos que as acompanham acreditam no pleno funcionamento da Justiça do Trabalho. Ao ouvi-los dando lições de direito às requerentes que aguardam o atendimento, constata-se, contudo, que os mesmos possuem poucos conhecimentos da matéria. Só tratam de pontos específicos ou questões pontuais e nunca o processo é entendido em seu conjunto. Inspiram-se apenas em experiências pessoais, isto é, em ações que já propuseram em face de um empregador. Dessa forma, quase todos desconhecem que o direito dos trabalhadores domésticos difere daquele das outras categorias de trabalhadores e só descobrem no STD que as trabalhadoras domésticas não têm direito a uma indenização pela perda de emprego calculada em função do número de anos trabalhados. Nem sempre as sindicalistas conseguem convencê-los do problema e, quando conseguem, eles veem aí uma prova da incompetência do sindicato que, segundo eles, não consegue garantir os mesmos direitos de outras entidades de trabalhadores. Porém, o que tende a endurecer o diálogo é a vontade desses homens de impor um discurso às sindicalistas. Em muitos casos, são eles que tomam primeiro a palavra para explicar o conflito que conduziu suas mulheres a ir “buscar seus direitos”, e durante todo o tempo as mulheres ficam escutando e balançando a cabeça em sinal de aprovação. É raro que as sindicalistas não se irrite com esse discurso marginalizado no qual a requerente é relegada ao segundo plano pelo homem que aproveita para indicar o que é preciso fazer para “resolver a questão”. As sindicalistas reforçam, então, o papel de cada um para retomar o controle da situação. Tal interferência nem sempre agrada ao acompanhante, e se alguns aquiescem resmungando, outros ofendem a sindicalista. Trata-se, então, para ambas as partes, de não perder a pose. O acompanhante da trabalhadora doméstica quer dar prova de sua “experiência” e acusa a sindicalista de ser “incompetente”, acrescentando às vezes que ela foi “comprada” pelos patrões. A sindicalista lhe responde que ele não sabe de nada e que é melhor que fique de boca calada para que se encontre uma saída para o caso.

Se a requerente não toma a iniciativa de mostrar a seu companheiro que ele deve se calar, a tensão geralmente só vai acalmar com a saída do casal ou com a intervenção de outra sindicalista que venha dar respaldo a sua colega, contrabalançando para convencer o homem irritado a parar de argumentar.

As tensões nas interações das sindicalistas e empregadores são de outra ordem. À exceção de um pequeno número que, por zelo de legalidade, faz questão de proceder à rescisão do contrato de trabalho perante um advogado, os empregadores só vêm ao sindicato quando, não tendo mais nenhum recurso para escapar ao processo, se resignam a uma conciliação com uma antiga empregada. Porém, o atendimento formal que lhes reservam as sindicalistas não tem nada a ver com a polidez que uma empregada doméstica deve mostrar no trato com seus patrões. Representa, por um lado, o tratamento das relações de atendimento em que prevalecem competências civis. E, por outro, do mesmo modo, refletem o cuidado das mulheres do sindicato em manter uma igualdade fundamental no diálogo entre as duas partes, mesmo num clima de certa tensão. Seja qual for o conteúdo da interlocução, são sempre relações de igualdade que as sindicalistas estabelecem com os empregadores que as convocam. Quando estes tentam impor sua fala em nome de um conhecimento jurídico ou arguindo-as sobre sua posição social, elas os colocam sutilmente em seu lugar, convidando-os a esperar sua vez ou a se submeter à opinião dos advogados do STD. É uma situação pouco comum para indivíduos que, no dia a dia, têm por hábito se dirigir a mulheres subalternas ou em tom autoritário ou em tom paternalista. Eles ficam frequentemente desconcertados, sem saber que papel representar quando essas mulheres, que têm os traços das *empregadas* que lhes servem, lhes respondem calmamente, porém com firmeza, olhando-os nos olhos.

As interações entre empregadores e sindicalistas podem, entretanto, dar origem a uma troca por meio da qual ambas as partes representam um símbolo da igualdade e da similaridade. Quando os primeiros manifestam imediatamente a intenção de respeitar o direito ao término da relação com a empregada doméstica (demissão ou pedido de afastamento), as sindicalistas os recebem como aliados de sua causa e os consideram como “bons patrões”. Isso as leva, às vezes, a manter um diálogo em que todos consensualizam sobre a irresponsabilidade das domésticas que não fazem o que é previsto pelo direito social

ou têm um comportamento que não corresponde à concepção da profissão de trabalhador doméstico defendida pelo sindicato. Esse é, particularmente, o que ocorre quando as empregadas domésticas pedem aos patrões que não paguem as contribuições previdenciárias em troca de um aumento de salário, ou quando não anunciam com um mês de antecedência a intenção de deixar o emprego. Essas interlocuções descontraídas são menos evidentes do que parecem ser de primeira vista, pois nem as sindicalistas nem os empregadores estão habituados a esse tipo de relacionamento. Cada um parece buscar permanentemente a aceitação do outro e desfrutar de situação de igualdade pouco frequente na vida social. Assim, a conversa nunca vai além de generalidades sobre a necessidade do sindicalismo, a importância do direito ou o triste destino de muitas empregadas domésticas. A fragilidade da situação parece impor a uns e outros que se atenham ao acordo, sem dar sequência ao diálogo que, se levado mais adiante, poderia revelar diferenças e desfazer uma igualdade que cada um sabe inexistir na essência das relações sociais.

#### **4 Diante a justiça do trabalho**

A dificuldade de acesso à justiça para os indivíduos mais pobres tem sido amplamente registrada.<sup>13</sup> A justiça do trabalho brasileira não escapa a esta constatação. Aqueles que temem seu empregador, que se sentem impotentes perante o Poder Judiciário, aqueles que não podem contratar um advogado, ou não têm tempo, não recorrem muito à justiça e frequentemente renunciam aos seus direitos durante o processo. A principal atividade do STD é respaldar mulheres pobres e vulneráveis nesses processos, que muitas temem. Quando, por ocasião do primeiro atendimento, as sindicalistas acham que uma requerente pode ajuizar ação contra seu empregador e hesitam sobre se devem ou não dar prosseguimento ao pedido, elas as encaminham a uma assistente social ou a um advogado do STD. Se inicia o recurso ao direito propriamente dito. Trata-se, então, para o sindicato, de fazer com que o patrão venha à sua sede para proceder à rescisão do contrato de trabalho, ou, se o caso é considerado suficientemente importante, ingressar com uma reclamação na Justiça do Trabalho.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Ver, principalmente, a súmula reunida por Cappelletti; Garth (1978).

<sup>14</sup> Sobre o procedimento diante da Justiça do Trabalho, ver Martins (2001).

#### 4.1 Administrar a fragilidade das requerentes

Esse trabalho de assistência jurídica torna-se difícil pela vulnerabilidade das requerentes, mulheres pobres para as quais uma ação na justiça representa uma *via crucis*. Para acessar ao direito, elas se levantam de madrugada, fazem fila no tribunal do trabalho e, depois, informadas da existência do STD, vão até lá e ficam horas num lugar sem conforto antes de serem atendidas pela assistente social ou pelo advogado. A este desgaste físico soma-se um custo financeiro. Comprar várias passagens de ônibus representa uma quantia grande para essas mulheres de poucos recursos. Além disso, ir até o sindicato significa, para algumas, perder um dia de trabalho e correr o risco de chamar a atenção ou atrair a desconfiança do novo empregador, que pode descobrir que sua empregada é do tipo que falta ao trabalho para entrar na justiça contra seu antigo patrão. Nesse sentido, não surpreende que para muitas requerentes o primeiro contato com o STD seja um momento aguardado com bastante angústia.

Após o primeiro atendimento, uma assistente solicita que entrem. Ela se informa sobre o caso da requerente lhe pedindo informações biográficas, sua situação profissional, as razões pelas quais ela foi demitida ou largou o trabalho, e se tem ou não registro na previdência social. A assistente social pergunta em seguida se o empregador lhe fez assinar algum documento. Com isso, ela procura evitar perda de tempo com uma requerente que, por ter assinado, sem saber, um recibo de rescisão contratual, não poderá entrar na justiça contra seus antigos patrões. Ultrapassadas estas questões, as requerentes mostram os documentos exigidos, comumente guardados religiosamente em sacos de supermercados fechados com nós tão apertados que às vezes o saco precisa ser rasgado para que possam mostrar os documentos à assistente social. Este momento patético em que a requerente deve produzir a prova de sua identidade e fornecer uma base para a sua reclamação ilustra a grande importância que se atribui aos documentos oficiais, em sua própria definição. Então, a assistente social verifica os documentos um a um e calcula os períodos trabalhados, quando foram registrados na carteira de trabalho, se as contribuições previdenciárias foram quitadas e quando o empregador devolveu os cupons dos carnês de pagamento à sua empregada conforme a lei exige.



Os elementos de biografia trazidos pela requerente permitem à assistente social avaliar a veracidade de sua fala. De fato, acontece de o caso levado ao sindicato ser mais confuso do que a empregada contava às outras requerentes na sala de espera. Algumas não foram demitidas como dizem, e sim largaram voluntariamente o trabalho sem aviso prévio. Outras, ainda, aceitaram acordos verbais que dificultam o recurso ao direito.

No entanto, as diferentes formas de discurso (atenção ou injunção) da assistente social nem sempre são suficientes para libertar a palavra. Algumas requerentes persistem e continuam contando a mesma história até que a assistente social encerre a entrevista. Poucas são aquelas que voltam ao sindicato e, mesmo assim, não é certo que não renunciem ao judiciário, apesar de muitos advogados do Foro do Rio de Janeiro aceitarem o patrocínio de casos duvidosos. Outras trabalhadoras domésticas começam a falar aos borbotões ou então com uma fala entrecortada pelo choro. Acusadas de roubo ou de maus tratos, elas costumam ser ameaçadas de prisão caso entrem na Justiça. As trabalhadoras domésticas mais jovens e as mais bonitas evocam ainda os assédios sexuais do homem da casa. Dizem não ceder ao assédio e por isso serem demitidas por uma bobagem qualquer ou então pedirem demissão. Essas declarações têm natureza de confissões e, nesse sentido, libertam as trabalhadoras domésticas. Porém, as assistentes sociais raramente as levam a sério, de tanto casos que acontecem em que dúvidas subsistem. As assistentes sociais sabem também que as suspeitas de roubo e de maus tratos com crianças estão longe de serem sempre infundadas, e sabem que algumas requerentes foram presas na armadilha de jogos de sedução aceitos por elas durante muito tempo.

Na etapa seguinte, a assistente social procede ao cálculo da quantia devida pelo empregador para encerrar legalmente a relação de trabalho, independentemente de o patrão ter reconhecido ou não o vínculo, por meio da assinatura da carteira de trabalho. Ela datilografa o cálculo nos seus mínimos detalhes em um formulário com o cabeçalho do sindicato intitulado “Informações para a rescisão de contrato de trabalho”. Uma vez de posse desse documento, muitas requerentes não mais voltarão ao sindicato STD. Obtê-lo é frequentemente o único objetivo da visita dessas trabalhadoras ao sindicato, seja porque o empregador lhes pediu o cálculo para fechar as contas, seja porque

isto bastará para negociar com eles uma indenização sem passar pelo procedimento formal de rescisão do contrato de trabalho.

#### **4.2. *Negociação, conciliação, impasse***

A simples existência do formulário do STD leva, muitas vezes, os empregadores recalcitrantes a negociarem, preferindo um acordo aos aborrecimentos de um processo. A intervenção pessoal da assistente social também constitui, com frequência, um elemento essencial na decisão de um patrão para acabar com o conflito indenizando sua antiga *empregada*. Um simples telefonema pode bastar para convencê-lo a cumprir a lei.

Quando a assistente social não tem êxito na sua tarefa, ela passa o pleito da requerente a um dos advogados do STD. Se este considera que a ameaça de uma ação na justiça pode levar o empregador a transigir ou que a opção pelo processo não é segura, ele convoca o empregador para ir ao sindicato proceder à rescisão do contrato para pagar as verbas devidas. Quando isso não basta ou quando lhe parece que o caso deve ser levado à justiça, o advogado apresenta uma reclamação ao Tribunal do Trabalho, por meio da qual aponta os aspectos jurídicos que foram desrespeitados pelo empregador, pleiteando a respectiva indenização, sem, no entanto, narrar os fatos que ensejaram a rescisão.

Os litígios administrados pelo sindicato entre trabalhadoras domésticas e empregadores só raramente se convertem em processo. Embora cerca de 700 trabalhadoras solicitem, mensalmente, os serviços do STD, apenas em torno de 35 veem seu caso se resolver no tribunal. A maioria dos empregadores prefere, na verdade, negociar a conciliação com sua antiga empregada somente após ter recebido a intimação do sindicato para ir regularizar a sua situação jurídica ou após tomar ciência da reclamação na Justiça.

Durante a tentativa de conciliação, o advogado do STD se esforça para convencer as partes de que é preferível um entendimento a um confronto diante de um juiz. Seu trabalho consiste em levá-los a concessões mútuas, coisa que não é nada fácil, já que cada um está convicto do seu direito. Ele tenta persuadir a requerente dizendo-lhe que, renunciando a uma parte do que lhe é devido, ela receberá mais rapidamente aquilo a que tem direito e acabará com um caso que

flagela sua vida. Ele convida da mesma forma o patrão a considerar que é de seu interesse encerrar o conflito aceitando a conciliação e pagando uma parte do que deveria ter sido pago. Nesses momentos, o advogado explicita as vantagens e as desvantagens. Não faz nenhum mistério de sua intenção de tentar obter o máximo para a requerente se o caso for parar na justiça, já que ela também é sua cliente. Mas lhe recorda, também, as garantias da homologação, um documento jurídico que prova que o empregador regularizou e encerrou qualquer possibilidade de ação na justiça contra ele.

Entretanto, a conciliação se revela impossível quando nenhuma das partes aceita fazer concessões. Os motivos do término da relação de trabalho, ocasionalmente, decorrem de tanto ressentimento que a requerente assume que renunciar ao que lhe parece justo é um ataque ainda maior a sua dignidade. Por sua vez, alguns empregadores não entendem que devam ceder àquela que os leva ao sindicato. O orgulho prevalece e a mediação fracassa. Muitos acordos esbarram no sentido de justiça de alguns empregadores que julgam ter demitido a empregada doméstica por um bom motivo. E quando persiste o impasse, as partes e o advogado se reveem perante o juiz no Tribunal do Trabalho.

### **À guisa de conclusão**

A ampliação do acesso das trabalhadoras domésticas ao direito não eliminou a exploração do trabalho, e seria ilusório, de maneira geral, imaginar que no Brasil, como em outros países, o direito possa ser suficiente para eliminar o que Everett Hughes chama de “o drama social do trabalho”. Mas, quer seus patrões respeitem quer não respeitem o direito, as trabalhadoras domésticas do Rio avaliam, doravante, suas condições de emprego em relação às normas jurídicas. Há 15 anos vêm crescendo o número de ações judiciais decorrentes de conflitos de natureza trabalhista. Contrariamente ao que sustentam alguns analistas da justiça do trabalho no Brasil, o direito não é simplesmente um elemento que permite a dominação patronal.<sup>15</sup> Por mais complexas que sejam essas ações, o direito oferece às trabalhadoras domésticas um horizonte a partir do qual elas podem negociar suas condições de trabalho e, caso elas se envolvam em um conflito, tenham a possi-

<sup>15</sup> Sobre este efeito do direito social, remetemos à Alain Supiot (2001, p. 152), para quem “[O direito social (direito do trabalho e da previdência social)] permanece igualmente inteligível para aqueles que se recusam a sair da análise jurídica formal, assim como para aqueles que se recusam a entrar nessa análise e pretendem dissolvê-lo na análise socioeconômica”.

bilidade de se insurgirem contra o seu empregador. O sindicato dos trabalhadores domésticos está no cerne desse processo. Sua ação sugere que a implementação desse campo jurídico, em pouco tempo, permitiu às mulheres que vivem de um emprego doméstico pensarem sobre novas e diferentes perspectivas de encararem o seu trabalho. O direito não bastará, sem dúvida, daqui para frente, para resolver todos os problemas inerentes à realização do trabalho doméstico. Assim como o pensamento feminista do *care* não cansa de lembrar, enquanto este trabalho não for socialmente valorizado e igualitariamente compartilhado entre os sexos, é mais provável que continue a ser passivamente delegado, tanto nos países nórdicos como nos do Sul, às mulheres em situação de inferioridade econômica e social.<sup>16</sup> Enquanto se espera, é dever das sociedades que proclamam um ideal democrático levar a sério a questão do seu enquadramento jurídico para melhorar as condições de trabalho daquelas que tiram daí seus meios de subsistência.

## REFERÊNCIAS

AGIER, M.; CASTRO, N. *Projet ouvrier et destins personnels à Bahia (Brésil)*. In: CABANES, R.; COPANS, J.; SELIM, M. (Ed.). *Salariés et entreprises dans les pays du Sud: contribution à une anthropologie politique*. Paris: Karthala-Orstom, 1995. p. 153-182.

BARBOSA, F. C. *Trabalho e residência: estudo das ocupações de empregada doméstica e emprego de edifício a partir de migrantes “nordestinos”*. Rio de Janeiro: EdUFF, 2000.

BROCHIER, C.,. *Les évolutions du syndicalisme brésilien dans les années 1990: une étude de cas dans le bâtiment*. *Sociologie du Travail*, Paris, v. 43, p. 491-513, 2001.

CAPPELLETTI, M.; Garth, B. (Ed.). *Access to justice: a world survey*. Milan: Sitjoff and Noordhoff, 1978. 4 v.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. *Droit légal et insulte morale: dilemmes de la citoyenneté au Brésil, au Québec et aux Etats-Unis*. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 2005.

CASTRO, M. G. *Empregadas domésticas: a busca de uma identidade de classe*. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 123, p. 49-58, 1989.

<sup>16</sup> Ver a esse respeito Ehrenreich; Hochschild (2002).

CHANEY, E. M.; CASTRO, M. G. (Ed.). *Muchachas no more: household workers in Latin America and the Caribbean*. Philadelphia: Temple University Press, 1989.

DUBOIS, V. *La vie au guichet: relation administrative et traitement de la misère*. Paris: Economica, 1999.

EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A. R. (Ed.). *Global woman: nannies, maids and sex workers in the new economy*. London: Granta, 2002.

HONDAGNEU-SOTELO, P. *Doméstica: immigrant workers cleaning and caring in the shadows of affluence*. Berkeley: University of California Press, 2001.

FRAISSE, G. *Femmes toutes mains: essai sur le service domestique*. Paris: Seuil, 1979.

GAULÉJAC, V. *Les sources de la honte*. Paris : Desclée de Brouwer, 1996.

JEFFERSON, G.; LEE, J. The rejection of advice. *Journal of Pragmatics*, [S.l.], v. 5, p. 399-422, 1981.

JOSEPH, I. *Erving Goffman et la microsociologie*. Paris: PUF, 1998.

MARTIN-FUGIER, A. *La place des bonnes: la domesticité féminine à Paris en 1900*. Paris: Grasset, 1979.

MARTINS, S. P. *Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros*. São Paulo: Atlas, 2001.

PALMER, P. *Domesticity and dirt: housewives and domestic servants in the United States, 1920-1945*. Philadelphia: Temple University Press, 1989.

PÉLISSE, J. A-t-on conscience du droit? *Genèses*, Paris, v. 59, p. 114-130, juin. 2005.

SAINSAULIEU, R. *L'identité au travail*. Paris: Presses de la FNSP, 1996.

SIBLOT, Y. Stigmatisation et intégration sociale au guichet d'une institution familiale: ce bureau de poste d'un quartier populaire. *Sociétés Contemporaines*, [S.l.], n. 47, p. 79-99, 2002.

SUPIOT, A. La fonction anthropologique du droit. *Esprit*, [S.l.], p. 151-173, fév. 2001.

VASSELIN, K. Faire le ménage: de la condition domestique à la revendication d'une professionnalité. In: PIOTET F. (Ed.). *La révolution des métiers*. Paris: PUF, 2002. (Le lien social). p. 77-98.

VIDAL, D. *Les bonnes de Rio*: emploi domestique et société démocratique au Brésil. Lille: Presses du Septentrion, 2007. (Le regard sociologique)

# O DIREITO AO LUGAR: UMA TRAJETÓRIA DOS PROCESSOS DE MOBILIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DAS ARENAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ (BA)

---

*Patrícia de Araújo Brandão Couto<sup>1</sup>*

## **1 Do que pretendemos tratar**

O município de Itacaré, situado no litoral sul do estado da Bahia, possui atualmente 20 mil habitantes dos quais 8 mil estão concentrados na área urbana. Antigo porto de comércio de cacau, a cidade vive hoje do turismo. De acordo com o Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Município, até o mês de março de 2006, 142 entidades associativas foram registradas no cartório local. Tamaña expressividade numérica gera de imediato exclamações – e se estabelecida uma comparação entre seu índice populacional e associativo –, curiosidades e indagações quanto aos usos e representações desta forma de participação da sociedade civil.

Este artigo tem por objetivo apresentar uma análise sintética dos acontecimentos centrais, motivações e “experiências”<sup>2</sup> que permitiram

<sup>1</sup> Mestre e doutora em Antropologia (PPGA/UFF). Pesquisadora do LEMETRO/UFRJ.

<sup>2</sup> Segundo Víctor Turner, W. Dilthey, assim como J. Dewey, estabelecem uma mesma distinção entre o que consideram como *mera experiência* e *uma experiência*. A *mera experiência* adquire sua forma por meio da consciência como uma experiência individual no tempo fluido. A segunda, na qual estamos particularmente interessados, refere-se a uma articulação

a configuração associativa atual do referido município. Nessa perspectiva, tomo como referência as principais situações sociais<sup>3</sup> que propiciaram os diferentes tipos de associativismo encontrados nesta localidade, a saber: um conflito fundiário emblemático que teve seu início nos anos 1980, questões ambientais emergentes no final desta mesma década e o turismo, que na década de 1990 surge para ressignificar a história municipal.

Os dados etnográficos, histórias e memórias que serão apresentados, foram coletados durante minha pesquisa de campo, entre 2002 e 2006 para a elaboração da tese “O direito ao lugar: situações processuais de conflito na reconfiguração social e territorial do município de Itacaré, BA”.<sup>4</sup> Para que se entenda o contexto analisado, faz-se necessário uma breve introdução à história do lugar.

## **2 Um pouco do passado para compreender o presente**

Os habitantes de Itacaré costumam dividir a história do município em duas fases: antes e depois da construção da Estrada Parque Itacaré-Serra Grande que ocorreu entre 1996 e 1998. Antes, embora relativamente isolado devido à dificuldade de acesso terrestre, o município destacou-se economicamente como importante produtor de cacau, que escoava toda a produção<sup>5</sup> do sul do estado da Bahia através de seu porto natural, situado na foz do Rio de Contas, na qual se desenvolveu a cidade de Itacaré, atual sede do município. Sua relevância portuária para o escoamento do produto, deu-se principalmente entre o final do século XIX e o início da década de 1920, quando perdeu sua importância regional, devido à construção do porto de Ilhéus (1924-1925). Até o final da década de 1960, o porto de Itacaré continuou a escoar a produção municipal e a embarcar

---

intersubjetiva da experiência, com começo e fim, porém transformada em expressão. Assim, pode ser definida como aquela que tem um processo estrutural, ou uma sequência temporal, constituída por intermédio de distintos estágios, onde cada um envolve um grande repertório de pensamentos, desejos, sentimentos e ações que se interpenetram em muitos níveis. Veja-se Turner (1986, p. 3).

<sup>3</sup> Gluckman (1987).

<sup>4</sup> Defendida em março de 2007, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

<sup>5</sup> Segundo Falcon (1195), a cultura do cacau no sul da Bahia se desenvolveu em três ciclos: 1746/1820 – plantio e desbravamento da região seguindo-se à estagnação sem consequências 1820/1895 – reinício do plantio com as primeiras exportações chegando a atingir 100 mil sacos; 1895/1930 – afirmação do cacau como base econômica da região sul do estado.



os passageiros que rumavam para Salvador, quando foi desativado devido ao assoreamento crescente do Rio de Contas.

Seus segmentos sociais originais constituíam-se de pescadores, ribeirinhos, pequenos produtores voltados para a agricultura de subsistência e grandes proprietários rurais, vinculados à economia cacaueteira, que vieram a falir na década de 1980 devido à queda do produto no mercado internacional e à subsequente incidência da Vassoura de Bruxa, uma praga que varreu as plantações de cacau da região. A partir de então, o município entrou em franca decadência, acentuada por seu difícil acesso e conseqüente isolamento.

A chamada “crise do cacau” não afetou somente o município, mas todo o sul da Bahia. Os baixos preços ditados pelo mercado e a ausência de um fruto saudável provocaram o endividamento dos fazendeiros e o desemprego de grande parte dos trabalhadores rurais. A busca por atividades econômicas alternativas estimulou a já expressiva extração de madeira da mata atlântica regional e a expansão da pecuária. O alto índice de desemprego<sup>6</sup> desencadeou simultaneamente um grande êxodo rural e o significativo aumento de reivindicações por Reforma Agrária.

Dentre as estratégias governamentais para reordenar a economia do estado, foi criado no ano de 1991 o Plano de Desenvolvimento do Turismo da Bahia – com a finalidade de reposicionar a indústria turística estadual no *ranking* nacional. Esse planejamento elaborou uma série de metas e redesenhou a geografia turística do estado dividindo-o em sete áreas tomando como base futura e comum de sustentação para os distintos eixos de desenvolvimento a estratégia política de proteção ambiental vinculada ao turismo ecológico.<sup>7</sup> Como resultante deste planejamento, em 1993, o Decreto 2.186, criou no município de Itacaré, polo de uma das sete áreas – a “Costa do Cacau”, Área de Proteção Ambiental Itacaré/Serra Grande<sup>8</sup> – cujo intuito era “preservar as paisagens e belezas cênicas remanescentes de mata atlântica, além de incentivar o desenvolvimento sustentável de seus recursos naturais através do turismo”.<sup>9</sup>

<sup>6</sup> De acordo com Demeter (1996), 200 mil trabalhadores rurais desta área ficaram desempregados no período citado.

<sup>7</sup> Gaudenzi (2004).

<sup>8</sup> Várias outras unidades de Conservação foram criadas no Estado da Bahia neste período.

<sup>9</sup> Veja-se no *site* <[www.itacare.com.br/itacare/apa/guia.php](http://www.itacare.com.br/itacare/apa/guia.php)>.

Com a criação do Prodetur NE I (Plano de Desenvolvimento do Turismo dos Estados do Nordeste) no ano de 1994, o estado da Bahia conseguiu financiamento para seus projetos turísticos junto ao BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento – e, em 1996, foi iniciada a pavimentação da “Estrada Parque Ilhéus-Itacaré”.<sup>10</sup> Em 1997, começou a ser implementado o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Itacaré-Serra Grande, que visava definir o zoneamento,<sup>11</sup> a utilização da área e os novos postulados ambientais a serem seguidos. O estabelecimento de restrições ao uso e à ocupação da região gerou uma série de conflitos entre a “população tradicional”<sup>12</sup> local, os novos moradores atraídos pela possível expansão da economia turística e aqueles que determinavam os instrumentos de controle ambiental. Para ampliar a complexidade do quadro, a estrada – concluída em 1998 – e o turismo surgem como fatores irreversíveis de mudança.

Implementada com finalidades *a priori* econômicas, a estrada rapidamente atingiu seu objetivo, pois se antes Itacaré era frequentada somente por veranistas baianos, viajantes alternativos e surfistas em busca de paraísos naturais e ondas perfeitas que enfrentavam as difíceis condições de acesso terrestre para usufruir das belas paisagens do município, a partir de então, esta localidade tornou-se acessível nacional e internacionalmente. A facilidade de acesso, além de possibilitar a presença de fluxos populacionais sazonais, acarretou uma onda migratória em direção à região, tanto por parte das populações circunvizinhas em busca de novas oportunidades econômicas, quanto por parte de pequenos empresários e grandes especuladores imobiliários vindos da região sudeste, posteriormente seguidos pelo empresariado internacional. Além disso, três assentamentos rurais foram efetivados na região entre meados da década de 1980 e início da década de 1990.

Como podemos observar, tratava-se de uma configuração social, econômica, ambiental e espacial bem mais complexa se comparada ao período anterior à construção da estrada, quando o município se encontrava em relativo isolamento. Nas palavras de Vogel e Mello,<sup>13</sup> isto é o que poderíamos denominar como uma “mudança social

<sup>10</sup> A nova estrada recebeu esse nome porque foi a primeira rodovia brasileira a contar com monitoramento ambiental em toda a sua fase de obras.

<sup>11</sup> De acordo com este Plano de Manejo (1998), a APA Itacaré Serra Grande ficou dividida em 17 Zonas com diretrizes e planejamento.

<sup>12</sup> Little (2002).

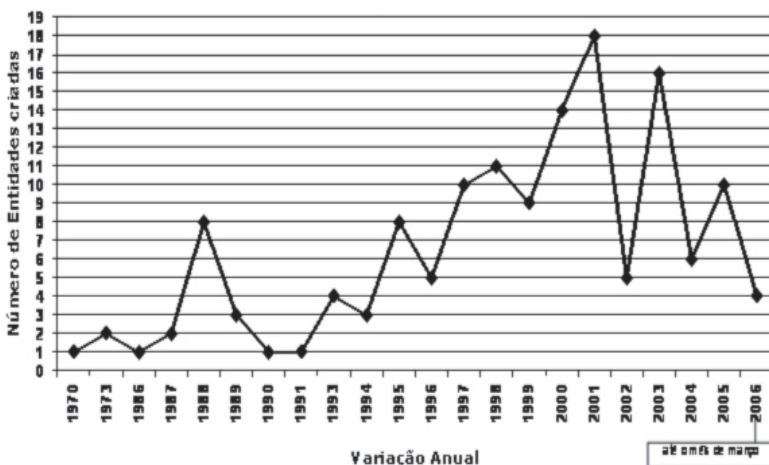
<sup>13</sup> Vogel; Mello (1989, p. 3-25).

dirigida”, ou seja, mudanças provenientes de políticas públicas ou ações de caráter governamental, por vezes vinculadas a intervenções internacionais, que pretendem multiplicar determinados padrões de desenvolvimento, fundamentados em princípios transculturais de uma “racionalidade neutra” sem, no entanto, levar em conta as configurações culturais locais.

### 3 Entendendo a ordem dos acontecimentos locais

Ao observarmos o gráfico apresentado, constatamos que o associativismo local tem como marco inicial o ano de 1970.<sup>14</sup> Naquela década, somente três entidades associativas são fundadas (até 1973), para, posteriormente, estabelecer-se um grande hiato temporal até 1986. A partir de então, num crescente, serão registradas 14 entidades associativas até o final da década de 1980, 52 na década de 1990, e de 2000 em diante 73 entidades, até a última checagem realizada em março de 2006. Tais entidades associativas iriam se perfilar de diferentes formas ao longo das referidas décadas, gerando tipos de associativismo distintos.

*Gráfico*



Constam dos registros da década de 1970, a fundação do “Clube de Mães Dr. José da Cruz”, a “Associação de Proteção à Maternidade e à

<sup>14</sup> Esta pesquisa foi estruturada a partir dos registros das entidades associativas encontradas no cartório local.

Infância” e a Colônia de Pescadores Z18. As duas primeiras entidades associativas estão diretamente vinculadas, pois foram criadas por um grupo de senhoras pertencentes à chamada “elite do lugar”, que se reuniram com o propósito de encontrar soluções possíveis para as questões emergenciais de saúde no município. Num trabalho consecutivo ambas atingiram seus objetivos, angariando fundos junto aos grandes produtores de cacau da região para a construção da primeira maternidade de Itacaré, que durante um longo período foi o único centro de atendimento na área de saúde no município. A Z18, por sua vez, constituiu-se como uma colônia de pescadores artesanais, importante segmento da população tradicional local, embora sua criação, segundo a narrativa dos próprios pescadores, seja decorrente de um decreto governamental.

Essas entidades associativas fundadas na década de 1970 são, portanto, decorrentes de ações verticalizadas: as duas primeiras apontam para uma mobilização setorializada do segmento social dominante da sociedade civil local, que se une com o propósito de adquirir recursos para estruturar um bem público, vital para a localidade como um todo, ao passo que a fundação da Colônia Z18, não indica a mobilização dos pescadores para sua criação e nos remete à implementação de projetos da política federal.<sup>15</sup> Essas associações têm fins direcionados para questões específicas, circunscritas a um determinado raio de ação que não provocam novos desdobramentos e mobilizações. Como estamos tratando de um período de grande repressão política – a ditadura que se instalou no país entre os anos 1964 e 1985 – não podemos esquecer a dificuldade de articulação política da sociedade civil quando a questão girava em torno de interesses públicos ou comuns.<sup>16</sup>

A partir de 1986, o país entra em franco processo de redemocratização, estabelecendo um marco divisório de mudança no que se refere

<sup>15</sup> Sobre a atividade pesqueira e sua relação com as políticas públicas ver Mello; Vogel (2004); Silva (1998).

<sup>16</sup> As observações de Tocqueville quanto às situações que possibilitam a articulação da sociedade civil parecem bastante pertinentes para o referido contexto: “Quando os cidadãos só se podem associar em certos casos, encaram a associação como um processo raro e singular e quase não se deixam pensar nela”, uma vez que é difícil distinguir aquilo que é proibido daquilo que é permitido. Assim, “[...] na dúvida abstém-se de todas e se estabelece uma espécie de opinião pública que tende a fazer considerar uma associação qualquer como uma empresa ousada e quase ilícita” pois, temem pagar caro por ela. Penso que as observações de Tocqueville (1998, p. 398), podem ser úteis para nos ajudar a pensar o Brasil dos anos de 1970 e princípio dos anos de 1980.

à possibilidade de participação da sociedade civil junto ao Estado. É claro que esta mudança global na macroesfera nacional incide, mesmo que indiretamente, nas microesferas locais, pois o que está em pauta é o processo de reorganização política do país. Trata-se de um fato histórico, cuja “ordem de grandeza cívica”<sup>17</sup> redimensiona atitudes, comportamentos e procedimentos em todas as direções. Sem perdermos a dimensão desta “ordem de grandeza” que interage com os menores contextos da realidade nacional, interessa-nos fechar o foco para iluminar os pequenos acontecimentos do município de Itacaré no início dos anos 1980 e entender os motivos particulares de sua ascendência associativa.

#### **4 Anos 1980: novos atores e novas questões sociais**

Embora relativamente isolada, devido ao difícil acesso terrestre, Itacaré já se habituara a receber como veranistas, “gente rica” de Vitória da Conquista, Jequié, Itabuna e imediações, que nos períodos áureos do cacau, durante a alta estação, ocupavam seus grandes casarões, estarrecendo a pequenina cidade com hábitos refinados e caros.

Mas nem só os veranistas conheciam Itacaré. À procura de ondas perfeitas, os surfistas começaram a baixar nessas paragens durante a década de 1970. Como ondas, eles iam e vinham atraídos pelas grandes marés das estações chuvosas, desaparecendo na estiagem do fim do inverno. De acordo com os relatos locais, grande parte dos veranistas e surfistas que visitavam a região sazonalmente, permanecem numa condição praticamente marginal no que se refere à interação social com os habitantes do lugar. Com exceção de alguns poucos surfistas que já na década de 1970 fixaram-se na região, foi somente no início da década de 1980 que outros jovens começaram a chegar para ficar. Dessa vez, as idílicas paisagens do lugar atraíram outro tipo de “estrangeiro”<sup>18</sup> disposto a interagir com os moradores: os adeptos da vida alternativa.

A palavra alternativo(a) pode estar orientada para múltiplas direções por servir a um vasto campo semântico, mas, neste caso, nos referimos aos grupos ou indivíduos que por novas combinações das décadas mais recentes, assumiram a condição de herdeiros da “contracultura

<sup>17</sup> Boltanski; Thévenot (1991).

<sup>18</sup> Simmel (1983).

dos anos 1960”. Contra o racionalismo decorrente da tecnocracia, fundamentada na “objetividade científica”,<sup>19</sup> os partidários desse movimento preconizavam “o reencantamento do mundo através da irrupção de irracionalidades temporariamente domesticadas pela modernidade”.<sup>20</sup> Ao contestar os ídolos da modernidade, tinham entre seus propósitos retorno à natureza, valorização do corpo físico através da alimentação “natural”, exploração dos modos de consciência não intelectual, desapego material, arte como forma de transcendência e humanização, transformação do comportamento social e vida em comunidade.<sup>21</sup>

E foi com o propósito de fundar uma comunidade alternativa que alguns desses jovens se instalaram na cidade de Itacaré no início da década de 1980. Ainda que a tão sonhada comunidade alternativa não tenha vingado, a “communitas”,<sup>22</sup> acabaria por se esboçar de um modo completamente inusitado, quero dizer, a partir de um conflito fundiário entre posseiros e proprietários da fazenda Estrela do Mar.<sup>23</sup>

#### **4.1 A contenda e suas consequências**

Em seu longo período de ascendência econômica, a cultura do cacau foi desenvolvida nas grandes propriedades da área interiorana do município. Seu extenso litoral, embora fatiado em propriedades pelas famílias importantes do lugar, por ser considerado desprezível para o cultivo do cacau, ficou aos cuidados ou foi ocupado por pescadores e agricultores da região. Durante os anos 1950, algumas empresas madeireiras adquiriram terras ao longo de suas encostas e passaram a explorar o vasto potencial da Mata Atlântica municipal.

De acordo com sua cadeia sucessiva de posses, só no início dos anos 1970 a fazenda Estrela do Mar teve seus 262 hectares titulados no cartório local que, fronteiros às regiões limítrofes do então pequeno vilarejo de Itacaré, englobavam 5 dos 30km de litoral do município. Entre 1950 e 1960, pertenceu sucessivamente a duas empresas madeireiras que para a atividade extrativista empregaram algumas famílias de pescadores e agricultores que ali também desenvolviam seus cultivos de

<sup>19</sup> Roszak (1972).

<sup>20</sup> Albuquerque (2001, p. 4).

<sup>21</sup> *Ibidem*.

<sup>22</sup> Turner (1974).

<sup>23</sup> Nome fictício.

subsistência. Finda a exploração da madeira, os ditos proprietários não utilizaram as terras para qualquer outra atividade deixando a extensa área em relativo abandono. Em meados de 1960, a fazenda é vendida e registrada por seus novos proprietários no início dos anos 1970. Após sua titulação é revendida para uma empresa turística e imobiliária da cidade de São Salvador que pretende desenvolver na extensa área um projeto de loteamento e empreendimento turístico.

Sem qualquer notificação sobre as transações comerciais realizadas, as famílias anteriormente empregadas na atividade extrativista permanecem nas terras da fazenda, mantendo suas residências e plantações. Não têm qualquer contato com os proprietários que, por sua vez, só reivindicarão a propriedade das terras em meados dos anos 1980, quando passam a exigir que as famílias residentes se retirem da área. Por não reconhecerem a legitimidade das posses e direitos fundiários dos trabalhadores rurais e pescadores residentes na fazenda – que em muitos casos já excediam o prazo legal para usucapião<sup>24</sup> – os proprietários se recusam a indenizá-los. Este procedimento inaugura um “drama social”,<sup>25</sup> expressivo da clivagem de interesses decorrentes de uma infração moral e consuetudinária para os posseiros, e legal, no sentido do direito positivo – para os proprietários.

A história dessa fazenda poderia terminar como muitas outras que se entrelaçam à problemática estrutura fundiária do país, com a vitória daqueles que se intitulam proprietários e a derrota dos posseiros que por gerações ocuparam de fato a área. Todavia, o autoritarismo explícito nas sucessivas ações coercitivas dos proprietários, desperta a indignação dos novos moradores – para lembrar, alguns surfistas e alternativos –, recentemente aportados no idílico lugarejo, que numa ação coordenada se organizarão em solidariedade aos posseiros dessa fazenda.

Segundo os relatos dos colaboradores desta pesquisa, em princípio o pequeno grupo, num gesto solidário e espontâneo, ocupa desordenadamente as terras inativas da fazenda como forma de se agregar e ampliar o número de posseiros ali fixados. Como também são rechaçados pelos empregados dos proprietários partem para a elaboração de estratégias mais eficazes e iniciam uma investigação no cartório local

<sup>24</sup> De acordo com o Código Civil Brasileiro o direito de usucapião é pertinente àqueles que ultrapassarem 10 anos de posse presente e 15 anos de posse aos ausentes. (NEGRÃO; GOUVEIA, 2006, p. 271-275)

<sup>25</sup> Turner (1982).

sobre a legalidade das terras tituladas no município. Neste inventário, descobrem uma série de fraudes na titulação de algumas propriedades, seja porque fossem terras devolutas, seja porque seus títulos haviam caducado e seus proprietários se encontrassem em situação deficitária junto ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA).

Munidos de informações cartoriais precisas, os novos moradores incentivam os antigos posseiros da fazenda Estrela do Mar a permanecerem na área em que também irão se fixar, formando pequenos núcleos de resistência. Além disso, ao disponibilizarem as informações vasculhadas e fomentarem um processo concomitante de ocupação de terras improdutivas do município, encontram novos aliados para a questão fundiária local: os trabalhadores rurais demitidos das fazendas de cacau de regiões vizinhas, que desde o início dos anos 1980 chegam à região em busca de terra e trabalho. Trabalhadores rurais, surfistas, alternativos e posseiros locais ao estabelecem esta curiosa aliança por um interesse comum, irão formar um tipo de público<sup>26</sup> heterogêneo que posteriormente se desdobrará em vários públicos, mas que inicialmente unidos darão vida e forma às “ações coletivas” que acontecerão no município.

Os embates entre posseiros e proprietários da fazenda Estrela do Mar se tornam acirrados. Outros habitantes, não diretamente vinculados ao conflito e que inicialmente condenavam a rebeldia dos “estrangeiros alternativos”, começam, então, a perceber a gravidade da situação, posto que a área pleiteada pelos proprietários – também não pertencentes à localidade – é demasiado extensa: avança sobre os limites da cidade impedindo quase por completo sua possibilidade de expansão. Este motivo, adicionado às intimidações constantemente sofridas pelos posseiros e presenciadas pelos moradores, faz com que o conflito, ao se tornar público, ganhe novos adeptos para a causa.

Com o propósito de dar visibilidade ao conflito até então regulado pelas oligarquias locais, em 1986 os novos aliados conseguem apoio na câmara municipal para criarem a Fundação para Desenvolvimento da Criança (FUNDESC). Ao contrário do que seu nome possa sugerir, esta fundação tinha o propósito de ser uma espécie de “instituição guarda-chuva” que articulasse estratégias para viabilizar a resistên-

<sup>26</sup> De acordo com a concepção de John Dewey, 1991, p. 137, o público se constitui a partir de “[...] um corpo de pessoas que possuem um interesse comum nas consequências das transações sociais. Existem muitos públicos, públicos muito dispersos e difusos e também intrincados em sua composição[...]”.



cia dos posseiros da fazenda Estrela do Mar. Como a fundação está institucionalmente legitimada perante o poder público do município, ela pode assumir publicamente projetos, congregar os diferentes interesses e divulgá-los, bem como denunciar os atos ilícitos de caráter municipal junto às instituições estaduais, promovendo inclusive a visibilidade dos conflitos locais.

Dentre os principais projetos elaborados pela FUNDESC para legitimar a posse dos antigos e novos posseiros da área disputada, destacam-se: a ideia da criação de um “bairro alternativo” e um “Cinturão Verde de Abastecimento” para a cidade, onde ficava previsto a divisão em lotes de 5ha para cada família residente na área comunitária. Para “publicizarem”<sup>27</sup> o problema nos canais midiáticos exteriores ao município, realizam a I Semana de Proteção Ambiental de Itacaré, que terá grande repercussão. Inédito na história do município e convergente com o debate ambiental então emergente no país, este evento se torna um marco na formação do espaço público local. Por intermédio de debates, shows e demais atividades organizadas, possibilita uma reflexão sobre o futuro do lugar, ao fomentar discussões em torno de seu conflito central que polariza a população tradicional local e um projeto turístico para a localidade. T tamanha mobilização em torno de “sentimentos coletivos de injustiça”<sup>28</sup> conquista a adesão de gente de fora, ou seja, de novos atores sociais que, ao participarem da realização do evento, se solidarizam com a causa e passam a contribuir com o insurgente movimento de resistência.

Determinadas “situações sociais” podem provocar crises de tal modo profundas que criam uma cisão simbólica entre o antes e o depois: seus significados possibilitam vir à tona a consciência coletiva, que se manifesta por meio da elaboração de um “vocabulário de motivos”<sup>29</sup> que permite o estabelecimento de novas convenções sociais. Em tais crises, os indivíduos podem, mediante experiências singulares, virem a assumir suas capacidades pessoais enquanto formadores de um corpo político e transgredirem os códigos impostos, já estruturados como valores dominantes. Nesse sentido, veremos surgir na pequena cidade de Itacaré um “espaço público”, antes praticamente inexistente, silencioso ou amorfo, no qual diversas “arenas públicas”<sup>30</sup> se organizam

<sup>27</sup> Cefai; Pasquier (2003).

<sup>28</sup> Honneth (2003, p 261).

<sup>29</sup> Mills (1940).

<sup>30</sup> Daniel Cefai (2003, p. 60-62) define uma arena pública como “[...] um *patchwork* de maneiras

a partir de ações coletivas para administrar a indignação, a revolta, o abandono e o esquecimento, detonados por uma situação específica.

## 4.2 A produção de um mundo potencialmente cívico

Em *De la Justification*,<sup>31</sup> Luc Boltanski e Laurent Thevenot se propõem a elaborar um quadro analítico dos modos de justificação que podem ser identificados nas situações que desencadeiam sentimentos de injustiça entre atores sociais que apresentam exigências morais distintas. Em torno dessas exigências se constroem comportamentos e argumentos que variam conforme o “princípio superior comum” dos atores envolvidos e que só aparecem pragmaticamente nos processos de interação relativos às situações de confronto. Interessa-nos, em particular, três formas de justificação identificadas pelos referidos autores porque entendemos que traduzem a equação sociopolítica que começa a ser produzida no município de Itacaré naquele momento. Referimo-nos aos princípios superiores comuns do “mundo doméstico, mundo da inspiração e mundo cívico”.

No “mundo doméstico” regem os princípios de subordinação às cadeias hierárquicas de dependências pessoais, onde os sujeitos são qualificados segundo a rede de relações que possuem. Esse mundo pode ser considerado como análogo aos códigos impostos pelas oligarquias do município que se mantém inquestionáveis em seus postos até o surgimento desse drama social. Já o “mundo da inspiração” é regido por princípios superiores que desprezam as situações formais e o mundo doméstico da tradição. Pouco estável, privilegia a singularidade adquirida por meio das experiências como ações transformadoras. O caminho é inventado porque segui-lo é encontrar a própria voz. Não seria demasiado situarmos os jovens alternativos que ancoraram seus barcos existenciais na idílica Itacaré dos anos 1980 no “mundo da inspiração”.

Todavia tais mundos não existem de forma isolada. Só adquirem potência concreta nos processos de confronto. A crise detonada pelo conflito da fazenda Estrela do Mar veio a modificar por completo a relação entre “estrangeiros alternativos” aqui identificados como “inspirados” e posseiros, compreendidos como “domésticos de pequena grandeza” na

---

de julgar, de crer e de existir que se expressam através de experimentações engajadas em torno da coisa pública”.

<sup>31</sup> Boltanski; Thévenot (1991, p. 201-238).

escala hierárquica do mundo doméstico municipal. Poderíamos, então, pensar numa espécie de equação, na qual as tensões no campo de forças entre o “mundo doméstico” e o “mundo da inspiração” produziram como resultado princípios superiores comuns de um “mundo cívico”.

Em oposição à singularidade buscada pelo mundo da inspiração, o mundo cívico privilegia como princípio superior comum as aspirações coletivas em detrimento das aspirações individuais, valoriza a legalidade e os laços de dependência do mundo doméstico são desprezados. Suprimir as particularidades e estabelecer a vontade geral faz parte de sua ordem de grandeza. A democracia é sua forma genuína de expressão política, uma vez que a manifestação da vontade geral constitui o modelo de disputa do mundo cívico.

Na situação referida, constatamos que o acolhimento às causas coletivas em detrimento das buscas pessoais, as ações que em princípio deram um toque de anarquia à constituição desse processo de mobilização, às sucessivas formas de desrespeito por parte dos proprietários em relação aos posseiros, aliado à ausência de um poder público que mediasse a crise, levaram a extensa rede social que se articulou em torno da causa, a se organizar potencialmente segundo os princípios do mundo cívico. Em outras palavras, o coletivo ganha novo sentido político e a aspiração comum começa a se concretizar no espaço público por meio das mobilizações coletivas.

### *Frente ampla pede passagem*

De 1986 em diante, as estratégias de ações coletivas da sociedade civil municipal se articulam num movimento crescente com os atores do movimento percebem que, para tornar legítimas suas reivindicações, precisam se organizar publicamente e ganhar espaço no terreno político local até então dominado pelas oligarquias do cacau. Assim, entre 1987 e 1989, 13 entidades associativas são criadas por diferentes segmentos sociais com o propósito de organizar seus interesses. Sem perder de vista a causa que lhes une as diferentes frentes de atuação – organizadas pela aliança estruturada a partir do conflito da fazenda Estrela do Mar – vão-se articulando em rede e ganhando o apoio dos segmentos populares para um projeto comum: a eleição do prefeito Edmundo.<sup>32</sup>

<sup>32</sup> Nome fictício.

Trata-se da escolha, pela população, de um chefe político que em vários momentos anteriores à eleição de 1987 teve um importante papel na mediação desse conflito, enquanto advogado dos posseiros da fazenda Estrela do Mar. A eleição de Edmundo foi um marco diferencial na história política do município, que sempre fora comandado pelos médicos e advogados das “tradicionais” famílias locais. Já na condição de prefeito agilizou algumas questões essenciais da contenda a exemplo da emissão de alvarás para barraqueiros de praia que haviam ocupado uma área litorânea situada nas imediações da cidade e pleiteada pelos proprietários da fazenda.

Porém, a grande vitória do novo poder público instituído foi a criação do bairro da Pituba, nome pelo qual ficou conhecido o “bairro alternativo”, situado numa área de conflito contígua à cidade. A consolidação do “bairro alternativo de perfil popular”, se deu por um acordo entre o prefeito e os posseiros, que abriram mão de parte de suas terras, desde que os terrenos demarcados fossem distribuídos entre a parcela desprivilegiada da população. Em contrapartida, a prefeitura forneceria os alvarás e os tijolos para a construção das casas. A ação foi realizada e concretizou-se a situação do novo bairro que quase 20 anos depois ainda guarda em seu perfil a miscigenação original entre pescadores, surfistas, alternativos e antigos agricultores.

Os dois anos de gestão do prefeito Edmundo foram bastante expressivos da vontade política que entusiasticamente crescia em sintonia com os acordes de redemocratização do país. Em pouco tempo de atuação, diferentes segmentos da população ganharam espaço e reconhecimento perante o poder público recentemente instituído, que, por sua vez, procurou viabilizar os diferentes interesses comuns. Em termos concretos constatamos: foi nesse período que se criou o maior número de entidades associativas voltadas para a promoção do bem público.<sup>33</sup>

<sup>33</sup> Para se ter uma ideia foi criada uma feira semanal com o propósito de se reunir e comercializar a produção dos pequenos produtores do município; a Comissão Interinstitucional de Saúde, para atender as áreas mais distantes e carentes da região; uma secretaria de Reforma Agrária, para inventariar e redistribuir as terras improdutivas do município; os sindicatos dos trabalhadores rurais e dos professores foram reativados; projetos vinculados à expansão urbana estimularam a criação de associações de moradores com o propósito de reconhecer e ordenar o crescimento da cidade de Itacaré e instituiu-se uma Cooperativa de Pesca com o intuito de organizar essa atividade no município.

Entretanto, se a consolidação de diversos projetos enaltecia o reconhecimento da cidadania e da força política das camadas desprivilegiadas, tais ações começaram a incomodar profundamente a oligarquia local, preocupada com as consequências do exercício democrático propiciado pela aliança entre posseiros, alternativos e um político progressista reconhecido publicamente como chefe local. Os obstáculos começaram a aparecer e artimanhas políticas foram engendradas para estancar o movimento cívico que se alastrava pelo município. O golpe certo foi a cassação de Edmundo, destituído do cargo de prefeito no final de 1989.

### **5 Movimento ecológico boto negro: uma nova moldura para as lutas políticas municipais**

Os anos 1990 começaram de forma conturbada na pequena localidade de Itacaré no qual parte da população assistia decepcionada ao processo de cassação do prefeito, responsabilizado por fraudes nas contas públicas. Consequentemente, o processo de diluição da força política opositora à oligarquia local abriu novas brechas para novas represálias às vitórias anteriormente alcançadas pelos posseiros que, à época, estavam em pleno processo de consolidação da ocupação do bairro alternativo da Pituba. Como não podiam destruir as casas de alvenaria já construídas, os empregados da fazenda, em esporádicas investidas, surpreendiam as famílias de posseiros, tratando de dar cabo das casas de taipa e plantações, cujas evidências da condição de posse eram menos sensíveis à prova jurídica.

Atordoados com o enfraquecimento do movimento – que além de tudo ficou fragilizado com a partida de um dos principais mentores da FUNDESC –, alguns posseiros, sentindo-se acuados, começavam a desistir do enfrentamento, pois, muito embora a criação do bairro representasse uma grande vitória, para muitas famílias a luta pela posse das terras estava longe de encontrar solução jurídica.<sup>34</sup> Diante do quadro observado era preciso que novas lideranças se organizassem, sendo assumidas por outros atores que também protagonizaram as ações coletivas anteriores.

---

<sup>34</sup> Desde 1986 uma ação coletiva estava sendo movida pelos posseiros contra os proprietários da fazenda.

Foi mantida, assim, a lógica da legitimidade das representações associativas enfatizada pela Constituição de 1988, e efetivada durante os dois anos de gestão do prefeito Edmundo. Como a Associação dos Moradores do Bairro da Pituba teve seu registro negado no cartório da cidade, que se recusava a reconhecer a legitimidade da ocupação, era preciso outra moldura que reunisse os principais interesses e buscasse novas estratégias de aglutinação e mobilização. Foi por esse motivo, que o Movimento Ecológico de Resistência Boto Negro, registrado no ano de 1990 como Movimento Ecológico Boto Negro – por exigência do cartório que se recusou a incluir o termo resistência – saiu de sua condição existencial periférica para reunir em sua bandeira ambiental, diversos interesses comuns e assumir a posição de protagonista das ações coletivas municipais.

Esse movimento iniciou sua atuação em abril de 1987 e teve como fato fundador um desastre ambiental de grandes proporções ocorrido na praia do Piracanga, situada na área norte do município. Nessa ocasião, durante uma semana, centenas de cetáceos, posteriormente identificados como Botos Negros, numa espécie de suicídio coletivo – conforme o interpretado pela população – dirigiam-se à praia para morrer. Consternada, a população se mobilizou para ajudar os pescadores, que tentaram interferir no obstinado “suicídio dos cetáceos”, devolvendo-os ao mar exaustivamente, no entanto, foi inútil a tentativa diante da morte anunciada. A longa duração do fenômeno despertou o interesse de *experts* que se dirigiram ao local para tentar identificar a causa *mortis* dos cetáceos enquanto a mídia tratou de divulgá-lo, transformando-o num acontecimento nacional. Findo o desastre, restou à população a consternação e a perplexidade de um fenômeno inquietante jamais visto na localidade. A partir dessa experiência comum do mundo sensível, o referido acontecimento é percebido como um “sinal de alerta” pelos membros do futuro grupo, que encarnam o luto dos botos, transformando-os em totem de um movimento de resistência.<sup>35</sup>

<sup>35</sup> Segundo Chateauraynaud e Torny (1999, p. 9-38), situações de risco ou anúncios de perigos eminentes, para além de mobilizarem técnicos, *experts* e dispositivos de controle do Estado, têm a capacidade de produzir reflexão e atitude em qualquer dos atores envolvidos e inseridos no tecido social ordinário. Qualquer pessoa que presencie uma catástrofe ou fenômeno inquietante, mesmo que não necessariamente equipada para qualificá-lo, têm suas “percepções sensoriais acionadas” posto que as sensações funcionam como o primeiro “sinal de alarme” para o devir.

Se seus membros, com ideários alternativos, já estavam envolvidos nos conflitos fundiários locais, esse novo fator é incorporado como aprendizado e os mobiliza como “lançadores de alerta”, uma vez que a “vigilância ambiental” é adicionada ao repertório do núcleo que se formara em torno do drama social da fazenda Estrela do Mar. Conforme observaremos no curso dos acontecimentos, no que concerne às questões ambientais, será a “lógica da vigilância” que irá orientar as ações do grupo produzindo alertas derivados. Isso, independentemente das denúncias relativas ao conflito fundiário que os une.<sup>36</sup>

Os interesses do Boto Negro já tinham uma correlação direta com as ações de caráter ambiental promovidas pela FUNDESC, a exemplo da I Semana Ambiental de Itacaré e o projeto do Cinturão Verde. A diferença é que, se numa primeira etapa de mobilização é a FUNDESC que assume a responsabilidade pelas ações coletivas porque se institui de modo formal e público, nesse segundo momento, será o Boto Negro que tentará ser um perfil menos informal, ao se reestruturar com estatuto e registro, no intuito de fazer valer suas reivindicações públicas.

Todavia é na informalidade de sua organização interna que, a partir do início da década de 1990, o Boto Negro assume a condição de vigilante dos problemas públicos locais. Entre as principais bandeiras defendidas por seus integrantes, podemos identificar: a segurança e a integridade do bairro alternativo; o reconhecimento das áreas de mata atlântica do município e a vigilância ambiental da região; o incentivo à criação de novas entidades associativas que reforcem a representação e participação da sociedade civil local; o desenvolvimento de projetos de educação ambiental junto à rede escolar do município; a elaboração de um projeto de desenvolvimento sustentável para o município que incluía a romântica alternativa do então denominado turismo ecológico; a luta pela aprovação do projeto do Parque Ecológico Mata Atlântica<sup>37</sup> e a ampliação dos contatos externos com a rede ambientalista do Estado, fosse por seus interesses ecológicos ou por seu repertório principal, quero dizer, funcionar como dispositivo de denúncia do “drama social” intermitentemente vivido pelos posseiros da fazenda Estrela do Mar.

<sup>36</sup> Chateauraynaud; Torny (1999, p. 9-38).

<sup>37</sup> Este último era uma releitura do antigo projeto do Cinturão Verde, no qual os posseiros da fazenda Estrela do Mar permaneceriam no parque como moradores, desenvolvendo culturas menos agressivas e compatíveis com a ideia de desenvolvimento sustentável.

Esses problemas públicos são então denunciados,<sup>38</sup> constituindo um jogo de denúncias e contra denúncias entre posseiros e proprietários junto à mídia regional e estadual, para o qual, aos poucos, os ambientalistas conseguem atrair o interesse de artistas, políticos e instituições de peso, como foi o caso da CUT,<sup>39</sup> da FASE<sup>40</sup> e da Pastoral da Terra. Em 1993, essas três entidades passam a funcionar como canais de auxílio jurídico para os posseiros e institucional para o Movimento Ecológico Boto Negro, que ganha força e projeção regional. Durante um longo período, portanto, é a questão agrária que se configura como repertório principal do grupo e é devido a esta causa que agências atuantes em escala nacional, manifestam interesse e disposição para auxiliá-los na estruturação política do movimento.

Com o passar do tempo, por influência e orientação dos agentes externos o emblema ambientalista, que a princípio é uma questão secundária nas ações do grupo, ganha consistência tanto nas ações coletivas quanto na própria possibilidade de atrair recursos financeiros junto a agências internacionais sensibilizadas pela temática ambiental. Todavia, o Boto Negro ainda tropeça nas próprias contradições: ao mesmo tempo em que é uma espécie de multiprocessador dos diferentes conflitos, recusa-se a assumir uma postura institucional que não condiz com os ideários alternativos do grupo.

Podemos dizer, no entanto, que com sua aura despretenciosa e seu complexo repertório, entre 1987 e 1995, o Movimento teve um papel relevante no sentido de garantir as conquistas passadas por meio da manutenção do espaço público no qual as questões fundiárias, ambientais e o futuro econômico do município funcionaram como um elo de ligação entre os distintos segmentos sociais locais.

### **Sobre nova gestão: conquistas e controvérsias**

A desingularização do Boto Negro só começará a acontecer em meados dos anos 1990, quando uma outra leva de “estrangeiros”, chega à cidade de Itacaré, passando a engrossar as fileiras do movimento – já

<sup>38</sup> Em “*La dénonciation*”, ao estudar as gramáticas que dão conta das variações que afetam os atos de protesto, tanto individuais quanto coletivos, Luc Boltanski (1984, p. 3-5), observa que todo e qualquer denunciador “deve instituir uma crença”, ou seja, a denúncia tem por objetivo dar credibilidade à causa denunciada e recrutar novos partidários para a causa e, para tanto, é preciso diminuir aquele que é considerado responsável pela injustiça cometida.

<sup>39</sup> Central Única dos Trabalhadores.

<sup>40</sup> Federação de Órgão para a Assistência Social e Educacional.



de certo modo consolidado por seus embates no município. Dessa vez, os “estrangeiros” são pessoas de nível universitário, quase todos micro empresários, em busca de qualidade de vida e simpáticos às ideias preconizadas pelo ecoturismo que já então circulava nos grandes centros urbanos do país.

Por ecoturismo, apesar do vasto campo semântico que o define e redefine, podemos compreender um tipo de turismo vinculado a preocupações “de ordem ambiental econômica e social”<sup>41</sup> ou ainda como “uma viagem recreativa responsável”<sup>42</sup> “uma atividade econômica de baixo impacto ambiental”;<sup>43</sup> “uma atividade voltada para a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade”;<sup>44</sup> “uma ação estratégica e educativa”. No entanto, de modo sintético podemos dizer que o ecoturismo que conhecemos hoje é um somatório de uma série de questões que surgem no campo da contracultura dos anos 1960, adquire sua essência nas discussões ecológicas dos movimentos ambientalistas dos anos 1970 e toma sua forma concreta no campo da economia capitalista, que se reapropria dos paradigmas ambientais para transformá-los numa atividade de mercado, ou seja, um produto rentável vinculados ao prazer.

Desse modo, ao renovarem os quadros do movimento, os novos “estrangeiros” em busca de uma vida alternativa, assumirão uma postura diferenciada, tanto em relação ao “vocabulário de motivos” do grupo, que concentrará seu foco nas questões relativas ao meio ambiente e ao turismo, quanto na sua forma de ação, um tanto mais pragmática e adaptada aos formatos institucionais requeridos pelo poder público. Essa disposição para o engajamento institucional, reconfigurou efetivamente a posição do movimento mediante as questões públicas locais e pode ser objetivamente verificado nas situações que descrevo a seguir.

Em outubro de 1996, os boatos e notícias com relação à possível pavimentação da estrada, que ligava a cidade de Itacaré ao município de Ilhéus, deixaram de ser mera hipótese para passar ao campo das reais probabilidades, quando a população de Itacaré foi chamada a participar de uma audiência pública a ser realizada com membros do governo do Estado, do DERBA e do BID. Nessa reunião, o projeto

<sup>41</sup> Western (2002, p. 16-17).

<sup>42</sup> Pires (1998, p. 190-197).

<sup>43</sup> Rodrigues (2003, p. 31).

<sup>44</sup> Furlam (2003, p. 53).

da estrada foi apresentado e discutido os prazos de construção e conclusão previstas para 1998.

Presentes, os membros do Boto Negro questionaram o traçado da estrada porque, segundo as observações dos mesmos, em se tratando de um dos últimos redutos da Mata Atlântica, o cuidado com os mananciais, restingas e florestas, enfim, com a biodiversidade do trajeto, pareciam não priorizados pelas agências responsáveis pela realização do projeto. Observe-se que a nova direção do grupo tinha entre seus integrantes pessoas tecnicamente capacitadas para confrontar os argumentos dos técnicos do projeto com a consistência necessária o para enfrentamento diante das instituições financiadoras.

Mediante a eficácia do questionamento, o grupo foi convidado a participar das reuniões prévias, relativas às discussões técnicas junto ao Instituto de Estudos Sócio Ambientais da Bahia – IESB e ao IBAMA. Durante o andamento das discussões, foi apresentado um estudo técnico do projeto, além de serem convidados a integrar a comissão interinstitucional formada pelo DERBA, as prefeituras dos municípios de Itacaré e Serra Grande, o IESB e os engenheiros das empreiteiras envolvidas na execução do projeto da estrada. Segundo alguns integrantes do Boto Negro, que participaram do grupo interinstitucional, a grande preocupação que os uniu em torno do projeto foi criar o mínimo de impacto possível nessa região da Mata Atlântica, tendo sido inclusive acolhida a ideia de que a estrada adotasse os critérios das estradas-parques, seguindo um modelo internacional – o que levou ao nome da nova rodovia posteriormente batizada como Estrada Parque Ilhéus-Itacaré.

A integração do grupo aos empreendimentos estaduais voltados para a localidade, levou-os a estabelecer novos contatos com as ONGs da rede estadual e a tomar ciência dos projetos de “mudança social dirigida” direcionados para o município, como, por exemplo, o decreto estadual de 1993, que instituiu a Área de Proteção Ambiental Itacaré – Serra Grande e cujo Plano de Manejo estava em pleno processo de negociação no Conselho Estadual de Proteção Ambiental – CEPRAM. Esse fato é bastante relevante, uma vez que a população do município não tinha conhecimento do decreto e tão pouco do Plano de Manejo que estava sendo negociado nos bastidores do poder estadual à revelia de seus interesses.

Informado sobre a real situação ambiental do município, o Boto Negro entra em contato com o órgão estadual a tempo de interferir minimamente no processo de zoneamento da área. Essa intervenção foi crucial porque estavam em jogo os interesses de grandes especuladores, já devidamente articulados com os meandros do poder para que não fossem prejudicados em seus futuros empreendimentos. Nesse momento a atuação do grupo é precisa, uma vez que conseguem alterar algumas cláusulas que, se incluídas, seriam ambientalmente devastadoras para toda área das cobiçadas encostas.

Ao ampliarem e fortalecerem os contatos com a rede de ONGs regionais e principalmente com o poder público estadual, foram convidados pelo IESB para executar o Projeto de Educação Ambiental e Ecoturismo da APA, um projeto do governo estadual que ficara aos cuidados do IESB e que passou a vigorar em 1997. Esse projeto tinha por intuito preparar a população do município para os novos postulados ambientais a serem implementados com a efetivação da Área de Proteção Ambiental, Itacaré – Serra Grande. Para se responsabilizarem pelo projeto, remanejamentos burocráticos foram necessários e por isso, o movimento fez um novo registro, sendo renomeado como Instituto Ambiental Boto Negro, tornando-se desse modo a primeira ONG da localidade.

Tanto a passagem do movimento para o terceiro setor, quanto sua participação efetiva num projeto indiretamente governamental, reconfiguram publicamente sua posição nas relações de poder local. Quero dizer, ao mesmo tempo em que ampliam seu raio de ação e adquirem maior prestígio junto ao poder público municipal, são criticados publicamente por outras entidades associativas constituintes das “arenas públicas” municipais, devido a suas novas posições, uma vez que, dessa perspectiva, deixam de fazer parte da oposição para se integrarem à situação.

As críticas mais veementes partem dos pequenos agricultores e assentados da área rural (antigos aliados), que não aceitam a imposição dos novos postulados ambientais preconizados para a região, divulgados pelos membros do projeto de educação ambiental, que condena as queimadas realizadas para o plantio da mandioca, um cultivo tradicional da população local desde o século XVIII. Tal questão se tornará o motivo de muitas contendas publicizadas nas “arenas públicas” locais, uma vez que pequenos produtores rurais e ambientalistas não mais compartilham dos mesmo propósitos.

Observamos, portanto, que entre 1995 e 1996, o Movimento Ecológico Boto Negro modifica sensivelmente seu perfil ao afastar-se das questões fundiárias. A chegada de novos atores sociais na cidade renova seus quadros de lideranças e seu repertório de ação é então redefinido por uma perspectiva essencialmente ambientalista. Ao ampliar seus contatos e afirmar-se publicamente para além das fronteiras do município, a institucionalização é compreendida como uma etapa definitiva para o reconhecimento das causas ambientais que se tornam a bandeira principal do instituto.

Ainda que o movimento, tenha assumido uma posição controvertida e decepcionante perante seus antigos aliados, ao associar-se ao IESB para assumir a execução do projeto ambiental, conseguiu ter pela primeira vez uma sede para reunir seus integrantes e divulgar seus propósitos, posto que se tornaram responsáveis pela edição do *Jornal da APA*. Um informativo financiado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado e que se transformou num grande canal de circulação e troca de informação interna entre os dois municípios que formam a Área de Proteção Ambiental. A despeito de seu caráter didático e vigilante em relação às questões ambientais, esse jornal abriu espaço para a formação e manifestação da opinião pública local, anteriormente desprovida de espaços midiáticos. Além disso, estimulou a organização de novas entidades associativas com o propósito de organizar os diferentes interesses que já então se ampliavam no município devido à chegada de novos atores sociais, atraídos pela estrada e pelo turismo. De fato, entre a anarquia dos primeiros tempos e sua incorporação ao terceiro setor, não se pode dizer que o movimento tenha mantido suas características contraculturais fundadoras. No entanto, também não podemos negar que, ao assumir seus novos preceitos, teve um importante papel na ampliação do espaço público local e na perpetuação da reflexividade política iniciada em meados de 1980.

## **6 Gestão participativa: uma gramática da institucionalização instrumental**

Mello e Vogel,<sup>45</sup> ao refletirem sobre os projetos desenvolvimentistas, ditados pelos EUA aos países periféricos no período de 1960 a 1970, observam que, para que as sociedades receptoras absorvessem a “nova ordem” era necessário que fossem implantados “novos padrões de

<sup>45</sup> Vogel; Mello (1989, p. 3-25).

eficiência e eficácia” ditados pela “didática magna da prosperidade” do país implementador. Conforme verificamos, a proposição dos autores em relação à implementação do que nomeiam como “mudança social dirigida” não se restringe aos projetos desenvolvimentistas do período histórico analisado, posto que a “didática magna da prosperidade” ainda é um instrumento fundamental de regência dos muitos projetos públicos implementados em nosso país. Vejamos a resultante dessas ações verticalizadas no município de Itacaré.

Ao apresentar anteriormente um breve histórico do município, mencionei o fato de que a construção da nova estrada municipal foi resultante do Prodetur I. O Prodetur foi desenvolvido a partir de estudos encomendados pelo BNDES no começo da década de 1990, com o objetivo de identificar atividades que apresentariam vantagens competitivas caso desenvolvidas na região Nordeste. O estudo apontou o turismo como uma das oportunidades mais viáveis para a região, devido a seus “recursos cênicos e culturais significativos, além da mão de obra em abundância com custos relativamente baixos”.<sup>46</sup>

Para financiar as atividades, o BNDES, com o apoio do BID, inaugurou em 1994 o Programa Nordeste Competitivo (PNC) que ampliou as oportunidades de negociações entre a SUDENE, o BNB, o BID e o Ministério dos Esportes e Turismo. Desta interação entre as diferentes instâncias político-econômicas estaduais, nacionais, internacionais e surgiu o Prodetur I. Coube ao Banco do Nordeste o papel de gerenciador dos recursos internacionais provenientes do BID, para redistribuí-los entre os estados envolvidos no projeto.

Um dos condicionantes do BID para a liberação dos recursos do PRODETUR I, implicava diretamente na implementação dos seminários de gestão participativa, com o objetivo de fortalecer e ampliar institucionalmente as entidades locais envolvidas na instauração do projeto turístico para o município. Sendo assim, o fortalecimento institucional se apresenta como um elemento globalmente estruturante do projeto, que, em seu desdobramento nas escalas locais, deve também estimular a organização institucional da sociedade civil, inclusive através do associativismo que neste caso será estimulado por meio dos seminários de gestão participativa, também conhecido

<sup>46</sup> Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 22 nov. 2006.

como metodologia GESPAR.<sup>47</sup> Este processo implica na organização de oficinas de apoio à gestão, seminários, treinamentos, monitoração, nos quais um “capacitador” deve agir como “mediador ou facilitador” da reflexão e do diálogo do grupo, orquestrando as ideias produzidas pelo mesmo no sentido de priorizá-las e sistematizá-las.<sup>48</sup>

No caso específico da implantação do Prodetur I, essa escala de sistematização global se refletiu na instância municipal de Itacaré da seguinte maneira: a partir de 1996, durante o projeto de implementação da estrada, coube a Bahiatursa – Empresa de Turismo da Bahia AS –, o papel de ministradora de alguns seminários de gestão participativa no município. Nesses seminários foram debatidos temas referentes à implantação do turismo na localidade, tais como gerenciamento de negócios, capacitação de pessoal, mapeamento dos produtos ecoturísticos da região, estímulo ao associativismo como forma de organização e participação da sociedade civil no novo projeto de desenvolvimento, estipulado pelas instâncias federal e estadual para o município.

Em 1998, o governo estadual sai de cena e delega às ONGs ambientalistas locais e regionais a implementação dos princípios ecológicos necessários à reordenação deste território como uma unidade de conservação destinada à exploração turística segundo os princípios do “desenvolvimento sustentável”. Porém, tal como o ecoturismo, entendemos que o referido conceito é bastante complexo e controvertido em sua definição. De acordo com a Constituinte de 1988 deve ser entendido como um tipo de desenvolvimento “[...] que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.<sup>49</sup> Todavia, sabemos que o conceito envolve disputas políticas e econômicas que, de acordo com os diferentes contextos, redefinem sua aplicação.

A pressuposição de que os seminários de gestão participativa iriam suprir os vazios sociais e políticos das regiões contempladas pelo Prodetur I, em certos casos pode ter funcionado na medida da proposição, mas no caso específico de Itacaré, repercutiram como uma verdadeira bomba! O que os idealizadores do projeto não sabiam,

<sup>47</sup> Existem vários outros métodos de gestão participativa que também foram adotados nos seminários municipais a exemplo do GPO (Gestão Participativa Organizacional); GEP (Gestão Estratégica Participativa) e ZOPP (Ziel Orientierte Projekt Planung).

<sup>48</sup> Alves; Silveira (1998).

<sup>49</sup> Comissão da Constituinte (1988, p. 46).

provavelmente porque não procuraram verificar anteriormente, é que, apesar de isolados na Mata Atlântica, devido à falta de estradas, a população do município, a duras penas, desde os anos 1980, vinha fertilizando seu campo político por meio das lutas que travara.

Os colaboradores desta pesquisa contam que os gestores do projeto, ficavam perplexos com o nível de participação da sociedade civil local que abarrotava os seminários, ávida por informações sobre as “novas oportunidades” que o governo anunciava. Às vezes maravilhados com os temas discutidos, outras vezes insatisfeitos ou desconfiados, discordavam, questionavam e propunham, demonstrando interesse, experiência e conhecimento, diferenciados em relação às causas coletivas. Desse modo, os seminários acabaram por funcionar como catalizadores de novas mobilizações, gerando novas arenas públicas como o Fórum de Cidadania e o Conselho Gestor da APA.

O Fórum de Cidadania funcionou entre 1998 e 2000, sendo criado pelos moradores da cidade de Itacaré com o propósito de suprir as deficiências do poder público local que, por sua vez, segundo o depoimento dos moradores da cidade, encontrava-se totalmente despreparado para ordenar e regular as desordenações consequentes do “fenômeno turístico”<sup>50</sup> que chegara com a estrada. Já o Conselho Gestor, instituído em 1999, teve um percurso mais tortuoso, uma vez que, para sua constituição, não dependeu somente da vontade política da população.

Como os processos de mobilização coletiva que venho descrevendo partem quase sempre de “situações sociais”<sup>51</sup> particulares, que se constituem como pequenos “dramas sociais”<sup>52</sup> e acabam por engendrar um processo de interação entre diferentes públicos e atores, resultando muitas vezes na formação de arenas públicas e na criação de novas entidades associativas, o Conselho Gestor também foi resultado das ações coordenadas e das interações aqui descritas. No entanto, teve como diferencial o fato de ser um dispositivo legal das políticas públicas elaboradas para áreas de conservação ambiental, que, no caso, foi acionado pelos ambientalistas de Itacaré, durante os seminários de gestão participativa e apoiada pela população.

<sup>50</sup> Veja-se a definição do fenômeno turístico em Barretto (2003, p. 20-21).

<sup>51</sup> Gluckman (1987).

<sup>52</sup> Turner (1982).

O conhecimento e a divulgação da legislação das APAs bem como do artigo que postulava a exigência da criação de um fórum permanente que deveria ser composto por representantes do governo estadual, municipal e pelas lideranças das entidades associativas<sup>53</sup> do município trouxeram à baila, um longo debate público que perdurou após o término do seminário e se ampliou para um público maior, envolvendo outras entidades associativas locais, interessadas na implantação do referido Conselho. A disponibilidade participativa dos distintos setores locais, serviu como um instrumento de pressão junto aos órgãos públicos envolvidos no processo de formação da APA e, seis meses depois, foi criado o fórum de acompanhamento e fiscalização da Área de Proteção Ambiental que, segundo os colaboradores dessa pesquisa, foi o primeiro Conselho Gestor efetivado dentre as APAS do estado da Bahia.

Em 2002, quando tomei parte pela primeira vez de suas reuniões mensais, o conselho tinha 26 membros efetivos<sup>54</sup> e contava com amplo engajamento das entidades associativas locais, que se ampliaram ainda mais em visitas posteriores. Na ocasião, chamou a atenção o alto índice de participação: 45 pessoas que permaneceram entre 10 horas da manhã e 3 da tarde discutindo avidamente os problemas locais. Aos poucos, conforme fui me familiarizando com o ambiente, pude perceber a relação compósita da reunião e me surpreendi com a presença dos mais distintos segmentos sociais: assentados, pequenos produtores, empresários, surfistas e pescadores ali interagindo com diferentes posições por distintas causas e interesses comuns. Posso dizer sem dúvida que assisti a uma “arena pública”,<sup>55</sup> obviamente que ainda sem poder perceber com nitidez as desigualdades de posição e participação dessa relação compósita, embora muitas rivalidades se explicitassem na exposição dos diferentes problemas que giravam em torno da regulação do turismo e do meio ambiente na localidade.

Entre 2000 e 2005, o Conselho Gestor funcionou como uma espécie de ágora da cidade, um lugar para onde convergiam grande parte dos problemas públicos, a sociedade civil e suas tentativas por vezes bem-sucedidas de solucionar tais problemas. Mas já em 2006, em meu retorno ao trabalho de campo para finalizar a pesquisa, me deparei com uma sede desativada e um núcleo já bastante reduzido

---

<sup>53</sup> Plano de Manejo da APA Itacaré- Serra Grande

<sup>54</sup> De acordo com Ata de janeiro de 2002.

<sup>55</sup> Cefai (2002).



de participantes nas duas reuniões do Conselho Gestor que tive a oportunidade de presenciar.

O esvaziamento do Conselho foi justificado pelos colaboradores desta pesquisa por diferentes perspectivas: alguns alegaram que este fato era o resultado de uma tendência óbvia à “elitização” do conselho; outros justificaram-no devido ao descrédito com relação à eficácia e representação do órgão; houve ainda quem falasse da excessiva fragmentação das entidades associativas; de uma nova ONG chamada Yonic, que estaria arregimentando a esperança da sociedade civil local e quem atribuísse a desmobilização do conselho às frustrações com o processo democrático na “sociedade brasileira”. Apesar do esvaziamento do Conselho Gestor, um fato era inquestionável, 40 novas entidades associativas haviam sido registradas no cartório local.

## **7 Para entender a indigenização de um idioma institucional**

Portanto, observamos que, se por um lado, os seminários repercutiram de forma positiva porque foram redimensionados pelos atores sociais e pelo passado político da localidade, por outro lado trouxeram à baila a gramática da institucionalização instrumental. Se entre 1986 e 1996, a criação das entidades associativas foi uma resultante do engajamento e da vontade política dos habitantes de Itacaré – que viram nas ações coletivas e nas representações associativas uma forma de reconhecimento e de luta por seus direitos de cidadãos –, após este período, o repertório de engajamentos passa por uma notável transformação em seus significados e sentidos. Quero dizer com isto que o incentivo verticalizado dos seminários à organização e participação da sociedade civil, institucionaliza o engajamento associativo como um idioma a ser formalizado e seguido pela localidade. Refaçamos a trajetória percorrida.

Até o início de 1996, 34 entidades associativas haviam sido registradas no cartório local, muitas delas foram mencionadas ao longo deste trabalho. Algumas foram criadas com o objetivo de promover o bem público, outras para fortalecer alguns segmentos profissionais, resolver questões urbanas e rurais ou se organizar em torno de repertórios identitários, culturais e ambientais. Algumas tiveram curta duração, outras perduram na atualidade, mas pode-se dizer que todas estas entidades associativas saíram do papel e demonstraram ao que vieram, enquanto algumas que fizeram história no município jamais foram registradas.

De minha perspectiva, a explosão associativista posterior ao período mencionado está diretamente associada a três questões convergentes: um campo fertilizado pelas experiências políticas locais durante o processo de redemocratização do país; os seminários de gestão participativa, que ao fomentarem o associativismo na população rural e urbana, alimentaram o entendimento de que a via institucional seria o caminho para a viabilização de todos os propósitos e carências dos diferentes segmentos da população e a dinâmica do fenômeno turístico, que quase sempre estabelece posições antagônicas nas relações de pertencimento. Refiro-me aqueles que são considerados como “de dentro” e “de fora” do lugar.

Desassistidos pelo poder público local, os produtores da área rural, irão registrar suas entidades associativas, com o intuito de ganhar visibilidade e chamar a atenção para suas causas, na maioria das vezes de ordem estrutural como, por exemplo, a necessidade de subvenção governamental e assistência técnica para seus plantios ou para a aquisição de bens públicos como luz, água, estradas e escolas. Os pescadores, por sua vez, recorrerão à criação de entidades associativas na esperança de conseguirem recursos para a compra de barcos ou para suprirem as muitas deficiências da pesca artesanal.

A chegada da estrada modifica sobremaneira o ambiente urbano. Atrai novos públicos para a localidade, acirra a rivalidade entre antigos e novos moradores, seja pela disputa no mercado de trabalho, pela moradia, ou por diferenças de comportamento. Isso leva a população a tentar se reconhecer na nova ecologia urbana por meio de nichos identitários que legitimem suas posições. Como as associações, na cartilha simbólica local, adquirem o significado de legitimidade e pertencimento ao lugar, as frentes associativas se multiplicam como fachadas por vezes mal desenhadas. Não quero dizer com isso que os novos “vocabulários de motivos” não sejam legítimos, o problema é que parte dessas novas associações não se sustentam coletivamente: algumas meramente fictícias, tornam-se uma hipérbole do conteúdo político de outrora. Mas o que fazer se para ser ouvido é preciso falar e compreender um mesmo idioma?

Se a princípio a expressividade numérica das associações municipais nos conduz a possíveis questionamentos quanto à efetiva representatividade das mesmas, o conhecimento de suas motivações

e experiências nos permite constatar que os repertórios e formas de engajamento estão diretamente associados aos contextos nos quais são produzidos. Portanto, a produção do público não é algo estático, submetido às regras atávicas de um país em que o público foi quase sempre sinônimo de um Estado distante que não nos pertencia. Pelo contrário, o microcosmos associativo desse município nos permite identificar, na linha temporal de seus acontecimentos políticos, situações reflexivas do processo de redemocratização do país. A dinâmica dos engajamentos, tanto pela mudança nas motivações – fundiárias, ambientais, econômicas e identitárias – quanto pelos atores que se integram aos diferentes processos de mobilização, traduz um aprendizado político para o exercício da cidadania.

Ainda que essa localidade tenha se deparado com os signos duvidosos embutidos na “didática magna da prosperidade”, não se pode dizer que sua história associativa artificializou-se e perdeu sua força e sentido, mas que, ao que tudo indica, procura novas ressignificações e sintonias com a atual paisagem política do país. Em 2008, ao retornar ao município, tive a notícia de que três associações rurais criadas durante os seminários de gestão participativa tiveram recentemente suas áreas rurais reconhecidas como territórios quilombolas. Mas isto é outra história das muitas histórias que começam a se esboçar.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L.M.B. Oriente: fonte de uma geografia imaginária. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 3, 2001. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/rever/rv3\\_2001/i\\_albuqu.htm](http://www.pucsp.br/rever/rv3_2001/i_albuqu.htm). Capturado em 16/6/2006>.

ALVES, M. A.; SILVEIRA, L. L. *Entre o tutorial e o participativo*: a abordagem de intervenção na estratégia de ação do Banco Nordeste. Artigo apresentado no XXXVI Congresso da Sociologia Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Poços de Caldas, 1998.

BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. *De la justification*. Paris: Gallimard, 1991.

BOLTANSKI, L.; DARRÉ, Y.; SCHILTZ, M.-A. La dénonciation. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v. 51, 1984.

CEFAI, D. Qu'est-ce que c'est une arène publique?: quelques pistes pour une approche pragmatiste. In: CEFAI, D.; JOSEPH, I. (Org.). *L'Héritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

CHATEAURAYNAUD, F.; TORNAY, D. *Les sombres précurseurs: une sociologie pragmatique de l'alerte et du risque*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1999.

DEMETER, P.R. *Combatendo o desemprego na região cacauzeira da Bahia: o papel dos Movimentos Sociais Populares*. Itabuna: FASE, 1996.

DEWEY. *The public and its problems*. Ohio: Ohio University Press, 1991.

CEFAI, D.; PASQUIER, D. *Les sens du public: publics politiques, publics médiatiques*. Paris: PUF, 2003.

FALCON, G. *Os coronéis do cacau*. Salvador: IEMANJÁ, 1995.

FURLAM. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In: RODRIGUES, B. A. (Org.). *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003.

GAUDENZI, P. *Evolução da economia do turismo na Bahia*. 2004. Disponível em: <<http://www.bahia.ba.gov.br/sct/turismo>>. Acesso em: 12 jan. 2004.

GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global Universitária, 1987.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LITTLE, P. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: UNB, 2002.

MELLO M.A.S.; VOGEL. *Gente das areias: história, meio-ambiente e sociedade no litoral brasileiro*. Niterói: EdUFF, 2004.

MILLS, C. W. Situated actions and vocabularies of motive. *American Sociological Review*, Aliso Viejo, v. 5, p. 904-913, 1940.

NEGRÃO, T.; GOUVEIA, J.R.F. *Código Civil e legislação civil em vigor*. Livro III. Título III. Capítulo II. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PIRES, P. *Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista*. Tese (Doutorado em Geografia Humana)—Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

RODRIGUES, A. B. Ecoturismo: limites do eco e da ética. In: RODRIGUES, B. A. (Org.). *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003.

ROSZAK, T. *A contracultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.

SILVA, L.G. *Os pescadores na história do Brasil*. v. 1: Colônia e Império. Recife: Comissão Pastoral dos Pescadores, 1998.

SIMMEL, G. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, E. (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

TURNER, V. Dewey, Dilthey and drama: an essay in the anthropology of experience. In: TURNER, V.; BRUNER, M. (Org.). *The anthropology of experience*. Illinois: Illini Books, 1986.

\_\_\_\_\_. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.

\_\_\_\_\_. Social dramas and stories about them. In: \_\_\_\_\_. *From ritual to the theater: the human seriousness of play*. New York: PAJ Publications, 1982.

VOGEL; MELLO. O experimento de Tobiki: algumas reflexões sobre a didática magna da prosperidade. *Forum Educacional*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1-2, fev./ maio 1989.

WESTERN, D. Como definir o ecoturismo. In: LINBERG, K.; HAWKINS, D. (Org.). *Ecoturismo, um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: [s.n.], 2002.



# **“SEM VERGONHA, GAROTA” NOTAS SOBRE A PROFISSIONALIZAÇÃO DE UM MÉTIER NO BRASIL**

---

*Soraya Silveira Simões<sup>1</sup>*

Juro que a terra será seguramente completa  
para aquela ou aquele que for completo...

“Canto da Terra Girando”, Walt Whitman.

## **Gatinha Mimosa**

No dia 19 de setembro de 2002, um desfile protagonizado por jovens prostitutas atraiu para o baixo meretrício carioca jornalistas, atores e atrizes, ativistas de diversas causas, militantes de ONG's, historiadores, funcionários da rede municipal e estadual de saúde, políticos, irmãs de caridade e centenas de clientes da prostituição. Este diversificado público veio a se reunir em um terreno baldio situado ao final da rua em que estão localizados os inúmeros bordéis, bares e boates conhecidos, em seu conjunto, por Vila Mimosa II.

A ideia do concurso havia sido concebida por uma cafetina e diretora da Associação dos Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa II (AMOCAVIM), tão logo soube que o figurino utilizado pelas prostitutas do século XX seria objeto de uma reportagem a ser publicada no jornal

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (PPGA-UFF), pesquisadora do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ) e do INEAC/UFF e do Centre Lillois d'Études et de Recherches Sociologiques et Économiques (CLERSÉ – Université de Lille 1).

destinado à categoria<sup>2</sup> e distribuído em todas as áreas de prostituição do país. O desfile seria também ocasião para difundir a notícia de que aqueles notórios bordéis da cidade estavam, agora, sob nova direção.

Convencidos do momento oportuno para a realização de um desfile, os diretores da Associação começaram, então, a convocar as prostitutas inicialmente por meio de um boca-a-boca e, posteriormente, afixando cartazes e faixas nos estabelecimentos daquela área de meretrício.

Quarenta candidatas participaram dos primeiros ensaios. Apesar do entusiasmo inicial, o número de desistências aumentava conforme se aproximava o dia do desfile. Cogitou-se o adiamento ou mesmo o cancelamento do concurso. Diante desta iminência e da quebra de um contrato feito, ainda que informalmente, pela cessão do terreno, a presidente da Associação da Vila Mimosa encontrou outra solução para o problema que já supunha estar determinando o aumento de abstenções: a *visibilidade pessoal*. Máscaras coloridas, ornadas com paetês, foram, então, compradas para cobrir parcialmente os rostos das concorrentes e satisfazer, com isso, a vontade de se preservar a identidade. Com essa garantia, os ensaios prosseguiram.

Na noite do desfile, as máscaras foram trazidas e deixadas em um canto do camarim, improvisado com a lona de um caminhão nos fundos do terreno. Do lado de fora do recinto, a excitação da multidão que se aglomerava em torno da passarela provocava alvoroço entre as 14 candidatas. Aflitas, por detrás da lona, todas se desejavam boa sorte, davam gritinhos de ansiedade, retocavam a maquiagem, passavam óleo no corpo e experimentavam sandálias, vestidos e biquínis cedidos pelo dono de uma barraca de roupas da Vila Mimosa.

Com quase uma hora de atraso, a presidente da Associação subiu ao palco e, com um discurso lido a um só fôlego, abriu oficialmente o desfile. Para a surpresa dos organizadores, as candidatas foram surgindo na passarela, uma a uma, sem máscaras, exibindo os rostos e provocando a plateia ora com acenos e beijos, ora sacudindo envelopes de preservativos.

---

<sup>2</sup> Jornal *Beijo da Rua*, financiado pelo Ministério da Saúde como item de *ação estratégica* de prevenção de HIV/AIDS e DSTs junto ao público que constitui o universo da prostituição no país.



Aqueles que se ajuntavam ao redor do estrado demonstravam de modo mais explícito a preferência por uma ou outra candidata, animando-as por meio de aplausos ou outras expressões de estímulo. Efusivas salvas de palmas, em torno destes, davam sequência à formação de torcidas empenhadas em influenciar a decisão do júri.<sup>3</sup>

A cada entrada na passarela, o apresentador acrescentava novas informações sobre as concorrentes: praia que frequentavam, time de futebol para o qual torciam, Estado em que nasceram, ator que admiravam. O júri, enquanto isso, ia dando notas segundo os quesitos a serem observados: beleza, simpatia, traje e harmonia. As mulheres, por sua vez, exibiam seus trajes de “noite”, “praia” e “dia a dia”, caprichando nas expressões faciais, nos gestos das mãos e na cadência dos passos.

Ao final, a tensão no camarim era grande. Na plateia, inúmeras prostitutas se diziam arrependidas por não terem participado da competição. Enquanto aguardava a contagem de votos, o dono de um dos bordéis já comentava a realização de um novo concurso. A música – *Malandragem*<sup>4</sup> – tocava nos alto-falantes quando foram anunciadas as cinco finalistas entre elas, a vencedora. Sem conter a emoção, a presidente da Associação, também cafetina e ex-prostituta, entregou à primeira colocada um colar de ouro e a faixa onde se lia *Gatinha Mimosa*. Sua voz, comovida, ressoou: “Essas meninas são todas vitoriosas, são todas como se fossem minhas filhas!”.

## Daspu

Três anos depois, em uma praça do centro comercial do Rio de Janeiro, um outro grupo de prostitutas organiza e protagoniza um novo desfile concebido, tal como o anterior, a partir de uma reportagem. Dessa vez, no entanto, jornais de grande circulação noticiavam o escândalo de sonegação fiscal envolvendo as proprietárias de um suntuoso *magazin* da capital paulista – Daslu – que supre com a *haute couture* os guarda-roupas da elite brasileira.

<sup>3</sup> Composto pela fundadora da Rede Brasileira de Prostitutas (Gabriela), pelo diretor da ONG SOS Complexo do Alemão (Jorginho), uma representante do Arquivo Público (Isabel), por um diretor da Região Administrativa III – Tijuca (Carlos Alberto) e por uma atriz de um programa humorístico (Suelen Napoleão).

<sup>4</sup> “Quem sabe ainda sou uma garotinha, esperando o ônibus da escola sozinha...”. Versos de Cazuzu na voz de Cássia Eller.

O senso de oportunidade e a inteligência sociológica das prostitutas dessa praça alcançaram notoriedade internacional com o lançamento de uma grife própria – a Daspu – durante a manifestação em forma de desfile de modas.<sup>5</sup> A empresa paulista contribuiu de forma inesperada para a publicidade da nova grife carioca, movendo contra o grupo uma ação judicial por plágio que ganhou as páginas dos maiores jornais do país e do exterior. O efeito de tal publicidade se fez notar sensivelmente no dia do desfile. Nas imediações do hotel em que as prostitutas trabalham concentrou-se uma multidão de curiosos, *habitués*, jornalistas, músicos, estudantes, artistas plásticos e intelectuais partidários da crítica e simpáticos ao modo irreverente como elas a expunham. Uma manequim internacional desdenhou o desfile oficial da cidade, realizado naquela mesma noite no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, indo participar deste, em uma rua daquela praça do centro da cidade na qual há décadas se pratica o trottoir.<sup>6</sup>

O chão de paralelepípedos fora ornamentado com pétalas de rosas vermelhas por sobre as quais as prostitutas desfilaram as roupas da Daspu e os *parangolés* de Hélio Oiticica, cedidos pela direção do centro cultural dedicado ao artista, situado na extremidade daquela rua.

A praça pública, ponto de convergência das coisas não oficiais, gozou naquela noite, com a *performance* das prostitutas, daquele seu direito

<sup>5</sup> Ver os jornais *O Globo* de 17 de dezembro de 2005, 10 de janeiro de 2006, 21 de fevereiro e 19 de maio; Revista *Isto É* de 30 de novembro de 2005; *Beijo da Rua*, dezembro de 2005; além de outros artigos nos jornais *O Dia*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo*, Estado de S. Paulo, *Zero Hora* e outros de tiragem regional, em todo o país; e das revistas *Isto É Dinheiro* e *Época*, além das crônicas de Afonso Romano de Santana e Alcione Araújo e das notícias setorializadas nos cadernos de moda em diversos sites na Internet, entre eles o <<http://moda.terra.com.br>> do dia 11 de abril de 2006.

<sup>6</sup> No dia 15 de setembro de 2007, a rede de televisão francesa *Arte* exibiu o documentário “*Rio, le trottoir fait as mode*”, produzido pela TV alemã, e cuja redifusão aconteceu nos dias 18 e 22 daquele mês. A seguir, transcrevo na íntegra a chamada para o filme. “‘Rio, le trottoir fait sa mode’, un reportage de Carmen Butta. ‘Haute lieu de la prostitution à Rio, la ruelle Imperatriz Leopoldina est le théâtre d’un drôle de conte de fées: les travailleuses du sexe ont créé avec succès leur propre marque de vêtements. ‘Depuis toujours, les prostituées souhaitent être acceptées socialement, affirme Jane Eloy, 32 ans, mère de trois enfants et sur le trottoir depuis plus de quinze ans. Nous avons donc décidé de créer une collection de mode, surtout pour attirer l’attention’. Pari gagné! La marque Daspu – abréviation portugaise de ‘das putas’ – a mis le monde de la mode brésilienne sens dessus dessous et éveillé la curiosité de la presse internationale grâce à des créations pleines d’originalité. Et alors que les grandes maisons présentent leurs collections à la Rio Fashion Week, l’un des plus grands salons de mode d’Amérique du Sud, les prostituées de Rio, elles, organisent leur propre défilé devant l’hôtel où elles travaillent quotidiennement.’ Samedi, 15 septembre 2007 à 21h35. Geo 360<sup>97</sup>”.

mais legítimo sobre o qual Bakhtin se debruçou: o de manter-se à margem do mundo da ordem e da ideologia oficiais.<sup>7</sup>

\*

Esses dois episódios exerceram um forte apelo na mídia, tendo sido fartamente noticiados pela imprensa nacional e estrangeira.<sup>8</sup> Os *leads* enunciavam um certo encantamento pela forma como se deu, nos dois casos, a exibição pública de uma tal identidade social. Aludiam, contudo, a manifestações organizadas por grupos distintos em torno dos quais se estruturam duas das principais áreas do baixo meretrício na cidade do Rio de Janeiro.

Na Vila Mimosa II, uma associação de proprietários dos bordéis locais se ocupa de gerir essa espécie de cidade cenográfica da prostituição carioca,<sup>9</sup> cuidando do espaço e das pessoas que o frequentam. Na Praça Tiradentes, localizada na área central de negócios da cidade, as prostitutas que ali praticam o *trottoir* se mobilizam para permanecerem no lugar em que estão sendo investidos 12 milhões de dólares<sup>10</sup> para o projeto de “revitalização urbana” financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).<sup>11</sup>

As associações formadas tanto por prostitutas quanto por empresários da prostituição disputam hoje recursos provenientes, sobretudo, de programas financiados pelo Ministério da Saúde por intermédio de acordos bilaterais estabelecidos com o Banco Mundial, o BID e a USAID.

Dispensados para a sustentação de campanhas de prevenção da AIDS e de outras doenças sexualmente transmissíveis (DST), tais recursos

<sup>7</sup> Bakhtin (1996, p. 132-133, 138).

<sup>8</sup> Ver os jornais *Beijo da Rua*, agosto e setembro de 2002, e nota de pé de página 3.

<sup>9</sup> Mello et al. (2007).

<sup>10</sup> Cf. jornal *Beijo da Rua*, edições de maio e dezembro de 2002.

<sup>11</sup> Trata-se do *Projeto Monumenta*, concebido pelo Ministério da Cultura para a revitalização dos centros históricos de várias cidades brasileiras. Além de substituir as obras de restauração do casario por serviços de conservação, um dos objetivos precípuos do Programa, de acordo o documento *Projeto Tiradentes*, publicado pela Secretaria Municipal de Cultura e pelo Departamento Geral de Patrimônio Cultural (disponível em: <<http://www.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sirchal4/NicolaeffVPT.htm>>) visa associar a recuperação do patrimônio “à revitalização econômica e social dos espaços restaurados” o que, segundo as finalidades do Programa, “poderá provocar mudanças de atitude na população, com efeito direto no nível de vida dos residentes no local recuperado”. Sobre a revitalização da Praça Tiradentes e sobre a mobilização das prostitutas face aos investimentos de transformação do bairro, ver o jornal *Beijo da Rua*, edições de maio e dezembro de 2002.

são obtidos por meio de projetos de prevenção orçados em até 50 mil reais<sup>12</sup> e encaminhados pelas associações ao Ministério da Saúde. As rubricas podem contemplar a capacitação de pessoal, o trabalho de campo, a elaboração de material para campanhas preventivas e o fomento institucional, entre outras possibilidades mais pontuais.

Mas é o estímulo à formação de novas associações de “profissionais do sexo” o principal objetivo a ser alcançado com o financiamento, tanto para os fins ideológicos da Rede Brasileira de Prostitutas quanto para o fortalecimento político da Comissão Nacional de AIDS (CNAIDS),<sup>13</sup> composta por associações diretamente interessadas no controle da doença. A participação dos chamados “profissionais do sexo” – categoria que abrange prostitutas, travestis e *michês*<sup>14</sup> – *no trabalho de prevenção da AIDS e das DST é considerado, tanto pelos agentes do Ministério da Saúde quanto pelos demais membros da CNAIDS, um dos fatores responsáveis pelo reconhecimento do programa brasileiro AIDS como um dos mais bem estruturados e eficazes do mundo.*

*Utilizando a “metodologia por pares” e beneficiando-se da ideia de agente “multiplicador”, ou seja, da ação de um membro da categoria informando os outros membros sobre determinado problema e modos de agir, o Ministério da Saúde não só consubstanciou a formação das associações como as transformou em seu “braço direito”<sup>15</sup> no combate às doenças venéreas e à AIDS.*

*O auxílio institucional e financeiro para campanhas de fortalecimento da identidade coletiva representou, para o grupo, a consolidação de um novo capital social e político e, do mesmo modo, cumpriu o papel de um seed money que viria contribuir, finalmente, no processo de definição da categoria como uma ocupação reconhecida pelo Ministério do Trabalho.<sup>16</sup>*

<sup>12</sup> Cerca de US\$ 21.800,00. Dólar a R\$ 2,30 em outubro de 2008.

<sup>13</sup> Instituída em 1986, a CNAIDS reúne representantes da sociedade civil no assessoramento ao Ministério da Saúde e ao seu Programa Nacional de Aids na definição de ações e medidas concernentes ao controle da AIDS, em todas as suas dimensões.

<sup>14</sup> Homens que se prostituem.

<sup>15</sup> De acordo com Everett Hugues, a transferência de tarefas técnicas de uma categoria profissional à outra supõe implicitamente que aquele que ocupa a posição de *braço direito* “ultrapassa os limites de sua autoridade a fim de proteger os interesses de todas as pessoas implicadas”. Cf. Hughes, 1996, p. 65.

<sup>16</sup> Da metodologia de pares e do seu imprescindível reconhecimento de uma determinada categoria social, ainda que para fins estratégicos, adveio, como dissemos, o sucesso do programa brasileiro de AIDS e o capital político que lhe permitiu exigir do governo americano

O *leitmotiv* de toda esta empreitada se assenta, entretanto, nos argumentos de “resgate da autoestima”, “resgate da cidadania” e de “redução de vulnerabilidades”,<sup>17</sup> como forma de melhor estimular o cuidado de si no âmbito da vida pessoal, mas também, e de maneira inextrincável, no âmbito da vida cívica.

## Problemas públicos e identidade social

Contudo, foi para conter a violência policial e legitimar o direito à cidade diante dos processos de grilagem e renovação urbana ocorridos nas áreas degradadas que o movimento associativo das prostitutas teve início, nos anos 1980, vindo a consolidar-se, em 1987, com a criação da Rede Brasileira de Prostitutas.

A partir de então, o debate foi sendo conduzido para o reconhecimento da atividade como ocupação legal. Entre os episódios mais marcantes desse processo, está o pedido de revogação dos artigos 228, 229 e 231 do Código Penal – todos relativos ao lenocínio ou “favorecimento” da prostituição – e, também, o pedido de tombamento da hoje extinta Zona do Mangue, situada na região central do Rio de Janeiro, duas das primeiras reivindicações públicas feitas pela Rede durante o *I Encontro Nacional de Prostitutas*, realizado, em julho de 1987, no Centro Calouste Gulbenkian, também localizado na área central da cidade.<sup>18</sup>

As duas razões evocadas – violência policial e coação diante das transformações urbanas – não eram, portanto, sem fundamento. Já na década de 1920, os estudos sobre a ecologia urbana desenvolvidos pela Escola de Chicago se dispunham a compreender a cidade e seus problemas mediante análise que levasse em conta a expansão urbana como um *processo*. Ernest Burgess, em um artigo de 1925, propôs

---

a revisão das condições impostas para o financiamento das campanhas de prevenção de HIV e AIDS no país. Enquanto houvesse, entre outras, a cláusula de compromisso de combate à prostituição, o governo brasileiro prescindiria dos US\$ 40 milhões destinados aos projetos de prevenção, graças às condições impostas, a seu turno, pelas ativistas do movimento social de prostitutas. A metodologia por pares, recente e hoje bastante utilizada para a implementação das mais variadas políticas públicas, fomenta o processo de construção de categorias sociais que, por fim, contribuem com as estatísticas oficiais.

<sup>17</sup> *Documento referencial para ações de prevenção das DST e da AIDS*: profissionais do Sexo. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST e AIDS, 2002. 160p. (Manuais, n. 47).

<sup>18</sup> v. Moraes, 1996 e os jornais: *Tribuna da Imprensa* e *O Fluminense* de 20/07/1987; *O Globo*, *O Dia*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora* de 21/07/1987; *O Globo* de 22/07/1987 e *Última Hora* de 24/07/1987.

ilustrá-lo por uma série de círculos concêntricos designadores tanto das zonas sucessivas de extensão urbana quanto dos tipos de áreas diferenciadas no processo de expansão.<sup>19</sup> Assim, já naquela época, ele situava a prostituição na zona de *Loop*, também chamada Zona Central de Comércio (I); na zona de transição, ou de deterioração (II) e na zona residencial (IV).

Transpondo o seu esquema para a cidade do Rio de Janeiro, vemos que aqui o mesmo ocorria: no centro de comércio, no qual se situam a Praça Tiradentes e o Campo de Santana, e em cujo prolongamento também se encontra a Praça Mauá, junto ao cais do porto, o cenário é marcado pela presença das prostitutas de rua, que fazem o *trottoir* e frequentam bares, clubes e cinemas cuja programação se destina à exibição de filmes ou espetáculos eróticos. A prostituição de bordel, também chamada “prostituição localizada”,<sup>20</sup> concentra-se na zona de transição, na qual podemos classificar a Vila Mimosa II, situada em um recanto da Praça da Bandeira, e, igualmente, o Mangue e o seu último núcleo de prostituição, a Vila Mimosa, cujas casas, transformadas em bordéis, funcionaram na região central da cidade até 1996, quando a prefeitura pôs abaixo o casarão para a construção do Centro Administrativo e Comercial do Município.<sup>21</sup> Um tipo de prostituição mais discreta, pois confinada aos apartamentos e sustentada por um público de maior poder aquisitivo, ficaria reservada, por fim, às áreas residenciais da cidade. Nesta modalidade, o bairro de Copacabana se sobressai na geografia moral carioca.

<sup>19</sup> Burgess, 1970, p. 356. Neste trabalho, Burgess define o zoneamento da cidade da seguinte maneira: “A figura I [o núcleo dos círculos concêntricos] representa uma construção ideal das tendências de qualquer cidade para expandir-se radialmente da sua Zona Central de Comércio representada na figura pelo *Loop* (I). Circundando a área central há normalmente uma zona de transição, que está sendo invadida pelo comércio e pela manufatura leve (II). Uma terceira zona (III) é habitada por trabalhadores das indústrias que fugiram da área de decadência (II), mas que desejam viver em ponto de fácil acesso ao seu trabalho. Além dessa zona acha-se a zona residencial (IV) de prédios de apartamentos de alta classe ou de seções ‘restritas’ de moradias isoladas de uma só família. Mais longe, além dos limites políticos da cidade, acha-se a zona de *commuters* – áreas suburbanas ou cidades satélites onde residem os *commuters*, que cada dia útil vão ao centro de manhã para trabalhar e voltam à noite – dentro de trinta ou sessenta minutos de viagem da zona central de comércio”.

<sup>20</sup> A esse respeito, ver a entrevista com Armando Pereira, delegado que durante anos trabalhou no 13º Distrito de Polícia, situado na Zona do Mangue, região central da capital carioca onde, durante quase um século, se concentrou o baixo meretrício da cidade. Ver Pereira (1966).

<sup>21</sup> Simões (2010).

O denominador comum de cada um desses tipos de prostituição é o lenocínio, isto é, a organização comercial que garante a prostituição de outrem. O cáften, o rufião, a cafetina, o proxeneta, o gigolô, o dono de bordel, de termas ou de casas de massagem, figuras, enfim, que possibilitam o trabalho ou vendem proteção à prostituta contra ataques de clientes ou mesmo contra agentes do Estado, são, segundo as leis brasileiras, o único aspecto criminal da prostituição. Enquanto a chamada prostituição localizada costuma ser tolerada por configurar uma espécie de *cordão sanitário* e região moral que responde aos interesses do poder público, a prática do *trottoir*, mais visível e difusa, é combatida por métodos muitas vezes violentos. Na década de 1960, a polícia da capital recolhia cerca de 80 mulheres por dia, o que, ao final do mês, somava cerca de 1400 mulheres levadas às delegacias e encaminhadas às “malocas”, local em que permaneciam detidas de dois a cinco dias em condições inexistentes de higiene. Nesses recintos, eram obrigadas a dormir no chão e, frequentemente, também molestadas pelos policiais que as guardavam.

A humilhação ou a obrigação de obediência são, contudo, práticas de controle igualmente disseminadas nos estabelecimentos da chamada prostituição localizada. Nessas cidadelas geridas pela figura do proxeneta,<sup>22</sup> a prostituta torna-se a “menina” da casa. Mas, para tanto, deve ser domesticada pelos gerentes ou proprietários. No final dos anos 1950, em um bordel da capital paulista, Lagenest presenciou a cena em que uma cafetina virou na mesa o prato com o almoço de uma prostituta que lhe devia três diárias.<sup>23</sup> Já em 2002, o gerente de uma casa na Vila Mimosa II contou a esta etnógrafa ter agredido uma prostituta que trabalhava em seu estabelecimento, pois a mulher fazia uso da cocaína.

Com a formação das associações de prostitutas, portanto, as agressões físicas e outras humilhações, atos que marcam o processo incriminatório do sujeito, passaram a ser identificados como problemas não mais individuais, mas coletivos e, principalmente, concernentes aos direitos civis. Para compor e difundir esta consciência entre os membros da categoria, as reuniões semanais, mensais e anuais tornaram-se uma das atividades mais importantes dessas associações. No Rio de Janeiro, o

<sup>22</sup> O termo grego *proxenus*, segundo o *Dictionary of Classical Antiquities*, designa o representante do Estado destacado para proteger e assistir os estrangeiros. Há ainda a acepção que lhe designa a função de “hospedeiro público” ou “intermediário em transações comerciais”.

<sup>23</sup> Lagenest (1960, p. 13).

Fórum de Profissionais do Sexo, de âmbito estadual, foi criado para ser um espaço em que as mulheres pudessem discutir questões relativas, especificamente, ao trabalho sexual e à qualidade das interações mantidas com outros agentes durante o exercício do seu ofício. O teor fático das conversas e narrativas trazidas para esse tipo de encontro em que expõem seus dramas pessoais e coletivos contribui, em uma certa medida, para fortalecer a identidade e fundar a solidariedade de classe.

Em um sobrado próximo ao Campo de Santana, parque situado a poucos metros da Praça Tiradentes, acontecem esporadicamente as reuniões do Fórum de Profissionais do Sexo. Em um desses encontros, a diretora, há mais de 30 anos na prostituição, informava aos 22 presentes que o grupo, assim como as reuniões, tinham sido criados para “acabar com a discriminação”. Discursava vigorosamente sobre a importância da autoestima para o desempenho satisfatório de todos os papéis que sua vida lhe exigia e citava, como exemplo, os de “mãe”, “avó”, “dona-de-casa” e “esposa”, mostrando que o de “prostituta” não a impedia de exercer aqueles representativos da vida doméstica, da “mulher direita”, da “mulher da casa” e “feita para o casamento”. “A minha profissão é prostituição, mas eu sou é Ivanilda Santos de Lima e quero ser reconhecida como pessoa, certo? Uma das coisas do grupo é isso: mostrar pra sociedade que somos pessoas.”<sup>24</sup>

Na experiência do amor, como diz Honneth, se inscreve “a possibilidade de autoconfiança; na experiência do reconhecimento jurídico, o auto-respeito e, por fim, na experiência da solidariedade, a da autoestima”.<sup>25</sup> Esses três padrões de reconhecimento são, por assim dizer, as condições intersubjetivas sob as quais o sujeito adquire novas formas de se autoperceber. Segundo o autor, “os indivíduos se constituem como pessoas unicamente porque, da perspectiva dos outros que os assentem ou encorajam, aprendem a se referir a si mesmos como seres a que cabem determinadas propriedades e capacidades”.<sup>26</sup>

### ***“A profissão mais antiga...”: evocação do mito e completude do sujeito***

À evocação de um mito espera-se restituir um sentido qualquer no mundo. Considerar a prostituição como “a profissão mais antiga” é,

<sup>24</sup> Reunião de 25 de julho de 2001.

<sup>25</sup> Honneth (2003, p. 272).

<sup>26</sup> Ibidem.



entre outras coisas, imaginar um *status* mais elevado para essa atividade. No século XIX, o uso do termo “profissão” se aplicava aos *métiers* prestigiosos e qualificados caracterizados por serviços prestados em benefício de outrem. De acordo com esse princípio, médicos e advogados eram protótipos do que se entendia por “profissão”,<sup>27</sup> ou seja, um papel a ser desempenhado por meio de determinadas atividades e tarefas socialmente reconhecidas como moral e eticamente corretas.

Por essa razão, Everett Hughes considerava que o conceito de profissão é antes um julgamento de valor e prestígio do que um termo descritivo. Em sua opinião, a pergunta “este ofício é uma profissão?” obscurece questões mais fundamentais como, por exemplo, “em que circunstâncias os membros de um *métier* tentam transformar o seu ofício em uma profissão?”.<sup>28</sup> A resposta nos é oferecida pelo próprio autor quando conclui: que “a tendência à profissionalização corresponde à mobilidade coletiva de uma parte de seus membros”.<sup>29</sup> Desembaraçar o ofício daqueles que não acompanham essa mobilidade é, portanto, também um dos objetivos do empreendimento de profissionalização, uma vez que o termo “profissão” pode ser interpretado como “um símbolo da concepção do trabalho que é reivindicado e, por conseguinte, um símbolo do *eu*”.<sup>30</sup>

Considerando ser o termo profissão um julgamento de valor e apregoando, junto com o senso comum, que a prostituição é “a profissão mais antiga do mundo”, ouviremos, sem dificuldade, muitas histórias tristes e nada prestigiosas “*sad stories*” integrando o repertório de argumentação da prostituta de modo a justificar, paradigmaticamente, a sua *entrada* – noção demarcadora – na prostituição.

O indivíduo munido de uma triste história, diz Goffman, pode organizar sua vida; mas, em contrapartida, deverá resignar-se a viver em um mundo incompleto no qual figura como alguém prestes a ser desacreditado em função dos atributos do estereótipo que encarna.<sup>31</sup> Ao fazer uso da história triste, que relata o momento fundador da possessão do seu estigma,<sup>32</sup> a prostituta se desembaraça, justamente,

<sup>27</sup> Hughes (1966, p. 63).

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 77.

<sup>29</sup> *Ibidem*.

<sup>30</sup> Hughes (1966, p. 77).

<sup>31</sup> Goffman (1975, p. 30).

<sup>32</sup> *Ibidem*.

da responsabilidade de ter efetuado uma *escolha* pelo ofício. Por serem eminentemente tristes, essas narrativas justificadoras distanciam o sujeito das virtualidades – confiança, respeito e estima – que lhe asseguram o autorreconhecimento positivo do qual necessita para se sentir uma “pessoa normal”<sup>33</sup> e, entre outras coisas, “uma profissional”.

Mudar o registro da justificação de uma *fatalidade* para algo que pode ser percebido como uma *opção* entre outras é, portanto, abrir uma perspectiva sobre as *responsabilidades* implicadas nessa escolha. Um horizonte profissionalizante pode, então, se esboçar. E, entre as responsabilidades assumidas para a oferta de tal *serviço*, o cuidado do próprio corpo se pronuncia como uma das tarefas requisitadas para o desempenho da função de prostituta. Embora tal tentativa de conserto não mude o *status* do indivíduo estigmatizado, permite, contudo, uma transformação do ego<sup>34</sup> e, com isso, novas formas de agir.

É neste sentido que fazer reconhecer a prostituição como uma “ocupação”<sup>35</sup> tornou-se um dos principais objetivos das associações de prostitutas, no Brasil e em outros países, encontrando apoio entre os agentes do Ministério da Saúde. Após o *I Encontro Nacional de Prostitutas*, realizado no Rio de Janeiro, em 1987, outros similares foram sendo organizados em várias capitais do país. No *I Encontro Norte-Nordeste de Prostitutas*, realizado em Recife, em 1988, elas discutiram a retirada do capítulo V do Código Penal e lançaram o primeiro jornal destinado à categoria, o *Beijo da Rua*; no *I Encontro das Prostitutas Gaúchas*, realizado em Porto Alegre, em 1989, foram relatados os problemas de humilhação institucionalizada, como, por exemplo, a existência de um “termo de vadiagem” a ser assinado na delegacia pelas prostitutas presas ilegalmente nas ruas da cidade; e no *I Encontro de Prostitutas do Pará*, realizado em Belém, no ano de 1991, as mulheres puderam contar com o apoio institucional do governo daquele estado. Naquele mesmo ano, uma rádio comunitária foi criada na Vila Mimosas.<sup>36</sup> E, no ano seguinte, o *Programa Prostituição e Direitos Civis* desvincula-se do Instituto de Estudos da Religião (ISER) e passa a existir como a organização não governamental *Davida – Prostituição, Saúde e Direitos Civis*, assessorando

<sup>33</sup> Ibidem.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 18-19.

<sup>35</sup> A diferença entre “ocupação” e “profissão” é tênue, e depende, como já vimos até aqui, mais do prestígio de um ofício do que de suas práticas e técnicas.

<sup>36</sup> Leite (1992); Moraes (1996); Simões (2010).

a fundação de novas associações em todo o país e difundindo, por intermédio do jornal *Beijo da Rua*, os ideais da Rede.

Não devemos negligenciar o fato de que o contexto político brasileiro havia se tornado, também, propício à ampla mobilização social. Em 1988, a Assembleia Constituinte promulgou a nova Constituição, e, com ela, o Ministério da Saúde criava o Sistema Único de Saúde (SUS) e o seu Programa Nacional de Aids, que viria a desempenhar um papel determinante de incentivo à formação associativa das prostitutas em todo o país por meio das coordenações estaduais e municipais de DST/Aids.<sup>37</sup> O aparato institucional de promoção e apoio às associações passou a refletir tanto o resultado da mobilização desse grupo quanto um estímulo à participação política cada vez mais florescente.

“Agentes de saúde”, “profissionais do sexo” e, mais recentemente, “profissionais da sexualidade” são terminologias gestadas e cunhadas na *démarche* desse tipo de atividade associativa e no diálogo estabelecido entre os grupos organizados e o Estado. Para este, tais terminologias permitem melhor formular as ações “multiplicadoras”, com a qual se espera alcançar um determinado resultado junto aos membros da categoria do agente. No que concerne aos interesses dos grupos, essas terminologias, de fato, não passam de eufemismos, mas, por outro lado, realçam procedimentos e capacidades desenvolvidas por uma prática, possibilitando manter o debate sobre a prostituição, nas mais diversas arenas,<sup>38</sup> sob a perspectiva do trabalho e, mais precisamente, à luz de determinadas competências reconhecidas para o exercício de um ofício.

Ofício e custos aprendidos, por sua vez, nas *interações* que ocorrem em determinados horários, situações, ruas e casas da cidade e que serão, a seguir, objeto de nossa atenção.

### **A prostituição e a cidade: trajetória de um grupo**

Durante quase todo o século XX, o Rio de Janeiro comportou, em sua região central, conhecida como Cidade Nova, uma vasta área onde o baixo meretrício floresceu e perdurou. A Zona do Mangue, como era chamado aquele conjunto de ruelas e casas que se estendia às

<sup>37</sup> Para maiores informações sobre as ações desse programa junto a este público, ver o Documento Referencial para Ações de Prevenção das DST e da Aids, Série Manuais nº 47, do Ministério da Saúde (2002).

<sup>38</sup> Para a definição do conceito, utilizo o trabalho de Cefaï (2002).

margens do canal, estava próxima das estações dos trens da Central do Brasil e da Leopoldina, e ligava-se ao cais do porto pelo bairro da Gamboa. Além disso, abrigava em seu perímetro pequenos alojamentos, cortiços, pensões e casas de zungu<sup>39</sup> que logo propiciaram o acolhimento dos trabalhadores que por ali passavam em suas rotinas cotidianas ou na chegada à cidade.

Precisamente pela sua localização e pelo alto número de pessoas que concentrava,<sup>40</sup> instalaram-se nos limites do Mangue duas instituições disciplinares responsáveis por destinar àquela área a função capital de um *cordão sanitário*. A primeira delas foi o Hospital São Francisco de Assis, em 1922, que passou a funcionar no antigo prédio do primeiro asilo de mendigos da cidade. Dois anos antes de abrirem as portas como hospital destinado ao tratamento de doenças venéreas, o governo da antiga capital da República já havia mandado retirar as prostitutas que faziam o *trottoir* em outros bairros centrais, obrigando-as a permanecerem nos lupanares do Mangue durante a visita do rei e da rainha da Bélgica à cidade. A segunda instituição disciplinar instalada naquela zona foi o 13º Distrito de Polícia, que mantinha em seus arquivos um fichário com o nome de todas as mulheres que trabalhavam nos bordéis locais.

Tais medidas prenunciavam ser o Mangue o lugar ideal para a localização do baixo meretrício carioca, contribuindo para a definição dos espaços morais da cidade e, pela ótica higienista de então, também para o controle da sífilis e de outras doenças venéreas que assombravam a vida da população no início do século XX. Junto a isso, a grande mobilidade dos habitantes dessa área era um dos distintivos que davam à Cidade Nova o caráter de *área natural*<sup>41</sup> do baixo meretrício no Rio de Janeiro.

<sup>39</sup> O termo “zungu” data de 1877 e, em língua quimbundo (“*nzangu*”), quer dizer confusão, barulho, rixa. As casas de zungu possuíam as mesmas características das casas de cômodo.

<sup>40</sup> Entre 1920 e 1930, para cada três brasileiras que trabalhavam no Mangue havia uma estrangeira. As “polacas” e as francesas eram maioria, contabilizando cerca de dez mil “escravas brancas” que entre 1918 e 1930 desembarcaram nos portos brasileiros para se prostituírem. Nas fichas reunidas no 13º Distrito de Polícia vê-se que ali também aportaram romenas, russas, iugoslavas, argentinas e, entre todas, predominavam as judias, pois muitos traficantes de mulheres eram israelitas. Cf Pereira (1966).

<sup>41</sup> Este conceito, criado por Robert Ezra Park para designar áreas cujas atividades resultam da interação social e não do planejamento oficial, evoca a ideia de uma ecologia urbana determinada por fatores econômicos e sociais que influem na distribuição da população em áreas de trânsito, lazer, moradia e trabalho. Cf Park (1979); Zorbaugh (1970, p. 410).

Entretanto, o inexorável processo da expansão urbana pouco a pouco confinou e reduziu os seus domínios. Em 1945, a construção da Avenida Presidente Vargas pôs abaixo cerca de quinhentos edifícios da região, entre eles quatro igrejas, um mercado, a sede da prefeitura e muitas casas onde funcionavam bordéis, espalhando, entre os moradores da cidade, o medo de que a prostituição proliferasse para outros bairros. Em 1954, iniciou-se a experiência conhecida como República do Mangue, termo cunhado pelos policiais da Delegacia de Costumes e Diversões (DCD) com o objetivo de fichar as prostitutas daquela área para que fossem exercidos os controles médico<sup>42</sup> e policial.<sup>43</sup> Em 1967, a visita da rainha Elizabeth II e de sua comitiva tornaria o casario parcialmente invisível para aqueles que cruzassem a Avenida Presidente Vargas. A ordem dos militares era esconder o Mangue com tapumes e, com isso, traçar, finalmente, os limites da “zona”. Em 1970, o Jornal do Brasil chegou a anunciar “o fim do Mangue”. Mais de 30 casas estavam sendo desapropriadas e outras tantas deveriam passar pelo mesmo processo, pois, desde o início, a década de 1970 seria marcada pelas obras de construção do metrô e do Centro Administrativo São Sebastião (CASS), nova sede da Prefeitura do Rio de Janeiro.<sup>44</sup>

Com as obras, a área abrangida pelo CASS não mais deixava espaço para um novo deslocamento das prostitutas. Havia, porém, em um pequeno trecho fronteiro entre a Cidade Nova e o bairro do Estácio, uma travessa com casas, próxima ao sítio reurbanizado e à estação de metrô, onde os bordéis seriam reinstalados, pela última vez naquele bairro, em 1979. Em seu pórtico se lia “Vila Mimosa”, e a vila, anteriormente ocupada por famílias, viria a se tornar um símbolo de resistência da Zona do Mangue.<sup>45</sup>

### “O mangue resiste”

Meu desejo seria estar presente, em pessoa, ao ato público do 10 de dezembro, no Circo Voa-

<sup>42</sup> Sob a orientação do Hospital Gafrée e Guinle.

<sup>43</sup> A cargo do 13º. Distrito de Polícia.

<sup>44</sup> A população da cidade prestou uma jocosa anti-homenagem à nova sede do governo municipal, apelidando-o de “Piranhão”, uma explícita alusão à alcunha popular de prostituta e à menção que faz à voracidade carnívora do peixe amazônico. Na cidade, todos conhecem a sede da prefeitura pelo nome de “Piranhão”, e mesmo os seus funcionários se referem ao local de trabalho utilizando este nome. Mais recentemente, um prédio anexo foi construído e, novamente, a população lembrou a antiga área dos bordéis, dando-lhe a alcunha de “cafetão”.

<sup>45</sup> Moraes (1996).

dor, para assegurar minha total solidariedade à Rede Nacional de Prostitutas engajada em luta dura e difícil para denunciar as violências de que estão sendo vítimas os habitantes da região do Mangue, em especial as prostitutas, às quais são negados quaisquer direitos, os mais mínimos, vítimas de “grilagem urbana, especulação imobiliária, corrupção e irregularidades administrativas e discriminações sociais”. O que está sucedendo é algo monstruoso e deve despertar a indignação de cada um de nós, de todos os que desejamos o fim do arbítrio e da discriminação. Juntemos nossas vozes e nossos esforços aos dos habitantes do Mangue que pleiteiam que a região seja transformada em área de preservação ambiental. Busquemos impedir que mais um crime seja cometido contra a população do Rio e, em especial, contra o grupo social mais terrivelmente marginalizado e perseguido: as prostitutas. Não podendo estar pessoalmente presente, venho me solidarizar com o que nesse ato se decida em defesa da democracia dos direitos humanos.

(Jorge Amado, Bahia, 1987)

Meses depois do *Iº Encontro Nacional de Prostitutas*, em 1987, os jornais novamente fariam a cobertura da mobilização da categoria, desta vez contra as ameaças que vinham sofrendo dos prepostos de um pastor da igreja evangélica,<sup>46</sup> dono de uma extinta rede de TV,<sup>47</sup> cujos estúdios haviam sido instalados no prédio ao lado dos bordéis da Vila Mimosa.

A carta acima transcrita anteriormente, enviada da Bahia pelo escritor Jorge Amado, expressava o quanto a questão adquiria gravidade num país recentemente redemocratizado. Os problemas que se abatiam sobre as prostitutas eram, cada um deles, os mesmos que ameaçavam a nova ordem: arbítrio e discriminação.

Com o apoio de ONGs, artistas e pessoas ligadas a pastorais da Igreja Católica, as prostitutas da Vila Mimosa organizaram um ato público

<sup>46</sup> Nilson Fanini.

<sup>47</sup> TV Rio.

de repúdio “contra a violência, a especulação imobiliária e a discriminação social”, quando disseram entender que “atos como este não servem senão para discriminar e extinguir não só com as prostitutas, mas também com outras comunidades carentes que lutam pela preservação do seu espaço e a garantia dos seus direitos.”

Este texto, parte do discurso lido durante a manifestação *O Manguê resiste*,<sup>48</sup> passou a integrar um dossiê organizado pela Associação da Vila Mimosa, fartamente documentado com abaixo-assinado, recortes de jornal, cartas, telegramas, levantamento das desapropriações e relatos de habitantes do entorno. O drama chegaria ao fim com o decreto assinado pelo prefeito Saturnino Braga instituindo a concessão do comodato das casas da Vila Mimosa às suas proprietárias.<sup>49</sup>

Quase 20 anos se passaram até que, em 1995, a Vila Mimosa teria seu fim determinado pelo Projeto Teleporto, que previa um traçado inteiramente novo para o entorno do CASS, no qual seria instalado o mais moderno centro de telecomunicações da cidade. A prefeitura indenizou os proprietários dos bordéis, efetuando o pagamento de Cr\$ 350 mil em nome da Associação de Prostitutas da Vila Mimosa. Mas o montante, segundo a crônica do grupo, fora roubado pela presidente e com ela desaparecera poucos dias antes do início das demolições.

Novamente espalhou-se pelos bairros centrais e pelos subúrbios da Central e da Leopoldina o rumor e o temor da instalação da “zona” em suas circunvizinhanças. Decididas a reconstruírem aquele cenário, cafetinas e prostitutas se cotizaram na compra de um galpão industrial desativado, com 2500m<sup>2</sup>, existente nas proximidades do antigo ponto. Os moradores do lugar resistiram manifestando-se nos dias que antecederam a mudança e construindo, naquele dia, barreiras de pneus, às quais ateavam fogo, diante do único acesso ao lugar, feito por sob o pontilhão dos trilhos dos trens da Central. Mas os caminhões da prefeitura avançavam, trazendo nas carrocerias as mulheres e seus pertences.<sup>50</sup>

<sup>48</sup> Realizado no Circo Voador, no dia 10 de dezembro de 1987. V. *Jornal do Brasil e Tribuna da Imprensa* de 10/12/1987.

<sup>49</sup> V. *Jornal do Brasil* de 25 de novembro de 1987: “O Manguê Resiste: prostitutas garantem ajuda do prefeito na luta contra o pastor”, *O Globo* do mesmo dia e os jornais *Tribuna da Imprensa*, *O Dia* e *O Globo* de 26 de novembro de 1987.

<sup>50</sup> V. jornais *O Dia*, 03/01/1996; *O Globo*, *A Notícia*, *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa* e *O Dia*, 04/01/1996; *Jornal do Brasil* e *A Notícia*, 05/01/1996 e também o jornal francês *Le Monde*, cuja capa do dia 06/01/1996 anunciava *Le démantement spectaculaire des*

Durante os primeiros dias, até mesmo carros que permaneceram estacionados em frente ao galpão foram queimados pelos moradores contrafeitos. Uma cafetina registrou imediatamente a ata de fundação da nova associação e as negociações com a vizinhança pouco a pouco foram dando o tom de uma convivência possível que, por fim, mudaria de modo radical a vida, a economia e o comércio de proximidade desse recanto situado nas cercanias da Praça da Bandeira. Os moradores, outrora irredutivelmente contra a instalação dos bordéis, foram, com o tempo, percebendo na nova vizinhança uma demanda por serviços e, para supri-la, passaram a alugar quartos, vender roupas íntimas, perfumes, bijuterias e comida, cuidar de crianças, lavar roupas e até mesmo oferecer aulas de reforço para jovens estudantes. Até uma capela foi ali erguida, marcando a fronteira moral entre antigos e novos habitantes do lugar.

Dentro do galpão, o arranjo do espaço foi concebido de tal modo a recriar a ambiência de uma rua, com janelas voltadas para o passeio e as soleiras prontas a exibirem mulheres para todos os gostos. A extravagância das cores e dos materiais das fachadas, bem como as luzes vermelhas, fluorescentes ou mesmo estroboscópicas que escapam pelas janelas e portas dos 38 estabelecimentos indo iluminar o corredor por onde circulam, diariamente, os milhares de clientes da Vila Mimosa II, fazem dessa insólita avenida uma espécie de “galeria benjaminiana de *quadros vivos*, para êxtase e contemplação de seus frequentadores mais exigentes”.<sup>51</sup> Hoje não mais restritos ao interior do galpão chamado, então, de “Vila Mãe”, os bordéis ocupam os dois lados da rua, em quase toda a sua extensão, junto com as barraquinhas de comida e bebida, *lanhouses*<sup>52</sup> e um ou outro salão de beleza, facultando uma *flanerie* ainda mais convidativa e propiciando à clientela maior oferta de serviços.

Todas essas casas, antes habitadas por famílias residentes, foram por estas vendidas para os novos empreendedores locais durante o processo de expansão do negócio, que acabou por valorizar esses imóveis em até 500%.<sup>53</sup> O aumento surpreendente se deve à estipulação do preço

---

*prostituées de Rio.*

<sup>51</sup> Mello et al. (2007).

<sup>52</sup> Estabelecimentos comerciais que oferecem acesso à internet. São frequentados majoritariamente por jovens, em especial do sexo masculino, que lá passam horas jogando *videogames* pela internet.

<sup>53</sup> Segundo cálculos de seus atuais donos, muitas casas foram vendidas por cerca de R\$5.000,00,



de cinco reais pelo aluguel de um quarto para cada vinte minutos de programa,<sup>54</sup> o que, considerando a média de cinco quartos em cada casa e a circulação de milhares de homens nos fins de semana, indica a rentabilidade do negócio – ainda acrescida do alto consumo de bebidas que, a despeito de seu elevado preço na Vila Mimosa, muitas vezes responde pelos lucros do estabelecimento.

### **“Deixamos de ser zona: somos vila mimosa”**

Qualquer prostituta pode trabalhar na Vila Mimosa II, bastando, para isso, pagar R\$ 5,00 ao gerente da casa pelo uso da cabine onde atenderá o cliente. Até chegar ao local, entretanto, a mulher já recebeu indicações de pessoas conhecidas ou que, em algum momento, tomaram conhecimento de sua necessidade de trabalhar ou de complementar o orçamento ou, ainda, identificaram uma carência afetiva, condição que também favorece o encaminhamento da mulher para o trabalho na prostituição. Taxistas, gerentes e outras prostitutas são os principais agenciadores, pois conhecem o *métier* e logo percebem ou procuram saber as razões que tornam possível o aceite da novíça.

Cerca de 1500 pessoas trabalham nos 78 estabelecimentos da Vila Mimosa II, em dois ou três turnos. Este número contempla gerentes, vendedores ambulantes, “barraqueiros”,<sup>55</sup> seguranças, cabeleireiros, manicures, taxistas, *motoboys*,<sup>56</sup> funcionários da associação e, em maior número, prostitutas. Quanto a estas, a Associação diz serem “mais de mil”, número este que flutua devido à permanência intermitente das mulheres na prostituição. Grande parte das que trabalham na Vila Mimosa tem entre 20 e 29 anos e somente o primeiro grau completo.

Se os motivos que as fazem optar por essa atividade se caracterizam por carência pecuniária ou afetiva, é o casamento o que mais contribui para o afastamento da prostituição. No meio de uma tarde, horário de baixa frequência nos bordéis, a etnógrafa participa de uma conversa com o dono de um estabelecimento e a prostituta que considerava a

---

chegando, em 2008, a receberem uma cotação de até R\$ 100.000,00.

<sup>54</sup> Termo com que se nomeia o período em que a prostituta passa com o cliente para efetuar a relação sexual.

<sup>55</sup> Pessoas que vendem comida e bebida em pontos fixos dentro dos galpões ou na rua.

<sup>56</sup> Serviço de táxi feito em motocicletas existente, hoje, em grande parte das favelas da cidade para suprir uma demanda local. O preço é fixo e bastante inferior ao cobrado pelos taxistas.

possibilidade de mudar de ofício, até que ele, exagerando um certo ar de fastio, resume a chorumela: “Vocês casam toda hora!”.<sup>57</sup>

Este mesmo empresário, sempre que lhe parecia necessário, proferia palavras enaltecidas e carinhosas para as prostitutas. O acolhimento, dizia ele, era crucial para o bom andamento do trabalho. Seria um estímulo para a prostituta se engajar no acirrado jogo da sedução de um cliente. Mas o acolhimento, naquele verão de 2001, não se restringia mais apenas à interação face a face entre donos-de-casa, gerentes e prostitutas. Referia-se à infraestrutura para o trabalho, à organização para o lazer e à própria propaganda do lugar. Por isso o investimento na construção de salões de beleza na sede da associação e nos bastidores de algumas casas; na realização de desfiles de moda e festas comemorativas de aniversários e dias santos; na instalação de aparelhos de musculação para uso das mulheres; na implantação de um ambulatório e no atendimento psicológico destinado a elas; nos projetos de inclusão digital e bancária para beneficiá-las;<sup>58</sup> nas atividades que visam informar sobre a prevenção de DST, do HIV e da AIDS; e, por fim, na construção de um *site* (<[www.vilamimosa.com.br](http://www.vilamimosa.com.br)>) que divulga na Internet as ações promovidas pela Associação.

A assunção de um projeto institucional pelos donos e donas-de-casa<sup>59</sup> da Vila Mimosa II se desdobrou, enfim, na criação de mecanismos que visavam elevar os traços positivos da coletividade, de maneira a eclipsar aqueles que colocam em perspectiva as inúmeras “histórias tristes” da vida na prostituição. Entretanto, o trabalho social aparece no *site* como a grande vedete das ações promovidas pela associação dos “donos-de-casa”.<sup>60</sup>

Pensadas à luz de novas justificativas sociais que pudessem produzir contextos mais favoráveis à inserção dessa associação nos campos político, econômico e social, tais iniciativas buscavam também dissociar a ideia de “bagunça”, de “desordem”, sinônimos de uma das acepções

<sup>57</sup> Bruna Surfistinha, garota de programa que conquistou fama internacional ao publicar sua autobiografia, confessa: “eu parei de fazer programas porque eu consegui atingir o que eu queria e encontrei um verdadeiro amor.”

<sup>58</sup> A Caixa Econômica Federal enviou dois funcionários à Vila Mimosa II para realizarem a abertura de contas sem exigência de comprovação de renda para as prostitutas. Foram abertas mais de 300 contas, com depósitos iniciais de R\$ 250,00 a R\$ 1.000,00. V. jornal *Beijo da Rua*, dezembro de 2003: “Caixa vai à zona abrir contas para profissionais”.

<sup>59</sup> Categoria local para ‘cafetina’.

<sup>60</sup> Uma de suas mais ativas diretoras acaba de se formar no curso de Serviço Social.

de “zona”, do ambiente da prostituição. Vontade esta sintetizada nas palavras de um dos membros da associação: “deixamos de ser *zona*: somos *Vila Mimosa*”.

As instituições que hoje apoiam os projetos da Associação figuram na página principal do *site*: Unesco, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Governo Federal, Ministério da Cultura, Escritório contra Drogas e Crime das Nações Unidas, Conselho Nacional de DST/AIDS e Assessoria DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde do Estado do RJ, Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), *Brazil Foundation* e Fundo Angelo Borba de Recursos para Mulheres. Um anúncio intermitente indica: “Aqui você tem: assistência médica, atendimento psicológico, aulas de inglês/espanhol, aula de informática, palestras sobre cidadania, conta bancária, poupança, plano de previdência, consórcio para a casa própria”. A página “Biblioteca” destina-se exclusivamente à difusão de textos sobre DST’s e AIDS. Há fotografias de festas, campanhas de prevenção e campanhas políticas nas quais aparecem desfigurados os rostos das prostitutas; apenas algumas “donas-de-casa” se deixam mostrar. Por fim, e com grande destaque, o visitante pode conhecer a história épica registrada pela associação sobre a Zona do Mangue, a Vila Mimosa e a Vila Mimosa II.

### **O “submundo” no congresso**

No mesmo mês em que a Associação da Vila Mimosa II organizou o desfile inaugural, o diretor e a presidente foram a Ipanema, na Zona Sul da cidade, participar de um jantar oferecido pelo deputado federal Fernando Gabeira. O assunto que os levava àquela reunião estava diretamente associado aos seus interesses empresariais, pois, naquela noite, o parlamentar apresentaria a 50 convidados o seu projeto de lei para a retirada dos artigos 228, 229 e 231 do código penal.<sup>61</sup> Inspirado na legislação alemã,<sup>62</sup> em vigor desde janeiro daquele ano, o projeto brasileiro pressupunha a possibilidade de contratos trabalhistas entre prostitutas e cafetões e cafetinas que, com a retirada do lenocínio do universo da ilegalidade e do crime por meio do reconhecimento legal de seu exercício, passariam a ser vistos como empresários.

<sup>61</sup> Ou seja, aqueles que capitulam criminalmente o lenocínio.

<sup>62</sup> Em 01 de janeiro de 2002 entrou em vigor na Alemanha a lei que suprimiu do Código Penal Alemão o crime de ‘favorecimento da prostituição’.

Junto com prostitutas das praças Mauá e Tiradentes e do Campo de Santana, jornalistas, ativistas e empresários do *bas-fond* carioca, os dois representantes da Vila Mimosa II ouviram atentamente a exposição do deputado que, com sua postura política libertária e habitual *nonchalance*, devotadas, desde o início de sua carreira, à elucidação dos usos e dos costumes que instituem a marginalidade social e política de determinados grupos sociais, propôs ser o *porte-parole* das prostitutas no Congresso Nacional. “Quero esclarecer que nasci e vivi ao lado de uma zona de prostituição e as prostitutas tiveram um papel fundamental na minha educação, protegendo-me e orientando-me em situações perigosas”. Uma calorosa salva de palmas confirmou a aceitação de sua proposta. Para todas aquelas ali presentes, o projeto do deputado representava o coroamento dos vários anos de aguerrida participação nas mais diversas arenas públicas pelo reconhecimento dos direitos civis, políticos e sociais da categoria.

No entanto, para o diretor e a presidente da Vila Mimosa II, o projeto era apenas o começo das mudanças que poderiam afetar completamente seus negócios, e merecia, portanto, ser ampla e exaustivamente debatido. A presidente se contrapunha à ideia aludindo à vergonha de ter o nome do ofício registrado em uma carteira de trabalho e aos desdobramentos negativos de tal exibição curricular. O diretor, por sua vez, enumerava as ações da Associação para melhor contrastá-las e distingui-las, moralmente, da dissimulação da prostituição levada a termo pelos proprietários de hotéis e motéis cariocas, conscientes da necessidade de se desembaraçarem desse tipo de relação de trabalho.<sup>63</sup> Embora ausentes, não foi sem incômodo que se ressentiu, na ocasião, a falta dos pudicos representantes da hotelaria carioca.

As divergências entre os representantes das duas categorias – prostitutas e proxenetas – se explicitaram naquele jantar, agora para um grupo seletivo porém eclético de ativistas e, como se não bastasse, em uma instância heterônoma. A plateia testemunhava que, aos olhos dos dois empresários, a prostituição era uma atividade provisória e circunstancial, enquanto que para as prostitutas militantes, as mais interessadas no projeto de lei, era fundamental esclarecer a possibilidade da *escolha* pela prostituição, assim como a permanência na atividade para, por conseguinte, se poder exigir a garantia de direitos

---

<sup>63</sup> V. *Beijo da Rua*, ago./set. 2002.

trabalhistas, incluindo os demais benefícios previdenciários garantidos pelo tempo de trabalho em determinado tipo de ocupação.

No chamado “submundo”, a venda de proteção à prostituta, ou seja, o lenocínio é a mercadoria política<sup>64</sup> responsável pela manutenção da ordem. O mercado onde esse tipo de mercadoria circula é essencialmente criminalizado e a extorsão e as transações de proteção dependem de uma rede de estranha forma de confiança estabelecida entre os envolvidos e derivada da situação de ilegalidade de que partilham. Conforme observa Misse, “a economia das ‘ligações perigosas’ entre mercados informais de bens econômicos ilegais ou criminalizados e mercadorias políticas ilícitas se alimenta, assim, paradoxalmente, das próprias políticas de criminalização que demarcam esses mercados”.<sup>65</sup>

### **“Sem vergonha, garota: você tem profissão”**

Paralelamente à arena formada em torno da descriminalização das relações de trabalho no universo da prostituição, o Ministério do Trabalho se empenhava para inserir a atividade na última edição de sua *Classificação Brasileira de Ocupações* (CBO). O novo inventário das ocupações brasileiras seria publicado em 2003, mas foi também naquele ano de 2002 que os delegados do MT reuniram-se em um hotel, em Copacabana, com dez prostitutas representantes das cinco regiões do país – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste – para cumprirem a tarefa de definição da atividade a partir das condições gerais do seu exercício, das competências<sup>66</sup> pessoais exigidas e dos recursos materiais necessários para o seu pleno desempenho.

<sup>64</sup> Misse (1997).

<sup>65</sup> O autor cita como exemplos desse tipo de mercadoria política, cuja criminalização decorre do emprego da violência para fins privados, a “proteção” oferecida pela máfia siciliana, as negociações de preço pelo resgate de sequestrados no Rio de Janeiro, ao longo dos anos 1990, e o assassinato por encomenda feito pelos chamados “grupos de extermínio”.

<sup>66</sup> Ocupação e competência são as bases conceituais da CBO. O primeiro termo compreende, em sua definição, “emprego” ou “situação de trabalho”, que é um “conjunto de atividades desempenhadas por uma pessoa, com ou sem vínculo empregatício”. O segundo faz distinção entre “nível de competência” e “domínio (ou especialização) da competência”, sendo aquele “função da complexidade, amplitude e responsabilidade das atividades desenvolvidas no emprego ou relação de trabalho” e este as “características do contexto do trabalho como área de conhecimento, função, atividade econômica, processo produtivo, equipamentos, bens produzidos” que identificarão o tipo de ocupação ou profissão. Cf. *Informações Gerais sobre a CBO*, documento disponível no *site* do Ministério do Trabalho e Emprego: <<http://www.mteco.gov.br/informacao.asp>>.

Foram dois dias e duas noites de intensas discussões e muitas ponderações e reflexões a respeito do ofício e das vantagens e desvantagens encontradas durante as atividades, segundo as diversas áreas geográficas do Brasil. As prostitutas do estado do Pará,<sup>67</sup> no norte do país, defendiam como parte do trabalho ocupar-se das compras e das roupas de seus homens no garimpo, assim como a aplicação de sua renda em pepitas de ouro. Os contextos criados pela prostituição nos mais variados meios urbanos do país ali se manifestavam, dando mostras da complexidade dos procedimentos e da metodologia aplicada pelo MT na construção das categorias profissionais brasileiras.

A principal etapa do processo de definição de uma nova categoria consiste em enumerar todas as atividades que constituem o ofício e as competências que os membros consideram relevantes para o seu pleno exercício, de modo que seja possível, em seguida, evidenciar o contexto em que as aptidões se fazem necessárias. Tal propedêutica visa dar maior precisão ao conjunto que distinguirá uma ocupação de outra, estabelecendo particularidades e limites entre labores que demandam competências muitas vezes idênticas.

De acordo com o sistema classificatório da CBO, a prostituição pertence ao Grande Grupo 5, que reúne:

[...] trabalhadores dos serviços e vendedores do comércio em lojas e mercados. Este grande grupo compreende as ocupações cujas tarefas principais requerem para seu desempenho os conhecimentos e a experiência necessários para prestações de serviços às pessoas, serviços de proteção e segurança ou a venda de mercadorias em comércio e mercados. Tais atividades consistem em serviços relacionados a viagens, trabalhos domésticos, restaurantes e cuidados pessoais, proteção às pessoas e bens e a manutenção da ordem pública, venda de mercadorias em comércio e mercados.

No conjunto de tarefas elaborado pela comissão *ad hoc* de representantes do *métier*, encontram-se atividades designativas de outras ocupações – lavar roupas, por exemplo, – e situadas em contextos

<sup>67</sup> Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central de Belém (GEMPAC).

bastante específicos – o garimpo. Como competência, foram citados, unanimemente, os diversos modos de sedução. Nesse momento, diante do acordo sobre a principal prática da prostituição, alguém sugeriu incluir uma competência cuja propriedade era, antes, a de uma ética: “não cortejar companheiros de colegas de trabalho”. Paradoxalmente marcada pelo decoro, a compostura e a moralidade, a deontologia da ocupação “prostituição” ganharia forma, a partir daquele instante, para em seguida ganhar mundo nas páginas da *Classificação Brasileira de Ocupações* (CBO).

As participantes definiram as competências e atividades características da prostituição a partir da enumeração das etapas que abrangem desde a preparação para o trabalho – “produzir-se” – até o cuidado com a formação de aprendizes – isto é, a difusão de um conhecimento elaborado pela prática do ofício. As etapas do trabalho de prostituta foram assim definidas: “batalhar programa”, “minimizar as vulnerabilidades”, “atender clientes”, “acompanhar clientes”, “administrar orçamentos”, “promover a organização da categoria” e “realizar ações educativas no campo da sexualidade”. Cada etapa configurou um grupo formado por competências específicas, dentre as quais surgiram: “dar conselhos a clientes com carências afetivas”, “posar para fotos”, “fazer compras para o garimpo”, “lavar roupas dos garimpeiros”, “cuidar de garimpeiros enfermos”, “inventar histórias”, “cuidar da higiene pessoal do cliente”, “encantar com a voz”, “seduzir com o olhar”, “conquistar com o tato”, “envolver com o perfume”, “reconhecer o potencial do cliente”, “satisfazer o ego do cliente”, “denunciar discriminação”, “usar e distribuir preservativos” e “manter relações sexuais”. Além das práticas sinestésicas e, por que não dizer, psicanalíticas voltadas para a interação com o cliente, para o pleno desenvolvimento do ofício foram incluídas, ainda, “ações educativas no campo da sexualidade”, com a elaboração de roteiros para peças teatrais, aconselhamento a meninas de rua, palestras na rede de ensino e nos cursos de formação e reciclagem de policiais.

Note-se que a construção mesmo da categoria ocupacional sintetiza o drama social do próprio trabalho. Os personagens, portanto, estão lá: garimpeiros, policiais, clientes, companheiros das colegas.<sup>68</sup> Com eles,

<sup>68</sup> “Il faut se rappeler qu’un métier n’est pas seulement un faisceau de tâches, mais aussi un rôle social, le personnage que l’on joue dans une pièce [drama]” (HUGHES, 1996, p. 72).

os cuidados a serem observados durante a interação que engendram: “usar preservativo”, “denunciar discriminação e violência física”.

E, desse modo, finalmente evidenciam-se, na construção de uma categoria profissional, alguns princípios fundamentais que justificam socialmente a atividade. A inspiração do artista, a tradição de um *métier*, a competência técnica de uma profissão ou o civismo de um ofício são alguns exemplos de princípios reclamados como virtudes – e ética – de suas respectivas identidades.<sup>69</sup>

Apesar das particularidades incluídas no registro e não necessariamente experimentadas por todos os membros da categoria, a exegese da ocupação deixa entrever que as circunstâncias enfrentadas por um membro e as maneiras com que ele responde a elas são muito semelhantes àquelas experimentadas e resolvidas por outros integrantes da mesma categoria. Goffman observou que essas semelhanças existem *apesar* da característica – ou do estigma – que os aproxima, e não *por causa* dela, constatando, com isso, a pertinência de um “estudo institucional do eu”, entre “o eu e sua sociedade significativa, sem precisar depender manifestamente de dados a respeito do que a pessoa diz que imagina ser”.<sup>70</sup> Nesse sentido, a exegese de uma ocupação acaba sendo também a exegese dos mores de uma sociedade.

As efemérides de 2002 fizeram, assim, com que as associações das prostitutas gozassem de uma espécie de *anno mirabilis* da história da prostituição no Brasil. Essa foi em muito favorecida pelas relações construídas com as instituições federais, especialmente com o Ministério da Saúde que, além de financiar os projetos institucionais das associações, lançou, também em 2002, uma campanha nacional de prevenção das DST e da AIDS intitulada *Sem vergonha, garota: você tem profissão*. No Brasil, “sem vergonha” é também sinônimo de “mulher da vida”, puta, prostituta. A campanha tirou partido desse denominativo, conferindo-lhe outro sentido: conclamando a prostituta a deixar, ao contrário, de “ter vergonha”, pois, afinal, o papel desempenhado ascendia ao *status* honroso de uma profissão.<sup>71</sup>

<sup>69</sup> Desrosières; Thévenot (2002, p. 37).

<sup>70</sup> Goffman (1961, p. 112).

<sup>71</sup> O *jingle* da campanha, veiculado nas rádios de todo o país, fazia coro a esse chamado: “Sei que a vida a levou por diversos caminhos / Por sobrevivência ou amor você vende carinhos / Não se arrisque nem um instante, não vá se esquecer / A sua saúde é importante / Cuide bem de você / Você é profissional do amor, profissional do prazer / Por isso tome cuidado, com cliente ou namorado / Você tem que se proteger”.



Destinada especificamente às prostitutas, a campanha se empenhou em afirmar, pela primeira vez na história das políticas públicas, a identidade profissional da prostituta, agora alçada à “braço direito” do trabalho preventivo proposto pelo Ministério da Saúde.

Em uma sociedade bacharelesca, para dizer nos termos de Gilberto Freyre, ter uma profissão significa, entre outras coisas, ser *mais* respeitado por indivíduos e instituições públicas. Everett Hughes investe na mesma direção e propõe que se entenda em quais circunstâncias os membros de um *métier* passam a pretender transformá-lo em uma profissão, e quais são as etapas que têm de vencer para aproximarem-se do modelo valorizado de uma profissão.<sup>72</sup>

*Professio*, palavra latina da qual se origina, designa o ato de proferir, de manifestar publicamente ou diante de uma comunidade religiosa os votos expressivos da crença, da fé ou da opinião que se apregoa. Desse ponto de vista, sugere a eleição e o engajamento rotineiro em um conjunto determinado de atividades e modos de proceder. Supõe, portanto, uma dedicação constante, em vez das intermitências provocadas por alguma eventualidade ou pelo circunstancial. Suscita, finalmente, a assunção de um papel e, com isso, determinados modos de se definir situações no drama da vida social.

## Conclusão

Robert Ezra Park já havia observado, em 1916, que “na cidade, qualquer vocação, mesmo a de mendigo, tende a assumir o caráter de profissão”.<sup>73</sup> Qualquer *savoir faire* é, na cidade, passível de desenvolver uma organização com posições socialmente definidas e regras de conduta que regulam o trabalho nessa ocupação.<sup>74</sup> A própria cidade, enquanto cenário, se encarrega de desenvolver nos indivíduos talentos específicos resultantes do hábito, do costume, da educação e sobretudo das trocas e interações que encontram lugar nos mais variados meios urbanos.

Diferentemente dos grupos sociais, os *tipos vocacionais*, na concepção de Park, não surgem de interesses comuns, mas, antes, de estímulos provenientes de outras formas de associação que se baseiam na con-

<sup>72</sup> Hughes (1996, p. 77).

<sup>73</sup> Park (1979, p. 26-67).

<sup>74</sup> Becker (1986).

tiguidade – a vizinhança, por exemplo – e na associação pessoal. Por isso, frequentar lugares na cidade é tanto criar quanto submeter-se aos acontecimentos que neles ganham vida. É, em poucas palavras, ser *socializado*.

Em nossa análise da prostituição e de suas formas de organização e mobilização, cuidamos para que o leitor não perdesse de vista *a cidade*, ela mesma resultado de incontáveis formas associativas. Sem a materialidade de suas construções, de seus edifícios, casas, esquinas, praças, ruas e avenidas, seus horários, ritmos e jogos de luzes e sombras, os personagens e seus dramas não poderiam ser perseguidos pela observação a que nos propomos.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. O vocabulário da praça pública na obra de Rabelais. In: \_\_\_\_\_. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: Edunb, 1996.

BARRUEL DE LAGENEST. *Lenocínio e prostituição no Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

BECKER, Howard. A Escola de Chicago. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177-188, 1986.

BURGESS, Ernest. O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa. In: PIERSON, Donald (Org.). *Estudos de ecologia humana*. São Paulo: Livraria Martins, 1970.

CEFAÏ, Daniel. Qu'est-ce qu'une arène publique?: quelques pistes pour une perspective pragmatiste. In: CEFAÏ, D.; JOSEPH, I. (Ed.). *L'héritage du pragmatisme*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2002. p. 51-83.

DESROSIÈRES, Alain; THÉVENOT, Laurent. *Les catégories socio-professionnelles*. Paris: La Découverte, 2002.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

\_\_\_\_\_. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1961.

HONNETH, Axel. *Luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HUGHES, Everett C. *Le regard sociologique: essais choisis*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1996.

LEITE, Gabriela Silva. *Eu, mulher da vida*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

MELLO, Marco Antonio da Silva et al. Si tu vas à Rio!: Isaac Joseph et l'expérience brésilienne. In: CEFAÏ, Daniel ; SATURNO, Carole (Org.). *Itinéraires d'un pragmatiste: autour d'Isaac Joseph*. Paris: Economica, 2007.

MISSE, Michel. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 93-116, 1997. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~misse/perigo.doc>>.

MORAES, Aparecida Fonseca. *Mulheres da Vila: prostituição, identidade social e movimento associativo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano em meio urbano. In: VELHO, Otavio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 26-67.

PEREIRA, Armando. Prostituta não é caso de polícia. In: PEREIRA, Armando et al. *A prostituição é necessária?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 59-74.

SIMÕES, Soraya Silveira. *Vila Mimosa*. Niterói: EdUFF, 2010.

SURFISTINHA, Bruna. *O doce veneno do escorpião: o diário de uma garota de programa*. São Paulo: Panda Books, 2005.

ZORBAUGH. Áreas naturais. In: PIERSON, Donald (Org.). *Estudos de ecologia humana*. São Paulo: Livraria Martins, 1970.



# POSFÁCIO



# ISAAC JOSEPH: DIÁRIO DE BORDO, PERCURSOS, EXPERIÊNCIAS URBANAS E IMPRESSÕES DE PESQUISA

---

Marco Antonio Mello,<sup>1</sup> Roberto Kant de Lima,<sup>2</sup>  
Licia do Prado Valladares,<sup>3</sup> Felipe Berocan Veiga<sup>4</sup>

Ao longo de 16 anos, de 1988 a 2004, Isaac Joseph visitou cinco vezes o Brasil.<sup>5</sup> Aqui permanecendo por muitas semanas e percorrendo numerosas regiões de extensão continental, teceu profundas relações com seus colegas e estudantes e desenvolveu com seus amigos brasileiros uma rede de trocas acadêmicas e de pesquisa.

São essas interações que abordaremos, apoiados sobre testemunhos de pesquisadores e estudantes brasileiros. E o faremos oferecendo ao leitor uma apreensão de conjunto dessas interações acadêmicas distribuídas e organizadas em quatro momentos: a descoberta do Brasil e a constituição de uma primeira rede de amizades; a cooperação universitária por meio do programa Capes-Cofecub; o trabalho de *expertise* como consultor; por fim, a consolidação das amizades e o engajamento com os estudantes *sur place*, ou seja, *no campo*.

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Antropologia da UFF e UFRJ. Coordenador do LEMETRO e Pesquisador do INEAC/UFF.

<sup>2</sup> Professor da UFF e Coordenador do INEAC/UFF.

<sup>3</sup> Professor da Université CILLE 1.

<sup>4</sup> Doutorando do PPGA/UFF. Pesquisador LEMETRO UFRJ e INEAC/UFF.

<sup>5</sup> Uma versão desse texto foi originalmente publicada em Francês, com o título “Si Tu Vas a Rio! L’expérience brésilienne d’Isaac Joseph” In: CEFAÏ, D.; SATURNO, C. (Ed.). *Itinéraires d’un pragmatiste: autour d’Isaac Joseph*. Paris: Economica, 2007. p. 235-259.

## 1 O estrangeiro descobrindo o Brasil

A primeira viagem de Isaac Joseph ao Brasil remonta a 1988, por ocasião da conferência “*Urban Restructuring: Trends and Challenges*”, organizada pelo comitê de pesquisa 21, “*Urban and Regional Development*”, da Associação Internacional de Sociologia. Acolhida pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ e coordenada conjuntamente por Edmond Préteceille e Licia Valladares, o colóquio teve lugar no Rio de Janeiro. Isaac Joseph havia sido convidado para participar de uma sessão sobre a violência urbana e a fazer, além disso, palestras e conferências em outras instituições de ensino e de pesquisa.

Parece que essa primeira experiência foi determinante para a continuidade de uma promissora história das relações entre o sociólogo e o Brasil: de saída, uma forte cumplicidade se estabeleceu com alguns colegas brasileiros, início de uma aventura apenas em seus começos. Desde essa primeira visita, a cidade do Rio de Janeiro, seus moradores e tipos populares deixaram uma forte impressão sobre Isaac Joseph. As cores, os contrastes no espaço social e no espaço público, a pobreza, a alegria, os corpos se esbarrando, a juventude da população. Ele queria ver tudo e tudo saber. Observador atento e refinado, um acaso feliz lhe permitiu entrar em contato com “os bastidores”, o que todo antropólogo desejaria encontrar durante suas pesquisas.

Por ocasião do colóquio e das discussões sobre a violência urbana, um dos participantes apresentou seu trabalho sobre a polícia brasileira – a partir de uma rica etnografia que vinha de analisar em sua tese de doutorado em Harvard. Era Roberto Kant de Lima, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Ao fim dos debates, Kant, em resposta às objeções não pertinentes que lhe foram dirigidas, convidou alguns colegas para uma inabitual visita a uma delegacia de polícia que se encontrava nas proximidades, justamente ao lado do prédio da sala de conferências, como maneira de dissipar as dúvidas que tinham sido levantadas, em lugar de se perder em réplicas enfadonhas em torno de argumentos dissociados da dimensão empírica, oferecendo a todos uma oportunidade imperdível de colocar em prática aquilo que acabava de ser apresentado. Animado pela provocação do convite, Isaac Joseph era um daqueles que partiram para a delegacia, onde evidentemente o delegado não se encontrava. Apesar de uma certa resistência do policial de plantão, o grupo foi admitido e todos



pueram ver os procedimentos e as condições materiais de detenção dos delinquentes: a cadeia e as celas da delegacia.

Esse primeiro contato tinha sensibilizado Isaac Joseph. O sociólogo e o antropólogo se engajaram a partir de então numa animada conversa, o que levou Roberto Kant a convidar seu colega a passar um final de semana do outro lado da baía de Guanabara, em Niterói. A cidade é a porta de entrada de uma região lacustre, onde estão algumas das praias mais procuradas pelas classes médias e abastadas do Rio. Na praia de Itaipu, Kant apresentou Isaac Joseph aos pescadores que tinham sido objeto de uma etnografia realizada nos anos 1970. Ele encontrou também nessa ocasião Marco Antonio da Silva Mello, antropólogo que tinha conhecido anteriormente, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Este também tornar-se-ia um amigo e passaria, anos mais tarde, um período acadêmico e de pesquisa na França, realizando então trabalho de campo sobre o bairro parisiense de Belleville.

Naquela época, Isaac Joseph era ainda *lyonnais*, mas já trabalhava em colaboração com a RATP. Seus trabalhos sobre o metrô parisiense já evocavam então seu interesse pelo espaço público, sobre a incivilidade. Evidentemente, estas foram também questões da Escola de Chicago, de Park e Simmel a Goffman e Becker. Nas suas malas, havia trazido um vídeo sobre o metrô de Paris e seu livro sobre a Escola de Chicago, escrito e organizado em parceria com seu colega Yves Grafmeyer.<sup>6</sup>

## **2 Isaac Joseph e a cooperação internacional**

Essa primeira viagem inaugurou as seguintes. Os primeiros laços pessoais e profissionais com um grupo de pesquisadores brasileiros acabaram por levar, alguns anos mais tarde, a uma colaboração sistemática e enriquecedora para as duas partes envolvidas. É nesse quadro mais formal que as relações entre Isaac Joseph e o Brasil foram oficialmente desenvolvidas.

Um dispositivo institucional tornou possíveis tais intercâmbios: os acordos interuniversitários Capes-Cofecub entre o Brasil e a França, visando estimular a formação e as trocas acadêmicas em torno de problemáticas comuns em vários domínios científicos.

Sob a sugestão inicial de Roberto Kant de Lima, que via em Isaac Joseph um parceiro potencial, intelectualmente estimulante, e que também via numa cooperação internacional a possibilidade de

<sup>6</sup> Grafmeyer; Joseph (1984).

consolidar o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF (PPGA/ICHF-UFF), um acordo intitulado *Espaço público, conflitos e democracia numa perspectiva comparada* foi estabelecido entre a Universidade de Paris X-Nanterre, a UFF e o IUPERJ.

A partir de 1998, missões de curta e longa duração foram estabelecidas nos dois sentidos entre os dois países, almejando a construção de uma relação acadêmica sólida em torno de Isaac Joseph que, embora não fosse o único, era sem dúvida o personagem central do acordo. Por seu turno, Daniel Cefai, colega de Isaac Joseph em Nanterre, tinha coordenado de 1997 a 1999 um programa de intercâmbio com Vera da Silva Telles, Maria Célia Paoli e Cibele Risek, da Universidade de São Paulo (USP), conduzindo assim a vertente *paulista* da rede.

Na sequência, Isaac Joseph, como professor titular e chefe do *Département de Sociologie* da Universidade de Paris X, veio ao Brasil em 1998, no quadro do acordo que acabava de ser inaugurado, retornando em 1999, para uma temporada no Rio com Martine Segalen, que o havia sucedido na direção do referido departamento. Mas ele vai também a Salvador na Bahia e participa do seminário internacional sobre poder local organizado por Tania Fisher, diretora do *Programa de Desenvolvimento e Gestão Social*. Nessa oportunidade, apresenta a comunicação “Gare du Nord – Interconnections et Réseaux”. Depois retornaria a Salvador em 2000 e 2001, convidada por Anete Leal Ivo, diretora do Centro de Recursos Humanos (CRH) da Universidade Federal da Bahia.

Tais viagens ofereceram a oportunidade de Isaac Joseph aprofundar as relações com os membros do programa de cooperação interuniversitária, encontrar os estudantes brasileiros, ampliar os laços com a comunidade de pesquisadores e difundir, assim, suas ideias no Brasil.

No Rio de Janeiro, faz conferências não somente na UFF, mas também no IUPERJ-UCAM, assim como em dois outros importantes institutos de ensino e pesquisa da UFRJ: o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR).

Entretanto, sua estreia diante da comunidade acadêmica de cientistas sociais brasileiros se deu por ocasião de sua participação numa mesa-redonda organizada em torno do tema “A Escola de Chicago, seu impacto no Brasil e na França” no 23º congresso anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (AN-

POCS), a mais importante reunião do gênero não somente no Brasil, mas em toda América Latina. Num concorrido auditório, diante de mais de 300 pesquisadores ali reunidos, Isaac Joseph apresentou sua original leitura da contribuição de Chicago para o campo das teorias sociais e da pesquisa sociológica propriamente dita, ao lado de Licia Valladares, Gilberto Velho, Juarez Brandão Lopes e Mario Eufrazio.

O interesse despertado entre seus colegas sociólogos e antropólogos abriu-lhe as portas das editoras universitárias e organismos de financiamento para as primeiras publicações de seus trabalhos traduzidos no Brasil. Em 2000, seu livro *Erving Goffman e a Microsociologia* é traduzido para o português. Na ocasião, concede uma longa entrevista à *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* sobre a Escola de Chicago e sua recepção na França.<sup>7</sup> Entre as suas publicações no Brasil estão três outros títulos: *Gabriel Tarde: le monde comme féerie* (belo texto de introdução à obra de Tarde);<sup>8</sup> *Paisagens urbanas, coisas públicas* (artigo resultado de um trabalho técnico de consultoria sobre os espaços públicos e a disponibilidade dos serviços);<sup>9</sup> e *A respeito do bom uso da Escola de Chicago* (capítulo originalmente escrito para referida coletânea conjuntamente organizada com Yves Grafmeyer).<sup>10</sup>

Isaac Joseph desempenhou mais do que um simples papel de interlocutor: abriu as portas para numerosos pesquisadores brasileiros, como um verdadeiro construtor de redes de amizades; mostrou-nos seus campos de pesquisa e apresentou aos seus colegas do Departamento de Sociologia de Paris X-Nanterre, do IPRAUS-CNRS, do GSPM-EHESS, do LAMES-MMSH e da RATP. Frequentemente abriu sua agenda e caderno de endereços para ajudar os colegas a estabelecer contatos com outros pesquisadores franceses os quais não necessariamente trabalhavam nas instituições ou sobre os temas de pesquisa aos quais ele estava diretamente vinculado.

Mas, sem nenhuma dúvida, foi o colóquio em Cerisy-la-Salle (junho de 1999), sobre o tema “Culturas cívicas e democracias urbanas”, o evento catalisador para os brasileiros. Organizado por Isaac Joseph e Daniel Cefaï, esse colóquio era o coroamento dos dois acordos com o Brasil que, do lado francês, cada um deles coordenava. Os

<sup>7</sup> Valladares; Kant de Lima (2000).

<sup>8</sup> Joseph (2000).

<sup>9</sup> Ibidem (2000).

<sup>10</sup> Joseph (2004).

organizadores almejavam debater as relações entre espaço público urbano, política urbana e ação coletiva e tinham convidado, além de brasileiros e franceses, toda uma rede de pesquisadores de diferentes países, entre os quais norte-americanos, colombianos, mexicanos, venezuelanos, italianos etc. Para os brasileiros, a ocasião era uma espécie de gesto de amizade, sob a forma gentil de contra-dom, em retribuição ao acolhimento que ambos receberam no Brasil. O tema do colóquio – o devir urbano do político, o devir urbano da democracia, a constituição pluralista do público – estava no centro das preocupações de muitos dos participanetes brasileiros. Esses eram numerosos: seis professores da UFF, um da UFRJ, dois da UFBA e quatro da USP.

A publicação do livro resultado do colóquio, *L'Héritage du pragmatisme: Conflits d'urbanité et épreuves de civisme*,<sup>11</sup> testemunha a amizade intelectual concedida pelos editores a seus parceiros brasileiros. Os esforços de Isaac Joseph para difundir os trabalhos dos brasileiros aparecem também em muitos números dos *Annales de la recherche urbaine* e da revista *Communications*. Convidando-os sistematicamente para integrarem bancas de tese, intervirem em seminários, participarem de colóquios e proferirem conferências, expressava de modo inequívoco a admiração e o respeito intelectual que dedicava aos seus colegas brasileiros, integrando-os condignamente à vida acadêmica de seu país.

No quadro do Acordo Capes-Cofecub, muitos professores-pesquisadores da UFF puderam desfrutar de períodos de trabalho na França, como Roberto Kant de Lima, Marco Antonio Mello, Laura Graziela Gomes, Delma Pessanha Neves, Simoni Lahud Guedes e Ari de Abreu Silva. Um certo número de franceses desse e de outros acordos de cooperação internacional estreitaram laços ou mesmo viajaram ao Brasil em diferentes momentos para apresentar seminários e conferências: Martine Segalen, Daniel Cefaï, Dominique Vidal, Michèle Jolé, Roselyne de Villanova, Marc Breviglieri, por exemplo. E numerosos estudantes de doutorado, na condição de bolsistas-sanduíche da CAPES, puderam fazer seus estudos na Université de Paris X e na École des Hautes Études de Sciences Sociales: Vicente Riccio, Vânia Morales Sierra, Renata Luzia Feital de Oliveira, João Roberto Lopes Pinto, Maria Guiomar da Cunha Frota, do IUPERJ; Alexandre Werneck, da UFRJ; e, finalmente, Patrícia de Araújo Brandão Couto,

---

<sup>11</sup> Cefaï; Joseph (2002).

Kátia Santo Sé Mello, Soraya Silveira Simões, Fábio Reis Mota e Letícia de Luna Freire, da UFF.

O Acordo CAPES-Cofecub foi renovado em 2003 em torno de um novo projeto, intitulado “Sociologia da experiência privada e pública no Brasil e na França. A república no cotidiano: conflitos sociais, engajamentos associativos e provas pessoais”, reunindo, além de I. Joseph, R. Kant, M. Mello et D. Cefai, pesquisadores como Marc Breviglieri, Dominique Vidal, Pedro José García Sánchez, Laurent Thévenot e Luis Antônio Machado da Silva, entre outros. A pesquisa, que se debruçava sobre as dinâmicas do engajamento coletivo, as formas de justificação pública e os dispositivos da ação pública, era confrontada com as provas de uma sociologia da experiência cotidiana, dos sentimentos morais e dos direitos ordinários; numa palavra, uma microsociologia aplicada às pesquisas conduzidas por professores e estudantes do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP/ ICHF-UFF) e do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/ IFCS-UFRJ).

Por ocasião de sua última estada no Rio, em agosto de 2001, Isaac Joseph havia passado numerosas jornadas nas universidades, no NUFEP e no LeMetro, ouvindo com atenção os estudantes de Roberto Kant e de Marco Mello, discutindo seus temas de pesquisa e respectivas etnografias. Além disso, havia passado diversas tardes e *soirées* em suas companhias: fosse Arraial do Cabo, uma antiga aldeia de pescadores a poucas horas do Rio, com Ronaldo Lobão, evocando as questões ambientais; ou com Paulo Thiago de Mello nos botequims, esses *bistrots* cariocas que tinham sido objeto de seu trabalho de campo; ou Soraya Simões que lhe tinha feito descobrir os bairros da prostituição na Vila Mimosa, nos quais ela desenvolvera seu trabalho de etnografia; ou na companhia de Felipe Berocan, frequentando a Lapa e a Feira de São Cristóvão, ambiências urbanas concorridas da cidade; ou com Mello no bairro do Catumbi e no Mercado de Madureira, seus temas de pesquisa urbana desde a década de 1970; ou, ainda, com Roberto Kant e Ricardo Maciel visitando Itaipu, um povoado de pescadores, discutindo um projeto de reserva extrativista marinha.

### **3. Isaac Joseph, expert em “coisa pública”**

As visitas de trabalho se multiplicaram mas Isaac Joseph ainda não havia escrito sobre o Brasil. A oportunidade, no entanto, lhe foi oferecida entre julho e agosto de 2001, por ocasião de sua última

visita ao país. Por iniciativa de Carlos Vainer, pesquisador do IPPUR, Isaac Joseph foi convidado para uma consultoria técnica a propósito do espaço público de Belém do Pará, no quadro do programa de democracia participativa lançado pela prefeitura, então dirigida por um ex-estudante do IPPUR filiado ao Partido dos Trabalhadores. Esse texto, *Belém: paysage urbain, chose publique*, escrito em colaboração de Carole Saturno, veio a ser mais tarde traduzido e publicado em português.<sup>12</sup>

Isaac Joseph somente aceitou essa missão depois de ter visitado o Brasil inúmeras vezes: aprendera a decodificar os usos da praia ou aqueles da polícia, estava a par dos problemas de proteção e manejo ambiental, do funcionamento dos serviços públicos e havia lido atentamente os trabalhos dos pesquisadores brasileiros. A missão conduzida conjuntamente com Carlos Vainer tinha por objetivo explorar as possibilidades de uma contribuição sociológica ao trabalho deflagrado pela Prefeitura de Belém no quadro de sua política de gestão municipal democrática sobre diferentes espaços públicos da cidade: o *Mercado Ver-o-Peso*, o maior mercado de pescado da América Latina, instalado em prédio construído na cidade amazônica, nos áureos tempos da riqueza ligada à exploração da borracha, e a antiga zona portuária, hoje convertida em centro comercial chique, a *Estação das Docas* (localmente chamado de “estação dondocas”).

Pela primeira vez, essa missão de “pesquisa-ação” tinha permitido a Isaac Joseph encontrar-se com os políticos locais brasileiros (prefeitos, secretariado, vereadores) e os responsáveis pelo planejamento urbano e pela estruturação das áreas públicas. Recebido pelo prefeito, ele pôde avaliar as ambições da democracia participativa à brasileira, sendo Belém uma das cidades-piloto em matéria de *orçamento participativo*. Cada projeto era discutido localmente nos bairros. Assim, se colocava a questão: como reabilitar o mercado – um bem tombado pelo patrimônio –, associando os habitantes da cidade, muitos dos quais, nos bairros desfavorecidos à beira-rio (as *baixadas*), não possuíam sequer água encanada disponível? Nesse mesmo sentido: como reabilitar as antigas docas para permitir o acesso de um número maior de pessoas? Seria a construção de um centro comercial chique, protegido por grades, de costas para a cidade e para as suas realidades, a melhor maneira de restituir a cidade aos seus usuários?

<sup>12</sup> Joseph (2004). O artigo é precedido de apresentação, escrita por Carlos Vainer, p. 33-39.

Diante dessas contradições, Isaac Joseph colocava a questão da acessibilidade, da fronteira público/privado, da construção social da paisagem, dos usos e da hospitalidade. Tinha esquadrinhado as ruelas do mercado, das primeiras horas do dia ao pôr-do-sol tão espetacular sobre o rio. As águas piscosas do rio ofereciam alguns dos raros recursos econômicos para uma grande cidade ainda pobre. No cais, os caminhões frigoríficos com destinação ao centro-sul do País aguardavam a carga de toneladas de peixes, ali mesmo lavados e enxaguados nas ruas do centro da cidade. À tarde, quando o mercado se esvazia, o bairro passa a ter sua reputação mal-afamada. É a hora da chuva, cotidiana. Mais tarde ainda, um terraço que avança sobre o rio, versão popular do bairro das docas, revisto e corrigido, permite aos namorados e famílias em alvoroço contemplar o mergulho do sol nas águas do rio. A animação se desloca para as *baixadas*, a noite se estende até a madrugada ao som do *brega* e ao ritmo das cervejas.

Com esse trabalho de campo, Isaac Joseph pode colocar em prática algumas de suas ideias e competências, sua capacidade de observação e de análise, reunindo um toque de reflexão comparativa internacional. A leitura do texto nos ensina que mesmo em seu papel de expert ou de consultor, ele permanece crítico, numa postura de pesquisador independente e observador atento.

#### **4 *Journal de voyage*: percursos e impressões de Isaac Joseph no Rio de Janeiro e Niterói**

Com boa disposição e grande interesse pelo cotidiano das cidades, Isaac Joseph passou a visitar os lugares em que seus colegas realizavam suas pesquisas. Essas idas a campo na companhia dos estudantes tornaram-se, ao longo dos anos, atividades regulares em suas viagens ao Brasil, aonde encontrou um ambiente acolhedor que o deixava bastante à vontade, fazendo do trabalho acadêmico uma atividade prazerosa, como deixava transparecer sua expressão de contentamento. Mostrava-se admirado com a diversidade de temas e campos empíricos aos quais se dedicavam seus colegas, como testemunham as notas de campo e registros desses encontros, deixando entrever os ambientes, os cenários urbanos, as observações e o teor das boas conversas mantidas.

## O Mercado de Madureira

Na Zona Norte da cidade, região quase nunca frequentada por estrangeiros de passagem pelo Rio, situa-se o popular *Mercadão* de Madureira, lugar inusitado que Isaac Joseph conheceu na companhia de Mello, em 1998. Reputado orgulhosamente por seus lojistas como “o metro quadrado comercial mais caro do Rio”, o *Mercadão* é uma espécie de centro de peregrinação do chamado “povo-de-santo”, como são conhecidos os adeptos das religiões afro-brasileiras. Nele são feitas as compras piedosas dos requisitos necessários e incontornáveis para a realização dos rituais que constituem a complexa e requintada liturgia dos candomblés, cujas casas de culto encontram-se difundidas por toda a região metropolitana.

Esse importante mercado tinha sido, alguns anos antes, objeto de uma pesquisa realizada por Mello, Arno Vogel e José Flávio Pessoa de Barros. Embora conhecesse *Galinha d’Angola: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira*,<sup>13</sup> livro que resultara em grande parte daquele empreendimento etnográfico, não se poderia dizer que a temática da religião entusiasmasse Isaac Joseph. No entanto, interessado na cidade e em suas centralidades deslocadas, aceitara o convite para visitar o *terrain* de seu colega.

Incerto quanto à escolha do lugar para esta que seria sua primeira saída pela cidade na companhia do amigo, inicialmente chegou a imaginar que seu convidado pudesse sentir-se desconfortável ou pouco interessado; mas, natural do Cairo e morando em Belleville, próximo ao Faubourg du Temple, esse mundo não só não lhe era estranho como particularmente o atraía. Para surpresa do colega, Isaac se movia com absoluta naturalidade em meio às coisas do mercado. Nada lhe parecia ser estranho. A distinção, talvez, fosse a inflexão da pauta religiosa dominante na economia desse grande mercado urbano, frequentado por *ebômins*, *iaôs* e *abiãs*, muitos deles membros cultivados dessa burguesia negra carioca, fiel às tradições afro-brasileiras.

Isaac não fazia nenhum mistério em percorrer as galerias do *Mercadão* filmando tudo, sem nenhum embaraço, produzindo imagens de sua organização e estrutura interna que se tornariam únicas, pois o edifício, em janeiro de 2000, pegaria fogo, sendo inteiramente destruído. Em meio ao conjunto de cerca de 300 lojas e público diário de aproximadamente

<sup>13</sup> Vogel; Mello; Pessoa de Barros (2007).



80 mil pessoas, pôde constatar a vitalidade dessa economia, não somente pela variedade e quantidade dos produtos oferecidos, mas também pela riqueza do artesanato ligado à heráldica dos orixás e da pauta de consumo dos exigentes membros dessa “pequena corte” que são os terreiros de candomblé. Detinha-se em comentários sobre os *jogos de cena* envolvendo a *chinoiserie* dos rituais de interação desempenhados sob os olhos atentos e indiscretamente curiosos do sociólogo.

No ano seguinte, numa manhã de sábado, 30 de outubro de 1999, Isaac Joseph retornou ao *Mercadão*; dessa vez com Martine Segalen, sua colega de *Département*. Na companhia de Mello, Arno e Felipe, a atenção dos visitantes foi capturada por um gênero peculiar de conflito: evidenciavam-se no mercado as disputas no campo religioso entre os devotos do candomblé e da umbanda e os fiéis das igrejas pentecostais e neopentecostais, inflacionadas pela arrogância dos membros mais exaltados da *Igreja Universal do Reino de Deus*. Os embates e os processos de conversão e reconversão no campo religioso levaram muitos proprietários de lojas a passar seus pontos comerciais adiante. – “Eles dizem que é tudo coisa do demônio”, comentavam, referindo-se à intolerância dos novos convertidos. Outros mudaram completamente de ramo de negócios, aderindo aos proverbiais enfeites de festas infantis e *halloweens*, em total desacordo com a ambiência mais envolvente.

#### *No Bairro do Catumbi*

Além da visita ao *Mercadão*, Mello propôs a Isaac conhecer ainda os lugares e os amigos de um antigo *terrain*, empreendido por ele e Arno, em 1979, sobre os usos e as formas de apropriação dos espaços públicos para fins de lazer em um bairro tradicional carioca. Aceito o convite, seguiram para o Catumbi, bairro contíguo às adjacências da área central de negócios do Rio de Janeiro.

Como nos velhos tempos, e na certeza de que encontraria os amigos de sempre e os frequentadores das animadas rodas de conversa, Mello levou Isaac até o *Armazém São José*, na esquina das ruas Van Erven e Emília Guimarães, um dos postos preferidos de observação da vida ativa das ruas do bairro e, ele mesmo, foco da etnografia realizada naquele então. *Sur place*, o primeiro encontro logo viria desfazer, naquela tarde excessivamente quente e abafada, qualquer dúvida ou incerteza que porventura ainda tivesse o sociólogo, a respeito da eventualidade de uma visita não proveitosa.

Toninho, antigo anfitrião e *barman* que atendia no balcão do botequim dessa estrutura compósita que fora no passado o Armazém, estava lá providencialmente. Recebeu o companheiro e seu convidado francês de braços abertos. Isaac Joseph já havia lido *Quando a Rua Vira Casa*,<sup>14</sup> não sendo, pois, a ambiência urbana do Catumbi de todo desconhecida. Além do livro, o sociólogo tomara conhecimento da mobilização política de seus habitantes e da criação, no final dos anos 1960, em plena ditadura militar, de uma bem-sucedida associação de moradores que alcançaria modificar a própria legislação federal brasileira, no que tange às cooperativas habitacionais, protagonizando um dos mais importantes movimentos sociais urbanos do país.

A ocasião oferecia-lhe, agora, mais do que o exercício imaginativo da leitura do texto etnográfico, com seus desenhos e fotografias, os quais tanto haviam cativado, anos antes, sua atenção, a oportunidade de incorporar-se ao autêntico *symposium* dos notáveis do bairro, participando da roda de conversa formada pelo grupo de *habitués*. Beber, “beliscar” e conversar sobre o bairro e a própria cidade o aproximava de seus moradores, suas “personalidades públicas vocacionais”, suas formas de sociabilidade cidadina e da pertinência de suas reivindicações e indignação moral, diante das desastrosas intervenções de um urbanismo de extração autoritária.

Uma situação inusitada teve o condão de despertar o sociólogo, arrebatando Isaac Joseph e arrancando-o, definitivamente, da madorna de uma desconfortável e sonolenta viagem de retorno do subúrbio de Madureira ao centro do Rio. Havia outras pessoas no Armazém e, nas apresentações festivas do retorno de Mello ao bairro, Toninho, de muletas, foi até sua casa e trouxe seu próprio exemplar do livro com dedicatória e tudo, passando a discutir animadamente, e como de outras tantas vezes, sobre o bairro. No próprio local e a partir das fotografias e desenhos de *Quando a Rua Vira Casa*, Toninho revirava as páginas e mostrava em detalhes os ambientes do armazém, tal como era antes: o bar, o armarinho, os secos e molhados.

No meio da conversa, Toninho disse que conhecia a França. Mello ficou desconsertado, imaginando talvez tratar-se de uma forma enviesada de agradecer e acolher o estrangeiro. Mas a história era verdadeira; e logo se revelou fantástica. Assim que venderam o velho armazém, os portugueses que eram seus antigos donos resolveram

<sup>14</sup> Mello et al. (1985).

“visitar a terrinha”. Num gesto de gratidão pelos anos de dedicado empenho e lealdade do funcionário e amigo, presentearam Toninho com o convite para acompanhá-los numa viagem pela Europa. A essa época, o próprio etnógrafo ainda não havia estado no país do colega francês, mas seu informante desfiava lugares e contava histórias de Paris com a naturalidade peculiar de um verdadeiro observador e *connaisseur*, intrigando, a cada passo da narrativa, mais e mais o etnógrafo basbaque.

Isaac, mais uma vez, filmou e fotografou tudo, manifestando contentamento com essa ida ao Catumbi e com as relações de camaradagem estabelecidas no campo pelo colega. Na saída do armazém, comentou: – “Você deve ter feito realmente um bom trabalho etnográfico por aqui; pois as pessoas se lembram com carinho de você”.

### ***Féerie carioca: uma noite na Lapa***

Em 1999, ao imaginar os percursos da nova viagem de Isaac Joseph ao Brasil, cogitou-se que seria fundamental apresentá-lo à noite da Lapa, coração boêmio da cidade, bairro do centro do Rio de Janeiro reverenciado por cronistas de diferentes tempos, como João do Rio e Mário Lago.

Imortalizado na canção popular brasileira, é talvez por isso mesmo um lugar saturado, inflacionado de referências dessa espécie de imaginário urbano, ao qual corresponde um *ethos*, um estilo despojado, *une manière de vivre*, até mesmo um jeito de andar. Reduto de artistas, por sua frequentação boêmia, o lugar foi equacionado, em sua *belle-époque*, a uma espécie de “Montmartre carioca”, na qual convivem e se misturam categorias sociais muito diferenciadas. É o ambiente de personagens como o malandro e o capoeira, do *trottoir* de travestis, dos prostíbulos, dos hotéis para solteiros, das *garçonnières* e do folhetim das tragédias passionais.

Seu imponente aqueduto, formado por um conjunto de 42 arcos, enquadra o cenário compósito da Lapa, que abriga grande quantidade de bares, restaurantes, *boites*, casas de *shows*, antiquários e centros culturais, numa mistura particular de formas de divertimento, por vezes reunidas em um mesmo ambiente.

Com variadas apresentações de rua, estilos musicais tão diversos – samba, *hip hop*, *reggae*, *rock* e capoeira –, o lugar agrega as mais

variadas “tribos urbanas”. Tudo num conjunto relativamente pequeno de ruas e quarteirões, sob a aura compartilhada da diversidade cultural. Ao mesmo tempo, o bairro situa-se nas adjacências imediatas de templos da cultura erudita, Sala Cecília Meirelles, Biblioteca Nacional, Museu de Belas Artes e Teatro Municipal (réplica de l’*Opéra de Paris*).

Em 29 de outubro de 1999, noite de sexta-feira, após uma semana de muito trabalho, Isaac Joseph, juntamente com Licia Valladares, foi conhecer os bares da Lapa com um grupo de estudantes da UFF e da UFRJ. Dias antes, ele já havia estado no tradicional *Restaurante Nova Capela*, frequentado por artistas, jornalistas e intelectuais, no qual se aprecia um excelente cabrito assado com arroz-de-brócolis, especialidade da casa e espécie de pedido obrigatório. A ideia, no entanto, era de que Isaac conhecesse mais de perto a noite da Lapa e pudesse se divertir em algum ambiente marcadamente musical e dançante.

Esse era um momento em que havia, na municipalidade, discussões sobre a revitalização do bairro, buscando redesenhá-lo, oferecendo novas alternativas de lazer, durante o *happy hour*, aos executivos das autarquias nacionais. A Lapa, assim revitalizada, exerceria uma espécie de tropismo sobre os bem-aquinhoados altos funcionários dessa área, em meio à polêmica discussão entre manter ou não os habitantes no lugar. Isaac conhecia com intimidade a questão da renovação urbana, pois, na mesma época, habitava a Rue Julien Lacroix, em pleno coração de Belleville, bairro de Paris que sofreu uma das últimas investidas do jacobinismo, sob a espécie da *gentrification* e da especulação imobiliária favorecida pelo urbanismo oficial.

O grupo seguiu a pé pelas ruas, observando as fachadas das casas antigas com suas nuances entre a decadência e a elegância. A atmosfera produzida pelo sistema construído quase em ruína, entretanto, suscitou curiosos e não menos pertinentes comentários de Isaac Joseph, a propósito de uma inusitada colaboração. Pois insistia nas virtualidades positivas que o diálogo com as competências dos profissionais de teatro, por exemplo, poderia representar para a cidade, bastando recordar as requintadas e minimalistas intervenções criadas por cenógrafos e iluminadores, produzindo novas ambiências, uma verdadeira cenografia urbana. Com isso, convidava seus colegas a revisitarem o tema da iluminação pública mas, dessa vez, e para surpresa dos jovens sociólogos, sublinhando a estética das artes

cênicas, sem recorrer ao batido repertório ideológico das questões de segurança e de vigilância.

Numa esquina da Rua do Lavradio, os estudantes se animavam em mostrar para Isaac o ponto dos travestis. Entretanto, o que realmente chamou sua atenção foi uma “garota da noite” dançando de forma explosiva diante de uma *jukebox*, na entrada de uma sinuca com seu grande salão de jogos de paredes grafitadas na Rua Riachuelo. Sua interação com a máquina, na qual selecionava músicas eletrônicas e fazia um verdadeiro show à parte, era total, fazendo *semblant* naquele espaço público, alheia à passagem de pedestres que observavam aquela espécie de apresentação cuidadosamente estudada do *self* na vida cotidiana.

O grupo atravessou os arcos do antigo aqueduto, reduzido agora a mero suporte para a linha férrea do bonde de Santa Teresa, o único remanescente de um antigo e popular meio de transporte outrora dominante na paisagem urbana carioca, buscando alcançar o *point* do Largo da Lapa. Por ali, sós ou em bandos, gente vinda de toda parte, nos trajes mais variados e extravagantes, circula, desfila e se concentra na paquera diante das animadas casas de *show* e concorridas danceterias, como o popular forró *Asa Branca* e, frequentado pelo público *gay*, o velho *Cabaré Casanova*, considerado o primeiro do gênero na América Latina.

A Rua Joaquim Silva, repleta de bares e ambulantes, reservaria um agradável fim de noite, tal como haviam programado os estudantes oferecer ao sociólogo. Percorrendo seu traçado tortuoso, num cenário evocando em tudo as ambiências dos romances de Émile Zola, novos bares da moda se misturavam às antigas casas de cômodos, bordéis, hotéis de encontro barato, pequenas oficinas e carvoarias que ainda permaneciam funcionando a plenos pulmões, bem ali no coração da cidade.

No *Semente*, o espetáculo musical e dançante, entretanto, só começaria por volta das 23 horas. O ambiente *à la mode* do aconchegante bar de esquina, assim como o próprio bairro, exaltava a diversidade musical em sua programação. E, do samba à salsa, transformava-se o modesto lugar, ao sabor dos ritmos e coreografias, promovendo às sextas-feiras uma descontraída “noite caribenha”, da qual somente se despediriam altas horas da madrugada.

### *Um samba em Niterói*

Dois dias depois da inesquecível visita à Lapa, numa noite de domingo, Isaac Joseph foi convidado para conhecer a roda de samba no *Candongueiro*, em Niterói, cidade ligada ao Rio de Janeiro pela ponte que atravessa a baía de Guanabara e que mantém com essa cidade uma relação especular, pois de uma é possível permanentemente avistar a outra. Era 31 de outubro de 1999 e, também em nossa companhia, estavam Michel Misse e Jorge da Silva, colegas do conhecimento de Isaac.

Apesar da dificuldade de acesso e da distância, que envolve um deslocamento sempre complicado, o *Candongueiro* é considerado a melhor casa de samba do Rio. O lugar fica longe de tudo, numa casa retirada na Estrada Velha de Maricá, na região montanhosa de Niterói. Mantém uma semelhança proposital com a ambiência dos terreiros de candomblé, restritos aos iniciados e àqueles que conhecem o caminho. Isso faz com que o frequentador se sinta um privilegiado simplesmente por estar ali e reaja a qualquer tipo de alteração que ameace essa sua aparente exclusividade.

No *Candongueiro*, o samba só começa por volta das 22h30, mas o ambiente desde cedo começa a ficar cheio. A movimentação e o entra-e-sai constantes criam uma proximidade física de corpos em contato, entre frequentadores, músicos e garçons, que fornece ao lugar a informalidade característica das rodas de samba. O arranjo de mesas, cadeiras, instrumentos musicais e aparelhagens de som o tempo todo é refeito, como se não houvesse espaços previamente demarcados. O ponto alto das apresentações, entretanto, é aguardado com ansiedade, enquanto grupos de músicos se exercitam no virtuosismo de cavaquinhos e violões, pandeiros e tamborins, animando a audiência. Grandes artistas são especialmente convidados e costumam se apresentar ali somente depois da meia-noite, sem compromisso com horários predeterminados.

A palavra *samba* se refere, ao mesmo tempo, a esse tipo de ambiência particular e ao gênero musical considerado a máxima expressão de “brasilidade. Em busca da autenticidade, por exemplo, cunhou-se a expressão “samba de raiz”, em clara oposição ao sucesso do “pagode”, considerado impuro por suas concessões à indústria cultural, por seu instrumental basicamente eletrônico, pelo visual de seus grupos e pelo romantismo açucarado de suas letras e melodias. Como resposta crítica a essa distinção impertinente e perigosamente substancialista,

em busca de uma suposta “pureza cultural”, costuma-se dizer, ironicamente, que “quem tem raiz é mandioca”.

A ideia cultivada de “mundo do samba” faz lembrar Howard Becker, amigo de Isaac Joseph, e seu conceito de “mundos da arte”, tão bem apropriado à complexidade desse campo. Numa roda de samba, por exemplo, revelam-se clivagens e conflitos desse mundo nada homogêneo. Qualquer deslize no repertório ou na instrumentação poderia representar críticas demolidoras por parte do público presente. Mas isso evidentemente não ocorre, pois ali impera um gosto.

Nas paredes do *Candongueiro*, figuram desenhos emoldurados dos grandes ícones do samba, formando uma galeria de retratos com os focos insuspeitados desse gênero musical carioca dos anos 1920 que se espalhou por todo o Brasil e que ganhou o mundo. Para os adeptos mais fervorosos, que cultuam o samba “em feitiço de oração”, como dizia Noel Rosa, essa é uma espécie de panteão sagrado, no qual figurava como divindade a própria convidada especial daquela noite.

A casa orgulhosamente recebia Dona Ivone Lara, consagrada como “a grande dama do samba”. A artista teve o mérito de romper com a androcracia da tradicional linhagem dos compositores de samba-enredo, no distante carnaval de 1965. Dona Ivone apresenta uma trajetória comum a muitos outros sambistas, como Clementina de Jesus, Cartola e Ismael Silva, iniciando tardiamente uma carreira artística regular. Do alto de seus 77 anos, a cantora e compositora estava em plena atividade.

Isaac se impressionou que todos cantassem juntos durante horas, formando um congaçamento em uníssono. As pessoas presentes na “roda de samba” não só compartilhavam o gosto musical, mas sabiam todas as letras, mesmo as mais jovens, de um vasto repertório popular. Diante da manifestação efusiva do público e dos artistas, Isaac se divertiu muito e se permitiu até sambar, ensaiando alguns passos.

Isaac, contumaz apreciador do jazz e agora convertido em aficionado apreciador de música brasileira, perguntou o que afinal queria dizer “candongueiro”. Felipe Berocan esclareceu tratar-se de um atabaque do *jongo*, gênero de ritmo sincopado, ambientado nos terreiros, preservado no vale do rio Paraíba e cultivado em Madureira, evocando os negros dos tempos da escravidão.

Carole Saturno, dois anos depois, em viagem com Isaac ao Brasil, comentaria que finalmente o último disco de Dona Ivone Lara, *Nasci pra sonhar e cantar*, havia sido lançado na França com o inusitado título *Née pour souffrir et chanter*, observando com ironia: “Os franceses talvez achem que sonhar é sofrer; deve ser um problema psicanalítico!”.

### *Isaac Joseph à beira-mar*

No dia seguinte ao *Candongueiro*, uma segunda-feira pela manhã, convidado por seus amigos da UFF, Isaac Joseph e Martine Segalen foram ao encontro dos colegas com a finalidade de visitar Itaipu, praia da região oceânica de Niterói. Os amigos organizaram-se para recebê-los, cabendo a Kant e Solange Creton os conduzir até o lugar em que os aguardavam Mello, Neiva Vieira da Cunha, suas filhas Luisa e Julia, e Felipe. Como de outras vezes, o grupo foi direto para a *Casa da Sogra* (“*maison de la belle-mère*”), um modesto estabelecimento à beira-mar de propriedade da irmã de “Seu Chico”, frequentado por pescadores e banhistas, marcado pela descontração e pelo despojamento do ambiente.

À ocasião de lazer e descontraída conversação, não faltaram, entretanto, oportunidades para discutir, uma vez mais, as questões relativas ao tema dos espaços públicos, suas apropriações particularizadas e usos regulados pelo Estado. O campo empírico escolhido, dessa vez, trazia uma série de outras implicações. A praia e o mar, vistos dessa perspectiva, poderiam ser tomados também como lugares da controvérsia; como arenas públicas, portanto, evidenciando conflitos, disputas e litígios, e suscitando um repertório argumentativo em torno da fundamentação de direitos, práticas e da tópica *público/privado*.

O improvisado *symposium* à beira-mar, enquanto todos aguardavam a refeição, era acompanhado atentamente por pescadores nossos conhecidos que intervinham, com suas considerações e ponderações no debate. Seus argumentos instruíam passo a passo a discussão, pois procuravam evidenciar as dificuldades derivadas de um ordenamento jurídico que desqualificava as suas formas tradicionais de ocupação e apropriação da praia, como lugar próprio das fainas das pescarias, e dos recursos ambientais da pequena comunidade, segundo regras estritas compartilhadas e localmente observadas.

O *corpus* etnográfico do “direito à vez”, tal como havia registrado e analisado Kant em trabalho de pesquisa ali anteriormente realizado,



testemunhava o refinado quadro de referência dessas regras, invocadas na composição dos conflitos. Ao remontarem os fundamentos de sua pretensão de constituir uma reserva extrativista marinha (RESEX-MAR), evidenciavam tais dispositivos consuetudinários que regulavam a atividade pesqueira e a diversidade de usos da faixa litorânea por pescadores artesanais, para justificarem a legitimidade de suas práticas e saberes naturalísticos.

Isaac pôde acompanhar, a cada visita, o desenrolar desse processo. Havia estado em Itaipu dois anos antes, em 1997, com Kant e Ricardo Maciel, autor de uma bela fotografia que eternizou uma excursão etnográfica, a bordo de uma canoa, com “seu Chico“, Joel e outros pescadores, em visitação aos limites reivindicados pela comunidade para essa área de proteção ambiental.

O assunto voltaria inúmeras vezes como tema de conversação entre colegas brasileiros e franceses, sobretudo em função de seus interesses de pesquisa e dos acontecimentos suscitados pelo debate público em torno da constituição de reservas extrativistas marinhas ao longo do litoral brasileiro, do qual fazia parte, em consultoria, o grupo de pesquisa do NUFEP. A conversa animada, entretanto, foi providencialmente interrompida pelo tão esperado almoço de peixe frito e mexilhões, cuidadosamente preparado na cozinha por “Chicaca“, e servido por nossa anfitriã ”Jeti“, a sorridente, bem-humorada e operosa irmã de “Seu Chico“.

O convite para uma caminhada pela praia e o banho de mar proporcionariam uma singela mudança no registro de impressões, uma ocasião de proximidade e descontraída intimidade jocosa entre os colegas. Tempos depois, saudosa do amigo, Martine iria carinhosamente se lembrar da ocasião, talvez aquela em que esteve mais próxima de seu colega: *“L'étonnant pour moi est que Isaac est lié au Brésil, c'est le moment où je l'ai le mieux et le plus connu. À Paris, nous sommes éparpillés de tous côtés. Ce sont des promenades avec vous sur la plage qui me ramènent son souvenir”*.

Ao pôr-do-sol, o grupo deixaria a praia. Martine Segalen voltou para o Rio de Janeiro com Mello, Neiva e as crianças. No trajeto, Julia e Luisa ensaiavam algumas notas na flauta doce. Martine comentou que também tocava flauta e que tinha uma neta da mesma idade delas. Alegre com o passeio e procurando animar as meninas, cantarolou

uma inusitada versão francesa do samba *Madureira Chorou*, que fizera muito sucesso em Paris, no final dos anos 1950.

O samba, composto por Carvalhinho e Júlio Monteiro, fôra gravado para o carnaval de 1958. Apesar da melodia contagiante, sua letra é marcadamente lúgubre e triste: "Madureira chorou/ Madureira chorou de dor/ Quando a voz do destino/ Obedecendo ao Divino/ A sua estrela levou". Essa foi uma homenagem póstuma à vedete Zaquia Jorge, atriz do teatro de revista, tragicamente desaparecida nas águas traiçoeiras da Barra da Tijuca, vítima de um prosaico banho de mar. Sua morte prematura causou grande comoção no bairro em que morava e se apresentava, entristecendo toda a cidade.

Nessa mesma época, no Rio de Janeiro, a equipe cinematográfica francesa envolvida com as filmagens de *Orfeu da Conceição*, encantou-se com a música e fez, em total desacordo com a letra original, a versão *Si Tu Vas à Rio*, composta por Jean Brousolle e gravada no mesmo ano de 1958 por Dario Moreno, "la voix smyrniote de France", um até então obscuro *crooner* turco-mexicano-francês: "*Si tu vas à Rio/ N'oublie pas de monter là-haut/ Dans un petit village/ Caché sous les fleurs sauvages/ Sur le versant d'un coteau*".

Letra (*paroles*) e melodia tornaram-se um enorme sucesso na França, vindo, 25 anos depois, a fazer parte da própria trilha sonora do filme *Le Bal*, de Ettore Scola, figurando como uma das canções mais significativas daquela década. Tinha razão, pois, Martine Segalen em lembrar curiosa referência musical sobre a cidade.

### *Uma visita a Arraial do Cabo*

Em maio de 2001, Isaac Joseph faria uma de suas últimas viagens ao Brasil. Como de outras vezes, sua agenda de compromissos estava tomada por uma série de atividades acadêmicas, às quais incluíam, além dos encontros, seminários e pequenas conferências, as visitas aos lugares onde se realizavam os trabalhos de investigação empírica, apresentados nessas diferentes ocasiões por estudantes e professores.

Nessa época, o NUFEP tinha como *locus* de pesquisa a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, na qual seus pesquisadores participaram ativamente dos processos de formulação e consolidação dessa que, por decreto presidencial, tornou-se a primeira experiência de implantação de uma RESEX-MAR no Brasil. Os conflitos que se

evidenciaram diante da inclusão dos pescadores na esfera de decisão política – como legítimos e qualificados porta-vozes de seus próprios interesses e direitos, em nome de um saber *tradicional*, de um fazer *artesanal* e da *sustentabilidade* do meio ambiente –, constituíram-se em autêntica e acalorada arena pública em torno das novas formas de gestão do litoral de Arraial do Cabo, a 150 quilômetros do Rio de Janeiro.

Isaac conhecia bem o interesse que despertava em seus colegas a temática da pesca e dos conflitos envolvendo grupos de pescadores do litoral fluminense. Não somente aqueles derivados da especulação imobiliária, da pressão do turismo de massa e da expansão das indústrias naval e petroleira, mas sobretudo os conflitos com a Marinha, o Ministério do Meio Ambiente e a Procuradoria da República, diante da recusa veemente dos pescadores artesanais à manutenção extemporânea do regime de tutela do Estado ao qual estavam submetidos, reivindicando, como sujeitos políticos, liberdade e autonomia para estruturarem suas próprias formas de organização e deliberação.

Entretanto, hesitava em destinar uma das dimensões do projeto de cooperação acadêmica internacional da Convention Capes-Cofecub ao exame dessa problemática; pois não sabia avaliar muito bem o modo pelo qual os eventuais pareceristas (*consultants*) do projeto poderiam encarar *promenades* à beira-mar como lugares dignos e rotinas relevantes de pesquisa, a propósito da administração dos conflitos e da reivindicação de direitos no espaço público.

Não que lhe desgostassem os desafios aventureiros, sobretudo os propostos *sur place* por seus companheiros de pesquisa. Mas o que poderiam dele pensar seus taciturnos colegas parisienses, aqueles que porventura ainda conservassem na memória a imagem viva das paisagens idílicas das praias de Cabo Frio, Búzios e adjacências? “Kant, como vou colocar no projeto que vou à praia?!?...”, ponderava Isaac desconcertado. – “Mas tem que colocar, Isaac!”, retrucava, com uma dose de impaciência, o amigo.

Tamanha reticência e reserva do sociólogo era vivamente questionada por seu colega e parceiro brasileiro. A não ser, conjecturava este provocativamente, que tais preocupações, de todo desmedidas, se devessem, talvez, ao temor de que viesse a ser perigosamente identificado na academia com a *flanerie* desabusada de uma Brigitte Bardot! Uma hipótese remota, certamente. Mas não de todo destituída de graça, malícia e jocosidade; pois, quem sabe, os acontecimentos que abalaram a região, nos

idos do verão de 1964, poderiam estar somente adormecidos, *n'est-ce pas, mon vieux?* Os moradores de Búzios, é verdade, têm ainda muito presente a lembrança do rumoroso *séjour* da provocante e charmosa francesinha em suas praias, frequentadas por ela na companhia de Bob Zagury, seu invejado *boyfriend* marroquino-brasileiro!

Fustigado pelo colega e amigo por argumentos de todo tipo, que oscilavam entre a pertinência acadêmica e a irreverência brasileira, Isaac Joseph, finalmente convencido, não só concedera, mas aceitara o convite para uma visita de trabalho à Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo – AREMAC.

Ronaldo Lobão, estudante de antropologia que desenvolvia sua pesquisa para tese de doutorado na região, recorda-se dos ensinamentos dessa viagem, durante um breve final de semana:

Em Arraial do Cabo, nos alojamos na Pousada Náutilus. Entre uma conversa e outra com Isaac, em inglês, apresentando as questões com as quais me defrontava no campo, compreendi que tempo, espaço, cognição, poder e conflito eram passíveis de serem estudados seriamente de uma perspectiva antropológica. Ele ouvia a tudo atentamente, a despeito das minhas dificuldades em expressar essas questões de um modo adequado numa língua estrangeira. Foi graças às suas sugestões que definitivamente incorporei *The Time and the Other*, de Johannes Fabian, às minhas leituras sobre as ligações entre tempo e poder, evidenciadas entre os pescadores artesanais em meu trabalho de campo.

### *Na Feira de São Cristóvão*

Isaac Joseph voltou ao Brasil duas vezes em 2001, em maio e, logo depois, com Carole Saturno, entre julho e agosto. Dessa vez não encontraria Mello, seu colega brasileiro, que estava em Paris desenvolvendo pesquisa de campo em Belleville. Seu ponto inicial de observação, curiosamente, era o *Bistrot Le Jardin*, situado na Rue Julien Lacroix, 103, exatamente no *rez de chaussé* do prédio onde morava Isaac.

Em 12 de maio daquele ano, uma noite de sábado, Isaac Joseph foi juntamente com Felipe à Feira de São Cristóvão, grande mercado

da Zona Norte do Rio de Janeiro onde se reúnem os “paraíbas”, expressiva população de migrantes do Nordeste do Brasil associada emblematicamente às classes populares, vivendo nas grandes metrópoles, fiel, entretanto, a seus costumes regionais. A feira sexagenária, composta por 700 barracas de comércio e frequentada por aproximadamente 450 mil pessoas a cada mês, ocupava, de modo precário, o entorno de um gigantesco pavilhão projetado por Sérgio Bernardes. A imensa estrutura, originalmente concebida para abrigar um centro de convenções e exposições, era considerada um dos maiores e mais imponentes vãos livres do mundo, orgulho da arquitetura carioca.

Em 2003, a Feira de São Cristóvão e seus perseverantes comerciantes seriam definitivamente transferidos pelo poder público municipal para o interior do moderníssimo pavilhão, buscando reproduzir o estilo de comércio, a ambiência e o gênero de negócios que tinham marcado anteriormente a sua constituição extramuros. O crescimento da improvisada feira a céu aberto, portanto, acabou fagocitando o engenho megaescultural urbano, convertido, depois da visita de Isaac Joseph, numa imensa praça de mercado popular nordestino, em pleno Rio de Janeiro.

Esse não era um acontecimento isolado, pois os últimos anos foram marcados pela renovação de diversos mercados populares em todo o Brasil, em tentativas governamentais de organizar espaços públicos tradicionalmente dedicados às práticas comerciais espontâneas no centro de grandes cidades, como Porto Alegre, São Paulo, Salvador, Recife, São Luis e Belém.

Ali em São Cristóvão, nas adjacências do antigo palácio imperial da Quinta da Boa Vista, as evocações do universo rural ainda encontram sua representação e expressão máxima na cidade, seja pelo ostensivo comércio de chapéus, bolsas e sandálias de couro; roupas e paramentos de vaqueiro; seja na multiplicidade de objetos como berrantes, redes, facas e canivetes. À farta e graciosa exposição desse *shopping paysan*, vinha juntar-se toda sorte de quitutes, doces e licores; a variedade de cachaças, rapaduras, farinhas e carnes que formam a base da alimentação do *sertanejo* em suas longas viagens; as comidas prontas e expostas, com as mais afamadas e disputadas receitas da culinária nordestina, caracterizando a grande feira agora circunscrita pelos muros do pavilhão metamorfoseado em mercado, no qual recende a todo instante o aroma forte dos temperos moídos na hora e a cantoria dos repentistas e poetas populares.

Também chamava a atenção de Isaac a competição e a diversidade de estilos musicais e seus públicos diferenciados. Era possível ouvir desde a explosão eletrônica dos forrós atuais até o tradicional “forró pé-de-serra”, sempre acompanhado pelo trio formado por sanfona, triângulo e zabumba. Tudo isso passando pelos repentistas que recitavam versos em desafio, pelo sentimentalismo exagerado da música *brega* e pela presença das máquinas de *karaokê* espalhadas por todos os cantos, formando suas *boutiques* distintos ambientes de encontro sob tendas improvisadas.

Era curioso ver aquela gente toda ali reunida, se divertindo depois do trabalho. Isaac gostava de ver esse reverso do nordestino, genericamente chamado de “paraíba” e associado a porteiros de edifícios, empregadas domésticas e trabalhadores da construção civil, reunidos no grande espaço público da feira, a esse tempo despertando a curiosidade, e até mesmo a frequência *cult* de jovens de classe média da Zona Sul carioca.

Na *Barraca da Chiquita*, na qual era possível conversar um pouco melhor, imersos naquele universo fascinante, Isaac, com gestos que evocavam as imagens e sons dos fogos de artifício, que, tão efusivamente, provocam irresistível apelo aos sentidos e se desdobram em explosões múltiplas nos ares, dissertou sobre o tema da *féerie*, noção evocativa de Gabriel Tarde sobre a qual se deteve em esclarecimentos a seu companheiro de *soirée* para referir-se à vida social em profusão que tinham sob os olhos.

### *Carnets de terrain: um encontro com estudantes*

Em Niterói, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF, os estudantes propuseram a Isaac Joseph a realização de um encontro, um seminário no qual pudessem apresentar e discutir suas etnografias. Em 17 de maio de 2001, quinta-feira à tarde, na sala 417 do IFCS-UFRJ, Isaac ouviu atentamente a exposição de cada um dos jovens pesquisadores a propósito do andamento de seus respectivos trabalhos de campo, somente interrompendo-os para um ou outro esclarecimento que lhe permitisse uma compreensão mais adequada das questões suscitadas aqui e ali, em torno de detalhes que eventualmente lhe escapavam.

Essas investigações não eram dele de todo desconhecidas. No Rio ou em Paris, costumava compartilhar com Mello os problemas e eventuais dificuldades com os quais se defrontavam seus estudantes

durante o trabalho de campo e na elaboração de suas dissertações e teses. Manifestando interesse e aceitando de bom grado o convite, no dia marcado escolheu iniciar a conversa deixando claro que compreendia perfeitamente a importância da ocasião; pois conhecia bem as dificuldades muitas vezes enfrentadas por professores e estudantes diante das quase sempre árduas e delicadas sessões de orientação, fazendo aflorar suscetibilidades e, o que é pior, não rara e perigosamente reduzindo e empobrecendo as virtualidades positivas do engajamento conversacional incontornável, quando se trata desse gênero da interlocução acadêmica.

Tinha plena consciência de que a gentileza do convite formulado pelos estudantes não o liberava da imensa responsabilidade contraída pelo respeito mútuo e pelos vínculos de amizade que o ligavam ao seu colega brasileiro. Para além da camaradagem e carinhosa cumplicidade, eram os seus estudantes o mais alto penhor dessa confiança, generosidade e reciprocidade cultivada no canteiro de obras, ao longo dos anos.

Escolheu começar com notícias do amigo em Belleville, mitigando a ansiedade que a distância produzia em seus alunos. Seus comentários bem-humorados sobre o empreendimento etnográfico do colega foram acompanhados de uma série de considerações a respeito da pesquisa empírica no meio urbano.

As discussões, entretanto, se estenderam muito mais do que o inicialmente planejado. As exposições foram num crescendo; e a cada vez suscitavam comentários e observações precisas, frequentemente seguidas não só das habituais referências bibliográficas, mas, sobretudo, de pertinentes e generosas sugestões para o refinamento das abordagens e do tratamento analítico do material etnográfico. Todos os projetos que naquela tarde discutiria estavam, de certo modo, relacionados, pois traduziam os temas compartilhados de pesquisa em torno dos quais reúnem-se professores e estudantes no *LeMetro*, no NUFEP e no NECVU.

O trabalho de campo empreendido por Soraya Simões na *Vila Mimosa*, uma região moral das mais problemáticas do sítio urbano, ofereceu a Isaac Joseph, de saída, uma ocasião excepcional para apresentar não somente o grande tema da ecologia humana à *la Chicago*, mas ainda a contribuição que uma certa dramaturgia social goffmaniana poderia trazer para a etnografia dessa área de prostituição carioca. Além disso, sugeriu investigar o debate em torno da prostituição para além

do espaço ecológico, ampliando significativamente a controvérsia do caso num espaço de comunicação, ou seja, no espaço simbólico de uma arena pública, na qual se constitui como um *problema público*. Suas sugestões logo ganhariam um contorno mais preciso, como será mostrado mais adiante, por ocasião da visita que acabaria fazendo, num fim de tarde, à própria “zona” de prostituição.

Com a propriedade de observador refinado da vida quotidiana, Isaac Joseph ofereceu a Paulo Thiago de Mello inúmeras sugestões, durante a exposição que este fizera sobre a frequência a um botequim de bairro, gênero de comércio de proximidade. O ponto central de seus comentários voltou-se, didaticamente, para a questão da “pendura” (*ardoise*), tendo em vista a oportunidade de fazer sua análise recair sobre um de seus temas prediletos de seminário: a *confiança*, esse poderoso dispositivo de redução da complexidade do mundo. A complexa dialética de proximidade, reserva e distância que estabelece e organiza as escalas de familiaridade e estranhamento, com suas implicações para o circuito da confiança no comércio de proximidade; a medida de civilidade (ou incivilidade) evidenciada pela copresença de homens e mulheres em suas dependências; o *display* dos frequentadores nas mesas e balcões e sua relação com objetos e ambiências; as relações com o entorno e as nem sempre fáceis e pacíficas negociações com a vizinhança; bem como o papel que desempenham os *Guides* que acabam restringindo as alternativas e direcionando as escolhas, constituíram o repertório das referências sugeridas por Isaac Joseph ao jovem e atento sociólogo.

A etnografia de um bairro insular carioca efetivada por Wilma Leitão levaria Isaac Joseph a conhecer, por pessoa interposta, a Ilha de Paquetá e sua engenhosa oposição complementar entre o *Campo* e a *Ponte*, com todas as implicações sociológicas dessa dicotomia para a vida dos moradores dessas duas “metades”, com suas rivalidades cultivadas. Entretanto, o contexto dramático de um grande acidente ecológico causado pelo derramamento de mais de um milhão de litros de petróleo nas águas da baía de Guanabara, decorrente do vazamento de uma refinaria no ano anterior, iria, durante um bom tempo, afetar radicalmente a vida do bairro. Isaac chamou a atenção não somente para o problema da construção social do risco e da alocação da responsabilidade, encarnado nas figuras do *profeta* e do *denunciador*, mas, sobretudo, para o modo como, em tais circunstâncias, diferentes atores tomam a palavra. Como intervêm nas distintas arenas públicas,



quais são os seus argumentos e como eventualmente se completam; como, enfim, no âmbito da *justificação* e das gramáticas sociais, são mobilizados recursos e se constrói um interesse geral em torno da tópica do “patrimônio” ou do “meio ambiente”, constituindo provas de justiça e urbanidade.

Felipe Berocan apresentou sua pesquisa sobre a Festa do Divino Espírito Santo, em Pirenópolis, pequena cidade do Brasil Central. A grande celebração religiosa, popularmente difundida por quase todo o país, tem uma longa história da qual faz parte o conflito entre seus devotos, organizados em irmandades, e a Igreja Católica, que não aceita as formas heréticas do culto em separado de somente uma das Pessoas da Santíssima Trindade. Os meandros do *Império do Divino*, seu caráter compósito, escandido em três grandes fases da sequência ritual, foi o foco privilegiado da exposição. As implicações dessa manifestação do *catolicismo rústico*, entretanto, ultrapassavam em muito a dimensão local, basculando Pirenópolis para além da esfera regional, conferindo-lhe uma visibilidade na mídia globalizada e um irresistível apelo ao turismo de massa, favorecido pela recente espetacularização da festa, com sua recriação numa novela de grande audiência na TV. A etnografia do processo ritual suscitou inúmeros comentários e sugestões de Isaac Joseph, referindo-se à recente “festivalomania” na França que põe a cidade em cena – não só a imaginária, mas também a real – diante dos desafios da organização da hospitalidade. Economia e política, religião e *marketing*, “tradição” e “modernidade”, patrimônio e indústria cultural encontravam-se, lá e cá, inextricavelmente associados, constituindo uma excelente oportunidade de colocar sob descrição a complexidade dos serviços, do agenciamento das competências e do acolhimento ao estrangeiro.

O enfoque em etnografias da produção cultural, da organização das festas e de suas relações conflituosas com a Igreja, voltaria à discussão com o trabalho de Patricia Brandão Couto sobre a *Festa de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Rosário*, em Minas Gerais. O batuque, a dança, a melopeia e os desafios nos quais se empenham os *ternos de congado e moçambique* desse “catolicismo negro” praticado nas cabeceiras do São Francisco, ocultam um combate subterrâneo. Um incidente iria bascular a etnógrafa para um plano até então insuspeitado da festa: o mal-estar provocado pelo inesperado do arrebatamento místico-religioso, desvelaria e tornaria vastos e inquietantes os horizontes da pesquisa de campo em sua complexa dimensão dramaturgica. E a coreografia que tanto

havia obcecado a jovem e atenta pesquisadora iria revelar-se, também ela, plenamente como *dromenon*, “uma coisa para ser feita, não uma coisa para ser vista”. Feitiços, *mandingas* e todo tipo de sortilégios se entrecortam atravessando o substrato dos grupos de dança, tecendo uma espécie de guerra invisível, afetando indiscriminadamente participantes e observadores, mobilizando especialistas, configurando a intrigante “política de um ritual não político”.

A exposição de Carlos Eduardo Medawar teve como campo empírico o *Mercadão* de Madureira e, a partir dele, a construção da identidade e os custos da iniciação nos cultos afro-brasileiros. A etnografia do comércio de artigos religiosos e dos preços dos requisitos rituais indispensáveis para a “feitura do santo” constituiu o foco da discussão. Pouco à vontade, entretanto, para tratar do assunto e não satisfeito com a linha dos argumentos, Isaac Joseph limitou-se a fazer as suas considerações sob a espécie de uma sucessão de perguntas que, a cada vez formuladas, inquietavam mais e mais o jovem etnógrafo. Pois, afinal, o *preço* da iniciação era um índice de quê? Quem eram os operadores dessa valorização? Que agências lucravam com ela? Que implicações sociológicas traziam os *altos custos* para a iniciação? Já não ocupava o candomblé, ponderava Isaac, uma posição social importante que os justificasse? Por que o processo de construção de identidade não se comprava? Para Isaac Joseph, o candomblé era, naquele contexto de discussão, um bem simbólico comparável a qualquer outro; por isso as coisas se valorizavam e os preços mudavam. Finalmente, ressaltou: “O candomblé é um mundo, certamente; mas não é um mundo à parte”.

As observações de Mirian Alves de Souza a propósito do Catumbi e de seus moradores, considerados quanto às suas distintas nacionalidades e pertencimentos étnicos, ensejaram uma estimulante discussão em torno dos bairros de acolhimento de imigrantes, um tema caro da tradição dos estudos urbanos. Tratava-se de compreender as formas por meio das quais açorianos, portugueses do continente, espanhóis, armênios, italianos e ciganos interagiam, compartilhavam e conformavam os espaços de sociabilidade desse bairro das adjacências da zona portuária. Para apresentar as vicissitudes deste sistema de relações, elegeram os ciganos, um dos grupos em copresença, sublinhando seu modo peculiar de inserção local. Pois o grupo objeto de sua etnografia tinha alcançado uma posição no âmbito do judiciário carioca que desafiava a imaginação do pesquisador.

A derradeira exposição daquela tarde colocaria Isaac Joseph diante de um grupo profissional, intrigante quanto às suas origens e curiosas estratégias de negociação no espaço público. A inteligência sociológica dos ciganos *calons* do Catumbi, transmitindo intergeracionalmente as competências de um *métier*, remontava à chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, no século XIX, quando, como “oficiais de justiça” (*hussiers*), passaram a dedicar-se cuidadosamente aos serviços do Paço Imperial. Le fait d’être membres d’une “minorité ethnique” a permis aux gitans de Catumbi de bénéficier d’un base d’action remarquable, sans pour autant se départir ni de son identité, ni des stéréotypes qui lui étaient traditionnellement associés.

Os comentários de Isaac Joseph sobre cada trabalho apresentado naquela tarde foram cuidadosamente registrados e circulam até hoje entre os colegas. A propósito do encontro profícuo, escreveu Paulo Thiago de Mello:

A mente brilhante, os toques certos, as indicações bibliográficas pertinentes e o humor instável; Isaac passeava por uma série de disciplinas ao falar sobre nossas pesquisas antropológicas. Estava ali diante de nós, sobretudo o filósofo, como ele mesmo se definia. Mas acima de tudo, um estrangeiro curioso da cidade e, nós, na condição de apresentar a ele aspectos do Rio que não figuram nos mapas e guias de turismo.

### *A Vila Mimosa e suas fronteiras*

No dia 23 de julho de 2001, por ocasião de sua última visita ao Brasil, Isaac Joseph e Carole Saturno foram então conhecer a *Vila Mimosa* na companhia de Soraya Simões e seus colegas de seminário, durante o *happy-hour*. Debaixo de chuva, seguiram para a Praça da Bandeira, em cujas imediações, na Rua Sotero dos Reis e na Rua Ceará, concentram-se diversas casas de prostituição. Embora o termo *vila* remeta ao estilo de vida simples de uma vizinhança pacata e despojada dos subúrbios, o sociólogo iria encontrar ali, paradoxalmente, o contrário dessa bucólica representação.

Originárias da zona do canal do Mangue, as prostitutas, deslocadas da Cidade Nova, em meio às peripécias que marcaram a renova-

ção urbana do entorno, finalmente acabaram se estabelecendo, em 1996, nas adjacências da referida praça e da estação ferroviária da Leopoldina. O tradicional casario da antiga zona de prostituição foi completamente demolido para dar lugar aos modernos empreendimentos arquitetônicos promovidos por especuladores imobiliários e pela própria municipalidade, para sediar nada mais nada menos que todo o complexo de edifícios da administração pública, tendo por epicentro o “Piranhão”, ou seja, a própria *Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro*, numa alusão jocosa à voracidade carnívora do peixe amazônico e suas ressonâncias sexuais.

Na chegada, o gesto corriqueiro de quem recebe os fregueses à porta, numa manifestação de acolhimento e hospitalidade, produziria a primeira situação de embaraço entre os membros da pequena comitiva não habituados aos salamaleques do enorme segurança, dublê de recepcionista e porteiro. A gentileza daquele brutamontes, ao abrir as portas do táxi, oferecendo aos passageiros as boas-vindas, era em tudo deslocada. Aos olhos dos recém-chegados, mais parecia uma ameaçadora tentativa de assalto; ou, quem sabe, um sequestro, considerando essa espécie de técnica de apavoramento que constitui a plethora das notícias diariamente estampadas nos jornais e exibidas nos quiosques, como verdadeiros espantalhos urbanos, a dissuadirem o passante de aventurar-se desavisadamente pela cidade. A reiterada cordialidade do bruto-só-músculos logo desfaria a análise equivocada da situação quando, ao dirigir-se à etnógrafa, o fez nos termos de uma insólita e carinhosa gramática da intimidade: “Oi, minha criança!”

Feitas as apresentações, Soraya levou os visitantes ao estabelecimento de Fia. Vestida de camisola de dormir, *comme d’habitude*, a velha prostituta recebeu o grupo na sala de sua “casa”, acomodando os visitantes e servindo-lhes uma boa cerveja. Fia, depois de muitos anos trabalhando para cafetões e cafetinas, conhecendo o *métier* e avaliando as possibilidades e a ocasião, resolveu abrir, ela mesma, uma “casa”, passando a explorar seu próprio negócio, transmitindo às novas gerações de inexperientes jovens recém-chegadas à *Vila* e à “vida” seus preciosos conhecimentos e as regras do ofício, adquiridos em anos de militância.

*Vila Mimosa* era o nome que figurava no pórtico de entrada de um pequeno conjunto de casas de moradia que arquitetonicamente compunha a região moral da “zona do Mangue”. O processo de remoção eufemisticamente denominado de “renovação urbana”, entretanto,

deixara intacto, como uma espécie de “testemunho” do antigo sistema construído da Cidade Nova, exatamente esse *pâté de maisons*. Sua curiosa, complexa, impertinente e indesejável vizinhança, com seus pequenos e ruidosos negócios, acabaria precipitando as coisas. O golpe final das derradeiras demolições não tardaria, provocando a diáspora urbana forçada dos habitantes dessa verdadeira “cidade cenográfica” da prostituição carioca e, com isso, ameaçando dispersar prostitutas, rufiões, cafetinas, birosqueiros e malandros pelos bairros da cidade, contaminando-os com a impureza moral da corrupção dos corpos e desorientando seus *habitués*, frequentadores eventuais, clientes apaixonados, onanistas e *voyeurs*.

A inteligência sociológica da escória, aos olhos dos “empresários morais” e das classes médias bem-comportadas, é frequentemente espantosa. A decisão de manterem-se reunidas, a criação de uma associação e a mobilização permanente das “mulheres da vida” acabariam contribuindo para a escolha bem-sucedida das adjacências da velha estação ferroviária da Leopoldina. Com o dinheiro das indenizações que conseguiram arrancar do poder público, não sem muitas lutas e penosas negociações, adquiriram a área coberta de um galpão industrial desativado, com 2.500 m<sup>2</sup>.

O arranjo do espaço foi concebido de tal modo a recriar a ambiência de uma rua. Não uma rua qualquer, mas uma movimentada e concorrida rua de comércio, o casario voltado para o passeio. Com sua combinação extravagante de cores e materiais, a arquitetura *kitsch* dessa insólita avenida formava uma espécie de galeria benjaminiana de *quadros vivos*, para êxtase e contemplação de seus frequentadores mais exigentes. Assim desenhada a circulação e facultada a *flanerie*, garantia-se o acesso da clientela às suas preferências, examinando e passando em revista o que cada uma das 45 casas alardeavam como sendo suas mais convidativas e prazerosas ofertas, propiciando a realização da boa escolha.

O sucesso da nova *Vila Mimosa*, agora espécie de nome-fantasia, ao mesmo tempo referência ao passado e recriação pós-moderna, marca de *griffe*, logo iria se fazer conhecer muito além da limitada circunscrição da vizinhança onde se instalou. O empreendimento coletivo liderado por “profissionais do sexo”, no início violentamente rejeitado pelas famílias e pudicos moradores da área, iria, entretanto, mudar de modo radical a vida, a economia e o comércio de proximidade do velho e decadente bairro das cercanias da Praça da Bandeira, com o

surgimento de salões de beleza, confecções de roupas íntimas, perfumarias, comércio de bijuterias e creches.

A animada conversa na casa de Fia, uma das primeiras a ter vindo se instalar no novo endereço, tinha adiantado. E a ocasião oferecera a oportunidade de uma primeira apresentação da pesquisa de caráter etnográfico realizada por Soraya. Afinal, era preciso dar conta do trabalho em andamento àquela que de modo benevolente acolheria *sur place* a etnógrafa em muitas outras visitas de campo.

Enquanto conversavam, velhas prostitutas em trajes sumários se misturavam às meninas envoltas em toalhas de banho, que faziam a *toilette* de modo estudado, deixando entreaberta a porta da *salle de bains*. Outras espreitavam pelas janelas cruzando olhares, à espera dos frequentadores que, só mais tarde, chegariam em maior número. Atravessando acompanhada o ambiente da sala, volta e meia uma das “meninas” galgava os degraus que ostensivamente conduziam o cliente ao “gineceu” de modestos aposentos. Nas ruas e nos bares, dentro de minúsculos *shorts*, *tops* e biquínis sensuais, o vaivém das mulheres era animado pela atmosfera de um repertório “brega” do *dance* americano em altíssimo volume, vindo de parafernália eletrônicas que irradiavam de cada uma das casas, criando uma sonoridade confusa para ouvidos mais sensíveis.

Para espanto de Isaac Joseph, o grupo de jovens antropólogos tratava com irritante naturalidade aquela visita ao prostíbulo, enquanto ele, ao contrário, alerta e completamente atento a tudo o que se passava naquele *bas fond*, não disfarçava a preocupação em seu semblante. Diante das circunstâncias, embora não tivesse interferido no curso das interações e na vontade do grupo, mais tarde revelaria o que lhe havia parecido talvez uma excessiva banalização da experiência. Naturalização que, a seus olhos, poderia acabar deixando de fora do campo de observação uma série de problemas que considerava importantes e que, desse modo, temia jamais virem a ser colocados sob descrição.

Quem vai à *Vila Mimosa*, centro de um tipo específico de mercado sexual, não vai simplesmente fazer turismo ou visita desinteressada. Afinal, “de que lado estamos?”, indagava à maneira de seu amigo Howard Becker. Aos olhos locais, a mesa chamava atenção: um estrangeiro, aparentando 60 anos de idade, denunciado por seu *accent*, acompanhado de várias moças e rapazes de “fino trato”, não se encaixava bem na cena. Isaac tinha certeza de que o excêntrico

grupo estava sendo ostensivamente observado e lhe desagradava enormemente a sensação de vulnerabilidade produzida por essa incômoda e desabusada objetificação do observador, fragilizado pelo assédio de olhares mais do que interessados, ávidos por alcançarem os dólares ou euros que eventualmente trouxesse na algibeira.

Todos se relembram de seu mal-estar durante essa noite no lupanar carioca, ressentido em sua viagem ao passar por lugares nos quais “não se sentia em seu lugar”, com dificuldade para compreender os limites da pobreza e da insegurança, diante do medo de incomodar e do embaraço de quem penetra em um território aonde não foi convidado e, portanto, ignora seus códigos.

Contrariando as expectativas de Isaac, ansioso por sair dali diretamente para um botequim da Lapa, o grupo mais uma vez percorreu toda a insólita galeria em “U”, antes de deixar para trás a *Vila Mimosa*. Na saída, a viatura e os policiais ostensivamente armados da Divisão de Entorpecentes, que pouco antes causara sobressalto aos recém-chegados, não mais se encontravam. Não obstante, a presença incontornável do proverbial *gentleman*, em mangas de camisa, não poderia ser evitada, pois, afinal, sobre esse guardião das fronteiras recaía a responsabilidade de se *débarrasser* dos visitantes com elegante firmeza e propriedade. Logo providenciou dois táxis para a antropóloga e seus amigos, não sem antes fazer pequenos reparos a propósito de sua ausência recente. Isaac, diante da cena, sugeriu a Soraya tratar o solícito segurança como um informante privilegiado, insistindo em observar que a organização espacial da *Vila* era, efetivamente, uma “organização defensiva”.

De volta à Lapa, acomodado em uma das confortáveis mesas do tradicional bar *Cosmopolita*, Isaac voltou ao assunto propiciado pela intrigante visita. E, voltando-se para Soraya, abraçou-a inesperada e carinhosamente, felicitando-a pela coragem. Com essa felicitação pretendia muito mais do que um delicado agradecimento; com o correr da conversa, só mais tarde viria a atenção da estudante voltar-se para a transposição perigosa das fronteiras e para as implicações que têm o manejo adequado e pertinente do ofício, na complexa arte da navegação social. Ao mesmo tempo, fazia refletir sobre as atitudes dos neófitos no campo, marcadas pelo “encantamento participativo”, essa espécie de “doença infantil do etnógrafo”, na expressão cunhada por seu colega brasileiro. Não se tratava, pois, de coragem; muito menos de ingenui-

dade; mas, ao contrário, de um certo estilo de cognição urbana, uma indiferença estudada (*blasé*), desde muito cedo adquirida e internalizada pelo morador da grande cidade; talvez, por isso mesmo, traduzida em reificações e anestesiadas insensibilidades dificilmente explicitadas, quando da frequência às distintas regiões morais da metrópole.

O *Cosmopolita*, a pedido do próprio sociólogo, foi um dos muitos bares e restaurantes que Paulo Thiago, companheiro de deambulações do casal, apresentou a Isaac Joseph:

Levei-o a botequins tradicionais da cidade, onde ele e Carole puderam saborear uma pequena mostra da gastronomia carioca, feita do encontro de diversas levas de migrantes e de estrangeiros que, no Rio, ganhou sua feição definitiva, transformando-se em pratos típicos locais. Pôde também frequentar as ambiências dessas casas especiais, com sua arquitetura singular, usufruindo a atmosfera de boemia dessa metrópole sul-americana do litoral.

### *O estrangeiro de dentro*

Em suas *Reminiscências Líricas de um Perfeito Carioca*, o pintor modernista Di Cavalcanti, amigo de Picasso e Georges Braque, mergulhado na paisagem urbana da cidade que tanto amou e retratou nas suas telas espalhadas pelos salões e galerias das grandes metrópoles, convidando o estrangeiro a percorrer as ruas da Lapa, o casario de Santa Teresa e as praias da ilha de Paquetá, sentenciou:

O Rio de Janeiro tem coisas de que é impossível qualquer pessoa se desligar [...]. Qualquer estrangeiro se torna carioca em pouco tempo. O Rio de Janeiro exerce o milagre da esperança e todos que aqui vivem ressuscitam de hora em hora, sentindo na boca o gosto salgado de um novo batismo.<sup>15</sup>

E assim se deu o aquerenciamento e a sagração de Isaac Joseph, adotado plenamente pela cidade numa manhã ensolarada, na ponta do Arpoador. Foi arrebatado no rápido intervalo de um banho de mar por uma experiência radical que lhe infundiria, de modo definitivo,

<sup>15</sup> Di Cavalcanti (1964).



as marcas inclusivas da vida vertiginosa da metrópole, sob a forma de um verdadeiro rito de agregação do qual não estavam ausentes a surpresa, a súbita consciência de si e a vulnerabilidade suscitada por um sutil e anônimo gesto, de custos e consequências inesperadas.

Inesperadas porque, de todas as suas andanças pelo Brasil, esse foi o único momento em que se viu confrontado com o *furto*, esse fantasma urbano da , palavra de difícil tradução, e, no entanto, declinada, sem nenhuma cerimônia, no repertório das práticas banalizadas pela experiência cotidiana de homens e mulheres, velhos e crianças, no vaivem das grandes metrópoles do mundo inteiro, seja nos baixios do Marais, no metrô de Paris, nos arrabaldes do Cairo ou nas glamurosas e cosmopolitas areias de Ipanema. O tributo pago na ocasião ao *malin génie* da cidade, esse insolente, pelo obsequioso, embora não demandado, exercício de *expertise* ritual dessa mais lúdica “arte da desapareição”, foi um prosaico relógio , de valor sentimental, sem dúvida; mas perdido em poucos segundos de momentâneo descuido, numa espécie de “batismo de fogo” do sociólogo.

Isaac, entretanto, experienciou o fugidio episódio como um cúmplice, dissimulando-o com estudada e competente naturalidade, sem alardes ou ressentimentos, como se assim quisesse retribuir e preservar a própria discreção do ato furtivo, mantendo na penumbra, e longe da intervenção de qualquer procedimento de uma instância heterônoma, o *genius loci* da cidade que fraternalmente o acolheu de braços abertos.

Talvez tenha sido este o seu maior e derradeiro ensinamento, sua maior lição de urbanidade; pois nela está gravada em filigrana toda a singeleza dos ritos de hospitalidade e reciprocidade, prova de sua refinada competência cidadina e de sua adesão ao do lugar e de sua gente.

Por ocasião do súbito falecimento de Isaac Joseph, Marco Antonio Mello escreveu com grande comoção as seguintes palavras sobre seu amigo, para quem dirigia um *e-mail* quando soube da triste notícia:

Em 10 de Fevereiro de 2004, todos nós infelizmente perdemos um grande e apaixonante colega e amigo: um grande cara, ora! E todos nós tivemos a chance de estar ao seu lado, aqui ou acolá. Ele reuniu a nós todos! Ele falou sobre cada um de nós para cada um de nós. E de todos nós a todos aqueles que cruzaram seu caminho,

para convencê-los a irem juntos se reunir um dia, aqui ou acolá. Ele gostava muito e apaixonadamente de seus colegas, seus amigos e amigas, pois, como todos sabemos bem, Isaac amava a vida e a cidade. Fomos todos convidados por ele a “tomar lugar”. Isaac nos legou toda uma imensa rede de relações, narrativas de viagens, e assim, enormes possibilidades de engajamento conversacional: estamos totalmente “entretidos em histórias” que, de certa maneira, – e imaginamos ter certeza disso – é somente sua memória, a memória do nosso amigo, que irá nos permitir nos recordar um pouco mais de nós mesmos.<sup>16</sup>

## REFERÊNCIAS

CEFAÏ, D.; JOSEPH, I. (Coord.). *L'héritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. Paris: L'Aube, 2002.

DI CAVALCANTI, E. *Reminiscências líricas de um perfeito carioca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

GRAFMEYER, Y.; JOSEPH, I (Dir.). *L'Ecole de Chicago: naissance de l'écologie urbaine*. Paris: Aubier, 1984.

JOSEPH, I. A respeito do bom uso da Escola de Chicago. In: VALLADARES, L. (Org.). *A Escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte: Ed. UFRG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

JOSEPH, I. Belém: paisagens urbanas, coisas públicas. *In memoriam Isaac Joseph*, Rio de Janeiro, v. 18, v. 1 e 2, p. 41-90, 2004.

<sup>16</sup> “Le 10 février 2004, nous avons tous malheureusement perdu un grand et passionnant collègue et ami: un grand mec, quoi! Et nous avons tous eu de la chance d’être à ses côtés, ici ou là-bas. Il nous a tous réunis! Il a parlé de chacun de nous à chacun de nous. Et de nous tous à tous ceux qu’il croisait sur sa route pour tous les convaincre d’aller ensemble se rejoindre un jour, ici ou là-bas. Il aimait beaucoup et passionnément ses collègues, ses amis et amies, car, comme nous le savons bien tous, Isaac aimait la vie et la ville. Il nous a tous invités à “prendre place”. Isaac nous a légué un immense réseau de relations, des récits de voyages, et donc d’immenses possibilités d’engagement conversationnel: nous sommes tellement “empêtrés dans des histoires” que d’une certaine manière, et on imagine pouvoir être sûr de ça, c’est seulement sa mémoire, la mémoire de notre ami, qui va nous permettre de nous rappeler un peu de nous-mêmes.” (Trecho de e-mail enviado em 14/02/2004).

JOSEPH, I. Gabriel Tarde: le monde comme féerie. *Revista Antropológica*, Niterói, n. 8, p. 23-40, 1. sem. 2000.

MELLO, M. A. S. et al. *Quando a rua vira casa*. 3. ed. São Paulo: Projeto, 1985.

VALLADARES, L.; KANT DE LIMA, R. A Escola de Chicago: entrevista com Isaac Joseph. BIB: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 49, p. 3-13, 1. sem. 2000.

VOGEL, A.; MELLO, M. A. S.; PESSOA DE BARROS, J. F. *A Galinha d'Angola: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.



## COLEÇÃO ANTROPOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

- 1. Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista**  
*Delma Pessanha Neves*
- 2. Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro**  
*José Augusto Drummond*
- 3. A predação do social**  
*Ari de Abreu e Silva*
- 4. Assentamento rural: reforma agrária em migalhas**  
*Delma Pessanha Neves*
- 5. A antropologia da academia: quando os índios somos nós**  
*Roberto Kant de Lima*
- 6. Jogo de corpo**  
*Simoni Lahud Guedes*
- 7. A qualidade de vida no Estado do Rio de Janeiro**  
*Alberto Carlos Almeida*
- 8. Pescadores de Itaipu**  
*Roberto Kant de Lima*
- 9. Sendas da transição**  
*Sylvia França Schiavo*
- 10. O pastor peregrino**  
*Arno Vogel*
- 11. Presidencialismo, parlamentarismo e crise política no Brasil**  
*Alberto Carlos Almeida*
- 12. Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro**  
*Antônio Carlos Rafael Barbosa*
- 13. Antropologia - escritos exumados - 1 : espaços circunscritos – tempos soltos**  
*L. de Castro Faria*
- 14. Violência e racismo no Rio de Janeiro**  
*Jorge da Silva*
- 15. Novela e sociedade no Brasil**  
*Laura Graziela Figueiredo F. Gomes*
- 16. O Brasil no campo de futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro**  
*Simoni Lahud Guedes*
- 17. Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo (RJ)**  
*Rosyan Campos de Caldas Britto*
- 18. As redes do suor – a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba**  
*Luiz Fernando Dias Duarte*
- 19. Escritos exumados – 2: dimensões do conhecimento antropológico**  
*L. de Castro Faria*
- 20. Seringueiros da Amazônia: dramas sociais e o olhar antropológico**  
*Eliane Cantarino O’Dwyer*
- 21. Práticas acadêmicas e o ensino universitário**  
*Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto*
- 22. “Dom”, “Iluminados” e “Figurões”: um estudo sobre a representação da oratória no tribunal do Júri do Rio de Janeiro**  
*Alessandra de Andrade Rinaldi*
- 23. Angra I e a melancolia de uma era**  
*Gláucia Oliveira da Silva*
- 24. Mudança ideológica para a qualidade**  
*Miguel Pedro Alves Cardoso*
- 25. Trabalho e residência: estudo das ocupações de empregada doméstica e empregado de edifício a partir de migrantes “nordestinos”**  
*Fernando Cordeiro Barbosa*
- 26. Um percurso da pintura: a produção de identidades de artista**  
*Lígia Dabul*
- 27. A Sociologia de Talcott Parsons**  
*José Maurício Domingues*
- 28. Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/RJ**  
*Simone Moutinho Prado*
- 29. Centrais sindicais e sindicatos no Brasil dos anos 90: o caso Niterói**  
*Fernando Costa*

36. **A produção da verdade nas práticas judiciárias criminais brasileiras: uma perspectiva antropológica de um processo criminal**  
*Luiz Figueira*
37. **Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do policial militar**
38. **Antropologia e Direitos Humanos 3 - Prêmio ABA/FORD**  
*Roberto Kant de Lima* (Organizador)
39. **Os caminhos do leão: uma etnografia do processo de cobrança do imposto de renda**  
*Gabriela Maria Hilu da Rocha Pinto*
40. **Antropologia - escritos exumados 3 - Lições de um praticante**  
*Luiz de Castro Faria*
41. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva social**  
*Arjun Appadurai*
42. **Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana**  
*Victor Turner*
43. **Políticas Públicas de Segurança, Informação e Análise Criminal**  
*Ana Paula Mendes de Miranda e Lana Lage da Gama Lima* (Orgs.)
44. **O caminho do Mundo – Mobilidade espacial e condição camponesa numa região da Amazônia Oriental**  
*Gil Almeida Felix*
45. **Políticas Públicas de Segurança e Práticas Policiais no Brasil – V. 2**  
*Lenin Pires e Lucia Eilbaum* (Orgs.)
46. **Notícias da Violência Urbana – Um estudo antropológico**  
*Elthon Márcio Almeida da Silva*
47. **Políticas Públicas de Segurança – Práticas Punitivas, Sistema Prisional e Justiça – V. 3**  
*Ana Paula Mendes de Miranda e Fábio Reis Mota* (Orgs.)
48. **Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento**  
*Ronaldo Lobão*
49. **Antropologia da academia: quando os índios somos nós**  
*Roberto Kant de Lima*
50. **Esculhamba, mas não esculacha**  
*Lenin Pires*





Conselho Brasileiro  
de Manejo Florestal  
FSC Brasil



#### PRIMEIRA EDITORA NEUTRA EM CARBONO DO BRASIL

Título conferido pela OSCIP PRIMA ([www.prima.org.br](http://www.prima.org.br)) após a implementação de um Programa Socioambiental com vistas à ecoeficiência e ao plantio de árvores referentes à neutralização das emissões dos GEE's – Gases do Efeito Estufa.



[www.editora.uff.br](http://www.editora.uff.br)

Este livro foi composto na fonte Dutch 801 SWA, corpo 11.  
impresso na Global Print Editora e Gráfica Ltda.,  
em papel Pólen Soft 80g. (miolo) e Cartão Supremo 250g (capa)  
produzido em harmonia com o meio ambiente.

Esta edição foi impressa em abril de 2011.

Tiragem 500 exemplares